UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

JOÃO MAURÍCIO GOMES NETO

IMAGINÁRIOS DA CIVILIZAÇÃO EM RONDÔNIA: VENCER O DESCONHECIDO, DOMAR A NATUREZA E CONSTRUIR A MODERNIDADE (SÉCULO XX)

FRANCA -SP
2019

JOÃO MAURÍCIO GOMES NETO

IMAGINÁRIOS DA CIVILIZAÇÃO EM RONDÔNIA: VENCER O DESCONHECIDO, DOMAR A NATUREZA E CONSTRUIR A MODERNIDADE (SÉCULO XX)

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"- UNESP, como pré-requisito para obtenção do título de Doutor em História. Área de Concentração: História e Cultura Política.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Márcia Pereira da Silva

FRANCA-SP

2019

G633i

Gomes Neto, João Maurício
Imaginários da Civilização em Rondônia : Vencer o Desconhecido, Domar a Natureza e Construir a Modernidade (Século XX) / João Maurício Gomes Neto. -- Franca, 2019
389 p. : il.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Márcia Pereira da Silva

1. Imaginário. 2. Civilização. 3. Colonialidade. 4. Progresso. 5. Amazônia. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

IMAGINÁRIOS DA CIVILIZAÇÃO EM RONDÔNIA: VENCER O DESCONHECIDO, DOMAR A NATUREZA E CONSTRUIR A MODERNIDADE (SÉCULO XX)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como pré-requisito para obtenção do título de Doutor e História. Área de Concentração: História e Cultura Política.

BANCA EXAMINADORA

Presidente:_____
Prof.ª Dr.ª Márcia Pereira da Silva

1º Examinador:_____
Prof.ª Dr.ª Elizabeth Cancelli

2º Examinador:_____
Prof.ª Dr.ª Margarida Maria Dias de Oliveira

3º Examinador:_____
Prof.ª Dr.ª Márcia Regina Capelari Naxara

4º Examinador:_____
Prof.ª Dr.ª Karina Anhezini de Araújo

1º Suplente:_____
Dr.ª Regina Célia Lima Caleiro

2º Suplente:_____
Dr. Ricardo Alexandre Ferreira

3º Suplente:_____
Dr. Sauloéber Tarsio de Souza

Franca - SP
24 de abril de 2019

Preste atenção, o mundo é um moinho
Agenor de Oliveira, *Cartola*

Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro
Antônio Carlos Belchior

Nossas mãos ainda encaixam certo
Peço um anjo que me acompanhe
Em tudo eu via a voz de minha mãe
Leandro Roque de Oliveira, *Emicida*

É impossível observar pessoas através de uma ideologia. A sua ideologia observa por você.
Philip Roth

DEDICATÓRIA

Quando meu avô, João Maurício Gomes, faleceu, Antônio Ferreira Gomes, seu filho que, cerca de três décadas depois se tornaria meu pai, tinha nove anos. Ele não estudava, por falta de escolas, ou fosse porque, ainda criança, teve de assumir o peso da própria existência e dar conta da responsabilidade de sustentar a mãe e cinco irmãos.

Meu pai era semianalfabeto, mas assinava o próprio nome se alguém lhe preparasse uma "cola". E era um apaixonado por histórias. Dono de memória prodigiosa, decorava os cordéis que ouvia dos contadores, nas feiras, e os recitava enquanto trabalhava duro na agricultura para sustentar a família espessa – agora não mais os irmãos, mas os oito filhos que enganaram a morte. Outros onze faleceram recém-nascidos, ou nos primeiros meses de vida, por motivos diversos e alheios ao meu conhecimento. Provavelmente por fome, desnutrição, ou quaisquer enfermidades.

Ele foi um amante da lida na roça. Talvez, mais por necessidade que por vontade. Desejou e tentou me repassar, quando eu era ainda criança, entrando na adolescência, o gosto pelo trabalho com a terra. Nisso, não teve o sucesso almejado. Mas contava, como ninguém, as histórias dos cordéis que, de ouvido, decorara nas feiras. E me encantava com elas. E usava essa estratégia para me fazer acompanhá-lo e ouvi-lo no cotidiano de pequeno agricultor.

É fato que ele não obteve sucesso em me ensinar a gostar da lida com a terra, mas me ensinou a amar as histórias. Me arrebatou de encantamento e, além da vida e o nome do pai, me legou esse outro enorme presente: o gosto pelas narrativas.

Maria Aleluia Ribeiro Gomes, mainha, era uma mulher alegre, tolerante, amável. Mas não, ela não era perfeita. E era exatamente isso que a fazia um ser ainda mais lindo. Ela, por exemplo, amava tanto os filhos, que fechava os olhos para nossas tantas falhas e bradava ao mundo que tinha "os melhores filhos do mundo".

Enquanto viveu, ela procurou fazer valer à risca o nome de que tanto se orgulhava: Maria Aleluia, sinônimo de alegria! Mulher de fé, de crença forte e enfática, sei que a incomodavam um bocado as minhas tantas dúvidas e inquietações, externadas por mim sem medo e receios. E ao que ela costumava responder, num misto de brincadeira, recomendação e tolerância: "Menino, deixe de maluquice, crie juízo!!!" E depois a algazarra prosseguia...

Ela me ensinou que ser mãe não era um *dom natural*. Isto envolvia os aprendizados necessários da experiência, frequentemente dolorosos. Às vezes, ao escutar alguns reclames dos meus irmãos mais velhos, lamento que ela não tenha sido, para eles, a mãe que foi para mim. São *culpados* por nascerem primeiro e eu, privilegiado por ter vindo ao final.

- Então mãe, que devo fazer? Ela, entre compreensiva e calejada das culpas a si atribuídas – por ela mesma, ou por meus irmãos –, no que considerava o insucesso com os outros filhos que se somavam e multiplicavam no curso de sua efêmera existência, me respondia, em tom de pergunta: - O que será melhor para você?

Foi assim que segui...

Ele agricultor, ela artesã, agricultora, *dona de casa*... A despeito de todas as dificuldades enfrentadas, me colocaram no mundo, criaram, educaram. Já não se fazem presentes em vida, mas continuam a ser, de alguma forma, o rio de memórias que me apontam o Norte, que me desvendam caminhos, me levam a me tornar mar. Este é o irrefutável destino dos rios...

Ao pai, que me encantava com as histórias decoradas em feiras livres e que, assim, me convencia a segui-lo, curioso e atento, no curso da enxada, enquanto eu esquecia a preguiça e o fato de que detestava me ver agricultor. À mainha, que me foi sempre a materialização do afeto, do carinho, da tolerância, da compreensão, e a prova mais cabal de que amar e ser livre não é uma equação irrealizável.

À Maria. Ao Antônio. *In memoria.*

AGRADECIMENTOS

"Agradecer por ter o que agradecer". Em vários sentidos, este trabalho, para mim, fecha ciclos que são de ordem política, acadêmica, profissional, familiar e pessoal. Assim, quero agradecer:

À Casa do estudante do Rio Grande do Norte/CERN, onde morei durante o ensino médio; e à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na qual residi e fui formado, meus inestimáveis apreço e agradecimento. Ambas, por cerca de uma década, assumiram o peso da minha existência, quando me faltavam condições para fazê-lo. Em um país marcado por tantas desigualdades, não teria descoberto a possibilidade de construir a trajetória ora trilhada sem a existência de duas instituições, que me possibilitaram sobreviver e estudar.

Na Universidade fui acolhido, tive acesso a condições básicas para continuar a graduação em história e, depois, fazer o mestrado. Fui residente e bolsista. Depois, ao término, por meio da expansão das instituições federais de ensino, me tornei professor. Isto não foi mero acaso, nem simples meritocracia. Havia um projeto de país que norteava tais ações e sou, em larga medida, produto e resultado dessas políticas. Por isso, externo meu agradecimento aos governos petistas, pelas transformações operadas no país, no que se incluiu o reconhecimento à minha cidadania e a de tantos brasileiros, quase sempre invisíveis ao estado.

Ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho", *campus* de Franca/SP, nas pessoas do prof. Ricardo Alexandre Ferreira e Margarida Maria de Carvalho, respectivamente, coordenador e vice coordenadora do PPGh-Unesp/Franca, programa que me oportunizou o desenvolvimento da presente pesquisa.

Á Maísa Helena de Araújo, que atua com presteza, sensibilidade e competência frente às demandas que lhes são frequentemente lançadas junto à Secretaria do PPGh-Unesp/Franca, por mestrandos e doutorandos.

Ao Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia/UNIR, *campus* Rolim de Moura, minha "casa" atual, nas pessoas do prof. José Joaci Barbosa e da profa. Cynthia Cristina de Morais, chefe e vice chefe deste Departamento, pela colhida e apoio indispensáveis nos dois anos e meio em que estive afastado de minhas atividades docentes.

Aos demais colegas de Departamento que, cientes da importância à Universidade e ao curso, exercida pela constante qualificação do quadro funcional, mesmo sobrecarregados, apoiaram meu afastamento e firmaram compromisso para que as atividades do curso fossem

minimamente impactadas: Adriane Pesovento, Alan Cristian de Carvalho, Cátia Franciele Sanfelice de Paula, Daniela Yabeta P. de Morais, Gabriel Soares, Gilmara Yoshihara Franco, Marcelo Ranzula da Silva, Rodrigo Tavares Godoi, Roseline Mezacasa, Tadeu Pereira dos Santos e Zairo Carlos da Silva Pinheiro.

À Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa/UNIR, pelo apoio institucional e pela presteza e seriedade com que têm tratado a pesquisa em particular, e a pós-graduação em geral, nesta Universidade.

Ao Centro de Documentação Regional do Departamento de História/UNIR/Rolim de Moura que, aos poucos, tem se estruturado e assumirá, certamente, papel importante ao desenvolvimento de pesquisas sobre a Amazônia Ocidental.

À Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN, onde iniciei minha carreira docente, seja pelo *Projovem Urbano*, seja no Departamento de História.

Em *Sobre a escrita, a arte em memórias*, Stephen King, ao falar da importância dos primeiros leitores críticos de um trabalho – ele se remete a escritores de romance, mas compreendo que vale para quem escreve e se vê obrigado a se expor ao crivo do público–, conta anedota a respeito da sra. Alma Reville, esposa de Alfred Hitchcock, que tinha *olhos de lince* e assumia o posto de primeira telespectadora, sempre implacável, dos filmes do mestre do suspense cinematográfico. Em tom de anedota, King conta que Hitchcock dizia querer voar, ao que era interpelado pela esposa, de maneira objetiva e certeira: "Termine seu café da manhã primeiro".

Agradeço a Márcia Pereira da Silva, minha orientadora neste percurso, que assumiu, com empenho e afinco, o papel de me lembrar do básico (sim, o esqueço com demasiada frequência...), do necessário e de me chamar ao chão, quando eu imaginava possuir asas, ao invés do polegar opositor e um cérebro, repleto de ideias desorganizadas.

Seu senso crítico, pragmático e objetivo guiou-me na solidão da escrita que, em larga medida, destinava-se a ela, primeira leitora e depois também a ela, quando pôde me ler e, sem meias palavras, fazer-me o suntuoso convite à aterrisagem: desce daí João, ou a queda será grande. Seja bem-vindo à realidade!

E assim, em minha mente, na assertiva dela, reverberavam as palavras de Alma Reville: *Termine seu café da manhã primeiro...* Escusado dizer que as imprecisões e lacunas ainda presentes nesta tese são de minha responsabilidade. Expressam parte de meus (tantos) vícios, fragilidades e teimosias. Mas eles certamente seriam mais expressivos e numerosos sem a orientação e a leitura atentas, criteriosas e implacáveis dela. Por isso e tudo o mais, meus carinhosos agradecimentos.

“Senta que lá vem história”. Foi no primeiro semestre do longínquo 2004. Cursava a disciplina *Memória e patrimônio histórico*. À época, recém entrado no curso, me considerava muito sabido, como dizem os potiguares. E por questões relacionadas à militância no movimento estudantil secundarista, tinha verdadeiro asco a tudo que me remetesse ao marxismo.

Numa das boas experiências naquela disciplina, talvez o maior aprendizado que levo da graduação: no alto de minha ignorância, achei de descontruir Marx, em uma daquelas aulas, tendo lido apenas *O manifesto comunista* e, mais para negá-lo, que para compreendê-lo. Bastante irritada com minha ingenuidade e arrogância, a Prof.ª Margarida Maria Dias de Oliveira me indagou sobre a qual marxismo eu me referia. Como era de se esperar, me faltou chão e qualquer possibilidade de resposta. Ali, eu me encontrava e tomava conhecimento, felizmente, da imensidão de minha própria ignorância.

Depois disso, ela montou um grupo de estudos voltado aos marxismos, ao qual deu o poético nome de *A bonélia e seus maridos*. E me convidou para tomar parte nele, ao que respondi afirmativamente, ainda envergonhado. Dessa experiência, aprendi o valor que a empatia, o respeito, a compreensão e, sobretudo, o comportamento dubitativo, deveriam ter em minha trajetória. Desde então, tento valorizar mais as dúvidas que as certezas, às vezes, reconheço, mais até do que ela, Margarida Dias, gostaria.

A este aprendizado se somaram outros tantos, inumeráveis. Devo a ela, a maior parte das boas descobertas em minha trajetória profissional. Minha dívida é impagável, mas a gratidão e o reconhecimento talvez se aproximem do débito adquirido. Pelos aprendizados e, por tudo, obrigado, Margarida Dias.

A comissão avaliadora, pelo aceite ao convite e pelas contribuições, questionamentos e provocações apresentadas. A possibilidade de ser lido e ouvir as percepções dos/as colegas a respeito de nossos escritos é sempre garantia de aprendizados. Sou extremante grato por leituras tão atentas, argutas e qualificadas deste trabalho, que espero, conte com alguma audiência e possibilite reflexões outras sobre o desafio sempre posto de nos questionarmos a respeito *do que fazemos quando escrevemos história*.

Durante o período de cumprimento dos créditos acadêmicos, dois cursos ofertados me provocaram a pensar a respeito de inúmeras questões que, suponho, estão diluídas no corpo deste trabalho. Eles foram ministrados, com excelência, pelas professoras Karina Anhezini e Marcia Naxara e me angustiaram bastante nesse percurso pelos questionamentos despertados. Mais tarde, participaram do exame de qualificação da pesquisa e me presentearam com leitura

atenta e acurada, a indicar fragilidades e possibilidades à investigação. Na expectativa de que tenha correspondido a contento, renovo meus agradecimentos.

À Cláudia Megale Adametes, pela competência, paciência e gentileza com que tornou este texto, leitura mais fluida e aprazível.

À Gilmara Y. Franco, com quem, a exemplo do que costumo dizer, discordo no varejo e concordo no atacado. Então, que adiantaria ficar a discutir consensos partilhados? Importa mais debater os dissensos, nem que seja sobre o sexo dos anjos. Ou se eles têm sexo. Ou se deveriam tê-lo... rsrs. Tenho o privilégio de ter como amiga e colega de profissão alguém com quem posso estabelecer diálogo profícuo e aberto, aprender e crescer com suas ponderações pragmáticas, tanto que, por vezes me irritam, noutras me desconcertam. E claro, de poder irritá-la, igualmente, com minhas dúvidas e inquietações. Que venha o Tahuan Inácio, para alegrar e colorir ainda mais os nossos dias. E as discussões "varejistas" também.

À Roseline Mezacasa, que enfrentou comigo os desafios e descobertas – nem sempre agradáveis – da chefia do Departamento, os encantos de noites cantadas, bem vividas e agora trava, ela também, a batalha para construir uma tese. Portadora de sensibilidade, gentiliza e inteligência ímpares, aguardo seu retorno, ciente do seu sucesso.

Ao prof. Dr. Itamar Freitas de Oliveira, por quem tenho especial carinho e admiração. Um provocador nato, um professor inspirador, um estudioso incansável. Lê-lo e ouvi-lo, tem sido garantia de aprendizados e inquietações renovadas.

Aos Colegas da Revista *História & Cultura*, com quem pude partilhar, por quase quatro anos, das muitas inquietações, dificuldades e aprendizados, comuns ao desafio de manter em circulação um periódico discente. Amantes das publicações, nos vimos, de repente, tragados por nosso amadorismo, seja na política editorial, seja nas porosidades que se interpõem entre os universos administrativo e acadêmico. Valeu a pena. Vida longa à revista!

Ao Crhistophe, que tanto me ajudou nos momentos de aperreio, quando privado por minha estadia em Rondônia, me auxiliava com as burocracias em Franca, estas que também marcam o percurso de um doutorando.

À Aryana Costa, pelos ensinamentos, pela amizade e porque éramos três. E então o "trio parada dura" se desfez, cada qual seguiu seu caminho sendo "uno", mas carregado, suponho, das partes que lhes foram acrescidas e daquelas que lhes foram arrancadas, pelos desencontros tão comuns e caros à vida. Durante e depois, aprendi e continuo a aprender *conosco*. Carrego em mim as memórias – por vezes risonhas, por vezes saudosas – do "monstro do lago Ness", das boas discussões e aprendizados partilhados, seja na

Universidade, seja fora dela. “Belos tempos, belos dias” que, de alguma forma, ainda habitam em mim, são parte do que me tornei.

À profa. Dra. Francismary Alves, ao prof. Dr. Carlos Trubiliano, ex-colegas de Departamento e amigos para a vida: das aulas aos bares, das delendas acadêmicas às mazelas da política. E por todo o resto, incluindo a boa embriaguez, que nos devolve a alegria e a lucidez.

À Hélia Morais, ao Elton Cunha, orientandos que sofreram as limitações de me terem por orientador, quando eu me arriscava nos primeiros passos nessa trajetória, um tanto inexperiente e inseguro. Me inspiraram, desafiaram e ensinaram mais do que puderam aprender comigo. Continuo em débito.

À Nágila Nerval Chaves, bibliotecária do nosso *campus*. Pela atenção, pela cumplicidade, pela amizade e pelo amor partilhado pelos livros, dos quais ela cuida com tanto zelo e carinho, a exemplo do que faz com os amigos.

Ao Fausto Scott, pela amizade que construímos, pelas conversas que travamos, pela diversão que é viver quando estamos juntos. E, por reiteradas vezes, me acolher em seu lar, mesmo quando eu lhe era ainda um estranho desconhecido, o que revela sua inclinação a exercer a empatia e a solidariedade.

Ao Luís Alfredo Chinali e à Graziele Chinali, que me acolheram e me cativaram com os papos sobre política, os rumos e as memórias do movimento sindical; e pelos lugares de boa birita e culinária, que me apresentaram em Franca.

Ao Ronei Militino, à Elaine Teodoro, ex-bolsistas de iniciação científica, que trilharam comigo parte das descobertas e inquietações desta pesquisa, a começar pela montagem do projeto. Grato pela paciência, compreensão e sobretudo, pelas provocações. Ao estudante Diego Valentin que, de pronto, numa gentileza desmedida, digitou para mim, parte das citações deste trabalho.

Aos estudantes, cujos aprendizados e inquietações – muitas vezes provocadas pela indiferença que me ofertam e que me servem de aviso: não os afetei, não os levei à dúvida! – tanta falta me fizeram neste percurso.

Os versos do Gil (“Até que nem tanto esotérico assim/Se eu sou algo incompreensível/ Meu Deus é mais”) e do Caetano (“Quem é ateu e viu milagres como eu /Sabe que os deuses sem Deus/ Não cessam de brotar, nem cansam de esperar”), me rementem a ela... Carinho, cumplicidade, amizade e amor. E ao Omar, de amor e de mar, de amor e de amar. Comadre Flavine, por isso e tudo o mais, no que se incluem suas “exotericas” ou “bruxices”, obrigado.

Às amizades da vida acadêmica, dos grupos de estudos e pesquisa, dos eventos acadêmicos e que, felizmente, se estenderam aos bares, baladas, praias... e para onde mais a vida, o riso e a admiração mútua nos permitem ir: Kaká, Wendell, Jandson, Caio, Matheus, Felipe Tavares, Romário, Itinho, Wal, Karen, Francimária, Osmar, Flávio, Alminho, Almir Félix, Edianne Nobre, Zanzza, Willians.

Às amizades construídas nos acasos bem-vividos ou nos desacertos e apertos que tornam singular o que, sem elas, seria monotonia e enfado. Que venham mais sambas, rocks, forrós, luais... Com melodia e batucada, violão e pandeiro, suco de cevada e a "marvada pinga". Assim se fez e faz o bom e necessário culto a baco, nosso ritual etílico à sabedora, que sobra aos deuses e escasseia à humanidade. Entre cantos e encantos, discussões acaloradas, quase nenhum consenso e diversão garantidos. Às companhias de todas as horas, inclusive nas madrugadas, seguidas pelas ressacas de dias seguidos, que me remetem à certeza de que, sem vocês, pereceria, no rotineiro sem graça: Mili Uirapuru, Josa, Aleandro, Patty, Ediwânia, Nildinho, Leonam, Dan, Henrique, Alexandre, Fernando Constâncio, Renan Inácio, Arthur, Luciano, Cruz, Talita, Lucas Henrique, Lucas Esteves, Uilian, Wesley (Capivara).

Ela, maluquinha, determinada, briguenta, brincalhona, atenciosa. Ele, calado, circunspecto, tímido, um ser humano de bondade e amor desmedidos. De mãe ela herdou a determinação. De pai, ele herdou a memória prodigiosa, que por vezes me assusta. À maninha Miriam, ao maninho que se tornou meu filho, Lucas. Por vossas existências.

Ao mano Chico; à cunhada Nega. Pelo carinho e compreensão que me dedicaram nesses anos. E pelo inestimável presente de três sobrinhas (Mayara, Leninha e Francinha) e um sobrinho (Flavinho). A despeito de minha chatice, eles me suportam, com alegria sempre renovada.

Agradeço a Vinícius, Nathália e Arthur. Meus outros quinhões de eternidade, em meio à efemeridade dessa existência.

GOMES NETO, João Maurício. Imaginários da Civilização em Rondônia: Vencer o Desconhecido, Domar a Natureza e Construir a Modernidade (Século XX). 389 fls. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"- UNESP, Franca – SP, 2019.

RESUMO

Ao longo do século XX, a espacialidade que se constituiu estado de Rondônia foi, de forma recorrente, objeto de narrativas que a percebiam como *espaço vazio, lugar de natureza bravia e selvagem* a ser *domado* e *civilizado*. A busca por dar conta dessas *missões* – primeiro *civilizatória*, depois *modernizadora* – em projetos iniciados e propagados pelo estado brasileiro, levou à migração de agentes diversos a estas localidades. Ao produzirem narrativas sobre essa trajetória, estes sujeitos costumam fazê-lo a partir de elementos comuns a determinado *imaginário* ambivalente (HARTOG [1980] 2014) que situa a Amazônia, no geral, e Rondônia, em específico, entre o *paraíso* e o *inferno* terrestres, como lugares *ermos* e terra da *promissão*. Tal perspectiva foi consagrada em diferentes campos: imprensa, historiografia, memória, e literatura. Ao tomar parcela relevante dessas produções como fontes, esta investigação buscou evidenciar: elementos correspondentes às ações de *ocupação* ensejadas; e a maneira como as mesmas são narradas pelos migrantes sob as perspectivas do *alargamento das fronteiras*, do *desbravamento*, do *pioneirismo*, da edificação do *progresso*. Tomando o conceito de *cultura política* (BERSTEIN, 1998; 2009), objetivou-se compreender a emergência e a *representação* de *imaginários* de *civilização* e *modernização* na espacialidade referida no decorrer do século passado. A pesquisa realizada indica que essas *representações* têm levado a termo um *regime historiográfico* específico na forma de narrar a *colonização* dos ditos *vazios amazônicos*, reatualizado a *colonialidade do poder e do saber* sobre esta região (DUSSEL, 2005; LANDER, 2005; MIGNOLO, 2003; 2005; QUIJANO, 2005; 2002).

Palavras-chave: Imaginário. Civilização. Colonialidade. Progresso. Amazônia.

GOMES NETO, João Maurício. Imaginaries of Civilization in Rondônia: Overcoming the Unknown, Taming Nature and Building Modernity (20th Century). 389 pages. Thesis (Phd Degree in History) – Social and Human Sciences School, Universidad Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, Franca – SP, 2019.

ABSTRACT

Throughout the twentieth century, the spatiality that constituted the state of Rondônia was, in a recurrent way, the object of narratives that perceived it as an *empty space*, *a wild and wild place* to be *tamed* and *civilized*. The search for these missions - first civilizing, then modernizing - in projects initiated and propagated by the Brazilian state, led to the migration of different agents to these localities. In producing narratives about this trajectory, these subjects usually do so from elements common to an ambivalent imaginary (HARTOG [1980] 2014) that places Amazonia in general and Rondônia, in particular, between terrestrial paradise and hell , as *idle places* and land of *promise*. This perspective exist in different fields: press, historiography, memory, and literature. When taking a relevant portion of these productions as sources, this research evidence: elements corresponding to the *occupation* actions taken; and the way narrated by migrants under the prospect of *extending frontiers*, clearing, *pioneering*, and building *progress*. Taking the concept of *political culture* (BERSTEIN, 1998; 2009), the objective was to understand the emergence and *representation* of *imagery* of *civilization* and *modernization* in the spatiality referred to in the course of the last century. The research carried out indicates that these *representations* have led to the conclusion of a specific *historiographic regime* in the form of narrating the *colonization* of the so-called Amazonian voids, re-updating the *coloniality of power and knowledge* about this region (DUSSEL, 2005; LANDER, 2005; MIGNOLO, 2003; 2005; QUIJANO, 2005; 2002).

Keywords: Imaginary. Civilization. Coloniality. Progress. Amazon.

GOMES NETO, João Maurício. Imaginarios de la Civilización en Rondônia: Vencer el Desconocido, Domar la Naturaleza y Construir la Modernidad (Siglo XX). 389 fls. Tesis (Doctorado en Historia) - Facultad de Ciencias Humanas y Sociales, Universidad Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, Franca - SP, 2019.

RESUMEN

A lo largo del siglo XX, la espacialidad que se constituyó en el estado de Rondônia fue, de forma recurrente, objeto de narrativas que la percibían como *espacio vacío*, lugar de *naturaleza brava y salvaje* a ser *domado* y *civilizado*. La búsqueda por dar cuenta de esas misiones – primero *civilizadora*, después *modernizadora* – em proyectos iniciados y propagados por el estado brasileño, llevó a la migración de agentes diversos a estas localidades. Al producir narraciones sobre esa trayectoria, estos sujetos suelen hacerlo a partir de elementos comunes a determinado imaginario ambivalente (HARTOG [1980] 2014) que sitúa la Amazonia, en general, y Rondônia, en específico, entre el *paraíso* y el *infierno* terrestres , como lugares *ermos* y tierra de la *promesa*. Tal perspectiva fue consagrada en diferentes campos: prensa, historiografía, memoria, y literatura. Al tomar parte relevante de esas producciones como fuentes, esta investigación buscó evidenciar: elementos correspondientes a las acciones de ocupación que se plantean; y la manera como las mismas son narradas por los migrantes bajo las perspectivas de la ampliación de las fronteras, del *desbravamiento*, del *pionerismo*, de la edificación del *progreso*. Tomando el concepto de cultura política (BERSTEIN, 1998, 2009), se objetivó comprender la emergencia y la representación de imaginarios de *civilización* y *modernización* en la espacialidad referida a lo largo del siglo pasado. La investigación realizada indica que esas representaciones han llevado a término un régimen historiográfico específico en la forma de narrar la *colonización* de los dichos *vacíos amazónicos*, reactualizando la colonialidad del poder y del saber sobre esta región (DUSSEL, 2005; LANDER, 2005; MIGNOLO, 2003; (2005).

Palabras clave: Imaginario. Civilización. Colonialidad. Progreso. Amazonas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Homens tentam desatolar automóvel em estrada afetada pelas chuvas.....120
Figura 2 – Imagens da *luta civilizatória* travada pelo *colonizador*.....128
Figura 3 – Capa do número 696 de *Veja*.....132
Figura 4 – Mapa das mesorregiões de Rondônia.....139
Figura 5 – O *pioneiro* Lauro Aparecido da Silva, domina a cobra e o jacaré.....212
Figura 6 – Homem e sua serra-elétrica na luta contra a floresta selvagem.....216
Figura 7 – A luta humana para retirar automóvel de atoleiro.....227

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 19

O início do caminho: o recorte, a problemática 21

Interlocuções e interlocutores 22

Ler, recortar, citar: algumas notas sobre eleições e procedimentos metodológicos 33

A montagem do enredo, a organização da tese 38

Um último adendo: sobre o desafio de escrever, narrar histórias 39

1. ENTRE ENGENHEIROS, LITERATOS E VIAJANTES: VISÕES DE AMAZÔNIA EM EUCLIDES DA CUNHA E ALBERTO RANGEL 41

1.1 Euclides da Cunha e o desejo de uma escritura *vingadora*: medir, conferir, corrigir, esquadrinhar, delimitar e reapresentar a Amazônia 44

1.1.1 *Os rios, entradas-estradas* 49

1.1.2 *Do relato da* natureza inóspita *ao homem que deveria* civilizá-la 54

1.2 Alberto Rangel e os *infernos* amazônicos 69

1.3 "Governar é abrir estradas" 82

2. A AMAZÔNIA EM REVISTA: VISÕES DE *NATUREZA* EM *REALIDADE* E *VEJA* ... 85

2.1. Publicação e circulação de periódicos no Brasil na segunda metade do séc. XX: os casos de *Realidade* e *Veja* 86

2.2. A *natureza selvagem, bravia... e* o *vazio amazônico* 91

2.3. O reclame das estradas: *integrar* era *civilizar* 109

2.4. A formação do estado de Rondônia: a *natureza* fora, enfim, *domada*? 126

3. NARRATIVAS DE *DESBRAVADORES* NA MESORREGIÃO DO MADEIRA-GUAPORÉ 138

3.1. Missionários, desbravadores e civilizadores 141

3.2. Embates e debates em torno dos *fundadores*: o inventário dos *desbravadores* e *pioneiros* 158

4. NARRATIVAS DE *PIONEIROS* NA MESORREGIÃO DO LESTE RONDONIENSE 192

4.1. Narrativas da chegada: no horizonte, o desafio de *civilizar* o espaço 194

4.2. O inventário *dos pioneiros* e os agentes do *progresso* 216

5. NAS TRILHAS DOS SERINGAIS: NARRATIVAS DE *DESBRAVADORES* E *PIONEIROS* 253

5.2.1 Na vastidão dos seringais, os *rastros* de *desbravadores* e *pioneiros* 253

5.2.2 O seringal da *promessa*? A história entre o anseio de *justiça* e o dever da *verdade* 267

5.2.3 Narrativas de *desbravamentos* e *evolução*: a ação decisiva dos seringueiros, os *heróis anônimos* 282

6: A POLIFONIA DAS VOZES QUE SILENCIAM: POVOS INDÍGENAS COMO O *OUTRO*, ENTRE O *ENTRAVE*, A *INTEGRAÇÃO* E A *CIVILIZAÇÃO* 309
6.1: Missionários da *civilização* e suas visões sobre os indígenas 311
6.2: Narrativas de *integração*: *assimilar e atualizar* 338
6.3: Narrativas do *entrave:* *violentos, arredios, perigosos, hostis...* 352
6.4: Silenciamentos, a denúncia da *aculturação* e o anseio pela originalidade 361
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS 366
FONTES CONSULTADAS 374
Bibliográficas 374
Digital 376
Periódicas 376
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 378

INTRODUÇÃO

O ponto de partida desta introdução é um adendo: ela será escrita em primeira pessoa porque, neste momento, sinto a necessidade de desencarregar meus interlocutores da responsabilidade que a enunciação em terceira pessoa lhes acarreta, mesmo implicitamente. Ela percorrerá eleições, receios e indicará, também, alguns aprendizados que reputo construídos nesta trajetória. Por isso, a alternativa mais adequada que ora vislumbro, é discorrer, "eu mesmo", de maneira aberta e reflexiva, sobre os desafios e descobertas que me reservaram a construção e escritura de uma tese.

Quando submeti projeto de pesquisa ao Programa de Pós-graduação em História/Unesp/Franca, o intitulei *"Narrativas de progresso em Rondônia (1970-1990)*". À época, depois de leituras sobre a história da espacialidade, me inquietava a recorrência de como a ideia de *progresso* marcava aqueles escritos e me propus a investigar essa presença como uma questão.

A perspectiva do *progresso*, conforme se observará, está bastante presente tanto nas projeções, nos sonhos, nas *expectativas* lançadas a esta espacialidade quanto nas ações, com vistas a concretizá-las. Assim, o relato destas *expectativas* e *experiências* (KOSELLECK, [1979] 2006) se tornou matéria recorrente nas narrativas que se remetiam à trajetória de *ocupação* e *colonização* desta espacialidade, da territorialização do que, depois, seria Rondônia.

Durante os encontros de orientação com a profa. Dra. Márcia Pereira da Silva, das provocações que sempre me fazia, uma dizia respeito a esta questão: as narrativas que eu reputava de *progresso*, não deixavam de sê-lo, mas não indicariam algo mais? Não seriam narrativas que remeteriam aos *imaginários* de *civilização* em Rondônia?

Tal provocação me levou a refletir sobre a força dos *imaginários*, fundamentais à constituição, emergência e/ou reatualização de *culturas políticas*, a exemplo do que acentuou Serge Berstein (1998; 2009). E tornou-se mais latente e evidente quando das leituras de *Um paraíso perdido* de Euclides da Cunha[1]; e *Inferno verde*, de Alberto Rangel[2], frente às demais

[1] CUNHA, Euclides [1905-1909]. **Um paraíso perdido**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

[2] RANGEL, Alberto [1908]. **Inferno verde**: cenas e cenários do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2008.

fontes que já aventara e discutira, fosse para o projeto inicial, ou para o trabalho apresentado à banca de qualificação, realizada em dezembro de 2017.

Estas questões, reforçadas pela leitura e provocações da banca examinadora deste trabalho, me levaram a deslocar o recorte temporal da pesquisa e ao presente título: "Imaginários da Civilização em Rondônia: Vencer o Desconhecido, Domar a Natureza e Construir a Modernidade (Século XX)". A noção de *progresso*, conforme aventei, continua a marcar e a orientar o presente trabalho, mas compreendo que, com este deslocamento, contemplei questões para quais não havia atentado, processo comum às descobertas do percurso investigativo.

A espacialidade que atualmente corresponde ao estado de Rondônia, até 1943 – quando foi tornada território federal no governo de Getúlio Vargas – tinha parte vinculada ao Mato Grosso e outra, ao Amazonas; e compunha o que depois se denominou de Amazônia ocidental[3]. Por isso, parte das fontes aqui presentes foram lidas sob a chave de leitura dos *imaginários* amazônicos, construídos e projetados à região.

Esta pesquisa resulta de projeto mais amplo no qual, juntamente com a Prof.ª Dr.ª Gilmara Yoshihaha Franco, busquei refletir sobre a *formação* de Rondônia, dentro da chamada *expansão para o Oeste*. Enquanto tem se dedicado a pensar as instituições, os projetos, centrando seu foco nos governos militares, a exemplo de pesquisa de pós-doutorado por ela concluída no ano passado, intitulada *A construção do "Brasil Potência": a propaganda de estímulo à migração para o Norte do Brasil – um estudo a partir do caso de Rondônia (1968 – 1981)*, minhas inquietações se circunscrevem mais aos sujeitos que recepcionaram e deram guarida a tais projetos.

Exatamente por isso, a ditatura civil-militar ocupa pano de fundo nas discussões que se seguem. É presença latente, mas plasmada por um olhar que busca captar outras movimentações, não menos políticas, suponho. Enquanto as disputas pelo poder eram travadas em níveis institucionais, tento evidenciar como esses sujeitos compreenderam, acolheram e representaram o percurso de realização desses projetos.

[3] Amazônia Ocidental é uma das subdivisões da Amazônia Legal, área que engloba territórios total, ou em parte, de 9 (nove) estados brasileiros. Conforme proposição do governo federal, está dividida em ocidental (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima) e oriental (Tocantins, Pará e Amapá e parte de áreas do Mato Grosso e do Maranhão). Para efeitos legais e em termos político-administrativos, tal divisão foi operada por força do Decreto-Lei no 291, de 28 de fevereiro de 1967, art. 1o, § 4º.

O início do caminho: o recorte, a problemática

Quando, a partir da segunda metade do século XX, começaram a ser produzidas e publicadas as primeiras histórias dos *pioneiros* e *desbravadores* de Rondônia – dando conta de uma trajetória que, em determinados casos, segundo esses narradores, seria três vezes secular – , a imagem do desafio de *habitar*, *povoar* e construir a *civilização* no *lugar ermo*, onde só existia a *selvageria*, a *mata bravia*, a *selva fechada*, os *perigos da natureza* mostrava, pela chave de leitura que ora se apresenta, que esses sujeitos entendiam e compartilhavam de *imaginários* (HARTOG, [1980] 2014) sobre essas plagas, os mesmos divulgados desde épocas remotas.

A presente investigação busca compreender, portanto, como essas narrativas reatualizaram *imaginários*, marcados pela ideia do *pioneirismo*, do alargamento e expansão das fronteiras, da edificação do *progresso*. A intenção é entender como, ao fazê-lo, se evidenciam *regimes historiográficos* partilhados, centrados em tópicas que reiteram a retomam e reiteram a experiência da empresa *colonizadora*; o *lugar social* dos narradores (CERTEAU, [1976] 2011); e demandas e expectativas lançadas ao enredo historiográfico, nas narrativas sobrepostas de *formação* e *civilização* da espacialidade em tela. Neste sentido, uma pergunta de fundo, embora tantas vezes já visitada, se faz subjacente à investigação: *o que fazemos quando escrevemos história*?

A hipótese é que, ao migrarem e assumirem o discurso *formador* da espacialidade, ao reatualizarem a perspectiva do *pioneiro*, do *desbravador*, do *novo bandeirante*, esses sujeitos tomavam de empréstimo determinadas leituras do passado que colocavam e o entendiam como um *espaço selvagem*, de difícil dominação. Esta abordagem servia para afirmar a grandeza da empreitada levada termo e dava a ver, assim, *imaginários*, constituintes de uma *cultura política* (BERSTEIN, 1998; 2009), que reafirmava o entendimento dessa espacialidade como um *vazio amazônico* e, por isso, reclamava projetos e ações, visando *preenchê-lo*.

Nesse percurso, enquanto disputavam sobre quem seriam os *novos bandeirantes*, os *agentes desbravadores* e *pioneiros* construíam alteridades frente ao *meio*[4], ao enfatizarem o

[4] No Brasil, tornou-se recorrente o uso da expressão "meio-ambiente", o que se constitui redundância, posto que as duas palavras se remetem ao mesmo objeto. Assim, durante este trabalho, evitar o uso conjugado delas. Para uma discussão a respeito, cf.: OLIVEIRA, 2006.

gigantismo da *natureza*, narrada como inimiga a ser batida, vencida. Essa chave de leitura também seria atribuída aos povos indígenas, pensados sob as óticas do *domínio* e do *entrave*, como partes da *natureza* a serem *domados* e *civilizados*.

É assim que tópicas comuns a *Um paraíso perdido*, de Euclides de Cunha[5] e *Inferno verde*, de Alberto Rangel[6], foram presença constante, décadas depois, nas reportagens amazônicas de *Realidade* e *Veja*, e também reatualizadas nas narrativas memorialísticas, historiográficas e/ou literárias, publicadas pelos migrantes – aqui, também tomadas como fontes –, ao contarem suas trajetórias de vida, as venturas e desventuras da *colonização* da espacialidade, acentuando aspectos que entendiam terem sido silenciados por outras histórias. Os autores buscavam, assim, narrar a si mesmos, destacar a trajetória da comunidade de referência, fazer *justiça* e restituir a *verdade*, através das histórias que contavam.

Tais narrativas, que versam sobre as experiências de *formação* e *civilização* desse território, seja nos campos da política, da história, da memória, da literatura, ou da imprensa, tendem a considerar, a depender de onde foram ensejadas, ora as migrações advindas do ciclo da borracha – observadas, sobretudo, mas não exclusivamente, na atual mesorregião do Madeira-Guaporé –, ora o processo de *expansão para o Oeste*, em torno da BR-364, na mesorregião do leste rondoniense, incentivado pelos governos militares, a partir de meados dos anos 1960. Neste sentido, ambas buscavam circunscrever quem teria, *efetivamente*, *fundado* Rondônia. O objetivo, aqui, é menos indicar quem seriam realmente os *desbravadores* e *pioneiros* dessa empreitada, e mais compreender os elementos sobre os quais essas narrativas foram ensejadas, construídas, apresentadas.

As obras aqui cotejadas são, em larga medida, marcadas pelo inventário dos eventos, personagens e ações consideradas *fundantes* da espacialidade rondoniense e trazem, a este respeito, alguns deslocamentos e aproximações entre si. Seja pela enunciação, pelo silenciamento, ou negação de determinados eventos, essas narrativas têm reatualizado *imaginários* e construído *representações* de *si* e do *outro*, no intento de circunscrever, contar a trajetória histórica deste estado.

Interlocuções e interlocutores

[5] CUNHA, Euclides [1905-1909]. **Um paraíso perdido**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

[6] RANGEL, Alberto [1908]. **Inferno verde**: cenas e cenários do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2008.

Em dezembro de 2017, quando preparava o texto do Relatório de Qualificação desta pesquisa, minha orientadora me indicou a leitura da tese de doutorado de Luiz Carlos Flávio, intitulada *Memória(s) e território: elementos para o entendimento da constituição de Francisco Beltrão-PR*.

Além de aprender bastante com o estudo, descobri, bastante feliz, que a presente pesquisa, como era de se esperar, não seria, digamos, de todo inédita. Feliz porque me fugia o intento do ineditismo. Pelo contrário. Intencionava perscrutar, exatamente, a reatualização do *imaginário* do *pioneiro*, as narrativas de *formação* e *civilização*, sua atualização, permanência e força.

Há encontros entre a tese do Luiz Carlos Flávio e o texto que ora apresento. Mas há, também, deslocamentos consideráveis, a exemplo dos recortes temático, temporal, espacial e da perspectiva teórica e metodológica desta investigação, o que, imagino, justifica e qualifica sua apresentação como tese. Já na introdução, ele destacava:

> No discurso geográfico presente nos monumentos, percebíamos uma "leitura de mundo" que tenta se fazer passar como a *memória que explica a História de toda a cidade*. Nele, louva-se o trabalho efetivado pelos denominados *pioneiros*, os gaúchos e catarinenses que aportaram em Francisco Beltrão a partir dos anos 1940-50, no bojo do processo de colonização. Eles teriam "*inaugurado"* a ocupação do território considerado, à época, um "vazio demográfico" e teriam transformado o "sertão", supostamente "desabitado", em lugar de progresso e prosperidade.
> Nas representações dessa "memória oficial", o objetivo que teria ativado a ação dos *pioneiros, na* ocupação territorial, seria o interesse em instaurar o *desenvolvimento* da cidade e da região, o *progresso para todos:* o *bem comum* (FLÁVIO, 2011, p. 18 Itálicos do autor)

Ao chegar a Rondônia, mais precisamente, em Rolim de Moura, e ao enveredar pela historiografia do estado, deparei com perspectivas que davam conta da trajetória aguerrida, destemida dos *pioneiros*, *desbravadores*, *novos bandeirantes*, que teriam vencido o *arbítrio da natureza* e construído, conforme essas narrativas, a *civilização* naquelas paragens.

Estes relatos de heroísmo *pioneiro* se nutrem da historiografia como esta se nutre deles, e não estão circunscritos somente a história. Se espraiam pelo discurso jornalístico das imprensas local e nacional, são replicados por agricultores, professores, advogados, médicos, agentes de segurança pública, comerciantes, enfim, cidadãos de vários grupos e classes sociais, cada um deles dispostos a contar sua a saga e a relatar seu quinhão de contribuição à *fundação* de Rondônia.

Em alguma medida, é parte desse percurso narrativo – que incorpora experiências de atores sociais diversos – que busco investigar no percurso desta tese pensando, em perspectiva geral, a Amazônia Ocidental, e de maneira mais específica, a constituição da espacialidade rondoniense, com destaque a segunda metade do século passado.

Esses recortes temporal e espacial, contudo, não são fechados. Eles vão e voltam, por vezes alcançam outros espaços e se espraiam a outras temporalidades conduzidos, sobretudo, pelo conceito de *imaginário*, central à discussão que ora se coloca. *Imaginários* amazônicos, constituidores de *culturas políticas*, cuja projeção tem narrado e motivado práticas que conferem sentido e têm marcado a existência da Amazônia, desde tempos longínquos.

A reatualização destes *imaginários*, no que destaco o apego à ideia de *progresso*, o desejo de *modernidade*, o anseio *civilizatório*, manifestado, sobretudo, nos projetos reiterados de *colonização/integração* da Amazônia – dita *espaço vazio, vazio demográfico, deserto humano*, entre tantas outras assertivas –, me fizeram atentar para aquilo que alguns autores têm denominado de *colonialidade do poder e do saber* (DUSSEL, 2005; LANDER, 2005; MIGNOLO, 2003; 2005; QUIJANO, 2005; 2002), vertente vinculada aos estudos decoloniais. Ainda que não seja objetivo central me aprofundar no debate sobre a epistemologia *decolonial*[7], a contribuição de algumas dessas perspectivas, conforme ver-se-á, é inegável.

A discussão sobre *colonialidade do poder e do saber* na América Latina parte da perspectiva segundo a qual a emergência de nações independentes – que antes eram colônias europeias, vinculadas principalmente à Espanha e Portugal – podem ter marcado o fim da experiência colonial, mas as suas elites *crioulas ou mestiças*, ao adotarem as premissas da *modernidade/racionalidade iluminista*, deram sequência a formas de poder e saber colonialistas e racialistas. As mesmas teriam continuado, assim, imersas ao *imaginário* colonial, entendido pelos estudiosos da *colonialidade* como a face oculta e inseparável do projeto moderno e eurocêntrico de poder. O que se denomina *diferença colonial*.

O dialogo estabelecido com a perspectiva decolonial nesta escritura se faz a partir da compreensão de que as narrativas que dão conta da *ocupação* do dito *vazio amazônico* no geral; e da *civilização* em Rondônia, em específico – utilizadas como fontes nesta pesquisa – reutilizam, a despeito dos deslocamentos temporais, um projeto de *colonização* observado desde longa data e seguem trilhas comuns à estratégias implementadas pelas nações

[7] Ver por exemplo, *Desobediência epistêmica*, o texto-manifesto bastante provocativo de Walter Mingolo ([2007] 2008).

colonizadoras europeias, que desde a chamada *modernidade*, transformaram, por meio agenciamento do poder e do saber, *histórias locais* em *projetos globais* (MIGNOLO, 2003).

Esta perspectiva é evidenciada tanto nas ações e na semântica que conta a experiência da *colonização* desta espacialidade, quanto e sobretudo na maneira como os povos indígenas foram ditos e compreendidos nesse processo[8]. Marcadas pela busca reiterada do *progresso*, estas narrativas de *civilização* reafirmam premissas do projeto *colonial moderno*, trazem à tona e replicam a *diferença colonial* na maneira de dizer e perceber o *outro*.

Luiz Carlos Flávio apontava em sua tese sobre a *constituição de Francisco Beltrão/PR*, com alguma surpresa, a confluência entre a perspectiva de memorialistas e de estudos realizados na Universidade. Ao que parece, esperava maior distanciamento nas abordagens. Algo muito próximo acorre na historiografia acadêmica rondoniense, bastante afeita à máxima do pioneirismo, mesmo que a critique, geralmente na disputa para definir quem o seria de fato. Esta perspectiva, contudo, não me surpreende.

Neste sentido, compreendo que, a despeito de ocuparem lugares sociais distintos, os sujeitos que produziram narrativas sobre a construção de Rondônia reatualizaram, em larga medida, a perspectiva da *colonialidade*, seja por convicção e crença, seja porque ela se apresenta tão naturalizada e corrente que perceber sua reprodução nem sempre é tarefa fácil. Determinadas *tradições*, por vezes questionadas e noutras tantas denunciadas pela academia, frequentemente, costumam vazar quietas e traiçoeiras da mente, e escorrer por nossos dedos, até serem impressas sob *nossa* autoria, sem que atentemos ao fato.

A proposta aqui delineada foge ao intento de questionar e negar *pioneirismos*. A ideia é evidenciar e compreender as premissas sobre as quais têm se sustentado essas narrativas de *formação* e *civilização*. Qual seja, nos debates e embates sobre quem seriam, *efetivamente*, os *verdadeiros pioneiros*, os construtores do *progresso*, minha posição tem por objetivo mais compreender essas disputas, do que arbitrá-las.

A abordagem pretendida trata das aproximações de fronteiriços entre cultura e política. Neste sentido, tem no horizonte a ideia de *cultura política* como um dos conceitos norteadores da investigação, seguindo as trilhas de Serge Berstein (1998; 2009), para quem tal formulação permite compreender percepções de mundo, comportamentos, *imaginários* e *sistemas de representação*, frente aos embates e debates travados nas relações de poder, estabelecidas no tecido social.

[8] A este respeito, conferir o sexto capítulo desta tese.

> Para os historiadores, a noção de cultura política tem acepção bem diversa. Por meio de seus estudos empíricos, eles constatam a existência, num dado momento da história, de vários sistemas de representações coerentes, rivais entre si que determinam a visão que os homens que deles participam têm da sociedade, de sua organização, do lugar que aí eles ocupam, dos problemas de transmissão do poder, sistemas que motivam e explicam seus comportamentos políticos. (BERSTEIN, 2009, p. 32)

Essa noção me é cara à compreensão das *representações*, dos *imaginários* e, principalmente, da ideia de *progresso,* elemento recorrente nas narrativas elaboradas pelos migrantes que se deslocaram ao que depois seria Rondônia, em temporalidades diversas. A perspectiva do *progresso*, tão reiterada, envolve o exercício de mensuração, na medida em que coteja e incorpora olhares que avaliam e estabelecem um "antes de" e um "depois de", este acrescido da experiência vivida, das expectativas alcançadas.

Ao ensejarem narrativas de *formação* e *civilização* sobre Rondônia, os sujeitos que o fazem se debruçam em retrospectiva sobre o passado e o tomam como referência para afirmar o império do *novo* sobre o *velho,* cujo marco ou limiar que separaria estas experiências se situaria em determinado presente, afirmando a evidência material de que o *progresso* teria vencido o *atraso*.

Para pensar parte das questões envoltas na ideia de *progresso,* esta situada, inclusive, no ideário político republicano e central à chamada *modernidade* (KOSELLECK, [1979] 2006), tenho em mente a ponderação de Serge Berstein, para quem "[...] a cultura política [...] não é uma chave universal que abre todas as portas, mas um fenômeno de múltiplos parâmetros, que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos" (BERSTEIN, 1998, p. 349-350).

Tais provocações, no campo da *cultura política,* me foram importantes. Mas seja na busca por dar conta de compreender parte da *complexidade* envolta *nos comportamentos humanos;* seja pela necessidade de entender como transformamos a experiência desses *comportamentos* em representações escritas, o que aqui, denomino de narrativas, fui levado à outras leituras, diálogos, interlocuções.

Ao abordar, na Grécia, mais precisamente o período contemporâneo a Heródoto, François Hartog ([1980] 2014) lembrava a estreita relação entre a viagem e a possibilidade de ver, descrever, dizer o mundo. Qual seja, construir um saber-poder que, a partir da *autópsia*, do olho que captava e observava a paisagem, era capaz de representar esse mundo percorrido pela visão. Assim, o espacializava e o circunscrevia, por meio da escrita. Ver corresponderia, portanto, à legitimação de um saber autorizado a dizer o *outro*.

As reflexões construídas por François Hartog, sobretudo em o *Espelho de Heródoto*, atravessam este trabalho. Isso por compreender que, ao se remeter às histórias produzidas por Homero, o autor estava a dialogar, também, com as formas de operar, escrever história que se seguiram, sobretudo, na chamada *modernidade*, a exemplo do que indica suas produções posteriores.

Tais considerações são dispostas aqui, menos para resenhar as proposições desses autores e mais na tentativa de indicar minhas eleições e como elas dialogam com esta pesquisa. Em *Evidência da história*, François Hartog ([2005] 2013) retomaria a discussão sobre a *autópsia*, já presente em *O espelho de Heródoto*[9]. Ao tratar da *operação historiográfica* em Tucídides, indicava que, para este, o *saber histórico* encontrava fundamento na *autópsia*, que corresponderia à *operação* de *ver por si mesmo*, ou como diria o ditado popular, "com os próprios olhos".

Compreendo que a *operação historiográfica*, levada a efeito pelo historiador francês, se remete, principalmente, às práticas e operações comuns a Heródoto e Tucídides e, portanto, elas possuem historicidade e atendem a *regimes historiográficos* específicos. Contudo, entendo que parte dessas operações continuam em *evidência*, são procedimentos aos quais ainda se recorre ao se produzir narrativas sobre experiências fugidias a antiguidade. Por este motivo, considero que tal diálogo é possível e, sobretudo, profícuo.

Várias publicações, a serem cotejadas nos próximos capítulos, trazem a perspectiva da *autópsia*. Observei nelas a centralidade do olhar que comunica dada experiência a partir da compreensão de que o procedimento, a operação de escritura, seria validada, legitimada, porque o narrador participou, viu, testemunhou os fatos narrados.

São elementos como estes que me permitem, imagino, as aproximações realizadas a partir das discussões desencadeadas nos escritos de F. Hartog. O caminho metodológico e as provocações presentes em várias de suas publicações me foram caras no percurso que se segue. Assim, noções como *marcas de enunciação*, *inventário*, *alteridade*, *autópsia*, *agrimensura*, *representações* e *imaginários*, estas duas últimas, tão caras ao estudo de *culturas políticas*, permeiam a escritura desta tese. Indicá-las a todo tempo seria exaustivo e demasiado repetitivo, por isso, o faço quando entendi ser necessário explicitar meu débito direto às formulações mencionadas.

[9] Sobre o recurso da *autópsia* em *O espelho e Heródoto*, ver especialmente o capítulo II da parte 2, intitulado *O olho e ouvido*: HARTOG, [1980] 2014, p. 290-335. A temática do *ver*, do *olhar*, conforme indicamos, foi retomada pelo mesmo autor em retomado *Evidência da história: o que os historiadores veem* ([2005] 2013).

Penso que as narrativas de *formação* e *civilização* sobre Rondônia atuam no sentido de contar experiências e trajetórias, a reafirmar o que ou quem são os *pioneiros* a partir do espelho que projeta diferenças que, por sua vez, exercem *efeito* importante na tradução a ser apresentada à comunidade de referência. Daí a necessidade de *inventariar* o percurso, procedimento comum nesses relatos. "A partir do lugar de saber que se atribui o 'eu' viajante, que se faz todo olhos e ouvidos, pode-se então desdobrar uma interpretação do mundo e de sua história" (HARTOG, [1996] 2004, p. 106).

Em *Crer em história*, François Hartog, em momento determinado, ao traçar paralelos entre *Civilização/Modernização/Modernidade* e se deslocar da ideia de *choques de civilizações*, proposta por Samuel P. Huntington ([1996] 2010), nos lembra que *civilização* – ou a ação/*operação civilizatória*, colocada em movimento – era um conceito *futurista*, na medida em que ela não estava dada, *se caminhava em direção a ela*. Seria também *normativo*, posto que existiriam graus diferenciados – hierarquizados, portanto – de *civilização*, elementos que a colocariam como central, dentro da ideia de *regime moderno de historicidade*. (HARTOG, [2013] 2017, p. 208).

Civilização evocaria os ecos da ideia de *progresso*, a fé professada e reiterada de que o futuro das sociedades caminharia, de maneira irrefutável, no sentido da transformação positiva de forças realizadoras. Ou destruidoras, quando o sinal foi invertido e o futuro passou a ser dado como ameaça à *civilização*. Assim, para conter a caminhada, quase irreversível, da humanidade a um porvir de proporções nefastas caberia, ainda, planejar, tentar delimitar e projetar o futuro que se queria evitar, em função da trajetória certa a ser seguida.

Esta, na percepção de Hartog, correspondia à manifestação do *regime de historicidade moderno*. A expectativa do que poderia vir a se realizar continuaria a balizar, a mediar a relação entre passado, presente e futuro. Entre esses tempos e seus fronteiriços, se colocaria a *missão civilizatória* a movimentar ações, projeções, ideais de futuro, visões e reelaborações do passado, lutas, anseios e sonhos, que entrecortavam os tantos momentos, *saturados de agora*[10] (BENJAMIN, [1940] 2012, p. 249), antes vividos como presentes, depois tornados *experiência* a ser narrada, contada, lembrada. É nesta relação com a ideia de *progresso* que compreendemos, aqui, as *narrativas* de *formação* e *civilização* em Rondônia, no decorrer do século XX.

[10] A referência aqui é aos vários *tempos de agora*, que para Walter Benjamin, deveriam marcar a tentativa de escritas da história sob o signo da *abertura*. Cf.: *Sobre o conceito de história* ([1940] 2012, p. 241-252)

A partir de Michel de Certeau, a perspectiva da *operação historiográfica* desenvolvida, por sua vez, em *A escrita da história* ([1975] 2011), também me permitiu refletir bastante a respeito das narrativas que discuto a seguir, sobretudo, a noção de *lugar social*. Ela caminha em consonância com a formulação de Fernando Nicolazzi (2017), a respeito de *regimes historiográficos*, o qual dialoga tanto com Certeau quanto e, sobretudo, com Hartog.

A noção de *regime historiográfico*, segundo Fernando Nicolazzi, sem excluir e na esteira do que outrora pensou Michel de Certeau, a complementa, permitindo ir além da ideia *operação historiográfica*, pois esta, quando foi formulada,

> "[...] não articulava de forma mais intensa as relações entre escrita da história e experiência do tempo. Se nos termos da operação proposta por Certeau encontramos instrumentos úteis para se pensar o discurso historiográfico na sua tripla dimensão (um lugar, uma prática, uma escrita), um regime historiográfico permite contemplar, além da escrita efetiva da história, o entendimento sobre a definição possível do que vem a ser história, além da demanda por certo modelo de escrita histórica. Ou seja, se a operação historiográfica nos remete para o centro do trabalho histórico, um regime historiográfico, sem perder de vista a operação que lhe dá sentido, direciona o olhar analítico ao seu entorno, às expectativas projetadas a ela e as suas formas de recepção; remete à experiência de tempo que torna possível definir as relações entre passado, presente e futuro, mas também às delimitações de ordem técnica e/ou prescritiva que não se converteram em textos historiográficos propriamente ditos, isto é, em discursos articulados pelas determinações de um lugar social, pelos protocolos de uma prática específica e pelas características de uma escrita particular.
>
> O esforço de se voltar para o estudo dos regimes historiográficos que se constituem no interior dos regimes de historicidade, mas também em suas margens, tornando possível sua própria problematização (a dos regimes de historicidade) e fazendo da história e da reflexão sobre esta escrita, mais do que um simples *indicador* da experiência do tempo, um *fator* constitutivo desta mesma experiência, oferece alguns ganhos teóricos relevantes" (NICOLAZZI, 2017, p. 25-26 Itálicos do autor)

Ao partir de proposição cara a Hartog, embora pouco sistematizada por este, Nicolazzi, num recorte temporal estabelecido entre 1870-1940; e frente à diversidade de ensaios considerados historiográficos, busca "indagar a respeito das variadas formas de historiografia que emergem em um regime de historicidade, e a refletir sobre as relações entre *regimes de historicidade* e *regimes historiográficos* em determinados momentos históricos" (NICOLAZZI, 2017, p. 20 Itálicos do autor).

A proposição de *regime historiográfico* tal qual apresentada por Nicolazzi é ainda inicial e deve se evitar percebê-la como lei ou regra geral, passível de se aplicar a toda discussão, como se fosse fórmula pronta, cujo uso poderia ser levado a termo em qualquer investigação, sem que se pense e busque contemplar a historicidade de produção das

narrativas que se pretende perscrutar, compreender, estudar. Inclusive, ele restringe sua operação ao recorte de 1870 a 1940, como hipótese, a partir de escritos de Capistrano de Abreu e Sílvio Romero.

A despeito de atentar a estas questões, o cotejamento de narrativas diversas no presente trabalho – memorialísticas, literárias e historiográficas – sobre a espacialidade em tela, me levou a identificar tópicas que se encontram e se repetem nessas produções, apesar da diversidade de formas e estilos dessas narrativas.

Identifico isto ao menos desde o início do século XX, em tópicas que contam, narram a espacialidade amazônica, a partir da ideia de um *vazio* a ser preenchido, enquanto ela é afirmada *terra da promissão*, uma aposta, portanto, no *futuro*. São representações situadas entre as percepções de *paraíso* e *inferno* terrestres, que ensejam, compreendo, determinado *regime histográfico*, uma dada maneira de narrar, contar essa trajetória, ao passo que reatualizam uma *memória disciplinar* a indicar operações específicas, as quais revisitam determinados temas e maneiras de tecer o enredo sobre experiências pregressas (TURIN, 2013).

Ao estabelecer diálogo tal com proposição, a ideia é menos situar uma categoria em detrimento da outra, e mais possibilitar conjunções, encontros entre elas, os quais potencializem a escrita e a reflexão historiográfica, dentro e mesmo fora da disciplina história, qual seja, com produções entendidas história e outras, que com ela estabelecem interface.

Compreendo que a força e a importância das reflexões de Nicolozzi, à tessitura do enredo e discussões que proponho nos capítulos que se seguem, se dão tanto pela presença marcante do Hartog, presente nesta investigação quanto pela proposta de pensar *as margens* tocadas pelos *regimes historiográficos*, em narrativas diversas, que não somente aquelas, ditas, situadas ou avalizadas como história.

As aproximações da história com outros campos do saber é tema recorrente na historiografia, desde que se buscou disciplinalizá-la e torná-la campo científico. Seria demasiado repetitivo, além de fora de lugar, retomar essa discussão aqui. Cabe, contudo, uma ponderação.

Parte relevante das narrativas aqui cotejadas reitera com frequência, a preocupação com a *sinceridade*, com a *cientificidade* e a *utilidade* do relato produzido, no sentido de restituir verdades supostamente esquecidas ou ignoradas; e a reafirmar determinada crença na possibilidade de se fazer *justiça* através da escrita historiográfica. Qual seja, a escritura da história envolveria também compromissos éticos-morais, no sentido de *julgar* e deslocar *injustiças* cometidas por outras representações históricas sobre experiências pregressas.

Neste sentido, as dificuldades de uma escritura que prese pela *sinceridade* afetiva e não abdique da *cientificidade* é constantemente retomada. Escrever história consistiria, portanto, num ato de abnegação, altruísmo, desprendimento das vontades egoístas recorrentes ao cidadão, para assumir o compromisso público em prol da coletividade, do projeto nacional. A função social – utilidade – do historiador seria atuar como artífice da nação. Foram percepções como estas que me levaram ao diálogo com Rodrigo Turin (2009), a despeito de compreender que em sua investigação, ele estava a confrontar produções de von Martius e Varnhagen às de Sílvio Romero, de maneira a tornar evidente, *o ethos do historiador oitocentista.* Ao retomar e destacar essas tópicas no século XX, a ideia é menos fazer juízo de valor e mais entender como parte desse *ethos* frequentou o debate e era preocupação reiterada em parte das produções narrativas sobre o passado rondoniense.

A literatura especializada costuma situar na Escola dos Anais francesa a redefinição do campo de estudos da história, que passaria do *estudo dos homens no tempo* – formulação cara a Marc Bloch, em *A apologia da história* – e ter-se-ia reaproximado da geografia, sobretudo a partir de Fernand Braudel em *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II*, em cuja formulação, a escrita da história era rearticulada com destaque às interações humanas frente ao espaço e ao tempo.

Durante este trabalho, conceitos como *espaço, espacialidade* e *território* estarão presentes. Atribuo a recorrência deles a três motivos principais: vício de formação (meu mestrado, no Programa de Pós Graduação em História/PPGh, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN, cuja área de concentração, *história e espaços*, requeria efetuar tal aproximação, necessidade constantemente retomada, nos cursos ali ministrados); a tradição ou *filiação* da historiografia brasileira às proposições francesas, aproximação que vem de longa data, conforme é sabido; e, por fim, a centralidade que estas categorias assumiram, na constituição da trajetória e experiência de formação da chamada Amazônia Ocidental, de maneira geral, e Rondônia[11], de maneira específica, conforme é possível notar no decorrer desta tese.

Neste sentido, gostaria de me concentrar nos seguintes aspectos. Ao me referir a *território*, remeto-me às formulações de agentes do estado brasileiro, no sentido de definir estratégias de *territorialização*, qual sejam, políticas e ações com vistas a *territorializar* o

[11] Não só da Amazônia, eu diria. Antônio Robert de Moraes ([2002] 2005), por exemplo, chama a atenção para a maneira segundo a qual, a ideia de nação, no Brasil, foi pensada com enfoque mais no espaço e sua dimensão territorial (alargar, tornar o país uma pátria gigante) do que nos homens e mulheres, que deveriam circunscrevê-lo e torná-lo *nacional*.

espaço físico em tela. Esta operação circunscreve o objetivo reiterado por agentes sociais, situados dentro e fora dessa espacialidade, no intuito de demarcá-la, delimitá-la, mapeá-la, cartografá-la.

No tocante à *espacialidade*, a compreendo como as práticas que constroem relações, apropriações, identificações, que transformam o espaço físico em espaço construído, vivido, *praticado*, conforme proposição cara a Michel de Certeau[12] ([1990] 2014). O *espaço praticado* seria, portanto, marcado por grande liberdade de escala, podendo ir do país ao bairro, do local de trabalho à poltrona utilizada nos afazeres ou descansos rotineiros. Ao apontar deslocamentos entre as noções de *espaço* e *lugar*, Certeau acentuava que:

> Um *lugar* é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha, portanto, excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do "próprio": os elementos considerados se acham uns *ao lado* dos outros, cada um situado num lugar "próprio" e distinto que o define. Um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade.
> Existe *espaço* sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável de tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. O espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais [...]
> Em suma, *o espaço é um lugar praticado*. (CERTEAU, [1990] 2014, p. 184 Itálicos do autor)

Na Amazônia, no geral, e em Rondônia, em específico, tal como investigamos nesse percurso, o espaço foi praticado, sonhado, imaginado. Ele foi recortado pela dinâmica, pelos anseios de agentes do estado e pelas gentes *anônimas* que projetaram nele a realização dos próprios sonhos, do anseio em encontrar e/ou construir neles, o *eldorado*. Mas essa *visão do paraíso* (HOLANDA, [1959] 2002), a ideia desse *paraíso perdido*[13], estiveram acompanhadas pela presença de seu duplo, o *inferno verde*[14], resistente e persistente, tal e qual os seres humanos que, teimosos, nele estabeleciam paragem. Em larga medida, é disto que trata esta pesquisa: da luta por *civilizar, domar* esse *outro*, que se mostrava escorregadio, fugidio, insolente, se negava a se curvar ao engenho humano, aos projetos de poder a ele direcionados.

---

[12] Sobre a noção de *espaço praticado*, Cf. Michel de Certeau, sobretudo a terceira parte, intitulada *Práticas de espaço* (CERTEAU [1990] 2014, p. 155, p. 198).

[13] RANGEL, Alberto [1908]. **Inferno verde**: cenas e cenários do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2008.

[14] CUNHA, Euclides [1905-1909]. **Um paraíso perdido**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

Pondero que, mais do que me agarrar a uma proposição e usá-la como "tábua de salvação", penso e tento traçar diálogos e aproximações em torno dessas perspectivas que, ao meu ver, têm em comum o traço forte e marcante de chamar a atenção aos projetos e projeções, às maneiras, aos usos, às *práticas* humanas na construção cultural e política, na *imaginação* e apropriação do espaço.

Assim, a *espacialidade* é construída ou se apresenta em construção, circunscrita à ação, às *práticas* humanas. Trata-se da apropriação do *espaço* pelos sujeitos que com ele interagem e constroem, ali, relações de identificação e pertencimento. Enquanto o *espaço* se constituiria por meio das *práticas* nele ensejadas, o *território* envolveria uma segunda acepção, estratégica, vinculada, neste caso, mais à atuação do estado e seus agentes, no intento de delimitar, demarcar, cartografar a *espacialidade*.

Ler, recortar, citar: algumas notas sobre eleições e procedimentos metodológicos

Alguém provido de maior objetividade e senso prático tornaria este um texto mais direto e reduziria tanto a incidência quanto o tamanho das citações. Reconheço a extensão e a recorrência, talvez demasiada, de ambas. Contudo, por dois motivos, as mantive assim, mesmo ciente de que possam cansar ou indispor um pouco o leitor.

O primeiro é pela autorreconhecida dificuldade em cortar textos; o segundo porque ao fazê-lo, sempre me vem o peso à consciência, uma espécie de "culpa historiográfica", sob o receio de mutilar raciocínios que não são meus e retirá-los de seus lugares onde, por vezes, diziam outras coisas, cumpriam finalidades distintas.

Sei bem ser assim que funciona a construção da narrativa historiográfica. Este é menos um reclame e mais um alerta consciencioso, que não me isenta da responsabilidade *operatória*, para fazer referência a Michel Certeau ([1975] 2011). Deveria ter feito melhor, mas fui embargado pelas tantas limitações que me acompanham, com fidelidade quase canina.

Há, reconheço, vícios e idiossincrasias que ainda não consigo evitar, a despeito de vê-las e reconhecê-las. Fico a pensar que ao deixar as citações maiores, mantenho parte da integridade delas, as mutilo em menor escala e que esta é, também, uma *operação* que poderá ser compreendida pelos pares. Reconheço: não estou isento da tópica da *história sincera*, desejo expresso em algumas obras investigadas no decorrer desta tese.

A natureza de um texto como este exige que se fale, que o autor se mostre imperativo e assertivo. E tento fazê-lo, embora sob a premissa de evitar silenciamentos que são, a seu

modo, outra forma de violência. O desafio, conforme percebo cada vez mais, é difícil e árduo. Mas tenho tentado.

O texto está marcado pela recorrência de expressões grafadas em itálico. Estes destaques têm a finalidade de indicar tratar-se de conceitos ou termos presentes na documentação que me serve de fonte. Portanto, demarcam ora diálogos e apropriações teórico-metodológicas; ora algum distanciamento, de maneira a indicar que a expressão utilizada encontra-se nas fontes. São alguns exemplos: *novos bandeirantes*, *pioneiros*, *desbravadores*, *vazio amazônico*, *natureza bravia*, *natureza selvagem*, *natureza inóspita* entre outros.

No que diz respeito à citação das obras, utilizo, propositalmente, dois padrões. A proposta é diferenciar fontes e bibliografia. As primeiras têm indicadas suas referências completas, postas em nota de rodapé; enquanto as obras que me servem de revisão bibliográfica e aporte teórico ou metodológico são dispostas no formato autor/data, estando relacionadas ao final, nas referências. Ainda sobre este ponto, sempre que possível, identifiquei a data inicial da publicação, destacada entre colchetes, e a data da edição utilizada no trabalho. Optei por tal procedimento, por compreender que a historicidade, comum, inclusive, à produção e publicação dessas obras, é algo importante e deve ser atentado pelo historiador, quando da tessitura do seu enredo.

Parte das fontes bibliográficas exploradas estão situadas fora do recorte temporal explicitado nesta. A utilização delas foi orientada por perspectiva temática. Qual seja, não foram produzidas na segunda metade do século XX, mas se remetem a eventos ocorridos nesse período e/ou travam diálogo com questões postas em outras fontes, sobretudo, no que diz respeito à *formação* e *civilização* na espacialidade em tela. Assim, em alguns capítulos, sobretudo no segundo, situo Rondônia dentro dos *imaginários amazônicos* que circunscreveram, também, esta espacialidade.

Ao discorrer a respeito das produções que tomaram a obra de Heródoto por objeto de investigação, François Hartog ([1980] 2014, p. 334) tratava das "saídas apressadas" ou "entradas falsas" no texto das *Histórias*, o que teria potencial de levar ou instigar a má compreensão delas. Devo parte das reflexões deste trabalho aos escritos desse historiador, sobretudo, mas não somente, à sua tese de doutorado, datada de 1979, publicada na França em 1980 e só traduzida no Brasil em 1999 (a 2ª edição, que utilizo neste trabalho, é de 2014).

No último capítulo, *As Histórias como representação*, com argúcia e certa dose de ironia, F. Hartog ponderava sobre como o conceito de *imaginário*, aos poucos, plasmou o de *mentalidades* – este último ainda marcado em demasia, pelo estruturalismo. Se, por um lado,

indicava a vantagem da noção de *imaginário*; por outro, acentuava que ela é bem mais "aberta" e "vaga" que a de *mentalidades*. Alertava que esse efeito de *abertura* se mostrava bastante escorregadio, o que ampliara tanto seu uso a ponto de, em parte relevante das situações, lhe esvaziar o sentido.

Na esteira das ponderações de Hartog, tenho no horizonte que noções como reatualização e *imaginário*, embora centrais a esta pesquisa, devem ser percebidas e operacionalizadas com certo cuidado. Neste sentido, há alguns senões que precisam ser observados, de maneira que não sejam tomadas por categorias holísticas, a ponto de se desconsiderar a historicidade das experiências humanas, em seus tempos e espaços diversos.

Qual seja, a perspectiva da reatualização de passados (valores, noções, ideias, visões de mundo, entre outras expressões de sentido aproximado) precisa ser pensada para além da reprodução passiva dos ideários de outrora. Mesmo que permaneçam no *imaginário* de grupos sociais diversos, ainda que difusas, as ideias não estão em suspenso. Elas se ancoram em sujeitos, postos em relações de interesse e poder, cabendo evitar percebê-las, portanto, por mera (re)atualização do passado.

As imagens, produtoras de *imaginários*, fogem a qualquer perspectiva essencialista, posto que os debates e embates a envolverem esses sujeitos não se dão apenas sob a perspectiva fatalista da herança. Estes são, também, codificados, apropriados e direcionados conforme as questões postas a cada tempo. E se retomam imagens pregressas, a arquitetura que os engendra atende a *experiências* pregressas, mas não desconsidera as *expectativas*, para retomar, aqui, formulação cara a Reinhart Koselleck ([1979] 2006).

Assim, a referência aos *imaginários* deve ser percebida menos por modelo acabado e transplantado tal qual, em realidades diversas, e mais como chave de compreensão, cuja ponte possibilita acesso a valores, permanências e projeções herdadas de outros momentos, sem que isso indique *refundação* do que foi, um limiar, reconheço, escorregadio e opaco e cuja operação é um desafio constante.

Esta perspectiva, assentada na investigação de *imaginários*, em larga medida, se concentra menos em evidenciar rupturas e especificidades comuns a cada momento, em privilégio das continuidades que marcam a trajetórias e narrativas aqui tomadas como fontes. É o ônus da escolha, do recorte alargado.

Durante o percurso desta pesquisa, ao pensar a respeito da problemática e dos desafios que envolvem a escritura de um texto de história – no qual historiografia, teoria e metodologia se conectam, se encontram –, fui tomado por inseguranças, questionamentos, angústias e muitas dúvidas. Parte delas continua em aberto. E, temo, deverão aumentar com o tempo.

Ao reler meus escritos, percebia – e isso foi ratificado pelos membros da banca durante a qualificação do trabalho, em dezembro de 2017 – que eu alternava entre dois conceitos no decorrer de minha escritura: *representação* e *imaginário*. Afinal, eu estaria a entendê-los como sinônimos, ou faria sua distinção *operatória*?

Esta confusão, que deveria ser dissipada, refletia questões em aberto, por vezes conflitantes, na maneira como estava a estabelecer diálogo entre conceitos e as narrativas cotejadas. A pergunta, de cunho teórico, mas também metodológico, dizia respeito à maneira como levaria a termo a leitura e a compreensão das fontes documentais, às quais recorro durante a pesquisa. E como tal, expressava a necessidade de se (re)estabelecer as devidas fronteiras entre *imaginário* e *representação*, apontando aproximações e especificidades e a forma de torná-las operatórias às minhas reflexões. Assim, depois de tantos questionamentos, cheguei à compreensão que ora exponho.

As *narrativas* de *formação* e *civilização*, aqui tomadas por fontes documentais, a despeito da diversidade de gênero e formato, são entendidas como *representações*, organizadas em textos escritos, sobre determinadas experiências. Tais *representações*, por sua vez, não estavam alheias aos anseios, valores, perspectivas e expectativas que compõem o tecido social, as relações em sociedade. Elas dialogam, produzem e reproduzem *imaginários*, constituintes de *culturas políticas*, cujos inícios, mesmo que não sejam precisados – e o exercício de delimitá-los levaria a uma história das origens, prática bastante escorregadia –, podem ser historicizados.

Dito de outra maneira, essas narrativas evidenciam *representações* de mundo, e estão marcadas por *imaginários* que dão a perceber, a ver como a força de *culturas políticas* – a exemplo da ideia de *progresso* – resiste e sobrevive, a despeito ou mesmo em função da relação espaço-tempo e, por isso, é cara aos exercícios de compreensão e escrita da história. *Representações* escritas do passado, tais narrativas, que não se restringem ao campo da história, trazem, incorporam, atualizam *imaginários*, e podem se tornar matéria de reflexão historiográfica.

É desse movimento duplo – de *imaginários* que produzem *representações* e de como estas criam, alimentam, reatualizam e reproduzem aqueles –, cujas evidências tento tornar *operatórias*, na busca por perceber como sujeitos situados em *lugares sociais* diversos construíram suas narrativas sobre a Amazônia/Rondônia. E como se dão a ler e a ver, por meio de escritos impressos em livros e revistas, pensados e tratados como fontes neste trabalho.

No tocante à abordagem que procuro fazer da imprensa periódica, me restringi às revistas *Veja* e *Realidade* por questões operacionais: era preciso delimitar e recortar o conjunto de fontes sobre o qual me debruçaria. Escolhi as duas publicações pela forte imersão que tiveram à época (de meados da década de 1960 à primeira metade dos anos 1980), primeiro *Realidade*, depois, *Veja*. Nelas, o discurso *modernizador* e a perspectiva do *vazio amazônico* como uma questão, frequentavam a palavra escrita, publicada.

Durante a ditadura civil-militar, recorte temporal das reportagens aqui citadas, a censura à liberdade de imprensa foi uma constante, a exemplo do que comunica a extensa bibliografia sobre o período. Mas foi, também, época de confluência entre os interesses de lideranças políticas e empresários, no que se incluíam veículos de informação, como também tem mostrado pesquisas acadêmicas.

Nos jornais, revistas, rádio e televisão, o tom ufanista e patriótico levado a cabo pelos governos militares se fazia notar em reportagens cujo objetivo era informar e *iluminar* o debate público. Sobretudo na política econômica, há evidências de adesão da imprensa hegemônica às diretrizes pensadas e levadas a termo pelos militares.

A hipótese, no que diz respeito às abordagem que esses periódicos faziam da Amazônia, é de que essa *adesão* ao poder estabelecido não se dava somente devido à censura ou à veiculação paga de propagandas de instituições estatais que avultavam nesses periódicos, possibilitando ganhos polpudos aos empresários da comunicação.

Entendo que a confluência de interesses econômicos se aliava à concordância, à percepção comum, compartilhada a respeito daquela espacialidade, lida e dita *vazia* e *atrasada*, situada no norte brasileiro. Mais do que fazer propaganda das ações governamentais na Amazônia, *Realidade* e *Veja* compreendiam que, fora do *progresso*, não haveria salvação. O *Brasil gigante* dependia da disponibilização de recursos naturais à exploração nos solos amazônicos e, para fazê-lo, seria preciso *domar* a *selva*, torná-la produtiva.

Vencer o *atraso* e fomentar o *desenvolvimento*, não por acaso, eram partes complementares de um projeto comum. O sonho, o desejo acalentado, vez por outra, de que esse *progresso* fosse tentado em harmonia com a *natureza* foi questão menor, esquecida, tão logo as urgências econômicas foram colocadas na ordem do dia.

Neste sentido, *Realidade* e *Veja* não apenas faziam propaganda interesseira das ações do estado na região, como apontavam alguns estudos. Estava posta no horizonte uma *cultura política* na qual se acreditava e para a qual não se *imaginava* outro caminho a percorrer. Por isso, a propaganda, a divulgação massiva que essas revistas faziam das políticas estatais na Amazônia, atendia aos interesses econômicos de empresários e dos governos que a

patrocinavam, mas consentia também aos ideais *civilizatórios*, dos quais se arvoravam defensores, promotores e continuadores. Urgia iluminar o mundo por meio das letras. Ou, ao menos, acreditar nisso.

A montagem do enredo, a organização da tese

Era uma vez, um lugar situado no limbo, ora dito o *inferno*, ora narrado como *paraíso*. O limiar entre um e outro, seus fronteiriços, foram porosos por muito tempo. Os vários viajantes, homens de ciência, curiosos, aventureiros... que se deslocaram até ele, eram cambiantes nas representações da viagem... *infernal*, *paradisíaca* ou ainda, um *vazio civilizatório*, cuja *missão* para *preenchê-lo* era colocada na conta da nação.

A escrita desta tese, em seis atos, tenta cartografar e mapear parte desse percurso. É assim que, no primeiro capítulo, Euclides da Cunha e Alberto Rangel, engenheiros, literatos e viajantes, abrem caminhos às *representações* da Amazônia como *paraíso infernal*. Ou seria, do *inferno edênico*?

No segundo capítulo, o tempo é saltado em aproximadamente meio século e chegamos às *representações* de *Realidade* e *Veja* que retomam *imaginários* situados entre o *paraíso* e o *inferno*; e noticiam e reclamam aos brasileiros a necessidade de preencher os seus *vazios amazônicos*, no sentido de *integração* à nação.

Nos terceiros, quarto e quinto capítulos, temos os homens e mulheres – mais os primeiros que as segundas, e isso pode, quem sabe, ser motivo de reflexões posteriores – que, em larga medida, se reconhecem e autodenominam *desbravadores* e *pioneiros*, a narrarem como atenderam ao chamado do estado e se deslocaram à Amazônia, *inferno* e/ou *éden* terrestre. Essas narrativas evidenciam que os sujeitos que as operacionalizam compreenderam a importância da missão e se puseram à luta, na busca por *ocupar o vazio*, *civilizar o espaço*, construir o *progresso*, e tornar realidade, o que era dito *terra da promissão*.

Esses três capítulos compreendem um mesmo argumento. Todavia, foram separados em respeito à historicidade que os marcam. Assim, as narrativas produzidas nas mesorregiões do Madeira-Guaporé e do leste rondoniense, bem como aquelas ensejadas por seringueiros e seringalistas, a despeito das especificidades e das concorrências e contraposições que carregam entre si, ao disputar sobre quem seria o *verdadeiro pioneiro*, o *desbravador efetivo*, o *colonizador* da espacialidade em tela; reatualizam *regimes historiográficos* similares e evocam uma *memória disciplinar* que a despeito das diferentes interpretações sobre quem

seria o sujeito *efetivador* da ação *civilizatória*, partilham *imaginários* que em muito aproximam essas narrativas, na maneira de ver e dizer a *fundação* de Rondônia.

No capítulo final, temos narrativas que apresentam os povos indígenas como *empecilho*, *entrave*, *atrasados*, *primitivos*, o *outro*... colocados no campo do *domínio* da *natureza* e que precisavam ceder passagem, fosse física ou simbólica – geralmente, ambas – à *civilização*, esse nosso *destino manifesto*.

Um último adendo: sobre o desafio de escrever, narrar histórias

No percurso desta escritura tento, na medida do possível, fazer com que narrar histórias não signifique somente o *apagamento de rastos*, de forma que contar não se restrinja ao rito de morte que se realiza por meio da escritura[15], esta mesma incapaz de abarcar toda a complexidade das nuances, da diversidade representada por isso a que chamamos de vida. Ou de realidade. Escusado dizer: a narrativa histórica é *representação* de experiências pregressas em texto.

Cabe, ainda, outra ponderação, a respeito da *representação* em história. Durante a escrita deste texto, por várias vezes, e nas leituras teóricas realizadas a respeito da narrativa, o desafio, a provocação sobre as impossibilidades do enredo, voltavam à baila: *o historiador não reconstrói o passado.* A obviedade aparente da assertiva movimentou e movimenta debates calorosos no tocante à identidade, aos limites de a história dar conta da *verdade*. E, sobretudo, de abarcar, em textos, a *realidade*.

Tal discussão, pontuo, está longe de ser vã e desnecessária. Ela busca dizer e questionar o que se faz quando se escreve história e é fundamental que este questionamento nos habite a pena, sem que naturalizemos a luta constante em face das naturalizações. O desafio esteve, está, e continuará posto, a quem assume a tarefa de *contar*, *analisar*, *explicar*, *interpretar* e/ou buscar *compreender* a experiência humana em sociedade. Para cada um desses verbos, escolhas teóricas e metodológicas estão implicadas. Eles indicam, como se sabe, ação.

Entrementes, após tantos debates e tantas questões, era preciso, ainda assim, seguir. E seguir significava não silenciar, apesar das incompletudes e incongruências comuns à

[15] A aqui me vem à memória as provocações de Michel Certeau, na *Cultura no plural*, principalmente no texto *A beleza do morto* ([1993] 2012, p. 55-85).

operação historiográfica. Enquanto há vida, há relatos de miséria, realizações, conquistas, vitórias, mazelas, derrotas, violências, abusos, barulhos, silêncios... a serem contados e a alimentarem o torvelinho das ambivalências, aporias, anseios e realizações humanas.

Para evitar encerrar-se num culto desmedido às impossibilidades, que me levaria a paralização, se fazia preciso seguir, procurando atentar aos protocolos e constrangimentos comuns ao exercício historiográfico. Afinal, isto é feito, inclusive, por aqueles que, de forma necessária e provocativa, nos alertam sobre nossas incapacidades, incompetências e ilusões, ao contemplarmos do alto, em totalidade, existências que nos escapam pelos dedos, que narram.

Sim, as narrativas podem produzir silêncios e silenciamentos, principalmente porque estamos, me parece, muito mais aptos, convictos e seduzidos a falar do que a ouvir. Narrar, aqui, corresponde a atravessar o desafio de contar histórias, sem abdicar da reflexão.

Essa tarefa tão cara e necessária aos nossos dias, espero que possa, em alguma medida, habitar, se fazer presente nas páginas seguintes. Espero que esta escritura, na medida do possível, evite promover o encerramento e o silenciamento do mundo de onde foi enunciada e que dela possam ecoar polifonias, que se permita a *abertura*, nos moldes do que ponderava, à guisa de exemplo, o Walter Benjamin em suas *teses sobre a história*.

Tentei, com esta escritura, abrir possibilidades e evitar *o perigo da história única*, negado e afastado pelos historiógrafos desde longa data, mas cuja recorrência, feito vício imperceptível, parece adentrar e se alojar, matreiro, nas entrelinhas dos nossos textos, quase sempre se fazendo presente. Para nosso infortúnio, acentuo.

Sem antecipar desculpas e sem igualmente deixar de reconhecer as lacunas do infortúnio angustioso a envolver inquietações, descobertas e aprendizados situados no curso de uma tese, entre o projeto e a realização deste, situam-se dificuldades, ambiguidades, contradições, limitações de toda sorte. Reconhecê-las, mais que exasperar-se, me fez compreender que era necessário seguir.

Coloquei para mim o desafio de uma escritura cuja operação de fechamento, necessária em teses, não restringisse, de todo, a possibilidade de aberturas e evitasse o apagamento deliberado de rastros. Assim, o texto ora apresentado é ponto de chegada – necessário e obrigatório –, mas espero, em algum sentido, que dele possam se dar, também, partidas possíveis.

1. **ENTRE ENGENHEIROS, LITERATOS E VIAJANTES**: VISÕES DE AMAZÔNIA EM EUCLIDES DA CUNHA E ALBERTO RANGEL

A tradição dos escritos sobre a Amazônia tem, ao menos, quatro séculos e esse percurso é marcado pela profusão de relatos de *bandeirantes*, viajantes, expedicionários, missionários, cientistas, literatos, memorialistas que, por curiosidade, ou para atender aos interesses de instituições diversas, buscaram relatá-la por meio das letras.

A espacialidade que viria se tornar Rondônia, situada na chamada *Amazônia Ocidental*, é também marcada por essa tradição em narrativas que, conforme perceberemos, antecedem em muito sua existência política, seja como território federal, seja como estado.

Durante a segunda metade do século passado, a profusão dos projetos de *expansão da fronteira oeste*, com vistas à sua *integração efetiva* ao Brasil, trouxe à cena pública *imaginários amazônicos* que reafirmavam, por um lado, a tópica do *vazio demográfico* – onde tudo estaria por fazer, construir[16] e que, por outro, deu guarida à emergência de narrativas de *desbravadores* e *pioneiros*[17] a reclamarem para si o sucesso daquela empreitada *civilizadora*, se colocando na posição de *bandeirantes* do século XX.

Estas percepções, contudo, não foram construídas no vazio e nem do nada. Elas resultaram também, em que pese sua historicidade, da fragmentação de muitas vozes que emergiram num percurso temporal secular. As mesmas têm contribuído à reatualização de *imaginários*, produtores de *culturas políticas* (BERSTEIN, 1998; 2009) que circunscreveram, disseram e projetaram ações sobre a Amazônia desde longa data, sob a justificativa reiterada de *domá-la, ocupá-la, transformá-la*, retirá-la do *estado bruto*, *selvagem*, e inseri-la na história.

O tema da *viagem*, do viajante – que se desloca ao *desconhecido, inóspito, exótico, belo, assustador, encantador, maravilhoso...* e o comunica depois, em imagens que circunscrevem um mundo de águas (rios) e matas fechadas, situado entre o *éden* e/ou o *inferno* terrestres; a imensidão de um suposto *espaço vazio* à espera do *domínio*, da ação *civilizadora*, capitaneada pelo ideário do *progresso* – foi constantemente revisitado e colocado como *missão* a ser cumprida em várias épocas, e por grupos sociais distintos.

[16] Conforme se verá no segundo capítulo, ao cotejo das revistas *Realidade* e *Veja.*

[17] Isto será aventado no terceiro, quarto e quinto capítulos.

Nas décadas finais do século XIX e início do XX, a partir do chamado *ciclo da borracha* – o período dito *áureo* é referenciado entre 1879 e 1912 – um elemento novo foi incluído nesse processo: tratava-se da busca pela inserção da Amazônia dentro do chamado *capitalismo produtivo*, da tentativa de incluir essa espacialidade na lógica do capital internacional, sob o discurso de levar a ela o *desenvolvimento*.

As políticas e projetos que passaram a ser colocados em discussão e levados a termo desde então, atendem a essa projeção, a esse desejo, no que depois seria dita a expansão da *fronteira oeste*. E em tais percursos, os *agentes do progresso* – e/ou do estado – vão revisitar os *relatos* dos viajantes de outrora e circunscrever também suas impressões, corrigindo descrições que entenderam ser *fantasiosas* e *imaginárias*, sob o desafio de apreender e narrar as *realidades amazônicas* tais quais eram.

Paraíso perdido, inferno verde, eldorado, éden terreno, natureza indômita. Desde que os primeiros viajantes europeus e depois brasileiros passaram a adentrar os rios que os levaram à *selva* tropical, tais despontaram *imaginários* em profusão ambivalente.

Diários, relatórios, corografias, filosofias, histórias, geografias, literaturas. A lista poderia ser continuada, pois a diversidade das narrativas sobre a Amazônia deu guarida há rico arsenal de escritos que, em estilos e tipologias também diversas, ensejaram formas de ver e dizê-la e, fosse para refutar, fosse para confirmar, desde o século XVII, esses *imaginários* vêm sendo reatualizados.

Exploradores, missionários, bandeirantes, desbravadores, cientistas, turistas, técnicos a serviço do estado moderno. É expressivo o número de sujeitos que têm contribuído com essas construções, marcadas tanto pela historicidade de cada experiência quanto por aquilo que corrigem ou tomam de empréstimo às narrativas já dadas sobre aquele *mundo* que lhes pareceu tão diverso.

Em *A vingança da hileia,* Hardman (2009)[18] investiga e sugere "[...] a persistência da visão da natureza violenta e bárbara em alguns autores" (p. 26). Menciona exploradores e naturalistas que rumaram ou pensaram as realidades amazônicas entre os séculos XVII e XVIII, tais como: Alexandre Rodrigues Ferreira (*Viagem Filosófica Pelas Capitanias do Grão-pará, Rio Negro, Mato Grosso*); Bates, Wallace, Castelnau, Henri Coudreau (*Viagem ao Xingu*); casal Agassiz, Chandless, William James (*O Brasil no olhar de William James*);

[18] A discussão proposta por Hardman (2009), mesmo contemplando perspectiva histórica, foi realizada no campo da crítica literária. Neste sentido, envolve questões do interesse imediato dessa área e que, em partes, são alheias ao objetivo da presente investigação, ainda que importantes para se pensar a produção literária euclidiana.

Paul Marcoy (*Viagem pelo Rio Amazonas*); e Ermano Stradelli (*Lendas e Notas de Viagem*). O inventário de autores e suas obras poderia ser continuado sem maiores dificuldades.

Há, portanto, uma *cultura política* (BERSTEIN, 1998; 2009), ensejada a partir do período republicano que, ao se *apropriar* de parte desses *imaginários*, passou a ver a Amazônia como *espaço vazio* a ser *integrado e civilizado*. Neste sentido, partimos da reflexão sobre duas obras: *Um paraíso perdido*, de Euclides da Cunha[19] e *Inferno verde*, de Alberto Rangel[20], no intuito de pensar como essas produções, ensejadas na primeira década do século XX, reverberaram em projetos de *colonização* levados a termo na segunda metade daquele século.

Conforme nos autorizam inferir as fontes das quais fazemos uso durante a pesquisa, os ecos dessas construções estiveram presentes tanto na imprensa, que na segunda metade do século passado, passou a noticiar a Amazônia com frequência cada vez maior; quanto nas narrativas dos autodeclarados *desbravadores* e *pioneiros* de Rondônia.

A ideia é compreender como tal *cultura política* desencadeou demandas e projetos que tomaram e tornaram a Amazônia como um problema a ser enfrentado pelo estado brasileiro[21]. Neste sentido, trata-se menos de uma *história das origens* e mais de uma reflexão que busca investigar a intromissão de elementos do passado em historicidades diversas, qual seja, *os passados saturados de agoras*.

As duas narrativas, tão distintas entre si, serão analisadas através da importância do recurso da *autópsia* (HARTOG, [1980] 2014; [2005] 2013) que exerce nelas a metáfora do olhar, do conhecimento construído por meio da experiência. O objetivo, ao cotejá-las, é compreender em que termos se davam essas elaborações e os projetos de nação contados e ansiados por esses escritores.

---

[19] CUNHA, Euclides [1905-1909]. **Um paraíso perdido**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009. Trata-se dos *escritos amazônicos* de Euclides da Cunha, cuja seleção e coordenação foi realizada por Hildon Costa, em 2000, e publicada pela editora do Senado Federal. Neste, faço uso da edição impressa, reeditada em 2009. A obra inclui o ensaio *Amazônia: terra sem história* (1909), também publicado em separado por outras editoras, sob o título *À margem da história*. Na referência a estes escritos, indicamos o recorte de 1905 a 1909, período que engloba a produção do autor sobre esta espacialidade, mesmo aquela de publicação póstuma.

[20] RANGEL, Alberto. **Inferno Verde**: cenas e cenários do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2008.

[21] Essa discussão será feita no segundo capítulo, que trata dos *imaginários amazônicos* projetados pelas revistas *Realidade* e *Veja*, a partir da segunda metade da década de 1960.

1.1 Euclides da Cunha e o desejo de uma escritura *vingadora*: medir, conferir, corrigir, esquadrinhar, delimitar e reapresentar a Amazônia

O século XX mal começara quando José Maria da Silva Paranhos Júnior, o "Barão do Rio Branco", convidou Euclides da Cunha para uma *viagem de reconhecimento* à Amazônia. Chamado a compor e chefiar a Comissão Mista Brasil-Peru, entre 1904 e 1905, seria o representante oficial do estado brasileiro. O objetivo da empreitada era definir os limites fronteiriços entre os dois países, bem como fazer os levantamentos geográfico e econômico da região no período *áureo*[22] de produção da borracha.

À época, a Amazônia já fazia parte dos interesses e preocupações do autor de *Os sertões* que tinha, antes da viagem, publicado alguns artigos sobre a mesma no jornal Estado de S. Paulo (Estadão), do qual era correspondente. Também partilhara reflexões a respeito em missivas trocadas com amigos.

Dos *escritos amazônicos* euclidianos, o mais referenciado é *Amazônia: terra sem história*[23], também publicado sob o título de *À margem da história*. Neste, há referências empáticas ao *nordestino miscigenado* como *modelo racial* que travava batalha pela sobrevivência naquela espacialidade, o que envolvia a necessidade de *domá-la* quando ainda se apresentava, em pleno século XX, como uma *página inacabada do Gênesis*[24].

Nas considerações que tece sobre os *escritos amazônicos* de Euclides da Cunha e, em específico, ao conto *Judas Ahsverus*, Hardman (2009) destaca o estilo *mestiço*, fronteiriço e *único* do autor e sugere percebê-lo a partir das suas escolhas na *apresentação* ou *representação* literárias. Isto incluiria atentar à menção e à ênfase aos advérbios (de modo, sobretudo) e pensar sobre o *gênero* e o *estilo* textuais, questões certamente importantes no âmbito das estratégias narrativas do autor de *À margem da história*.

Assim, importaria tanto *o quê* Euclides da Cunha diz, quanto a maneira *como* o faz. Qual seja, *conteúdo* e *forma* deveriam ser articulados no intuito de compreender parte dos

---

[22] Ana Pizarro (2012) sugere que as condições de vida para os seringueiros se tornaram menos árduas após a dita *fase áurea*, pois para manter os trabalhadores nos seringais, os seringalistas tiveram de fazer concessões, como permitir a constituição de famílias, o cultivo de produtos agrícolas para subsistência e estabelecer regimes de trabalhos menos opressivos.

[23] A primeira edição, póstuma, data de 1909.

[24] CUNHA, Euclides da [1908]. **Preâmbulo**. In: RANGEL, Alberto. Inferno verde: cenas e cenários do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2008, p. 25.

caminhos percorridos pelo autor, evidenciando neles as condições de possibilidade que tornariam sua escritura singular.

O objetivo declarado de Euclides da Cunha era fazer de *Um paraíso perdido*[25] seu segundo livro *vingador*. O primeiro, conforme compreendia, havia sido os *Sertões.* A este respeito, o entendimento de Francisco Foot Hardman (2009) é de que o autor não efetivou tal objetivo por dois motivos principais: as reverberações de *Os sertões* acabaram por *ofuscar* a escritura de *Um paraíso perdido*; e a diversidade amazônica, cujas formas de vivência e organização social fugiam à construção de parâmetros, de uma lei geral, dificultaram a elaboração de uma síntese interpretativa, tal como havia concebido na obra anterior.

> [...] tenho a convicção de que a luminosidade de sua grande narrativa épico-dramática, como o sol impiedoso da caatinga, ofuscou a trajetória seguinte do escritor. E, de outra parte, o enredamento na obscuridade úmida da selva enorme, suas populações nômades, sua história violenta e apartada do resto da nação impediram a unidade espaço-temporal da hileia a ser representada por Euclides. Foi esta que se vingou dos homens que ousaram penetrá-la. O escritor teria igual sorte. (HARDMAN, 2009, p. 38)

Já nas Impressões gerais, Euclides da Cunha confessava seu desapontamento; em que pese a admiração entusiasmada pela grandeza da floresta e dos afluentes que (es)corriam por ela. Passava, então, a formular o inventário da impossibilidade de narrar aquelas imagens que lhes chegavam aos olhos. No *Preâmbulo* que escreveu à obra *Inferno verde*, de Alberto Rangel ([1908]2008), asseverava:

> É natural. A terra é ainda misteriosa. O seu espaço é como o espaço do Milton: esconde-se em si mesmo. Anula-a a própria amplidão, a extinguir-se, decaindo por todos os lados adscrita à fatalidade geográfica da curvatura terrestre, ou iludindo as vistas curiosas com o uniforme traiçoeiro de seus aspectos imutáveis. Para vê-la deve renunciar-se ao propósito de descortiná-la[26]

E seguia, a indicar que se tratava de uma "[...] guerra de mil anos contra o desconhecido. O triunfo virá ao fim de trabalhos incalculáveis, em futuro remotíssimo, ao arrancarem-se os derradeiros véus da paragem maravilhosa, onde se nos esvaem os olhos

---

[25] Essas reflexões foram construídas a partir de *Um paraíso perdido (Ensaios Amazônicos)*, publicado pela editora do Senado Federal e que contou com organização de Hildon Rocha, o qual selecionou os textos *amazônicos* de autoria de Euclides da Cunha, reunindo-os na mesma publicação e dando forma, em alguma medida, ao projeto euclidiano de escrever uma obra de *interpretação* daquela espacialidade.

[26] CUNHA, Euclides da [1908]. **Preâmbulo**. In: RANGEL, Alberto. Inferno verde: cenas e cenários do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2008, p. 22.

deslumbrados e vazios"[27]. Cunha, que tentava apreender o *real na modernidade*, foi pego no desafio de tornar a Amazônia espaço ou experiência narrada:

> Cada vez mais atento aos desafios da representação do real na modernidade, e buscando sofregamente, desde *Os sertões*, uma nova síntese entre as linguagens da arte e da ciência, não por capricho, mas por imperativo epocal, Euclides, ao desenhar essa Amazônia ainda desconforme, "portentosa, mas incompleta", sugere o impasse de qualquer expressão cultural que a queria compreender e traduzir. (HARDMAN, 2009, p. 39)

No prefácio citado ao *Inferno verde*, de Alberto Rangel, Euclides da Cunha retomava, segundo Francisco Foot Hardman (2009), passagem de carta escrita dois anos antes a Artur Lemos[28]. Nesta missiva, também mencionava o *espaço de Milton* e a impossibilidade de abarcar a concretude de uma obra que a ele se mostrara *incompleta*.

Neste sentido, Hardman se contrapõe, enfático, à ideia segundo a qual o autor de *Os sertões* não teria concluído *Um paraíso perdido* dada a fatalidade que o teria vitimado mortalmente[29], e argumenta que os textos a comporem a obra estavam"[...] escolhidos e sua ordem no livro foram muito bem arquitetados por Euclides, isso está fora de dúvida" (HARDMAN, 2009, p. 44).

O caráter fragmentário daqueles *escritos amazônicos* eram evidência da impossibilidade de *imaginar* uma narrativa de síntese, tal qual *Os sertões*. A diversidade da Amazônia corresponderia também à maneira de contá-la. Assim, tal como a realidade observada, a narrativa se mostrou alheia à homogeneização compreensiva[30] (HARDMAN, 2009, p. 57-58).

Na *amplidão* inóspita de uma *terra sem história*, ou à *margem* dela, os nordestinos migrantes enfrentariam, naquele contexto, o *deserto amazônico*, uma outra espécie de *sertão*[31]. Da vivência sofrida frente à escassez de água ao castigo de viver nela submergido, o

---

[27] CUNHA, Euclides da [1908]. **Preâmbulo**. In: RANGEL, Alberto. Inferno verde: cenas e cenários do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2008, p. 22.

[28] Artur de Sousa Lemos, nascido em Vila do Riachão, hoje Riachão, no Maranhão, formou-se na Faculdade de Direito de Recife e notabilizou-se na política paraense, onde foi eleito deputado e senador. Tornou-se o proprietário do jornal *A província do Pará*. Auxiliou Euclides da Cunha na viagem que este realizou à Amazônia. Cf.: LEMOS, 2019.

[29] Refere-se à morte de Euclides da Cunha, em evento que envolveu suspeita de traição da esposa: a tentativa de acerto de contas com o amante dela teria desencadeado o assassinato do escritor.

[30] Tal exercício interpretativo foi, em alguma medida, retomado por Leandro Tocantins, ao desenvolver a tese do espaço insular, em *O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia* (1952).

[31] Janaína Amado (1995), no texto *Região, sertão, nação*, investiga a presença do termo *sertão* no pensamento social e no *imaginário* brasileiro seja o sentido que lhe foi atribuído no/ao Nordeste – cuja relação com a ideia de

nordestino lhe parecia ser, ainda e sobretudo, *um forte*, afinal, com as estradas restritas às correntes fluviais, poucos eram os que se aventuravam ao desafio de sobreviver ali:

> Semelhante aos outros cientistas que visitaram a região, Euclides da Cunha visita o Amazonas com uma hipótese de Brasil, desmente a visão idealizada do rio Amazonas, critica os mistificadores e depois, paradoxalmente, engrossa as fileiras daqueles que encaram o local sob uma ótica romântica. O idealismo é minimizado pelo determinismo geográfico quando trata do homem e pela visão evolucionista ao descrever a natureza. (GONDIN, 1994, p. 224)

O Euclides da Cunha *positivista* e marcado por uma interpretação *evolucionista* que se enredava, algumas vezes, num *determinismo geográfico* a lhe restringir a compreensão de outras nuances da *realidade* sobre a qual se debruçou, seria tema bastante recorrente entre aqueles que se dedicam aos estudos dos seus escritos. Nas considerações que tece sobre os *ensaios amazônicos* euclidianos, Edir Augusto Dias Pereira (2016) reiterava serem marcados pelo *determinismo* e o situa como pertencente à chamada *geração de 1870*[32], a qual "[...] representa[ria] um dos grupos mais importantes para a cristalização da ideia de nação no Brasil" (p. 21. O destaque entre colchetes, é nosso).

Pereira (2016) destacava, ainda, a importância dos deslocamentos do *centro* à *periferia* na formação intelectual e política de Euclides da Cunha – que saíra do eixo Rio-São Paulo em direção ao Nordeste e à Amazônia – sem descartar o conhecimento que construíra dessas espacialidades por meio de leituras prévias a essas viagens, mas também sem se enredar de maneira inexorável nelas. Era *um intelectual em movimento*, ressalvadas, ao tratar da trajetória profissional e acadêmica de Cunha, as chamadas *influências* das ideias *positivistas* e *naturalistas* em suas leituras do mundo, bem como nas *representações* escritas que operou.

---

seca foi naturalizada, essencializada –, seja no Sul, Sudeste, Centro-oeste e Norte – em que ganhou conotação de expansão territorial para além dos fronteiriços litorâneos, sob a ideia de ocupação de espaços ditos vazios. A autora mapeia, ainda, áreas e sentidos de *sertão* em estados como Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Santa Catarina, São Paulo, Amazonas e Rio Grande do Sul, o que nos interessa de maneira mais direta. Além disso, a mesma discute a proposição do IBGE para a terminologia.

[32] Os estudos sobre a chamada "Geração de 1870" comumente estavam ancorados em dois vieses interpretativos a respeito da temática: um que enfatizava essa *geração* como importadores/tradutores de *modelos de pensamentos ou ideias metropolitanas, europeias*; e um segundo, que enfatizava a filiação a "classes" ou "origem social" desses intelectuais, que atuavam como jornalistas, literatos, advogados, médicos, militares, entre outras áreas, muitas vezes sem que as fronteiras entre um e outro ofício fossem bem estabelecidas. Para um trabalho que busca fugir a essa bifurcação, enfatizando a atuação desses grupos, geralmente heterogêneos, mas cuja crítica ao Império era ponto de encontro, pensando suas manifestações na arena social como composição do político, cf.: ALONSO, 2002.

O *determinismo geográfico*, comum a alguns teóricos da nação, orientados pela perspectiva do *progresso*, também foi utilizado no sentido de contrapor-se a percepções racialistas. Tal estratégia, por exemplo, fora operada, em alguma medida[33], por Euclides da Cunha, ao ponderar a respeito da Amazônia como *paraíso perdido*, situado *à margem da história.*

Nessa percepção, a causa motriz do *atraso* que ali imperava não seria, na leitura dele, a *inferioridade* racial do *homem amazônico*, do seringueiro, mas o inóspito da hileia, cujo *desenvolvimento* natural não teria atingido, o estágio morfológico que possibilitaria edificar o *desenvolvimento material*. A terra ainda não estaria pronta a cumprir seu papel frente a nação.

O *determinismo* se constituiria numa espécie de crença, segundo a qual, elementos externos aos desejos e anseios humanos, eram responsáveis pelos caminhos e escolhas tomadas por eles, posto que não estariam eivadas, *a priori*, por suas paixões. Seriam dados ou leis da *natureza*, a exemplo do clima, do solo, da vegetação, da raça e a até da história, cuja tradição da *magistra vitae*, por bastante tempo, esteve compreendida como capaz de fornecer exemplos seguros ao presente e orientar o futuro, a partir de experiências pregressas.

A história se aproximaria, nessa perspectiva, de uma lei cujos princípios estariam fadados a repetição, daí seu suposto potencial de previsibilidade e agente norteadora das escolhas humanas. Ela interessava menos por sua especificidade que por sua generalidade.

A alteração desse *regime de historicidade* de exemplaridade, para usar noção cara a Hartog ([2003] 2013), levou à história moderna, ensejada sob a premissa do *progresso*, em cuja percepção, as experiências não se repetiriam. Assim, as sociedades caminhariam em direção a *avanços*, nos quais o futuro representaria a possibilidade de ganhos, quando comparado ao passado.

Tal percepção não deixou de buscar, em campos diversos, *leis históricas* que moldassem e explicassem as ações humanas, a partir de princípios lógicos, submetidos a racionalidade científica. Se o futuro já não tornar-se-ia inteligível pelo passado, era possível projetá-lo, almejá-lo em seu componente de novidade. Nada seria como antes, porque a humanidade caminhava em direção ao aperfeiçoamento contínuo, pensava-se. A ideia de *progresso*, mola mestra impulsionadora dessas sociedades, também orientava projeções latentes ao exercício de escritura da história.

[33] Edir Augusto Dias Pereira compreende deslocamentos euclidianos, sem negar a perspectiva do *determinismo*, mas igualmente sem fecha-lo nem enredá-lo a ele.

Sem descartar ou tirar do horizonte essas discussões, importantes à compreensão do pensamento e da escritura euclidianas, a ideia aqui é menos retomar essas questões e mais perceber como ele mapeia, circunscreve e apresenta a Amazônia que conheceu e deu a conhecer, por meio de narrativas[34].

1.1.1 *Os rios, entradas-estradas*

Em *Um paraíso perdido,* Euclides da Cunha, enquanto relatava as dificuldades de adentrar a Amazônia, organizava a apreensão e preparava terreno à pretensão de interpretar aquela espacialidade. A descrição que fez dos rios ocupou lugar estratégico na sua narrativa, eles eram as artérias que, na ausência de estradas, serviam como tais. Os rios eram as entradas-estradas que levavam o homem a se perder na imensidão monótona e enfadonha da floresta, marcada pelo verde da mata e o tom barrento e escuro das águas, que ocultavam o horizonte das vistas dos viajantes.

A primeira publicação de *À margem da história* data de 1909, sendo posterior ao trágico falecimento do autor. Este e outros *escritos amazônicos* euclidianos foram incialmente publicados em periódicos, e só posteriormente reunidos em livro[35]. A ideia era compor uma obra nos moldes de *Os sertões*, mas não se sabe se a inconclusão resultou de desistência, de sua morte prematura e trágica, ou da impossibilidade, conforme sugere Hardman (2009), de apresentar uma interpretação da Amazônia em forma de síntese.

Mesmo *incompletos*, ou melhor, não constituindo um ensaio acabado, conforme desejava fazer inicialmente, os escritos de Euclides da Cunha sobre a Amazônia tornaram-se referência importante à literatura do séc. XX que tratou dessa espacialidade. As *representações* por ele ensejadas dão conta do *imaginário moderno/colonial em relação ao*

[34] Francisco Foot Hardman (2009, p. 114) propõe compreensão da obra Euclides da Cunha que evite – ou não se restrinja – a afirmá-la ou reduzi-la a reverberações de fé no *progresso* que supostamente o moveria, dada a sua formação em Engenharia e o empenho pelas coisas e realizações técnicas da *modernidade*. A leitura que realiza da obra euclidiana foge à reafirmação de *ideias* que orientariam – ou *influenciariam* – ações e produções do autor de *Os sertões*, tais como "positivismo, cientificismo, monismo materialista, socialismo reformista, republicanismo"; em nome de outra chave de leitura, em cuja proposição, Cunha seria mais *romântico realista* que *realista romântico*.

[35] Sobre o texto *À margem da história* Hardman (2009) sugere situá-lo no "[...] meio caminho entre o 'literário' e o 'não-literário', entre a natureza e a cultura, entre a geografia e história, entre a civilização e a barbárie, entre o elogio da ciência, da cultura letrada, e a dramatização épica dos seringueiros esquecidos, dos rios em abandono" (p. 175).

espaço amazônico. *À margem da história* é, segundo Edir Augusto Dias Pereira (2016), exemplo marcante da percepção euclidiana segundo a qual aquele espaço estaria em descompassos temporal e espacial frente à nação brasileira.

Em *À margem da história*, a percepção primeva de Cunha a respeito do estuário do rio Pará, num dos contatos iniciais com a Amazônia, não é das mais positivas, sendo apresentado como um

> [...] diminutivo do mar, sem o pitoresco da onda e sem os mistérios da profundura. Uma superfície líquida, barrenta e lisa, indefinidamente desatada para o norte e para o sul, entre duas fitas de terrenos rasados, sem uma ondulação ligeira onde descansar a vista. De permeio baixios indecisos, varridos das maretas, mal desenhando-se grosseiramente, à tona, à maneira de caricaturas de ilhas; ou ilhas rasas, meio servidas pelas marés, encharcados de brejos – uma espécie de naufrágio da terra, que se afunda e braceja convulsivamente nos esgalhos retorcidos dos mangues... Por cima os céus, resplandecentes e vazios, recortando-se no círculo perfeito dos horizontes como em pleno Atlântico[36]

A descrição do rio Amazonas e as projeções que construíra, mobilizadas em larga medida pelas leituras que havia feito dos narradores de outrora, entram em desencontro com a experiência vivida no curso do rio. O autor entende, assim, ser preciso descartar o que supostamente aprendera nas leituras, posto que não correspondia à *verdade* da *realidade*. O rio era outro, a exemplo da Amazônia, ainda que fosse constituída também por *rios* e *matas*. Ali,

> Desaparecem as formas topográficas mais associadas à existência humana. Há alguma cousa extraterrestre naquela natureza anfíbia, misto de águas e de terras, que se oculta, completamente nivelada, na sua própria grandeza. E sente-se bem que ela permaneceria para sempre impenetrável se não desentranhasse em preciosos produtos adquiridos de pronto sem a constância e a continuidade das culturas. As gentes que a povoam talham-se pela braveza. Não cultivam, aformoseando-a: domam-na. O cearense, o paraibano, os sertanejos nortistas, em geral, ali estacionam, cumprindo, sem o saberem, uma das maiores empresas destes tempos. Estão amansando o deserto. E suas almas simples, a um tempo ingênuas e heroicas, disciplinadas pelos reveses, garantem-lhes, mais do que os organismos robustos, o triunfo da campanha formidável[37]

A Amazônia era descrita por Euclides da Cunha em sua *natureza*, frente ao indefinido duvidoso ou à mistura quase peremptória entre terra e água, sem definir-se exatamente do que

[36] CUNHA, Euclides [1905-1909]. **Um paraíso perdido**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009, p. 91. Itálicos presentes na obra.

[37] Ibidem, p. 138.

se tratava, de que matéria, enfim, se constituía, posto que sua *natureza* era aquela: *híbrida, anfíbia.* Só interessava ao *mundo civilizado*, que a cercava por fora, ante aos produtos que dela se podia retirar sem necessidade de *cultura*, qual seja, de cultivo, o que a fazia permanecer *impenetrável*. Ou desinteressante às expectativas e projeções humanas.

A cena descrita por Euclides da Cunha é de certo desalento enquanto tem por referência a leitura das descrições apresentadas por outros viajantes, a exemplo de Frederico Hartt e Walter Bates. A visão do rio Amazonas, realizada no dia seguinte a descrição anterior, ganhava tons menos carregados:

> Deletreei-me a noite toda: na antemanhã do outro dia – um daqueles *glorious days* de que nos fala Bates, subi para o convés, de onde, com o olhos ardidos da insônia, vi, pela primeira vez, o Amazonas...
> Salteou-me, afinal, a comoção que eu não sentira. A própria superfície lisa e barrenta era mui outra. Porque o que se abria às vistas desatadas naquele excesso de céus por cima de um excesso de águas, lembrava (ainda incompleta e escrevendo-se maravilhosamente) uma página inédita e contemporânea do Gênese.
> Compreendi o ingênuo anelo de Cristóvão da Cunha: o grande rio deveria nascer no paraíso.
> Atentei outra vez nos baixios indecisos, nas ilhas ou pré-ilhas meio diluídas nas marejadas – e vi a gestação de um mundo[38]

Uma *página inédita* e *contemporânea do Gênese.* Via, contemplava o grande rio, onde deveria *nascer o paraíso* e contemplar a *gestação de um mundo.* Além do *imaginário* retomado, que se aproximava a *visão edênica* da *floresta virgem*, *intocada*[39], e por isso bela porque ainda não profanada pela ação humana, chamam a atenção as referências à gênese. Ali, nem mesmo a *natureza* encontrara a idade madura. Estava em nascimento, rumo ao *desenvolvimento*, à espera da sua evolução.

Essa *visão do paraíso*[40] mostrava-se também controversa, pois sua incompletude impossibilitava, na prática, o homem de se assenhorar dela. O *paraíso* que se gestava, parafraseando o prefácio de Cunha à obra de Rangel, era um espaço que *se ocultava a si mesmo* e *anulava a própria amplidão.*

---

[38] CUNHA, Euclides [1905-1909]. **Um paraíso perdido**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009, p. 91. Itálicos presentes na obra.

[39] Sobre *O mito da natureza intocada*, Cf.: DIEGUES, [1996] 2008.

[40] A expressão aqui é tomada de empréstimo a Sérgio Buarque de Holanda ([1959] 2002).

No final das contas, dava vazão à perspectiva um tanto pessimista ou mesmo inferior do *paraíso*. Porque *incompleta*, essa *natureza* era arredia e fugidia ao controle humano. Portanto, *dominava* e *castigava* a quem se aventurava à sua *civilização.*

Era neste sentido que a percepção dos rios e seus incontáveis afluentes fora tida como uma das causas que impossibilitavam o estabelecimento de modos de vida sedentários. Era a movimentação dos rios que, na acepção euclidiana, levava ao nomadismo dos *homens*, onde a *natureza* e suas *paisagens nauseantes* pareciam se repetir a esmo, infinitamente:

> A volubilidade do rio contagia o homem. No Amazonas, em geral, sucede isto: o observador errante que lhe percorre a bacia em busca de variados aspectos sente, ao cabo de centenares de milhas, a impressão de circular num itinerário fechado, onde se deparam as mesmas praias ou barreiras ou ilhas, e as mesmas florestas e igapós estirando-se a perder de vista pelos horizontes vazios; o observador imóvel que lhe estacione às margens, sobressalteia-se, intermitentemente, diante de transfigurações inopinadas. Os cenários, invariáveis no espaço, transmudam-se no tempo. Diante do homem errante, a natureza é estável; e aos olhos do homem sedentário que planeie submetê-la à estabilidade das culturas, aparece espantosamente revolta e volúvel, surpreendendo-o, assaltando-o por vezes, quase sempre afugentando-o espavorindo-o.
>
> A adaptação exercita-se pelo nomadismo.
>
> Daí, em grande parte, a paralisia completa das gentes que ali vagam há três séculos, numa agitação tumultuária e estéril[41]

Nesse caso, segundo Euclides da Cunha, o *meio natural* acabava por orientar a maneira segundo a qual seriam estabelecidas as relações e os modos de vida naquelas paragens. *Instável*, a *natureza* fazia com que os seres humanos que nela lutavam para sobreviver se *adaptassem* ao *nomadismo*, em detrimento de desenvolverem práticas sedentárias. Na disputa entre o *meio* e a *cultura*, neste caso, o primeiro ainda se impunha como vencedor, o que resultava na *paralisia* das *gentes que ali vaga*[vam] *havia três séculos.*

Alicerçado em Élie Metchnikoff (Ilya Ilyich Mechnikov, biólogo e microbiologista russo), e com referências a Heródoto e ao egiptólogo Gaston Maspero, Euclides da Cunha fazia digressão a respeito do papel ocupado pelos rios frente ao desenvolvimento das *sociedades civilizadas*. Do Nilo, no Egito, passando pelo rio Amarelo (Hoang-Ho) na China; até o Mississipi nos Estados Unidos, acentuava o papel importante que os rios teriam assumido na *gênese da civilização*.

---

[41] CUNHA, Euclides [1905-1909]. **Um paraíso perdido**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009, p. 118.

A retomada que leva a cabo não é sem motivos. Ela exerce papel argumentativo importante na percepção que lançara em torno do rio Amazonas. Isto é, se aqueles haviam ocupado lugar decisivo no desenvolvimento *civilizacional*, este último era um caso *contrário*: "[...] o que nele se desataca é a função destruidora, exclusiva. A enorme caudal está destruindo a terra"[42].

E assim, assevera: "[...] o rio que sobre todos desafia o nosso lirismo patriótico, é o menos brasileiro dos rios. É um estranho adversário, entregue dia e noite à faina de solapar a sua própria terra"[43]. Na qualidade de engenheiro, chegou a cogitar o aterramento de áreas que possibilitassem a emergência de algum desenvolvimento, mas se mostrava reticente quanto ao sucesso da empreitada. A fúria das águas soterraria e levaria com ela qualquer iniciativa nesse sentido. Tal procedimento se mostraria inviável e inadequado até mesmo às margens do grande rio.

A intenção declarada de Euclides da Cunha era construir, conforme mencionou em carta a Coelho Neto[44], uma obra – *Um paraíso perdido* – que descontruísse ou colocasse em termos outros, *as brutalidades adoidadas que maculavam* a Amazônia nas narrativas de viajantes que a percorreram desde o século XVII e teriam legado relatos carregados de imprecisões ou invenções.

Esse trabalho de leitura, cotejamento e *correção* frente a escritores/viajantes anteriores marcou várias passagens de seus *escritos amazônicos*. A estratégia de apresentação – ou *representação* – literária dessa espacialidade articulava-se à busca por mensurar e construir o *real* por meio da descrição textual, do relato circunstanciado das experiências vivenciadas.

Identificado com percepções *racionalistas* da *realidade*, homem da *ciência*, Euclides da Cunha criticava o excesso de *imaginação* que marcara, até então, as *representações* escritas sobre a Amazônia, mesmo aquelas produzidas por *homens de ciência*, alinhados aos *progressos do conhecimento* de seu tempo. Buscava encontrar e construir, portanto, a justa medida da *verdade*. Mas essas leituras o acompanham e serviam de lupa às descrições que construiu, ainda que para questioná-las, refutá-las, corrigi-las, confirmá-las. Era a partir delas que o autor operava projeções e *deslocamentos*, apontava imprecisões e buscava se situar entre o *imaginário* das expectativas construídas pelas leituras que fizera e a experiência

[42] CUNHA, Euclides [1905-1909]. **Um paraíso perdido**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009, p. 111.

[43] Ibidem, p. 112.

[44] A carta é datada de 10 de março de 1905. Devemos estas informações a Hardman (2009, p. 54)

vivenciada *in loco.* "Com efeito", nos lembra François Hartog, "uma forma de fazer crer na própria narrativa é indicar o que, na narrativa do outro, é 'incrível', 'mentiroso' ou 'mítico'" (HARTOG [1980], 2014, p. 322). Ao que complementa: "O viajante escreve para denunciar as narrativas 'mentirosas' de outros viajantes" (*Ibidem*, p. 323).

> Ao revés da admiração ou do entusiasmo, o que sobressalteia geralmente, diante do Amazonas, no desembocar do dédalo florido do Tajapuru, aberto em cheio para o grande rio, é antes um desapontamento. A massa de águas é, certo, sem par, capaz daquele *terror* a que se refere Wallace; mas como todos nós desde mui cedo gizamos um Amazonas ideal, mercê das páginas singularmente líricas dos não sei quantos viajantes desde Humboldt que até hoje completam a *Hylae* prodigiosa, com um espanto quase religioso – sucede um caso vulgar de psicologia: ao defrontarmos o Amazonas real, vemo-lo inferior à imagem subjetiva a longo tempo prefigurada[45]

Nesse sentido, nenhum desses *gênios escrevedores de monografias*, conforme assevera – a despeito da magnitude dos relatos produzidos – teria navegado além da *calha principal do grande vale.* Não adentraram efetivamente o interior da Amazônia, não teriam seguido, como deveriam, as entradas-estradas daqueles rios, artérias que davam a ver e conhecer uma natureza infante, em gestação, ainda que simultaneamente *gigante* e *inóspita*.

Os *escrevedores* eram desprovidos, portanto, da *autópsia* (HARTOG, [1980] 2014; [2005] 2013), condição de possibilidade para aferir *veracidade* e confiabilidade aos relatos ensejados. Assim, as narrativas encantadas e/ou imaginosas feitas da Amazônia por esses viajantes resultavam de conhecimento superficial dela e não deveriam ser tomadas como *verdadeiros* ou correspondentes à *realidade*.

Para cumprir esta tarefa tal como se deveria fazer, Cunha adentrou o *vazio amazônico* cercado pela mata densa e *bravia*, em cujo percurso só eram possíveis correntezas ora furiosas, ora traiçoeiras dos rios. Menos encantado e mais inquietado, o engenheiro parece submergir à questão: como domar o meio, a *natureza selvagem?* Como levar a *civilização* àquelas paragens?

1.1.2 *Do relato da* natureza inóspita *ao homem que deveria* civilizá-la

[45] CUNHA, Euclides [1905-1909]. **Um paraíso perdido**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009, p. 107.

O conhecimento prévio da espacialidade era reiterado por Euclides da Cunha sempre que desejava confirmar, corrigir ou adensar informações sobre ela. É nesse intento que recorre, inclusive, à experiência de Alexandre Rodrigues Ferreira que, pouco mais de um século antes, entre 1783 e 1792, percorrera localidades sobre as quais narrou, em sua *Viagem filosófica*, o *progresso* tombado pela fúria implacável das águas fluviais a cobrirem de sapé um presuntuoso palácio das Demarcações.

Euclides da Cunha retoma esse relato para reforçar o argumento que corroboraria, a seu ver, a perspectiva segundo a qual as tentativas de ocupação que se seguiram eram vãs, conforme evidenciariam os insucessos relativos a fixar paragem na *selva*, sobretudo nas proximidades dos afluentes do rio.

Esse exercício não se encerra na referência a Alexandre Rodrigues Ferreira. Euclides da Cunha demonstrou conhecer outras narrativas *realistas* ou *imaginosas* sobre a Amazônia, quando recorreu a Humboldt, Goeldi, Martius, Bates, Agassiz, Wallace, Hartt, Raleigh, Fr. João de São José, Antônio Vieira, Padre João Daniel, Tenreiro Aranha, José Veríssimo.

> Tem tudo e falta-lhe tudo, porque lhe falta esse encadeamento de fenômenos desdobrados num ritmo vigoroso, de onde ressaltam, nítidas, as verdades da arte e da ciência – e que é como que a grande lógica inconsciente das coisas.
> Daí esta singularidade: é de toda a América a paragem mais perlustrada dos sábios e é a menos conhecida. De Humboldt a Emílio Goeldi – do alvorar do século passado aos nossos dias, perquirem-na, ansiosos, todos os eleitos. Pois bem, lede-os. Vereis que nenhum deixou a calha principal do grande vale; e que ali mesmo cada um se acolheu, deslumbrado, no recanto de uma especialidade. Wallace, Mawe, E. Edwards, d'Orbigny, Martius, Bates, Agassiz, para citar os que me acodem na primeira linha, reduziram-se a geniais escrevedores de monografias.
> A literatura científica da Amazônia, amplíssima, reflete bem a fisiografia amazônica: é surpreendente, preciosíssima, desconexa. Quem quer que se abalance a deletreá-la, ficará, ao cabo desse esforço, bem pouco além do limiar do mundo maravilhoso[46]

O conhecimento advindo dessas duas experiências – as leituras e a viagem que, a rigor, não se distinguem totalmente, posto que uma orienta, movimenta e alimenta a outra – leva Euclides da Cunha a projetar novos horizontes e a atualizar *imaginários* a respeito daquela espacialidade. A referência ao *Gênese*, à *gestação do mundo*, e ao *paraíso*, são bastante relevantes e significativas dentro de uma tradição marcada pelos relatos de viajantes

[46] CUNHA, Euclides [1905-1909]. **Um paraíso perdido**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009, p. 109.

que, a exemplo do que acentuava Sergio Buarque de Holanda ([1959] 2002), lançaram ao território em *descobrimento*, com frequência, a *visão do paraíso edênico*.

A referência ao *Gênese* interessa pelo descompasso significativo que concebe entre a espacialidade e a (ausência de) história, posto que situá-la no *Gênese* – ou na gênese – era percebê-la, de início, temporalmente em descompasso com a sua contemporaneidade. Seria este outro desafio colocado na conta do futuro no que diz respeito às ações a serem engendradas pelo estado brasileiro à Amazônia: colocá-la *pari passo* com a história. Daí o aspecto, segundo o autor, de incompletude ou *inacabado* amazônico, quando da chegada do *homem moderno* àquelas paragens:

> A impressão dominante que tive, e talvez correspondente a uma verdade positiva, é esta: o homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido – quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem... Os mesmos rios ainda não se firmaram nos leitos; parecem tatear uma situação de equilíbrio derivando, divagantes, em meandros instáveis, contorcidos em *sacados*, cujos istmos a revezes se rompem e se soldam numa desesperadora formação de ilhas e de lagos de seis meses, e até criando formas topográficas novas em que estes dois aspectos se confundem; ou expandindo-se em *furos* que se anastomosam, reticulados e de todo incaracterísticos, sem que se saiba se tudo aquilo é bem uma bacia fluvial ou um mar profusamente retalhado de estreitos[47]

A flora *ostentaria* a mesma *imperfeita grandeza*. A fauna, por sua vez, mostrar-se-ia *singular* e *monstruosa*, na qual se destacavam os *anfíbios*, o que remete ao escritor a ideia de se viver, ali, a temporalidade da era *paleozoica*, na qual *a natureza* se apresentava *portentosa, mas incompleta*. "É uma construção estupenda a que falta toda a decoração interior. Compreende-se bem isto: A Amazônia é talvez a terra mais nova do mundo, consoante as conhecidas induções de Wallace e Frederico Hartt"[48].

Cunha, reatualizando tópicas comuns aos primeiros viajantes, *desbravadores* – que, segundo ressalvou, pouco teriam ido além da *calha principal do grande* vale – que percorreram e registraram suas impressões sobre a Amazônia, buscava corrigir erros, imprecisões, falhas cometidas no exercício difícil de descrever tal território dados, inclusive, à sua *incompletude*. Mesmo abundante em tudo que se pudesse pensar, ao mesmo tempo lhe parecia faltar muito ainda àquela paisagem, tida por ele como *incompleta*, *inconclusa*.

---

[47] CUNHA, Euclides [1905-1909]. **Um paraíso perdido**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009, p. 108. Itálico presente na obra.

[48] Ibidem, p. 108-109.

O rigor da ciência não havia construído, ainda, o que entendia como obra de síntese necessária à compreensão daquela espacialidade, posto que o conhecimento que dela se tinha, em que pesem os tantos escritos já acumulados quando de sua escritura, eram *monográficos*, conforme reclamou, ou seja, não davam conta de uma síntese geral a respeito da Amazônia tal qual desejava. É a partir do anseio de vencer e se sobrepor a essa incompletude que o autor parece justificar e buscava construir leitura rigorosa, abrangente e *científica*.

A *Amazônia selvagem*, em contraposição à *civilização*, atraíra a impressão arrebatada de admiradores longínquos:

> A Amazônia selvagem sempre teve o dom de impressionar a civilização distante. Desde os primeiros tempos da Colônia, as mais imponentes expedições e solenes visitas pastorais rumavam de preferência às suas plagas desconhecidas. Para lá os mais veneráveis bispos, os mais garbosos capitães-generais, os mais lúcidos cientistas. E do amanho do solo que tentou afeiçoar a exóticas especiarias, à cultura do aborígene que se procurou erguer aos mais altos destinos, a metrópole longínqua demasiara-se em desvelos à terra que sobre todas lhe compensaria o perdimento da Índia portentosa[49]

E prossegue:

> Esforços vãos. As partidas demarcadoras, as missões apostólicas, as viagens governamentais, com as suas frotas de centenas de canoas, e os seus astrônomos comissários apercebidos de luxuosos instrumentos, e os seus prelados, e os seus guerreiros, chegavam, intermitentemente, àqueles rincões solitários, e armavam rapidamente no antiplano das "barreiras" as tendas suntuosas da civilização em viagem. Regulavam as culturas; poliam as gentes; aformoseavam a terra.
> Prosseguiam a outros pontos, ou voltavam – e as malocas, num momento transfiguradas, decaíam de chofre, volvendo à bruteza original[50]

Aos olhos do escritor, tudo parecia um vasto mundo por se fazer, diferente das *paisagens cultas*, cuja existência em terra firme seria motivadoras de saudosas lembranças, nas quais se contemplavam *os cerros ondulantes*, *os vales*, *os litorais que se recortam de angras*, e até mesmo *os próprios desertos recrestados*. Só a força transformadora do trabalho salvaria a Amazônia de seu ensimesmamento monótono[51].

Não foi por eventualidade que Euclides da Cunha intitulou a primeira parte de seu texto mais completo e conhecido a respeito desta espacialidade de *Amazônia: terra sem*

[49] CUNHA, Euclides [1905-1909]. **Um paraíso perdido**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009, p. 115-116.

[50] Ibidem, p. 116.

[51] Ibidem, p. 138.

história, tópica ainda recorrente em várias percepções contemporâneas, principalmente no que diz respeito ao olhar sobre as populações indígenas, cujos estudos e abordagens foram realizados com maior frequência no campo da Antropologia. Fosse porque de início esta se ocupava dos povos ditos *sem história* e, portanto, estudados frente às suas manifestações culturais, fosse porque a concepção de história então vigente corroborava tal bifurcação, recortando seu campo de abrangência às sociedades que haviam desenvolvido sistemas de escrita.

As impressões iniciais de Euclides da Cunha, conforme mencionado, se fizeram a partir das projeções *imaginárias* construídas quando de suas leituras a respeito da Amazônia. Entendia ser aquele *o maior quadro da terra*[52], mas ressaltava tratar-se de paisagem um tanto *fastigiosa*, que se repetia a esmo na vastidão desmesurada da *selva*.

Conforme descreveu em outros momentos, esta não foi uma visão chapada, única e homogênea da paisagem que percorreu em *missão*, na condição de representante oficial do estado brasileiro. Todavia, essa visão a que, de início, se mostrara pouco afeito e fatigado, da repetição amazônica entre rios, densa vegetação e animais, é provável que seja marcada também pelo olhar do engenheiro, cuja percepção sobre o espaço natural tenderia a requerer sobre este, intervenções *transformadoras* que *modernizassem* a paisagem, tornando-a palatável ao fluxo da circulação moderna, tão requisitada entre os anos finais do século XIX e iniciais do século XX.

Aliás, a *modernização* operada em ruas e avenidas largas, com *ares de Europa*, que encontrou em Belém e Manaus, não passaram desapercebidas ao seu olhar de observador criterioso, mesmo que em tom comedido e até reclamado, dado os *modos europeus* identificados, o que em alguma medida, ofuscaria o *surgimento do tipo nacional*, reclame comum aos patriotas em momentos diversos. Essa, inclusive, é outra aporia cujo cálculo, para fins de síntese, mostrar-se-á de difícil solução, posto que enquanto se tinha o *modelo de civilização europeia* como meta e projeção, desejava-se igualmente encontrar o lugar do Brasil no *concerto das nações*, o que indicava a necessidade de afirmar deslocamentos, especificidades, diferenças que conferissem ao *brasileiro* seu *quinhão de ser*.

Essas considerações têm menos por objetivo estabelecer reclames por supostas negligências passadas (nos campos da história, da etnologia, da antropologia e/ou outras áreas do saber) e mais compreender a historicidade comum ao conhecimento euclidiano sobre a

[52] CUNHA, Euclides [1905-1909]. **Um paraíso perdido**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009, p. 108. Itálico presente na obra, p. 107.

Amazônia e o próprio desenvolvimento do chamado conhecimento científico, de forma que se perceba seus deslocamentos e aporias o que, a exemplo de hoje, mostrava-se em aberto.

Ainda que a ação humana não esteja ausente de sua narrativa, a exemplo do relato constante sobre as agruras vivenciadas pelos nordestinos seringueiros que se deslocaram à Amazônia, fugindo da seca e da fome na busca por melhores condições de vida, os escritos euclidianos reiteram e privilegiam, com frequência, o território (o problema de domá-lo, torná-lo produtivo), em detrimento da sociedade (população) que, em tese, constituiria a *nação* brasileira (MORAES, [2002] 2005)[53].

Nesse sentido, Euclides da Cunha costumava remeter-se à ideia de *sertão amazônico* como *espaço vazio* ou *reservatório da nacionalidade*, mas dentro de um projeto de *modernização*, de *progresso* quase sempre colocado na conta do futuro e cujo referencial se situava fora daquela espacialidade. Tratava-se, portanto, de reiterar a importância da Amazônia em função do *desenvolvimento*, de como ela poderia ser útil ao país situado fora de suas *fronteiras*, daí a reiterada discussão sobre a necessidade de *integração nacional*, como *aproximá-la*, *incluí-la* ao Brasil.

As políticas públicas, no tocante aos projetos de *integração* da Amazônia, revelam as concepções externas a respeito dela: a primeira seria a de que, *efetivamente*, ela ainda não teria se tornado *Brasil*, daí ser uma espécie de outro cujo clamor pela *integração* é constantemente retomado; a segunda é que os projetos são pensados, via de regra, em função do país. Assim, o *desenvolvimento* da Amazônia é reiterado sempre como meta central, mas esse *desenvolvimento* é menos em função das populações amazônicas e mais daquilo que lhe é exterior.

Tais ações, conforme já se disse, geralmente pensadas de *fora* para *dentro*, reiteram essa percepção desde longa data, quer em governos autoritários, a exemplo de Vargas e do período em que os militares assumiram, via golpe, o controle político do país, quer após a redemocratização, quando a discussão a respeito da geração de energia, exploração de

[53] Antônio Carlos Robert de Morais ([2002] 2005) discutiu em *Território e História do Brasil* a maneira como a *imaginação geográfica* ou espacial assumiu centralidade em projetos diversos que ensejaram a construção da identidade nacional. Ele destaca que, ao privilegiar a dimensão territorial, as elites brasileiras indicavam que o país teria tudo para ocupar lugar destacado no *concerto das nações*, não fosse, claro, uma questão constantemente reclamada e colocada em aberto: o povo. No *imaginário* nacional, das elites, mas não somente delas, esta percepção se espraiou, tornou-se senso comum: o problema do Brasil era o brasileiro e sua inadaptabilidade aos preceitos *civilizatórios*, republicanos, pouco afeito às normas da vida em sociedade. Tal perspectiva professava que uma nação construída sobre os escombros de malfeitores, *mulheres de vida fácil*, párias enviados a estas plagas como castigo, *bugres atrasados*, *negros preguiçosos*... só poderia ser carcomida pelo vício e dar em erro.

recursos minerais e utilização dos recursos naturais têm ênfase no Brasil que se situa *fora* dessa espacialidade. Não é sem motivos que as demandas dos povos indígenas, das populações ribeirinhas, dos chamados *povos das florestas* serão pensadas como entrave ao *desenvolvimento.*

A existência desses povos, quando requisitam cidadania e o reconhecimento legal do estado, é posta ou lida como *entrave*, algo que impediria o *progresso* do país para além das fronteiras amazônicas. Reconhecer essas populações como sujeitos de direito significaria, conforme essa leitura, sacrificar o futuro, o *desenvolvimento* do país.

Parte dos migrantes que *ocuparam* o território então dito *vazio*, se autodenominam *pioneiras* e se dedicaram ao desafio de *domar* a floresta, *civilizar o espaço*, parecem não atender ou representar, ainda, os interesses do estado brasileiro. São estrangeiros no *território* que lutaram para *desbravar* e *circunscrever.*

Conforme argumenta Edir Augusto Dias Pereira (2016), é a partir da década de 1950 que se situa a emergência de *políticas efetivas* por parte do estado com vistas ao controle e domínio e não somente à *exploração econômica* do território. Mas ao colocar em curso tais projetos, iniciados com Getúlio Vargas e seguidos, com maior ou menor ênfase, pelos governos posteriores, essas políticas retomaram *imaginários* construídos desde longa data, dos quais são indicativos as ideias de *espaço vazio, última fronteira*, *levar o desenvolvimento e o progresso a povos em descompasso temporal com a nação brasileira* e, sobretudo, garantir o *futuro* desta nação a partir da *exploração* e *racionalização* dos recursos naturais presentes na Amazônia. Tratar-se-ia, portanto, de um *projeto de saber* e *de poder* que anula ou estereotipa o componente humano e cultural ali presente, em nome do dito *projeto nacional*, cujo referencial se situa, invariavelmente, fora desse espaço.

No texto *Entre o Madeira e o Javari,* publicado em 29 de março de 1904, n'*O Estado de São Paulo*, antes, portanto, de sua nomeação à *viagem de reconhecimento* junto a Comissão Mista com representantes do Brasil e do Peru, Euclides da Cunha já reclamava a necessidade de *integração* daquela espacialidade ao território nacional.

Com um *desejo sincero de verdade*[54] e manifestação recorrente da busca por apresentar uma leitura *realista* daquela espacialidade, a escritura euclidiana é por ele colocada

[54] Rodrigo Turin (2009), em movimento aproximado ao que ora buscamos realizar, identificou essa tópica como *um desejo sincero de verdade*, ao investigar *regimes historiográficos* em evidência e concorrência no Brasil, na transição do Império à República, momento em que o historiador – e aqui, cotejava a escritura de Sílvio Romero aos escritos de von Martius e Varnhagen –, buscava operar deslocamentos na legitimação e certificação de sua escritura, antes vinculada a uma academia, colocada sob os auspícios do imperador, para a figura difusa do *povo*

como complementação, expressão, ou representação do *real*. E como tal, construiu também *realidades*, dada a intenção de retratar o mundo à sua volta com fidedignidade.

A centralidade da *autópsia* (HARTOG, [1980] 2014; [2005] 2013), qual seja, aquele que escreve porque *viu*, logo assume a condição de *testemunha ocular* de alguém que expressa pela escrita o registro dos fatos. *Verdade e realidade* assumiam um lugar que para além da rima, se confundiam como expressão de um mesmo todo, uma levava à outra. O que era dito, narrado, assumia o lugar da *realidade*, pois fora construído calcado na ideia de *verdade*, cuja experiência do olhar – a metáfora da visão – autorizava a escrita. *Realidade*, *verdade* e *veracidade* se aproximavam, se encontravam, se imiscuíam. E esse tal olhar ansioso por reproduzir a *realidade* por meio da escrita tinha um *outro* a quem se contrapunha e com o qual guardava relação de *alteridade*: as *representações românticas*, *não científicas* já construídas sobre aquela espacialidade (PEREIRA, 2016, p. 75).

Esse efeito de realidade assumido pela perspectiva de que o ato de ver seria garantia de *cientificidade* era o que, em larga medida, conferia *autoridade* e *legitimou* os discursos ditos ou pretendidos *realistas* sobre a espacialidade amazônica. Neles, os grupos sociais que o habitam, mais do que transformar a paisagem, parecem compô-la e se confundir com ela posto que, apesar dos esforços, aquele seria ainda um *espaço ahistórico.* Seu tempo seria marcado pela *natureza*, estaria ainda fora da *cultura* que marca a historicidade dos povos que adentraram a *história*.

> A conclusão de Cunha é de que a Amazônia é ainda um espaço a revelar, vazio, misterioso, desconhecido, sinônimo de fantástico e incompreensível. A imagem do deserto, do sertão, virá a confirmar a imagem da Amazônia como espaço vazio, a ser ocupado e conhecido para o progresso da nação.
> Ao que parece, a noção de deserto está relacionada não à falta de povoamento, mas à ausência de "homens civilizados" habitando essas regiões, pois constata Cunha e mesmo pela informação dos viajantes que lera, que havia muitas tribos indígenas que fervilhavam nas duas margens do Purus. Já a noção de desconhecido relaciona-se ao conhecimento do Estado e ao estado de conhecimento científico sobre a região: é a Amazônia um espaço desconhecido pelo Estado brasileiro e pela ausência de informações científicas seguras e verossímeis sobre a natureza e sociedade. O conhecimento que os caboclos e indígenas possuíam do espaço amazônico, muito preciso, amplo e complexo, não conta para Cunha, porque o "verdadeiro conhecimento" era o que permitia a "ciência". O "privilégio epistemológico" conferido à ciência impedia-o de valorizar os saberes locais,

---

e do interesse nacional. Em várias obras, tratadas como fonte, neste e nos próximos dois capítulos, a desejo de atingir a *verdade* será expressado com frequência, mostrando-se questão em aberto para esses narradores.

> ainda que os pudesse constatar, por exemplo, no estabelecimento de seringais (PEREIRA, 2016, p. 104).

O que explicaria tal sucesso improvável, inclusive dadas as condições do clima e da *natureza anfíbia*[55] que, segundo Cunha, tornava desafiador o cotidiano de sobreviver na ou a Amazônia? Neste aspecto, uma vez mais, o escritor parecia reencontrar no sertanejo nortista, a figura do bravo, forte e resistente que, castigado pelas secas, marcado pela fome, doença e miséria, se deslocava aos centros urbanos litorâneos, lugar onde a preocupação única do estado era livrar-se deles, sem qualquer consideração quanto à sua cidadania. Mandá-los ao encontro da floresta vastíssima, despovoada, quase ignota, equivaleria a expatriá-los dentro de sua própria pátria.

E contra todos os prognósticos, conforme o escritor, os migrantes fugitivos da seca, da fome e da própria miséria, resistiam. No projeto de construção da nacionalidade comum aos objetivos patrióticos euclidianos, parecia afeiçoar-se ao sertanejo insistente, que não largara mão da vida quando tudo o mais parecia sem motivos para continuar em marcha.

O sofrimento e luta desses homens contra as hostilidades e o inóspito do *meio*, fosse na seca extrema dos tórridos sertões nortistas, fosse na avidez avassaladora da floresta densa e marcada pelo excesso das águas e, portanto, caminhando de um extremo a outro, talvez tenha despertado certa empatia em Euclides da Cunha. De forma a ver nesses migrantes o cerne do que poderia constituir-se o *caráter nacional* que almejava ver formado, o componente de brasilidade, ainda segundo ele, não de todo desenvolvido naquele contexto, mas como aposta bravia no futuro, a exemplo de Manaus, "[...] capital – uma cidade de dez anos sobre uma tapera de dois séculos – transformou-se na metrópole de maior navegação fluvial da América do sul"[56].

A maneira como Euclides da Cunha descrevia o processo de constituição dos seringais, em alguma medida, o deslocava, conforme Edir Augusto Dias Pereira (2016), do *determinismo geográfico*, de uma premência fechada e absoluta do *meio sobre o homem*, pelo qual é constantemente referenciado:

> A descrição do estabelecimento da territorialidade do seringal, desse modo, em traços progressivos de detalhes, faz desse texto de Cunha [*À margem da*

[55] CUNHA, Euclides [1905-1909]. **Um paraíso perdido**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009, p. 108.

[56] CUNHA, Euclides [1905-1909]. **Um paraíso perdido**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009, p. 143.

> *história*] um singelo contraponto ao determinismo do meio. Os sujeitos aparecem imersos em relações socais e de poder espacializadas (PEREIRA, 2016, p. 121. O destaque entre colchetes, é nosso).

Isto se evidenciava na maneira como o autor de *Os sertões* se posiciona a respeito da situação difícil enfrentada pelo seringueiro, nas relações de trabalho estabelecidas com o seringalista, na lida cotidiana pela sobrevivência:

> É natural que ao fim de alguns anos o *freguês* esteja irremediavelmente perdido. A sua dívida avulta ameaçadoramente: três, quatro, cinco, dez contos, às vezes, que não pagará nunca. Queda, então, na mórbida impassibilidade de um felá desprotegido dobrando toda a cerviz à servidão completa. O "Regulamento" é "impiedoso"[57]

A *servidão* ou *semiescravidão* do seringueiro se completava porque posto em território estranho à sua experiência e endividado, sem conseguir fugir frente à imensidão da floresta e com acordo entre os *patrões* – a transferência era possível, mas o trabalhador carregaria junto a dívida contraída para não aceitarem fugitivos –, restava aos migrantes a resignação e a luta para sobreviver. Como se reatualizasse o argumento de uma das frases mais conhecidas de *Os Sertões*, para quem *o sertanejo* seria, *antes de tudo um forte*, o autor contrapõe a força meio alienada e ingênua, ainda que heroica daqueles *nortistas sertanejos* na missão que executavam à figura do *sulista* que, por sua vez, se ancorava naquelas paragens na figura de patrão que, em ambiente inóspito, tinha na doença, no *impaludismo*, sua *carta de alforria*, a liberdade para *desertar* daquela *paragem maldita*, sem receios de *fugir* ao papel de *herói*.

Ao tratar dos seringueiros fugia, em alguma medida, conforme já mencionado, da perspectiva do *determinismo geográfico.* Ao cotejar a realidade amazônica, operava certo deslocamento na sua perspectiva e no confronto com situação bem díspar daquela que avistara nos sertões do norte – ou nordestinos, parecia inverter a chave de interpretação. Em que pese a hostilidade do *meio*, os seringueiros resistiam e o transformavam, na medida em que eram, também, por ele transformados. Tornavam o *inferno verde*[58], supostamente assombrado pelo estigma do fracasso, em *terra da promissão*.

Essa crença na *promessa* indicava aposta esperançosa no futuro, mesmo que evidenciasse, naquele presente, que as expectativas ainda estavam por ser atendidas, mas, ao menos, estavam postas no horizonte.

---

[57] CUNHA, Euclides [1905-1909]. **Um paraíso perdido**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009, p. 121.

[58] RANGEL, Alberto. **Inferno Verde**: cenas e cenários do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2008.

É fato que a perspectiva do *determinismo geográfico* não é de toda ausente ou apagada da interpretação euclidiana da Amazônia. A própria maneira de organizar o raciocínio e a argumentação, com destaque em larga medida à tríade *Homem*, *meio* e *clima* eram indicativas dessas permanências. Porém, é possível observar também deslocamentos nas proposições que tece, parte deles resultantes das observações realizadas *in loco*, o que permite pensar em leituras menos fechadas e mais abertas à polissemia de sua escritura, de maneira que no afã de negar ou afirmar o suposto *determinismo* euclidiano, não se acabe por se prender a leituras deterministas dele.

O desafio *civilizatório*, encarado ali pelos *sertanejos nortistas*, era o de *domar, amansar, domesticar* a gigante *selvagem*, máxima que será revisitada e reatualizada um sem número de vezes no decorrer do século XX, servindo, via de regra, para legitimar as políticas do estado no sentido de *integrá-la, colonizá-la efetivamente*.

À época da escritura euclidiana, uma nova cartografia se desenhava na Amazônia brasileira. Graças à ação dos seringueiros, nova extensão de terras estava a ser incorporada ao território nacional. Assim, eles seriam uma espécie de *novos bandeirantes*. A ausência de termos geográficos que denominassem a maior parte daquelas paragens (nunca é demais lembrar, dar nome significa apropriar-se, apossar-se) indicava, provavelmente, territórios cujo domínio ainda não havia se *efetivado* e, portanto, o litígio assumia faces legais no embate que envolvia a definição dos limites entre Peru e Brasil. E coube a Cunha, representante do estado brasileiro, chantar esses limites.

Atentar para os topônimos[59] significa percebê-los como marcas de posse e violência. Eles ilustram não somente a *vitória* de determinado projeto, mas o apagamento do que foi vencido. Daí a ação de (re)nomear – (re)nomeação – presente nas práticas e expedientes comuns à máxima da *integração* do *Oeste*, esse *sertão* cuja *missão bandeirante* deveria torná-lo também Brasil.

Tal qual pondera Francisco Foot Hardman (2009), ao comentar sobre cidades, lugares cujos nomes remetem a renovação ou refundação, ao fazê-lo e nomeá-los, inclusive em referência a outras já existentes, se opera um ato de criação, acompanhado de apagamento, da negação a experiências ali ensejadas, enquanto se procura replicar nela, vivências que seriam alheias a espacialidade renomeada.

[59] As ponderações de Francisco Foot Hardman (1998) referenciam, com justeza, Capistrano de Abreu em *O descobrimento do Brasil*, cuja perspicácia ao se remeter aos *tempos primitivos,* atenta aos topônimos como rastros, evidências do que foi, mesmo que delas restem basicamente isso: rastros que evidenciam apagamentos de rostos e experiências. Deles pouco se ouvirá ou saberá, além dos silenciamentos.

A referência a outra espacialidade que nomeia aquela recém fundada, marcaria também a apropriação do espaço e a negação do que ele era até então. (Re)nomear neste caso, era de maneira muito clara, ato tanto simbólico e prático, de domínio e posse (HARDMAN, 2009, p. 80)

Euclides da Cunha demandava *intervenção urgentíssima do Governo Federal*, de maneira que se desse conta de uma grande *estrada*, de cerca de 700 km, prolongando-se em direção ao rio Amazonas e interligando o Javari, o Madeira e o Abunã, devendo "[...] consistir porém de uma via-férrea – a única estrada de ferro urgente e indispensável no Território do Acre"[60].

Estabelecia comparação com as ferrovias levadas a cabo na Índia, indicando caminho similar ao Brasil. O engenheiro se posicionava, demarcava território, expunha conhecimento de causa, pois "Na Índia, como entre nós, não faltam profissionais apavorados ante as dificuldades naturais – esquecidos de que a engenharia existe precisamente para vencê-las"[61].

O *desenvolvimento* representaria o curso natural das coisas. Um futuro irrefutável, fadado a se tonar realidade. Seria questão de tempo. E de ação. O que talvez exigisse também um tanto de *crença*. Na Amazônia, onde então os rios eram as *estradas* que possibilitavam adentrar ao território, a linha férrea – a Transacreana – pensada por ele cumpriria o "[...] destino de distribuir o povoamento, que já existe. É uma auxiliar dos rios. Corta-lhes, por isso, transversa, os vales". (Cunha, 2009, p. 193)

Pouco importava que não se soubesse ainda exatamente como construir a via-férrea e quais os desafios se colocariam mediante a empreitada. A própria experiência de sua construção assumiria a incumbência de apresentar as demandas a serem sanadas no percurso. E com a obra em curso, poder-se-ia fazer os *aperfeiçoamentos,* as *correções*, afinal, ela era também uma espécie de *organismo vivo.*

> É um processo generalizado. Todas as grandes estradas, no evitarem os empeços que se lhes antolham, transpondo as depressões e iludindo os maiores cortes com os mais primitivos recursos que lhes facultem um rápido estiramento dos trilhos, erigem-se nos primeiros tempos como verdadeiros caminhos de guerra contra o deserto, imperfeitos, selvagens. E como para justificar o acerto, o primeiro engenheiro das suas obras rudimentares – que hoje se fazem como há dois mil anos – de suas estacadas, de suas pontes e

[60] CUNHA, Euclides [1905-1909]. **Um paraíso perdido**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009, p. 192.

[61] Ibidem, p. 193.

> pontilhões de madeira mal lavradas, superpostas em linhas sobre os *styli fixidos* tanchões roliços, é César.
> Depois envolvem; e crescem, aperfeiçoando os elementos da sua estrutura complexa, como se fossem enormes organismos vivos transfigurando-se com a própria vida e progresso que despertam[62]

Euclides da Cunha não deixava de pôr reparo nas considerações mais *exageradas* a respeito dos desafios que a empreitada *colonizadora* exigiria. Tomando de exemplo fórmulas ou situações europeias, ponderava a respeito do desafio que sempre foi, no decorrer da história das empreitadas ditas civilizatórias, *o transplante de povos para novos habitats.* E nestas, os mais inspirados e renomados *generais* tornavam-se coadjuvantes frente à necessária ação de *médicos* e *engenheiros* no processo de edificação do *novo*. Tratava-se de imprimir traços da experiência pregressa em locais ainda dela desprovidos, até que o domínio do *clima* e sobre *as raças incompetentes* se concluísse, de maneira a marcar o *começo da redenção do território* recém conquistado, na *empresa maravilhosa do saneamento da terra.* 'Da *terra e do homem*', ponderava em seguida[63].

O autor mostra, portanto, confiança na força irrefutável da *marcha civilizatória* que deveria andar de braços dados com as intervenções de caráter *científico*. Sem necessariamente descrer do plano divino, devotava, como republicano e simpatizante do pensamento positivista que era – a exemplo do que já apontaram vários dos estudiosos de sua obra, grande parte em tom acusatório –, uma espécie de fé acentuada no *progresso* da humanidade e das sociedades por este ensejadas.

Tal perspectiva, conforme era comum ao raciocínio da época – e que sobrevive, ainda que silenciada – significava a explicitação de hierarquias para classificação dos povos e invenções/criações humanas, em escala que variava do *estado primitivo* à *civilização*. E vencer este último estágio, *ahistórico*, promover a *atualização temporal* era, em larga medida, parte do projeto ao qual se dedicaria parcela relevante de muitos dos seus contemporâneos, o que o incluía e que continuará a permear o *horizonte de expectativa* (KOSELLECK, 2006) de várias gerações, antes e depois do autor d'*Os sertões* e de *Amazônia: terra sem história* ou *À margem da história*.

---

[62] CUNHA, Euclides [1905-1909]. **Um paraíso perdido**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009, p. 195.

[63] Ibidem, p. 139-140.

Todavia, cabe ponderar que tais percepções, mesmo em Euclides da Cunha, embora carregadas por uma perspectiva *cientificista* e dada à leituras *etnocêntricas* do *outro*, com viés eurocentrado e marcado pela *colonialidade*, sobretudo no que diz respeito aos indígenas, não são homogêneas e sofreram deslocamentos no decorrer de sua construção, no que se incluem críticas à *escravização branca* a que estavam submetidos os seringueiros. O conto *Judas Ahsverus* é bem sintomático a este respeito.

Na primeira parte de *Amazônia: terra sem história*, traçava-se o percurso de dívidas que se estabeleciam ao futuro seringueiro desde que saído do "Ceará". Devia, já de saída, as passagens e o adiantamento que lhe permitiria sobreviver ao deslocamento, adquirir as ferramentas básicas (um boião de furo, uma bacia, mil tigelinhas, uma machadinha de ferro, um machado, um terçado, uma carabina, duzentas balas, dois pratos, duas colheres, duas xícaras, duas panelas, uma cafeteira, dois carretéis de linha e um agulheiro) e os gastos iniciais quando de sua chegada a Amazônia.

A isto somavam-se, ainda, os víveres básicos que lhes permitiriam sobreviver aos primeiros dias. Como ainda não aprendera o novo ofício, era um *brabo* e já tinha contraído dívida quase impagável que lhe custaria a liberdade, em grande parte da vida. Isso se estivesse sozinho. Quando ocorria de ter a companhia da família, a dívida era ainda maior. O contrato que unia o seringueiro ao patrão era de *natureza feudal*, conforme denunciava Euclides da Cunha. Ali se fazia valer unicamente a lei do capital, representada, sobretudo, na figura do *seringaleiro*[64].

> Repitamos: o sertanejo emigrante realiza, ali, uma anomalia sobre a qual nunca é demasiado insistir: é o homem que trabalha para escravizar-se.
> Enquanto o colono italiano se desloca de Gênova à mais remota fazenda de São Paulo, paternalmente assistido pelos nossos poderes públicos, o cearense efetua, à sua custa e de todo desamparado, uma viagem mais difícil, em que os adiantamentos feitos pelos contratadores insaciáveis, inçados de parcelas fantásticas e de preços inauditos, o transformam as mais das vezes em devedor para sempre insolvente[65]

Mesmo que discorresse a respeito dos cenários urbanos de Belém e Manaus, eram o *clima* e a *natureza* que ganhavam destaque na tessitura euclidiana sobre a Amazônia, cujo

[64] Ou seringalista, denominação mais recorrente para remeter-se ao dono do seringal, também chamado de *coronel de barranco*. Este último epíteto seria alusivo as condições de trabalho a que estavam submetidos os seringueiros e remeteria as práticas observadas no que se convencionou chamar na historiografia de *coronelismo nordestino*.

[65] CUNHA, Euclides [1905-1909]. **Um paraíso perdido**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009, p. 144-145.

texto *À margem da história* constituiu-se exemplo, e que seria uma espécie de primeira versão de obra maior, intitulada de *Um paraíso perdido*, conforme explicitado.

Os conhecimentos construídos sobre a Amazônia, frequentemente, retomam hierarquias e *preconceitos* erigidos também pelo discurso científico, o qual não está imune à historicidade de sua produção e nem ao conjunto de *ilusões* e *fantasmas* comuns a cada época, até que outros *consensos* se formem e projetem novos cenários e questões.

Civilização, *progresso*, *desenvolvimento*, *modernização*, *integração*... foram e serão tópicas que, antes e depois dos escritos de Euclides da Cunha, fizeram eco e mobilizaram ações, projetos, de forma a ensejar determinada *cultura política* (BERSTEIN, 1998; 2009) incrustada no *imaginário* sobre tal espacialidade, cujas representações latentes e recorrentes se fazem perceber e ver a partir de formulações como: *paraíso edênico*; *inferno verde*; *espaço vazio*; *natureza madrasta*; *terra da promissão*; *pulmão* e *celeiro do mundo*; *última fronteira* (agrícola)... Estes são, por sinal e não por acaso, verbetes que se repetem quase à exaustão no curso da presente pesquisa.

O desejo euclidiano de *domar* o *meio* tornar-se-á, paulatinamente, uma espécie de profecia que buscará transformar em realidade o controle da *natureza selvagem* por meio da atividade agropecuária e de grandes obras, como as que ele recomendara, a exemplo da chamada "Transacreana". Suas projeções eram motivadas pelo entusiasmo frente às técnicas e novas tecnologias da engenharia, que desenhavam o *ineditismo* de um mundo que então se fundava, inaugurava e seriam reatualizadas e redesenhadas em diferentes épocas, por projetos de poder distintos.

Se a história lida com mudanças e descontinuidades, visando compreender, em alguma medida, as *alteridades* construídas pela humanidade frente às experiências que enseja e aos projetos sociais que busca levar a termo; ela também contribui, pondera-se, para que se perceba as continuidades ou reatualizações de valores, metas e projetos de poder. Sem querer indicar nem construir uma narrativa teleológica, dada os riscos e inapropriações, à compreensão historiográfica, é importante ponderar que a reiterada busca pela *colonização* da Amazônia, em geral, e da *formação* do estado de Rondônia, em específico, carregam rescaldos – ou recalcado, numa perspectiva freudiana – do desejo euclidiano.

No que concerne a Rondônia, as imensas paisagens dominadas pela agropecuária, marcadas por pastos para gado *vacum*, plantações de soja, entre outras culturas, e o discurso reiterado do *progresso* assumido por sujeitos diversos – sejam agentes do estado e/ou cidadãos que colocam para si a meta de construir e auferir o chamado *desenvolvimento* – são, em larga medida, denotativos disso.

Com essas observações, não se intenta, obviamente, lançar sob Euclides da Cunha o peso por decisões e projetos que não foram levados a cabo por ele. A intenção é, sobretudo, compreender como determinados *imaginários* constroem *culturas políticas* (BERSTEIN, 1998; 2009) que se dilatam e espraiam temporal e espacialmente, sendo apropriadas e reatualizadas em contextos diversos, ainda que carreguem consigo as especificidades de cada experiência.

Francisco Foot Hardman (2009, p. 57) sugere a procura de Euclides da Cunha por enfoque que permitisse ao autor de *Os sertões,* recontar sob perspectiva outra, construir narrativa sobre a Amazônia que fosse fugidia aos relatos clássicos dos viajantes e que alçavam a região à condição de *vazio*, perspectiva que antecede e sucede sua obra, alcançando os dias atuais, inclusive e sobretudo, no campo das políticas públicas, cujas formulações reiteram, em demasia, a urgência, a necessidade de *desenvolvimento* nessas paragens.

Era a cisão, a aporia entre o *espaço vazio*, nunca territorializado por completo e a reafirmação do projeto político que buscou *civilizá-lo*, *modernizá-lo*, retirá-lo do domínio da *natureza* e da cultura; e situá-lo no tempo da *história.* Todavia, ao afirmá-la *à margem da história*, Cunha acabava por esvaziá-la, em outros termos.

A busca reiterada pelo *progresso*, seja nos projetos exógenos à Amazônia, seja nas projeções internas, orientadas pelo desejo de equiparação às realidades *de fora* – cujo discurso da redução das desigualdades regionais é exemplo sintomático – reiteram essa ambivalência, também perceptível na historiografia.

Tal perspectiva evidenciava o anseio para que se retirasse as abordagens da Amazônia de uma perspectiva espacial para a outra, temporal. O domínio do *espaço* significaria sua *temporalização.* Temporalizá-lo seria tirar a Amazônia do *atraso* e torná-la *contemporânea.* Projetar, defender e levar o *progresso* a ela, representaria, sobretudo, sincronizar tempos, por meio do anseio à homogeneização das relações encampadas no espaço.

Este deveria replicar experiências comuns ao restante do país, já ou mais *desenvolvido*. Em termos outros, era o desafio posto e recomposto da *integração nacional*, cuja via se processaria na aproximação da espacialidade amazônica em direção à brasileira, direção em que os vetores parecem nunca se inverterem, de tal maneira que essa relação não percorria o caminho oposto: o país integrar-se a ela.

1.2 Alberto Rangel e os *infernos* amazônicos

Era 1908 quando Alberto Rangel lançou *Inferno verde: cenas e cenários do Amazonas*, obra estruturada em 11 contos que podem ser lidos em separado, de forma independente ou sequencialmente, como partes constituintes de um romance. Na narrativa, o meio atua em primeiro plano, disputa a cena com as ações humanas frente àqueles que o habitam – o que, segundo Marcos Frederico Krüger, é um elemento comum às construções que privilegiam o espaço, notadamente, as *representações* concernentes à Amazônia, dita por ele em vários momentos como uma espécie de *sertão* (KRÜGER in RANGEL, [1908] 2008, p. 41).

O brasileiro tal qual sonhado por Alberto Rangel era também uma aposta no futuro. Ainda que valorizasse o *caboclo*, sua perspectiva era de que fosse *aniquilado*, *desfalecido* pelo sangue, por meio da *miscigenação* que deveria ser levada a curso no país. A *herança* das teorias *racialistas* adaptadas ao contexto brasileiro, que habitou sonhos e projetos políticos da chamada *geração de 1870*, não deixou de se fazer presente nas suas ponderações:

> Esse aniquilamento, toda via, é forma de exprimir. Nada se destrói... E no sangue, que há de lavar, um dia, as veias do brasileiro étnico normal, o sangue do pária tapuio terá o seu coeficiente molecular de mistura de tantos povos, argamassado num só corpo, cozido em único cadinho, fundido num só molde. Cadinho, molde, corpo: aparelho e resíduo de transformação consumada, onde o mameluco, carafuz e o mulato e esse indo-europeu, que preponderar na imigração, ter-se-á tornado o brasileiro tipo definitivo de equilíbrio etnológico. Deixará de ser, afinal, o que tem sido: um desfalecido meio para o trânsito transfusivo de raças...[66]

O que Alberto Rangel chamava de *trânsito transfusivo de raças* era a ideia de que a *miscigenação*, a mistura pelo *sangue* entre *mameluco*, *carafuz* (cafuzo), *mulato* e o *indo-europeu*, daria conta de formar uma raça capaz de se equilibrar frente às especificidades do *clima*, da realidade brasileira, amazônica, sobretudo. A aposta era de que a miscigenação levaria a uma *arianização* e melhoria paulitina dos *tipos raciais* comuns no país.

A perspectiva desconfiada, duvidosa, pessimista em relação aos *tipos humanos* que habitavam a Amazônia, se juntava à própria percepção sobre essa espacialidade. É assim que no conto *Um conceito do catolé*, a construção da figura de João Catolé, *caboclo*, fugitivo da seca nordestina, tragado pela miséria e faminto, ocupava lugar estratégico na construção de Rangel, pois numa terra dita improdutiva, "[...] que não prestava... era um barro safado,

[66] RANGEL, Alberto [1908]. **Inferno verde**: cenas e cenários do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2008, p. 45-46.

arisco, imprestável... tinha formiga... E no desânimo de exilados numa rocha, os colonos iam passando os dias, desolados entre lamentos inúteis"[67].

Entrementes, mesmo nesse cenário tórrido dito *sertão* amazonense, João Caboclo conseguia ver e fazer brotar a riqueza, *bendizer a sorte*:

> No Ceará nunca pudera ser senhor de um pedaço de vazante. Trabalhara sempre 'a dia', ou em terra foreira, ou emprestada. Unicamente de algum trecho de 'carrasco', ou dalguma lapa no alto pendor da serra, onde se açoitam as suçuranas, poderia ter sido; mas, com que futuro?[68]

Na Amazônia, não. Lá era senhor de si, de suas posses e podia, com esforço e muito trabalho, conquistar o *progresso* almejado. Não se tratava somente de sorte, mas de labuta, luta, esforço, trabalho. E o *sertão amazônico*, quando comparado ao *sertão nordestino*, se mostrava um vasto campo de possibilidades, pois não era castigado pela sofreguidão da seca que aniquilava e praticamente impossibilitava a vida...

> O Amazonas, tão amaldiçoado país de seringa e de impaludismo, fazia proprietário; ao chegar o retirante cearense, dava-lhe o solo, o mantimento, o teto, a assistência médica, a instrução... o monstro devorador de vidas ao pé das *haveas* era, na verdade, também protetor e amigo[69].

Em que pese o *impaludismo*, permaneciam a luta e lida da vida. Esse era o mote do conto *Terra caída*, que aventava as pelejas do cearense José Cordulo, com vistas a (re)construir sua vida na Amazônia. A luta travada contra a *natureza* era diária e sem interrupção. Um só vacilo dado e a mata tomaria conta das culturas, renascia, proliferava, feito erva daninha. Nessa luta sem trégua, ele resistia para existir.

> Sempre de terçado em punho, do nascer do sol até descambava no poente, o Corcudo não largava o trabalho. O descanso era para a caça ou o 'marisco', ou para entaniçar o tabaco, ou calafetar a canoa... Só se afastava da lavoura e criação raramente, quando obrigado pelo ajuri, ou por servir de padrinho em Itacoatiara, ou então por motivo excepcional e grave; porque a terra, de tão fecunda, prejudicava...
>
> Daí a meses, antes mesmo que o milho começasse a 'embonecar' e o feijão floreasse, as jitiranas e o melão-de-são-caetano embalseirariam a roça, as jurubebas, os taxizeiros, embaúbas e taquaris, vindos para aniquilar em capoeira e derrubada e a queimada, corroborariam a obra de extermínio e maldição. Para isso não acontecer, seria preciso não descansar a enxada e o terçado. Se o Cordulo fechasse os olhos, quando os abrisse, a floresta pertinaz tornaria a ocupar o lugar donde fora repelida.

---

[67]RANGEL, Alberto [1908]. **Inferno verde**: cenas e cenários do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2008, p. 51.

[68] Ibidem, loc. cit.

[69] Ibidem, p. 52.

> A mata faz do labrador uma sentinela alerta. Abandone o homem o seu posto e ela vigorosamente irrompe pelas linhas do roçado, deste apoderando-se de novo. E, então, a dificuldade aumenta. A floresta ressurgida atabafa-se de rebentos e espiques, vergônteas e pedúnculos, vem em capoeira, isto é, mais adensada de ramas e hastes finas, mais impenetrável, portanto[70].

Não perece atoa que o último conto e, justamente, aquele que confere título à coletânea foi intitulado de *Inferno verde.* A luta não se resumia a *derrubar* a vegetação. Ela prosseguia na lida cotidiana, posto que, a qualquer descuido, a mata bravia voltava a rebentar, tragando as marcas de (agri)cultura que, a duras penas, se buscava fixar naquelas paragens.

É nesse sentido que comparava e estabelecia diferenças entre o trabalho de derrubar a floresta, feito com broca e machado, e o de vencer a resistência persistente da capoeira nova, vegetação ramosa e miúda, que nascia diariamente, requerendo labuta de Sísifo, incansável, do agricultor.

Uma saída de Cordulo e, no retorno, não mais reconheceria suas terras, suas posses, tragadas que haveriam sido pela *terra desaguada* que a tudo que construíra fizera desaparecer. Mas não desistiria. No dia seguinte retomaria a luta contra a *natureza* e sobre a *terra caída*, edificaria novamente seu patrimônio, plantaria, depositaria nela, uma vez mais, as esperanças no futuro, pois a *terra podia desaparecer, o caboclo ficava.*

Esse lugar marcado pela força quase *indomável* da vegetação era também onde se desenvolviam novas formas de *Hospitalidade.* Esse conto gira em torno de um *civilizado* que se vê obrigado a hospedar-se nos aposentos do Sr. Manoel, no entremeado desconhecido de rios, mata e *caboclos* da Amazônia.

A tensão, o receio e o medo parecem lembrar um conto digno de Edgar Allan Poe, dadas a rispidez, a brutalidade, os modos incomuns do caboclo, retratado quase em *barbárie*. Mas, aos poucos, Rangel o regenera e parece inseri-lo entre dois mundos: a *civilização* fora daquela espacialidade e que ensejava modos, hábitos, costumes singulares que causam estranheza ao visitante mas que, aos poucos, compreende seu *modus operandi*, sua forma de ser e agir, concluindo por destacar a *hospitalidade*, ainda que singular, do sr. Manoel.

Já em *O homem bom*, o enredo gira em torno dum coronel, *caboclo cearense* de hábitos desconfiados, beirando o rudimentar que reatualizava, na Amazônia, as práticas comuns aos coronéis nordestinos – ou nortistas, dado que naquela época, o Nordeste ainda não existia como região geográfica – e que, tal qual no campo dos *costumes*, era a

[70] RANGEL, Alberto [1908]. **Inferno verde**: cenas e cenários do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2008, p. 61.

representação da lei em seus domínios, exercendo se não legalmente, ao menos de fato, o poder de penalização, detendo em seu mando a decisão sobre a vida e a morte daqueles que atravessavam seu caminho.

O conto, narrado por uma espécie de *matador* que executava serviços encomendados pelo coronel, é concluído de forma ambivalente, o que leva à reflexão a respeito dos critérios e premissas *morais*, cujas diretrizes indicavam o incerto deslocamento, ou a linha tênue que se colocava entre a *bondade* e a *maldade*.

Chama a atenção, também, o referencial: a *bondade* do coronel era avaliada a partir das relações pessoais estabelecidas com o narrador/matador, a partir da confiança construída, pavimentada entre eles, nas quais se dava a ver a *herança*, a cultura patriarcal.

Era esse mundo ainda em estado bastante *bruto*, bem distante das leis que deveriam orientar as relações sociais no *mundo civilizado*, o elemento de fundo acentuado pela trama de Rangel. O ideário da *república* era uma quimera ali, onde a lei do mais forte – ou mais *selvagem* – imperava, se fazia valer por meio da força bruta, *in natura.* Era esta, ainda, a Amazônia em vias de povoamento por esses *homens bons*.

De alguma forma, esse tema se espraia, é continuado em *Obstinação*, que narra a história de conflitos, violências e injustiças na luta pela terra naquela espacialidade, evidenciando como sua *colonização* foi marcada pela concentração fundiária e pelo poder de mando, onde a ausência de Instituições levava, com frequência, à instituição da vitória massacrante do *mais forte*. Na *selva*, a lei da *seleção natural* pareceu recorrente entre os seres humanos, que buscavam pavimentar seus caminhos e edificar, ali, seus projetos de vida e poder.

No conto *A teima da vida*, são abordados dois casos de doença na espacialidade amazônica e os parcos recursos medicinais que possibilitavam algum tratamento. São colocadas em paralelo duas vidas sôfregas, com destinos distintos: um *homem útil* na lida diária do trabalho; e uma criança, do sexo feminino, tida por *louca*, que chorava a todo tempo, não dava nem tinha descanso e que, ainda assim, teimava em manter-se viva, ao contrário do outro, que morrera, mesmo útil, habilitado ao labor de que necessitava aquela terra, a exemplo do que busca fazer crer. *A teima da vida*, ao que parece, tinha seu oposto na persistência da morte.

Seja nas relações pessoais, nos embates sociais, ou na luta contra o império do meio e frente ao clima inóspito, a Amazônia é mapeada, traçada e circunscrita a partir do relato das dificuldades de sobreviver nela e a ela. É o *inferno verde*, que ganha vida todos os dias, frente à labuta humana que, nele, mais sobrevive do que vive.

A luta pela sobrevivência se aproximava da escravidão, da perda da dignidade. É o que circunscreve, à guisa de exemplo, a narrativa que conta a história de *Maibi.* É que a atividade seringueira acabava por levar a cabo a *escravidão branca* ou instituía um regime de semiescravidão, de maneira a deixar o seringueiro sempre em débito com o seringalista.

O conto explora uma das nuanças desse sistema de exploração, a partir do caso de endividamento de Sabino que, na luta para sanar sua dívida, marca inicial comum a todo seringueiro, conforme já descrevera Euclides da Cunha[71], desde que recebia os víveres e objetos necessários à atividade na mata, contraindo os dividendos que marcariam a condição de *semiescravidão*, com endividamento constante e crescente, sem que conseguisse fechar as contas, encerrar os débitos e seguir adiante.

Na busca por reduzir os débitos e garantir alguma sobrevida, Sabino, o seringueiro-personagem, terceiriza a esposa. O conto parece puxar a corda dos limites éticos e práticos que tal condição envolvia, de maneira que leva a refletir sobre a *escravidão branca* e os níveis de exploração construídos nesse processo, o que não abarcava somente a força de trabalho, mas também as relações pessoais.

No tocante à ideia de *escravidão branca*, é preciso que se faça algumas ponderações. É que o uso dessa expressão ou marca discursiva não foi realizado sem motivos. Ele expressa, em larga medida, a historicidade do sistema escravagista no Brasil, que se notabilizou pela escravização tomando por critério a cor da pele. Daí a percepção quase naturalizada que vinculava o negro à escravização.

Ao mencionar *escravidão branca*, o autor parece reforçar essa ambivalência: mesmo *brancos* ou até *brancos* eram escravizados na Amazônia. É provável que a expressão tenha por finalidade ampliar ainda mais o *imaginário* que se construía a respeito do *inferno verde.*

Em meio às tantas dificuldades enfrentadas na luta pela sobrevivência, fricciona-se, leva-se a sofreguidão ao extremo, a ponto de Sabino romper com suas concepções e limites éticos-morais (os quais pareciam relativizados frente a busca pela fuga de tal regime de exploração) e ceder a mulher, incluí-la *como moeda de troca*, no intento de minorar as dívidas, sempre somadas e aumentadas com o passar dos dias.

Era o peso demasiado de uma existência que persistia frente às adversidades enfrentadas cotidianamente. Alberto Rangel estica, tenciona aporias, puxa o nó górdio e faz

[71] CUNHA, Euclides [1905-1909]. **Um paraíso perdido**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

perceber, de alguma forma, as tantas violências veladas e levadas a cabo no intercurso *de uma exploração sem lei* na qual tudo parece se tornar *moeda de troca* na lida pela sobrevivência.

Conseguir a amortização de dívidas bastante questionáveis, mantidas estrategicamente *pelos interesses do capital*, como forma de coerção e manutenção do poder sobre os seringueiros, era o desejo premente destes labutadores cuja realização mostrava-se quase sempre distante, inacessível, mesmo quando a própria dignidade era inclusa no pacote de *bens* negociáveis.

No fechamento do enredo não há *redenção*. A conclusão é estarrecedora: dar-se com a morte – assassinato de Maibi, atada a uma árvore e posta em sangramento, tal qual a seringueira. Nessa *terra infernal*, o destino daqueles que se aventuravam a desbravá-la parecia fadado a sangrar tal qual a árvore de onde se extraía, em cortes rotineiros, a matéria prima do látex. A diferença era que, ao contrário da seringueira, não parecia haver *regeneração* às vidas humanas que ali se encontravam.

Em *Pirites*, envereda pelo tema da busca constante por metais preciosos na Amazônia e os riscos, crimes e ilusões vivenciadas por aqueles que sonharam ou projetaram nela espacialidade, a visão do *eldorado.* O narrador lembra que a riqueza daquela espacialidade não se encontrava no achado de minérios preciosos, mas na labuta cotidiana do cultivo agrícola da terra. É o *eldorado* lido, dito, narrado sob a perspectiva da ilusão.

A obra é encerrada com *Inferno verde*, conto que lhe serve de título. Este é iniciado com comentários sobre situação recorrente vivenciada nos armadores, embarcações comuns na Amazônia, para transporte de passageiros.

O *inferno* já começava na viagem. Lotada ao extremo, a embarcação levava muito mais gente do que a capacidade permitida. Isto resultava na total ausência de conforto e respeito, dignidade dos transportados numa odisseia que, não raro, fazia vítimas fatais já no percurso, onde aqueles persistentes, na luta pela sobrevivência, eram deixados "presos" nalguma praia, entre matas, vazantes e afluentes.

Os que chegavam ao destino, logo encontravam o segundo *inferno*. Tinham de se aventurar e travar lutas contra a *natureza* para não sucumbir a ela de imediato. Era o caso de Souto, jovem recém-formado em engenharia, cujas lágrimas lhe lavavam amargamente o rosto ao perceber o ressoar de partida do vapor a se distanciar correndo rio a dentro, sempre pelas margens.

De coração rompido Souto pareceu, enfim, tomar consciência da escolha que fizera. Na mente, o visitavam as "lembranças de suas terras e dos seus vieram, em coro triste, dizer-lhe adeus, abraçá-lo, desanimando-o"[72]. Após 26 dias de viagem, isolado, apartado da vida urbana, distante de "[...] companheiros e família [que] estavam em outro planeta, ou noutra vida... E se alguma doença o apanhasse, o remédio, talvez, seria apodrecer no barranco, como tantos outros..."[73]

Naquelas paragens *perdidas*, distante do *mundo civilizado*, a nomeação dos lugarejos tinha por parâmetro fantasias, recordações, sentimentalidades que inauguravam ou refundavam, a partir da ação nomeadora, novas espacialidades, tendo por referência os meandros da memória, as projeções e perspectivas lançadas na conta do futuro.

> A fantasia dos ocupantes ou donos, as suas recordações, a sua sentimentalidade em jogo, escreviam nas margens um glossário abundante, cruel ou enternecedor: Altamira, Novo Paris, Deixa Falar, Miragem, Bom Lugar, Santa Helena...[74]

Apesar da lembrança saudosa dos seus, de início, até a monotonia, a mistura de verde da mata, o escuro espelhado das águas, o voar cantado dos pássaros serviam de alento e entretenimento a Souto, que contemplava a miragem de um espetáculo da *natureza* onde a existência humana, teimosa, resistia. Assim, se mantinha afastado do enfado:

> [...] o manguari pousado num mulateiro; o bataleão tomando lenha; alguns jaburus na boca de um igarapé, maricando; a algazarra do bando espavorido de curicas ou papagaios, o som lamuriento de uma sanfona; capivaras fugidias; seringueiros em festa, acenando de terra aos "brabos", embaixo, no convés...[75]

Seguia-se a busca por adaptar-se e abraçar a lida cotidiana para a qual fora designado. As primeiras refeições com o cardápio à moda da nova localidade respeitavam as especificidades daquilo que a floresta, ainda não apresentada sob o adjetivo *infernal*, reservava a Souto e aos demais: macaco e quatipuru.

É nesse cenário, tomado por árvores gigantescas e igarapés que os mantinham ilhados, em que conhece e estabelece contato frente aos *cearenses*, da lida e da luta, cujo parco

---

[72] RANGEL, Alberto [1908]. **Inferno verde**: cenas e cenários do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2008, p. 143-144.

[73] Ibidem, p. 144.

[74] Ibidem, p. 145.

[75] Ibidem, loc. cit.

vocabulário era suprido ou enriquecido pela invenção de expressões novas, para designar aquele mundão difícil de ser dito, traduzido em palavras. Comida, por exemplo, era dita *trupizup*, enquanto a ausência de ganho em atividades e negociações era chamada de *atibisquite*.

Esse é o preâmbulo do qual faz uso Alberto Rangel para colocar em cena outras personagens, a exemplo de Miguel, seringueiro que ocupará lugar importante no desfecho/metáfora que o autor conferiu ao conto, conforme se verá mais à frente:

> Foi assim, entre o silêncio respeitoso do Miguel e a palrice dos outros homens, que Souto chegou a uma barraquinha deserta, abafada entre velhas pacoveiras. O bananal apertava a barraca; a floresta sufocava o bananal; e, por sua vez, o céu esmagava a floresta. Foi esse o primeiro pouso do Souto, no remoto confluente do Solimões[76]

Tal a adaptação à nova realidade, aos aspectos do cotidiano na floresta e à rotina que se estabelecia na vida do engenheiro Souto, agora preso à imensidão da floresta, córregos, barrancos e ao barulho dos novos sons: dos ventos que agitavam árvores ou do atrito delas em derrubada, ao se chocarem umas às outras, tragadas pelas labaredas famintas e implacáveis; pássaros, símios, cigarras, rãs, grilos em incansável cantiga...; das ações e intervenções humanas na localidade, entre gargalhadas, gritos, assobios, instrumentos musicais e machadadas a fazer rolarem pelo chão os troncos de árvores centenários de várias espécies.

Onde supunha reinar a paz, era importunado por barulhos ruidosos, confusos e misturados, impossíveis de passarem despercebidos. Quisesse ou não, tivesse ou não apreço por eles, faziam parte dos seus dias. E, sobretudo, das noites, roubando-lhe o precioso e necessário sono do descanso merecido:

> O engenheiro não podia dormir. A acuidade dos seus ouvidos parecia ter aumentado na solidão. O vento, que entrava à vontade pelas brechas da choça, fazia provavelmente distúrbios na floresta rodeante. Havia sons de quedas e assobios, zumbidos, tropear de patas e rechinos... Ora, se diria que a mata toda crepitava incendiada e que tombavam, estalando, os troncos portentosos; ora rolamento d'avalanchas, pizicatos em bordões de violoncelos, arcadas em violetas e contrabaixos; ora, machadadas, guinchos, pipilos e cicios. Nesse concerto distinguia-se o concurso feral das corujas. As gargalhadas, despedia-as a "mãe-da-lua" – a irutaí sarcástica. Acompanhavam-na em módulos vários, os murucututus, "rasgas-mortalhas", bacuraus, dudecus e acuraus... A floresta sofria, a floresta ria... Dedos convulsos de um gênio em delírio tangiam as cordas infinitas dessa grande harpa de esmeralda, arrancado-lhe acordes e síncopes harmoniosos ou incoerentes, na execução confusa da mais aterrorizante das sinfonias.

[76] RANGEL, Alberto [1908]. **Inferno verde**: cenas e cenários do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2008, p. 147.

> Acentos schumannianos, a solene gravidade de Berlioz, dissipados em dissonâncias loucas, em descompassos chocantes... Houve um instante em que Souto ouviu, a princípio indistintamente no sussurro, um grande ofego de muitos peitos humanos esbofados, demoradamente. Depois se acentuou o corpo dos sonos roucos e *sfogatos*. E a esse estertor enorme, mas abafado, os outros sons morreram. No tumulto ficou somente o arfar monstruoso, que se pensaria ser de todos os troncos, em ressono, na dormência da vasta noite – era o regougo dos guaribas, de certo à beira de um igapó central[77]

No mundo desolado da floresta, o acesso à realidade urbana era feito por meio da leitura, da literatura, sobretudo, ainda que escasseassem os exemplares disponíveis. Era o caso de *A carne*, romance de Júlio Ribeiro, citado no conto como livro defeituoso, no qual se "[...] respirava largamente a oxigenada e forte natureza paulista, tão em contraste a esse canto, onde eflúvios letais d'água morta tudo circundava de um véu funesto"[78]. Rangel operava com o jogo de contrastes o cenário urbano de *A carne*, que tinham potência para ampliar a angústia e a saudade do jovem engenheiro.

A narrativa seguia o curso monótono e sôfrego das labutas diárias que invariavelmente se repete. Então, Souto é aparentado com os primeiros sintomas de malária e faz uso do quinino. A batalha, contudo, precisava ser continuada e, mesmo adoentado, enfrentava sem interrupção, mais um dia de trabalho. Se embrenhou na mata, esse *sertão alto*, para vencer e chantar os marcos que deveriam abrir novos caminhos, por meio da derrubada de árvores.

Era uma vida de desassossego. Tinha de enveredar pela floresta, seguir o curso farto das águas em igarapés, também tomados por vegetação, expor-se ao sol a pique, ao calor que sufocava a todos. A labuta prosseguia, o clima continuava abafado, de ventilação rareada, até chegar ao perigoso encontro com as cachoeiras, *obstáculo rumoroso e esfervilhado* que, para ser vencido, exigia mais força que seus conhecimentos em engenharia. Então seu estado de saúde piora:

> Subitamente, o Souto, ao lado da tripeça do instrumento, se apoiou no chão arenoso de uma praiazinha, fechando e guardando a caderneta. Abelhas negras, miúdas e molengas, apoquentavam-no. Piuns calçavam-lhe luvas enfogadas de chispas escaldantes. Não podia prosseguir. Caía ao meio da carreira. Vencia-o afinal a febre recrudescente. E, num arrepio de todos os membros enfadados, ordenou com excitação involuntária o regresso imediato. Aguardar-se-iam no Nazaré, à foz do Funil, as resoluções do morbos...

---

[77] RANGEL, Alberto [1908]. **Inferno verde**: cenas e cenários do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2008, p. 147-148. Itálico presente na obra.

[78] Ibidem, p. 149.

> Ao sabor da corrente veloz, ao cavar rápido e alestado dos remos, as canoazinhas voltavam, como que interessadas em salvar o engenheiro. Ao chegarem ao Funil, o "aviado" agasalhou com piedade o doente no seu medíocre barracão, que se alapardava lugubremente num débil bosquete de embaúbas[79]

Souto retorna a Juruá em busca de tratamento médico que lhe permitisse vencer a enfermidade, continuar vivo. Durante a viagem, passa em revista imagens cotidianas daquele *sertão*. Aos seus olhos, mostrava-se a dureza da experiência de viver na *selva* e tentar sobreviver a ela:

> Naquele suceder monótono, alongado por praias alvas e estirões sombrios, incidentes mínimos distraíam o Souto – a lancha naufragada, sem toldo, adornada com o resto de balaústres apontados nas bordas esfaceladas; uma "preguiça" na embaubeira; o tracajá que mergulhava; gaivotas revoando num pipilar estridente; a jibóia em rolo, adormecida ao sol; o bando lerdo de "ciganas" intrometendo-se nas ramagens baixas dos arbustos; outro, esperto, de cuxiús, aos guinchos, fugindo por entre as ramagens altas...
> Em cada praia, onde verdejava o "legume", se armava uma figura para espantalho. Era preciso amedrontar às antas e capivaras, como às maracanãs, "papa-arroz", "viuvinhas" e finfins. Comprazia-se o seringueiro na invenção dessas armações disparadas, com o intuito útil de arredar quadrúpedes e afastar passarinhos, com todos malfazejos às plantas ou aos grãos[80]

Então, no momento do desfalecimento, quando via-se sucumbir frente à *selvageria* implacável da floresta, Souto descreve a imagem do inferno, do *inferno verde*. Viver, resistir àquele *sertão* correspondia a um ato suicida, um chamado ao abraço da morte. Rangel narra a situação jogando com as ambivalências entre *paraíso* e *inferno*. A despeito da sua extensão, compreendemos ser importante trazer o trecho a seguir, para melhor nos aproximarmos do raciocínio do autor:

> Justamente quando Miguel chegava, acompanhado de um seringueiro, ele caía no estendedouro do rosal, apostrofando à mata, esposada com o rio:
> - Inferno!... Inferno... verde!
> Os dois recém-chegados acorreram apiedados. Mãos e face ensangüentadas, dando a idéia de que a luta com o adversário invisível e execrável tinha sido corpo a corpo e a unhadas, o engenheiro, no meio das rosas, na ocasião de ser seguido, morria num sorriso de alívio, à frenesiada crispação dos músculos atritos.
> Não houve eco que acompanhasse e devolvesse as palavras de fel dos lábios do Vencido. A terra ambiente com elas ganhava o dístico e o ferrete – INFERNO VERDE.

---

[79] RANGEL, Alberto [1908]. **Inferno verde**: cenas e cenários do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2008, p. 154.

[80] Ibidem, p. 157.

> Mas essa terra que, matando o aventureiro, o estemava de rosas, poderia no entretanto responder: "Perdôo-te e compreendo o estigma que lanças. Fui um paraíso. Para a raça íncola nenhuma pátria melhor, mais farta e benfazeja. Por mim as tribos erravam, no sublime desabafo dos instintos de conservação, livres nas marnotas pelas bacias fluviais afora. Ainda hoje, o caboclo, sobra viril e desvalida nos destroços da invasão, vive renunciando silencioso, adorando-me e bendizendo: - seu repouso edênico, sua plaga abençoada, seu recanto pacífico, na herança fetíchica e venerativa dos povos autóctones de onde proveio. Diante os insucessos da avidez do "branco", o nativo murmurará: "Contudo aqui se sofre, mas ainda se agüenta...". Se não paraíso, ser-lhe-ei um purgatório, no qual ele expia conformado a sua impotência, na dilação impiedosa da Justiça, que o reabilitará em suma, rememorando a sua história de heroísmos obscuros, na luta com as fatalidades sociais que o esmagarão completamente. Inferno é o Amazonas... inferno verde do explorador moderno, vândalo inquieto, com a imagem amada das terras donde veio carinhosamente resguardada na alma ansiada de paixão por dominar a terra virgem que barbaramente violenta. Eu resisto à violência dos estupradores... Mas enfim, o inferno verde, se é geena de torturas, é a mansão de uma esperança: sou a terra prometida às raças superiores, tonificadoras, vigorosas, dotadas de firmeza, inteligência e providas de dinheiro; e que, um dia, virão assentar no meu seio a definitiva civilização, que os primeiros imigrados, humildes e pobres *pionneire* do presente, esboçam confusamente entre blasfêmias e ranger os dentes. Pobre jesuíta vaticinou-me, na escuridão fria de um ergástulo, que eu seria "delícias dos homens, regalo da vida e inveja do mundo". Outros virão, os felizes, na terra semeada e desbravada, meter o alicerce fundo da *urbs*, onde foi o abarracamento provisório do *settler*. Tanta lágrima e tanto sofrimento são o apanágio do passageiro tempo, que antecede as vitórias... Não se vence a sorrir... Exijo os sacrifícios que os antigos deuses reclamavam: sangue e morte. A expiação vale, porém a apoteose. Que um Poeta solenize, no esplendor de estrofes perfeitas, as Vítimas e a Derrota; o fecho do poema aludirá ao meu Destino, à glória do VALE FECUNDÍSSIMO – reino das Águas correntes, horto das Orquídeas e Palmeiras, império das Héveas e Uaupé-açus!..."
>
> E a terra ínvia, confortada e desdenhosa em sua nobre serenidade, acrescentaria: "Oh!, infeliz Invasor! Fadejas desenraizado, descontente, praguejando, mas fertilizas... Por ti sou denegrida; que importa! impassível, porém, aguardo as gerações que hão de seguir, cantando, o carro do meu triunfo!".
>
> Contudo, a terra insone ficou silenciosa desse silêncio dos mundos incriados; e o homem imobilizou-se num sono tranqüilo, na paz da Natureza indiferente à Ignomínia e ao Despeito...
>
> Adiantando-se a tarde, o caboclo Miguel começou a algumas braças da tapera, a cavar uma sepultura[81]

O conto e, sobretudo, o desfecho de *Inferno verde* é expressivo como metáfora da Amazônia na acepção de Alberto Rangel. Miguel, o bravo, o seringueiro, resistiu à adversidade daquele outro *sertão*. Habituado às intempéries e limitações de uma existência na

[81] RANGEL, Alberto [1908]. **Inferno verde**: cenas e cenários do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2008, p. 162-164. Destaques em maiúsculas e itálicos presentes na obra.

qual sempre lhe faltou quase tudo, a vida na floresta densa, fechada e inóspita era o reverso e, igualmente, a continuidade da realidade já vivida e, portanto, conhecida, ainda que em limites outros. Ele se adaptou ao meio – e aqui os ecos da perspectiva literária naturalista, que afirmava os efeitos do clima e do espaço sobre o homem, ganham força no argumento de Rangel.

Ao contrário de Miguel, Souto representava no conto o fracasso do *civilizador* externo no intento de *domar* a *natureza selvagem*. Alcançar sucesso mostrar-se-ia difícil, um de desafio que exigia sacrifícios. Tanto que o engenheiro sucumbe às endemias daquele vasto *mundo inóspito* e cabe justamente a Miguel, o seringueiro, teimoso e resistente, forte porque persistente em resistir a tamanha provação, abrir a sepultura e nela depositar o corpo vencido de Souto. O *processo civilizador* ([1939] 2011; [1939] 1993), a exemplo do que ponderava Nobert Elias, não era feito sem violência, seja exercida por agentes externos ou autoinfligida.

Madrasta, a *natureza* vencia mais um capítulo numa luta que se travava havia séculos. Este era um espaço dado ao *silvícola*, ao *sertanejo* que migrara do *lugar nenhum* dos *sertões* nordestinos para o *desmundo* das águas, matas e animais selvagens. Mas não era ainda, conforme Rangel, o lugar da *civilização*, pois ali o homem ainda se submetia ao meio, em detrimento de *domá-lo.* Ali, muitas vidas ainda seriam ceifadas para que a *promessa* se fizesse fato.

Em resposta a Souto, a *natureza* aposta no porvir enquanto negava o qualificativo infernal que lhe era atribuído. Era sim, "[...] a terra prometida às raças superiores, tonificadoras, vigorosas, dotadas de firmeza, inteligência e providas de dinheiro; e que, um dia, virão assentar no meu seio a definitiva civilização"[82].

O engenheiro padeceu. O seringueiro, camaleônico, metamorfoseado, se adaptou à nova realidade e sobreviveu. Não porque fosse mais forte, mas porque a vida de privações não era lhe alheia, estrangeira nem inédita: era mais regra que exceção e, por isso, insistia em resistir.

É importante ressalvar que a maneira como Euclides da Cunha e Alberto Rangel recorreram a *autópsia*, guardava deslizamentos, seja entre si, seja quando comparada a maneira como F. Hartog identificou nas *Histórias* de Heródoto, tal qual problematizou, sobretudo em *O espelho de Heródoto* ([1980] 2014).

[82] RANGEL, Alberto [1908]. **Inferno verde**: cenas e cenários do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2008, p. 163.

Cunha e Rangel não estavam a pleitear para si mesmos, uma escrita historiográfica, a despeito dos escritos euclidianos reiterarem o compromisso com a *verdade*, inclusive, restituindo e corrigindo narrativas anteriores, a partir da experiência do *olhar,* de quem viu *in loco* aquilo que descreve. Assim, procedia de maneira a evidenciar relatos *falaciosos* e *imaginativos* sobre a Amazônia. Era esta operação, presente em sua escritura, que nos permite a aproximação com a noção de *autópsia*.

Já a escrita declarada e intencionalmente ficcional de Alberto Rangel, fora levada a termo, a partir de *realidades* observadas, na espacialidade cartografada por ele, na coletânea de contos. A experiência do *olhar*, do contato direto com a vida – e a morte –, a labuta, os sonhos e as desilusões amazônicas, ensejaram seu desejo de *representá-la* em forma literária, de explorar e tencionar a tênue fronteira desta com a *realidade*.

1.3 "Governar é abrir estradas"

"Governar é abrir estradas"[83]. É assim, que, em 1971, Alfredo Palermo[84], ao retomar o lema proclamado por Washington Luís em 1930, trata da Amazônia em *Estudo de problemas brasileiros*. Dois anos antes, por força do Decreto-Lei nº 869/1969, o general-presidente Artur da Costa e Silva havia determinado a inclusão de duas disciplinas nos currículos de escolas e universidades brasileiras.

Pelo decretado, o ensino de *Educação moral e cívica* tornava-se obrigatório nos currículos das escolas do ensino básico, ao passo que *Estudos dos Problemas Brasileiros* passava a compor a grade dos cursos de ensino superior, com a finalidade de *examinar a realidade* do país, *identificar problemas* e *apontar* ou *construir soluções*.

Na esteira dessa proposta, alguns livros, espécies de manuais didáticos, foram publicados com vistas a *orientar* tais discussões. Entre eles, a obra de Alfredo Palermo[85],

[83] PALERMO, Alfredo. **Estudo de Problemas Brasileiros**. São Paulo: LISA, 1971, p. 181.

[84] Nascido em Franca/SP, bacharel em Direito e Licenciado em Letras, ambas pela Universidade de São Paulo/USP.) Atuou como professor de Língua Portuguesa e foi um dos fundadores, nesta cidade, das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e de Ciências Econômicas e Contábeis. Também foi membro da Academia Francana de Letras e escritor de obras didáticas, a exemplo da citada acima.

[85] Vários manuais foram produzidos a partir de 1970, com abordagem de temas/problemas muito próximos, entre os quais era mencionado o *vazio demográfico*, a *integração* e as potencialidades econômicas da Amazônico. Foge a atual proposta uma análise verticalizada dessas publicações, mas para acessar outros exemplos, cf.: CAMARGO, Enjoltas José de Castro. **Estudo de problemas brasileiros**. Rio de Janeiro: editora Atlas, 1979; LOPES, Francisco Leme (Org). **Estudos de problemas brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1970.

destinada à utilização nos cursos de ensino superior. Nela, ao tratar dos *desequilíbrios socioeconômicos* entre as regiões brasileiras no tocante às potencialidades e *problemas* amazônicos, argumentava:

> *A Amazônia* – A Amazônia é a maior região do Brasil, com seus 3.581.000 kms., mas é que tem menor população – 6.000.000 habitantes – o que dá 1,8 habitante por quilômetro quadrado. É a região que tem a maior bacia hidrográfica – a bacia Amazônica – com um dos maiores rios mundo, o Amazonas, e os maiores índices pluviométricos do Brasil, 1.500 a 3.000 mm.; as maiores matas e, òbiamente, os maiores. Segundo os Profs. ANTÔNIO NARVES FILHO e H. NAGATA, "é mais bem individualizada região brasileira". As maiores cidades são: Belém, Manaus, Rio Branco, Pôrto Velho, Macapá e Boa Vista. Essas cidades são ilhas urbanas no imenso mar verde da região amazônica. Sua riqueza cinge-se à extração do látex, à castanha-do-Pará, à juta e à pimenta-do-reino; à pesca do pirarucu e à criação do gado. O Amapá desenvolveu-se, porém, com a exportação de manganês.
>
> As estradas de rodagem, em construção, visando à integração dessa imensa área, são as seguintes:
>
> a) A Transamazônica;
> b) Brasília/Pôrto Velho/Rio Branco;
> c) Cuiabá/Santarém;
> d) Brasília/Belém e Brasília/Manaus[86]

O desafio estava posto: levar a termo as *estradas de integração*, *iniciar a ocupação territorial*, suplantar o *grande vazio do oeste*. Mencionava ainda os planos dos militares de incentivar, numa faixa de aproximadamente 100 km ao longo dessas rodovias, a ocupação da espacialidade por famílias migrantes, de forma a promover a "colonização do Brasil para os brasileiros" e explorar as riquezas presentes naqueles solos e subsolos.

Tais proposições fazem ressonância às inquietações de Euclides da Cunha e Alberto Rangel, dois engenheiros-literatos, viajantes que *desbravaram* a Amazônia e no desafio de fazer-lhe, ou melhor, escrever-lhe a *autópsia* (HARTOG, [1980] 2014; [2005] 2013), se perceberam assombrados e reticentes com o porvir, ainda que tenham apostado na *promessa civilizadora* àquela espacialidade, na redenção/transformação do *inferno verde* em *paraíso*. Para tanto, conforme sugeria Cunha, urgia abrir estradas.

A tópica dos chamados *problemas brasileiros* foi recorrente durante os governos militares e esteve presente em publicações periódicas, de viés informativo, com vistas a *identificar*, *publicar* e *buscar* soluções para eles. Parte dessa aposta no porvir e desses

[86] PALERMO, Alfredo. **Estudo de Problemas Brasileiros**. São Paulo: LISA, 1971, p. 194-195. Destaques do autor.

imaginários sobre a Amazônia marcaram a cobertura de *Realidade* e *Veja* sobre esta espacialidade, conforme veremos adiante.

2. A AMAZÔNIA EM REVISTA: VISÕES DE *NATUREZA* EM *REALIDADE* E *VEJA*[87]

Como definir a Amazônia? Como vivem os *índios* e tem se dado seu contato com os *caraíbas*[88]? Por que é importante *colonizar* essas terras? Por que construir estradas? Por que a *integração* é inadiável? O que fazem os missionários na região? Perceberemos, neste estudo, que essas questões e outras similares passaram a marcar, com frequência, as páginas da revista *Realidade* e, posteriormente, da revista *Veja.*

As mesmas abarcavam preocupações bastante comuns: circunscrever, dar a ver e conhecer, acompanhar ações, fomentar desejos e expectativas sobre o processo de transformação do dito *vazio amazônico* em motor do *desenvolvimento* brasileiro. O *inóspito amazônico. Abertura de estradas. Colonização agrícola*. *Exploração e mecanização da extração de minérios.* No intuito de vencer o dito *vazio demográfico* estavam em curso as ações de *integração* que foram noticiadas e, sobretudo, reclamadas nas páginas destes noticiosos.

Ao mesmo tempo que informavam os leitores a respeito de realidades que lhes eram distantes e estranhas, esses periódicos ecoavam, em suas reportagens, elementos outrora reclamados por Euclides da Cunha em *Um paraíso perdido*, e por Alberto Rangel, em *Inferno verde*. Destacavam a centralidade que a abertura de estradas teria no intuito de *integrar* a Amazônia, dada a ver como um *vasto mundo selvagem,* à espera da ação *civilizadora* dos agentes da *modernidade*. Ao torná-la notícia, esses periódicos também reatualizavam a ideia de que a região constituía um dos *problemas brasileiros*, a exemplo do que ponderara Alberto Palermo[89] indicando, assim, a urgência e a importância de estudá-la e solucioná-la.

À época, o país vivenciava a ditadura civil-militar, um regime político autoritário, de exceção, marcado pela supressão das liberdades individuais. Ao mesmo tempo, agentes desse estado encetavam a construção da ideia de *Brasil potência, gigante, (re) inventando o otimismo* (FICO, 1997). Nos meios de informação, era constante a propaganda dos projetos de

[87] A temática indígena também é contemplada nestas revistas, mas tal abordagem só será realizada, com destaque à revista *Realidade*, no sexto capítulo.

[88] Expressão usadas pelos indígenas para referenciar os não-índios ou ditos frequentemente como *homem branco*.

[89] Ver o item três do capítulo um deste trabalho, intitulado "Governar é abrir estradas".

expansão da fronteira agrícola (oeste) em que se avistava e mencionava a Amazônia como *espaço vazio*, de *terra sem gente para gente sem terra*[90]. Neste sentido, o uso dessas revistas como fonte de pesquisa se justifica porque ambas propagaram e se colocaram em defesa da perspectiva da *integração.*

Este capítulo trata das *visões de natureza*, dos *imaginários* amazônicos na segunda metade do século XX[91]. Propomos identificar e evidenciar, junto às revistas mencionadas, *marcas de enunciação* (HARTOG [1980] 2014) que constituem o movimento cambiante entre a herança do passado lido, dito, visto e escrito como castigo, e a *promessa* redentora do futuro.

Busca-se identificar *marcas de enunciação* comuns às reportagens amazônicas feitas por *Realidade* e *Veja* que, por meio delas, construíram, ao mesmo tempo em que reatualizaram, *imaginários* sobre essa espacialidade, dando a ver *culturas políticas* (BERSTEIN, 1998; 2009) e projetos de poder em disputa.

A ideia é seguir caminho análogo ao realizado por François Hartog quando investigou as *Histórias* de Heródoto e evidenciou como as *marcas de enunciação* construíram e compuseram a operação da *autópsia*: "*eu vi, eu ouvi – mas também eu digo, eu escrevo*" ([1980] 2014, p. 242 Itálicos do autor). Assim, procuramos atentar para essas *marcas*, na abordagem jornalística[92] que essas revistas fizeram da Amazônia, no geral; e de Rondônia, em específico, de maneira a identificar seus *efeitos de sentidos*.

2.1. Publicação e circulação de periódicos no Brasil na segunda metade do séc. XX: os casos de *Realidade* e *Veja*

Era abril de 1966 e chegava aos leitores brasileiros uma nova publicação: *Realidade.* Com circulação mensal, o número de estreia trazia Pelé na capa. Na *Carta do Editor*, Victor Civita, diretor do periódico e sócio majoritário da Abril, apresentava ao público a missão da revista que, pelo exposto, assumia uma espécie de carta-compromisso com o futuro:

[90] Este era o lema do Programa de Integração Nacional/PIN, instituído por força do Decreto-Lei nº 1.106, em 16 de junho de 1970, durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici.

[91] No recorte mencionado, Rondônia continua a ser lida, dita, escrita e circunscrita à Amazônia.

[92] Neste, referenciamos as matérias por seus autores, resguardados os casos em que a autoria não foi identificada.

> Temos o prazer de apresentar o primeiro número de REALIDADE, nôvo lançamento da Editôra Abril. Há 16 anos vimos editando revistas para o público brasileiro, acompanhado a extraordinária evolução do país. O Brasil vai crescendo em tôdas as direções. Voltado para o trabalho confiante no futuro, prepara-se para olhar de frente os seus muitos problemas a fim de analisá-los e procurar solucioná-los. E é por isso que surge agora REALIDADE. Será a revista dos homens e das mulheres inteligentes que desejam saber mais a respeito de tudo. Pretendemos informar, divertir, estimular e servir a nossos leitores. Com seriedade, honestidade e entusiasmo. Queremos comunicar nossa fé inabalável no Brasil e no seu povo, na liberdade do ser humano, no impulso renovador que varre o País, e nas realizações da livre iniciativa. Assim é com humildade, confiança e prazer que dedicamos REALIDADE a centenas de milhares de brasileiros lúcidos, interessados em conhecer melhor o presente para viver melhor o futuro[93]

O editorial curto, objetivo e polissêmico marcava a leitura do presente e projetava um futuro próximo que precisava ser melhor conhecido: tratava-se de informar, explicar, traduzir o presente aos leitores. O ideário liberal assinalava presença na defesa da *liberdade*, da *livre iniciativa*, da resolução dos chamados *grandes problemas brasileiros*: a tradição da mídia impressa no Brasil continuava a atualizar para si a máxima iluminista que a situava como veículo, difusora, e propulsora da razão.

Assim, se fazia comum, rotineiro, o uso da metáfora da luz para definir a missão da imprensa escrita, que teria o potencial de arrancar o leitor da escuridão da ignorância e iluminá-lo em direção ao conhecimento. A lucidez das letras, posta em circulação massiva por meio de impressos periódicos, deveria clarear e orientar a humanidade, retirando-a das trevas da estupidez. Estava em curso uma espécie de apropriação atualizada do mito platônico da caverna.

As histórias narradas naquelas páginas deveriam servir de norte aos brasileiros e brasileiras *inteligentes* no *impulso renovador* que varreria o velho, segundo o editorial, e preparava a construção do amanhã. A exemplo da escrita sobre o passado que se nomeou história, naquele presente, o jornalismo era pensado e reiterado como mestre e orientador da vida e do debate públicos.

Cabe destacar que os *novos tempos*, dados como auspiciosos por Victor Civita no editorial de estreia de *Realidade*, estavam marcados, em larga medida, por um governo civil-militar cuja ascensão ao poder fora realizada por meio de um golpe de estado que destituíra do

[93] CIVITA, Victor. Carta do Editor. **Realidade**, Abr., nº 01, 1966, p. 3.

cargo, o então presidente João Goulart (Jango) que fora, por sua vez, democraticamente eleito pelo voto popular direto.

O golpe de 1964 e o governo que o sucedeu, cujo caráter autoritário foi se intensificando, contou, inicialmente, com o apelo e o apoio entusiasmados de vários veículos de informação, inclusos jornais e revistas. Estas últimas estiveram marcadas por uma linha editorial com ênfase no entretenimento, migrando, aos poucos, para estilo mais *objetivo,* direto, voltado ao mercado da informação. Em suas páginas, travavam intenso debate político e, em tom de denúncia, erguiam barricadas contra o propalado *perigo vermelho*, o *fantasma do comunismo*.

A despeito dessas questões, é importante evitar um alinhamento automático de *Realidade* e *Veja* ao poder instituído, ao menos no que concerne à equipe de jornalistas responsável por sua editoração e publicação que, conforme Mylton Severiano (2013), contava com profissionais das mais diversas inclinações ideológicas.

A chegada da televisão ao Brasil e sua difusão paulatina, até cair no gosto popular e se adequar às possibilidades de consumo da população, provocou impactos sobre a produção e circulação de notícias impressas. Para sobreviver à nova realidade, os jornais e, sobretudo, as revistas – que "requentavam" notícias da semana e/ou do mês, a depender da periodicidade – teriam de fazer uma abordagem que não replicasse o que já fora visto na TV.

O modelo então dominante no universo das revistas nacionais era o fotojornalismo, com incidência de mais imagem e menos texto. Porém, após a ascensão da televisão, a tendência era o produto impresso tornar-se obsoleto frente à sedução das imagens acompanhadas de som e movimento. A linguagem, as estratégias de apresentação e a abordagem dos temas deveriam ser realizadas, portanto, de maneira outra, fomentando o interesse do público.

O desafio da equação era, portanto, buscar a justa medida. Como transição, *Realidade* havia cumprindo bem o papel. Fora sucesso de crítica e público, ao investir em reportagens longas, escritas num estilo muito próximo à crônica literária[94], impressa em papel *couchê* e com reprodução de imagens trabalhadas para informar e encantar o leitor, fosse ele apreciador, ou não, da arte fotográfica. A ideia era promover encontros lúdicos e reflexivos

[94] Os primeiros periódicos impressos no Brasil eram bastante diferentes dos jornais e revistas em circulação atualmente, tanto no formato quanto no conteúdo escrito. Neles, literatura e jornalismo se imiscuíam, sem que estivessem bem definidas, ainda, as fronteiras entre uma e outra atividade. Ao investir em linguagem menos objetiva e mais literária, *Realidade* parecia reatualizar algumas características comuns ao contexto do advento da imprensa no país. Sobre as relações de aproximação e deslocamento entre impressos jornalísticos e literários no século XIX, cf.: PEREIRA, 2013.

entre a arte e a informação. Investiu-se também na qualidade da impressão em cores, algo que a televisão, ainda em preto e branco, não oferecia.

Nos trabalhos que investigam a trajetória de *Realidade*, em geral, sua existência está subdivida em três fases: a 1ª, de 1966 a 1968, apresentada como os tempos áureos, marco ou divisor de águas na história da imprensa brasileira; a 2ª, de 1969 a 1973, após o Ato Institucional nº 5, entendida como o momento da transição; e a 3ª, lida sob o signo da decadência que abarcaria de 1973 até o seu ocaso, em janeiro de 1976[95].

Entre a primeira e segunda fases, *Realidade* se destacou por grandes reportagens, em linguagem que muito se aproximava da crônica literária e a distanciava bastante do jornalismo praticado, por exemplo, pela revista *O Cruzeiro*, um dos periódicos mais populares na época.

O sucesso de *Realidade* junto aos leitores abriu caminho à *Veja*. Iniciado em 1959, o *Projeto Falcão*[96], do qual se originou a revista, teve 14 edições piloto (números zero), até chegar na versão que foi levada às bancas, em 11 de setembro de 1968.

No editorial do primeiro número de *Veja*, Victor Civita expressava a intenção de que esta fosse veículo de *integração nacional*. Nas bancas, a estreia foi exitosa, com quase 700 mil exemplares vendidos. Daniela Villalta ([2002] 2019) atribuiu esse sucesso à intensa campanha publicitária que antecedeu a publicação da revista. Na ocasião, a *Standard*, agência de publicidade dirigida por Roberto Duailib, Neil Ferreira e Anibal Gustavini, preparou massiva campanha de divulgação. Entre as estratégias dispendidas, esteve a exibição de um filme de 12 minutos de duração, na TV Record, em horário nobre, para todo o país, que promovia a revista e apresentava sua proposta editorial. A ofensiva publicitária foi complementada com a veiculação, em salas de cinemas, de anúncios de menor duração[97] antes das sessões programadas, e também por anúncios em impressos de sucesso da Abril, a exemplo de *Claudia* e da própria *Realidade.*

---

[95] A este respeito, cf.: FARO,1999; e SEVERIANO, 2013.

[96] Daniela Villalta ([2002] 2019) pondera, a partir de informações extraídas do Departamento de Documentação/DEDOC de *Veja*, que este projeto "[...] foi preparado por Raymond Cohen que previu um investimento financeiro para 150.000 exemplares semanais com o desembolso de capital estimado em aproximadamente NCr$ 2.895.000,00. A esse emprego de capital foram somados "[...] investimentos em móveis, utensílios e instalações, custo complementar de campanha de lançamento, estoque complementar de papel para cobrir aumento de 10 para 18 edições iniciais e tiragem de 180 para 500 mil (nsº 1 e 2) e 350 mil (3 a 18)", além de custos aleatórios calculados apenas na fase operacional do projeto. O total do investimento financeiro alcançou a casa dos NCr$ 5.054.000,00" (p. 05).

[97] Um exemplo das campanhas publicitárias que divulgavam a revista pode ser conferido no link a seguir. O anúncio de 1968: https://www.youtube.com/watch?v=fo7CjRPNfAs Data de acesso: 07 de fevereiro de 2019.

Nesses anúncios, o mundo era apresentado por *Veja* como em constante mudança e transformação e ela se propunha a contribuir como um guia ao olhar, aos sentidos. Buscava nortear os leitores, levá-los à compreensão dessas mudanças e ser, ela mesma, um elemento transformador da realidade.

Apesar do sucesso do primeiro número, *Veja* sofreu queda expressiva na vendagem dos números seguintes e demorou a cair no gosto do leitor e da crítica especializada, chegando a se cogitar sua descontinuidade. As dificuldades para efetivar a proposta de um projeto editorial claro, objetivo e aprazível ao leitor, com linguagem direta e menos imagens, conforme a revista se propunha desde o início, somadas à censura imposta pelo AI-5[98], tardaram em quase uma década sua consolidação junto aos leitores e à opinião pública brasileira[99]. O periódico teria sucumbido ao fracasso, não fosse a força financeira do grupo Abril, que resolveu bancar o projeto até encontrar o formato que fidelizasse o público, o que só ocorreria, segundo Villalta ([2002] 2019), a partir de 1973 quando a revista, enfim, começou a pagar os custos de sua produção.

Veja se consolidaria a partir de meados da década de 1970, sobretudo, depois que Mino Carta[100] foi demitido da direção de redação. O jornalista era visto como arredio e crítico aos governos militares, e sua "cabeça" havia sido solicitada a Victor Civita por Armando Falcão, então ministro da Justiça.

A confluência de alguns fatores possibilitou sua consolidação junto ao mercado da informação, a exemplo do aumento no número de leitores da revista e ao fato dela aderir, de

[98] Conforme reitera bibliografia sobre o comportamento da imprensa no período, a censura à *Veja* teria sido mais ostensiva de 1968 até meados da década de 1970, período em que Mino Carta era editor de redação. Em 1976, quando Armando Falcão, então ministro da Justiça, teria conseguido a "cabeça" de Mino Carta, ocorrem a diminuição paulatina da censura e a consolidação da revista à opinião pública, o que a levou a aumentar significativamente sua tiragem/vendagem: "Segundo Carta (In: REVISTA DE COMUNICAÇÃO..., 2002, p. 76-81), a editora Abril havia pedido um empréstimo de 50 milhões de dólares ao governo federal, através da Caixa Econômica. A concessão do dinheiro, entretanto, estava condicionada, por pressão dos militares, à renúncia da linha crítica e a sua demissão. De acordo com o jornalista, após a sua saída, o empréstimo foi concedido e dois meses mais tarde a censura já havia sido definitivamente retirada da revista. Seu substituto passou a ser o redator-chefe José Roberto Guzzo (que ficou no cargo de 1976 a 1991), mais conservador e fiel às orientações da empresa" (PÁDUA, 2013, p. 06).

[99] Pádua (2013) sugere que a dificuldade de *Veja* em cair nas graças dos leitores dever-se-ia ao fato de que "[...] o público, que tinha pouca familiaridade com a leitura, não gostou do formato de textos longos, poucas fotos e cerca de 130 páginas". Este esperava uma publicação aos moldes de *Manchete* e *O Cruzeiro.* A hipótese, válida, pode ser contraposta ao sucesso de *Realidade*, também editada e publicada pela Abril e que conquistara, a despeito das longas reportagens, a simpatia de um grande contingente de leitores.

[100] Mino Carta foi demitido em 1976. São atribuídas a ele matérias críticas ou que afrontavam os governos militares, o que teria levado à apreensão de edições da revista em bancas e ao aumento da censura na prévia na redação. Cf.: VILLALTA, [2002] 2019; PÁDUA, 2013; e VELASQUEZ; KUSHNIR, 2019.

maneira mais enfática, às pautas do governo, fosse por interesse econômico, fosse pela confluência nas visões de mundo. Assim, acabou por atrair também a atenção e as verbas do mercado publicitário.

A partir da década de 1980, sobretudo no contexto da redemocratização do país, *Veja* assumiu a liderança inconteste do mercado editorial de revistas de informação com tiragens que, a depender dos termômetros social, político e econômico do país, variavam de meio, a um milhão de exemplares.

Inspirada nos periódicos estadunidenses *Times* e *Newsweek, Veja* pretendia consolidar-se como revista de informação e, nesse sentido, deslocava-se de *Realidade* pela proposta editorial que se pretendia mais enxuta, objetiva e direta. Com mais texto e menos imagens, se distanciava bastante do fotojornalismo e tinha como um dos elementos principais, o advento da *interpretação*[101]. Esta proposta, contudo, parece ter causado estranhamento aos leitores, e o periódico, durante uma década, foi levado a se reinventar inúmeras vezes, até cativar e conquistar o público almejado.

2.2. A *natureza selvagem, bravia...* e o *vazio amazônico*

A sociedade *moderna*, movida pelas construções denominadas de *civilização*, não oferecia muitas possibilidades fora do mundo produtivo em que os sujeitos precisam produzir riquezas, seja lá o que signifiquem, por meio da transformação da *natureza* em território, espaço (CERTEAU, [1990] 2014) cravado e circunscrito pela força, pelo arbítrio do trabalho humano.

Essa visão de domínio sobre a natureza *madrasta*, *gigante* e *infernal* a fim de construir o tão almejado *progresso* seria retomada com demasiada frequência nas páginas de *Realidade* e *Veja*. A denúncia do *inóspito*, do *vazio*, da *miséria*, da vida em estado bruto, era tópica que compunha o inventário dos *problemas brasileiros* diante dos quais a imprensa assumia como *missão* informar e formar a opinião pública, buscar e aventar soluções.

Em junho de 1967 chegava aos leitores o 14º número de *Realidade*. No sumário, a seção *Aventura* trazia chamada à reportagem intitulada *Estamos em pleno rio*, e

[101] Conforme Villalta ([2002] 2019), na esteira do que já dissera os jornalistas Mino Carta e Alberto Dines, "[...] a interpretação, [era] ainda uma novidade para o jornalismo brasileiro. O jornalismo interpretativo, ou analítico, relaciona-se com o investigativo onde, 'ao inquirir sobre as causas e origens dos fatos, busca também a ligação entre eles e oferece a explicação da sua ocorrência" (p.12. O destaque entre colchetes é nosso).

complementava: "Os dramas de uma viagem de navio que em 9 dias leva centenas de pessoas de Belém a Manaus, através da floresta amazônica"[102]. Páginas à frente, o *lead* que apresentava a matéria, destacava:

> **ESTAMOS EM PLENO RIO**
> Esta é a história de uma viagem entre Belém e Manaus, num dos poucos navios que fazem aquela linha. Conta-se aqui o que acontece dentro desse navio. Dramas e problemas de uma gente que já está na Amazônia, ou à sua procura, tentando vida nova, fortuna, ou simplesmente uma maneira qualquer de poder viver. Sempre com muita esperança, que quase nunca se realiza[103].

Na época, os rios continuavam sendo, em termos práticos, as únicas entradas-estradas a permitirem acesso ao interior amazônico, a despeito das desventuras e dificuldades inclusas na viagem. Ali, a massa dos viajantes amontoada num navio se deslocava por aquele *mundo* esquecido, fugidio à *modernidade*, enquanto *alimentava esperanças que quase nunca se realizavam.*

Realidade circunscrevia e retomava, em sua narrativa, a imagem de um *mundo* isolado, solitário, desconhecido, *in natura*, quase todo por se fazer. Evidenciava, assim, *marcas de enunciação* (HARTOG, [1980], 2014)[104] que seriam uma constante também em *Veja*, ao reclamar ações do poder público para o *problema* do isolamento *amazônico*. Fazia isto ao encaminhar seus repórteres direto de São Paulo, já então o maior centro urbano do país, para vivenciarem e narrarem aos seus leitores as *aventuras* e desventuras daquele deslocamento vagaroso, marcado pela vastidão de águas barrentas e pela monotonia dos tons de verde da floresta:

> **Pescada Preta**, o comandante, assim chamado pela cor da pele muito morena, navegador da costa e não dos rios, tinha assumido o comando do "Augusto" no dia anterior, para substituir um colega em férias. Às quatro da manhã, em farda de serviço, dava sua primeira ordem ao prático:
> - Pois é, vamos pegar êsse mundo de água e mato. Prático, pode dar atenção às máquinas. O Prático fêz questão de mostrar sua tarimba:
> - A viagem pode ser dura, meu comandante. Muita ilha mudou de lugar, no rio, com essa cheia. E é tempo de chuva.
> Quando o comandante ia responder, veio o **pronto** das máquinas. Então êle deu as ordens para desatracação. O "Augusto Montenegro" trepidou um pouco, e foi saindo, devagar, para enfrentar a Amazônia: a segunda região

[102] MARÃO, José Carlos; BUTSUEM, Jorge. Estamos em pleno rio. **Realidade**, jun. nº 15, 1967, p. 04.

[103] Ibidem, p. 17. Negrito da reportagem.

[104] Sobre a maneira como François Hartog opera a noção de *marcas de enunciação*, conferir *O espelho de Heródoto*, especialmente a parte 2: *Heródoto, rapsodo e agrimensor* (HARTOG, ([1980] 2014, p. 39 e *passim*).

> mais desabitada do mundo (só perde do deserto de Saara), 5% de todas as terras do mundo, 40% da América do Sul, 20% da água doce de todo o globo, cortada, três ou quatro vêzes por mês pelos navios do Serviço de Navegação da Amazônia, único transporte barato para as mercadorias e para aquela gente de poucos recursos e muita esperança[105].

Uma paisagem de *água e mato.* Nela, a *natureza* se mostrava movente, e as *ilhas* formadas na vastidão dos rios poderiam se deslocar de um dia para outro e pôr a perigo tripulantes, passageiros e embarcação. Assim, a viagem nunca era a mesma, uma vez que a estrada fluvial sofria alterações constantes, sendo preciso cuidar para não sucumbir a elas.

José Marão[106], repórter-*rapsodo* que assina o texto, punha-se a operar o exercício de *agrimensura*: segunda *região mais desabitada do mundo*, atrás apenas do deserto do Saara; sua extensão se aproximava da metade da América do Sul; concentrava um quinto da água doce do planeta; a profusão dos números tentava abarcar aquela outra vastidão, quase imensurável.

Os números que, por um lado, expressavam seu gigantismo, por outro serviam para reafirmar o *vazio demográfico* contraposto às possibilidades e ao anseio de sua *colonização efetiva.* Afinal, ali abundavam terras para cultivo agrícola e água doce, elementos indispensáveis à sobrevivência humana e à transformação da *natureza selvagem* em *espaço produtivo*.

Precisava-se dizer, dimensionar, quantificar, enumerar... usar estratégias narrativas que aproximassem a Amazônia dos leitores de maneira que pudessem projetá-la na imaginação para tomarem consciência da urgência dos *problemas* que afetavam e isolavam aquela espacialidade do restante do país.

Nemércio Nogueira e Jean Solari cobrem, na edição de maio de 1969, a atuação de voluntários junto ao Projeto Rondon. Os repórteres acompanharam parte dos *problemas brasileiros* vistos e enfrentados por estudantes universitários que se deslocaram até a Amazônia. A ideia era levar aos leitores *Uma aula de Brasil*[107]. Já no começo da narrativa, se descobria que "**A selva: de perto, é coisa de meter medo**"[108]:

---

[105] MARÃO, José Carlos; BUTSUEM, Jorge. Estamos em pleno rio. **Realidade**, jun. nº 15, 1967, p. 18. Negrito da matéria.

[106] Ibidem, loc. cit.

[107] NOGUEIRA, Nemércio; SOLARI, Jean. Aula de Brasil. **Realidade**, Mai. nº 38, 1969, p. 78-90.

[108] Ibidem, p. 80. Negrito presente reportagem.

> Damião talvez não sobreviva, pois a surucucu picou feio. E a picada — diz a sabedoria popular, quando não mata, aleija. O homem não podia enfrentar a morte sozinho, à beira de um igarapé isolado nas profundezas da floresta amazônica. Por isso andou oito dias pela mata, o pé latejando como o diabo. Depois, viajou mais 26 dias de barco, a dor cada vez maior, uma gangrena destruindo a carne indefesa[109]

O *problema* não estava "apenas" na ameaça representada pela existência e convivência na *selva*, com animais silvestres, a exemplo da perigosa surucucu; a questão é que, além de dividir o espaço com tais animais, havia o caso de ser vitimado por algum deles, como fora Damião – o deslocamento pelas *profundezas da floresta* representava perigos e desafios adicionais, pois a Amazônia

> É um limbo verde onde vivem aproximadamente 5 milhões de pessoas, quase todas em estado de absoluta pobreza. Um mundo silencioso e ameaçador, povoado de cobras, feras, animais estranhos, índios, e lendas cuja origem se perde no emaranhado das lianas e na água turva dos rios[110]

Realidade apresentava, pois, visão nada aprazível da região. E era ali que o Projeto Rondon buscava educar e orientar os estudantes universitários que deveriam, ao invés de *usar frases feitas e pichar paredes*[111], conhecer e entrar em contato direto com os *problemas brasileiros.* A esse respeito discorria, enfático, o professor Wilson Choeri, secretário geral da então Universidade do Estado da Guanabara/UEG[112], apresentado como um dos idealizadores daquele Projeto que objetivava ser "**um curso prático de realidade nacional**"[113]. E complementava: "Precisamos criar uma geopolítica brasileira, que vise à ocupação dos enormes espaços vazios do País, a criação de um mercado interno para o consumo de nossos produtos industriais e, numa palavra, a verdadeira integração nacional"[114]

Realizar o anseio do professor Wilson Choeri não seria tarefa menor. Essa perspectiva situada entre a *integração* e a *promissão* amazônicas era veiculada nas páginas de *Veja*, na reportagem *Rondônia. Terra em explosão*. Nela, se apresentava aos leitores uma espacialidade

---

[109] NOGUEIRA, Nemércio; SOLARI, Jean. Aula de Brasil. **Realidade**, Mai. nº 38, 1969, p. 80.

[110] Ibidem, loc. cit., p. 80.

[111] Ibidem, p. 84.

[112] Atual Universidade do estado do Rio de Janeiro/UERJ.

[113] Ibidem, p. 86. Negrito presente na reportagem.

[114] Ibidem, p. 85.

que transformava em realidade as reiteradas *promessas* de *desenvolvimento.* Haveria ainda muito por construir mas, decerto, a estrada para o *progresso* estava a ser percorrida:

> Nesta terra, o magro engorda e o brasileiro amansa", garante o velho policial, lembrando anos de experiência e entremeando as palavras com um sorriso malicioso. "Tem condições para crescer mais que dez dos Estados brasileiros", prevê o Coronel José de Almeida Oliveira, 45 anos, diretor da lendária estrada de Ferro Madeira-Mamoré", que fenece ano a ano, substituída por uma rodovia onde a viagem exige três vezes menos tempo". Entre o passado das palavras do policial e o futuro do coronel entusiasmado surge o presente de Rondônia, definido por um oftalmologista goiano que seria o único da região se encontrasse uma casa para o seu consultório: "É uma terra de explosão"[115]

A matéria segue informando que as opiniões dos residentes em Rondônia, usadas para introduzi-la, guardavam sintonia com a perspectiva de agentes do governo federal ligados ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária/IBRA – que seria reformulado e daria lugar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA – e do Ministério de Minas e Energia.

Entrava em cena o repórter-*agrimensor*[116] para apresentar os números que deveriam descrever e mensurar Rondônia a fim de aproximar o leitor do que se vivenciava e experimentava ali. A estratégia da mensuração se unia o recurso da comparação: 24 milhões de hectares, correspondentes às áreas de Inglaterra e Portugal juntos e, deste *mundão* de terras, apenas 0,2 eram cultivados. A explicitação dos números, por sua vez, cumpria a estratégia de ecoar o reclame do *espaço vazio* e *improdutivo*.

Em 1970, para parte dos leitores de *Veja*, a menção à Inglaterra e Portugal poderia soar tão distante e estranha como o território de Rondônia. Ou mais próxima, se pensarmos que a parcela mais expressiva dos consumidores da revista pertencia à classe média – um grupo que, embora heterogêneo, costumava ter acesso facilitado a informações e talvez tivesse até viajado a algum desses países. Neste último caso, a comparação ganharia em força, em *efeito de sentido*.

A matéria girava em torno de dois temas principais: o assentamento de colonos em Rondônia, sob a responsabilidade da Calama S/A, uma das empresas colonizadoras que havia atuado no Paraná e estava a expandir suas ações naquele território; e da exploração do minério da cassiterita, matéria-prima base da produção de estanho, descoberta naquele território em

[115] VEJA. **Rondônia**. Terra em explosão. Mar. nº 78, 1970, p. 73.

[116] A autoria da matéria não foi identificada.

1952. Na época da reportagem, o governo federal tentava coibir a exploração manual do minério com investimentos em mecanização para reduzir o desperdício da matéria-prima, que chegava a comprometer, conforme a revista, cerca de 40% da produção[117].

Em julho de 1970, os repórteres Luís Edgar de Andrade (texto) e Jean Solari (fotográfico) levaram aos leitores de *Realidade* o relato de mais uma *aventura* pela Amazônia. Ao estilo que transitava entre a linguagem jornalística e a crônica literária, que marcava suas reportagens, o periódico detalhava, sem dispensar certo drama e tensão, os desafios de enfrentar a sobrevivência cotidiana no *inferno verde*: fome, miséria, isolamento, ausência de equipamentos públicos. Um dos recados da revista parecia ser que o estado brasileiro precisava dar uma resposta, enquanto os nacionais eram convidados a apoiarem e tomarem parte no projeto em curso, na *expansão para o Oeste*, na *ocupação* e *colonização* de um Brasil que ainda não era Brasil, segundo faziam crer os reclames.

Indicada na seção *Problema*, a chamada de abertura circunscrevia a Amazônia: "ÁGUA, MOSQUITO, ISOLAMENTO, FLORESTA, ÁGUA. E GENTE TEIMOSA, LUTANDO, RESISTINDO, DESBRAVANDO"[118]. Mais à frente, a partir do relato de como se davam o correr dos dias e os desafios enfrentados por aquela gente teimosa, que lutava, desbravava e resistia, o mundo dos números servia como estratégia e argumento para cartografar a dimensão da riqueza, do valor, da importância daquele *espaço* ainda *vazio*.

Nesse contexto, Luís Edgar de Andrade, que assina a matéria, refere Edinaldo Mota, *cearense de Sobral*, casado, que ao tempo daquela escritura, residia na Amazônia. Segundo o repórter, Mota dimensionava exatamente o tamanho da imensidão e, por conseguinte, do *desafio civilizatório* lançado na conta do futuro:

> - Êle sabe de cor o que é a Amazônia: vigésima parte da superfície terrestre, um quinto da água doce do mundo, quatro décimos do território da América do Sul, três quintos da área territorial do Brasil, um têrço das florestas do mundo. Menos de um centésimo das estradas de rodagens brasileiras e dois meio milésimos da população terrestre[119]

[117] Segundo *Veja*, "Com rendimento pequeno em relação à máquina o garimpeiro só explora os pontos ricos, passando para outro logo que êstes se esgotem. Com isso, retira o "filé", que compensaria a exploração total da área, incluindo os "ossos". VEJA. **Rondônia**. Terra em explosão. Mar. nº 78, 1970, p. 73.

[118] ANDRADE, Luís Edgar de; SOLARI, Jean. Amazônia. **Realidade**. Jul. nº 52, 1970, p. 86. Destaques em maiúsculas presentes na matéria.

[119] Ibidem, loc. cit.

Contar, medir, comparar e oferecer exemplos tinha a função de tornar conhecido o desconhecido, de aproximar a narrativa do leitor. Dizer simplesmente que se tratava de vasta área, pouco habitada em face da sua extensão, soava impreciso, vago. Reforçar a informação com dados e números, comparações, dimensionava e mensurava melhor, tornavam o texto assertivo, causava impacto. Nada parecia tão enfático quanto exemplificar, fomentar na imaginação do leitor, a imagem da imensidão, do gigantismo que marcavam aquelas paragens.

O recurso à mensuração se mostrava, portanto, estratégia recorrente e necessária aos *efeitos de sentido* almejados. Em outra matéria, ao tratar das fazendas de gado – a chamada *colonização pelas patas dos bois* – que estavam, também, a preencher aqueles *vazios*, o repórter enumerava, exemplificava, comparava:

> Em outro lugar do Brasil, uma fazenda de gado de tamanho médio tem 800 ou 900 hectares. As grandes, enormes, chegam a 6 000 (12 por 6 quilômetros). Os bois desta foto estão pastando numa grande fazenda. Mas grande no estilo amazônico: mais de cem vezes maior que as maiores do sul, 678 000 hectares, equivalente a uma faixa de terra de 2 quilômetros de largura indo do Rio a São Paulo, cinco vezes o tamanho do Estado da Guanabara. É a fazenda Suiá-Missu, dos Ometto, industriais do açúcar em São Paulo. Nela já estão 30 000 cabeças de gado nelore, o começo de um rebanho que deve chegar a 125 000 cabeças e tornar-se o maior do Brasil e um dos maiores do mundo[120]

As estratégias discursivas, das quais, frequentemente, lançavam mão os repórteres de *Realidade* e *Veja*, para *representar* a Amazônia, nos remetem às considerações de François Hartog ([1980] 2014, p. 234), em *O espelho de Heródoto*, a respeito de como o autor das *Histórias*, *rapsodo* e *agrimensor*, fazia uso, ora da comparação, ora da inversão, para dizer e descrever os egípcios, os citas ou os persas, levando a termo, *uma retórica da alteridade*.

Para perceber diferenças, ponderava o historiador francês, era preciso colocar *um* e *outro* no mesmo *sistema de representações*, de forma a evidenciar, a partir da comunidade partilhada de sentidos, aquilo que os distanciava, os desvios de práticas que permitiriam afirmar, confirmar e tornar inteligível, os distanciamentos do *outro.*

Esse era um elemento comum, sobretudo, em narrativas de viagem, pois "há o mundo em que se conta e o mundo que se conta" (HARTOG [1980] 2014, p. 243). No desafio de tornar o inteligível segundo ao primeiro, a *tradução*, assumia lugar relevante. Tratar-se-ia de "traduzir a diferença".

[120] REALIDADE. **Amazônia**. Out. nº 67, 1971, p. 122.

A *inversão*, conforme François Hartog, é um recurso de *tradução* com vistas a tornar o *outro*, inteligível para o mundo ao qual se pretende contar. Nessa estratégia de dizer, o *estrangeiro* tornava-se quase inexistente, era submergido, tragado, apagado pela narrativa que no intuito de dizer o *outro*, diz, evidencia, revela mais a respeito de *si mesmo.*

O *estrangeiro* ou o *estranho* seria tornado um comum, inteligível porque assumiria na narrativa, a forma de uma *cópia invertida* daquele que narra, que anuncia e enuncia o *outro* à comunidade de referência, a qual pertence o narrador (HARTOG [1980] 2014, p. 243-244). Para tanto, tornava-se operação recorrente, fazer o *inventário das diferenças* – ou das semelhanças.

O *gigantismo* amazônico era dito, traduzido e contado entre palavras e números. Verbo é indicativo de ação e, para representarem a realidade que se queria dizer, alguns deles ocupavam papel estratégico. Por isso, narrar, contar, medir, comparar e exemplificar se mostravam recursos indispensáveis. Ao explorar elementos como esses, a narrativa do *fantástico mundo amazônico* também era reatualizada.

O cenário apresentado parecia justificar a um só tempo a empreitada e a constante retomada de *Realidade* ao tema do *vazio amazônico,* da imensidão pretensamente desabitada, fora do domínio humano, *sem civilização*, *sem desenvolvimento*, *sem progresso*.

Retornando à reportagem *Amazônia*[121], de 1970, ao texto principal intercalavam-se trechos de recados enviados através das rádios da região, o meio de comunicação mais rápido e efetivo numa área marcada pelo *isolamento*, *sem estradas*, onde a circulação de pessoas, bens, informações e a oferta de serviços era rarefeita, deficitária, quase inexistente:

> Tilza de Albuquerque Pinheiro avisa seu esposo Caleu Pinheiro, em Cacuí, que domingo Ronaldo quase perecia afogado, pois estão com a casa no fundo, devido aos esgotos que entupiram. (Rádio Difusora do Amazonas, Manaus)[122].
>
> Atenção, Pedro Saviano, na mineração Massangana, setor Cafèzal. Sua amiga Luci avisa que dos 145 cruzeiros que você mandou ela só recebeu 100. Os 45 o portador não entregou. (Rádio Acaiari, Porto Velho, Rondônia.)[123]
>
> Dona Môça avisa a sua filha Carminha, no Murumurutuba, que seu irmão foi mordido de cobra e está passando mal. Pede a seu pai Antônio Mole que

[121] ANDRADE, Luís Edgar de; SOLARI, Jean. **Amazônia**. Realidade. Jul. nº 52, 1970, p. 86-94.

[122] Ibidem, p. 88.

[123] Ibidem, loc. cit.

> venha sem falta. Fineza quem ouvir êste aviso transmitir ao destinatário. (Rádio Difusora do Amazonas, Manaus.)"[124]

Ao intercalar e apresentar, na matéria, esses anúncios veiculados em rádios, os repórteres, ao mesmo tempo em que evidenciavam o *isolamento*, destacavam as estratégias de sobrevivência e como aqueles *desbravadores* resistiam e, teimosamente, prolongavam seus dias na *solidão miserável* de um *lugar ermo*, onde a paisagem dominada pelos rios e pelo verde das matas, e a distância, se mediam em meses:

> — Meu amigo — Eliane pergunta —, por que você se limita a êste quadradinho de plantação? Por que não planta banana, abacate, arroz, feijão? Poderia vender em Tabatinga.
> — Ah, doninha! Não vou fazer isso, não. Sei que o rio enche. O rio é maior do que eu. Eu planto, o rio leva. Por isso moro seis meses do lado de cá, seis meses do lado do Peru[125]

Passados pouco mais de ano, *Realidade* dedicaria a edição nº 67, de outubro de 1971, inteiramente à Amazônia[126]. Às suas 320 páginas[127] fora acrescido suplemento especial não numerado com mapas e informações complementares, destinadas ao uso didático. Nesta edição, questões já aventadas desde os primeiros números da revista seriam retomadas e ampliadas. O diretor e editor Victor Civita mostrava no editorial que a empreitada da revista seria digna dos números vultosos com os quais aquela região costumava ser esquadrinhada. Entre a concepção e a publicação da edição – a mais dispendiosa desde o surgimento da revista – se consumiram cinco meses de viagens e foi envolvida a maior equipe de profissionais já disponibilizada para tal.

---

[124] ANDRADE, Luís Edgar de; SOLARI, Jean. **Amazônia**. Realidade. Jul. nº 52, 1970, p. 88.

[125] Ibidem, p. 91.

[126] A passagem pelo sumário desta edição já é em si bastante elucidativa das preocupações que ela encerra em suas páginas: *Amazônia, Opinião*; *Realidade na Amazônia*; *Viagem ao planeta do verde água e do sol*; *A nossa vida nos trópicos*; *Você já imaginou o Brasil sem a Amazônia? Amazônia ontem*; *Amazônia hoje*; *A fronteira da aventura*; *Amazônia amanhã*; *A vida que vem do verde*; *Morreram as cidades e o homem (na Amazônia encontra...)*; *A lei proíbe. Mas quem cumpre?*; *Os estrangeiros (Um fato) roubam a Amazônia (uma opinião) roubam mesmo? (Uma questão)*; *Dizem que ele tem um exército secreto no país. Mas o que ele tem é um país*; *A última chance dos últimos guerreiros*; *A busca da terra (inferno ou paraíso) prometida*; *Amazônia, Indicações*; *e Viva a Amazônia.*

[127] Muito texto e reprodução expressiva de fotografias. Estas, além de ilustrar, tinham a finalidade de dar a ver as realidades contadas por *Realidade.* O número conta, ainda, com belíssimo ensaio fotográfico, intitulado *Viagem ao planeta do verde da água e do sol.* No texto que apresenta a edição, o jornalista Luís Carta menciona terem sido feitos mais de trinta mil registros fotográficos durante a viagem que, para alguns repórteres, caso de José Hamilton Ribeiro, teria durado aproximadamente cinco meses. O capricho e o cuidado com o fotojornalismo foram traços marcantes da primeira e da segunda fases de *Realidade.*

A percepção do editor indicava que a iniciativa, incomum, pelo aporte de recursos materiais, humanos e financeiros envolvidos, se justificaria por dois motivos principais: primeiro, os brasileiros desconheciam a Amazônia tanto histórica quanto geograficamente; segundo, era necessário informar à *opinião pública* as ações incisivas – e decisivas – do general-presidente Emílio Garrastazu Médici naquela espacialidade.

Estavam para serem abertas, no *coração da floresta*, 12 mil quilômetros de rodovias; nos quatros anos vindouros, a atividade pecuária seria largamente incentivada, com a projeção de fomentar cerca de trezentas fazendas de gado; havia, nos cenários nacional e internacional, forte demanda por minérios, e o subsolo amazônico seria rico em diversos minerais (o que alavancaria o desenvolvimento do país); havia a expectativa do governo de assentar, ali, ao menos cem mil famílias.

> Se fôsse preciso justificá-la, talvez bastasse êste absurdo: a opinião pública do país acha que "os estrangeiros" podem roubar a Amazônia, mas não tem sequer uma noção razoável sôbre seu tamanho e sua história. Resultados de uma pesquisa feita em São Paulo, Pôrto Alegre e Rio de Janeiro, especialmente para esta edição:
>
> - 67% das pessoas acreditam que a Amazônia está ameaçada de cair sob contrôle estrangeiro. E, ao mesmo tempo:
> - 42% acham que a Cabanagem é um estilo de residência amazônica (é o nome da mais sangrenta revolta política da história brasileira).
> - 46% pensam que a Amazônia tem menos de 30% da área do país (tem 59,4%)
> - 61% julgam que a Transamazônica passa dentro ou perto de Manaus (são tão distantes quanto o Rio de São Paulo).
> - 47% supõem que hoje poderiam ir de automóvel de Belém a Manaus, ou de Santarém a Belém (54%), ou de São Paulo Manaus (39%) – quando, por terra, Santarém e Manaus são isoladas do resto do país[128]

Na Amazônia, nem tudo se dava a ver. Por isso a estratégia da *agrimensura* mostrava-se tão cara ao editor-*rapsodo*. Transpor o emaranhado de rios e mata fechada era desafio árduo, custoso, que exigiria tempo, paciência e disposição. Aliás, conforme enfatizava a revista, pouquíssimo da região era conhecido, dentro e fora dela. A pesquisa de opinião, à qual fizera menção, tinha o propósito de corrobor isso.

A Amazônia, apresentada como o maior *mito* do Brasil, fosse pela *ignorância* que os brasileiros tinham dela, fosse pelo *gigantismo* e a *promessa* que ela representava ao *progresso* do país, precisava ser conhecida e tornada assunto público. Por isso, editores e repórteres se empenhariam em *informar corretamente* – e, assim, corrigir parte da *ignorância* que a cercava

[128] CIVITA, Roberta. Carta do editor. **Realidade**, out. nº 67, 1971, p. 03.

–, além de "[...] documentar o instante mais extraordinário da vida dessa última grande reserva natural do planeta"[129], afinal, ela poderia estar em seu *instante último.*

A iniciativa do periódico ocupava, portanto, funções *documental* (produzir registro daquilo que poderia ser os momentos finais do gigantismo natural, antes de ser *domada* pelo *progresso*), e *informativa/propagandista*, com vistas a *propagar* as ações dos militares e orientar o debate público. Numa época em que o planeta vivia a acentuada possibilidade de *explosão demográfica*, Victor Civita lançava mão da estratégia da *agrimensura* para indicar que a Amazônia poderia ser o norte e o futuro da humanidade:

> Tôdas essas mudanças são anunciadas num momento em que a Amazônia adquiriu, em têrmos mundiais, um significado extraordinário. A Amazônia é hoje despovoada e improdutiva num mundo que assiste à explosão demográfica e do consumo. A população da Terra é de 3,6 bilhões de habitantes e, a continuar o ritmo atual, será de 7 bilhões no 2000. Com isso, o mundo teria de dobrar sua capacidade de produção de alimentos – em três décadas dar um salto equivalente ao dos dez milênios da Era da Agricultura – apenas para manter os níveis de consumo presentes[130].

O editorial tinha sequência com a menção à *pureza* dos solos e a abundância de reservas de água doce. Tratava do estudo de um cientista alemão, objeto de reportagem naquela edição, responsável pela ideia de que aquela floresta seria o *pulmão do mundo*, perspectiva negada por estudos posteriores. Citava a *sujeira*, o *barulho* e *poluição* que afetavam de forma negativa a qualidade de vida nos Estados Unidos, então principal modelo de *desenvolvimento* ocidental, situação aguçada pelo uso recorrente de termoelétricas, causadoras de desequilíbrios ecológicos. Refletia sobre a destruição que a I Revolução Industrial provocara ao ambiente, ao usar fontes não renováveis à produção de energia, como carvão mineral e derivados do petróleo, para então concluir, em profissão de fé, que na Amazônia o *progresso* deveria se fazer *em harmonia com a natureza*, afinal, tratava-se da "[...] última grande fronteira terrestre a ser civilizada"[131].

A cobertura jornalística tinha início com seção a *Amazônia, opinião,* na qual "*Ministros, homens comuns, viajantes, cientistas, militares, padres falam sôbre a conquista da Amazônia. Suas opiniões"*[132]. E o primeiro ponto de vista apresentado era de "**RODRIGO**

---

[129] CIVITA, Roberta. Carta do editor. **Realidade**, out. nº 67, 1971, p. 03.

[130] Ibidem, loc. cit. Itálico e negrito presente na revista.

[131] CIVITA, Roberta. Carta do editor. **Realidade**, out. nº 67, 1971, p. 03.

[132] REALIDADE. **Amazônia.** Out. nº 67, 1971, p. 07. Itálico presente na revista.

OCTAVIO JORDÃO RAMOS, ex-diretor da Escola Superior de Guerra. *É uma espécie de 'apóstolo da Amazônia', tem percorrido o Brasil, fazendo conferências e pregando a necessidade de ocupar a região*"[133]. A pergunta inicial abordava, não por acaso, a tópica do *vazio demográfico*:

> *P. Acredita que é possível adiar para a década dos anos 80 um esforço maior de ocupação da Amazônia?*[134]
>
> R. Não. Ê imprescindível que a problemática da Amazônia seja desde logo equacionada, não só em face da necessidade a curto prazo da efetiva integração na dorsal pela incorporação de seus espaços vazios, como principalmente tendo em vista a preservação de nossa integridade e talvez do próprio Estado do Brasil, quando ao dobrar do século tivermos de atender a populações multiplicadas geomètricamente em suas terras de origem, onde, pela incipiência tecnológica ou carência de espaço geográfico, não terão sequer condições de sobrevivência. No primeiro caso joga-se com o Grande Brasil, amadurecido, sem descompassos regionais, hoje verificados, e no segundo com a soberania nacional que deve se manter incondicionada e imune a qualquer pressão imperialista[135]

Essa perspectiva sobre a Amazônia, reiterada em várias matérias que compunham a edição especial de *Realidade* – e noutras reportagens, antes e depois desse número, publicadas nela e em periódicos de diversos matizes – não era, contudo, tratada de forma unidimensional.

Embora menos frequente, a revista publicava visões destoantes daquela apresentada pelo cel. Rodrigo Octacio Jordão Ramos, inclusive entre os militares. A opinião de "**OLYMPIO MOURÀO FILHO, ex-ministro do Superior Tribunal Militar**. *General-de divisão, aposentado, 74 anos, ex-ministro do Superior Tribunal Militar"* [136], apresentado como o homem que "[...] *iniciou o movimento que derrubou o presidente João Goulart*" [137] pode ser tomada como exemplo:

> *P. Acha certo o que se faz atualmente no sentido de integrar toda a Amazônia ao resto do país?*
>
> R. Não. Um plano dessa envergadura, para ter êxito, precisava ter bases científicas. Ora, o pouco que se sabe da Amazônia desautoriza tudo o que

[133] REALIDADE. **Amazônia.** Out. nº 67, 1971, p. 07. Destaque em maiúsculas, negrito e itálico presentes na revista.

[134] RAMOS, Rodrigo Octavio Jordão**.** Entrevista. **Realidade**, out. nº 67, 1971, p. 07.

[135] *Ibidem, loc. cit*. Itálico e negrito presentes na revista.

[136] REALIDADE. **Amazônia**, out. nº 67, 1971, p. 09. Destaque em maiúsculas, negrito e itálico presentes na revista.

[137] Ibidem, loc. cit.

> vem sendo feito até agora. Os solos, por exemplo, são constituídos em geral de laterita, arca de variada granulação e gorgulho, absolutamente impróprios para a agricultura. Nos lugares onde o homem predador desmata, fica a sílica estéril, de alta acidez, que não permite a nitrificação, pela impossibilidade de existência, naquele solo, de bactérias. A laterização conseqüente conduz à aridez e ao deserto.
>
> *P. Acredita que a Amazônia por ser uma das regiões mais desabitadas e habitáveis do planêta seja um alvo de cobiça internacional?*
>
> R. Não podemos aceitar de boa vontade a afirmação de que a Amazônia pode conter 300 milhões de habitantes, que é o celeiro do mundo, que desperta a ambição quando a explosão demográfica torna apertado o planeta, e que não possuímos armas capazes de conter a ambição alienígena. Além de não se poder confundir espaço vital com vastidão, o que tornaria o Saara uma terra da promissão. Há um grande equívoco, na atitude nacional, ao se pregar a política de povoação da Amazônia. A teoria, de resto, pouco científica, de espaços vazios não se aplica àquela região. Ela não é um espaço vazio, mas um espaço pleno de árvores, formando a maior floresta tropical do globo e garantidora da vida na maior parte da América do Sul, especialmente do Brasil. As futuras gerações não pouparão queixas das atuais que ousarem a destruição predatória da selva, abrindo, a qualquer pretexto, clareiras que conduzirão a novas falacroses progressivas até a diminuição substancial da mata virgem ou seu desaparecimento[138]

A perspectiva da *integração amazônica*, apesar de situada entre os *problemas brasileiros* e se mostrar hegemônica, conforme esta pesquisa tem evidenciado, fugia, contudo, à homogeneização. Mourão Filho questionava a fertilidade dos solos e sua destinação à agricultura, ao mesmo tempo em que conferia papel estratégico aos *estudos científicos* que deveriam, segundo ele, embasar as decisões, os projetos a serem levados a termo na região, posto que a desertificação já se observava em várias partes de sua área extensa e diversificada. Também se mantinha cético a respeito da ideia de *invasão estrangeira* à Amazônia. Enfático, ia de encontro a assertivas que a afirmava como *espaço vazio* e *celeiro do mundo.*

Todavia, o chamado ao *desbravamento*, ao domínio da *selva*, à *integração*, à *civilização* daquela espacialidade *arredia* conferia o tom, na maior parte das reportagens. As posições de personalidades como Mário Andreazza, então ministro dos Transportes, e Jarbas Passarinho, responsável pela pasta da educação e cultura, indicavam a perspectiva hegemônica, que se espraiava e tinha ressonância em sujeitos e grupos sociais diversos.

A *missão civilizatória* de vencer a *floresta bravia*, que tornava a Amazônia um *vazio demográfico*, se evidenciava num misto de sentimento humanitário e reiterada fé no *progresso*. O relato do cotidiano dos seringueiros que resistiam à dura vida na *selva*, a

[138] MOURÃO FILHO, Olympio. Entrevista. **Realidade**, Out. nº 67, 1971, p. 09.

despeito de todas as limitações e aprovações, oferecia mostra disso e assumia o tom de um manifesto, de clamor por ajuda, socorro, salvação.

A reportagem *Amazônia, hoje* apresentava a dureza de vidas resistentes a um *mundo que morria*. Com texto e imagens impactantes, em consonância com a proposta editorial que marcava *Realidade,* a ideia era aproximar, informar e afetar os leitores o máximo possível sobre a vivência daqueles que sobreviviam do extrativismo:

> **A vida do interior, cenas de um mundo que morre**
> Os viventes do mundo do extrativismo, aproximadamente 300 000 famílias, 1,5 milhão de pessoas, moram longe das cidades e das estradas, quase sempre à beira do rio. A casa — o tapiri — é erguida sobre estacas, parece provisória: feita de tronco de árvores, coberta de folha de palmeira, está sempre pronta para ser abandonada. É geralmente de um cômodo só, aberta, e com apenas duas paredes, suficiente para abrigar a chuva e tornar o calor suportável[139].

As *cenas de um mundo que morre* ocupam duplo lugar na narrativa. É aquele das vidas sofridas, que residem distantes das cidades e das estradas, castigadas por aquele mundo de *quase morte*; mas também o relato de um mundo que se esperava, pudesse morrer, ao menos simbolicamente:

> Essa gente vive uma vida devassada, de quem quase nada tem a esconder, que possui somente o indispensável: algumas panelas, o terçado (facão), canoa, machado, remo, espingarda.
> Ê uma miséria sem eletrodomésticos, sem móveis, mesmo a cama é um conforto exagerado, substituída normalmente pela rêde de dormir.
> Os vizinhos, às vezes distantes, vivem exatamente do mesmo jeito. As notícias não existem, as distâncias são mundos, o tempo não se conta em horas, nem em dias, corre lentamente, como a vida[140]

O encontro com tal realidade chocou, impactou o(a) jornalista[141]. Ecoa na reportagem o grito de palavras sensibilizadas: ninguém merecia, ninguém precisava viver em tais condições, desprovido de qualquer conforto, sem notícias do mundo que se apresentava fora dali, e sem que o mundo fora dali tomasse conhecimento daquelas existências, das tantas limitações e sofrimentos que enfrentavam.

O olhar do(a) narrador(a), habituado às comodidades da vida moderna, denuncia ausências, aponta aquilo que faltava – mas não necessariamente fazia falta – às existências

---

[139] REALIDADE. **Amazônia**. Out. nº 67, 1971, p. 90-91. Negrito presente na matéria.

[140] REALIDADE. **Amazônia**. Out. nº 67, 1971, p. 91.

[141] A autoria dessa matéria não foi identificada.

vividas sem nenhum conforto, sob o castigo de um tempo lento, que parecia não passar. Sobre quem falava efetivamente na reportagem, poder-se-ia indagar: estava ali, impressa naquelas páginas, a visão do o (a) jornalista, ou o sofrimento do seringueiro?

> **150 mil famílias vivem da seiva e do fruto de 2 árvores. Miseravelmente**
> Cento e cinqüenta mil das 300 000 famílias que vivem no extrativismo dependem da seringueira e em menor escala, da castanheira, árvores que já fizeram a glória e a fortuna da Amazônia e agora são participantes semi-exaustos da dramática decadência do sistema extrativista[142]

A matéria enfatizava os números: cento e cinquenta mil famílias a viverem do extrativismo, atividade primitiva, marcada pelo nomadismo e que, portanto, pouco contribuía à criação de núcleos urbanos que possibilitassem a fixidez humana, a emergência da *civilização*. Isto em pleno século XX e já com o século XXI a lhes bater à porta. Se os números impactavam *a priori*, a estratégia meramente informativa tendia a ser menos convidativa ao exercício da empatia.

Assim, *Realidade* procurava, a partir de histórias de vida e situações rotineiras comuns àquela gente persistente e resistente, aproximar o leitor do drama de sobreviver na e à *selva*. Tratava-se de dimensionar e fazê-lo sentir o que significava viver uma existência privada do básico, marcada por tantas limitações.

> — É, rapaz, a vida do seringueiro não é boa, não. É a vida mais filha da p...
> Élcio Nunes, 25 anos, seringueiro, filho de seringueiro, sabe que é batizado, mas não tem certidão de nascimento, não tem carteira de identidade, título de eleitor, nem serviu ao Exército. Há sete anos é um dos dois cortadores da colocação Recanto, uma das trezentas unidades de produção do seringal Catuaba. Recanto é uma área em torno das casas dos dois seringueiros e consiste de nove caminhos pela mata, com uns 8 quilômetros e trezentas seringueiras cada um. Élcio sai de casa às 4 horas da manhã, a 2 quilômetros da primeira estrada, com um pouco de farinha para o almoço. Geralmente volta às cinco, com 15 quilos de leite das árvores, depois de 32 quilômetros de caminhada e corte. Teresa, à 1 hora da tarde, já pegou outros 15 quilos que Élcio deixou na saída de uma das estradas. Faz a caminhada de 4 a 6 quilômetros, ida e volta, com Marinete, sua filha de um ano e meio, no colo. Até as 5, Teresa transforma a seiva em bolas de borracha, no défumador. Quando Élcio chega com o resto da produção do dia, ela vai cuidar da janta e da casa, uma sala e um quarto a meia parede. A cozinha se resume a algumas panelas e um fogão de lenha, do lado de fora. Élcio fica no defumador até as 9. Sai depois para o banho, num igarapé. Volta, come a comida magra, normalmente macaxeira (mandioca) com farinha, nem sempre um pouco de arroz ou um pedaço de carne. Cai na cama para levantar de nôvo às 4 horas, quando a escuridão e a neblina dominam a mata. Teresa, vinte anos, é bonita como quase tôdas as mulheres do Acre. Reclama:

[142] REALIDADE. **Amazônia**. Out. nº 67, 1971, p. 95. Negrito presente na matéria.

— Só vejo êle no domingo[143]

Mencionar milhares de famílias e descrever parte das dificuldades enfrentadas poderia ser impactante, mas trazer à cena um exemplo *nu e cru*, adensava e conferia mais dramaticidade ao relato. Ao estilo de *Realidade*, a reportagem procurava atrair a empatia do leitor, aproximando-o da dureza de uma rotina que se repetia dias a esmo, por semanas, meses e anos, até não mais existir vida. Até que ela fosse tragada pela velhice ou seu final antecipado pelo cansaço, pelas privações, pelas doenças.

Era por isso que *Realidade* narrava realidades. Por isso entendia que o leitor precisava saber e sentir, ao menos em parte, o que acontecia nos *rincões* amazônicos, onde vidas sem documentos – portanto, inexistentes ao estado – dificilmente eram documentadas. Sob os ecos do relato impactante, vai se construindo a convicção de que era preciso virar o jogo, de que algo precisava ser feito, da necessidade de mudar o estado de coisas tal e qual se apresentavam.

Indígenas, ribeirinhos – ou beradeiros, como também são conhecidos – e seringueiros, cerceados pelas limitações materiais e na dinâmica específica de viver em meio à floresta tropical, construíram *vivências moventes*, marcadas pelo fluxo, na interação com a *natureza*. Neste caso, a perspectiva é menos de *domá-la* e mais de potencializá-la e garantir a sobrevivência. Disso reclamava tanto Euclides da Cunha quanto Alberto Rangel, segundo os quais ali, o *meio* dominava o homem, em detrimento do contrário, conforme desejavam.

Em todo o caso, a despeito das dificuldades, na interação com o ambiente, homens e mulheres que estabeleceram paragem na floresta ensejaram nela modos de vida cujas necessidades, frequentemente, passavam ao largo daquelas comuns a quem vive em agrupamentos urbanos. Para eles, muitas vezes, qualidade de vida significava ter onde produzir pequenas lavouras, rios nos quais pudessem pescar, áreas em que a caça fosse atividade que lhes assegurasse a existência. Não se trata aqui de perspectiva idílica, que minora ou ignora parte das limitações enfrentadas pelos chamados *povos da floresta*, mas tentar fugir um pouco da percepção marcada pela *colonialidade do saber*, comum à *modernidade*.

Eliane Brum, jornalista de trajetória reconhecida e premiada no cenário nacional produz, há mais de uma década, material jornalístico sobre o *viver amazônico.* Em seus escritos, convida os leitores a pensarem em como as visões adventícias de *progresso* – que

[143] REALIDADE. **Amazônia**. Out. nº 67, 1971, p. 96.

desconsideram as culturas e vivências dessas populações – têm criado ou intensificado conflitos e problemas na Amazônia.

Eliane Brum deixou São Paulo para residir em Altamira-PA, cidade que concentra os maiores índices de violência do país, para acompanhar e noticiar de perto os impactos das políticas de *integração* e *desenvolvimento*, cujas configurações em nome do *progresso* estereotipam ribeirinhos e indígenas como povos atrasados, supostamente sedentos para serem salvos pela *civilização*.

Na coluna *Os Silva são diferentes*, por exemplo, a jornalista, que se diz *escutadeira de histórias*, se deslocou até as populações afetadas nos embates pela construção de Belo Monte e se pôs a ouvi-las:

> Em 2011, quando se começava a implantar o canteiro de Belo Monte, na região de Altamira, no Pará, passei um dia com o chefe de uma das famílias que seriam obrigadas a deixar a terra onde viviam para a construção da maior obra do governo. A certa altura, ele abraçou uma castanheira e desandou a chorar. Tentava me explicar por que ele não podia ser – sem ser ali. Ou a impossibilidade de habitar um mundo sem aquela árvore específica. De repente, o choro estancou e sua voz se encheu de raiva. Ele disse: "Fico revoltado quando Dilma diz que somos pobres. Por que ela pensa que somos pobres? De onde ela tira isso? Essa é a maior mentira" (BRUM, [2014] 2019)

No exercício de *deslocar-se* para compreender o que aquele senhor dizia, ela segue:

> Aquele homem quase nada tinha de bens materiais, nem os desejava. Sequer os conhecia e, se conhecesse, não teriam lugar no seu cotidiano. Seu conceito de pobreza e de riqueza era totalmente outro, incompreensível para os fazedores de política do momento. E taxarem-no de pobre, no discurso de Brasília, o ofendia, porque se considerava rico. Não como um discurso bonito e um tanto abstrato, mas porque era de fato como rico que se enxergava, na medida em que a floresta lhe dava tudo o que precisava. Não só no nível concreto, mas também no simbólico. Para ele, a vida que ali tinha era boa (BRUM, [2014] 2019)

As compreensões comuns de riqueza e pobreza no assombro dos dias geralmente são dimensionadas a partir do acesso ou da ausência de posse a bens materiais. Eliane Brum tem assumido o desafio reiterado de mostrar que essa materialidade pode ser comum aos anseios de populações urbanas, mas pode sofrer variações e manifestar outras formas e demandas em organizações sociais estruturadas a partir de valores e percepções de mundo distintas, conforme ocorreria em parte daquelas encontradas na Amazônia.

Seja na cobertura das hidrelétricas de Belo Monte, no Pará, ou Santo Antônio, em Rondônia, a escritura desta *escutadeira* tem procurado fazer o *mundo de fora* compreender que outras formas de vivência foram criadas e, embora não sejam projetadas e nem seguidas

como ideal para todos, as mesmas têm o direito ao respeito e à perspectiva de continuarem a existir.

Não se trata, aqui, de uma defesa idealizada dessas comunidades, ignorando privações que lhes são frequentes, mas de compreender que após décadas *esquecidas* na floresta construindo modos de sobrevivência que lhes garantiram o sustento, a *modernidade* chega e as empurra às periferias urbanas – a exemplo do que ocorreu nas proximidades de Altamira e Porto Velho, onde essas populações foram submetidas à miséria e a condições existenciais alheias às suas experiências.

A esse respeito, Eliane Brum refere o sr. Otávio das Chagas, um dos ribeirinhos *refugiados de Belo Monte*: "Casa é onde não tem fome, eles me ensinam. Se tem fome, é só teto" (BRUM, [2016] 2019). Expulso de onde fora criado e criava, junto com a esposa, os noves filhos, para dar lugar a uma hidrelétrica, a família de Chagas, como tantas outras, estava a vagar, perdida, pelas periferias de Altamira, com teto, fome e sem *casa*.

O lugar de *escutadeira* e a convivência junto às comunidades ribeirinhas – com voz, mas geralmente sem audiência disposta a ouvi-las – tem possibilitado à repórter inventariar e dicionarizar parte das palavras e expressões que ganharam sentidos caros às existências de quem vive a realidade ribeirinha e fogem, em larga medida, à percepção corrente que temos delas. Para *estes habitantes das beiras, das margens*, "[...] ser pobre é não ter escolha, do que comer, de onde ir e de onde vir, do que fazer, ou não fazer. Ser pobre é não ter escolha sobre o desejo". Já "[...] ser rico é não precisar de dinheiro" (BRUM, [2018] 2019).

A movimentação aqui operada entre passado e presente tem sentido de ser quando se percebe que, no tocante à Amazônia, as políticas implementadas, seja por governos autoritários, ou democráticos, costumam ter foco e justificativa no *desenvolvimento* situado além de suas fronteiras, num Brasil do qual a Amazônia, ainda parece não fazer parte. Daí a necessidade reiterada de *integrá-la*.

Por isso, os modos de ser e estar no mundo construídos por povos indígenas, ribeirinhos ou seringueiros não contam, são desconsiderados por concepções de *progresso* que, a despeito de algumas diferenças[144], só enxergam uma possibilidade de existir: a *nossa*. Aquelas que, por algum acaso, fogem a esse modelo precisam ser apresentadas e salvas pelas benesses que a *modernidade* nos trouxe. Precisam sair da ignorância, ser salvas de si mesmas.

[144] Matizes políticas de direita, centro e esquerda, para usar nomenclatura corrente, divergem bastante a respeito dos caminhos a serem percorridos, das escolhas a serem feitas, mas o discurso do *progresso* como fim último é realidade notável entre elas, sobretudo quando se trata de Amazônia. A experiência dos governos petistas e as políticas de *desenvolvimento*, pensadas e implementadas por eles na região, são exemplos desses encontros.

Ao reportar as dificuldades enfrentadas em meio à *selva* e à imensidão dos rios, *Realidade* e *Veja* entendiam cumprir a importante função social de informar ao mundo de *fora* sobre as dificuldades enfrentadas pelos nacionais daquele lugar, esquecidos pelos poderes públicos. E exigia destes, ações de melhoria que levassem ao *progresso* amazônico. Assim, *iluminava* a chamada opinião pública, cumprindo o que entendiam ser a *missão* da imprensa: informar, orientar, guiar o leitor.

2.3. O reclame das estradas: *integrar* era *civilizar*

Na década de 1950, quando os Civita começaram a atuar no mercado editorial do país, a população brasileira era estimada em 50 milhões de pessoas, ao passo que só o estado de São Paulo concentrava quase 20% desse total (cerca de 9 milhões de habitantes).

O ítalo-estadunidense Victor Civita, ao aportar em São Paulo e tomar a decisão de entrar no mercado de periódicos impressos, contava com o capital simbólico da experiência familiar para lhe servir de orientação aos passos iniciais: o irmão Cesare Civita já atuava nesse ramo, na Argentina. Na avaliação deles, a despeito do Brasil ter população volumosa, esta lia pouco. Tiveram a ideia, então, de investir no mercado brasileiro de informações, viam-no como promissor.

A expansão da malha rodoviária, levada a termo pelo governo Juscelino Kubitschek, ampliava a circulação de pessoas, bens, serviços e produtos, inclusive aqueles relacionados à indústria da informação. Entre estes, estavam os periódicos noticiosos, jornais e revistas.

A construção de novas estradas possibilitava tanto o aumento na circulação de publicações periódicas, como gerava demandas específicas. Assim, numa leitura perspicaz do mercado editorial, atenta às demandas sociais e econômicas brasileiras do período, a editora Abril lançou, em agosto de 1960, a revista *Quatro Rodas*[145]. Com a publicação especializada em automóveis, viagens e temas correlatos, apresentava-se aos amantes da velocidade e da *modernidade* na perspectiva entusiasmada sobre o futuro dos meios de transporte de massa no Brasil.

Ao se centrar na veiculação de notícias do universo automobilístico, *Quatro rodas* tratava das vantagens de possuir o próprio automóvel, fomentava desejos, e garantia também a

[145] Conforme Villalta ([2002] 2019, p. 03), *Quatro rodas*, dirigida pelo jornalista italiano Mino Carta, teve inspiração na revista italiana *Expert*.

fidelização de um público leitor específico que passou a contar com uma revista especializada para orientá-lo em escolhas e procedimentos, sanar curiosidades, dirimir dúvidas. Sua aceitação era uma evidência de que as estradas traziam consigo um mundo de possibilidades, por isso eram tão festejadas quando existiam, e igualmente reclamadas, quando ausentes – perspectiva, aliás, seguida por *Realidade* e *Veja*, conforme se verá, ao levarem aos seus leitores as notícias da Amazônia.

Há um aforismo bastante conhecido no *ocidente* que, ao se remeter ao chamado Império Romano, sugere que, à época, *todos os caminhos levavam a Roma*. Exagerada ou não, a historicidade da assertiva tende a destacar a importância que as estradas ocupavam naquela sociedade. E em outras que se formariam desde então. No Brasil, por exemplo, entre os anos 1960 e 1980, se todos os caminhos não levavam à Amazônia, era exatamente pela sua escassez, pela sua quantidade rarefeita. Na época, agentes diversos reclamavam e reiteravam a urgência de abrir trilhas na *mata selvagem*, que pusessem fim ao dito *vazio amazônico.*

Segundo Walter Porto Gonçalves (2015, p. 102), as estradas se constituíam, durante a ditatura civil-militar, como o principal elemento catalizador do projeto de *desenvolvimento* que então se queria implementar na Amazônia. Tomando o planalto central e a nova capital do país como pontos de referência e/ou partida, foram abertos três eixos rodoviários com vistas à chamada *integração* da Amazônia: *Belém-Brasília; Brasília-Cuiabá-Santarém*; e *Brasília-Cuiabá-Porto Velho*.

Em paralelo, fugindo ao eixo da capital federal, mas também com o objetivo estratégico de *integrar* a região ao país, foi colocado em curso o projeto da *Transamazônica*, que deveria interligar o Nordeste à Amazônia em, aproximadamente, 4.200 km de extensão, atravessando, ao todo, sete estados da federação: Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas.

Desde que chegaram ao poder em 1964 por meio de um golpe de estado, os militares elencaram a Amazônia na tópica dos *problemas brasileiros* que precisavam de solução urgente. Entre os *problemas* mencionados, estavam o *vazio demográfico* e o reclame da *integração.* A estratégia para vencê-los era dupla: abrir estradas e fomentar, às margens delas, o surgimento de unidades de povoamento, pensadas a partir dos chamados projetos de *colonização*[146].

[146] A bibliografia sobre os projetos de colonização em Rondônia é bastante ampla. Para uma síntese, Cf: CUNHA; MOSER, 2010.

Movidos por um *espaço de experiência* que reiterava em tom de denúncia a *solidão* e o *isolamento* amazônico, o desafio de construir estradas estava posto naquele *horizonte de expectativas* (KOSELLECK [1979] 2006). Era o que noticiava, em agosto de 1969, a edição 41 de *Realidade*. Naquele número, reportagem de Talvani Guedes (texto) e Luigui Mamprin (fotografia) dava conta de apresentar aos leitores *A outra face do Exército.*

Se a primeira face da mencionada instituição militar se relacionaria ao exercício bélico, à proteção das fronteiras, ao combate a inimigos externos e a quem colocasse sob risco a segurança e a soberania nacionais, esta *outra face*, aludida pelo periódico, corresponderia aos desafios de suplantar os entraves internos, que dificultavam a *integração* do país:

> Nos confins do Brasil, em remotas localidades da Amazônia, um punhado de homens planeja e constrói tôda uma rêde de estradas, ajudando a unificar o País, integrar regiões, proteger fronteiras. Êles trabalham, ensinam, colonizam, desenvolvem. São militares da Engenharia e das guarnições da faixa fronteiriça. O repórter Talvani Guedes e o fotógrafo Luigi Mamprin estiveram em Roraima, Tabatinga e Porto Velho, e viram de perto a odisséia dêstes soldados, que simbolizam **A OUTRA FACE DO EXÉRCITO**[147]

Segundo a revista, os esforços envidados pelos militares frente à *missão* de construir um Brasil *integrado* por rodovias remontavam à segunda metade da década de 1920, quando o presidente Washington Luís, para quem *governar era abrir estradas*, convocou o 5º batalhão de engenharia do Exército para a tarefa de construir essas *artérias* na região fronteiriça, interligando o território nacional à Argentina.

Desde então, tornara-se rotineira a convocação dos batalhões de engenharia para tais atividades. Tanto que "Atualmente, o Exército está encarregado de construir 7 396 quilômetros de estradas em diversos pontos do País"[148]. Em 1969, a nova *missão* a cargo dos militares seria "A aventura da ocupação da Amazônia", de vencer o "[...] isolamento das fronteiras do extremo norte"' e "abrir estradas na floresta"[149].

No território de Rondônia, o 5º Batalhão de Engenharia e Construção trabalhava pesado em três frentes de estradas que chegariam a Porto Velho, na tarefa de substituir o modal ferroviário pelo rodoviário:

> 5° Batalhão de Engenharia de Construção — tem a seu cargo a implantação e conservação das BR-364, 236 e 319, nos trechos que ligam Cuiabá a

[147] GUEDES, Talvani; MAMPRIN, Luigi. A outra face do exército. **Realidade**. Ago. nº 41, 1969, p. 141. Negrito presente na matéria.

[148] GUEDES, Talvani; MAMPRIN, Luigi. A outra face do exército. **Realidade**. Ago. nº 41, 1969, p. 148.

[149] REALIDADE. **A outra face do exército**. Ago. nº 41, 1969, p. 03.

> fronteira do Brasil com o Peru, com 2 843 quilômetros de extensão ou que vão Ahuna (MO) de Guajará-Mirim (RO) substituindo a ferrovia Madeira – Mamoré[150]

A descrição de uma região castigada pelas águas e cercada pela lama barrenta, que fechava, isolava os *colonos* em suas casas, dava a ver, buscava construir o retrato de uma área cerceada pela ausência de vasos comunicantes. As *marcas de enunciação* se manifestam ao aproximar o leitor de situações cotidianas, que evidenciavam como aquela gente era afetada, ora pela água das chuvas, ora pelo lamaçal que impossibilitava a circulação, mesmo dias depois do temporal. Num cenário desses, a força humana realizava o serviço que seria esperado das máquinas, dos tratores. O *efeito de sentido* parece claro: a demanda por estradas era urgente ali.

> O coronel veste uma capa de plástico e corre ao quartel, a 50 metros de sua casa. **Mengo**[151] quer ir também, o coronel não deixa. A chuva é forte, o barro desliza. O expediente já começou, mas só a rotina de despachos será atendida. Os colonos estão fechados em casa: os soldados, na caserna. A chuva parou Tabalinga mais uma vez.
> O Major Longo, subcomandante mobiliza os soldados para ajudarem na operação "trator na lama". O pessoal entra em forma, no único corredor do prédio. Cada soldado usa uma capa e botas de borracha compradas em Letícia: o coturno do Exército não resiste ao lamaçal.
> Antes que escureça, a chuva terá terminado. Mas, durante três dias, mesmo que não volte a chover, Tabatinga ficará imobilizada. A lama demora a secar, o solo impermeável conserva a água. O barro é escorregadio e preto. Ninguém sai de casa, com exceção dos 560 alunos do grupo escolar — filhos de oficiais, praças e civis —, porque para eles e para as dezessete professoras não importa se chove ou faz sol[152]

A demanda pela construção de rodovias atuava como o *outro* que buscava suplantar o *atraso*, a *solidão* e o reiterado *vazio amazônico*, menos pela ausência de vida humanas a habitá-lo, e mais pela carência de vidas humanas dispostas a *colonizar* o espaço segundo as premissas colocadas pelo estado, cujo o modelo de *ocupação* desejada tinha no horizonte o que se observara, antes, nas áreas litorâneas do país.

Este era, provavelmente, um dos motivos que levaram as narrativas dos *pioneiros* assumirem conotação épica e heroica, reatualizando e requerendo para si a tópica da *odisseia*, da viagem-aventura, do desprendimento que exige sofrimentos e sacrifícios... Até que, enfim,

---

[150] GUEDES, Talvani; MAMPRIN, Luigi. A outra face do exército. **Realidade**. Ago. nº 41, 1969, p. 148.

[151] O cão do coronel.

[152] Ibidem., p. 151. Negrito presente na matéria.

se fizessem gloriosos e, de longe, temporalmente, ao verem vencida a poeira e transpostas as intempéries, pudessem contemplar os grandes feitos, os louros da vitória[153].

A maneira como Talvani Guedes compôs, em *Realidade*, o enredo do texto *desbravamento* - a *outra face do Exército*, a respeito da construção de estradas em Porto Velho/RO, era bastante elucidativa da fórmula segundo a qual *no princípio tudo era verbo* e, depois, pela iniciativa destemida daqueles *pioneiros* aguerridos, do verbo-palavra fez-se a ação, a despeito das dificuldades e limitações de toda espécie:

> No comêço a vida foi muito mais dura: o Batalhão começou a abrir a estrada, mas seu pessoal não tinha nem onde morar, por falta de habitações em Pôrto Velho. Doze casas pré-fabricadas foram encomendadas em São Paulo, com urgência: chegaram oito meses depois. O Coronel Weber passou a morar numa casa na Estrada de Ferro Madeira — Mamoré, enquanto iniciava a construção do quartel, fora da cidade.
> Não eram poucas as missões do 5.° BEC, que tinha de construir 366 quilômetros de estrada de Pôrto Velho a Guajará-Mirim, para substituir a velha ferrovia Madeira — Mamoré: melhorar a BR-364, que vai de Cuiabá a Pôrto Velho, numa extensão de 1 520 quilômetros; nessa mesma estrada, abrir o trecho Abunã — Rio Branco — fronteira Brasil — Peru. Além de tudo isso, teria de construir cem casas em Cuiabá e trinta em Pôrto Velho, para o IPASE, ampliar os melhoramentos do sistema de abastecimento de água em Pôrto Velho e, ainda, administrar e manter em condições de tráfego a Madeira — Mamoré, até que a rodovia Pôrto Velho — Abunã fôsse construída e a antiga ferrovia pudesse ser desmontada.
> Foram tempos heróicos, vividos com emoção[154]

No princípio, quase nada se tinha além da *floresta bravia,* do *ambiente inóspito* e de gentes que fugiam aos anseios do projeto *colonizador*. Como uma página do Gênese, para retomar a metáfora cara a Euclides da Cunha – ao prefaciar o *Inferno verde* de Alberto Rangel[155] e ao remeter-se à Amazônia como espacialidade que estaria ainda na *infância* do mundo, por se fazer –, os *odisseus* do 5º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército teriam carregado a pesada responsabilidade de abrir as trilhas por onde deveria chegar o *progresso*.

Também ecoava a perspectiva euclidiana de que se encontrava ali uma *natureza* ainda em sua constituição inicial. No diálogo rápido e cordial travado entre o repórter José Hamilton Almeida – narrado por este – e uma funcionária do Telégrafo em Vila de Rondônia (hoje Ji-

[153] Partes dessas narrativas serão cotejadas nos três próximos capítulos.

[154] GUEDES, Talvani; MAMPRIN, Luigi. A outra face do exército. **Realidade**. Ago. nº 41, 1969, p.151.

[155] CUNHA, Euclides [1905-1909]. **Um paraíso perdido**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009, p. 25.

Paraná), um dos municípios erigidos às margens da BR-364, a Acre-Brasília, que atravessava a espacialidade rondoniense:

> - Quando êsse telegrama vai chegar a São Paulo?
> - Daqui a dez ou quinze dias.
> - Isso aqui é o fim do mundo!
> - Engano seu, o fim do mundo é muito bom, tem até bomba atômica. Aqui é o princípio, quando só havia trevas[156]

O caso "causo" também reafirmava a perspectiva do *isolamento* e das dificuldades enfrentadas à circulação de correspondências, notícias, ideias, pessoas, automóveis... As *marcas de enunciação* reiteravam o lugar ocupado pela rodovia para vencer, suplantar a *solidão amazônica*.

O *imaginário* do *vazio* era, em larga medida, uma reatualização da *missão civilizadora* e da perspectiva da *modernidade* que deixava, em suas premissas, oculta a *colonialidade*. As *marcas de enunciação,* fartamente repetidas quando se tratavam de políticas direcionadas à Amazônia, mostravam-se evidentes a esse respeito. Para identificar parte dessas *marcas*, uma estratégia possível consiste em atentar para os verbos de comando que lhes acompanhavam e serviam de justificativa: *colonizar*, *integrar*, *dominar*, *civilizar*, *desenvolver*, *modernizar*.

Indígenas, populações ribeirinhas e *povos da floresta* (seringueiros), entre outros, eram as gentes não contabilizadas como brasileiros efetivos. Essas gentes, conforme a percepção corrente, eram também *vazias*, até que fossem *integradas* à cadeia produtiva que interessava, conforme as premissas do saber e do poder político vigentes na época.

Outro aspecto relevante é o fato dessas ações serem levadas a termo, tendo em vista mais os brasileiros *exteriores* que *interiores* à Amazônia. Projetavam-se, portanto, as políticas públicas para essa espacialidade em função dos benefícios que trariam aos brasileiros de outras regiões, e ao país situado além das fronteiras amazônicas. *Integrar* a região, significava dizer e reconhecer que ela estaria, ainda, situada à margem da nação.

Cerca de um ano depois, em julho de 1970, a edição nº 96 de *Veja* reiterava a centralidade que as estradas continuavam a ocupar naquele contexto. Era necessário que se construíssem os caminhos que *integrassem, levassem à Amazônia.* Assinada por Ismar Cardona Machado e intitulada *Terra da promissão*, a matéria destacava a centralidade das estradas à concretização da *promessa* de *desenvolvimento* da região, embora continuassem lembradas mais pela ausência, do que pela sua presença.

---

[156] REALIDADE. **Amazônia**. Out. nº 67, 1971, p. 104.

A reportagem começava por citar vários *imaginários* projetados sobre a Amazônia no decorrer dos tempos. Transitava do mítico *Eldorado* à *profecia* de Humboldt para quem, num futuro distante, a região seria o *celeiro do mundo*. Assim, não era sem motivos que aquela espacialidade era enunciada por *Veja* como

> **O caminho da esperança –** Através dos séculos, a Amazônia foi considerada simultaneamente Inferno e Paraíso Verde. Os confederados da Guerra de Secessão pensaram em ocupá-la. O Hudson Institute pensou em inundá-la. Henry Ford tentou transformá-la em celeiro da borracha que daria pneus aos seus carros. Enquanto isso, "o colosso amazônico" continuava marginalizado do progresso brasileiro[157]

O percurso construído pelo repórter transitava entre o *paraíso perdido* de Euclides da Cunha[158] e o *inferno verde* de Alberto Rangel[159]. Escrita cerca de seis décadas depois das impressões deixadas pelos engenheiros-literatos, a cursiva de Ismar Cadona Machado incorporava demandas que apontavam para anseios e projeções ainda irrealizados. Incluía, por exemplo, a posição categórica do governador Francisco Xavier de Mendonça sobre a extrema miséria que castigava a Amazônia, expressada há dois séculos passados, ao escrever à Lisboa.

Ao se movimentar entre percepções passadas e situações do presente, Ismar Cadona Machado explorava os *efeitos de sentido* almejados como para indicar que, depois de dois séculos, o problema mencionado por Francisco Xavier de Mendonça continuava sem solução. A esta altura, o repórter incluía o lamento de Ronaldo Franco de Sá Bonfim, segundo diretor de planejamento da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia/SUDAM que, em 1968, a "apenas" dois anos de sua escritura, confirmara que parte das dificuldades enfrentadas no período colonial continuavam vigentes, pois a despeito de todo o potencial agrícola, os habitantes da região ainda importavam metade dos alimentos de que necessitavam.

Depois de fazer o inventário das carências e dificuldades, o repórter assumia a função do *agrimensor* e apresentava em números o tamanho do desafio a ser vencido. A síntese dos cálculos projetava, de um lado, a *imensidão* territorial que constituía a Amazônia e, por outro, denunciava o *isolamento* que a castigava à condição de *vazio demográfico*, pois "Ocupando 42% do território brasileiro (4,8 milhões de km^2) e habitada por apenas 3,67% da população

---

[157] MACHADO, Ismar Cardona. A terra da promissão. **Veja**, jul. nº 96, 1970, p. 21-22. Negrito presente na matéria.

[158] CUNHA, Euclides [1905-1909]. **Um paraíso perdido**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

[159] RANGEL, Alberto. **Inferno Verde**: cenas e cenários do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2008.

brasileira"[160], se continuasse na mesma toada, de *promissora*, conforme sugeria o título da matéria, aquela continuaria castigada à *desolação*. Contudo, haviam esperanças e estas estavam depositadas na atuação do Exército:

> *Numa das cinco salas do 5º Batalhão de Engenharia de Construção, em Pôrto Velho, os estagiários da Escola Superior de Guerra assistem à exibição de um pequeno filme sôbre a história da tropa nos últimos quatro anos. Enquanto se sucedem as imagens de soldados na selva abrindo picadas, a voz pausada do narrador explica: "Não temos tanques, temos tratores. Não temos carros de combate, temos caminhões. Não temos fuzis, temos picaretas". Desde 1966, quando foi formado, com base no voluntariado de oficiais e sargentos do Rio, o 5º BEC abriu centenas de estradas dentro da selva amazônica e ligou o território de Rondônia à região centro-sul, consolidando a BR-364. O preço dêsse combate foram dezoito soldados que morreram de hepatite, febre negra ou malária.*
> *Para o comandante do Batalhão, o Coronel Aluysio Weber, 45, "na Amazônia, para vencer a selva, nós não seguimos as regras do jôgo, mas as criamos". Gaúcho, de São Sebastião do Cai, o coronel Weber está convencido de que "a selva deu provas de que pode ser dobrada e conquistada pelo homem desde que se coloque mística em nosso trabalho*[161].

A difícil e festejada ação do Exército visava suplantar o *problema* da *integração*. A ausência de *vasos comunicantes* precisava ser enfrentada, vencida, e *Veja* acompanhava e *propagava* ações do governo federal no intuito de promover o ordenamento territorial e a redistribuição populacional no país.

Além da reiterada fé no *progresso*, talvez os repórteres e editores da revista acreditassem que, ao menos enquanto a lendária cidade do *Eldorado* não era localizada, as previsões de Humboldt, de que a Amazônia seria o *celeiro do mundo*, poderiam se tornar um fato. Para tanto, urgia que se abrissem estradas para *integrar* e *civilizar* o espaço.

A edição nº 67 de *Realidade*, de outubro de 1971, também destacava, em momentos diversos, a importância que teriam as rodovias na Amazônia. Esta perspectiva estava na entrevista do ministro dos Transportes, Mário Andreazza, que se mostrava enfático na defesa do projeto de *integração* em curso, sob responsabilidade de sua pasta:

> A Belém–Brasília é um exemplo típico de que se deve abrir estradas em regiões desertas, mesmo quando é inexistente ou precária a infra-estrutura econômica. Em dez anos mudou muito o panorama do planalto goiano e da floresta amazônica ao longo dos 2 123 km da Belém–Brasília. Um exemplo: em 1960, a população da região, excluídas as cidades de Brasília, Anápolis e Belém, era de 100 000 habitantes; em 1970, já tinha atingido 2 milhões de pessoas. Eram dez as cidades e os povoados; hoje são 120. O rebanho

[160] MACHADO, Ismar Cardona. A terra da promissão. **Veja**, jul. nº 96, 1970, p. 21.

[161] Ibidem, p. 22. Itálico presente na matéria.

> bovino, antes inexistente, atingiu no ano passado um número expressivo: 5 milhões de reses. As chamadas estradas vicinais (pequenas ligações que fazem a conexão com as rodovias principais), que há dez anos não existiam, hoje atingem 2 300 km de extensão. Estamos seguros de que, com a construção da Transamazônica, e dos outros grandes projetos rodoviários previstos para a região, acontecerá o mesmo"[162]

Na reportagem *Amazônia, hoje*, na mesma edição de *Realidade* que reiterava a importância das estradas para a *integração*, noticiando cinco delas, lemos:

> **Estradas: cinco como a Transamazônica**
> No começo do ano passado, Friedrich Hoepke, um desses estrangeiros extraordinários que se apaixonaram pela Amazônia, deixou Belém para morrer em sua terra natal, a Alemanha. Nas gavetas de sua repartição — o Departamento de Estradas de Rodagem do Pará —, deixou uma idéia que alguns amigos achavam "interessante": uma estrada para unir os extremos navegáveis dos grandes afluentes da margem direita do Amazonas. O velho Fred, de ar prussiano e aguados olhos azuis e que no fim da vida só falava em colonização da Amazônia, morreu em maio de 1970. Um mês depois, o governo brasileiro anunciaria a realização de sua proposta e a chamaria de Transamazônica. A extensa rodovia une — como Friedrich propôs — os trechos navegáveis de grandes afluentes do Amazonas. Une ainda o nordeste seco e superpovoado à Amazônia úmida e desabitada. Ê, por isso, uma espécie de convite para a colonização da selva (como Fred também sonhava). Mas é apenas uma de seis em construção ou já projetadas. São 12 000 quilômetros [...] de estradas, que multiplicarão a atual extensão da rede rodoviária do norte por quatro e tirarão do isolamento cidades que vivem separadas por terra do resto do país (como Manaus, Macapá, Boa Vista)[163]

E no estilo situado entre o jornalismo e a crônica literária, em conformidade com a proposta editorial e a estratégia narrativa da revista, o periódico evidenciava situações cotidianas, marcadas pelo universo de transformações, possibilitadas pela abertura daquelas trilhas em meio à *selva*. O caso "causo" da primeira noiva da Transamazônica era exemplar:

> Os primeiros noivos: Maria de Fátima, dezessete anos, e José Aquino, 28. As outras filhas de José Curioso sentem o que talvez seja o maior problema inicial de todos os pioneiros da Amazônia: o isolamento da nova terra e saudades da terra antiga. Saíram de um mundo pobre, mas cheio de gente e festas como o nordeste, e agora vivem pràticamente na selva. Mas Maria de Fátima estava feliz. É a primeira noiva da Transamazônica e vai casar em dezembro. Aquino, ex-garimpeiro de ouro no Tapajós e de cassiterita em Rondônia, era tratorista da Transamazônica, perto da casa de seu Curioso. Um dia, Maria arrancou a unha de um dedo na máquina de moer carne. Aquino a levou de trator pelos 50 quilômetros de estrada semi-aberta, até o

[162] ANDREAZZA, Mário. Entrevista. **Realidade**, out. nº 67, 1971, p. 12.

[163] REALIDADE. **Amazônia**. Out. nº 67, 1971, p. 126. Negrito presente na matéria.

> hospital de Altamira. Perdeu o emprego. Mas ganhou a noiva e agora trabalha para o INCRA, construindo casas para os novos colonos[164]

Em setembro de 1977, quando o nº 492 de *Veja* trouxe a reportagem *E a terra era um sonho,* uma das estratégias de Oswaldo Amorim para compor o texto foi citar as tantas tentativas inconclusas de *ocupação*, que teriam antecedido a nova empreitada, tornada notícia pela revista. A chamada da matéria indicava que a *mata selvagem* continuava posta como inimigo a ser abatido, mas a despeito dela, os *colonos do sul* a tornaram uma terra na qual depositara seus sonhos: "Cercados pela mata selvagem, colonos do sul insistem no sonho irrealizável: o da riqueza em Rondônia"[165].

Para dimensionar o tamanho do desafio e os sacrifícios que ele exigia, Oswaldo Amorim elaborara um histórico no qual citava momentos anteriores àquele que então se observava, marcado pelo intenso deslocamento de migrantes em direção a Rondônia.

O primeiro momento ter-se-ia dado, ainda, quando o território se chamava Guaporé, por volta da década de 1940, e estaria relacionado à exploração de látex e castanha-do-pará; o segundo se associaria à exploração do minério de cassiterita. O terceiro, no governo de Juscelino Kubitschek, ter-se-ia observado com a construção da BR-29, depois tornada BR-364, ligando Cuiabá à Porto Velho.

No entanto, segundo *Veja*, apesar das tentativas anteriores, esses fluxos teriam sido esporádicos e "[...] a aceleração desse processo só viria a ocorrer no início da década, quando o governo federal instituiu o Plano de Integração Nacional, dedicado a conquista da Amazônia"[166].

Ao que parece, ao menos em Rondônia, a atração de *colonos* tinha superado as expectativas do governo. O problema deixou de ser o baixo coeficiente demográfico e se tornou a chegada de contingente cada vez mais expressivo de migrantes à procura de realizar o *sonho da terra.*

> A oferta de terra fértil a preços irrisórios – e às vezes de graça – levou à região uma verdadeira romaria de colonos de outros Estados. A incapacidade do INCRA de absorver as famílias que, nesse período, duplicaram a população do território, fez com que o governo iniciasse um processo inverso, para desestimular a migração[167]

---

[164] REALIDADE. **Amazônia**. Out. nº 67, 1971, p. 126.

[165] AMORIM, Oswaldo; SANTILLI, Marcos. E a terra era um sonho. **Veja**, set. nº 472, 1977, p. 52.

[166] Ibidem, loc. cit.

[167] Ibidem, loc. cit.

Veja, que há sete anos, em 1970, tinha noticiado que aquela era a *terra da promissão*[168], apresentava as dificuldades enfrentadas pelo INCRA no assentamento dos colonos, posto que a demanda aumentara além da estrutura pensada e montada inicialmente por aquele Instituto. Em entrevista à *Veja*, o coronel da reserva Humberto da Silva Guedes, governador do território, estimava que cerca de 100 famílias migravam para Rondônia todo mês.

A revista se colocava novamente na linha de frente, agora não mais para *propagar* o sonho do acesso à terra ou divulgá-la, como lugar de *promissão*. A reportagem, dessa vez, tinha ido a Rondônia para tratar dos problemas e limitações enfrentados pelos colonos e, assim, dissuadir, desencorajar novas famílias a migrarem.

Se antes o *vazio demográfico* era a justificativa para atrair pessoas à região, naquele momento Rondônia se via "[...] *tomada por milhares de colonos frustrados – e por problemas de abastecimento, saúde, de educação, de segurança, de transporte, em todo caso sobrepujados pelo maior deles, o da fome da terra"*[169]. A respeito a este último, informava-se que o tempo de espera por um lote chegava a dois anos.

A paisagem era apresentada pela revista como um misto de *atoleiros* e *mata selvagem*. Não por acaso, a matéria contava com o repórter fotográfico[170] Marcos Santilli, responsável por ilustrar e dar a ver a *veracidade* do relato. Dessa forma, qualquer leitor poderia realizar a operação da *autópsia* (HARTOG, [1980] 2014; [2005] 2013), qual seja, confirmar, pelo olhar, aquilo que contava o repórter Oswaldo Amorim (Figura 1): "*Em meio à* mata selvagem*, os atoleiros impediam a circulação de automóveis e tornavam as estradas, sem recapeamento,* intransitáveis"[171].

---

[168] MACHADO, Ismar Cardona. A terra da promissão. **Veja**, jul. nº 96, 1970, p. 21-23.

[169] AMORIM, Oswaldo; SANTILLI, Marcos. E a terra era um sonho. **Veja**, set. nº 472, 1977, p. 52. Itálico presente na matéria.

[170] Enquanto as matérias de *Realidade* envolviam geralmente dois repórteres, um de texto e outro fotográfico, as reportagens de *Veja* geralmente eram assinadas por somente um jornalista.

[171] AMORIM, Oswaldo; SANTILLI, Marcos. E a terra era um sonho. **Veja**, set. nº 472, 1977, p. 56.

Figura 1 – Homens tentam desatolar automóvel em estrada afetada pelas chuvas

Fonte: AMORIM, O.; SANTILLI, M., 1977, p. 52.

O *efeito de sentido* buscado pela reportagem parece indicar que já não bastava a abertura de estradas. Se elas não fossem asfaltadas, numa região onde chove em média seis meses ao ano, logo estariam *intransitáveis*, e o trabalho de derrubada da *mata selvagem* para abrir caminhos seria ainda insuficiente para retirá-la do isolamento. Com o clima marcado por seis meses de chuvas, as estradas ficavam intransitáveis, o que dificultava a circulação de pessoas e mercadorias, comprometendo o abastecimento de produtos básicos à sobrevivência, os encarecendo.

Ao inventário das carências (faltava acesso à educação, saúde e segurança), o governador adensava outro elemento a cercear o *progresso* de Rondônia: a condição de território, que limitava a sua autonomia política e administrativa. Ou seja, por estar vinculado estritamente a decisões do governo federal, o argumento do coronel era o de que, sem dispor de autonomia política e administrativa, como ocorria com os demais estados da federação, o território teria limitada margem de manobra para atender às demandas crescentes de uma população maior a cada semana. A matéria menciona, ainda, a produção de livreto desencorajando o migrante:

> Reforçando a campanha, foi editado pelo Ministério do Interior um livreto para ser distribuído nos municípios que até agora têm sido os maiores fornecedores de contingentes de migrantes para o território. O folheto, escrito em linguagem clara, é um jato de água fria no entusiasmo dos que ainda vêem em Rondônia um eldorado a ser desbravado em troca do enriquecimento dos exploradores: “Já existem em Rondônia milhares de

> famílias esperando terras, e a maioria delas não pôde ainda sequer fazer uma inscrição no INCRA, não tendo, portanto, certeza de que conseguirá terra", explica o livreto. E deixa claro também que os serviços e equipamentos públicos tornaram-se insuficientes para atender a toda a população. Nem mesmo o número total de habitantes do território é conhecido com segurança. O senso de 1970 apurou a existência de 116 620 habitantes em Rondônia, número que é hoje contestado pela Secretaria de Planejamento do território – esta assegura que hoje vivem lá cerca de 450 000 pessoas[172]

A revista seguia a indicar os alertas, presentes no *livreto,* de que o *sonho da terra*, em Rondônia, haveria chegado ao fim. Deslocar-se até ela era um risco sem sentido, pois além da ausência de qualquer garantia de que receberia um lote de terras, ou de quanto tempo levaria até que fosse assentado, o *colono,* sem trabalho, sem outras perspectivas e exposto aos *problemas gerados pela adaptação ao clima amazônico*, colocaria em risco a própria existência:

> Para que não paire dúvidas de que o sonho rondoniense chegou ao fim, o governo relata aos candidatos a uma gleba de terra, através, do livreto, os problemas judiciais a que está sujeito quem ocupa a terra alheia ou mesmo quem compre terras em situação irregular, e termina com uma advertência clara quanto aos riscos a que estão sujeitos os que forem viver lá: as doenças: "Os problemas gerados pela falta de adaptação ao clima amazônico e pela falta de alimentação adequada", alerta o texto, "têm gerado o aparecimento de doenças como a malária, a gastrenterite e verminoses entre a população migrante[173]

A cartilha, segundo a matéria, evidenciava o que pareciam situações rotineiras naquela espacialidade, a exemplo da *ocupação de terras alheias* ou da sua aquisição irregular. Contudo, os apelos *patéticos* do governo, conforme classificava a revista, não continham o fluxo migratório, mesmo que a tendência fosse a redução paulatina da chegada de novas famílias.

A presença de terras agricultu̇ráveis e, sobretudo, a BR-364, potencializavam o deslocamento de grande contingente populacional que se fixava nas proximidades da rodovia e criava núcleos de povoamento, o que, em larga medida, atendia aos anseios do estado quando da instituição do Programa de Integração Nacional/PIN, no início da década de 1970, a exemplo do que acentuava o ministro Mário Andreazza, em entrevista à *Realidade,* em outubro de 1971, conforme explicitado.

---

[172] AMORIM, Oswaldo; SANTILLI, Marcos. E a terra era um sonho. **Veja**, set. nº 472, 1977, p. 56.

[173] Ibidem, p. 58.

Assim, a despeito dos *problemas* noticiados por *Veja*, dava-se a ver que as estratégias do governo para vencer o *vazio amazônico* – das quais ela e *Realidade* foram grandes divulgadoras, como temos evidenciado – tinham atingido os objetivos pretendidos, ao menos no que dizia respeito a Rondônia. E nesse percurso, a BR-364, tal qual planejada pelos agentes do estado, tinha semeado, ao longo de suas margens, o *povoamento* que tanto se reclamava.

> Apelos tão patéticos, no entanto, têm sido insuficientes para conter totalmente a chegada de novas caravanas – embora o número de migrantes tenda a diminuir. A base do processo de ocupação de Rondônia certamente é a vasta área de terras agricultáveis do território, recoberto pela imensa selva amazônica, rica em madeira nobres, como o mogno e cerejeira. Mas a grande força indutora do processo é, sem dúvida, a Rodovia BR-364, ou apenas *bê-erre*, como a chamam os colonos – um extenso eixo de penetração que corta Rondônia em 800 quilômetros, desde sua fronteira com o Mato Grosso até as imediações do Amazonas. E foi às suas margens que surgiram ou floresceram vilas, algumas delas hoje com porte e aparência de pequenas cidades, e que servem de ponto de apoio para os avanços em direção ao interior. Cada estradinha nascida a partir da rodovia principal tornou-se, em pouco tempo, um irradiador de desenvolvimento[174]

Se, por um lado, o governo recuava e ponderava na tentativa de controlar e reduzir a migração ao território, por outro, a perspectiva do *vazio demográfico* continuava a ser afirmada, e a ela se recorria no sentido de indicar a premência e a importância de continuar a obra *civilizadora*. Era o que defendia o goiano Jerônimo Santana, advogado, residente em Rondônia desde 1965 e deputado federal[175] pelo território, desde 1971:

> Crítico implacável da política de migração que hoje envolve seu território, ele atribui a culpa pela atual situação "à euforia do tempo da Transamazônica". Segundo Santana, o INCRA chegou a "levar colonos de Boeing para a Amazônia" e agora não tem razões para se queixar da situação criada. Para ele, a questão se resume à "ausência de uma reforma agrária no Brasil, fato que já está fartamente denunciado na CPI do Sistema Fundiário, na Câmara dos Deputados". Contudo, Santana combate também a política de desestímulo à migração para Rondônia: "Por que o governo insiste em considerar a migração como um problema?", indagava ele a VEJA. "Ela é salutar, por estar ocupando uma das regiões mais desabitadas do mundo", conclui.
> O deputado lembra que Rondônia foi criado como território exatamente para que fosse povoado. "Não se criou um território para que ele permanecesse vazio", insistiu[176]

---

[174] AMORIM, Oswaldo; SANTILLI, Marcos. E a terra era um sonho. **Veja**, set. nº 472, 1977, p. 58.

[175] Deputado pelo Movimento Democrático Brasileiro e época, oposição ao governo.

[176] VEJA. **E a terra era um sonho**. Set. nº 472, 1977, p. 58.

A reportagem de *Veja,* cujas *marcas de enunciação* situavam no passado o sonho pela terra, concluía demonstrando, ao menos num aspecto, as posições convergentes em relação ao futuro entre posição e oposição naquele território: era a expectativa de que Rondônia fosse tornada estado, o que por interesses variados, e nesse caso nem sempre convergentes, movia projetos e ações tanto de governistas quanto de oposicionistas.

A campanha para tornar Rondônia uma *'nova estrela no céu da união'* tinha começado, e com ela se intensificara o pleito por melhoras na malha viária. Depois da luta para abrir picadas em meio à *floresta bravia* e construir estradas, buscava-se seu recapeamento, de maneira que motoristas, passageiros e transeuntes se vissem *livres da lama*[177].

O repórter Hélio Teixeira narrava, nas páginas de *Veja,* a nova *odisseia* em direção ao *oeste.* Tratava-se do asfaltamento dos 1.900 Km da BR-364 que atravessava Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Acre. Com a iniciativa, o general-presidente João Figueiredo desejava interligar, por rodovia asfaltada, todos os estados brasileiros.

Hélio Teixeira, responsável pela matéria, acentuava que o asfaltamento da BR-364 levaria a termo um *casamento raro* entre os planos oficias do governo e o país real, numa clara adesão à proposta que evidenciava as estreitas relações entre imprensa e poder político, e a perspectiva da *integração*:

> A disposição do governo de levar o asfalto ao extremo oeste corrigirá algumas manifestações de miopia registradas no passado. Nos anos 50, quando o governo Juscelino Kubitscheck imaginou uma corrida para o Planalto Central, aguçou-se a migração de nordestinos para São Paulo. Nos anos 70, a rodovia Transamazônica absorveu recursos preciosos enquanto milhares de lavradores do Sul começavam a rumar para o Mato Grosso. Com a atual escalada de migração para Rondônia e Acre, os anos 80 poderão marcar, finalmente, um raro casamento entre os planos oficiais e o país real[178]

Na época, a obra fora definida por Eliseu Resende, então ministro dos Transportes, como *a mais estratégica entre* todas, cuja execução estava sob a responsabilidade de sua pasta. Wando Pereira Borges, secretário geral deste ministério, completava tal raciocínio,

[177] TEIXEIRA, Hélio. O oeste livre da lama. **Veja**, Abr. nº 711, 1982, p. 52-54. Itálicos presentes na matéria.

[178] Ibidem, p. 54.

concebendo-a como *altamente política*, porque *consolidaria a integração*[179] não apenas da Amazônia, mas do continente, abrindo caminho ao atlântico, à Bolívia, e ao Peru.

Pouco mais de dois anos passados, em setembro de 1984, Cláudio Kuck assinava a matéria *O Oeste mais perto*, para o número 837 de *Veja*. No *lead*, a perspectiva da *integração* era reiterada e as notícias de uma região condenada à *solidão*, ao isolamento entre rios e florestas, cedia lugar à comemoração da "[...] *nova BR-364* [que] *integra*[va] *Mato Grosso e Rondônia ao resto do país*"[180].

Em seguida, o repórter *rapsodo* e *agrimensor* (HARTOG [1980] 2014) contava e enumerava eventos que davam a ver um mundo em transformação. O tempo preguiçoso, arrastado, monótono que marcava a vida na *floresta selvagem*, fora tragado pela movimentação e circulação intensas, possibilitadas pelas estradas:

> No universo da Rodovia Cuiabá-Porto Velho, a legendária BR-364, um dia nunca é como outro – a marcha para o Oeste atropelou a possibilidade de rotina, e em nenhum outro lugar do país a paisagem e a vida se modificam tão velozmente. A cada 24 horas, 300 forasteiros avançaram pelos 1 442 quilômetros da estrada, setenta casas foram concluídas nas cidades às suas margens, um novo posto de gasolina tomou forma, uma escola ficou pronta. Na quinta-feira passada, esse organismo carregado de energia, habitado por 500 000 brasileiros, afinal teve desobstruída sua principal artéria, com a conclusão do asfaltamento da rodovia que liga as capitais do Mato Grosso e Rondônia, denominada oficialmente de Rodovia Marechal Rondon. Sepultados pelo asfalto os imensos atoleiros que acentuavam a dramaticidade da caminhada rumo ao Oeste, o ritmo de ocupação daquela fronteira – onde nos últimos cinco anos, se tem registrado um dos maiores movimentos migratórios do planeta – será muito mais intenso[181]

Agora, *um dia nunca é como outro*. A monotonia da *selva* cedia lugar à tão reclamada movimentação da *modernidade*. A *selvageria* da antiga *floresta indômita*, enfim, daria vez e lugar à *civilização* do asfalto, seria cortada pela velocidade dos automóveis, pela mobilidade do mundo moderno.

Há quase oito décadas passadas, a rodovia seguia o trajeto e reatualizava o projeto liderado pelo marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, quando chantou, junto com a equipe que liderava, os postes que sustentavam as linhas telegráficas, cujo objetivo era *integrar* aquela área, ainda por *civilizar*, ao restante do país.

---

[179] TEIXEIRA, Hélio. O oeste livre da lama. **Veja**, Abr. nº 711, 1982, p. 52-54.

[180] KUCK, Cláudio. O Oeste mais perto. **Veja**, set. nº 837, 1984, p. 88. Os itálicos são da matéria, os destaques entre colchetes, nossos.

[181] Ibidem, loc. cit.

Ao nomear a rodovia em homenagem a Rondon, indicava-se a conclusão de mais uma etapa, de um projeto constantemente renovado, uma *marcha* cujo final parece fadado a não ser atingido: *desenvolver*, levar o *progresso*, expandir a *fronteira oeste*, *integrar* a Amazônia, *domar a natureza*, torná-la *produtiva*, vencer o *vazio demográfico*.

O que motivara a reportagem de Cláudio Kuck foi o evento da cerimônia de (re) inauguração da rodovia 364, agora asfaltada. Segundo informava, premidos pela agenda, o presidente João Figueiredo e o deputado federal Paulo Maluf percorreram de avião o trecho entre Cuiabá/MT e Porto Velho/RO, coberto pela estrada que inauguraram. Não puderam, assim, contemplar de perto o *espetáculo* da obra construída pelo governo federal que *integrava* espacialidade ao *Brasil moderno.* Se tivessem feito o percurso em automóvel

> Veriam, por exemplo, boiadas cruzando o asfalto em sentido contrário aos caminhões carregados de soja, uma das marcas registradas dessa rodovia pavimentada em pouco mais de 1 000 dias, a um custo de 660 bilhões de cruzeiros. A BR-364 também oferece hoje um passeio completo pelo Oeste Brasileiro. Às suas margens desfilam plantações de arroz, feijão, milho, banana, soja e café, ou empoeirados vilarejos de uma única rua, réplicas tropicais dos velhos povoados do oeste americano. Índios oferecendo peças de artesanato misturam-se a garimpeiros em busca de ricas jazidas de ouro e cassiterita da região [...]. Sobretudo, circulam pela BR-364 muitos migrantes à caça do futuro[182]

Do general-presidente que não pôde contemplar toda a extensão da obra realizada – o que, por sinal, a revista se incumbiu de sintetizar para ele e para os leitores – à história de migrantes, que tiveram a vida transformada pela rodovia, do governo aos governados, *Veja* buscava apresentar uma visão panorâmica da obra em curso.

Seguindo essa estratégia narrativa, a revista conta a trajetória de Francisco Nunes dos Santos. Este havia percorrido, num caminhão velho, o curso da BR-364 acompanhado da esposa, três filhos e os pertences (móveis e animais domésticos), para tentar a sorte em Rondônia. Oriundo de Paraíso do Norte, no Paraná, Santos vendera por 35 milhões de cruzeiros os 10 hectares que possuía, e comprou na cidade Jaru/RO, 160 hectares por 10 milhões. "Agora, com mais capital e mais terra, certamente terei sorte neste paraíso", acreditava Santos. A região não é exatamente um paraíso", ponderava o repórter, "[...] mas proliferam histórias de sucesso entre os pioneiros do Oeste"[183]:

---

[182] KUCK, Cláudio. O Oeste mais perto. **Veja**, set. nº 837, 1984, p. 88.

[183] Ibidem, p. 89.

> A fundação da cidade de Cacoal é uma dessas aventuras. Em 1972, dezessete famílias do Paraná viajaram a bordo de quatro caminhões quando atoleiro em que a estrada havia se transformado tornou impossível seguir adiante. Os forasteiros decidiram, então, acampar ali mesmo, no meio do mato – e a cidade começou a nascer. Seus habitantes recordam que, ainda no final da década de 70, não era difícil uma reunião em família ser interrompida por procissões de formigas vermelhas que atravessavam as casas. Aos 12 anos, Cacoal tem 60 000 habitantes é a campeã em arrecadação de ICM no Estado de Rondônia e acolhe 5 000 novos moradores a cada semana[184]

A riqueza, contudo, não visitava a todos, reconhecia Cláudio Kuck. Mas segundo ele, os *pioneiros* preferiam contar histórias cujos *finais* eram bem-sucedidos. De preferência, marcadas pelo relato de muita luta e dificuldades entre o início e o meio, até serem encaminhadas ao desfecho feliz. A fundação da cidade de Cacoal/RO citada acima, edificada no curso da BR-364, era apresentada como uma dessas *aventuras* que reiteravam a persistência e a fé no *progresso*.

2.4. A formação do estado de Rondônia: a *natureza* fora, enfim, *domada*?

Entre os anos finais da década de 1960 e início dos anos 1980[185], matérias de cunho informativo[186] nas revistas *Realidade e Veja* mapeavam, cartografavam, circunscreviam o processo de ocupação da Amazônia, de *civilização do espaço*. Inserida na trajetória de intensificação da *colonização* do território, em premente diálogo com o cenário político da época[187], começou-se a discutir, a partir de meados da década de 1970, a proposta de criar novos entes federativos no país.

---

[184] KUCK, Cláudio. O Oeste mais perto. **Veja**, set. nº 837, 1984, p. 89-90.

[185] Este último tópico concentra somente reportagens de *Veja*, posto que *Realidade* deixou de circular em 1976.

[186] Citam-se aqui apenas aquelas que tratam mais diretamente da temática. Há, ainda, matérias curtas, notas, referências cruzadas em outras reportagens, editoriais etc. que serão perscrutados no decorrer da investigação. Essas matérias divulgam ao mesmo tempo em que dão conhecer sobre a empreitada movimentando, com isso, medos, receios, projeções, sonhos.

[187] A proposta de criar novos entes federativos, sobretudo na Amazônia, já era aventada desde meados da década de 1970 pelo governo militar e ganhou força, com vistas a ampliar a base de apoio no congresso e fortalecer o Partido Democrático Social/PDS, quando o embate político prenunciava o fim do modelo bipartidarista vigente desde o Ato Institucional 02 (AI-2), cujos representantes eram a Aliança Renovadora Nacional/ARENA e o Movimento Democrático Brasileiro/MDB. Em Rondônia, a proposta foi incorporada pelo Coronel Humberto Guedes, vinculado à chamada "linha dura", que governara este território no período entre 20 de maio de1975 a 02 de abril de1979, quando foi substituído pelo Cel. Jorge Teixeira de Oliveira, por decisão do Presidente da República João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985).

No caso de Rondônia, a campanha fora iniciada em 1974[188], com vistas à mudança do estatuto político do então território federal para estado. O êxito almejado foi obtido em 22 de dezembro de 1981, data em que o Congresso Nacional aprovou a Lei Complementar nº 041[189], que tornava Rondônia o vigésimo terceiro estado da federação e criava a *mais nova estrela da União,* como ficou bastante conhecido o que viria a ser o estado nas propagandas e noticiosos. Estes informavam e convidavam os brasileiros, de lugares diversos, a tomarem parte na empreitada pela construção de um novo país, projeto que ocupava as páginas de *Realidade* e *Veja*, havia pelo menos dez anos.

Um pouco antes da alteração do regime político-administrativo de Rondônia, que deixaria de ser território federal e passaria a estado, a edição 625 de *Veja*, de 27 de agosto, trazia sugestivo título *O faroeste brasileiro* da reportagem de Jomar Morais, na qual se estabelecia aproximação entre a *corrida colonizadora* na Amazônia e a *expansão para oeste*, ocorrida nos Estados Unidos, entre 1840 e 1890.

A sentença era clara: apesar das dificuldades, aquela continuava a ser vista como a *terra da esperança*: "Na marcha sobre Rondônia, milhares de migrantes empurrados pela esperança enfrentam os perigos em busca de terras virgens"[190]. Então, se dava a ver, a imagem da *natureza*, *domada* pela ação humana. Em *marcha acelerada,* a floresta cedia lugar ao *progresso* (Figura 2).

[188] Segundo Amizael Gomes da Silva, na campanha de 1978 para deputado, o pleito pela emancipação estadual foi comum tantos aos candidatos da Arena quanto do MDB. E recua a demanda em quatro anos, quando em 1974, o candidato a deputado Rachid Jaudy, já adotara como *slogan* de campanha, a ideia de "Rondônia Estado", ainda que tal proposta estivesse naquele contexto, distante de tornar-se consenso. Sugere, ainda, que as reticências eram motivadas pelo receio que profissionais liberais tinham dos impostos e taxações, afinal, a iniciativa poderia incidir sobre as atividades por eles desempenhadas. Cf.: SILVA, Amizael Gomes da. **No rastro dos pioneiros**: um pouco da história rondoniana. Porto Velho: SEDUC, 1984, p. 140-141.

[189] O Decreto está disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp41.htm>. Acesso em 06 de janeiro de 2015.

[190] MORAIS, Jomar. O faroeste brasileiro. **Veja**, ago. nº 625, 1980, p. 58.

Figura 2 – Imagens da *luta civilizatória* travada pelo *colonizador*

Fonte: MORAIS, J., 1980, p.58.

Para complementar a imagem, Jomar Morais lança mão da estratégia da *agrimensura*. Apresentava números que mensuravam, realizavam o escrutínio, que colocavam o leitor a par da dimensão do processo em curso. Como se cumprisse uma profecia, a *mata bravia* era transformada pelo trabalho. Em que pesem as dificuldades e demandas a realizar, não era mais a *natureza que* domava o *homem*, como outrora reclamaram Euclides da Cunha e

Alberto Rangel[191]. Naquele momento, a situação se invertia, e a ação humana se interpunha e sobrepunha ao *meio*.

> Na hora do crepúsculo, dezenas de famílias carregando magras mudanças e um sonho comum invadem silenciosamente a estação rodoviária de Cascavel, a 500 quilômetros de Curitiba. Enquanto comem pedaços de queijo crioulo, os homens permanecem atentos ao fanhoso sistema de alto-falantes que logo vai chamá-los para a viagem rumo ao eldorado dos anos 80: o território de Rondônia. São 243 000 quilômetros quadrados na parte oeste do mapa do Brasil (4 000 a menos que São Paulo), suficientemente generosos para que neles caiba a esperança de milhares de migrantes. De janeiro de 1977 a julho deste ano, 250 000 mil brasileiros marcharam sobre Rondônia empurrados pela crença de que ali é possível enriquecer rapidamente[192]

O repórter-*agrimensor* explicita, também, os números que indicavam que a procura por terras superava oferta e comprometia o desempenho do INCRA em Rondônia. O *espaço* dito *vazio* era ocupado em velocidade fugidia ao controle dos agentes do estado:

> **MILAGRES NA SELVA** – Com o ar desolado, o delegado do INCRA exibe uma lista de 18 000 famílias que se candidataram aos lotes de terra que o INCRA distribui. Nos últimos dez anos, o instituto espalhou 26 000 famílias de colonos pelo território.
> É um bom ritmo, mas insuficiente para acompanhar uma incrivelmente acelerada marcha para oeste. Nestes dez anos, o número de propriedades rurais em Rondônia saltou de 7 000 para 55 000, alargando 1,7 milhão para 9 milhões de hectares a área ocupada do território.
> À procura de terras sem donos, os migrantes avançam pela floresta, rasgam picadas e abrem clareiras quem empurram a fronteira agrícola. Ji-Paraná, hoje com 200 000 habitantes, tinha menos de 1 000 em 1970[193]

Alvorada do Oeste. Cacoal. No curso da rodovia 364, pontilhavam novos povoados que logo ganhavam tamanho de cidade, com movimentação intensa e população crescente.

As histórias de empreendimentos que davam certo e estavam a alargar a *fronteira oeste* também contribuíam para reatualizar o *imaginário* do *eldorado.* As histórias de *progresso* e riquezas narradas por *Veja* evidenciavam, *marcas de enunciação*, enfim, que a *promissão* se realizara[194]:

---

[191] Discussão realizada no primeiro capítulo.

[192] MORAIS, Jomar. O faroeste brasileiro. **Veja**, ago. nº 625, 1980, p. 58.

[193] *Ibidem*, p. 59. Destaque em maiúsculas e negrito presentes na matéria.

[194] MACHADO, Ismar Cardona. A terra da promissão. **Veja**, jul. nº 96, 1970, p. 21-23.

> Alvorada do Oeste ainda é pouco mais que uma clareira na mata a 70 quilômetros de Ji-Paraná, a que só é possível chegar após dois dias de caminhada, que incluem a travessia a nado de dois rios e, com inquietante freqüência, topadas com onças. Longas caminhadas, por sinal, já se incorporaram ao cotidiano de um território com apenas 7000 quilômetros de estradas – São Paulo que ultrapassou essa marca no século XVII, hoje tem 16 milhões de quilômetros de estradas –, geralmente inviáveis para automóveis e caminhões leves. Os conquistadores do oeste, todavia, sabem que freqüentemente são quase intransitáveis as trilhas que podem levar à riqueza. Em 1972, o mineiro Divino Cardoso Campos, então com 24 anos, chegou a Cacoal, a 500 quilômetros de Porto Velho, na carroceria de um "pau-de-arara". Armou uma tábua sobre tijolos, espalhou sobre ela tecidos e panelas, começou a apregoar aos gritos as virtudes de suas mercadorias e, em menos de um mês, juntara o suficiente para inaugurar uma loja de verdade. Hoje, Cardoso é o poderoso dono da rede de lojas Bazar da Economia e tem 15 milhões de cruzeiros em fazendas de gado e café e lotes urbanos em Porto Velho, Cuiabá e Campo Grande[195]

As referências à *expansão a oeste* estadunidense, aludidas pela matéria desde o título, não fugiam aos relatos de violência desenfreada e à menção a conflitos com indígenas, por exemplo. O *faroeste* de cá, sugere Jomar Morais, seguia tal qual ocorrera no *faroeste* de lá, onde o sonho do *progresso* e a violência *civilizatória* foram duas faces da mesma moeda.

O cenário traçado pela narrativa remetia aos "[...] velhos faroestes classe B da Paramount[196]", com direito a conflitos ensejados com populações indígenas, segurança pública deficitária, jagunços armados, "[...] casas de madeira, cavalos amarrados no meio das ruas e bares parecidos com *saloons*"[197] do velho *oeste*. Em depoimento, Antônio Valeiros Saenz, nascido no Paraná e considerado o *fundador* de Espigão do Oeste, então distrito de Pimenta Bueno/RO, adensava o caráter sombrio do enredo:

> Aqui se come o pão que o diabo amassou com o rabo. Se não morri, é porque respeitam a minha espingarda". No começo, ele esteve às voltas com onças, mosquitos e os índios Surui, que roubavam ferramentas e ameaçavam de morte os forasteiros. Flechadas e feras, contudo, são menos perigosas que os jagunços de hoje[198]

Os indígenas, vistos sob a perspectiva do *entrave*, chave de leitura muito comum à *colonização,* foram relacionados junto às onças e mosquitos, e só não eram mais perigosos que os "jagunços". Os Surui, conforme percepção de *Veja*, seriam menos pacientes que

[195] MORAIS, Jomar. O faroeste brasileiro. **Veja**, ago. nº 625, 1980, p. 60.

[196] Ibidem, loc. cit.

[197] Ibidem, loc. cit. Itálico presente na matéria.

[198] Ibidem, loc. cit.

agentes da violência. Mesmo estabelecidos na região antes dos *colonos*, eram tidos como *estrangeiros* e alheios ao projeto em curso, por isso, ditos entrave, empecilho e perigosos[199].

Mas os relatos que davam conta de um cenário de *faroeste* eram plasmados tanto pela revista quanto por aqueles que narravam histórias de sucesso. O caso do médico Antônio Hildevar Munin, um dos 380 médicos presentes no território, era citado para ilustrar a trajetória daqueles que, se não encontraram, ao menos construíram o *eldorado* em Rondônia.

Ele havia montado um hospital na cidade de Cacoal e, numa região marcada pela ausência de equipamentos púbicos e forte incidência de doenças tropicais, faturava 1,5 milhão de cruzeiros por mês. Durante as viagens ao sul, destacava a revista, Munin tinha por hábito nunca gastar menos que um milhão de cruzeiros.

De cada 50 pessoas, duas enricavam, dizia ele à *Veja*. As outras 48, apesar dos fracassos, contribuíam de maneira decisiva na *caminhada para o oeste,* na "batalha pela conquista do país"[200], da qual o resultado era a instauração do *progresso.*

Os exemplos já se encontravam escritos na história, afinal, assim que se dera "[...] no interior de São Paulo no começo do século, no norte do Paraná há vinte anos, em Mato Grosso na década passada e agora se desenha no futuro do velho Guaporé"[201]. Se já não era *a mestra da vida*, a história poderia ser tornada, contudo, testemunha do *progresso.*

Dois anos depois, a 06 de janeiro de 1982, a edição nº 696 da revista *Veja*, primeira daquele ano, trazia como reportagem de capa a seguinte chamada: "RONDÔNIA UMA NOVA ESTRELA NO OESTE"[202]. A esta chamada acompanhava reprodução de fotografia na qual se registrava o cotidiano da lida na roça, com trabalhadores sorridentes. Sinalizava-se, ali, uma tripla projeção: a da esperança depositada naquele povo (crianças, jovens e mulheres), uma aposta no futuro, na força humana que deveria consolidar o caminho rumo ao *progresso*; a crença na ação transformadora do trabalho sobre a *natureza* que, finalmente, se curvara ao *engenho humano*; e ao fundo, mais apagado, desfocado, o verde da floresta, que cedia lugar ao verde vivo, alegre e em primeiro plano, da vegetação cultivada (Figura 3).

---

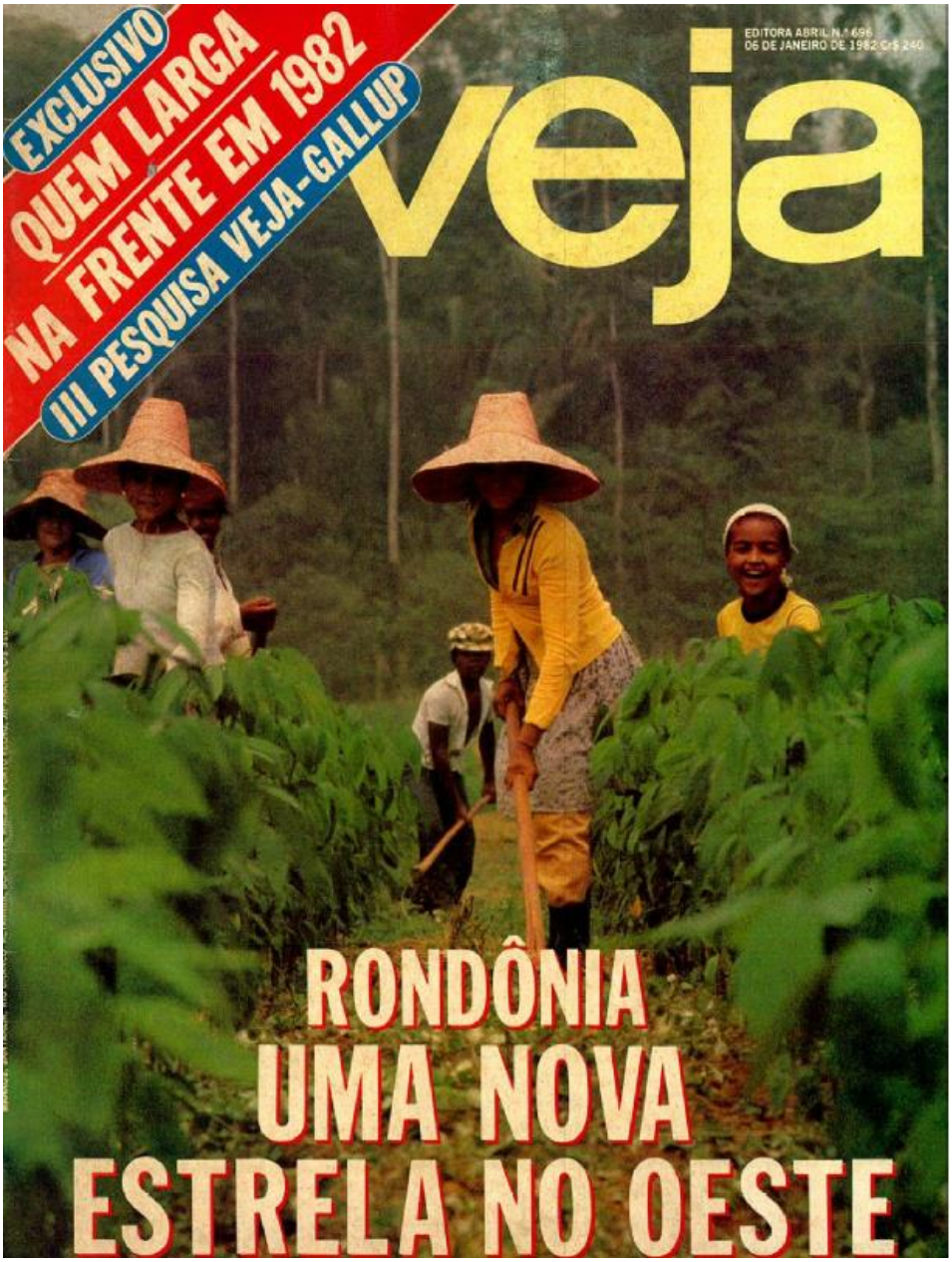
[199] Essa perspectiva será retomada no capítulo final desta pesquisa.

[200] MORAIS, Jomar. O faroeste brasileiro. **Veja**, ago. nº 625, 1980, p. 64.

[201] Ibidem, loc. cit.

[202] VEJA. **Uma nova estrela no Oeste**. Jan. nº 696, 1982. (capa)

Figura 3 – Capa do número 696 de *Veja*



Fonte: VEJA. Jan. nº 696, 1982. (Foto de capa)

As *marcas de enunciação* deixavam pouca margem a dúvidas: pela ação *colonizadora*, a *selva* submergia à *civilização*, que se efetivava por força e graça da labuta na agricultura. *Integrado* ao Brasil, o *Oeste* encontraria, finalmente, o *desenvolvimento* tantas vezes *prometido*.

Internamente, a revista trazia matéria de 07 (sete) páginas, assinada por Hélio Teixeira e intitulada "AS PROMESSAS DO OESTE". O *lead*, em tom festivo, sintetizava: "A

elevação de Rondônia a Estado abre uma nova rota de esperança para os migrantes e para a consolidação do desenvolvimento brasileiro"[203]. Aberta com reprodução de fotografia a ocupar meia página, a reportagem destacava o empresário catarinense, Hugo Frey, que tinha por pretensão repetir "[...] no oeste, com o cacau, os barões do açúcar"[204].

A narrativa seguia a estratégia de enumerar, quantificar, comparar. Buscava aproximar o leitor das expectativas projetadas para o estado recém constituído:

> O ano começa com uma nova estrela na bandeira do Brasil, a 23ª, Reino dos Parecis, terra dos Nhambiquaras, Território do Guaporé, hoje e para sempre Estado de Rondônia. Incrustado na mata, entre o Amazonas, o Mato Grosso e a Bolívia, o novo Estado tem 243 000 quilômetros quadrados, o tamanho de São Paulo, com 500 000 habitantes, um pouco menos que a população do bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro. É o maior produtor de estanho do país, mas com 10 000 telefones, exibe uma rede menor que a do Banco Brasileiros de Descontos. Já arrecada mais tributos federais que o Maranhão, Piauí e Acre, mas não tem um palmo de estrada asfaltada. Há mais de dez anos Rondônia é o destino de um dos maiores fluxos migratórios da história do Brasil ou atualmente em curso no mundo. Todo mês, 5 000 novos habitantes sobem em direção ao norte, pela poeira da rodovia BR-364, em torno da qual gira toda a atividade do Estado[205]

O reclame pelas más condições da estrada, ainda sem asfalto, prosseguia. Mas havia também outros pontos a destacar. Assim, um estado que acabara de se formar, com tudo por construir, já apresentava maior rendimento à União que outros, cuja *colonização* remontaria a séculos, como era o caso do Maranhão.

A narrativa procurava dar conta do *novo eldorado* brasileiro e caminhavam, nesse sentido, as *representações* de Rondônia, lançadas aos olhos dos leitores: "Malásia brasileira" – devido à extração de látex das seringueiras. Referia-se, ainda, a aproximação com determinado modelo de *desenvolvimento* a ser seguido, expresso no desejo de "ultrapassar São Paulo", verbalizado pelo governador Jorge Teixeira, reificando, ao mesmo tempo em que se apropriava, a ideia de "locomotiva do desenvolvimento" brasileiro; a caçada ao ouro e a garimpagem de cassiterita; a produção de café e cacau; e a derrubada intensa da madeira, ação muito explorada como sinônimo de *progresso*, da força humana a vencer o arbítrio da *natureza.*

---

[203] TEIXEIRA, Hélio. As promessas do oeste. **Veja**, jan. nº 696, 1982, p. 52. Destaque em maiúsculas presente na matéria.

[204] Ibidem, loc. cit.

[205] Ibidem, loc. cit.

Ao mesmo tempo, o repórter Hélio Teixeira estabelecia relação entre a estrela alfa centauro, presente na bandeira do estado, e o futuro do então mais novo ente federado do país. A exemplo de alfa centauro, sistema solar que, num futuro hipotético, poderia ser o porto seguro da humanidade quando esta quisesse ou precisasse habitar fora do planeta terra, Rondônia era apresentada como aposta no *desenvolvimento* do país num momento em que as perspectivas noutras áreas nacionais mostravam sofrer certo esgotamento de suas atividades e possibilidades socioeconômicas. Assim, o antigo território funcionava "[...] há muito tempo como essa estrela, recebendo a maior parte daqueles que buscam novas terras e novas culturas para uma nova vida, mais árdua, porém rica em oportunidades"[206].

O repórter segue na estratégia da *agrimensura*: compara, enumera, e fornece exemplos, no intuito de aproximar os leitores da realidade a ser descrita naquelas páginas: "Em seis meses de 1981, 37 000 paranaenses percorreram 2 000 quilômetros em busca de glebas em Rondônia, num movimento que, na Europa, equivaleria a sair da Espanha para aportar no coração da Polônia"[207].

Mas o conjunto formado pelas narrativas verbais e imagéticas não dava conta somente das *promessas*, da *esperança* que reservava àquela espacialidade um lugar de relevância no futuro, posto que conforme os empreiteiros da jornada – e os propagadores e divulgadores dela – ali, o futuro já se edificara e se fazia presente.

A empreitada envolvia e exigia que se vencesse, ainda, muitos desafios, a exemplo das obras de infraestrutura a serem providenciadas. E frente à promessa de *progresso* futuro, quase tudo por construir, seria necessária a presença marcante do estado, com investimentos que permitissem o que se dizia a *colonização efetiva* do território – demandas apresentadas pelo então governador do estado – e o labor de homens e mulheres que se deslocariam até essas *terras prometidas* a perseguir, talvez, mais seus desejos e sonhos do que o tal *desenvolvimento brasileiro*, mas de alguma maneira, cientes de que, possivelmente, uma meta se realizava com a outra.

Entre as riquezas do estado recém constituído, mas de trajetória histórica centenária, eram citados a exploração comercial de madeiras de lei, os cultivos de café e cacau, a extração de látex, e as reservas auríferas. No horizonte, dois modelos de *desenvolvimento*, um

[206] TEIXEIRA, Hélio. As promessas do oeste. **Veja**, jan. nº 696, 1982, p. 52.

[207] Ibidem, loc. cit.

nacional e outro internacional, eram postos para efeito comparativo e de meta a ser seguida e superada: São Paulo e Malásia:

> Também é fácil prever que Rondônia é o Estado do futuro. Ainda este ano, o catarinense Hugo Frey, 53 anos, se transformará no maior produtor individual de cacau do país. Em seus 30 000 hectares de fazenda primorosamente assentada nas proximidades de Ariquemes, quarta cidade do Estado, com seus 72 000 habitantes, ele tomará nos anos 80 o lugar dos coronéis do cacau de Itabuna, na Bahia, retratados nos romances de Jorge Amado – da mesma forma que os barões do açúcar de São Paulo, como os irmãos Ometto, sobrepujaram os coronéis usineiros de Pernambuco. É tão fácil fazer previsões que algumas parecem delirantes. "Rondônia vai ser em breve a Malásia brasileira", promete Hugo Frey, emoldurado por seringueiras que ainda não começaram a produzir. "Vamos ultrapassar São Paulo", promete o governador Jorge Teixeira[208]

A expectativa do governo do estado era de vencer o *vazio demográfico* e, assim, em cálculos *prudentes*, estimava-se que a *nova estrela no céu da união* tivesse 1,6 de habitantes em 2000, "[...] uma cifra fantástica para essa região da Amazônia oriental praticamente desconhecida dos brasileiros até o século XX"[209].

A reportagem retomava a empreitada de dois *bandeirantes* paulistas que teriam adentrado a região para mostrar como depois de tardar mais de três séculos, a obra *civilizadora* finalmente se *efetivara*. Tratava-se de Antônio Raposo Tavares e Antônio Pires de Campos que, respectivamente, em 1640 e 1718, teriam *desbravado* aquele território.

Aos *desbravadores* do passado, *Veja* fazia menção aos daquele presente. Não por acaso, paulistas. Narrava, assim, a história de sucesso de Nilton Rodrigues, 50 anos, agrônomo, formado pela Universidade de São Paulo, ex-vereador no interior do Paraná, que se estabeleceu em Cacoal/RO e cultivava café e feijão nos 100 hectares recebidos do INCRA. Orgulhoso de sua obra e do *progresso* auferido, ele a apesentava ao repórter:

> Isto aqui é meu, olhe, muito meu e da gurizada", orgulha-se. Para instalar-se ali, Rodrigues teve de viver à maneira de um índio. Derrubou mognos e cedros para abrir uma clareira e fazer sua choupana, conviveu com ratos, cobras, malárias. Mas ao contrário dos índios, os agricultores de Rondônia podem caminhar até o posto mais próximo do Banco do Brasil e levantar em poucos minutos um empréstimo de 300 000 cruzeiros para financiar a lavoura. A agência do Banco do Brasil em Vilhena, por exemplo, é a segunda em depósitos em toda a Amazônia[210]

---

[208] TEIXEIRA, Hélio. As promessas do oeste. **Veja**, jan. nº 696, 1982, p. 53.

[209] Ibidem, loc. cit.

[210] Ibidem, p. 55-56.

A revista comparava, não por mero acaso, a experiência do agrônomo aos modos de sobrevivência dos indígenas que antes viviam na terra por ele ocupada. A exemplo dos *nativos*, Rodrigues teve de sobreviver à e na *natureza selvagem*, todavia, ao contrário daqueles, a havia *domado*, tornando-a *produtiva*. Por isso, assumia a condição de *pioneiro.*

A atuação da imprensa, no que diz respeito à *ocupação da Amazônia*, e especificamente, das revistas *Veja* e *Realidade*, em que pesem os distanciamentos editoriais entre elas, têm sido reduzidas, geralmente, a instrumentos propagandistas do estado[211]. Aponta-se, em tom acusatório, que este se utilizava dos poderes político e econômico para cooptar e controlar meios de comunicação que, por sua vez, se utilizariam da palavra impressa para "alienar" leitores e convencê-los da premência dos "projetos escusos", quase sempre ditos ou percebidos como contrários aos reais interesses dos cidadãos.

Mas tais projeções não nos parecem vinculadas somente à figura do estado, aos interesses que moveriam as ações dos seus agentes. Não se entende, aqui, o estado como um ente inanimado, que se move em forças estranhas ou ocultas ao mundo perceptível aos sentidos humanos, sem que as pessoas ou grupos sociais possam direcioná-lo ou tomar parte nele.

Esse estado também é construído e fomentado pelas concepções, ambições, projeções, desejos humanos e comporta grupos variados e heterogêneos. Como tal, é consubstanciado em disputas, hierarquias, projetos de poder. Os maniqueísmos, a divisão do mundo entre *bons* e *maus*, entre realidades definidas muito *a priori* como antagônicas e auto excludentes, têm servido para mover paixões e ilusões, umas passageiras, outras nem tanto. Contribuem à compreensão de aspectos relevantes dos embates comuns à cena política, mas não explicam tudo.

Buscamos perceber esses periódicos impressos e os sujeitos que lhes deram forma e conteúdo de uma outra maneira. E não negamos os interesses do estado, as políticas públicas e *representações* que, no decorrer do século XX, vão repensar a configuração, promover e reatualizar *imaginários* da Amazônia como *espaço vazio* a ser ocupado, *inferno verde* a ser territorializado, *civilizado*. Esta é uma faceta bastante visível nas produções que têm se dedicado a investigar esse processo.

A percepção que movimentou essa escritura pretendeu-se mais maleável. Sem negar a existência de interesses, interesseiros e interessados nesse percurso, compreende-se que essas

[211] A este respeito, ver Cf.: COSTA, F. L, 2010.

publicações e as percepções impressas em suas páginas dão a ver e a ler mais do que o simples domínio de um grupo dominante na defesa dos seus interesses e ditos do estado.

Elas traçam algo como o *imaginário* de uma época atravessada por *culturas políticas* em disputas; apresentam os valores de um tempo e a maneira segundo a qual esses sujeitos percebiam a *natureza*, a Amazônia. Expressam também o que entendiam ser a própria *missão* dos profissionais da imprensa nesses tempos, mediante os chamados *problemas brasileiros.*

A convergência entre os projetos de poder do estado e a cobertura dos meios de informação em tela têm a ver com a *propaganda* e os interesses diversos que orientaram ações de agentes situados na imprensa e no estado. Mas não somente. Elas dão a ler e a ver como tais convergências resultaram, também, de *imaginários* partilhados. Defendia-se ou reclamavam-se determinados projetos, não apenas porque receber-se-iam incentivos financeiros do governo, por meio de anúncios pagos, veiculados em suas páginas, por exemplo. Mas também porque se acreditava que aquele deveria ser o caminho a ser seguido.

Nos próximos capítulos, buscamos compreender parte das premissas que compõem e orientam as narrativas de sujeitos que se autodeclaram *desbravadores*, *pioneiros* e *novos bandeirantes*, nas mesorregiões do Madeira-Mamoré e do leste rondoniense.

3. NARRATIVAS DE *DESBRAVADORES* NA MESORREGIÃO DO MADEIRA-GUAPORÉ

As narrativas a respeito de Rondônia tomam por pontos de chegada[212], dois marcos político-administrativos importantes para as interpretações e representações sobre sua *fundação*: o primeiro deles é o ano de 1943 (ou de forma mais espaçada, a década de 1940), quando foi criado o território federal do Guaporé, cuja denominação, em 1956, foi alterada para território federal de Rondônia, em referência e homenagem à atuação do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon na localidade.

Até 1943, a espacialidade que abrigaria primeiro o território; e depois o estado de Rondônia, era subdividida em duas municipalidades: Porto Velho, vinculada ao Amazonas; e Guajará-Mirim, subordinada ao Mato Grosso. Assim, a criação do território federal costuma ser percebida como uma espécie de primeira *fundação*, pois embora ainda não se constituindo em estado, em termos políticos e administrativos, a região passava diretamente ao governo federal, sendo-lhe designado governador, um representante na câmara baixa do parlamento (deputado federal) e providenciada alguma estrutura administrativa.

O segundo marco corresponde a outra alteração no regime político e administrativo do território que, em 22 de dezembro de 1981, por força da Lei Complementar nº 41, passou à condição de estado, sendo as instalações oficiais, datadas de 4 de janeiro do ano seguinte.

No exercício de narrar a constituição dessa espacialidade, a historiografia que versa a respeito da *fundação* de Rondônia, ora toma a emergência do território federal como ponto de chegada, ora desloca esse evento, ao início da década de 1980, geralmente acompanhado das expressões *colonização*, *ocupação* ou *povoamento efetivos*, pois teria sido neste último período que se tornara ente federado e dito *a mais nova estrela no céu da União.*

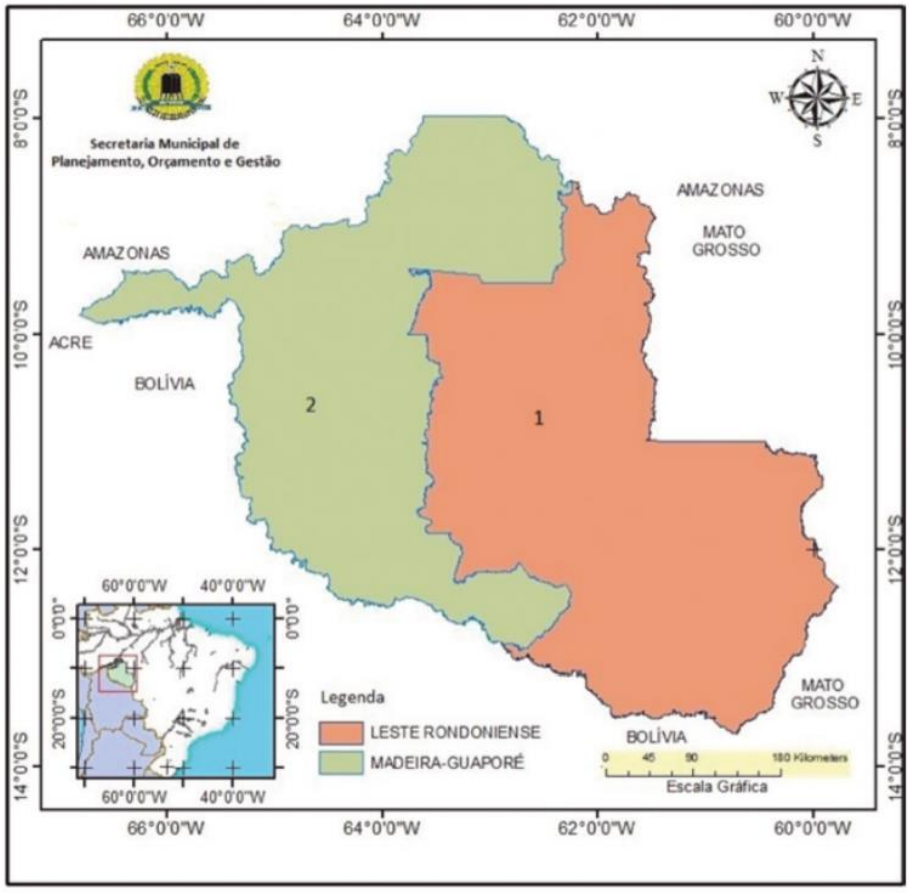
Nesse sentido, a divisão do estado, proposta pelo IBGE em duas mesorregiões – Madeira-Guaporé e leste rondoniense[213] –, parece representar e incorporar a maneira segundo a qual tais marcos foram construídos.

---

[212] São ditos aqui *pontos de chegada* porque, em larga medida, essas narrativas recuam séculos, mapeando e cartografando iniciativas, cuja intenção era *colonizar* esta espacialidade. Todavia, mesmo recuando a passados longínquos, elas costumam divergir quanto ao evento que seria fundante, decisivo à *formação* de Rondônia, bem como a respeito da atuação de agentes envolvidos nesse percurso.

[213] O estado de Rondônia é composto de duas mesorregiões: a do leste rondoniense e a do Madeira-Guaporé. A primeira, conforme dados do IBGE, é a maior, mais populosa e tornou-se também uma espécie de "celeiro político", na medida em que lideranças políticas oriundas dela, têm, frequentemente, ocupado a maioria dos cargos eletivos, frentes aos poderes executivo e legislativo do estado.

Figura 4: Mapa das mesorregiões de Rondônia



Fonte: PORTO VELHO. Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2017, p. 18.

Desde o final do século XIX e durante o século XX, a espacialidade que se tornaria território em 1943 (primeiro denominado Guaporé e, em 1956, com nome alterado para Rondônia, conforme mencionado) e depois o estado, foi marcada por levas migratórias acentuadas.

A Mesorregião do Madeira-Guaporé é composta por duas microrregiões e agrupa dez municípios, sete numa e três noutra: Porto Velho (Buritis, Campo Novo de Rondônia, Candeias do Jamari, Cujubim, Itapuã do Oeste, Nova Mamoré e Porto Velho) e Guajará-Mirim (Costa Marques, Guajará-Mirim e São Francisco do Guaporé). A Mesorregião do leste rondoniense, a maior e mais populosa do estado, composta por 6 (seis) microrregiões e abrange um total de 42 (quarenta de dois) municípios. São elas: Alvorada d'Oeste (Alvorada d'Oeste, Nova Brasilândia d'Oeste, São Miguel do Guaporé e Seringueiras), Ariquemes (Alto Paraíso, Ariquemes, Cacaulândia, Machadinho d'Oeste, Monte Negro, Rio Crespo e Vale do Anari), Cacoal (Alta Floresta d'Oeste. Alto Alegre dos Parecis, Cacoal, Castanheiras, Espigão d'Oeste, Ministro Andreazza, Novo Horizonte do Oeste, Rolim de Moura e Santa Luzia d'Oeste), Colorado do Oeste (Cabixi, Cerejeiras, Colorado do Oeste, Corumbiara e Pimenteiras do Oeste), Ji-Paraná (Governador Jorge Teixeira, Jaru, Ji-Paraná, Mirante da Serra, Nova União, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici, Teixeirópolis, Theobroma, Urupá e Vale do Paraíso) e Vilhena (Chupinguaia, Parecis, Pimenta Bueno, Primavera de Rondônia, São Felipe d'Oeste e Vilhena).

A migração de nortistas, hoje nordestinos[214], tornou-se hegemônica no que viria a ser a mesorregião do Madeira-Guaporé, sobretudo, durante os chamados ciclos da borracha (1879-1912 e 1943-1945)[215]; ao passo que a migração de sulistas e sudestinos, iniciada na década de 1960 e intensificada nos dois decênios seguintes, se tornaria preponderante na mesorregião do leste rondoniense, também chamada de sul de Rondônia.

É na sobreposição de narrativas, construídas pelos migrantes dessas duas mesorregiões em torno da definição de quem seriam os *desbravadores* e *pioneiros*, os *novos bandeirantes*, cuja ação *abnegada, bravia, destemida* e *heroica*, teria levado à *fundação* e *civilização* em Rondônia, que nos deteremos neste e nos próximos dois capítulos.

A divisão geográfica do estado em duas mesorregiões e as narrativas históricas a respeito de sua *fundação* parecem reforçar ou guardar relação estreita com a sua configuração geopolítica, evidenciando *regimes historiográficos* (NICOLAZZI, 2017) sobre os quais foram constituídas: de um lado, as narrativas ensejadas na mesorregião do Madeira-Guaporé, que seguem a ação missionária de padres católicos, os ciclos da borracha e a formação de centros urbanos (Porto Velho e Guajará-Mirim); de outro, aquelas construídas na mesorregião do leste rondoniense, cuja expansão acompanhou as margens e o estabelecimento de estradas vicinais no curso da BR-364 que, por sua vez, seguiu as trilhas da antiga estação telegráfica, construída no início do século XX, pela Comissão liderada por Rondon.

Colonizadas em momentos distintos, o processo de migração que levou à constituição de cada uma delas, bem como a *formação* do estado de Rondônia, incorpora deslocamentos e pontos de encontro sobre os quais consideramos importante refletir.

Assim, percebeu-se que o *regime historiográfico* comum às produções da mesorregião de Madeira-Guaporé tende a pensar a constituição do estado num longo processo que remeteria à presença de missionários e às experiências migratórias, comuns, por sua vez, aos ciclos econômicos de exploração da borracha na região. Ao passo que as narrativas ensejadas

[214] A existência do Nordeste como região geográfica data de 1938, em proposição do IBGE para reclassificação da divisão regional do país. Assim, a maior parte do território que, atualmente, corresponde ao Nordeste, era denominado de Norte Oriental. Já a parte mais extensa da área que, hoje, correspondente ao Norte, era chamada de Setentrional. Essa classificação datava de 1913, quando o estado brasileiro levou a termo a primeira divisão oficial. Na quase totalidade das produções a respeito do Norte e Nordeste, seja por desconhecimento, seja para facilitar a fluidez da narrativa, essas alterações são desconsideradas, e a atual divisão regional do país costuma ser apresentada como se assim o fosse desde a chegada dos portugueses. Isto se percebe, por exemplo, em parte das produções que serão cotejadas nos próximos capítulos. Cabe ponderar que, mesmo só tendo existido como região geográfica no final da década de 1930, o Nordeste existia como *região discursiva* desde, pelo menos, o início dos anos 1920 e era comum o uso tanto de Norte quanto de Nordeste para remeter a ela. Para discussão a respeito da construção discursiva desta última região, cf.: ALBUQUERQUE JR. [1999] 2006.

[215] Discussão a ser realizada no Capítulo 5.

na mesorregião do leste rondoniense, mesmo que não desconsiderem as experiências migratórias anteriores, costumam situar a *efetivação* desse processo a partir do final da década de 1960, sobretudo com a finalização da BR-364 e a *colonização* da parte sul do então território federal de Rondônia.

No presente capítulo, enveredamos por algumas dessas narrativas ensejadas na mesorregião do Madeira-Guaporé, no intuito de identificar e compreender como se estruturam como narrativas de *fundação* e de identificar quem ocupa, nesse trajeto, o lugar de *desbravadores* e *pioneiros*.

3.1. Missionários, desbravadores e civilizadores

Depois de quase 20 anos de pesquisas, Vitor Hugo, natural de Turin, Itália, naturalizado brasileiro, sacerdote então ligado à congregação salesiana, publicava em 1959 dois volumes de *Desbravadores.* Membro dos Institutos Históricos e Geográficos Amazonas e São Paulo, trazia à cena pública uma obra que colocava em primeiro plano a atuação missionária da igreja católica, com destaque às congregações jesuítica e salesiana na Amazônia, centrando-se em Rondônia, onde residia e cumpria suas funções sacerdotais.

Desbravadores era prefaciada por Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, mais conhecido como Pedro Calmon, então, reitor da Universidade do Brasil. Professor, político, historiador, biógrafo, ensaísta e orador brasileiro, Calmon começa por destacar a organização observada por Vitor Hugo, na construção da narrativa.

Após mencionar o trabalho com *documentação nova e abundante* e o diálogo estabelecido por Vitor Hugo com áreas diversas (etnografia, geografia, filologia e depoimentos de testemunhas dos ocorridos citados), acentuava que "*A obra tem um múltiplo interêsse da observação direta, da descrição original, do relato culto, do depoimento verídico, do estudo inédito, da simpatia humana*"[216]

Pedro Calmon destacava que o caminho metodológico percorrido pelo autor de *Desbravadores* conferia àquela obra a *originalidade*, confiança e a *veracidade* necessárias a um enredo de história, ou à *'operação historiográfica'*, segundo Michel de Certeau ([1975] 2011).

[216] BITTENCOURT, Pedro Calmon Moniz de. Prefácio. HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Amazonas: Edição da "Missão Salesiana de Humaitá", 1959A, p. VII. v. 1. Itálicos presentes na obra. O prefácio é o mesmo para os dois volumes.

Adensado a isso, o prefaciador chamava atenção ao trabalho *heroico* e *benemérito* de Vitor Hugo junto às populações indígenas[217], estabelecidas às margens do rio Madeira, ao ponto de situá-lo ao lado de missionários referenciais na história do Brasil. Assim, conforme sugeria, "[...] o trabalho de catequese se reveste, nesta altura do século XX, do heroísmo insigne dos tempos de Nóbrega e Anchieta"[218]. Os padres salesianos eram compreendidos por ele como os jesuítas do século passado.

No que dizia respeito à trajetória e às escolhas metodológicas do autor, acentuava que a "[...] exposição cuidadosa, [tinha] a nota científica (sem perder a vibração religiosa)"[219]. Os salesianos eram identificados "'[...] desbravadores' [que] a sôldo de Deus, vão rasgando e revolvendo em benefício da humanidade"[220], os rincões desconhecidos, isolados da Amazônia.

A empreitada escritora de Vitor Hugo também era situada no campo do patriotismo, de um projeto de nação que incluía, *adjudicava* aquela ao país. Na iniciativa levada a termo, "Valorizam-na o depoimento – que é honesto – e a importância do material de civilização que reúne com método e acêrto. Torna-se uma grande obra, destacada benfazejamente de uma grande emprêsa"[221].

A narrativa hugoana, as "[...] letras que o autor poliu e alinhou na construção paciente da sua epopéia espiritual: [era] benigna para os destinos do País e necessária para os estímulos do desbravamento"[222]. Necessário era garantir que "[...] as novas gerações compreendam e sintam as vantagens de tal bandeirismo"[223]. Mas não somente era preciso conhecê-las. Neste ponto, Pedro Calmon fazia um chamado, expressava um desejo –, *oxalá* o exemplo de desprendimento e comprometimento do autor cumprisse função educativa e promovesse *entusiasmos análogos* ao deste contagiasse as gerações futuras e as levasse a seguir *as trilhas*

[217] Esta será questão discutida no sexto capítulo deste trabalho.

[218] BITTENCOURT, Pedro Calmon Moniz de. Prefácio. In: HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Amazonas: Edição da "Missão Salesiana de Humaitá", 1959A, p. VII. v. 1. Itálicos presentes na obra.

[219] Ibidem, loc. cit. Itálicos presentes na obra. O destaque entre colchetes é nosso.

[220] Ibidem, loc. cit. Itálicos presentes na obra. O destaque entre colchetes é nosso.

[221] Ibidem, loc. cit. Itálicos presentes na obra.

[222] Ibidem, p. VII-VIII. v. 1. Itálicos presentes na obra. O destaque entre colchetes é nosso.

[223] Ibidem, p. VIII. v. 1. Itálicos presentes na obra.

do educador repetindo, assim, "[...] a façanha dos primeiros invasôres pacíficos da selva, e no itinerário do progresso que integra e completa a imensidade do vasto território"[224].

A reatualização da tópica da *floresta selvagem*, a ser *civilizada* e o projeto de uma historiografia rondoniense calcada no *bandeirantismo*, sobre as égides do *desbravamento* e do *pioneirismo*, pareceriam conformados e consubstanciados na escritura de Vitor Hugo, e referendados, certificados por Pedro Calmon.

Já no *Prólogo do autor*, a epígrafe que o abre evidenciava o projeto em curso. Retomava Cícero, para afirmar a importância, o papel educativo da história, "**Pois ignorar o que tenha acontecido antes de nasceres, significa ser sempre criança**"[225]. No que dizia respeito à concepção da disciplina e ao método orientador de sua escritura, Vitor Hugo compreendia que "A História são os homens que a fazem, mas os documentos e os monumentos deixados *por* êles a escrevem"[226].

Neste sentido, a presença frequente de fontes transcritas, fosse nas citações no corpo do texto, fosse nos *Apêndices* que acompanham os volumes de *Desbravadores*, estavam em consonância com a proposta por ele aventada. Se dispusera a enveredar no árduo exercício da tarefa historiadora, motivado, conforme explicitou, por identificar *incorreções* frequentes a respeito da história brasileira, publicadas na Europa.

Era provável que identificasse tais *incorreções* não somente na historiografia europeia, que tratava da formação brasileira, pois a despeito de *conhecidos* e *indiscutíveis*, os *méritos da igreja* continuavam a ser pouco creditados, nas histórias que se contava do país:

> Hoje em dia, aliás, são conhecidos e indiscutíveis os méritos da Igreja em todos os setores do progresso e da cultura.
> Assim mesmo, faltaram-nos o preparo e os recursos de tôda espécie para que propuséssemos sem mais apresentar uma obra de fôlego[227]

Nota-se, em sua empreitada historiadora, tanto a busca por fazer jus à *contribuição* da igreja à formação do país – e, neste sentido, para ele seria *desbravadora* não somente na Amazônia – quanto ao compromisso com a *veracidade* dos fatos narrados:

---

[224] BITTENCOURT, Pedro Calmon Moniz de. Prefácio. In: HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Amazonas: Edição da "Missão Salesiana de Humaitá", 1959A, p. VIII. v. 1. Itálicos presentes na obra.

[225] CÍCERO, Marcus Tullius. Apud HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Amazonas: Edição da "Missão Salesiana de Humaitá", 1959A, p. IX. v. 1. Negrito presente na obra.

[226] HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Amazonas: Edição da "Missão Salesiana de Humaitá", 1959A, p. IX. v. 1.

[227] HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Amazonas: Edição da "Missão Salesiana de Humaitá", 1959A, p. XI. v. 1.

> Por isso, a bibliografia citada e as fontes anotadas, foram compulsadas e lidas **de verdade!**
> Tivemos assim o ensejo de fazer suas tristes constatações "de visu": obras célebres de autores não menos célebres mesmo da atualidade, pecando lastimàvelmente pela falta de sinceridade e pelo partidarismo, quando deveriam contribuir para a luz![228]

Ainda quanto ao método, tecia referência a Capistrano de Abreu e à importância de se indicar a procedência da fonte de onde o historiador retirava as informações das quais fazia uso para construir um relato circunstanciado e, mesmo que estivesse cônscio da impossibilidade de atingir a *objetividade absoluta*, isto não eliminava o compromisso de buscá-la: "Absoluta objetividade é impossível! Mas o historiador não é o panegerista"[229]

Às considerações sobre o método e o compromisso com a verdade seguia-se a explicitação dos argumentos que embasavam sua escritura. Eles passavam por uma dupla operação: a firmação da importância da igreja católica nos *desbravamentos* dos *rincões sul-americanos*; e a desmitificação do *bandeirante*:

> Os olhares da Igreja Católica estavam definitivamente dirigidos para os rincões sul-americanos. Antes mesmo que a solução do problema da evangelização tomasse vulto, já os Bandeirantes levaram a Religião Católica além da Convenção assinada em Tordesilhas a 5 de junho de 1494, e confirmada em Setúbal a de setembro do mesmo ano, entre o Rei de Espanha e o de Portugal. Muito se falou sôbre isso e ainda não parrou de correr tinta sôbre a atuação dos bandeirantes: por certo que superaram em suas atividades as tropas de resgate da Amazônia.
> A emprêsa daquêles argonautas paulistas "verdadeiramente foi uma das mais notáveis que até hoje tem se feito no mundo". Verdade é também que, no fundo dos fatos, os empreendimentos realizados pelos Bandeirantes levavam um sinete de civilização, algo incompreensível à nossa mentalidade. Deve-se admitir de antemão que durante o período filipino não desapareceram as fronteiras entre as Américas lusa e espanhola[230]

O *sinete de civilização* a que se refere o autor, para além da presença europeia na *quarta parte do mundo*, indicava a presença de clérigos que geralmente acompanhavam as bandeiras, tema que retoma posteriormente, de maneira mais detalhada. Por ora, importa entender que antes dos jesuítas fazerem, eles mesmos, suas próprias expedições e se colocarem em *missão evangelizadora* em meio à *floresta inóspita*, enfrentando todos os perigos e provações comuns àquele lugar *esmo* e *selvagem*, alguns padres já tinham estado na

[228] HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Amazonas: Edição da "Missão Salesiana de Humaitá", 1959A, p. XI. v. 1.

[229] Ibidem, p. XIII. v. 1.

[230] Ibidem, p. 5. v. 1.

região acompanhando os bandeirantes. Ademais, a visão que Vitor Hugo apresentava dos bandeirantes em sua narrativa era bastante carregada ao passo que entendia os clérigos que tomavam parte na empreitada como o *sinete de civilização.*

Era nesse sentido que seguiam suas considerações sobre as bandeiras de Antônio Raposo Tavares, pelo Amazonas. E reclamava da elegia que se tinha realizado dele pelos historiadores. Ao contrário do que teria sugerido Jaime Cortezão, aquele *bandeirante* não era um "[...] herói sem mácula, vítima duma sociedade escrava de cânones teocráticos"[231]. Fazia-se preciso ver nele o homem, fora do vulto e do mito, da aclamação elogiosa, pouco propícia ao crivo minucioso. Sugeria o necessário equilíbrio da abordagem, afinal, o *historiador não seria panegirista*: "Nem tanto, nem tão pouco! Só isso é simplesmente ridículo!"[232]

O verbo "invadir", com o qual as ações de Raposo Tavares junto às *Missões do Guairá*[233] foram narradas pelo autor de *Desbravadores*, era indicativo do exercício de *humanização* daquele bandeirante por ele pretendido. Sob a prerrogativa do cumprimento de ordens régias, ao apossar-se da aldeia de Barueri, fora aquele *bandeirante* que seguia "[...] expulsando os Padres, lançando fora móveis e alfaias, pregando as portas e carregando os índios"[234]. E prosseguia no relato dos embates entre Raposo Tavares e os jesuítas, inclusive, os jesuítas espanhóis:

> Foi precisamente êsse mesmo Tavares, que em 1648 partiu de S. Paulo, chegando ao Pará pelos rios Mamoré e Madeira, animado por aquêle espírito de reivindicação territorial e política atribuído aos portuguêses da Colônia. Entrou pelo sertão adentro com o som de guerra, e no meio de algum rasgo de humanidade que lhe acompanhava a fama, foi destruindo e queimando as povoações indígenas doutrinadas pelos sacerdotes. Em certa aldeia do Paraguai, não deixou de assaltar a Igreja na hora dos ofícios divinos, aprisionando os índios que rezavam, saqueando o templo, derrotando os missionários vindos das vizinhanças para o repelirem.
> E que ainda se fale dêste Bandeirante respeitador dos índios civilizados!!![235]

O curso da pena de Vitor Hugo reafirmava, como programa, a agenda de Cícero em *Da oratória,* para quem a "**Primeira norma a história: o que é falso ninguém ouse dizê-lo;**

---

[231] HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Amazonas: Edição da "Missão Salesiana de Humaitá", 1959A, p. 6. v. 1.

[232] Ibidem, loc. cit.

[233] Reduções do Guairá, localizadas no atual a oeste do atual estado do Paraná.

[234] Ibidem, loc. cit.

[235] Ibidem, p. 7-8. v. 1.

o que é verdade ninguém se atreva a omití-lo"[236]. Sob tal orientação, contava das expedições *pioneiras* de padres que teriam adentrado pelo rio Madeira a enfrentarem o *vandalismo* (dos bandeirantes?) em *missão evangelizadora*, com vistas a salvarem almas indígenas. Também faz menção aos capelães que, geralmente, acompanhavam as expedições *bandeirantes* – neste caso, menos para catequisar *nativos* e mais para os serviços eclesiásticos comuns à empreitada, a exemplo da extrema unção, quando ocorria de membros expedicionários cristãos serem mortos. Ao que parece, era este o *sinete de civilização* a que se referira antes, ao mencionar essas expedições.

As primeiras incursões missionárias católicas à Amazônia, em direção ao rio Madeira, teriam acompanhado as expedições garimpeiras ou extrativistas – na busca por especiarias – o que, conforme o autor de *Desbravadores*, levou a *resultados duvidosos* e *péssimas consequências*, posto que o interesse e o trato, levados a termo pelos demais expedicionários, era facilmente suplantado pelos sensos de oportunidade, dominação e brutalidade que se reproduziam com facilidade naqueles rincões, dados o instinto de sobrevivência ou os interesses humanos mais comezinhos.

Ao historiar a frequente participação de capelães nas *bandeiras*, mencionava os casos da empreitada de Cunamã, em 1712, na qual estivera presente o padre João de San Payo, *primeiro grande apostolo do rio Madeira*. Em 1723, outra expedição, organizada por Francisco de Melo Palheta, seguia o mesmo princípio, pois nesse contexto, "[...] a expansão evangélica dependia, por vezes, do capricho e dos interesses alheios"[237].

> Por causa desse fenômeno, a palavra de salvação não ressoou logo por todo o Rio Madeira; foi antes a vez do Ceará, do Maranhão e até do Rio Negro. O Madeira carecera até então de grandes capitães com suas jornadas, e insignificantes foram até o séc. XVII, as entradas de colonos que se estabeleceram naquêle rio.
> Por isso a região do alto Madeira entrou no berço da civilização sob os raios tépidos da luz do cristianismo, liberta de qualquer outro compromisso. De maneira genuína e diferente de muitas regiões do norte brasileiro[238]

Antes vinculada a expedições comandadas por terceiros e mobilizadas por interesses alheios à *missão evangelizadora*, a empreitada cristã independente se teria iniciado com o citado padre João Sampaio (João de San Payo), que "[...] constatara tôda a navegabilidade do

[236] CÍCERO, Marcus Tullius. Apud HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Amazonas: Edição da "Missão Salesiana de Humaitá", 1959A, p. 13. v. 1. Negrito presente na obra.

[237] HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Amazonas: Edição da "Missão Salesiana de Humaitá", 1959A, p. 25. v. 1.

[238] Ibidem, loc. cit.

longo percurso do Rio Madeira, fundando uma aldeia remota na região do atual Território de Rondônia"[239].

A primeira expedição a lograr resultados *eficazes* na região do Madeira ocorrera em 1723 e fora organizada pelos padres João Sampaio, José Leme do Prado e Paulo Lema. Todavia, a oposição do capitão Manuel Francisco Tavares, feitor do governador do Pará, teria aprisionado e vendido como escravos os indígenas aldeados pelos missionários.

> Assim, a primeira bandeira eficaz foi provocada em parte pelos próprios missionários, os quais, em todo caso, a precederam. E o governador da Capitania, para desmanchar e desmascarar as relações que maldosamente ocultavam o bem feito pelos sacerdotes[240]

Esse era um marco importante ao argumento do autor, pois colocava em evidência o cerne de um projeto não mais atrelado a objetivos estrangeiros ao cristianismo, e estabelecia o início dos *desbravamentos* missionários na Amazônia.

> Em todo caso seria para encontrar mais amparo, que o Pe. João Sampaio teria fundado uma aldeia à margem do Madeira – para ser foco de civilização, de doutrinação, e um núcleo produtivo. A população indígena seria garantida mediante um sistema de *entradas* para o interior, de onde desceriam os índios. Elas tinham como finalidade só a propagação da fé: o Superior da Missão eram quem as autorizava, e enquanto civis e militares as realizavam à custa do governo, aos Missionários cabia a supervisão.
> Êsse meio pacífico e suave não fôra e não foi sempre o mesmo adotado pelos missionários. Mas é aos Jesuítas que se deve a diminuição dos abusos dos cabos de tropa que, realizando essas primeiras entradas, ordenavam à força os descimentos de quantos índios achavam nas selvas, sem atender se cativos ou livres[241]

Em nova entrada pelo Madeira, dessa vez em expedição comandada por Francisco de Palheta, a *aldeia* fundada pelo padre João Sampaio, às margens do Madeira enfrentaria outra vez forte opressão *bandeirante*, vendo-se obrigada pela força a oferecer aos expedicionários *entrantes*, embarcações de pequeno porte, utensílios destinados à lida cotidiana, víveres alimentícios e cerca de duzentos indígenas.

O enredo traçado por Vitor Hugo era de disputa e luta entre missionários e bandeirantes. Os primeiros, ponderava, mesmo que por meios nem sempre pacíficos, tentavam levar a termo a obra *cristianizadora*, enfrentavam a oposição e concorrência de *bandeirantes*, afeitos ao tráfico, aprisionamento e comercialização de indígenas.

---

[239] HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Amazonas: Edição da "Missão Salesiana de Humaitá", 1959A, p. 32. v. 1.

[240] Ibidem, p. 28. v. 1.

[241] Ibidem, p. 33. v. 1. Itálico presente na obra.

A despeito de evitar desmerecer a *causa* dos expedicionários, junto aos quais ele mesmo mencionara a participação recorrente e decisiva de capelães, seriam os padres, sobretudo jesuítas, ditos os *bandeirantes de Cristo*, os verdadeiros *desbravadores* a chantar, em terras que depois seriam rondonienses, os primeiros núcleos populacionais por meio da catequese dos *selvagens,* apesar dos perigos enfrentados, inclusive, vulneráveis e expostos aos *ataques*, fossem das almas a serem catequisadas, fossem dos bandeirantes.

Inquiria, então, Vitor Hugo sobre o que movimentava a decisão desses padres, a quem chama de *bandeirantes de Cristo,* de enfrentarem tamanha dificuldade, arriscarem a própria vida e se embrearem pela *mata fechada* e *madrasta*, expostos às intempéries, vulneráveis a ataques de animais selvagens ou mesmos de indígenas ariscos, violentos, *incivilizados*. A pergunta soava retórica. A resposta, enfática, era dada em seguida:

> *Índios* que "com prontidão assistem a doutrina, em que brevemente instruídos, se fazem capazes de receber o santo batismo, sendo criados no mato tão a sua vontade".
> *Índios* que "ainda pagão sugeriam aos moribundos palavras que facilitassem o ministério do sacerdote".
> *Índios* que "não só Deus N. S. tirou milagrosamente dos lamaçais onde viviam esquecidos, submergidos nas trevas da ignorância, cativos das paixões e de desprezível apetite, e sim, além disso, índios em que mais particularmente resplandeciam os singulares favores da Providência"[242].
> *Índios* até, que, vindos das florestas interiores do Mato Grosso para receberem o batismo, eram "mui proprios para domesticar-se com muitos princípios de civilidade, e outras nações de que poderiam ter formado Aldeias numerosas e uteis"[243]

Qual seja, a *missão missionária* e *evangelizadora* encontrava-se com seu duplo, a *missão civilizatória.* Era a *nobreza* da empreitada *domesticadora* que justificava o altruísmo, a renúncia a qualquer projeto pessoal por parte dos jesuítas, que se destacava com vistas a salvar almas e tirar os indígenas *das trevas da ignorância*.

A despeito de tamanha empreitada, a luta desses *missionários* nem sempre era reconhecida ou recompensada em vida. A escrita hugoana, em alguma medida, assumia o compromisso de fazer-lhes justiça. Exemplo disso se expressava no relato do falecimento do padre João Sampaio, em 1742, aos 62 anos, depois de viver 14 deles em missões de aldeamento pelo rio Madeira, onde "[...] tinha sido um pioneiro da obra de civilização" ainda

[242] As primeiras três citações foram retiradas da obra Corografia histórica, cronográfica, genealógica, nobiliária e política do império do Brasil" (1858-1860), de autoria de Alexandre José de Melo Morais, médico, cronista, historiador e político.

[243] HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Amazonas: Edição da "Missão Salesiana de Humaitá", 1959A, p. 41. v. 1. Trecho retirado, segundo autor, de Instruções encaminhadas pela rainha D. Maria Ana Josefa de Áustria, em 1749, a Dom Antônio Rolim de Moura, então governador da capitania de Mato Grosso.

que, ao final, os jesuítas tenham sido "[...] derrotados pelos indígenas e pelos civilizados pela burocracia e pelo clima"[244]

> O ambiente paganizado e materialista suplantou êsse brilhante futuro. Deixou apenas o egoísmo, a materialidade, um progresso fictício erguido sôbre modernidades mal aproveitadas. Antes, destruidoras do espírito que eleva... Se a atual região do Rio Madeira pudesse olhar para aquilo que a história lhe reservava, sentiria tristeza diante de tamanha grandeza perdida![245]

Perdia-se, segundo o padre e historiador salesiano, um combatente valoroso na batalha *civilizatória*, a despeito de até mesmo agentes *civilizados* se interporem como obstáculos àquela obra. Fossem estes os *bandeirantes* de outrora, fossem representantes da monarquia portuguesa – a exemplo de Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal e Conde de Oeiras com as reformas administrativas e econômicas promovidas na América portuguesa.

Tal empreitada fora interrompida, lamentava, tanto pela *burocracia* do estado, quanto por gente *civilizada* que investia contra os aldeamentos e escravizavam indígenas, os levando à desconfiança, à revolta e à vingança contra os *brancos* de forma indiscriminada, no que se incluíam os missionários, posto que não sabiam fazer distinção entre *bons* e *maus*, *culpados* e *inocentes*.

Não fossem as investidas do marquês de Pombal contra os jesuítas, reclamava e conjeturava Vitor Hugo, quase três séculos antes, o que viria a ser o estado de Rondônia teria sido povoado, colonizado e a ele teria sido auferido o *progresso* com *ótimos resultados* e com menos trabalho, atraso e sofreguidão.

O inventário das *missões desbravadoras* trazido à tona pelo autor era extenso, circunstanciado e compromissado em restabelecer a *verdade* sobre quem, de fato, teria lançado as bases *civilizatórias* naquela espacialidade. Essa história de luta e sacrifício – tomado aqui em seu sentido ritual, ou seja, em atos de desprendimento e renúncia, em direção ao sagrado – era adensada pelo que denominou de *tempestade amazônica*[246].

> Os índios que fugiam dos serviços oficiais por falta de assistência bondosa, motivaram logo as queixas. Havia falta de gêneros alimentícios – para epidemias que descontrolavam o trabalho! – mas havia, sôbre tudo isso, muito preconceito, muitos excessos, naturais e explicáveis na autoridade que

[244] HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Amazonas: Edição da "Missão Salesiana de Humaitá", 1959A, p. 62. v. 1.

[245] Ibidem, p. 63. v. 1.

[246] Ibidem, p. 91. v. 1.

> se achava em luta contra fôrças fortes. Evidentes, pois, os desentendimentos![247]

Tal *tempestade*, conforme argumentava, foi o tempo em cuja passagem se fizeram sentir, na América portuguesa, com destaque à Amazônia, os resultados tanto da reforma protestante quanto da política pombalina de laicização e secularização administrativa e econômica, das possessões sob domínio lusitano.

A área onde se localizavam os rios Madeira e Guaporé teria sido escolhida *como terreno experimental* das ações administrativas, o que incluía também iniciativas no âmbito da política indigenista, campo de atuação onde se destacavam os jesuítas. Assim, a política pombalina, no tocante ao *arrivismo* frente àqueles *destemidos missionários*, teria significado, "[...] a condenação dos indígenas da bacia fluvial do Rio Guaporé à privação dos seus maiores amigos e protetores! E isso pelas intrigas, quer pela politicagem, quer pelo ódio anticlerical! Eram os frutos das chacinas do Marquês de Pombal"[248].

> Foi, pois, uma série de fracassos; foi uma tremenda e profunda lição para quantos tem a História, no dizer de Cícero, a mestra da vida e a luz da verdade.
> Para ter uma aldeia de índios não era só questão de muito tempo e muito trabalho; não bastava apenas despertar o interêsse, bastante volúvel na alma infantil dos índios. Nem tampouco podia bastar o afastamento do ambiente criminal, implantando um reino de paz e trabalho. Até mesmo as igrejas levantadas e os hospitais abertos poderiam significar assáz pouco.
> À base de tudo, devia haver a escola!...
> É a grande lição que nos dá a História da civilização e da catequese em todo Brasil... nas missões católicas ou não, aquém e além das fronteiras[249]

As políticas de *aldeamento*, a busca por construir *povoações* que se seguiram à ação dos jesuítas após sua expulsão, uma vez que ignoravam a importância da instituição escolar, estavam fadadas ao fracasso e sugeriam o raciocínio apresentado por Vitor Hugo, a lembrar que tal erro ter-se-ia evitado se a máxima de Cícero, para quem a *história era mestra da vida*, tivesse sido observada: qual seja, a experiência da catequese dos jesuítas fora desprezada.

Se o século XVIII havia sido marcado pelos retrocessos da perseguição, levada a termo pelas políticas pombalinas, o século XIX, contudo, teria sido época de florescimento, com novas missões religiosas a estabelecerem paragem na Amazônia. Destacava-se a

---

[247] HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Amazonas: Edição da "Missão Salesiana de Humaitá", 1959A, p. 95. v. 1.

[248] Ibidem, p. 104. v. 1.

[249] Ibidem, p. 121. v. 1.

presença das ordens franciscana e carmelita em ações *evangelizadoras*, além da *epopeia missionária* dos freis Jesualdo Macchetti e Tomás Hermoso. Foram, sugere, tempos de *bonança*, a despeito das inumeráveis dificuldades enfrentadas.

Essas dificuldades, ponderava o padre e historiador salesiano, eram de *toda a espécie*. Passavam pela ação deletéria, arrivista e invasiva dos *bandeirantes*, pela perseguição implacável, promovida pelo marquês de Pombal, pela resistência violenta e aguerrida de alguns povos indígenas e até mesmo, do *meio*:

> As dificuldades de tôda espécie não vinham apenas dos homens; mas o eram da natureza também! Basta lembrar as enchentes do Rio Madeira, que, com o tempo, arrazarão, talvez, até cidades, como a de Manicoré! Basta lembrar as cachoeiras, o maior empecilho para os missionários da região madeirense, que era das mais habitadas de índios! Aquêles apóstolos levados pela sede de almas enfrentavam cachoeiras arriscadíssimas, como a do Girau, na qual era preciso transportar a embarcação de um lado a outro da cachoeira através de um varadouro de perto de quilômetro: trabalho de um dia, para muitos homens, que, freqüentes vezes, deixavam a própria vida: algumas cruzes à margem daquela arriscadíssima passagem marcam ainda os túmulos dos infelizes, cobertos pelas águas lodosas[250]

Vitor Hugo reproduz longo trecho retirado do diário do frei Jesualdo Macchetti, no qual este relatava dificuldades enfrentadas na navegação pelo rio Madeira, notadamente, na altura das cachoeiras, trecho onde depois seria construída a ferrovia Madeira-Mamoré para promover a circulação de pessoas, bens e serviços. Dele, retiramos alguns trechos que dimensionam parte da luta travada contra a *natureza*, sempre relatada como arredia e violenta, resistindo à força das águas nos locais onde havia formações rochosas íngremes:

> "Por um descuido entramos por *estreito* formado de pedras por ambos os lados. O canal dirigia-se para esquerda e meu *batelão* bateu numa pedra a flor d'água, raspou por cima da mesma e recebeu uma enorme pancada; os índios remeiros saltaram sobre a laje afim de empurrar o batelão para a agua; mas foi impossivel. Antes, começou entrar agua, inclinou-se de uma banda, oferecendo bastante perigo[251]

O relato era seguido das operações desencadeadas com vistas a evitar o pior e sobreviver ao arrebatamento provocado pelo encontro arredio das águas com as rochas. Mas o perigo era constante, estava sempre à espreita. Na sequência, narra outra adversidade:

---

[250] HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Amazonas: Edição da "Missão Salesiana de Humaitá", 1959A, p. 185. v. 1.

[251] MACCHETTI, Jesualdo apud HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Amazonas: Edição da "Missão Salesiana de Humaitá", 1959A, p. 186-187. v. 1.

> Em outra cachoeira, os índios, naturalmente indolentes[252], não tinham descarregado o batelão conforme supúnhamos e se lhes tinha ordenado: de repente vimo-los no meio do rio, na cachoeira, e do meio dela ouviu-se uma gritaria geral: tinham chocado contra uma pedra, e o batelão se estava enchendo d'água, tendo de atravessar ainda, antes de chegar à margem, um *remanso* e um precipício espantoso... Faziam esforços hercúleos, e eu já os imaginava perdidos... mas Deus quis que chegassem à primeira pedra, onde começava o remanso: aí o batelão atracou, salvando todas as vidas. O pobre capitão do malogrado batelão, recebeu 25 açoites por ordem do patrão por não ter descarregado conforme a ordem recebida e se costuma fazer nesta cachoeira[253]

A luta heroica dos missionários, *pioneiros*, *desbravadores* e *destemidos* enfrentava adversários vários: as empresas bandeirantes que invadiam, aprisionavam, escravizavam e vendiam indígenas, afetando-lhes a confiança, despertando a animosidade e a resistência destes ao processo de *catequese civilizatória*; a burocracia do estado português; a *reação* de povos avessos a qualquer contato *pacificador*, e que reagiam de forma violenta, atentando contra a vida dos novos *apóstolos de cristo*; e, ainda, a força e a fúria da *natureza*.

Se o primeiro volume se concentrava em historiar a atuação de missionários na Amazônia, sobretudo, aqueles vinculados à Companhia de Jesus, atrelada à ordem dos jesuítas; o segundo volume destacava os *desbravadores de almas* da congregação salesiana, os propagadores da obra de Dom Bosco, que desde 1914, *trabalhavam ardorosamente* nas *selvas amazônicas*.

> Logo no início, em terras do Rio Negro, os herdeiros do espírito de S. João Bosco corresponderam às esperanças que tinham sido colocadas nêles. O Padre João Balzola, Visitador Apostólico, foi o pai que tirou aquela região da orfandade.
> Todos os demais foram autênticos taumaturgos da evangelização entre os aborígenes, como os chama Pedro Calmon! Grandes realizadores em tôda aquela região rionegrina. Com acêrto alvitrou-se certa vez a denominação de *Boscônia* ao grande vale em que trabalham os filhos espirituais de S. João Bosco[254]

Tratava das articulações ensejadas com vistas à criação de prelazia salesiana em Porto Velho, fato que seria efetivado em 1925, pela bula papal "Inter Nostri", assinada por Pio XI e que punha em curso, o *progresso civilizador*:

---

[252] A visão do autor a respeito dos indígenas, será discutida no sexto capítulo.

[253] HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Amazonas: Edição da "Missão Salesiana de Humaitá", 1959A, p. 187. v. 1.

[254] HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Amazonas: Edição da "Missão Salesiana de Humaitá", 1959B, p. 1-2. v. 2.

> Era bem o início da ação diplomática daquêle signatário na região do Alto Madeira; ação que o acompanharia por muitos anos influenciando decisivamente a política regional, a economia mesmo nacional e o progresso civilizador.
> Ainda no mesmo dia, **Mons. Pedro Massa** era nomeado Administrador apostólico da Prelazia de Pôrto Velho, em fôrça do Decreto da S. Congregação Consistorial de 25 de junho de 1925: a 31 de outubro tomava posse legal. Ao mesmo tempo a Prefeitura Apostólica do Rio Negro passava a ser Prelazia "nullius dioceseos". A Congregação Salesiana assumira a responsabilidade pela nova porção do Rebanho de Jesus Cristo[255]

O inventário das *primeiras realizações* incluía: reprodução de fotografias de onde teria se hospedado padre Peixoto, *primeiro missionário salesiano da Prelazia de Porto Velho*, a *primeira residência* dos salesianos, a *primeira capela*, as *primeiras comunhões* realizadas, a *primeira capela* em Jaci-Paraná, a *primeira casa* adquirida pela prelazia em Porto Velho, o *primeiro auxiliar de pedreiro* (Crisóstomo Nina), os *primeiros batismos* da colônia de imigrantes japoneses.

Cada *primazia* afirmada por Vitor Hugo parecia corresponder a um ato de refundação ou de confirmação do primado dos *desbravamentos*, onde a obra *missionária* e *civilizatória* se contaria em séculos e, a despeito das dificuldades, a ação destemida e altruísta dos *novos apóstolos* de Cristo tinha prosseguimento com os padres salesianos.

> As linhas gerais do trabalho a ser realizado, estavam dando forma a um grande programa, apontando vantagens sôbre a Prelazia do Rio Negro, e indicando o que restava a fazer no Alto Madeira: maior civilização e progresso, melhor clima; protestantes, esotéricos e teosofistas espalhados a granel; duas Missões Protestantes entre os índios; muita miséria por tôda parte...[256]

Ali, pois, a *civilização avançava.* O trabalho a ser realizado não era somente contra o que o padre e historiador salesiano denominava de *ignorância religiosa*, que imperava pelos *rincões amazônicos*[257]. Estava no horizonte, também, a concorrência, a disputa pelas *almas* representadas por cristões *protestantes*, *esotéricos* e *teosofistas*.

Atuação do Padre Antônio C. Peixoto, nos anos finais da década de 1930, descrita pelo autor de *Desbravadores*, evidenciava parte desses embates e da *concorrência*, no desafio de *salvar almas perdidas*, dispersas, espalhadas em áreas vastas, de *mata fechada*, de acesso

[255] HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Amazonas: Edição da "Missão Salesiana de Humaitá", 1959B, p. 8-9. v. 2. Negrito presente na obra.

[256] Ibidem, p. 17. v. 2.

[257] Ibidem, p. 25. v. 2.

difícil, mas cujo senso irrevogável da *missão salvadora*, tornava necessário perscrutá-las e vencê-las, com vistas ao fim maior. O direito ao descanso estava fora do horizonte, pois os *protestantes não dormiam.*

> Bem outras eram, contudo, as responsabilidades que sentia o Padre Peixoto! Os protestantes não dormiam. Pelo contrário, estavam evangelizando por tôda parte: não sòmente em Pôrto Velho e Guajará-Mirim, mas também no interior dos igarapés e dos lagos, como o Maicizinho e o Cunhã, assim como entre os índios pacificados. Foi preciso empreender longas viagens, e o Vigário Geral da Prelazia tornou-se quase irreconhecível, mas o seu trabalho despertou a preocupação dos Protestantes.
>
> Padre Peixoto foi o bandeirante desbravador da Religião em todos aquêles sertões, rios, igarapés e igapós. Quase sempre sòzinho, ou acompanhado por vultos que já entraram na história do Alto Madeira – como o septuagenário *Fura-boi* – por anos o Pe. Peixoto singrou de Canoa os estirões e enseadas das 264 léguas do Rio Madeira, de Pôrto Velho até limites da Prelazia; subiu o Rio Guaporé por centenas de quilômetros, penetrou o Rio Machado, pelo Jamari acima, alcançando por terra o Rio Jaru[258]

Passava a narrar, então, as ações de mais um *pioneiro destemido.* Tratava-se do padre João Nicoletti, cujas atividades centraram-se no exercício da caridade, da *filantropia*, e em cuidar tanto da *alma* quanto do corpo das gentes desvalidas que enfrentavam doenças e dificuldades várias, a exemplo da pobreza material que afetava a vida de suas *ovelhas.*

Apresentado como *herói anônimo*[259], o destaque conferido ao padre João Nicoletti pelo autor de *Desbravadores* correspondia a um ato de restituição da *verdade* e realização de *justiça* histórica. A busca, portanto, era para incluí-lo ao *panteão dos pioneiros* e *desbravadores.*

Mencionava, inclusive, o reconhecimento nacional e internacional dos padres salesianos João Nicoletti e Antônio Peixoto, ao citar trechos de discursos pronunciados por Alexander Hamilton Rice Jr.[260], pelo ex-presidente Washington Luiz, e por Álvaro Botelho Maia[261]. Assim, "Era geral a satisfação da população da região do Alto Madeira que

---

[258] HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Amazonas: Edição da "Missão Salesiana de Humaitá", 1959B, p. 27. v. 2.

[259] *Ibidem*, p. 55. v. 2.

[260] Geólogo, professor de geografia e fundador do Instituto Harvard de Exploração Geográfica. Fez viagens exploratórias pela Amazônia.

[261] Formado em Direito pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, no Rio de Janeiro, em 1917, foi jornalista e político com atuação em Manaus.

reconhecia "nos incansáveis e virtuosos coadjutores de Mons. Massa, os Revmos. Padres Peixoto e Nicoleti, os verdadeiros abnegados apóstolos do bem"[262]

> O primeiro período áureo da Prelazia de Pôrto Velho, e mais exatamente a sede da Prelazia, podemos simbolizá-lo no nome mil vêzes abençoado do **Padre João Nicoletti:** sua atividade dirigia tudo com conhecida competência; ultrapassando os limites da cidade, o seu nome de boca, em tôda região "transiit benefaciendo".
> Folheando a imprensa local da época delinea-se majestosa a figura dêsse verdadeiro "missus a Deo cui nonem erat Ioannes".
> Dedicava-se de corpo e alma para o bem da região, renunciando mesmo a um breve regresso à Pátria para se refazer das febres palúdicas.
> Interessava-se sacerdotalmente por todos os problemas, e, para isso, foi antes de tudo o homem de projeção social, necessário para a Igreja de Deus na Prelazia de Pôrto Velho[263]

Dentro do que a moral católica-cristã vigente valorizava, Vitor Hugo dava mais exemplos, do que compreendia por indicativo da atuação decisiva do padre João Nicoletti em defesa do *dogma católico*, e asseverava o sucesso que, então, teria auferido àquele missionário na conversão de *almas*, quando se pusera em posição de enfrentamento, fosse contra comportamentos *libidinosos*; fosse contra o *fanatismo* de *protestantes*. Estes, segundo o autor de *Desbravadores*, seriam pouco afeitos à moralidade pública e aos *verdadeiros* ensinamentos cristãos. Era o caso de determinado pastor pentecostal, a quem acusava de conivência com a *prostituição* e o *incesto.*

> Na vizinha Jaci-Paraná chegara a ser pastor dos Pentecostais um conquistador que compactuava com casos libidinosos de prostituição e de tarados incestuosos. Os Protestantes agiam e seu fanatismo chegara a ser relevante. O Pe. Nicolette não silenciava perante qualquer desvio do dogma católico: com êsse fim, esteve por comprar a tipografia do "Alto Madeira".
> Em breve foi diminuindo o coeficiente herético. Mercê dos exemplos dos dois sacerdotes – do Pe. Nicoletti em Pôrto Velho e do Pe. Peixoto no interior – registram-se numerosas conversões.
> Homem de largo descortínio administrativo, o Pe. João lançava-se contra o reinante desinterêsse pelo fator econômico da vida, e incutia com o exemplo e as palavras, o amor ao trabalho. Apontava como verdadeiras causas pelo fracasso econômico da época a diminuição criminosa de filhos, a insuficiência de educação, a necessidade de se combater a sedução, a prostituição, a pornografia, a embriaguez, a licença dos costumes e os livros imorais[264]

---

[262] HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Amazonas: Edição da "Missão Salesiana de Humaitá", 1959B, p. 55. v. 2.

[263] Ibidem, p. 56. v. 2. Negrito presente na obra. A citação do autor parece ter sido retirada do jornal Alto Madeira, periódico publicado em Porto Velho. Não há especificação de data ou número da edição. Na obra, indica-se consulta ao acervo do periódico entre 9 de março de 1930 e 25 de setembro de 1931.

[264] Ibidem, p. 57. v. 2.

Aqui, estamos no início da década de 1930, período de intensa mobilização política e no caso da espacialidade em tela, agravada pela crise cada vez mais acentuada na extração e comercialização da borracha. Para ilustrar o compromisso do padre João Nicoletti com o *dogma católico*, e a seriedade com que encarava a *missão catequizadora*, Vitor Hugo apresentava, na nota de rodapé número 11, exemplo de esquema elaborado pelo salesiano, cujo roteiro dever-lhe-ia servir de norte à pregação aos fiéis:

> Esquema de pregação para a Imaculada e o Natal: Dom Bosco – 1) Sejamos bons nós, e Deus nos fará as vontades. 2) Contra o comunismo: explicar o que é. 3) Contra a Maçonaria: explicar o que é. 4) Contra os maus livros e revistas. 5) Contra o espiritismo. 7) Contra os protestantes. 8) Contra os libertinos. Ação *direta*, ação *construtora*, ação *espiritual*[265]

E seguia a criticar e a se opor, por meio de sua escritura, às entidades concorrentes à igreja católica, que professavam a *caridade*, a ajuda ao próximo, aos *desvalidos da fortuna*, mas cujas práticas e realizações estariam muito aquém dos discursos e boas intenções declaradas:

> A sociedade por sua vez, vivia impregnada de espiritismo, exoterismo etc., e todos apregoavam a caridade, enquanto a Maçonaria declarava inùtilmente que existia para o bem do povo. No entanto, a grande preocupação era fazer avenida, dansar, jogar futebol, cuidar do aperfeiçoamento da mulher, tango, jazz-band!
> Os desvalidos da fortuna não tinham importância na sociedade, suas enfermidades não mereciam cuidados, sua morte passava despercebida. Não havia caridade social, e a caridade particular era irrisória.
> Diante dêsse espetáculo consternador, o Pe. Nicoletti se tornou outro Anchieta[266]

Historiava, então, as ações encaminhadas pelo padre mencionado, um *herói*, que sob chuva ou "de sol a sol, e muitas vêzes, sob a luz das estrêlas"[267], cuidava da *alma* e das necessidades primeiras dos *desvalidos de fortuna*, que abundavam por Porto Velho, em número crescente.

A visão carregada de Vitor Hugo a respeito de *missões evangelizadoras* de outras religiões, percebidas por ele, em 1959, como concorrentes e rivais, sofreria deslocamentos e

---

[265] HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Amazonas: Edição da "Missão Salesiana de Humaitá", 1959B, p. 57. v. 2. Itálicos presentes na obra.

[266] Ibidem, p. 29. v. 2.

[267] Ibidem, p. 30. v. 2.

seria matizada cerca de quatro décadas passadas da publicação dos dois volumes iniciais de *Desbravadores*.

Em 1998, ao levar ao público o terceiro volume da obra, o autor ocupava outro lugar social (CERTEAU, [1975] 2011) e buscou construir perspectiva moderada, menos marcada pela *alteridade*, que negava a aceitação a outras iniciativas religiosas que não somente a católica[268].

No capítulo *A religião e seus cultos*, se reposicionava e se apresentava mais aberto à diversidade religiosa, sobretudo se fosse de orientação cristã, afinal, até as mudanças estavam circunscritas a determinados limites. A despeito dos deslocamentos operados, o *pioneirismo* continua com os católicos:

> [...] descobrimos ter sido válida também em Rondônia a presença de todos os religiosos. Até o século XX a presença religiosa na região era exclusiva da Igreja Cristã divulgada de acordo com uma tradição secular desde os seus primórdios pelos missionários que atenderam ao evangélico: "Ide e pregai a todos". Só a partir do século XX os evangélicos se fizeram presentes no alto Madeira. A partir daí se diferenciaram Católicos e Evangélicos, pertencentes às mais diversas denominações, em número bem relevante e crescente desde os anos 70[269]

O autor reconhecia ter assumido postura situada entre o arrivismo e o sectarismo nos tomos anteriores de *Desbravadores*, e se mostrava aberto à concepção mais plural do cristianismo:

> Hoje encontramos os evangélicos empenhados em se despir, até certo ponto, do tradicional sectarismo, que nos impregnava a todos até meados deste século, mais precisamente antes do Concílio Vaticano II: quem duvidava que a data de 25 de janeiro de 1959, ao ser anunciado aquele Concílio pelo Papa João XXIII, marcou as bases de um movimento que construiu nova mentalidade? Alguns evangélicos, às vezes conservam ainda um arcaico proselitismo até asfixiante em nome da palavra evangélica "pegai até mesmo de cima dos telhados"; outros, porém, conduzem hoje uma bandeira doadora e não mais apenas receptora, como lembrava a palavra do Pastor Caio Fábio, presbiteriano, cuja voz já chegou ao interior de Rondônia. Assim é que encontramos a presença dos evangélicos com dedicação para missionar com

[268] Aqui, ao nos retermos ao terceiro volume, nos centraremos em cotejar abordagens que ele realiza da ação missionária cristã na Amazônia, de maneira a identificar e evidenciar continuidades e rupturas, frente aos volumes publicados em 1959. Em todo o caso, voltaremos ao terceiro volume, de forma particularizada, no próximo tópico deste capítulo, pois em que pese as continuidades comuns ao projeto *Desbravadores*, compreendemos que o tomo publicado em 1998, dialoga com projetos e questões alheias a historicidade que marcou a publicação dos dois primeiros volumes. Este deslocamento do autor para posições mais nuançadas, se observa no enfrentamento que realizou no último volume de *Desbravadores*, sobre temas diversos, a exemplo de outras religiões, da *missão civilizatória* e da percepção sobre os povos indígenas. Estas duas últimas tópicas, serão discutidas no sexto capítulo.

[269] HUGO, Vitor. **Desbravadores**: minha presença em Rondônia. Porto Velho: ABG, 1998, p. 513-514.

> profundo espírito, abrindo templos e escolas, onde o princípio da liberdade é fundamental, porque se centra no indivíduo[270]

Não deixava de mencionar as marcas de *proselitismo asfixiante* ainda comuns, segundo ele, a algumas denominações evangélicas, mas apresentava também, embora com menor destaque, e já ao final da obra, histórico da presença de outras entidades religiosas em Rondônia, cuja presença, ponderava, teria sido mais recente sobretudo depois da década de 1970.

Operou, então, o inventário dos *pioneiros* evangélicos nesta espacialidade. Os *primeiros* a adentrarem no que viria a ser o território, depois estado, estariam entre os trabalhadores estrangeiros, sobretudo estadunidenses, na época da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré. Depois, cita a presença marcante deles no munícipio de Cacoal, na mesorregião do leste rondoniense, a partir dos anos 1970.

Em Porto Velho, mencionava o pastor José Bezerra Duarte, que teria fundado na capital a Igreja Presbiteriana do Brasil; e o pastor Benedito Rodrigues de Lima, *pioneiro* da Igreja Presbiteriana Fundamentalista. Dava sequência ao inventário, com menções às igrejas: Católica Brasileira, Metodista, do Evangelho Quadrangular, Adventista do Sétimo Dia, Evangélica Luterana, Universal do Reino de Deus, Messiânica. Faz rápida menção aos praticantes do Budismo, Santo Daime, União do Vegetal e Candomblé.

Mesmo com posições nuançadas, matizadas, no terceiro volume de *Desbravadores,* a presença da igreja católica, fosse numa perspectiva institucional, fosse na abordagem da atuação individual de alguns missionários dela na Amazônia, com ênfase a Rondônia, continuava a ocupar papel importante em sua narrativa. À época, Vitor Hugo já não ocupava o lugar de padre salesiano, mas mantinha laços estreitos com a igreja católica.

3.2. Embates e debates em torno dos *fundadores*: o inventário dos *desbravadores* e *pioneiros*

Em 1978, o governo municipal de Porto Velho instituiu o concurso "Joaquim Augusto Tanajura"[271]. Neste, as obras concorrentes deveriam tratar da história e geografia daquela

[270] HUGO, Vitor. **Desbravadores**: minha presença em Rondônia. Porto Velho: ABG, 1998, p. 514.

[271] O decreto nº 986, de 21 de julho de 1978 instituía o concurso "Joaquim Augusto Tanajura", o qual estipulava prêmio de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) destinados ao autor da monografia vencedora a respeito da história e geografia do município de Porto Velho. O homenageado pela titulação do concurso, Joaquim Augusto

municipalidade. *Retalhos para a história de Rondônia*, escrita por Esron Penha de Miranda, a única submetida ao certame, não foi declarada vencedora, fato que gerou discussões, polêmicas e dissabores, ainda que tenha sido publicada dois anos depois.

Todavia, quando da avaliação do mérito, a comissão responsável pela tarefa considerou que a obra, doravante *Retalhos*, fugia ou extrapolava os termos do certame, posto que tratava de histórias que iriam além dos limites de Porto Velho, decisão motivadora de descontentamento, fosse para o autor, fosse para parte da *intelligentsia* portovelhense, que situaram tal decisão entre a injustiça, a incompreensão e o excesso de preciosismo.

Este evento se fez notável de maneira direta ou indireta, nos prefácios, *Prolegômenos* e na *Apresentação* que acompanharam a publicação do livro, em 1980. Esta última, assinada pelo engenheiro Luiz Gonzaga Farias Ferreira, então prefeito da cidade e conforme as palavras dele, idealizador do referido concurso.

Esron Penha de Miranda teve carreira profissional diversificada: ferroviário, militar do exército, delegado, comandou o corpo de bombeiros, foi assessor legislativo da prefeitura portovelhense junto à Câmara Municipal, secretário da Aliança Renovadora Nacional/Arena, professor de história, membro do conselho estadual de cultura e da Academia Rondoniense de Letras. Como jornalista, assinava, desde 1954, a coluna *História Antiga*, ora no jornal *O Guaporé*, ora no jornal *Alto Madeira*, ambos na capital.

O livro reproduz fotografias, leis, decretos, atas, discursos/conferências, notícias publicadas no *Alto Madeira*, incorpora inventário dos *pioneiros* na política (*primeiros* interventores, governadores, deputados, com dados biográficos e registro sumário de realizações), na educação, saúde, comércio e finanças. Relacionou serviços e a infraestrutura de que foi sendo dotado, paulatinamente, o território, a exemplo de energia elétrica, telefonia, água encanada, postos de saúde e hospitais, igrejas, agências bancárias, transportes, clubes esportivos, segurança.

Quando de sua publicação, a obra fora prefaciada pelo coronel Aluízio Pinheiro Teixeira, referenciado por parte da historiografia produzida na mesorregião do Madeira-Guaporé, como o responsável por convencer Getúlio Vargas da necessidade de tornar a área, que corresponderia posteriormente a Rondônia, em território político-administrativo,

---

Tanajura (1878-1941), era médico de formação, foi chefe do serviço de saúde da Comissão Rondon de 1909 a 1912; jornalista com atuação em periódicos locais, tais como *O Município* e *O Alto Madeira;* e também ocupou o cargo de prefeito de Porto Velho em duas oportunidades: de 1917 a 1919, tendo sido o *primeiro* superintendente eleito. Seria conduzido ao cargo em outro pleito, dessa vez para o triênio 1923-1925. O *primeiro* a ocupar tal cargo, por ato de nomeação do governo do Amazonas, fora o militar do exército major Fernando Guapindaia de Souza Brejense, entre 1914 e 1917.

independente dos estados do Amazonas e Mato Grosso[272]. A escolha pelo coronel trazia a marca do reconhecimento público deste como figura central, *pioneira*, à constituição da espacialidade em tela.

> **Palavras de Ilustre Pioneiro**[273]
> O autor pediu-me [que] prefaciasse este trabalho – ele assim o chamou – e como complemento, exigiu minha biografia.
> Respondi-lhe num telegrama que não tenho biografia.
> No mês de dezembro do ano passado apareceu-me aqui no Rio, reiterando o pedido e dizendo que como homem público, eu tenho uma história que não posso guardar em segredo.
> Essa minha história pertence ao povo do Território do Guaporé, hoje Rondônia, de cuja criação fui partícipe, fui seu primeiro Governador e seu primeiro Deputado Federal.
> O trabalho é bom. Revela muitos aspectos desconhecidos até para mim. Portanto discordo da opinião dos doutos membros da Comissão Julgadora.
> Não se poderia desejar cousa melhor dada a exigüidade de tempo e carência de dados que autenticassem o relato.
> Louvo, pois, o Autor que, enfrentando sérias dificuldades, ainda assim desvenda muito do Território de Rondônia e de sua gente, para conhecimento dos porvindouros.
> Rio, janeiro 1979
> ALUÍZIO FERRIERA[274]

O coronel Aluízio Pinheiro Ferreira, num exercício aproximado de retórica, afirmava *não possuir biografia* e que a história de Rondônia pertenceria, antes, à ação do povo que teria construído o território. Qual seja, a formação do território[275] era mais resultante da ação coletiva e menos obra da engenhosidade de alguma personalidade individual. Entrementes, demarca seu lugar na *primazia* e traz à baila o *pioneirismo* que teria marcado a participação dele na trajetória histórica da espacialidade em tela, pois fora ali duas vezes, primeiro, governador, e deputado federal.

Estas informações entram na quota da biografia que lhe fora solicitada por Menezes. O caráter de prefácio, qual seja, de apresentação do autor e da obra, também estava presente quando assegura que *Retalhos* tratar-se-ia de *bom trabalho,* a despeito da *exiguidade de tempo, da ausência e carência de dados que autenticassem o relato* apresentado. Apontava-

---

[272] O território foi constituído a partir do desmembramento de áreas dos dois estados.

[273] Ao que parece, o título do texto que ser de Prefácio, foi dado por Esron Penha de Menezes.

[274] FERRERIA, Aluízio Pinheiro. Palavras do ilustre pioneiro [Prefácio]. In: MENEZES, Esron Penha de. **Retalhos para a história de Rondônia. Porto Velho**: Palmares, 1980, p. 9. Negrito presente na obra. O trecho entre colchetes é nosso. O destaque em maiúsculas, da obra.

[275] Rondônia só seria elevado a condição estado, em dezembro de 1981, com instalação oficial em 5 de janeiro do ano seguinte.

lhe, portanto, fragilidades metodológicas, ainda que procurasse justificá-las pela escassez de tempo à composição do livro.

Retalhos incluía, ainda, duas outras notas à guisa de prefácio. Uma intitulada *Apreciando*, assinada pelo jornalista Moacyr de Miranda, à época radicado em Manaus, na qual destacava a "[...] paciência beneditina na perquirição de dados pelas biblioteca[s] e pelos empoeirados arquivos"[276]. Ou seja, destacava exatamente o tempo dispensado e a pesquisa, elementos que foram apontados como fragilidades por Aluízio Pinheiro Ferreira.

O terceiro prefácio, intitulado *Duas Palavras*, era de autoria de Osmar Pedrosa, neto de Jônatas de Freitas Pedrosa, ex-governador do Amazonas, entre 1913 e 1917, período em que Porto Velho vinculava-se política e administrativamente àquele estado. Na nota, retomava o imbróglio do Concurso "Joaquim Augusto Tanajura" e tecia espécie de reconhecimento e desagravo à comissão julgadora, responsável pelo acompanhamento e avaliação dos trabalhos submetidos ao certame, pois Esron Penha de Menezes teria ampliado, na obra apresentada, o recorte geográfico e produzido uma história de Rondônia, que não se circunscrevia a Porto Velho.

A polêmica, contudo, ainda não estava pacificada. Nos *Prolegômenos*, que cumpria as vezes de Introdução a *Retalhos*, Esron P. de Menezes retomaria os esclarecimentos a respeito do concurso, ao qual *concorrera sozinho, mas não conquistara o prêmio"*[277]. Apresentava as motivações que o levaram a escrever e publicar seus *Retalhos*. E trazia a seguinte ponderação:

> O Território de Rondônia ainda não tem sua história nem sua geografia. Nas escolas são ensinadas essas disciplinas baseando-se apenas nos conhecimentos que têm alguns Professores das cousas da nossa Terra, por isso muitas narrações feitas pelos Mestres não encontram embasamento para firmar a sua veracidade[278]

Esron Penha de Menezes reiterava que seus escritos não seriam, ainda, a história nem a geografia e se escusava de ocupar o posto de obra definitiva de Rondônia, que eram tão somente *retalhos*, tal qual a nomeou, embora tenha se mostrado ressentido por ser-lhe negada a declaração de vencedor do certame para o qual elaborara *Retalhos.*

---

[276] MIRANDA, Moacyr de. Apreciando. In: MENEZES, Esron Penha de. **Retalhos para a história de Rondônia**. Porto Velho: Palmares, 1980, p. 11. O destaque entre colchetes é nosso.

[277] A frase, que aqui, teve o tempo verbal alterado, foi adaptada de: MENEZES, Esron Penha de. Prolegômenos. In:_____ **Retalhos para a história de Rondônia**. Porto Velho: Palmares, 1980, p. 19.

[278] MENEZES, Esron Penha de. **Retalhos para a história de Rondônia**. Porto Velho: Palmares, 1980, p 19.

Ponderava que caberia a alguém começar a tarefa historiadora para aquela espacialidade e, por isso, se dispusera a fazê-la. Para tanto, consultou bibliotecas e *arquivos empoeirados* para coligir documentos, coletar dados, informações que estariam sob o risco de *desaparecerem*. O método e o compromisso com a *verdade* dos fatos narrados, ajuizava, haviam sido observados.

> As fontes onde se podem colher alguns dados estão desaparecendo. Portanto é agora ou nunca mais poderá ser feito um bom trabalho. Mais tarde será muito difícil ou impossível. Além de demorar custará muito cara a obtenção desses relatos e dos documentos que atestem a sua veracidade[279]

Qual seja, a despeito das dificuldades, realizou o que compreendia ser trabalho de historiador e pôs-se, então, à cata de documentos em instituições, entidades e órgãos públicos e privados (bibliotecas e arquivo público da cidade, Instituto Geográfico e Histórico do estado do Amazonas). Também entrevistou personalidades que marcaram a trajetória de formação histórica de Rondônia.

O intento, tal qual expressado por ele, era assegurar a *veracidade* das informações apresentadas e salvaguardar documentos ameaçados pela passagem implacável do tempo à qual se somaria ao comum descaso pelas *cousas de nossa terra*, pelo seu patrimônio documental.

Pusera-se, assim, na atividade de salvaguarda de passados ameaçados de sucumbirem à passagem do tempo, ao esquecimento. Os *Prolegômenos* apresentavam e justificavam a escolha do método, indicando a realização de vasta pesquisa. Ao escrevê-los, respondia ao parecer contrário da Comissão, que se negara a declará-lo vencedor, e a quem o acusava de ter feito trabalho apressado, sem a devida consulta à documentação probatória.

> Disseram ter muito pouco de minha lavra, e que procurei juntar cópias de Leis, conferências e fotografias que foram julgadas desnecessárias. Reafirmo que quis e fiz um relato sem sofismas. Tudo que foi escrito está provado de alguma forma, e nada melhor para provar isso que cópias de Diários Oficiais e jornais da época e retrato da pessoa que foi protagonista e escritos do próprio punho[280]

O que parecia estar em discussão, então, era a própria identidade da escrita da história e, neste ponto, Menezes explicitava o *regime historiográfico* com o qual dialogava, bem como

[279] MENEZES, Esron Penha de. **Retalhos para a história de Rondônia**. Porto Velho: Palmares, 1980, p 20.

[280] Ibidem, p. 21-22.

uma *memória disciplinar*, que o orientava a respeito dos elementos e protocolos que deveriam ser observados na *operação historiográfica*.

A reprodução de fotografias e dados biográficos do coronel Humberto da Silva Guedes, governador do território entre 1975 e 1979; e Jônatas Pedrosa, Pedro Alcântara Bacelar e César do Rego Monteiro, ex-governadores do Amazonas, justificavam-se, segundo ele, pela atuação destacada, *singular* na "atuação na criação e do desenvolvimento do Município de Porto Velho"[281]. Era a maneira de registrar, provar, sob o recurso da *autópsia* (HARTOG, [1980] 2014; [2005] 2013), quem era protagonista na construção da espacialidade.

Da lavra do próprio autor, fica-se a saber que a Comissão avaliadora do concurso fizera-lhe reparo à escritura, reclamou ou no verbo por ele usado, *condenou* as reiteradas referências feitas às *origens* e aos *vultos* que *protagonizaram* a história do munícipio, ao que não se furtou a responder, explicitando as referências historiográficas tomadas por parâmetro:

> Segui as regras dos ilustres historiadores que escreveram a história do Brasil, e pergunto aos doutos membros da Comissão: Por que Veiga Cabral, Joaquim Silva, Borges Hermidas, Jânio Quadros e Afonso Arinos fizeram pesquisas sobre árvores genealógicas dos reis de Portugal, antes do descobrimento do Brasil? Ou por que os historiadores dão ênfase à Escola de Sagres?[282]

A estruturação da obra seguia a apresentação de dados biográficos concernentes aos *pioneiros*, *fatos* e *eventos* que marcaram, conforme Esron Penha de Menezes, a trajetória da espacialidade. No que entende ser a *pré-história* do território, reproduzia na íntegra decretos e leis. Eram os casos dos decretos de *Substituição da Coroa Real pela Coroa no Escudo D'armas do Brazil Imperial* -1822; e da *Creação da bandeira e das armas da República dos Estados Unidos do Brasil* – 1889, bem como da lei nº 382, de 1850, cujo ato imperial, criava a província do Amazonas.

Tal procedimento fora desabonado pela Comissão responsável pelo concurso, considerando-o excessivo, um preciosismo documentado. E, portanto, mostrou-se reticente em acolher a obra como vencedora. O coro dos senões era adensando pelo estranhamento aos recortes temporal e espacial operados pelo autor, que recuava a épocas em que Porto Velho não existia e abarcava áreas fugidias aos limites territoriais da municipalidade.

---

[281] MENEZES, Esron Penha de. **Retalhos para a história de Rondônia**. Porto Velho: Palmares, 1980, p. 21.

[282] Ibidem, loc. cit.

Apesar das justificativas e contraposições apresentadas, parece que o orgulho do autor continuava ferido e não se sentia contemplado, justiçado. Assim, oito anos passados da publicação de seu *Retalhos*, publicava um segundo volume, intitulado*: Retalhos para a história de Rondônia*: *Território Federal do Guaporé.*

A exemplo do primeiro volume, o segundo era aberto à apresentação e opinião abonadora da empreitada, assinada por figuras de relevo na cena pública de Rondônia. A contracapa era assinada pelo então professor Lourival Chagas da Silva, onde apresentava autor e obra ao leitor. Esron Penha de Menezes era referenciado pela *memória invejável* e por constituir-se em

> [...] respeitável arquivo ao qual recorrem, constantemente, os mais diversos estudiosos da história de Rondônia. Como tantos outros escritores, não freqüentou ele faculdade. Cursou, entretanto, e bem, a universidade da vida. Autodidata, pois dedicando-se ao estudo da história deste rincão, que ama, em que mora e no qual deseja exalar o seu último alento, queira Deus ainda longínquo[283]

A menção à ausência de curso universitário de Esron Penha de Menezes, que cursara, *entretanto, e bem, a universidade da vida*, é provável, se remetia a disputas em torno da legitimidade da atividade historiadora. A Universidade Federal de Rondônia/UNIR fora fundada a 8 de julho de 1982 e a graduação em história esteve entre os primeiros cursos da instituição[284]. Esse debate silenciado seria retomado por outros *prefaciadores*, conforme ver-se-á em seguida.

A obra *Retalhos para a história de Rondônia: Território Federal do Guaporé*, segue a metodologia aproximada ao primeiro volume. Constituiu-se de narrativa na qual se fazia o inventário dos *primeiros* e das *primazias*. Constava de dados biográficos e realizações administrativas daqueles que governaram o território. Neste sentido, a tópica dos *pioneiros* lhe era bastante cara.

O prefácio de abertura, tinha a autoria de Fouad Darwich Zacharias, advogado, *primeiro* presidente do conselho estadual da Ordem dos Advogados do Brasil/OAB-RO, egresso do Ministério Público paraense e um dos sete desembargadores lotados em Rondônia, após a mudança de regime político de território a estado, quando da instauração do poder judiciário estadual.

---

[283] SILVA, Lourival Chagas da. O livro de Esron. In: MENEZES, Esron Penha de. **Retalhos para a história de Rondônia**: Território Federal do Guaporé. Porto Velho: Impresso Editora Gênese, 1988, n/p.

[284] Os primeiros cursos da UNIR foram: História, Letras, Geografia, Matemática, Educação Física e Pedagogia.

Datado de 1983, o texto de Fouad Darwich Zacharias fora escrito no calor das migrações. Sua aposta, então, estava direcionada ao registro da história para o futuro. Era pensada como operação a fazer jus a luta dos *pioneiros*, para *penetrar e dominar a natureza hostil*.

> É forçoso admitir que neste[s] tempos de migração indiscriminada do Estado de Rondônia, o nosso passado tem reduzida significação e limitada importância na montagem da nossa atual realidade social e econômica. Contudo, os valores e padrões estabelecidos pelos pioneiros, sobretudo nordestinos, desbravadores e conquistadores da floresta amazônica hão de ressurgir com toda força quando aqui restar estratificado o processo de ocupação da região.
> Presta o Esron uma enorme colaboração aos futuros e novos estudantes da nossa terra, fixando num determinado tempo os nossos constumes[285] e as nossas heranças culturais e as duras lutas travadas pelos pioneiros para penetrar e dominar a natureza hostil[286]

Ao mesmo tempo em que retomava *imaginários* recorrentes sobre a Amazônia, Fouad Darwich Zacharias acreditava que escrever a história, naquele momento, significava, sobretudo, nomear, reconhecer, apresentar às futuras gerações, o inventário dos abnegados, os *pioneiros, sobretudo nordestinos, desbravadores e conquistadores*, que estavam a vencer a luta conta a floresta e a *ocupar a região.*

Sob o título de *Crítica*, Esron Penha de Menezes publicava a opinião de Jacob Freitas Atallah, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia[287], datada de 1981. Este, por sua vez, situava a narrativa do autor dos dois volumes *Retalhos*, no campo da crônica. Ao tecer elogios a iniciativa, a compreendia na qualidade de *documento*, não seria, portanto, obra de *história*, mesmo que a consulta a ela fosse dita de inegável importância, a quem viesse a escrever a historiografia do estado.

> A obra que vai publicar o cronista ESRON PENHA DE MENEZES, analizemo-la sob aspectos pragmáticos e do ponto de vista histórico conjuntural que vive Rondônia.
> ESRON PENHA DE MENEZES é o cronista da história social e política de Rondônia.
> Como narrador atrela-se mais às pessoas que emolduram o fato do que a dissecação sociológica e histórica.

---

[285] "Costumes"

[286] ZACHARIAS, Fouad Darwich. Prefácio. In: MENEZES, Esron Penha de. **Retalhos para a história de Rondônia**: Território Federal do Guaporé. Porto Velho: Impresso Editora Gênese, 1988, p. 3. O destaque entre colchetes é nosso.

[287] Considerado um dos *pioneiros* da medicina em Rondônia, foi prefeito de Porto Velho entre 1972 e 1973 e eleito deputado estadual na legislatura de 1982.

> Em razão disso, sua narrativa ganha em vida e movimento, seus personagens, tem características de homens e mulheres simples, que também simplesmente viveram o momento narrado.
> Não se arvora, ESRON PENHA DE MENEZES, à condição de historiador por isso mesmo sua obra [se] revela de importância, como documento vivo e fiel a nossa evolução social e política.
> Assim, constitue valioso acervo que deve constar da bibliografia sobre Rondônia e receber o estímulo de nossas autoridades, de modo a que, outros compendios sejam publicados e mais enriquecida fique a historiografia de Rondônia.
> Nossos aplausos à iniciativa de ESRON PENHA DE MENEZES[288]

Se o presidente IHG/RO, a *casa da memória* rondoniense, apresentava certa restrição a tomar a obra de Menezes por narrativa de história, situando-a na qualidade de compêndio de documentos, o autor acrescia a ela o que chamou de *Conceitos sobre "Retalhos para a história de Rondônia"*. Nestes *Conceitos*, que constam homenagens ou mensagens recebidas pela publicação do primeiro volume, em 1980.

Mencionava o *Voto de louvor* a ele manifestado pela Câmara de Vereadores de Porto Velho; congratulações de Paulo Salim Maluf, então govenador de São Paulo, agradecimentos dos coronéis e ex-governadores do território de Rondônia, Humberto da Silva Guedes e Paulo Nunes Leal; e os cumprimentos de Cássio de Souza Mello, que fora empresário no ramo exploração do minério de cassiterita.

Incluía também o que chamou de *Opinião de estudiosos de coisas da Amazônia*, no qual consta o testemunho de Ari Tupinambá Pena Pinheiro, a respeito de seus *Retalhos...* Pinheiro, ao fazer digressão sobre os demais trabalhos publicados a respeito do que veio a tornar-se Rondônia, desde os relatos de viagens do século XVII, até a ação de *sertanistas* e *bandeirantes paulistas*, no que cita *Raposo Tavares*, indicava que a obra de Esron Penha de Menezes, seria continuadora dessa tradição[289], e sugeria aos pares, estudiosos das *coisas amazônicas*, *voto de louvor* à ela.

A narrativa tinha por início as *bandeiras paulistas*, o aprisionamento de indígenas e a busca por minerais preciosos, que ter-se-ia expandido com a chegada e a construção de *povoado*, no que viria a ser Cuiabá. Tais eventos, que remeteriam ao século XVII, estavam relacionados ao *alargamento das fronteiras* nacionais, para além do tratado de Tordesilhas.

---

[288] ATALLAH, Jacob Freitas. Crítica. In: MENEZES, Esron Penha de. **Retalhos para a história de Rondônia**: Território Federal do Guaporé. Porto Velho: Impresso Editora Gênese, 1988, p. 4. O destaque entre colchetes e nosso.

[289] A referência a Raposo Tavares e outros *bandeirantes* e *sertanista*, como o início, ainda precário, da presença *civilizadora* na área, pode ser conferida em: MENEZES, Esron Penha de. Nossas origens de Oeste, Leste e Sul. In:_____ **Retalhos para a história de Rondônia**. Porto Velho: Palmares, 1980, p. 16-22.

O argumento subjacente era que, desde tempos remotos, a *engenhosidade* e a *coragem* marcariam presença nessa terra de *pioneiros* e *desbravadores.* Século após século, *novos bandeirantes* reviveriam o desafio de *domar* a floresta, *lutar* contra os *nativos*, até *civilizar* estas paragens e nela edificar o *progresso*.

Nos *Prolegômenos* à segunda obra, Menezes comentava sobre a metodologia, da qual lançara mão para a constituição dela. Citava o levantamento intensivo de fontes e o reiterado compromisso em mostrar a autenticidade dos documentos, a embasar sua *operação historiográfica* (CERTEAU [1975] 2011).

> Pesquisei muito para poder oferecer alguma coisa onde os estudiosos de minha terra possam embazar seus pronunciamentos e escritos.
> Em Cuiabá encontrei muitos documentos sobre os antigos munícipios de Alto do Madeira e Guajará Mirim, e os distritos de Generoso Ponce, Ariquemes e Presidente Marques. Deles tirei fotocópias para revelar sua autenticidade[290]

A preocupação com o método e o compromisso reiterado com a *verdade* na narrativa realizada eram reafirmadas tanto na preocupação em assegurar a *autenticidade* do acervo documental consultado quanto em apresentar testemunho que legitimasse e certificasse a *operação* realizada. Neste sentido, Esron Penha de Menezes inclui, ainda, a *Palavra de Vitor Hugo*[291], historiador que atestava e aprovava a sua escritura.

Segundo Vitor Hugo, cuja extensa produção também cotejada no decorrer desta pesquisa, Menezes teria seguido seus passos, os caminhos que ele trilhara no final dos anos 1950, ao escrever os dois volumes iniciais de *Desbravadores*. A formação abrangente de padre[292], versado nas letras e leituras latinas, apresentado como membro dos Institutos Histórico e Geográficos do Amazonas, Rondônia e São Paulo traziam, sem mero acaso, referências a Cícero e a utilidade da história ao *amadurecimento* humano ou, ainda, ao exercício de *organização de fatos dispersos*. E a seguir as trilhas deixadas por José Honório Rodrigues, a afirmava como:

> "A geração nova desconhece História e a própria necessidade [de] conhecê-la", afirmou um grande vulto do Território de Rondônia, que conheceu por 40 anos as terras e águas de Guajará-Mirim a Vila Bela de Mato Grosso.
> Razão porque nem todos se abalam em fazer e tomar depoimentos.

---

[290] MENEZES, Esron Penha de. **Retalhos para a história de Rondônia**: Território Federal do Guaporé. Porto Velho: Impresso Editora Gênese, 1988, p. 8.

[291] O texto assinado de 5 de agosto de 1981 e captava parte das recepções ao primeiro volume de *Retalhos*.

[292] Em 1973, renunciaria ao sacerdócio e casaria no ano seguinte, com Maria Auxiliadora Lobato Ugo.

> E no entanto, escreveu Cícero, "ignorar o que tenha acontecido antes de nasceres, significa ser sempre criança". É o que temos em grande parte ao nosso redor. Foi o mesmo escritor-orador que afirmou: a primeira regra da História é que ninguém ouse veicular a falsidade e a segunda regra: ninguém deve temer a verdade!"
> "Servatis servandis", no trabalho do esforçado Esron parece-nos terem sido observadas essas regras básicas.
> - Ele fotografa – no dizer do mais completo dos nossos historiadores, José Honório Rodrigues – a realidade dispersa dos fatos[293]

Esron P. de Menezes construiria, sob tal perspectiva, uma *história fotográfica* de fatos dispersos, organizados em narrativa, cuja finalidade era posta na conta do futuro: possibilitaria às gerações vindouras conhecerem as experiências pregressas. Portanto, por meio do contato com as *lições da história*, poderiam aprender e amadurecer.

Na estratégia de certificação da escritura do autor de *Retalhos,* Vitor Hugo citava, diretamente, a avaliação que lhe fora feita por Plínio Ayrosa[294], professor de Etnografia da Universidade de São Paulo/USP, a respeito dos *Desbravadores*:

> "Satisfaz as condições básicas de uma pesquisa honesta.
> A não se permitiu, com muito acerto, preencher lacunas e, muito menos, deduzir, supor. Anotou o que ouviu, da melhor maneira que pode, honestamente, sem vaidade, sem pretensões ousadas, tão como seria de desejar um trabalho deste gênero. Não pretende ser completo nem definitivo, como, aliás, nenhum autor o poderá pretender. Desejou contribuir como lhe foi possível e, assim, a sua contribuição se tornará inestimável, por ser segura e apurada. O trabalho que temos à vista, em rascunho, atesta exatamente esse aspecto da obra futura. Que Deus conserve sempre o A. nesse rumo certo, mantendo-o longe da improvisão e das deduções apressadas"[295]

O parecer de aprovação a escritura de Esron P. de Menezes, divulgado por Vitor Hugo, se dava ao compreender que a obra do autor de *Retalhos* estava em consonância com os ensinamentos de Cícero, José Honório Rodrigues e atendia também às considerações feitas por Plínio Ayrosa, à sua própria obra.

---

[293] HUGO, Vitor. Palavra de Vitor de Hugo. In: MENEZES, Esron Penha de. **Retalhos para a história de Rondônia**: Território Federal do Guaporé. Porto Velho: Impresso Editora Gênese, 1988, p. 9. O destaque entre colchetes é nosso.

[294] Plínio Marques da Silva Ayrosa, engenheiro e professor universitário, ocupou a cadeira de titular de Etnografia e Língua tupi-guarani, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP).

[295] AYROSA, Plínio. Apud HUGO, Vitor. Palavra de Vitor de Hugo. In: MENEZES, Esron Penha de. **Retalhos para a história de Rondônia**: Território Federal do Guaporé. Porto Velho: Impresso Editora Gênese, 1988, p. 09.

O recurso ou retorno de Vitor Hugo ao reconhecimento que lhe fora dirigido pelo professor universitário, acadêmico uspiano, não deixava de ser curioso, posto que enquanto prefaciava a obra de terceiro, chancelava a sua própria escritura. Assim, dava curso às considerações, explicitava os critérios e ampliava as referências historiográficas, que certificariam tanto suas práticas de escrita, quanto lhe serviam de orientação à análise da escritura de terceiros.

> Na verdade, a História não é a simples lista de fatos mais ou menos cruéis, curiosos ou edificantes: é fácil ver nela uma arquitetura, que deve ser estudada e aprofundada à luz da Providência Divina Universal e da incontestável: liberdade da ação humana (Pio XII). "É a reviviscência do passado à luz do presente e marcada pelos mistérios da Providência, das origens e dos fins obscuros" (Tristão de Athayde).
> Para se adentrar as sinuosidades da História é preciso "dar espaço as fontes", escreve o profundo Bibliotecário da Biblioteca Ambrosiana de Milão, Aquiles Ratti, posteriormente eleito Papa Pio XII.
> E o que fez, faz e continua fazendo Esron Penha de Menezes, dando espaço e publicando fontes documentais, escritas e fontes testemunhais, enquanto ainda as tivermos entre nós e não obstante as dificuldades que muitas delas oferecem ao pesquisador. Esron não cria, ninguém mais cria nada em História. Fazem-se descobertas, reproduzem-se, analisam-se documentos e testemunhas[296]

As referências a que recorria Vitor Hugo eram estratégicas e sintomáticas, fosse do *lugar social* que ocupava, fosse dos procedimentos, das *operações* realizadas (CERTEAU [1975] 2011) pelo autor de *Retalhos*. Estas estavam em sintonia com a maneira segundo a qual, concebia a história e seu exercício de escritura. Se lhes criticavam a reprodução excessiva de documentos, por vezes na íntegra, no decorrer do corpo da narrativa, ele recordava fazer-se necessário *dar espaço as fontes*, a exemplo do que recomendara Pio XII. Logo, não haveria incongruência na escolha.

Ao perguntar se se poderia analisar o método, do qual lançara mão Menezes em sua escritura, responde a tal questionamento de maneira indagativa e igualmente sugestiva: "Estaríamos exagerando, com a afirmação de que Esron se transforma no "Mestre", o "Papa" em documentação histórica rondoniense?"[297]

A *Palavra de Vitor Hugo,* à guisa de comentário ou apresentação aos escritos de Esron P. de Menezes, parece – e aqui, recorremos ao procedimento por ele desaconselhado, qual

---

[296] HUGO, Vitor. Palavra de Vitor de Hugo. In: MENEZES, Esron Penha de. **Retalhos para a história de Rondônia**: Território Federal do Guaporé. Porto Velho: Impresso Editora Gênese, 1988, p. 9.-10.

[297] Ibidem, p.10

seja, na *dedução* ou *inferência* – ter por destino, os críticos de *Retalhos.* Mas não somente. Elas seriam dirigidas, também, àqueles que teceram ressalvas aos seus dois volumes de *Desbravadores*, classificando-os ou os resumindo à *história sacra* ou *católica-cristã.* Se Menezes seguira seu método este, por sua vez, calcado nos seus mestres e certificado, inclusive, por membros da Universidade, a exemplo de Plínio Ayrosa, então ambos cumpriam os protocolos, os programas e constrangimentos operacionalizados na escrita da história.

> Esron! esses comentários serão inevitavelmente retomados daqui a cem anos. Quando outros sérios historiógrafos e historiadores do século vinte e um serão bem mais agradecidos, compreensivos e sagazes em descobrir desapaixonadamente as falhas inevitáveis, os micros e macrocochilos e uma ponta indisfarçável de triunfalismo cá e acolá dirigido e tendencioso. Enquanto homens contemporâneos forem vivos, enquanto vicejam paixões e interesses de toda espécie, só nos cabe aguardar, sem deixar um instante siquer de documentar os fatos. Mas os historiadores e historiógrafos do século vinte e um saberão sobretudo evidenciar os valores intrínsecos dos livros de Esron Penha de Menezes, de suas reportagens e lhe atribuir o inconcurso laureal da vitória. O tempo dirá se Esron ficou ou não, isento de ser escravo humilde e isento de ser mestre tirânico dos fatos. Nem por nada a própria consulta aos Arquivos do Ministério das Relações Exteriores obedece por decreto presidencial a normas e regras que impedem o acesso ao público antes de determinado prazo.
>
> Esron, não se preocupe: os cães ladram e a procissão passa. Em outras palavras um cão, um bêbado, um moleque e um casal de namorados ou quem quer que seja façam o que quiserem ao pé de um poste de iluminação pública, embora tido como velho, superado, antiquado, desajeitado e carcomido. Desde que sua lâmpada esteja dando luz, nada poderá apagá-la pelos que estão em baixo, as pedradas atiradas retornarão por cima da cabeça, continuará iluminando os caminhos, e o sândalo perfumará ainda e sempre o machado que o repercutiu foi uma profunda lição que aprendemos há mais de quarenta anos[298]

O caso do concurso do qual teria tomado parte o autor de *Retalhos*, com o primeiro volume da obra, sem, contudo, sair-se vencedor, era retomado por Vitor Hugo. Expressava a Menezes o desejo que às gerações futuras lhe dedicasse à merecida justiça e ao reconhecimento.

Neste ponto, cabe destacar as *marcas de enunciação* (HARTOG, [1980] 2014) presentes na sua *Palavra*: falava na terceira pessoa do plural: só *caberia aguardar* que, no futuro, a história fizesse justiça tanto ao autor de *Retalhos*, quanto a ele próprio. Caberia, então, aos historiadores do século XXI, revisitarem aquelas obras e avaliá-las de maneira mais

[298] HUGO, Vitor. **Palavra de Vitor de Hugo**. In MENEZES, Esron Penha de. Retalhos para a história de Rondônia: Território Federal do Guaporé. Porto Velho: Impresso Editora Gênese, 1988, p.10.

isenta e menos passional. Tratava-se, portanto, de mensagem de Vitor Hugo, referendada por Menezes, destinada a seus contemporâneos e aos historiadores do porvir.

Esron Penha de Menezes, ao levar a termo a empreitada de escritura dos dois volumes de *Retalhos*, além de fazer o inventário dos *pioneiros* e *desbravadores* que teriam construído Rondônia, se circunscrevia, ele próprio, dentro deste grupo. A isto observava César Montenegro[299], quando convidado por Menezes a lhe apresentar juízo sobre a obra e historiou, na ocasião parte do vasto percurso do autor, nos vários cargos e atribuições exercidas:

> A este homem de vida tão vivida, ainda restou tempo para nos brindar com relatos de fatos, como já dissemos, de nossa terra e nossa gentes, através do seu – "RETALHOS PARA A HISTÓRIA DE RONDÔNIA" – onde aborda diversos assuntos, como a evolução dos transportes em Rondônia, os homens que fizeram história, desde Rondon até Jorge Teixeira, os municípios que já existiam e os criados, a criação do Território e a elevação deste a Estado, etc...
> Sobre a Justiça. ESRON diz de sua organização, dos Juízes, Procuradores e Desembargadores.
> Estas breves considerações sobre ESRON PENHA DE MENEZES, diz bem do serviço prestado pelo escritor para trazer ao conhecimento de todos, as principais passagens da existência da nossa terra e dos homens que fizeram e estão fazendo a sua grandeza.
> Merece os nossos aplausos o esforço do escritor no sentido de pesquisar os fatos e divulgá-los para registro na história do heroismo dos pioneiros, plantando nesta região uma civilização que foi grande no passado e se agiganta agora com os novos bandeirantes da atualidade[300]

César Montenegro retomava, em seu depoimento, os elementos que orientaram a construção dos dois volumes de *Retalhos*. Qual seja, o destaque ao heroísmo, dos *pioneiros*, estes *novos bandeirantes*, que desde data longínqua travaram dura batalha para *plantar a civilização* por estas plagas, cujos relatos, também desde épocas remotas, a situavam ora

[299] Francisco César Soares Montenegro, nascido em Nova Cruz, Rio Grande do Norte e graduado em direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, exerceu as funções advogado, juiz e Rondônia, chegou a desembargador, tendo ocupado o cargo de presidente do Tribunal de Justiça do estado.

[300] MONTENEGRO, César. **Duas palavras.** In MENEZES, Esron Penha de. Retalhos para a história de Rondônia: Território Federal do Guaporé. Porto Velho: Impresso Editora Gênese, 1988, p.11-12.

como *paraíso perdido*[301], ora como *inferno verde*[302], entre o *éden* terrestre e o *limbo*, até ser dita *terra da promissão*[303].

Retornemos ao primeiro volume de *Retalhos*. Nele, Esron Penha de Menezes inventaria, mapeia, cartografa, eventos e personalidades que teriam marcado a *formação* de Rondônia. Assim, partia do presente de sua escritura, em que destacava a atuação do coronel-governador:

> O Território de Rondônia, durante a gestão de Humberto Guedes, vem experimentando sensível progresso, principalmente no setor agro-pastoril e nas indústrias extrativa mineral e extrativa vegetal.
> Também os setores de Educação e Saúde e Assistência Social têm recebido consideráveis melhorias.
> Destaque-se também a preocupação do Governador Humberto da Silva Guedes em criar-se uma infra-estrutura para o futuro Estado de Rondônia, sendo a sua principal luta a regularização da situação fundiária do Território[304]

O *progresso* se fazia naquele presente. A ação de homens como Guedes levava a termo o que antes era colocado na conta do futuro. Pela pena de Menezes, a *terra da promissão* parecia encontrar, finalmente, seu destino, tornara-se realidade. E seguia, retroagindo no tempo, e a construir o inventário dos *pioneiros*. Relacionava nomes e feitos administrativos de figuras como: Fernando Guapindaia de Souza Brejense, primeiro interventor nomeado à Porto Velho; Joaquim Augusto Tanajura, superintendente[305] de Porto Velho em duas oportunidades; Bahumnundo Alvares Affonso, último superintendente de Porto Velho, enquanto este município estava vinculado administrativa e politicamente, ao estado do Amazonas.

Construía, assim, síntese da trajetória de formação de Rondônia desde as primeiras incursões pelos rios Madeira e Guaporé, nos séculos XVII e XVIII, o que será um ponto de partida retomado por várias narrativas sobre a espacialidade – a menção à presença de

---

[301] Cf. CUNHA, Euclides [1905-1909]. **Um paraíso perdido**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

[302] Cf. RANGEL, Alberto [1908]. **Inferno verde**: cenas e cenários do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2008. Ainda sobre esta e a nota anterior, conferir discussão realizada no primeiro capítulo deste trabalho.

[303] Cf. : MACHADO, Ismar Cardona. A terra da promissão. **Veja**, Jul. nº 96, 1970, p. 21-23. Discutiu-se parte dessas projeções no capítulo anterior.

[304] MENEZES, Esron Penha de. **Retalhos para a história de Rondônia**. Porto Velho: Palmares, 1980, p. 26.

[305] Cargo que atualmente corresponderia ao prefeito da municipalidade.

bandeirantes naquelas áreas. Depois, passava aos chamados ciclos da borracha, à Comissão Rondon e à constituição do território federal do Guaporé.

O relato, nos dois volumes de *Pioneiros*, segue a "obstinação do homem na luta contra a agressividade da própria natureza". Do presente em direção ao passado, a narrativa trilha o caminho da *formação*, da *floresta bravia* que foi "[...] cedendo ante a tenacidade e a vontade de implantar-se nos trópicos uma civilização, para orgulho do Brasil de amanhã[306].

Em momentos reiterados da obra, situa a estrada de ferro Madeira-Mamoré como o fator que teria desencadeado o surgimento de Rondônia, primeiro como território federal, até este ser tornado estado. Além da ferrovia, o autor confere especial destaque a Aluízio Pinheiro Ferreira e a Cândido Mariano da Silva Rondon:

> Outro fator que acelerou a criação dos Territórios Federais foi a brilhante conferência pronunciada pelo capitão de Artilharia Aluizio Pinheiro Ferreira na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, na época presidido pelo Dr. Rafael Xavier da Silveira, que fora o último Consultor Jurídico da Madeira-Mamoré Railway, no Rio de Janeiro. Foi no decorrer da oração que o Diretor da Madeira Mamoré descortinou para os Chefes Militares e para os dirigentes da Nação as vastas possibilidades econômicas que oferecia a região amazônica e, paralelamente, a necessidade de guarnecer as nossas fronteiras, assunto antes debatido muitas vezes pelo ínclito Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, um dos desbravadores dessas mesmas regiões, trazendo como resultado a criação dos Contingentes Militares de Fronteiras que mais tarde foram transformados em Companhias e Pelotões da Fronteira e atualmente constituem o 3º Grupamento de Fronteiras de Rondônia[307]

Esron P. de Menezes completava sua ode ao *fundador* Aluízio Pinheiro Ferreira, com a transcrição, na íntegra, da conferência[*308*], proferida por este na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, no Rio de Janeiro, à qual fizera referência. Tal evento fora compreendido pelo autor de *Retalhos* como fundamental à decisão de Getúlio Vargas, ao criar o território do Guaporé, depois Rondônia.

Na conferência do então capitão de artilharia, Aluízio P. Ferreira já se fazia notar a demanda pela substituição, na região, do modal ferroviário pelo rodoviário, pois segundo argumentava, era menos custoso em termos financeiros e exigia menos da engenharia.

---

[306] MENEZES, Esron Penha de. **Retalhos para a história de Rondônia**. Porto Velho: Palmares, 1980, p. 97-98.

[307] Ibidem, p.129.

[308] Cf. FERREIRA, Aluízio Pinheiro. Uma obra nacionalista no Oeste do Brasil. In: MENEZES, Esron Penha de. **Retalhos para a história de Rondônia**. Porto Velho: Palmares, 1980, p. 135-149.

A aproximação que autor de *Retalhos* realizava das trajetórias de Rondon e Ferreira não era casual. Este teria mantido relação muito próxima com o antigo líder da Comissão de linhas telegráficas e fundador do Serviço de Proteção ao Índio, tendo, também, vivido entre indígenas (Macurape), chegando a apresentar relatório dessa experiência ao marechal, por quem fora orientado. Também sucedeu a Rondon à frente da chefia do serviço de linhas telegráficas, situado no então 3º Distrito telegráfico do Mato Grosso. O coronel Aluízio Pinheiro Ferreira, era tomado por Menezes como continuador da obra *desbravadora* e *civilizatória* de Rondon, levando-a, inclusive, a seu ponto máximo, ou seja, a *fundação* do território.

Em 1993, Emanuel Pontes Pinto[309] publicou o livro *Rondônia, evolução histórica: a criação do território federal do Guaporé, fator de integração nacional*, resultante de pesquisa de mestrado defendida em novembro de 1992, junto ao mestrado em história da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ.

Os agradecimentos são destinados aos *pioneiros*, *desbravadores* e *deserdados*, que rumaram à Rondônia "em busca de trabalho, aventuras e justiça". O autor se apresentava, então, como um dos *migrantes sonhadores* que se deslocaram ao território em busca da realização de seus anseios.

> *Agradecimentos*
> Estamos entre os muitos pioneiros, desbravadores e deserdados que chegaram a Rondônia nos primeiros anos após a sua criação como unidade federada, em busca de trabalho, aventuras e justiça. Percorremos, em nossa migração, a mesma rota dos antigos potamitas, dos marupiaras e dos gapuiadores, que se tornaram afinal moradores daquelas paragens dos confins amazônicos, por terem ficado mundiados sempre pela sua natureza. Como muitos deles, não conseguimos ao longo de nossa vida nos libertar desse encantamento. A prova disso está sintetizada neste trabalho, que fizemos impulsionados pela força de nossos sentimentos, editado para

[309] A atuação profissional e política de Emanuel Pinto Pontes, em Rondônia, foi intensa e extensa. Natural de Belém, migrou para Porto Velho em 1947, aos 22 anos, onde foi funcionário nas administrações municipal e federal por uma década. Dedicou-se ainda a atividade seringueira e a extração de cassiterita. Em 1956, começou a atuar na imprensa, mais precisamente, no jornal o Guaporé, onde foi repórter, redator e diretor. Na vida política, exerceu mandato de deputado federal pela Arena, de 1967 a 1971. Também chegou a prefeitura de Porto Velho, entre 1974 e 1975. Nos anos de 1979 e 1980, foi membro do Conselho de Cultura de Rondônia. Em 1986, gradou-se em em história (licenciatura) pela Universidade Federal de Rondônia e em 1992, concluiu o mestrado em história do Brasil, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para maiores detalhes, cf.: FGV/CPDOC, 2019. Ainda no que diz respeito a atuação política, o prof. Valdir Aparecido de Souza (2011), em sua tese de doutorado, sugere que logo ao chegar a Porto Velho, Emanuel Pinto Pontes teria se vinculado ao grupo político comando por Aluízio Pinheiro Ferreira, que fora o primeiro governador do território e a quem Pondes credita, como veremos, lugar de destaque na *formação* de Rondônia.

> homenagear a gente rondoniana nas comemorações do cinquentenário da instituição do Território Federal do Guaporé[310]

Emanuel Pontes Pinto começava por se vincular aos habitantes dos rios (patomita), àqueles que viviam da caça e da pesca (marupiaras), de quem praticava a pesca ao acaso, nos baixios (gapuiadores), nos *confins amazônicos*, sitiados ou *mundiados* pela *natureza*. O retorno do autor às tópicas recorrentes no trato da espacialidade e em simbólica homenagem ao cinquentenário do antigo território do Guaporé, fundado em 1943, expressava, pois, o projeto de uma narrativa que buscava dar conta, conforme indicava já no seu título, da *evolução histórica* e da *integração* de Rondônia à nação brasileira.

> Emanuel Costa Pinto foi um aluno singular. Não se tratava de um jovem em processo de formação profissional, mas de um homem já vivido e realizado, que buscava na Academia o instrumental necessário à execução segura da sua missão precípua: escrever a história de sua terra. E o texto resultante, fundado em laboriosa pesquisa documental e cuidadosa análise bibliográfica comprova a validade do empreendimento. Neste sentido, o livro que é apresentado ao leitor no cinqüentenário de fundação do Território representa verdadeiramente obra pioneira à história de Rondônia[311]

A exemplo do que ponderava sua orientadora de mestrado, a profa. Maria de Lourdes Viana Lyra, no prefácio à obra, a trajetória de Emanuel Pontes Pinto fora marcada – tal como indicara César Montenegro antes, em relação a Esron Penha de Menezes – pelo *pioneirismo.* Ao narrar a formação do território, escrevia e se inscrevia, também, no papel de agente da *integração* mencionada.

Conforme argumentava, passadas cinco décadas da proclamação da república, "[...] a nação continuava com a sua fronteira oeste vazia, estática, sem conseguir que o novo regime lhe desse a ênfase colonizadora que teve no passado"[312]. Seria, então, a partir da criação dos territórios federais, notadamente do território do Guaporé, por Getúlio Vargas, na chamada *expansão para o Oeste*, que tal *vazio* seria revertido, qual seja, *preenchido*.

O autor de *Rondônia, evolução histórica* escolhia, como ponto de partida, as *bandeiras*, evento este que será revisitado por quase todos os trabalhos aqui cotejados. Assim,

---

[310] PINTO, Emanuel Pontes. **Rondônia, evolução histórica**: a criação do território federal do Guaporé, fator de integração nacional. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1993, p. VII. Itálico presente na obra.

[311] LYRA, Maria de Lourdes Viana. Prefácio. In: PINTO, Emanuel Pontes. **Rondônia, evolução histórica**: a criação do território federal do Guaporé, fator de integração nacional. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1993, p. IX-X.

[312] PINTO, Emanuel Pontes. **Rondônia, evolução histórica**: a criação do território federal do Guaporé, fator de integração nacional. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1993, p. XIV.

a despeito da *colonização* e *integração efetivas* serem dadas por recentes, no caso em tela, somava "apenas" cinco décadas. Isto significava que a luta para o fazer levara quase três séculos até que, finalmente, a *natureza* tivesse sido vencida e se tivesse um ponto de chegada, que culminaria com a criação do território do Guaporé.

> A conquista do sertão ocidental do Brasil, onde situa-se o estado de Rondônia, ocorreu durante o século XVII, em consequência do bandeirismo originado no Norte e no Sudeste. As primeiras bandeiras procedentes do Norte, chefiadas por militares portugueses, eram formadas basicamente por indígenas potamitas e por mamelucos paroaras afeitos aos rigores do meio amazônico; as do Sudeste, organizadas por paulistas, eram integradas, também, por indígenas montanos e mamelucos. Eles foram atraídos pelas imaginárias riquezas de um meio distante, que intermediava, naquela imensidão geográfica, a planície e o planalto[313]

Ali, durante longo tempo, o que ligava o Sul e o Norte era o curso dos rios, aquelas estradas-entradas, caminhos d'água, trilhados por *bandeirantes* e *sertanistas*, visando a escravização e o apresamento daquela *gente primitiva*, para comercialização nas áreas litorâneas:

> Os caminhos fluviais e terrestres, que convergiam para aquele rumo, uniam o Norte e o Sul da colônia e de lá divergiam em várias direções pelos manadeiros dos muitos cursos d'água. O nativo que ali vivia, inferiorizado pela sua pobreza material ante os apetrechos ostentados pelos chegantes, era preza fácil daqueles que faziam da preação seu meio de vida e de morte.
> A gente primitiva do chapadão e das baixadas do lado oriental do rio Guaporé, bem como a que se localizava nas margens do rio Madeira e de seus afluentes, tornou-se peça valiosa nos mercados de escravos do litoral[314]

Das bandeiras, Emanuel Pontes Pinto se deslocava ao histórico de construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré. Segundo ele, a primeira proposta de estrada, para vencer o trecho encachoeirado no rio Madeira, que impedia a navegação de embarcações de grande porte até o rio Mamoré, datava de 1846 e fora elaborada pelo engenheiro boliviano José Augustin Palacios, uma vez que a Bolívia buscava via de acesso ao oceano Atlântico.

Após narrar tentativas fracassadas, vidas humanas ceifadas, recursos financeiros desperdiçados, entre venturas e desventuras, finalmente, em 1912, a ferrovia seria concluída. Contudo, num período em que a economia da borracha arrefecia e dava mostras de que seria difícil compensar os gastos dispensados com a estrada de ferro.

---

[313] PINTO, Emanuel Pontes. **Rondônia, evolução histórica**: a criação do território federal do Guaporé, fator de integração nacional. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1993, p. 01.

[314] Ibidem, loc. cit.

Ao invés de lucrativo, o horizonte mostrava-se nebuloso. A atividade extrativista começava a dar prejuízos. Era nesse cenário que introduzia a vida dos seringueiros, submetidos que estariam à lei da *selva*, dura, implacável, severa. Onde ou se vivia conforme as regras do barracão[315], ou tinha de se sujeitar aos efeitos danosos dos castigos que lhes eram aplicados pelos seringalistas.

> Enquanto o seringueiro nativo procurava conviver com a natureza, integrando-se nela e agasalhando-se dentro dela, sem hostilizá-la, o nordestino chegou ao seringal cheio de rancor, revoltado pelas contingências da migração, tornando-se um predador de sua fauna e de sua flora, até convencer-se de que vivera melhor amparando-se nela, para tornar mais leves suas vicissitudes. Ao atingir esse estágio, transmuda-se, pois percebe o peso dos elementos ao seu redor, poder absoluto, imponderável, que castiga aqueles que ousam ameaçá-lo. A selva pune, sempre sem clemência, quem se atreve a enfrentá-la ou violentá-la. Certo de que para sobreviver não precisava resistir com intransigência às pressões do meio, o seringueiro amansou e se retraiu, manhosamente, fortalecendo-se na submissão às suas consequências. Mudou seus hábitos e adotou o modo de proceder autóctone. Escutou o som da selva e seus sentidos, mais sensíveis, aprenderam a decifrá-lo. Procurou conviver com sua fauna e aprendeu a usar as dádivas de sua flora. Deixou-se dominar pelo sistema econômico do seringal, nele integrando-se para sobreviver, a velha norma ali bem aplicada: quem não produzia, não consumia[316]

As ponderações de Emanuel Pontes Pinto a respeito do embate humano contra a natureza de que então se travava, a oferecer poucas possibilidades de vitória a homens e mulheres que se punham em luta, compõem parte do raciocínio comumente utilizado para questionar que a atividade seringueira tivesse construído formas de *povoamento* e *colonização efetivas*.

A seguir a lógica desse raciocínio, ali, a exemplo do que argumenta Pinto, a *natureza* mostrava-se *indomável* e *implacável.* O caminho à sobrevivência passava por se adaptar a ela; enfrentá-la era derrota certa. Talvez por isso, o desejo de *domá-la, civilizá-la* foi, de maneira reiterada, colocado na conta do futuro.

Como não teriam dominado a *selva*, sendo por ela *domados*[317], o questionamento à condição *pioneira* do seringueiro tornar-se-ia uma constante por aqueles que, décadas depois, colocariam a *mata selvagem* abaixo, mesmo enfrentando todo tipo de animal, de insetos

[315] Denominação comum à sede administrativa do seringal.

[316] PINTO, Emanuel Pontes. **Rondônia, evolução histórica**: a criação do território federal do Guaporé, fator de integração nacional. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1993, p. 100.

[317] Notam-se aqui, uma vez mais, ecos das formulações de Euclides da Cunha ([1909] 2009) e Alberto Rangel ([1908] 2008), na primeira década do século XX.

transmissores de doenças a serpentes venenosas e onças perigosas. Portanto, sem desconsiderar iniciativas anteriores – ditas fracassadas ou inconclusas –, se colocam na condição de *verdadeiros pioneiros.*

Com eles, ao contrário do que se observara com os seringueiros, não teria havido concessão. A *natureza* teria conhecido a força, a engenhosidade humanas e a despeito de mostrar-se resistente, finalmente se curvara ao julgo *civilizatório*. As estradas que cortavam a floresta; o estabelecimento de atividades agrícolas cultiváveis, em detrimento das práticas extrativistas; e a proliferação de centros urbanos, onde antes imperava o *inferno verde*[318], davam mostras de que os componentes da luta, os atores envolvidos e os resultados dela, a despeito das dificuldades, seriam outros[319].

Conforme argumenta Emanuel Pontes Pinto, o "[...] extrativismo vegetal não estava oferecendo melhores perspectivas de evolução para quem nele se engajava, por ser segregacionista"[320]. Qual seja, o extrativismo do látex impossibilitava o fomento de núcleos populacionais urbanos, pois seus agentes, *dominados* que estavam pela *natureza*, sucumbiam à força imperativa do *meio*. Ao invés de construirem *cultura* no espaço habitado, homens e mulheres se viam obrigados, na busca por sobrevivência, a cederem e a serem *aculturados* por ela. Se mantinham, assim, *isolados*, o que feria, ia de encontro à *natureza gregária* humana.

Embora com ações e impactos distintos em termos sociais e econômicos, o diagnóstico do autor de *Rondônia, evolução histórica* sustentava que a exploração de minérios, tampouco possibilitara levar a termo a *civilização do espaço*, o projeto sempre almejado de *domar a natureza* e *construir o progresso*:

> Por sua vez, o extrativismo mineral, que por ali passou de roldão em passado recente, deixando marcas duradouras na sua natureza, era atividade concentradora, não dispersando socialmente o homem. Mas não vingou. Desapareceu da terra, diluindo-se no tempo. A presença humana dispersa que vinha, então, pontilhando sua paisagem com o seringalismo, por ser insignificante, não lhe dava realce. Continuava a ser aquele sertão, portanto, por falta de expressão demográfica, nos trópicos, um "Mundo Perdido"[321]

---

[318] RANGEL, Alberto [1908]. **Inferno verde**: cenas e cenários do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2008. Cf. também, discussão realizada na segunda parte do primeiro capítulo desta tese.

[319] Parte dessas percepções, serão discutidas no próximo capítulo, que trata das narrativas de *desbravadores* e *pioneiros* na mesorregião do leste rondoniense.

[320] PINTO, Emanuel Pontes. **Rondônia, evolução histórica**: a criação do território federal do Guaporé, fator de integração nacional. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1993, p. 122.

[321] PINTO, Emanuel Pontes. **Rondônia, evolução histórica**: a criação do território federal do Guaporé, fator de integração nacional. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1993, p. 123.

Sem negar alguma *primazia* àqueles estabelecidos nessas paragens desde longa data, a ideia de que eram *dominados pela natureza* e tinham de se adequar às suas contingências faz com que se perceba os seringueiros como uma espécie de *autóctone* adaptado, *corrompido*, vencido, fracassado na batalha contra o *meio.*

Não seriam de todo *primitivos*, mas haveriam, em larga medida, abdicado da *civilização*; por isso, a inscrição deles no panteão dos *pioneiros*, dos construtores do *desenvolvimento* e do *progresso* sofre, se não a contestação completa, ao menos a concorrência e o deslocamento que relativiza, põe em segundo plano tal experiência.

O intento de construir núcleos populacionais *efetivos* e *duradouros* só teria sido alcançado, segundo a percepção do autor, a partir da construção da linha telegráfica, compreendida por ele como *fator de progresso*:

> A linha telegráfica se constituiu, portanto, naquele território, fator de progresso. Depois de alcançar Santo Antônio do Rio Madeira derivou para Guajará-Mirim, no rio Mamoré, completando o projeto inicial dos seus idealizadores. As estações disseminadas pelo sertão, transformaram-se em núcleos populacionais pioneiros, além dos postos avançados de atração de silvícolas. Embora efetuada às expensas do governo federal, sua construção não tirava dos governos estaduais de Mato Grosso e do Amazonas a responsabilidade de ocupar e desenvolver as áreas que estivessem sob suas jurisdições[322]

A estratégia narrativa de relativizar, ou colocar em segundo plano a importância da ferrovia Madeira-Mamoré, de seringalistas e seringueiros para a *ocupação efetiva* e *formação* do território, atendia ao objetivo de trazer para primeiro plano as figuras do marechal Rondon e do coronel Aluízio Ferreira.

Conforme se destaca, durante a guerra do Paraguai, uma comissão sob a responsabilidade do exército, comandada pelo coronel Gomes Carneiro, havia levado a termo a construção do trecho de linha telegráfica entre Cuiabá e o Araguaia – este, por sua vez, interligado às linhas existentes no sul. Informava que Cândido Mariano da Silva Rondon havia participado desta comissão como ajudante.

Em 1892, Rondon, após ser nomeado major (até então, era professor substituto de Astronomia e Mecânica, na escola militar do Rio de Janeiro), fora designado chefe daquela comissão e ficou no posto até 1906. No ano seguinte, após o governo do presidente Afonso Pena gerar demanda para a construção de novo trecho de linhas telegráficas que deveria ligar

[322] PINTO, Emanuel Pontes. **Rondônia, evolução histórica**: a criação do território federal do Guaporé, fator de integração nacional. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1993, p. 123.

Cuiabá a Santo Antônio do Madeira, constituiu-se nova comissão para dar conta das atividades, colocando-a sob o comando do major que teria outras atribuições, além da *integração* do *oeste* do país, através de telegráfos:

> Além do assentamento da linha telegráfica e serviços afins, essa comissão construtora foi incumbida, também, de efetuar levantamento geográfico, botânico, zoológico, geológico, etnológico e antropológico, e de verificar a situação das tribos indígenas existentes no sertão. Daí a atribuição de admitir, em seus quadros, não só militares, mas inclusive, técnicos e cientistas civis, tanto que teria dupla subordinação: ao Ministério da Guerra e ao Ministério da Viação e Obras Públicas[323]

A estratégia do governo federal de buscar conhecer, operar o levantamento da topografia e realizar inventário das riquezas presentes no território (fauna, flora e minerais), com (re)nomeação de rios, acidentes geográficos e catalogação dos *tipos humanos* que habitavam aquela área, nos remente às considerações de Benedict Anderson ([1983] 2008) a respeito da importância que *censo, mapa e museu* (quantificar, registrar, classificar, (re)nomear e catalogar) ocuparam, frente a trajetória de *imaginação* de identidades *nacionais*. Os resultados apresentados pela comissão liderada por Rondon, segundo síntese apresentada por Emanuel Pontes Pintos, reiteram esse raciocínio:

> O acervo de realizações da Comissão Rondon, até 1916, demostrou o assentamento de 1.493 km, 593 de linha telegráfica, além de 13 volumes de relatórios sobre botânica, com 2.770 exemplares incorporados às coleções do Museu Nacional, entre os seis mil cuja entrega ainda dependia de estudos; 12 volumes de relatórios de zoologia, com 595 exemplares classificados e 6.907 por classificar, inclusive 712 exemplares pertencentes à entomologia nele incorporados; cinco volumes de relatórios sobre minerologia e geologia, com 41 amostras; um volume sobre etnografia, com 6.082 exemplares incorporados, e dois volumes de relatórios sobre águas termais.
> O que realçou, sobretudo, o rol dos levantamentos efetuados pela comissão Rondon, nesse período, foi o geográfico, quando a exata situação de vários rios, alguns deles desconhecidos, veio a ser fixada, confirmando ou retificando trabalhos anteriores, com a colocação, nos mapas, de acidentes naturais até então ignorados[324]

O autor de *Rondônia, evolução histórica* apresentava, portanto, o inventário do inventário, ou seja, sintetizava em algumas linhas os expressivos resultados, auferidos pela comissão liderada pelo major e futuro marechal Rondon. A exemplo do que acentua Emanuel

---

[323] PINTO, Emanuel Pontes. **Rondônia, evolução histórica**: a criação do território federal do Guaporé, fator de integração nacional. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1993, p. 115.

[324] PINTO, Emanuel Pontes. **Rondônia, evolução histórica**: a criação do território federal do Guaporé, fator de integração nacional. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1993, p. 120.

Pontes Pinto, o trabalho da comissão não se restringira a *integrar* o território do *oeste ocidental* ao restante do país. Fez mais: buscou circunscrevê-lo, descrevê-lo, classificá-lo, nomeá-lo e apresentá-lo em linguagem científica.

Os dados coletados, reunidos e apresentados em relatórios, envolveriam museologia, botânica, zoologia, entomologia, mineralogia, geografia, etnografia... Não que tal prática fosse recente. Pelo contrário, replicava ás *expedições científicas*[325], frequentes na Amazônia desde datas longínquas, também interessadas no conhecimento, levantamento e classificação de riquezas naturais, animais e etnográficas daquela espacialidade.

O que se evidenciava era a observância de uma continuidade estratégica na busca pela *colonização*, *dominação* do dito *espaço nacional*, bem como das políticas a serem implementadas nele. E que continuaram e continuam a ser reatualizadas. Afinal, conhecimento, saber e poder, no que diz respeito à região em tela, têm sido mobilizados com frequência, no intento de *dominar* e *integrar* o tão reclamado *vazio amazônico.*

Fosse nos *Retalhos*, fosse em *Evolução histórica de Rondônia*, as ações *pioneiras* de Rondon teriam desfecho, seu ponto de chegada, com a atuação destacada de Aluízio Pinheiro Ferreira. Assim, um concluiria a obra do outro. O coronel, remanescente da chamada *revolta dos tenentes*, ocorrida em 1924, depois de passar três anos exilado na Bolívia, fora anistiado com a chegada de Getúlio Vargas à presidência e, conforme os autores, com atuação estratégica e destacada, (e)levaria aquela espacialidade à condição de território.

No inventário do *panteão dos pioneiros*, as posições de Esron Penha de Menezes e Manuel Pontes Pinto convergiam. Para eles, Rondon fora decisivo para *integrar* a área, ao passo que a primazia idealizadora caberia, então, a Aluízio Pinheiro Ferreira quando sugeriu, argumentou e convenceu Getúlio Vargas sobre a premência de se fundar um território federal naquela área. O coronel Ferreira, inclusive, teria recomendado que sua denominação fosse em homenagem a Rondon[326], posto que este seria *desbravador* inconteste, cujas ações haveriam *integrado* tal espacialidade à *nação* e legado vasta contribuição à ciência, em campos diversos do conhecimento.

---

[325] À guisa de exemplo, entre 1783-1792, Alexandre Rodrigues Ferreira, naturalista português, realizara expedição a região, tornada bastante conhecida a partir do relato intitulado *Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. A este e outros relatos de viagem, Euclides da Cunha ([1905-1909] 2009) também recorrera, quando liderou a comissão brasileira que teve por missão, demarcar, em meio a floresta, os limites entre Brasil e o Peru.

[326] Ferreira seguia trilhas de Roquette Pinto, que em 1915, já sugeria tal denominação e inclusive, publicou em 1917, obra com esse título.

Segundo Emanuel Pontes Pinto, tal homenagem só não fora efetivada por recusa do próprio Rondon. Mas os lugares, fosse deste marechal, fosse do coronel Aluízio Pinheiro Ferreira, estavam garantidos no seu *panteão dos pioneiros*, tendo sido destacadas suas *primazias*, tanto na *Evolução histórica de Rondônia*, quanto em *Retalhos*, de Esron Penha de Menezes.

Mas se a tópica dos *pioneiros e desbravadores* era uma constante nessas narrativas, sua constituição sofria concorrência, disputas, deslocamentos. Era 1998 e Vitor Hugo, sem negar sua trajetória, ao mesmo tempo em que apontava mudanças de percurso, abrira o terceiro tomo de seus *Desbravadores* com as seguintes palavras: "Agradeço a Deus o que fui, o que fiz e o que sou: ter sido pai, ter plantado uma árvore e ter escrito este livro"[327].

Além da produção de uma obra extensa de três volumes dos *Desbravadores* que somavam aproximadamente mil e quatrocentas páginas, Vitor Hugo teve trajetória multifacetada: ex-padre, vinculado à congregação salesiana, largara o sacerdócio, tornara-se esposo e pai. Com atuação destacada nos cenários político, cultural e educacional de Rondônia, marcou posição como escritor, jornalista, historiador, tradutor, professor nos níveis médio e superior. Foi o *primeiro* secretário de Cultura, Esporte e Turismo, quando da transição do território a estado e o *primeiro* reitor (*pro-tempore*) da Universidade Federal de Rondônia, ao ocupar cargo, quando da constituição desta.

Quase quatro décadas se passaram desde que, em 1959, Vitor Hugo publicara os primeiros dois tomos de sua obra[328]. Em 1998, ainda que vários componentes da trajetória da igreja católica na Amazônia e Rondônia estejam presentes, já não se tratava, somente, de uma história da atuação *desbravadora* dos jesuítas, seguida pelos salesianos. Era o que comentava, em tom elogioso, Jacob de Freitas Atallah, ex-presidente do IGH/RO[329], ao indicar não se tratar, ali, somente da "epopéia Salesiano-Católica, descrita unilateralmente – triunfalisticamente? –, mas a saga de um povo com seus acertos e erros"[330]

Do novo *lugar social* (CERTEAU, [1975] 2011) que ocupava, Vitor Hugo procurava destacar em narrativa também a participação dos civis na *formação* de Rondônia, ao mesmo

---

[327] HUGO, Vitor. **Desbravadores**: minha presença em Rondônia. Porto Velho: ABG, 1998, p. VII.

[328] Os primeiros foram cotejados no primeiro tópico deste capítulo.

[329] Conforme visto anteriormente, também assinou sua crítica a *Retalhos para a história de Rondônia: Território Federal do Guaporé*, de Esron Pensa de Menezes. Para maiores detalhes sobre a formação e trajetória profissional, cf. nota 23, neste capítulo.

[330] ATALLAH, Jacob de Freitas. Prefácio. In: HUGO, Vitor. **Desbravadores**: minha presença em Rondônia. Porto Velho: ABG, 1998, p. XV.

tempo em que se mostrava mais ponderado, matizado, em relação a posições assumidas quatro décadas antes, fosse em relação à *missão civilizadora cristã*, aos indígenas, a outras crenças ou a manifestações religiosas.

Já nos agradecimentos, o autor evitara renunciar ao que era e ao que dissera – suas crenças, concepções, valores e escritos – mas, mesmo sendo ele, após quatro décadas já não seria o mesmo, posto que construíra e percorrera novos caminhos, na trajetória de uma existência não avessa às mudanças. Ao continuar sua obra, procurava manter a coerência sobre si mesmo enquanto apontava para horizontes antes desconsiderados, afinal, no percurso do vivido, somavam-se muita pesquisa, o calor dos embates e debates da experiência pública, e as nuances marcantes da vida privada.

A passagem sumariada pelos temas presentes no terceiro volume de *Desbravadores* apresenta visita a antigas e novas temáticas. Trata de procedimentos de pesquisa em história, fundação de cidades (Porto Velho e Humaitá), educação e instrução, cultura, política partidária, religiões (evangélicos, Santo Daime, igreja católica – dioceses, paróquias, congregações e missionários) ciclos da borracha, cassiterita, meios de comunicação (destaca Rondon e a linhas telegráficas, mas vai além, indicando telefonia e emissoras de rádio e televisão) e transportes (aéreo, fluvial e terrestre, no que entra a ferrovia Madeira Mamoré), formação e atuação do judiciário, desenvolvimento do interior (migrações), *nativos* (indígenas), problemas sociais e os *pioneiros*, tópica subjacente a vários dos temas citados.

Na apresentação, Vitor Hugo evidenciava reverberações das críticas endereçadas aos outros dois primeiros volumes de *Desbravadores*, sobretudo no que concernia à centralidade da narrativa na crônica religiosa e à heroicização de atos e personagens eclesiásticas. Aproveitava o ensejo para mencionar sua concepção de história. Esta, ponderava, até pode ser um gênero literário, mas não se *misturaria* à ficção, sendo, pois, mediada pelo compromisso e busca pela *verdade*. E mesmo que estivesse além da mera relação de eventos, instituições e personalidades, seria impossível escrevê-la abdicando dessas informações. Não é sem motivos que nomes como Adam Schaff (*História e verdade*) Peter Burke (não cita a obra) e Eric Hobsbawm (Era dos Extremos – e a máxima de que cabe ao historiador lembrar aquilo que a sociedade esqueceu) figuram no texto, citados nominalmente ou relacionados nas referências.

> Uma vez que nos convencemos de que a História precisa ser feita em nome de todos, é natural que a exposição e sua ordem não obedeçam aos paradigmas convencionais. Em História, o próprio tempo é algo elástico:

> pode-se esticar e encolher. É o que o se observa de sobejo na leitura, pois pretendemos situar Rondônia na realidade nacional e global[331]

Ao mencionar o *convencimento* de que a narrativa histórica precisaria ser escrita com enfoque na experiência coletiva, Vitor Hugo indicava ter aceitado parte das críticas dirigidas aos volumes anteriores e buscava ampliar sua perspectiva, evitando restringi-la à trajetória da igreja católica ou colocá-la, a todo custo, como ponto central da narrativa, de maneira a dinamizar e pluralizar observando o movimento coletivo e a história contada agora *feita em nome de todos*, em detrimento de fazê-la para ou sobre um grupo específico.

Depois de tecer considerações a respeito da importância do investimento em ciência para que se tenha produção de conhecimento especializado, o autor lembrava que portar diploma universitário estaria longe de garantir merecimento quanto aos produtos que se tem entregado à sociedade brasileira, no geral, e rondoniense, em específico. Sua lembrança, situada entre a provocação e a reflexão, sobre os rumos tomados pela rede universitária brasileira, cuja existência congregava a maior parcela dos pesquisadores do país, parecia reavivar o debate sobre quem e de que maneira se produz a história no Brasil.

> De qualquer forma, não é o diploma que dá o conhecimento, se os conhecimentos adquiridos não fizerem jus ao seu reconhecimento oficial; aliás, já não basta transmitir conhecimentos, e sim, faz-se preciso criá-los, problematizá-los. Na Amazônia entretanto, nos revela o prof. José Marcelino da Costa, do Pará, existem professores universitários apenas engajados e empenhados na política que visa à eleição do próximo Reitor, fato esse, aliás, que, em nível de Brasil, ocorre de maneira parecida em outros estados também. De nossa parte, temos arquivada cópia de um telex justificando a suspensão de uma pesquisa metódica em nível universitário, pela única razão de que a Universidade estava numa das tantas e prolongadas greves que massacram ainda mais a intelectualidade brasileira. Outros pesquisadores, no entanto, há, cujas pesquisas, para serem levadas a efeito, não têm outro amparo fora os próprios recursos pessoais, ou então participam de núcleos de pesquisas que emprestam o nome a outras universidades[332]

Os comentários sobre os rumos e procedimentos da pesquisa histórica e a respeito dos embates políticos presentes na Universidade não eram mera casualidade. Vitor Hugo fora reitor pró-tempore da Universidade Federal de Rondônia, quando de sua fundação, e estava a par das disputas que a envolviam, tanto no âmbito político quanto acadêmico.

---

[331] HUGO, Vitor. **Desbravadores**: minha presença em Rondônia. Porto Velho: ABG, 1998, p. XVIII.

[332] Ibidem, p. 2.

Credenciado como membro dos Institutos Histórico e Geográfico de São Paulo, Amazonas[333] e Rondônia, da Academia de Letras/RO, da Academia de Ciências e Letras Jurídicas/RO e da Ordem dos Advogados do Brasil/OAB, o comentário abonador que assinara a obra de Esron Penha de Menezes, citado anteriormente, fornece ideia dos embates e debates que estavam postos a respeito da legitimidade da escrita da história. Na contracapa, onde constam os dados biográficos do autor e informações sobre a obra, tais credenciais eram reforçadas:

> O autor, prof. Vitor Hugo, que reedita "Desbravadores", fez estudos superiores em S. Paulo, Rio de Janeiro e exterior. Em seus mais de 40 anos de vivência em Rondônia, ocupou a cátedra do magistério tanto a nível médio, quanto a nível superior, foi o primeiro Secretário do Estado de Rondônia para a Cultura, o Esporte e o Turismo, além de ter criado a Rádio Caiari, implantando o automatismo telefônico em Porto Velho, onde – nos anos sessenta – também colocou a primeira imagem televisionada. Com a autoridade de profundo conhecedor da região e dos homens que habitam a Rondônia de Roquette-Pinto, lhe foi possível acompanhar passo a passo o progresso que a envolve, com seus complexos problemas, a partir da eclosão migratória aos problemas ecológicos, ambientais e do índio, todos vistos sobretudo sob o aspecto social[334]

Se Esron Penha de Menezes e Emanuel Pontes Pinto conferiam lugar central ao coronel Aluízio Teixeira na *fundação* de Rondônia, no *panteã*o escrito por Vitor Hugo há deslocamentos consideráveis. Além da atuação dos missionários, primeiro os jesuítas, depois os salesianos, conforme discutimos no primeiro item deste capítulo, foi outro coronel que ganhou destaque em sua escritura. Tratava-se de Jorge Teixeira de Oliveira, popularmente conhecido por Teixeirão, considerado o principal articulador na mudança de regime político do território a estado.

Assim, na escritura de Vitor Hugo, Aluízio Pinheiro Ferreira ocupava lugar cambiante entre a crítica e a busca por *humanizá-lo* o que, neste caso, significava tratá-lo sem o heroísmo e o destaque conferidos a outros sujeitos. Para isso, lança mão de estratégias diversas. Entre elas, narrar fatos passados. O relato que faz da demanda apresentada por jovens integrantes da União dos Estudantes Secundários/UES, em 1950, ao então deputado pelo território do Guaporé, Aluízio Pinheiro Ferreira, era bastante elucidativo a respeito:

---

[333] Nos I e II volumes, de 1959, a apresentação se restringia a filiação aos dois primeiros Institutos citados.

[334] HUGO, Vitor. **Desbravadores**: minha presença em Rondônia. Porto Velho: ABG, 1998, n.p. (Texto da contracapa).

> Em 1950, os alunos Abnael Machado de Lima, Antônio L. Reis, João Chaquian, Olavo Castro e Nélio Ribeiro, membros da União dos Estudantes Secundários-UES, de viagem a Belo Horizonte para participar do 5º Congresso Nacional de Estudantes, se detiveram no Rio de Janeiro com o deputado federal Aluízio P. Ferreira, pedindo apoio para a aprovação do curso secundário. O deputado pelo então Território Federal do Guaporé, desprovido de sensibilidade educativa, de acordo com as testemunhas, pronunciou-se da seguinte forma:
>
> *"Para que? não irão encher nunca aquele enorme edifício cheio de salas, mandado construir numa hora infeliz pelo antigo governador Ênio Pinheiro. Vamos fazer o seguinte: eu arranjo bolsas para vocês virem estudar no Rio de Janeiro".*
>
> A comitiva não aceitou e categoricamente recusou a proposta: posteriormente, o curso secundário para Porto Velho foi aprovado.
> Naquele mesmo ano de 1950, as Irmãs Salesianas, sempre na vanguarda, como afirma Abnael Machado de Lima, instalaram um Curso Pedagógico em nível de 2º grau. Também em Guajará-Mirim, no mesmo período, foi aberto o Grupo Escolar Simon Bolivar[335]

Enquanto os jovens estudantes pleiteavam o funcionamento de um colégio com de curso secundário em Porto Velho, Aluízio P. Ferreira, destacado pelo *pioneirismo* em grande parte das narrativas sobre Rondônia, dito idealizador e um dos principais responsáveis pelo convencimento de Getúlio Vargas, a criar o território do Guaporé, tendo ocupado neste, entre tantos outros cargos administrativos, os postos de *primeiro* governador e *primeiro* deputado a representá-lo na capital federal, era posto na condição de liderança desapartada dos interesses e anseios populares, sem contar a ausência de *sensibilidade educativa* manifestada, algo que as irmãs salesianas, em contraposição a ele e a ocupar a *vanguarda* nessa área, não descuidaram de realizar.

O deslocamento crítico em relação a Aluízio Pinheiro Ferreira, já prenunciado no segundo volume, publicado em 1959[336], era reiterado por Vitor Hugo quando sugere a importância de análises menos *triunfalistas* e *heroicizadas* em torno do coronel, algo que impossibilitaria cotejamento *imparcial* e *objetivo* da trajetória dele. Buscava, então a justa medida.

> "*Não façam de mim um Robin Hood",* queixava-se Aluízio Ferreira numa carta, no final de sua vida. Baseava-se no fato de que tinha início uma onda de triunfalismo e heroificação a respeito de sua pessoa: ao se fazer referência

[335] HUGO, Vitor. **Desbravadores**: minha presença em Rondônia. Porto Velho: ABG, 1998, p. 57.

[336] Ali, Vitor Hugo além de breve menção ao coronel, quando faz menção a este como *Uma figura em evidência*, para em seguida, mencionar o Padre João Nicoletti, como *Um herói anônimo*. O prof. Valdir Aparecido de Souza, em sua tese de doutorado, compreendia ser construída aí, contraposição direta, intencional. Cf. (SOUZA, 2011, p. 59-60).

> a Aluízio Pinheiro Ferreira ainda falta uma análise descomprometida, imparcial e objetiva. Esse mesmo movimento que dirige outros movimentos, a opinião pública e de certa forma, vez por outra, a imprensa, pode ter origem, quem sabe, de uma conferência feita por ele mesmo, já bem idoso, quando esteve pela última vez em Porto Velho, pouco antes de morrer: com uma ponta de egocentrismo plausível em pessoas idosas, fez questão de declarar abertamente, de acordo com o testemunho de presentes insuspeitos, que todo o surto regional progressista da época – final da década de 1970 e começo de 80 – tinha sido previsto por ele: nem estaria muito errado, se avaliarmos as afirmações a que ainda reportaremos, descritas em 31/10/44, aludindo desde então à futura transformação do recém-criado Território Federal do Guaporé em estado da Federação[337]

Vitor Hugo evitava negar a importância do coronel à constituição do então território do Guaporé, mas usava as palavras do próprio Anísio P. Ferreira para lhe retirar a áurea de *heroísmo* e lhe devolver a *humanidade* sempre passível dos atos falhos que marcam uma vida.

Imbuído do compromisso com os fatos, cuja narração deveria ser realizada de forma *isenta*, *imparcial* e *objetiva*, a bem da *verdade* histórica, sem *triunfalismo* nem *heroificação*, ponderava que, a exemplo de Getúlio Vargas, Aluízio P. Ferreira tinha práticas político-administrativas marcadas pela centralização excessiva, comportamento que minorou ou impediu o surgimento de novas "lideranças que herdassem o bastão político"[338], uma falta "de que ainda hoje se sentem as conseqüências"[339], pondo em dificuldade, após sua ausência do poder, sua obra.

Ao contrário do que ocorre ao remeter-se ao coronel Aluízio P. Ferreira, a percepção de Vitor Hugo, em relação ao cel. Jorge Teixeira de Oliveira, o Teixeirão, aparentava ser bem mais receptiva, apresentado na condição de protagonista do *novo bandeirismo* em Rondônia:

> Tinha certeza o Governador Jorge Teixeira, como escreveu mais tarde o poeta rondoniense Antônio Cândido da Silva, de que somente a força do trabalho tem a virtude milenar de construir.
> Formou-se novo bandeirismo de trabalho, cujos protagonistas iam em busca de trigo, de soja, milho, café, cacau e madeira.
> O Desembargador Eurico Montenegro Júnior lembrou em boa hora, que o "Teixeirão" encontrou toda a estrutura administrativa fixada pelo governador antecessor, Cel. Humberto da Silva Guedes. Havia, porém, necessidade de dotar o novo Estado de toda uma estrutura específica, o mais rapidamente possível[340]

---

[337] HUGO, Vitor. **Desbravadores**: minha presença em Rondônia. Porto Velho: ABG, 1998, p. 261. Itálicos presente na obra citada.

[338] Ibidem, p. 262.

[339] Ibidem, loc. cit.

[340] Ibidem, p. 280.

A despeito dos senões apresentados, de reconhecer a pertinência de algumas críticas a Jorge Teixeira, entre elas, sua inabilidade ou ausência de boa vontade no trato com políticos – o que soava de maneira dúbia, dado o pouco crédito de que costuma dispor políticos de ofício –, o *anti-indigenismo demagógico*, preocupado com a *auto-promoção*, *radical*, de inteligência limitada e temperamental[341], Vitor Hugo, que chegou a ocupar a pasta de secretário de estado para a Cultura, o Esporte e o Turismo na administração do coronel, tecia homenagem, em reconhecimento aos serviços prestados por este:

> Não foi de mão beijada Jorge Teixeira de Oliveira levou o Território Federal de Rondônia a ser um novo estado da Federação. A recompensa para ele tinha que ser mesmo outra: o trabalho, ter tido oportunidade de trabalhar grande, cumprindo, simplesmente, uma missão.
> O julgamento dos eventos que determinam grandes mudanças em qualquer panorama público, pertence única e exclusivamente aos historiadores; sentimos assim, poder afirmar com segurança que Aluízio Pinheiro Ferreira, Jerônimo Garcia de Santana e Jorge Teixeira de Oliveira são personagens que ainda é muito cedo para julgar desapaixonadamente[342]

Contudo, mesmo com tal ponderação, Vitor Hugo não abdicava de tentar:

> Jorge Teixeira de Oliveira fechou com chave mestra o ciclo da História do Território Federal aberto por Aluízio Ferreira: 1943-1981, 38 anos de duração. Sobretudo, foi o governador que fechou o ciclo – observa o pesquisador Francisco Matias – do bom relacionamento, amistoso e às vezes até mesmo subserviente, com o Poder Executivo, desde o começo da administração do Território Federal de Rondônia: Jorge Teixeira representa o exemplo mais bem acabado dos fundos gerados desse tipo de relacionamento. Foi um experiente administrador e estadista, tinha sido Prefeito na capital do estado do Amazonas. Coronel do Exército, soldado de prontidão – afirma o Juiz Roosevelt Queiroz Costa – homem honrado, honesto, dignificou a farda, todos os cargos. Teve tudo na mão, mas sua ambição não era pessoal, tinha espírito público, sua ambição era fazer do Território de Rondônia um grande Estado, como teria feito de Manaus uma grande capital: por bem ou por mal, todos deveriam se dobrar a esta missão. Seus homens fiéis – alguns sacrificaram sua própria carreira: não esperassem dele recompensa material. Deles, pedia sacrifício e dedicação; com isso, alguns passaram por rápidas desilusões. Fez o que pôde. Seu lema, todos o conheciam: "Trabalho, trabalho, trabalho": não parava para descanso, mesmo doente e cansado. Hoje o apelidaríamos de "workaholic man". Morreu pobre e privadamente nunca admitiu desvio de dinheiro público por nenhuma razão, nem ao deixar o governo, como lhe foi sugerido e seria de esperar. Lamentavelmente, foi e permanece uma exceção, por isso é que vale a pena a homenagem à Moralidade tão carente, como afirmado acima, entre os homens públicos em todos os tempos, ressalvadas poucas, muito poucas

[341] HUGO, Vitor. **Desbravadores**: minha presença em Rondônia. Porto Velho: ABG, 1998, p. 287.

[342] Ibidem, p. 286.

> exceções. "Os verdadeiros valores devem ser exaltados sem constrangimento, sem hipocrisia, sem medo de fazer justiça"[343]

Na busca por *justiça* e por uma visão *desapaixonada*, Vitor Hugo seguia, a retomar e reforçar a tópica dos *novos bandeirantes*, *desbravadores* e *pioneiros*. Em compromisso com a *verdade*, dialogava diretamente com um *regime historiográfico* que, a despeito dos deslocamentos e mudanças de percepção a respeito da trajetória de alguns personagens e/ou instituições, reatualizava determinada forma de pensar e escrever a história, então marcada pela construção do *panteão* dos fundadores. Escrever a história era, além do compromisso com a *veracidade*, operar o inventário dos *desbravadores*.

Ao mencionar o intento de realizar abordagem *imparcial* e *equilibrada*, Vitor Hugo, que tinha ocupado a cena política do estado, sobretudo na década de 1980, discorria sobre as lacunas representadas pelos projetos de poder secular vigentes, desde o advento da república, fossem tais projetos encetados por militares[344], fossem levados a termo por civis. E indicava à existência no país, desde longa data, de "uma ideologia de natureza autoritária"[345].

Talvez não seja de todo absurdo identificar na perspectiva apresentada, ecos, ainda que discretos, do homem que, em grande parte da vida, esteve a serviço da obra *missionária* e que compreendia e reafirmava a importância da formação *espiritual* como norteadora das relações humanas em sociedade, valores dos quais a política ter-se-ia afastado, em alguma medida, sob a justificativa da laicidade do estado.

É provável que o homem que compreendia o papel decisivo dos padres missionários como *desbravadores de almas*, concepção apresentada nos dois volumes iniciais de sua obra, não tenha se dissipado de todo em prol de perspectiva *equilibrada* e *desapaixonada* da narrativa histórica.

Em momento anterior já tinha mencionado como o padre Miguel Ângelo Carneiro Bastos, no colégio Dom Bosco, poucos anos antes de 1964, alertara os estudantes "[...] contra os perigos da doutrina marxista e dos ensinamentos que vinham dos que a propagavam[346]"

---

[343] HUGO, Vitor. **Desbravadores**: minha presença em Rondônia. Porto Velho: ABG, 1998, p. 286-287.

[344] Tecia crítica contundente a ditadura-civil militar (1964-1985). Tal posição não era sem motivos. Vitor Hugo, devido a desavenças com o Bispo Auxiliar de Porto Velho, Dom Antônio Sarto, no início da década de 1970, fora denunciado, por seus superiores, à Polícia Federal, ao Sistema Nacional de Informações/SNI e ao Departamento de Ordem Pública e Social/DOPS. A acusação era por ser estrangeiro e detentor de concessão pública da rádio Caiari. Investigado pelos militares, em 1971 foi para o Chile e de lá, para a Itália, seu país de origem. Retornaria ao Brasil, clandestinamente, em 1973, se estabelecendo no Rio de Janeiro.

[345] Ibidem, p. 268.

[346] HUGO, Vitor. **Desbravadores**: minha presença em Rondônia. Porto Velho: ABG, 1998, p. 267.

As narrativas cotejadas neste capítulo operam, portanto, deslocamentos no que diz respeito à valorização dos eventos e personalidades que seriam *fundantes* e *civilizadores* desta espacialidade. Contudo, reatualizam *regimes historiográficos* (NICOLAZZI, 2017) bem próximos. Isto é evidenciado pela recorrência de tópicas como *desbravadores*, *pioneiros* e *novos bandeirantes* nessas produções.

A construção de narrativas sobre o passado tem envolvido, com certa frequência, no Ocidente, a elaboração de *representações* identitárias para aqueles que narram suas experiências a partir de eventos que, segundo entendem, devem constituir-se no passado a ser memorado por determinada comunidade de referência, na maneira como ela é *imaginada* (ANDERSON, [1983] 2008).

Essas *representações de si*, do grupo, passam também pela construção do *outro*, da *alteridade*, cuja referência pode indicar deslocamentos ou aproximações com determinada tradição, reatualizando-a. Esse eu, narrativa de *si*, sujeito que pode ser também coletivo; e a circunscrição do *outro*, operada por tais narrativas, contudo, não se constitui num todo coeso e homogêneo no tempo e no espaço[347].

No caso em tela, à guisa de exemplo, *o outro* pode indicar os povos indígenas, representados como desprovidos de humanidade, situados como um *perigo natural*, vinculados à *natureza selvagem*[348] e que, a exemplo desta, deveriam ser igualmente *domados, amansados, civilizados*. Mas a depender do narrador, o *outro* também pode ser os *bandeirantes*, os *missionários* (*jesuítas* e *salesianos*), os *seringueiros* e *seringalistas*, *nordestinos*, *sulistas* e *sudestinos*, ao passo que um elemento parece uni-los: eles se dizem, se veem, se percebem *novos bandeirantes, pioneiros* e/ou agentes *civilizadores*, construtores do *desenvolvimento* e do *progresso*.

Se para Vitor Hugo, conforme observamos, os *desbravadores* seriam, num primeiro momento, os jesuítas, cuja obra havia sido continuada pelos salesianos, congregação da qual fez parte e, portanto, também por ele; num segundo momento, quando ocupava outro *lugar*

---

[347] Estas e outras ponderações a respeito da alteridade que marcam presença neste artigo, estão ancoradas principalmente no livro *Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*, do François Hartog ([1980] 2014).

[348] Percepção essa que em larga medida, da forma como geralmente é referenciada em escritos sobre a Amazônia, tende a excluir da ideia de *natureza* o espaço urbano e as populações humanas que nele habitam; em privilégio de noção que procura referenciá-la como sinônimo de *mata, floresta, animais silvestres, selvagens* e entre outras.

social, sem negar toda sua herança *missionária,* passou a identificar a atuação decisiva de civis nesse percurso, como a do coronel Jorge Teixeira de Oliveira, o Teixeirão.

Para outros, nos casos de Esron Penha de Menezes e Emanuel Pinto Pontes, o lugar dos desbravadores estaria reservado a agentes do estado, como o marechal Rondon ou, em épocas distintas e, às vezes, em perspectivas ora complementares, ora concorrentes, nos casos dos coronéis Aluízio Pinheiro Ferreira ou Jorge Teixeira de Oliveira.

Outro ponto a ser destacado é a maneira segundo a qual, nesse percurso, estes escritores costumam assumir para si, também, o lugar de *novo bandeirante, desbravador, pioneiro.* Se compreendem como narradores, partícipes e *testemunhas* da história que narram. Por isso, com frequência, assumem um programa de escrita que reafirma o lugar da *autópsia* (HARTOG, [1980] 2014; [2005] 2013), pautado pelo *desejo sincero de verdade*, na busca por fazer *justiça* através da *operação historiográfica* (CERTEAU, [1975] 2011).

Esta reflexão aqui proposta, e que se seguirá nos próximos dois capítulos, se afasta do intento de arbitrar a respeito de qual dessas versões seria mais *legítima* ou *verdadeira*. A ideia é compreender a historicidade destas narrativas e perceber tópicas reatualizadas em que pesem as especificidades e as diferenças, inclusive temporais, que as marcam.

4. NARRATIVAS DE *PIONEIROS* NA MESORREGIÃO DO LESTE RONDONIENSE

A mudança no estatuto político de Rondônia fecharia um ciclo, ao mesmo tempo em que inaugurava outra perspectiva na narrativa histórica contada sobre essa espacialidade. A reconstituição da trajetória que culminou com a criação do estado, traz consigo embates e representa projetos políticos em disputas, na medida em que ela demarca tempos, recorta espaços e costuma ser apresentada como o evento *fundante*.

Qual seja, essas narrativas buscam conferir sentidos a determinadas ações e personagens e a partir destas, demarcam e elegem *uns* em detrimento de *outros*, quando toma a criação do estado por evento *fundante* e estabelece um limiar, que supostamente, separa essa história em dois períodos distintos: o primeiro, duradouro, marcado por diversas tentativas de colonização ditas ou entendidas como *fracassadas* ou *incompletas*, abarcadas numa extensão temporal, que se alonga de meados do século XVII à segunda metade do século XX; e o segundo período, cujo destaque se atribuí a ação dos *pioneiros* e *desbravadores*, que teriam territorializado, tal espacialidade, a partir do final da década de 1960. Nessas narrativas, o verbo *efetivar* e suas derivações, adverbiais – *efetivamente* – e adjetivas – *efetiva* –, ocupam lugar destacado.

As ações estratégicas do governo militar, visando o que chamava de *colonização*, *marcha para o Oeste*, orientadas sob o lema *integrar para não entregar*, são perceptíveis de forma mais sintomática no início da década de 1970. O I Plano Nacional de Desenvolvimento/I PNB, elaborado para o período de 1972-1974, incluía, por exemplo, o Programa de Integração Nacional/PIN e dentro deste, estavam arrolados o PIC (Projeto Integrado de Colonização) e o PAD[349] (Projeto de Assentamento Dirigido), que datam de 1971. Um ano antes, fora criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Incra[350], órgão responsável pela execução dessas ações, por força do Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970.

[349] Além do PIC e do PAD, a região teve os seguintes programas fundiários: PA – Projeto de Assentamento; PAR – Projeto de Assentamento Rápido; PAC – Projeto de Ação Comunitária; PEC – Projeto Especial de Colonização; PEA – Projeto Especial de Assentamento; e NC – Núcleo de Colonização.

[350] A criação do Incra mobilizada pelo Estatuto da Terra (1964) e a partir da junção do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural (Inda).

Conforme observamos no segundo capítulo, a partir de *Realidade* e *Veja,* campanhas migratórias foram incentivadas pelo estado e ocuparam as páginas destes periódicos, com o intuito de preencher os ditos *vazios amazônicos*. Salvador Cim (2003), em levantamento realizado junto a Secretaria Estadual de Planejamento do estado de Rondônia/SEPLAN e ao Centro de Triagem e Encaminhamento de Migrantes/CETREMI – Vilhena/RO, apresentava os seguintes números da migração em Rondônia, entre 1977 e 1986: 1977 (3.140), 1978 (12.658), 1979 (36.791), 1980 (49.205), 1981 (60.218), 1982 (58.052), 1983 (92.723), 1984 (153.377), 1985 (151.684) e 1986 (165.679).

As informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, concernentes aos dados populacionais de Rondônia, levantados por ocasião dos censos demográficos, também caminhavam no sentido apontado por Salvador Cim (2003), ainda que os intervalos cobertos pelos recenseamentos, fossem maiores: 1950 (36.935), 1960 (70.783), 1970 (111.064), 1980 (491.069) e 1991 (1.130.874).

Assim, quando no final da década de 1980, começaram a ser escritas e publicadas as primeiras narrativas dos autodenominados *desbravadores* e *pioneiros*, situados na mesorregião do leste rondoniense, dando conta dessa trajetória, o desafio de habitar, povoar e construir a *civilização* no *lugar ermo*, onde só existia a *selvageria*, a *mata bravia*, a *selva fechada*, os *perigos da natureza*, mostravam, pela chave de leitura que ora se apresenta, que esses sujeitos entendiam e compartilhavam *imaginários amazônicos*, construídos e reatualizados em momentos diversos.

As narrativas sobre esses *pioneirismos*, quando enfatizavam o gigantismo da *natureza*, era menos para admirá-lo e mais para situá-lo como o potencial inimigo a ser batido. E levar a cabo a luta para *dominá-la, domá-la* e construir o *progresso*. Essa trajetória, mantém estreita relação com a *cultura política* (BERSTEIN, 1998; 2009), na qual esses homens e mulheres, autodeclarados *novos bandeirantes*, *desbravadores* e *pioneiros* nela se inserem, dão sentido e continuidade a ela: qual seja, reiteram a busca pelo *progresso*, pelo alargamento da *fronteira Oeste*, pela *civilização do espaço*, do *meio* ainda dito *selvagem*.

Nessas narrativas, o tempo é pensado como elemento que as organiza e separa, parece indicar o limiar entre os momentos dados como sintetizadores dessa trajetória: o *antes*, correspondente as tentativas anteriores de *ocupação* e territorialização da espacialidade, narradas como *fracassadas* ou *incompletas*, posto que não teriam operado sua *colonização* e *desenvolvimento efetivos*; e um *depois*, evento esse marcado pelo processo migratório, intensificado, sobretudo, no final da década de 1960, que indicaria, finalmente, o sucesso na *empreitada colonizadora.* Quanto mais se comunica nelas os insucessos passados, tem-se em

evidência *marcas enunciativas* (HARTOG, [1980] 2014), que reafirmam os feitos de quem teria possibilitado a emergência do *progresso* nessas plagas e atendido ao imperativo, ao chamado *patriótico* do estado brasileiro.

Na mesorregião do leste rondoniense, as narrativas publicadas com a finalidade de contar a trajetória do *desbravamento* e *ocupação* dessa espacialidade, historiam a constituição das cidades que se formaram no curso da BR-364, antiga BR 29, aberta ainda na administração de Juscelino Kubitscheck. Assim, narram a *formação* e constroem o inventário dos *pioneiros* de municipalidades, constituídas ao longo da rodovia, tais como: Ariquemes, Cacoal, Jaru, Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste, Pimenta Bueno, Presidente Médici, Rolim de Moura, Vilhena. Este capítulo busca compreender esse percurso e evidenciar como ele coloca em evidência, uma vez mais, a questão da empresa *civilizatória*.

4.1. Narrativas da chegada: no horizonte, o desafio de *civilizar* o espaço

Rolim de Moura é uma cidade situada na mesorregião do leste rondoniense, fundada em 05 de agosto de 1983 e localizada nas proximidades da BR 364, que liga o sudeste ao norte e centro-oeste do país. Sobre a cidade, destacamos as narrativas de Maria do Socorro Pessoa e João Batista Lopes, cotejadas aqui em perspectiva de diálogo, seja pela historicidade comum a produção a elas, seja pelas relações e inferências que a segunda estabelece com a primeira.

O nome da cidade remete a figura de Antônio Rolim de Moura Tavares, administrador, no período colonial, do território que atualmente corresponde ao Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia. Parte do domínio português dessa espacialidade é atribuída ao seu talento na definição e execução de estratégias bélicas, o que lhe teria levado a estabelecer alianças com alguns povos indígenas, dominar outros e deslocar, afastar a presença dos espanhóis na Amazônia, de forma a expandir os domínios da Coroa Portuguesa na região, experiência geralmente descrita nas narrativas aqui perscrutadas como conquista do *nosso território*.

Em 1988, cinco anos havia se passado da emancipação política do antigo distrito de Cacoal/RO, quando Maria do Socorro Pessoa[351] publicou *Rolim de Moura: um ponto de vista*.

[351] Maria do Socorro Pessoa atualmente é professora da Universidade de Rondônia/UNIR. No seu Currículo *Lattes* consta a seguinte apresentação: Linguista e Educadora. Graduação Letras-UEL- Londrina, PR (1974). Mestrado Linguística/Sociolinguística-UNICAMP-Campinas-SP (1996). Doutorado

A época, atuava no ensino básico. Professora de Línguas Portuguesa e Inglesa, também ocupara o cargo de Secretária Municipal de Educação, do município recém emancipado. Apaixonada declarada pelo mundo das letras, buscou tornar registro escrito a trajetória, os relatos de contemporâneos, que a exemplo dela, migraram para Rondônia no período.

A obra não apresenta classificação quanto a natureza ou gênero textual[352] e foi tecida num enredo que transita entre a prosa e a poesia. Assim, numa narrativa marcada por tons poéticos, contínua, sem subdivisões em capítulos ou demarcações similares, começa por situar o leitor no contexto mais geral da Amazônia, traça um histórico da constituição de Rondônia e destaca o histórico de lutas dos migrantes, apresentados como *colonizadores*, destacando *a coragem*, *a* bravura, *o pioneirismo* deles, para *desbravar a floresta*, de forma que tal escritura não se restringia a municipalidade rolimourense, sendo ampliada à constituição da espacialidade estadual e até nacional.

Essa escritura perpassa o relato sobre eventos apresentados como históricos, dados biográficos de personagens entendidas exemplares, e de relevo à trajetória de formação de tal espacialidade; a descrição de aspectos da biologia (fauna e flora) e geografia (relevo, clima etc.). Trata ainda de encaminhamentos concernentes as políticas públicas, nos campos da educação, da saúde e da infraestrutura presentes e bem como aquelas colocadas na conta do futuro, que na época, indicava a autora, deveriam ser providenciadas pelo estado.

O elogio a determinadas personalidades, que figuravam no mundo da política estadual, se fazia presente no texto, embora evitemos aqui restringi-lo ou interpretá-lo somente como suposta intenção interesseira, ainda que os interesses possam se fazer presentes – e estão – na narrativa, e não se constituam, necessariamente, em problema, que torne o *ponto de vista* apresentado, ilegítimo ou marcado peremptoriamente pela suspeição. Serve antes, para que se

---

Linguística/Sociolinguística-UNICAMP-Campnas-SP-(2003). Pós-Doutorado Didática e Tecnologia Educativa na Formação de Professores de Língua(s) para atuarem em ambientes pluri-lingüísticos-dialetais-Universidade de Aveiro, Portugal. (2007). Professora Associada e Pesquisadora da Universidade Federal de Rondônia. Formação, experiência e prática nas áreas de Linguística, Língua Portuguesa, Sociolinguística, Etnolinguística, Educação e Formação de Professores. Lider do Grupo de Pesquisa - Grupo de Estudos e Pesquisas Sócio-Etnolinguísticas; Campus de Vilhena-RO. Atua nos temas: Sociolinguística, Educação, Ensino de Língua(s), Etnolinguística e Formação de Professores de Línguas. Investiga a(s) Língua(s) e as Linguagem(ens) dos povos Amazônicos/Amazônidas. Investiga a situação linguística da Língua Portuguesa nas fronteiras do Brasil com: Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Uruguai, Paraguai e Argentina. Tem trabalhos apresentados em eventos Científicos, Mestrados e Cursos diversos no Brasil e em Países Europeus. Membro Investigador do LEIP - Laboratório de Investigação em Educação em Português, do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro, na cidade de Aveiro, em Portugal, com o Projeto: Pluralidade e Diversidade da Língua Portuguesa nas fronteiras do Brasil - uma perspectiva Didática. (Texto informado pela autora).

[352] Qual seja, ela não manifesta preocupação em situar a obra no campo da história, da sociologia, da antropologia, da biografia, do jornalismo, da literatura etc.

situem os vínculos, as teias, partes das *redes de sociabilidades* que buscam legitimar-se, frente a trajetória de determinadas personalidades ou grupos sociais, a partir da história que se conta sobre sua atuação, sem que se busque aqui, negar-lhes o direito que têm de contar a história sob sua ótica e percepção.

Segundo a autora, a publicação contou com a "Colaboração especial" do então senador José Ronaldo Aragão[353], que "concretizou a publicação deste livro"[354]. Tece também referências e agradecimentos a personalidades do cenário político municipal e estadual, a exemplo de Valdir Raupp de Matos[355] e Expedito Gonçalves Ferreira Junior[356].

A referência elogiosa a esses personagens não deve, contudo, ser resumida a ideia de propaganda. Neste trabalho, escrituras como a de Maria do Socorro Pessoa são tomadas, antes, por relatos marcados por determinado *lugar social* (CERTEAU, [1975] 2011) e como tal, traçam e trazem *representações* de mundo que lhe são comuns, mas que não se circunscrevem ou se limitam totalmente a ele.

---

[353] Nascido em Santa Cruz do Capiberibe (PE), ligado aos movimentos estudantes durante o ensino secundário, formado em medicina pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), também residiu no Paraná e no final da década de 1970, deslocou-se à Rondônia, onde em 1979, atuou como diretor do Hospital São Luís, em Cacoal (RO). Foi eleito deputado estadual constituinte pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), após a transformação do Território em estado. Em 1986, concorreu a uma vaga de senador constituinte por Rondônia, sendo eleito para a segunda cadeira. Faleceu em 1995.

[354] PESSOA, Maria do Socorro. **Rolim de Moura** – Um ponto de vista. CEGRAF: Brasília, 1988, p. 5.

[355] Natural de São João do Sul (SC), tendo migrado à Rondônia em 1977. Em novembro de 1982, foi eleito vereador em Cacoal, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Com a emancipação política de Rolim de Moura, então distrito de Cacoal, foi o eleito em 1984, também pelo PMDB, prefeito da municipalidade recém emancipada. Foi o coordenador no estado da campanha Fernando Collor de Melo à Presidência da República e em 1990, filiou-se ao Partido da Reconstrução Nacional (PRN), do então presidente da República. Pelo PRN, candidatou-se ao governo de Rondônia pelo, tendo sido derrotado por Osvaldo Piana, do Partido Trabalhista Renovador (PTR). Desde 1991, retornou ao PMDB, tornando-se vice-presidente estadual da legenda, pela qual foi novamente eleito prefeito de Rolim de Moura, em 1992. Em 1994, disputou mais uma vez o governo do estado, tendo sido eleito. Foi derrotado em 1998, na busca pela reeleição junto ao executivo estadual. Quatro anos depois, em 2002, concorreu a vaga no Senado Federal, tendo sido eleito. Em 2010, disputou novamente vaga no Senado Federal, ao qual foi reconduzido. Entre 2011 e 2012, ocupou a Presidência Nacional do PMDB. Cabe destacar que no contexto de escrita da obra, qual seja, 1988, ele era prefeito de Rolim de Moura, não tendo ocupado ainda a maioria desses cargos.

[356] Natural de Guararapes (SP), migou para Rolim de Moura/RO em 1981, com 18 anos de idade, onde trabalhou como ajudante de carga de caminhões. Em 1982, tornou-se Presidente da Associação dos Auxiliares de carga de Rolim de Moura. Entre 1983 e 1985, atuou na rede estadual de ensino, como professor de Matemática. Em 1985, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e elegeu-se vereador naquele município. Em 1986, foi eleito deputado federal constituinte por Rondônia. Um ano depois, ocupou a pasta de secretário de Trabalho e Promoção Social de Rondônia, permanecendo no cargo até o ano seguinte, quando foi levado à pasta de secretário titular da Secretaria Especial de Ação Comunitária (Seac). Em 1994 foi eleito deputado federal por Rondônia, sendo reeleito para o mesmo cargo em 1998, pelo antigo Partido da Frente Liberal (PFL). Nas eleições de 2006, elegeu-se Senador da República pelo Partido Popular Socialista (PPS). Atualmente sem cargo eletivo, desde 2011, é presidente estadual do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Nesse sentido, não deixa de ser representativo, portanto, o fato de que enquanto situava, nomeava personagens de relevo no cenário político da época, a autora tratava de maneira generalista, a figura do *cacaieiro*[357], que em sua narrativa, era um sujeito anônimo, sem nome, de identidade desconhecida, mesmo que sua atuação fosse mencionada. Tais eleições denotam, contribuem para situar, conforme se disse, seu *lugar social* (CERTEAU, [1975] 2011) e indicar parte das relações que estabelecia em sociedade, mesmo que este *lugar* não deva ser interpretado de maneira fechada ou maniqueísta.

No tocante a metodologia, a obra não traz referências nos moldes "tradicionais", e nem parece ser esta uma preocupação da autora. Cita dados, mas sem destacar geralmente a proveniência deles. Incorpora informações extraídas de relatos obtidos em conversas com pessoas do seu ciclo social, mas não explicita exatamente as condições nem a metodologia para registro de tais informações. Em larga medida, ela diz o *outro* e assume a narrativa desse *outro*, como sua também, do que se denota que reconhece e se reconhece na narrativa que tece. Talvez imaginasse, que mesmo não citado, pelas experiências ali registradas, o *outro* se reconheceria na história que contou, posto que se tratava da trajetória de migrantes como ela.

Outro escritor/narrador que tem dado conta de extensa produção a respeito do município de Rolim de Moura em específico; e da *formação* de Rondônia, em geral, é o sr. João Batista Lopes, agricultor (cafeicultor) e autodeclarado *pioneiro*. Dividida em duas partes[358], seu projeto *Histórico, musical, artístico cultural "Conhecendo Rondônia",* conta na *parte histórica*, com os seguintes títulos: *Álbum histórico: Rolim de Moura e seus pioneiros e desbravadores*[359], *Rondônia raízes e memórias*[360], *Os cacaieiros anônimos e a conquista de Rondônia*[361], *Álbum histórico "Conhecendo Rondônia"*[362], *Canções da nossa terra*[363],

[357] Expressão atribuída àquele que carregava o cacaio. Este, por sua vez, constitua-se de um utensílio improvisado de pano, lona, plástico ou material similar, formando uma espécie trouxa, atada por nó às pernas de uma calça *jeans*. Era feito pelos migrantes e utilizados para transportar produtos manualmente, sobre as costas (cereais, roupas, produtos de limpeza, higiene pessoal, ferramentas de trabalho, entre outras) quando se locomoviam a grandes distâncias pelo território.

[358] A divisão do projeto em duas partes (uma *histórica* e outra *musical*) é apresentada pelo próprio autor, no livro *Barcos negreiros, raízes de nossa história: pioneiros que fizeram a história de Rondônia acontecer* (2013). A *parte musical* do projeto conta a gravação de 3 CDs: *Conhecendo Rondônia, com mensagens ecológicas* (2002), *Homenagem aos desbravadores de Rondônia* (2009) e *Centenário da Ferrovia Madeira-Mamoré* (2013).

[359] LOPES, João Batista [1989]. **Álbum Histórico**: Rolim de Moura, Seus Pioneiros e Desbravadores. 2. ed. Rolim de Moura: Gráfica e Editora Paulu's, 1999.

[360] LOPES, João Batista. **Rondônia Raízes e Memórias**. 2ª ed. revisada. Rolim de Moura: Absoluta Impressos, 2017.

[361] LOPES, João Batista. **Os Cacaieiros Anônimos e a Conquista de Rondônia**: Retalhos Sobre a Ocupação e Colonização da Nossa Região. Rolim de Moura: Designer Gráfica, 2005.

Documentário verdade[364], *Barcos negreiros, raízes de nossa história: pioneiros que fizeram a história de Rondônia acontecer*[365] e a segunda edição, revisada e ampliada de *Rondônia raízes e memórias*[366].

Entre os migrantes que chegaram a espacialidade rondoniense, para *povoar* as terras ao longo da BR-364, o fluxo, a movimentação pelo território era uma constante, fosse em busca de lotes por demarcar; fosse por procurarem locais melhores situados, com a presença de rios nas proximidades, terras mais férteis ou até mesmo a fugir de conflitos[367] comuns ao processo de ocupação. Foi também a respeito da *colonização* da cidade de Rolim de Moura, que em 1989, João Batista Lopes publicou a obra *Álbum histórico: Rolim de Moura e seus pioneiros e desbravadores*, doravante, *Álbum histórico*.

Desde que migrou à Rondônia, João Batista Lopes movimentou-se por várias espacialidades, que depois tornar-se-iam também cidades. Quando a 13 de setembro de 1973 atracou por estas paragens, este era ainda território federal. Estabeleceu-se na fazenda Castanhal, em Cacoal. Todavia, foi na área correspondente ao atual município de Rolim de Moura que estabeleceu o ponto de partida de sua narrativa: "No dia 13 de julho de 1976, cheguei com a minha família e a mudança na linha 200"[368]. E arremata em seguida: "NOSSA HISTÓRIA COMEÇA AQUI"[369].

---

[362] LOPES, João Batista. **Álbum Histórico**: Conhecendo Rondônia (de 1500 até 2007). Goiânia: Gráfica e Editora a Gazeta de Rondônia, 2007.

[363] LOPES, João Batista; LIMA, Isaurinha. **Canções da nossa terra**. Rolim de Moura/RO. s.n. 2011. CD-ROM.

[364] LOPES, João Batista. **Documentário Verdade**: Meu Trabalho, Minha em Rondônia (40 Anos – 1973-2013). [S.l.: s.n.], 2013.

[365] LOPES, João Batista. **Barcos Negreiros Raízes de Nossa História**: Pioneiros que Fizeram a História de Rondônia Acontecer, de 1744 até 2013. S.l.: s.n, 2013.

[366] LOPES, João Batista. **Rondônia Raízes e Memórias**. 2ª ed. revisada. Rolim de Moura: Absoluta Impressos, 2017.

[367] Parte desses conflitos, seja com indígenas, seja entre os próprios migrantes, na busca pela posse da terra, podem ser investigados a partir de matérias veiculadas nos noticiosos, à época. A este respeito, conferir o segundo capítulo deste trabalho. À guisa de exemplos, indicamos: BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR. **Relatório da Comissão de Inquérito Instaurada pela Portaria nº 154, de 24 de julho de 1967**. Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&PagFis=103 Acesso em 10 out. 2018; MERCADANTE, Luis Fenando et al. A revolta dos índios. **Veja**, Ago., nº 48, 1969; MORAIS, Jomar. O faroeste brasileiro. **Veja**, Ago. nº 625, 1980, p. 58-64; PEREIRA, Raimundo Rodrigues. A última fronteira (Amazônia – Do mito à descrença e à esperança). **Veja**, Out., nº 110, 1970; VEJA. **A dura ocupação da Amazônia**. Set., nº 261, 1973; VEJA. **O índio do norte**. Abr., nº 346, 1975.

[368] Neste trabalho nos centraremos, basicamente, no *Álbum histórico*. Cf.: LOPES, João Batista [1989]. **Álbum Histórico**: Rolim de Moura, Seus Pioneiros e Desbravadores. 2. ed. Rolim de Moura: Gráfica e Editora Paulu's, 1999, p. 1.

João Batista Lopes apresenta-se como agricultor, cacaieiro e pioneiro. A história da chegada dele com a família, a espacialidade que, posteriormente, seria Rolim de Moura era o marco referencial da publicação, e a *memória familiar*, privada, é tornada *memória pública*, da coletividade, da cidade. O que parece motivar a publicação do livro/álbum e as outras obras que se seguiram a esta, era a busca por restabelecer o que considerava ser a *verdadeira história* da *colonização* deste município.

Procurava fazer, assim, uma espécie de exercício *revisionista* ou que *reestabelecesse*, fizesse jus a quem, *verdadeiramente*, teria sido *pioneiro.* Esse desejo é reiterado em momentos diversos da obra. Já na segunda página, cravava: "Todos os nomes, fatos e locais dos acontecimentos aqui relatados não são mera coincidência. São fatos verídicos"[370]. Mais à frente, no "*OBJETIVO (Memória)*" da obra, reiterava seu compromisso com o leitor:

> Ao escrever estas páginas, lembrei-me de VOCÊ, leitor amigo.
> Espero que você goste e fique conhecendo quem são os VERDADEIROS PIONEIROS E DESBRAVADORES de Rolim de Moura.
> O seu nome deve estar nesta narração, mas se não estiver, espero que na próxima Edição possamos contar com a sua honrosa presença, a fim de que [seja] também registrado na História da Família Rolimourense.
> Relatamos nomes daqueles que conseguiram sua emancipação financeira, comercial, industrial e agrícola, nomes daqueles que ainda caminha aos tropeções, os que perderam seus braços, suas pernas, seus olhos e os que tombaram para sempre neste chão abençoado por Deus.
> Esquecidos hoje, como sempre, mas lembrados amanhã.
> Aqui, prestamos nossa homenagem a todos.
> E lembrem-se dos nomes, dos locais, dos fatos e dos acontecimentos.
> Porque: "UM POVO SEM MEMÓRIA NÃO TEM FUTURO"
> O AUTOR[371]

Sua narrativa é uma confluência de textos verbais e imagéticos, acompanhada pela reprodução de fotografias, legendadas ou de textos que as contextualizam e trazem informações concernentes a elas. A organização é erigida, assim, como uma espécie de roteiro fotográfico, que busca dar a ver ao leitor, como se carregasse a intenção de prova, sobre quem são os *verdadeiros pioneiros e desbravadores*. Era como se lançasse mão e atualizasse o recurso da *autópsia* (HARTOG, [1980] 2014; [2005] 2013), por meio da possibilidade de olhar, observar a partir da matéria (fotografia reproduzida no impresso), de forma que o leitor

---

[369] LOPES, João Batista [1989]. **Álbum Histórico**: Rolim de Moura, Seus Pioneiros e Desbravadores. 2. ed. Rolim de Moura: Gráfica e Editora Paulu's, 1999, p.1.

[370] Ibidem. Itálico e destaque em maiúsculas presente na obra.

[371] Ibidem, p. 7. Destaques em maiúsculas presente na obra. O trecho entre colchetes, é nosso.

possa conferir, com os próprios olhos, e chegar a conclusão sobre quem, afinal, foi *realmente desbravador*.

O enredo busca provar sua *veracidade* e restituir, restabelecer a *verdade histórica*. Tal estratégia, que reúne a reprodução de textos verbais e imagéticos, será observada também em outras obras, tanto de sua lavra quanto, de autoria de outros (as) *narradores (as)*.

No *Álbum histórico*, em específico, a necessidade de referenciar quem são os *verdadeiros pioneiros*, talvez seja motivada pelo entendimento de que haveria em circulação, outras narrativas não totalmente fieis a *verdade*, quiçá falseadas, que contariam versão incompatível com o evento da *colonização*, tal qual ele ter-se-ia dado e do qual fora partícipe. Algo que na sua percepção, lhe *legitimaria* a ocupar, portanto, o lugar de *testemunha ocular*, de personagem autorizada a mostrar os fatos como estes se deram. Neste sentido, João Batista Lopes parece estabelecer diálogo indireto com Maria do Socorro Pessoa, em *Rolim de Moura, um ponto de vista*.

O prefácio de apresentação do *Álbum histórico*, assinado por Francisco Ferreira Moreira[372], ele também um migrante, nos confere ideia da temperatura, dos termos em que o debate *silenciado*, parecia se colocar. Assim, caberia ao tempo, tomado por *testemunha*, espacializado em fotografias, a função de julgar, restabelecer, colocar em cena a *verdade alterada*, negociada por interesses outros, segundo faz crer o prefaciador:

> A história de um povo não é feita por gloriosos exércitos que massacram adversários e colecionam vitórias, nem por intelectuais que se dando ao luxo do monopólio da expressão, - envaidecem ao escrever de forma auspiciosa, o que muitas vezes só o tempo é testemunha.
> Ele é consequência de fatos reais, feito pelo trabalho humilde e obstinado do homem que se perpetua ao transpor os obstáculos e se consolida com o tempo[373]

Os registros fotográficos reproduzidos na obra, eram alçados, então, a condição de *testemunhas* do passado, deveriam servir de prova, mostrar quem foram realmente, os *pioneiros*. Era como se em resposta a indagação de fundo, a respeito de onde estaria a *história verdadeira*, tais registros dissessem, com ênfase: basta ver, olhem.

---

[372] Graduado em Letras pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), entre 1989 e 1992, seria professor desta Universidade e ocuparia, inclusive, o cargo de Diretor do *campus* da UNIR de Rolim de Moura.

[373] MOREIRA, Francisco Ferreira. Prefácio. In: LOPES, João Batista [1989]. **Álbum Histórico**: Rolim de Moura, Seus Pioneiros e Desbravadores. 2. ed. Rolim de Moura: Gráfica e Editora Paulu's, 1999, p. 9.

> Aquele que não acompanha nem contribui com a história, corre o risco de se perder no passado e nunca mais encontra os caminhos do presente e muito menos do futuro.
> Foi pensando dessa forma, que o Sr. João Batista Lopes desbravador e pioneiro desta região, não hesitou em lançar seus olhos de observador e suas mãos audaciosas, no sentido de registrar os fatos que compõem parte importante de nossa Rolim de Moura.
> Homem obstinado e de espírito empreendedor, dedicou parte do seu precioso tempo à coletânea de dados capazes de fundamentar uma História Verídica, sem sofisma e sem fantasia: o retrato fiel da realidade que por sua sinceridade é digna de credibilidade e fé pública.
> Todos os relatos, acompanhados de ilustrações, caracterizam a trajetória até aqui percorrida pelo município e seguida de perto pelo Autor que não deixou escapar nem um dos mais enaltecedores instantes.
> Todos os documentos são certidões autênticas que atestam fielmente as transformações por que passou Rolim de Moura[374]

Francisco Ferreira Moreira prosseguia seu prefácio, numa espécie de *acerto de contas*. Abordava as *relações políticas*, que envolveriam outras produções sobre a cidade, algo que segundo afirmava, não seria o caso do *Álbum histórico*, comprometido com a *veracidade*, sem *fazer apologia a este ou aquele político*:

> Trato com desvelo de uma criança que saiu dos braços dos pioneiros, para de cabeça erguida marchar rumo ao cenário do progresso, ocupando seu espaço ao lado de outros Municípios.
> ROLIM DE MOURA, SEUS PIONEIROS E DESBRAVADORES; sem dúvida um belo trabalho, onde o Autor descreve os fatos com naturalidade sem fazer apologia a este ou aquele político, enumera os Pioneiros que fizeram e não os que se fizeram sob a égide de Rolim de Moura.
> É um trabalho que consolida e imortaliza os Pioneiros deste Município embasado numa realidade sofrida mas gratificante e que pode ser atestada por testemunhas oculares que ainda habitam nos recantos desta terra[375]

As fotografias, *provas documentais* que se somavam as *testemunhas oculares*, narravam os *fatos*, os *acontecimentos* aos quais elas se remetem. Qual seja, *a* quem, *verdadeiramente construíra a municipalidade, em detrimento dos que se fizeram ou auferiram sucesso quando a cidade já estava construída.* Francisco F. Moreira reatualizava e retomava, portanto, a força da imagem, do exercício do olhar e destacava a importância da *autópsia* (HARTOG, [1980] 2014; [2005] 2013) à construção do enredo, no qual se

[374] MOREIRA, Francisco Ferreira. Prefácio. LOPES, João Batista [1989]. **Álbum Histórico**: Rolim de Moura, Seus Pioneiros e Desbravadores. 2. ed. Rolim de Moura: Gráfica e Editora Paulu's, 1999, p. 9.

[375] Ibidem, loc. cit. Destaques em maiúsculas do autor.

apresentava, segundo ele, a *História Verídica* dos *Pioneiros* que construíram aquela espacialidade.

Todavia, em que pese os distanciamentos que procura sustentar, o *Álbum histórico* de João Batista Lopes, construída sob a tópica dos *desbravamentos* e *pioneirismos*, mantinha aproximações relevantes com o *Ponto de vista*[376] de Maria do Socorro Pessoa, publicado um ano antes e que partilhava do mesmo *regime historiográfico*.

Em seu *Rolim de Moura, um ponto de vista*, Maria do Socorro Pessoa, tecia comentários a respeito dos aspectos biológicos e geográficos do espaço que seria *colonizado*, da *natureza* que seria domada pelo engenho e trabalho humanos e tornada território, espacialidade construída com labor, com suor e muita luta.

A autora começava por fazer digressão ao período pré-colombiano. Em alguma medida, era uma narrativa preocupada em identificar origens e a partir delas, traçar laços de pertencimento daquela espacialidade com o tempo de escritura do texto.

> Há muito a dizer sobre um Estado, especialmente quando ele se torna o afluxo de culturas diversas, quando ele se localiza geograficamente diferente dos demais dentro do país.
> O Estado que se profetizou rico, que se profetiza fértil, promissor, generoso, acolhedor. O Estado que se origina em raízes antigas que quase não sobreviveram a nós; o Estado que acima de tudo e de todas as expectativas, quer se tornar acolhedor, receptivo.
> Mas como ser receptivo se as próprias condições geográficas e climáticas tentam isolá-lo? Como ser promissor, se as doenças características o afetam e muitas vezes o tornam ilhado?
> Como descobri-lo em fertilidade se as matas virgens o protegem e o guardam em seus profundos segredos e traiçoeiros mistérios?[377]

Na *terra da promissão*, reclamava Maria do Socorro Pessoa, em tom de angústia, os *entraves* ainda estariam interpostos. E ao *imaginário* da terra da *promessa*, se interpunha aquele outro, que reclamava do *isolamento*, das condições climáticas, de uma vivência *ilhada*, apartada do mundo de *fora*.

No presente de sua escritura, frente a um estado recém *formado*, a autora se colocava em posição de combate: buscava tradições passadas, projetava a fé num futuro promissor. A *promessa* de sucesso e riqueza era uma constante, mas para realizar-se, haveria que se enfrentar o presente, no qual quase tudo se mostrara por fazer. Se percebia ainda sitiada por

[376] PESSOA, Maria do Socorro. **Rolim de Moura** – Um ponto de vista. CEGRAF: Brasília, 1988.

[377] LOPES, João Batista [1989]. **Álbum Histórico**: Rolim de Moura, Seus Pioneiros e Desbravadores. 2. ed. Rolim de Moura: Gráfica e Editora Paulu's, 1999, p. 13. Destaques em maiúsculas do prefaciador.

mata, animais selvagens, insetos, doenças. Os *segredos* e os *mistérios* que escondiam as *matas virgens*, desagradavam, ponderava Maria do Socorro Pessoa.

No seu *Álbum histórico*, que publicou narrando a trajetória de *pioneiros* em Rolim de Moura, João Batista Lopes, ao tecer o inventário dos *primeiros*, incluía também nele o relato das dificuldades. Quando mencionava a primeira professora, fazia a narrativa das aventuras e desventuras, enfrentadas no desafio de exercer o ofício. Após a reprodução de fotografia da professora, apresentava outra, de 1976, cujo tema era uma *Ponte de cipó* sobre o Rio Arenito, seguida de texto que contextualiza a chegada do autor aquela espacialidade. Na página seguinte, continuava o relato, seguido de outra imagem, dos *Alunos da Escola "Vital Brasil"*, datada de 08 de agosto de 1976. E seguia o enredo, em textos verbais e imagéticos, a dar conta da floresta a ceder passagem ao fogo, para facilitar a derrubada. Pela força e empenho humanos, a transformação da *natureza* em *espaço produtivo*, era tornada história:

> Assim começou a nossa HISTÓRIA, no meio de árvores, derrubadas, galhos retorcidos e enegrecidos pelo fogo de uma queimada de mais de 100 (cem) alqueires de terra quase pronta para o plantio do café e cereais de todas as espécies.
> Onde antes existiu um arvoredo como mognos, cerejeiras, garapeiras, cedros, figueiras, angelim pedra e amargoso, caixetas, pequis e uma infinidade de madeira da exuberante FLORESTA AMAZÔNIA, além de grande quantidade coqueiros de todas as qualidades e tamanhos.
> Aqui, assistimos ao maior fogaréu, de "arrepiar os cabelos" de quem de fato presenciasse o episódio.
> Assim, aqui começou a nossa história... uma história verídica, que tivemos o cuidado especial de colecionar com dedicação todos os dados dos acontecimentos e de tudo que vamos narrar.
> Sem acrescentar méritos ou diminuir de quem de fato mereceu e merece[378]

Uma vez mais, como quem alertava aos leitores a respeito das *histórias falseadas*, o autor reiterava o caráter *verídico* – e *verídico* porque documentado – da sua narrativa. Esta não seria feita para referenciar personagens de merecimento duvidoso, que ao migrar à essa espacialidade, já teriam encontrado as trilhas abertas, os caminhos tornados estradas, a mata derrubada, agricultura em pleno desenvolvimento, os dos *primeiros* núcleos urbanos *formados*. Não. Ele faria *justiça* a quem *verdadeiramente* vivenciou as agruras e sofrimentos para tornar o *lugar ermo* em *espaço praticado* (CERTEAU, [1990] 2014), vivido, construído pela ação destemida dos *pioneiros* e *pioneiras*:

> No dia 08 de novembro de 1980 foi promovida a primeira formatura do segundo grau, em Cacoal, pelo Projeto "Logos II de Cacoal [...].

[378] LOPES, João Batista [1989]. **Álbum Histórico**: Rolim de Moura, Seus Pioneiros e Desbravadores. 2. ed. Rolim de Moura: Gráfica e Editora Paulu's, 1999, p. 13. Destaques em maiúsculas presentes na obra.

> Das 86 cursistas, três residiam em Rolim de Moura e andavam 70 km a pé para estudar em Cacoal.
> Naquela época, não havia estradas porque as pontes haviam rodado, com as constantes enchentes. A única condução era um avião Teco-Teco, que fazia seu vôo nesse trecho.
> Como as três formandas não ganhavam o suficiente para pagar um avião, pegava seus cacaios (mochilas) e andavam debaixo de chuvas dentro dos atoleiros, passando pinguelas às vezes à noite, com seus materiais nas costas, mas venceram e conseguiram seus diplomas do Magistério.
> As cursistas que moravam em Rolim de Moura, eram: Dona Enilde do Carmo Lopes, Dona Cleuza Maria Pereira e Dona Amália de Mello[379]

Um lugar sem estradas, onde se andava a pé, quilômetros a fio, de um povoado a outro, para estudar e conquistar um diploma, que permitisse atuar no magistério. Pontes de madeira, improvisadas, arrastadas pela força e fúria das águas dos rios, que enxiam e transbordavam com as chuvas. João Batista Lopes construía retrato de privações e pobreza. Mas também de luta e determinação na busca por vencer a *selva*, as privações impostas pelo *meio*, até que se construísse o sucesso e tornasse fato, o que era dito *promessa*.

Se com a publicação dessas duas obras, se estabelecia uma evidente disputa de *memórias*; o sentido, a ideia do *pioneirismo* que se queria apresentar, tanto numa quanto noutra, parecem bem próximos, posto que a *luta hercúlea* para vencer a *natureza gigante* e construir o *desenvolvimento*, a *civilização*, era referenciada, tinha presença cativa em ambas.

Pedro Brasil, em 2001, trazia a público *Vilhena conta sua história*. A narrativa era seguida pela reprodução de várias fotografias, em P&B, e estas, ocupavam um duplo lugar na obra: ilustravam, ao mesmo tempo em que davam a ver, serviam também como prova documental, que avalizava parte das informações apresentadas no decorrer da obra. Eram o registro imagético, as provas da *odisseia* contada. Nela, o recurso a *autópsia* (HARTOG, [1980] 2014; [2005] 2013) era chamado, uma vez mais, a ocupar o lugar do testemunho e a enfatizar a importância do olhar, que cotejava passado e presente.

Prefaciada pelo jornalista e escritor Júlio Olivar, este recuperava, no convite à leitura da obra, a *odisseia* travada contra aquilo que lembraria um *faroeste*[380], o qual, conforme ponderava, marcaria o início da espacialidade, na busca por vencer a *poeira*, a *floresta* e o *clima* inóspitos, *violentos*.

---

[379] LOPES, João Batista [1989]. **Álbum Histórico**: Rolim de Moura, Seus Pioneiros e Desbravadores. 2. ed. Rolim de Moura: Gráfica e Editora Paulu's, 1999, p. 32-33.

[380] O prefaciador retoma o *imaginário* do faroeste, tão caro ao cinema estadunidense e tornado matéria de *Veja*. Cf.: MORAIS, Jomar. O faroeste brasileiro. **Veja**, Ago. nº 625, 1980, p. 58-64.

> Li com gosto todo o livro "Vilhena Conta sua História" do Pedro Brasil. Gostei de ver por trás da Vilhena de hoje, bonita, de avenidas largas, arquitetura moderna e todo o jeitão de "gente grande", uma outra "Vilheninha". Um arraial onde as pessoas apanhavam água do rio e viviam uma odiesséia em busca de melhores dias, em meio a ruas empoeiradas, casario que lembrava filmes de faroeste. Sem contar o clima violento que então imperava no meio da floresta[381]

A visão aterradora que remeteria a um *faroeste* cinematográfico, e que marcaria os primeiros momentos de Vilhena, era contraposta às *avenidas largas*, à *arquitetura moderna*, a *cidade* que suplantara o *arraial* acanhado de outrora. A escritura realizada em 2000, observava, perscrutava a espacialidade construída e buscava nela suas origens longínquas, para reiterar a grandeza do percurso transcorrido.

Apresentada como a porta ou portal de entrada à Amazônia, se realizava na obra apanhado com informações sobre localização geográfica, limites, área, relevo, hidrografia, fauna, flora e população. O recorte temporal, de 1524 a 2000, foi construído a partir de registros da presença dos primeiros *desbravadores* na área que depois, corresponderia a municipalidade.

A narrativa abarcava sequência de eventos que seguia caminho já percorrido em outras obras a respeito da região: iniciava pela presença de *bandeirantes*, avançava ao primeiro ciclo da borracha, passava pela comissão Rondon, mencionava o que seria a mitológica mina de ouro Urucumacuã, referenciava a expedição científica Roosevelt – Rondon (entre dezembro de 1913 e maio de 1914), e chegava a delimitação do território do Guaporé, durante a II Guerra, no contexto do chamado segundo ciclo da borracha.

Depois de construído esse percurso, destacava o que entendia ser a *colonização* da espacialidade. Nesse momento, historiava a abertura da BR 29, atual BR 364; a visita de Juscelino Kubitschek ao que posteriormente, seria Vilhena, em 1960, para inaugurar a rodovia mencionada. Passava então, a contar os *primeiros tempos* da municipalidade e apresentava o panteão dos *pioneiros* vilhenenses.

No ano seguinte, qual seja, em 2001, João Vilhena e José Siqueira de Pereira publicaram *Os pioneiros. Criação dos municípios ao longo da BR 364*, doravante, *Os pioneiros.* O título da obra, reflete sua organização interna, a qual apresenta, sobre cada município, informações históricas, dados educacionais, organização político-administrativa,

---

[381] OLIVAR, Júlio. **Prefácio**. BRASIL, Pedro. **Vilhena conta sua história**: fragmentos da história vilhenense (1524-2000). Vilhena: Gráfica Delta, 2000, p. c.1.

localização, relevo, índices pluviométricos, bacias hidrográficas, clima, vegetação (flora), fauna, solo, bosques e/ou reservas ambientais, geologia, reservas minerais, demografia e *perfis* que biografam, compõem o panteão de alguns dos *pioneiros* de cada cidade.

Seguindo o curso da *colonização* levada a cabo ao longo da BR 364, abarcava as municipalidades[382] de: Ariquemes, Cacoal, Jaru, Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste, Pimenta Bueno, Presidente Médici, Rolim de Moura e Vilhena. A cada município era destinado um capítulo, de estrutura mais ou menos similar, apresentando poucas diferenças estruturais entre eles, ainda que se discorra mais sobre algumas espacialidades do que outras. Estas subdivisões, trazem o nome de cada município, acompanhado do subtítulo: *história, curiosidades e relatos inéditos*.

No que diz respeito aos dados biográficos dos autores, João Vilhena teve apresentação mais sucinta, mencionado como jornalista; ao passo que José Pereira de Siqueira era apresentado como *pioneiro*, "1º presidente do MOBRAL em Vila de Rondônia" (antiga denominação da espacialidade onde edificou-se a cidade de Ji-Paraná), "4 vezes presidente do Lions Clube Ji-Paraná"; "Venerável da Maçonaria", "Delegado do CRECI" e "Empresário do Ramo Imobiliário – Bela Vista Imóveis"[383].

A exemplo do *Álbum histórico,* de João Batista Lopes e *Vilhena conta sua história,* de Pedro Brasil, *Os pioneiros* inclui também textos e imagens (estas geralmente impressas em papel fotográfico), mas adotando um teor *propagandístico*, o que em alguma medida, diferencia o uso que faz do recurso fotográfico daquele presente nas demais publicações, cuja finalidade declarada era a de apresentar *provas documentais*, a respeito dos eventos narrados.

A maneira como se estrutura *Os Pioneiros*, sobretudo no que diz respeito aos conteúdos elencados, segue linha ou traço comum a outras publicações do gênero, produzidas e impressas sobre outras cidades, que se constituíram a partir da BR-364, conforme tem se evidenciado no decorrer desta pesquisa.

Tais publicações, marcadas pela verve do *pioneirismo*, carregam consigo uma espécie de *dever de memória*, na busca por manter viva a lembrança dos *desbravadores*, que transformaram a *floresta bravia* em cidades, polos ou *promessas* de *desenvolvimento*. Nelas, este percurso é narrado, via de regra, como consubstanciação do *progresso*. Elas se constituem também narrativas *de fundação*, cuja estratégia abarca, por um lado, o relato das

[382] Esta exposição seguiu a ordem de apresentação tal qual foi estruturada a obra.

[383] VILHENA, João & SIQUEIRA, José Pereira de. **Os Pioneiros**. Criação dos Municípios ao longo da BR 364. Ji-Paraná: Editora Ji-Paraná Agora, 2001, p. 6.

dificuldades e desafios de outrora; e por outro, ao relacionar a infraestrutura, as conquistas, o sucesso da empreitada, narradas à luz do presente, reafirmam o lugar do *progresso* tornado realidade e não mais somente uma projeção, desejo ou sonho, antes colocados na conta de um futuro distante, por vezes incerto ou improvável.

São relatos de lutas e sonhos realizados. A proliferação de obras impressas, reportagens e entrevistas veiculadas em rádio, programas de televisão ou redes sociais na *internet*, parece indicar a construção de marcos e o reconhecimento ou a coroação da empreitada tornada vitoriosa.

Um ano passado da publicação de *Os pioneiros*, Lourdes Kemper trazia à cena *Cacoal*, *sua história sua gente*, em homenagem a cidade, cujo lema norteador era *Paz*, *Trabalho* e *Progresso*, também conhecida por *capital do café.* A obra procurava *costurar*, unir, juntar os *pedaços* de histórias, numa narrativa que contemplasse a ação da gente *pioneira*, ação esta que conforme o roteiro traçado pela narrativa, antecederia em muito 1977, o ano de *fundação* da municipalidade; situando-a em quatro temporalidades distintas, *costuradas* pelo enredo.

Conforme a autora, o ponta pé inicial ter-se-ia dado, na época da comissão Rondon, em meados da segunda década do séc. XX, com o objetivo de instalar linhas telegráficas na espacialidade; o segundo, cerca de 50 anos depois, com a BR-29, posteriormente BR-364, cujo trecho que ligaria Porto Velho a Cuiabá, teria intensificado de maneira exponencial, o fluxo migratório à Rondônia; o terceiro ter-se-ia dado uma década depois, com a criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária/Incra, com atuação decisiva no ainda território federal; e o quarto, nos anos iniciais da década de 1980, quando finalmente a BR-364 fora pavimentada. Segundo acentuava André Moreira Nunes[384], prefaciador da obra,

> A segurança e a garantia do progresso de toda a região veio a ser coroado com o quarto fator, que foi a pavimentação da BR-364 de Cuiabá a Porto Velho e a partir de então, ninguém mais segurou o desenvolvimento acelerado do município de Cacoal e do Estado de Rondônia[385]

O livro de Lourdes Kemper foi construído a partir da contribuição de *pioneiros* e *pioneiras*, cujos depoimentos e registros fotográficos, foram cedidos para reprodução na obra. André Moreira Nunes, que assinou o prefácio, também publicou em 2012, na qualidade de

[384] Apresentado como um dos pioneiros do munícipio, funcionário da poder executivo municipal e escritor.

[385] NUNES, André Moreira. **Prefácio**. In KEMPER, Lourdes. Cacoal, sua história sua gente. Goiânia: Grafopel, 2002, p. 10.

pioneiro, narrativa sobre a trajetória de migrantes àquela espacialidade, intitulada *Histórias de Rondônia – Fatos reais da formação da região Norte do Brasil*[386].

No referido prefácio, após os habituais agradecimentos pela escolha e de ponderar, reticente, sobre o desafio que tal empreitada apresentava para si, dada a *exiguidade*, segundo ele, de seus *recursos linguísticos*, percebe na narrativa de Lourdes Kemper, um relato autorizado a respeito da experiência da gente *pioneira*, posto que a trajetória da autora, refletia percurso comum a leva de migrantes, que a exemplo dele e dela, seriam *conhecedores e participantes desta história*

> Lourdes chegou a Cacoal, no início de 1972, iniciando sua luta em Rondônia, na Fazenda Castanhal, juntamente com seus familiares, que firmaram um compromisso de trabalho agrícola de transformar 50 alqueires de terras em área produtiva de lavoura cafeeira, e como pagamento por este trabalho receberiam 200 alqueires de terras. Na condição de um dos proprietários da fazenda, acompanhei a luta desta família até o término da missão, quando passaram a residir na linha 03, em sua propriedade onde, a então lavradora, inicia uma nova fase de sua vida. Passa a lecionar em uma escola multisseriada, levando o conhecimento àqueles que não podiam se deslocar à cidade para estudar.
> O pioneirismo de Lourdes oferece-lhe condições de relatar fatos históricos, pois é uma amante natural desta terra, o que a motivou, apesar de todas as dificuldades, a dedicar-se a essa árdua tarefa de coletar informações que permitissem manter viva, na memória de todos, a saga dos que ajudaram a transformar a imensa selva, neste progressivo município[387]

O relato de Lourdes Kemper cumpria, entre outras finalidades, a missão de contar, de mostrar o processo de transformação da *selva* em espaço urbano, *produtivo*. Procurava reconstituir, por meio do enredo, a luta desencadeada para vencer o arbítrio da *natureza* e construir o *progresso.* A fórmula a que recorria, obedecia a perspectiva já identificada em vários trabalhos publicados a respeito da experiência *colonizadora* na mesorregião do leste rondoniense, conforme tem-se observado. Eles enredam determinada forma de organizar e *representar* o passado, elegem procedimentos, protocolos e programas comuns – uso de entrevistas, fotografias, indicação das adversidades, inventários das *primeiras* instituições, constroem o panteão dos *pioneiros* – que indicam, assim, a confluência e partilha de *regimes historiográficos* (NICOLAZZI, 2017).

---

[386] Esta obra não será discutida aqui. A menção a ela importa por evidenciar a profusão dessas publicações e os cruzamentos e relações estabelecidas entre estes narradores, autodeclarados *pioneiros*.

[387] NUNES, André Moreira. **Prefácio**. In KEMPER, Lourdes. Cacoal, sua história sua gente. Goiânia: Grafopel, 2002, p. 9.

De início, os migrantes construíam, como podiam e com o que tinha à disposição, a infraestrutura básica. Levavam a termo o *progresso*, enfrentavam, literalmente, as pedras, árvores e rios, que se colocavam pelo caminho. Improvisavam pontes de madeiras sobre rios – as chamadas pinguelas –, obrigando-os a construir vielas tortuosas, mas que ainda assim, eram resultado da força e da luta para vencer o *ambiente*: tecia o relato de cada ato heroico.

> Em 1972, os colonos com foice e facão abriam as primeiras picadas no meio da mata para chegar aos seus lotes. Em 1973, começam as primeiras colheitas de cereais (milho, arroz e feijão) e um novo desafio, pois não existem estradas para escoar a produção. Então, novamente em sistema de mutirão, os agricultores constroem as primeiras estradas, que mais pareciam picadas, cheias de curvas, pois tinham de desviar das pedras, árvores maiores e buscar trechos onde os igarapés eram estreitos para construir as pinguelas[388]

As primeiras casas (a obra inclui reprodução de fotografia) eram construídas com madeira e palha de coqueiro ou tabuinha, segundo a autora, um modelo *típico da década de 70*. A *selva* que caía, derrubada pela ação *destemida* dos migrantes era utilizada para construir abrigos provisórios.

> A maioria das famílias pioneiras, construía suas primeiras casas, ou barracos, na clareira da mata. As árvores derrubadas eram aproveitadas para esteios, vigas e paredes. Os telhados, de lona preta, palhas de coqueiro ou tabuinha. O piso, de chão batido. Os móveis eram improvisados; o fogão, por exemplo, feito de pedras, barro ou simplesmente usavam duas forquilhas onde penduravam caçarola em uma vara. Dormia-se em tarimbas ou redes. Os utensílios domésticos eram guardados em girau ou pendurados em pregos nas paredes. Enfim, usavam com muita criatividade os recursos disponíveis; uns auxiliavam os outros, de acordo com suas habilidades[389]

São *narrativas de formação*, relatos de *origem* que dão a ver as dificuldades enfrentadas, a trajetória dos sofrimentos, das privações, das lutas. Mas sobretudo, se destacam por contar como a *natureza* cedia passagem, era *transformada*: outrora empecilho, agora barraco, abrigo, morada, casa, lar. Narrar esse percurso, para a autora, correspondia a compreender o lugar da história na trajetória dos julgamentos das ações humanas, a respeitar o *dever de memória* que permitiria às *gerações futuras*, tomar conhecimento daquela trajetória e dar a ela seguimento:

> Às gerações do futuro, cabe a missão de continuar nossa luta e nosso trabalho, escrevendo esta história, pois Cacoal é um dos principais municípios do Estado e, pela diversidade de atividades que possui, nos dá a

[388] KEMPER, Lourdes. **Cacoal, sua história sua gente**. Goiânia: Grafopel, 2002, p. 69.

[389] Ibidem, p. 71.

> certeza que será sempre crescente seu progresso, oferecendo segurança a todos que aqui vierem residir.
> É partindo da premissa de que a história é infalível nos julgamentos de valores, que temos certeza, que os que vão um dia nos suceder dirão sempre que nosso sacrifício não foi em vão[390]

Na introdução, eram citadas algumas das causas motivadoras da elaboração da obra: o *resgate* da história do município, *reavivando-lhe alguns dos principais vultos e momentos*, fosse por meio da coleta de depoimentos de *pioneiros*, fosse a partir de pesquisa documental; a procura de estudantes por material, que lhes servisse de suporte à pesquisas, concernentes *à evolução histórica de Cacoal*; e por fim,

> [...] mostrar a determinação e a garra de um povo que em menos de três décadas, transformou uma imensa selva em um dos mais promissores municípios da região, o que, com certeza, servirá de estímulo para que as futuras gerações continuem trilhando o caminho do desenvolvimento, seguindo o exemplo dos pioneiros[391]

A escrita historiográfica de Kemper, era registro do que foi e ao fazer-se, constituía-se também, para a autora, em uma espécie de farol, cuja finalidade seria orientar às ações das gerações futuras. Com a narrativa histórica, se aprenderia sobre o passado e poderia desvendar, ainda, os caminhos que possibilitaram aqueles, que, possivelmente entrarão em contato com tal registro, compreender o caminho a seguir, com vistas a prosseguir nos trilhos do *desenvolvimento*, a continuar pavimentando a estrada do *progresso*. A história, assim, contava sobre o que foi, cumpriria também função educadora, a nortear trajetórias futuras, a trilha do porvir.

Conforme temos percebido, se destaca em várias dessas produções, a perspectiva, o papel de *orientação* atribuído à narrativa historiográfica; no intuito de contar, dizer a experiência pregressa. Assim, narrar corresponderia ao ato de *justiça* que restabeleceria a *verdade* da experiência vivida.

Entrecortado pela noção de *progresso*, esse *regime historiográfico*, também marcado pela percepção do caráter pedagógico da história, pensada como um ensinamento às gerações futuras, carregava consigo a expectativa de que ao se historiar o passado, não se buscava sua repetição, mas projetava-se, exatamente, evidenciar como operou-se a sua mudança, em direção ao que é percebido por um aperfeiçoamento contínuo da humanidade, que avançaria,

---

[390] KEMPER, Lourdes. **Cacoal, sua história sua gente**. Goiânia: Grafopel, 2002, p. 10.

[391] Ibidem, p. 13.

caminhava inexorável rumo à expansão e a conquista materiais, representadas, nos casos em tela, pela libertação humana do julgo da *natureza selvagem*, passando a *dominá-la*.

Em larga medida, esses eram lugares ou demandas bastantes recorrentes nos relatos dos *pioneiros*: contar como exercício de luta contra o *esquecimento*; narrar para fazer *justiça*, à luta daqueles que labutaram e tornaram *realidade* o que era posto no campo da *impossibilidade,* do *improvável*; historiar para vencer silêncios ou silenciamentos; relatar para às gerações futuras, a respeito de como se transformou mata, *selva*, floresta... *inóspitas* em cidades, onde se construiu a *civilização*.

Após a imagem que ilustra a capa do livro – reprodução de óleo sobre tela, que buscava retratar o centro de Cacoal, por volta de 1973, marcado pelo aspecto de vilarejo, com poucas habitações, terreiro barrento, ausência de asfalto e algumas pessoas circulando, em atividades rotineiras –, a primeira ilustração incorporada no interior da obra, era reprodução de fotografia em *P&B*, a qual destaca povos indígenas, nus ou em trajes exíguos, próximos a uma habitação tradicionalmente conhecida como *oca*, redonda, trabalhada em madeira e palha, entrecortada pelo seguinte texto:

> Até o século XX, toda essa região era uma imensa floresta habitada por povos indígenas.
> Em 1909, para a instalação da Linha Telegráfica, a floresta é cortada pela Comissão chefiada pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, e tem início, assim, uma nova fase da história...[392]

Imagem e textos parecem demarcar recortes bem precisos na narrativa. Estabelecem a diferenciação entre o mundo natural (floresta) e da cultura (indígenas), que então marcava àquela espacialidade; e que passará a outro estágio, adentrando a fase da história. As reticências que encerra o período anterior, a indicar o surgimento de *uma nova fase da história*, abrem também o posterior, no qual se reproduz outra fotografia, dessa vez, a indicar a chegada de *seringueiros*, *garimpeiros* e os *colonizadores* em barcaças, no que aparenta ser um riacho, ou afluente de algum rio

> ... começam a chegar os seringueiros, os garimpeiros e os colonizadores.
> Resgatar a saga desse povo é uma questão de compromisso e respeito à memória daqueles que nos deixaram e às futuras gerações que darão seqüencia a essa história.
> Muitos têm futuro, mas só os melhores têm passado, Cacoal tem passado...
> Conheça um pouco de Cacoal[393]

[392] KEMPER, Lourdes. **Cacoal, sua história sua gente**. Goiânia: Grafopel, 2002, p. 15.

[393] Ibidem, p. 16.

A autora fez escolhas, construiu seu recorte, motivada, supõe-se, por questões também operacionais. Obviamente, sua pesquisa não poderia estender-se infinitamente em direção ao passado; e a dificuldade em traçar a história das populações indígenas, que habitaram e habitam aquelas paragens, pode ser um dos motivos pelos quais a narrativa historiográfica que teceu para Cacoal, se inicia em 1909, com a presença de Rondon e sua comissão telegráfica, na espacialidade que em 1977, seria emancipada, tornada município.

Contudo, a eleição de determinados eventos como *fundantes*, pode ser considerada, também, significativa a respeito daquilo que autora considerava relevante, material de destaque em sua narrativa. E a discussão aqui proposta é menos estabelecer julgamentos e mais compreender parte dos elementos norteadores dessas escolhas, das *histórias* que segundo ela, a *história conta*.

Figura 5 – O *pioneiro* Lauro Aparecido da Silva, *domina* a cobra e o jacaré

Fonte: KEMPER, 2002, p. 195

> O pioneiro **Lauro Aparecido da Silva**, mais conhecido como **Passarinho**, relata que adquiriu o terreno localizado na Rua General Osório, esquina com a 7 de Setembro, pagando parte dele com dinheiro e parte com uma bicicleta e um revólver. Para conseguir sua casa, comprou as tábuas na serraria do Riozinho, distante uns 15 quilômetros do seu terreno. Mas como ainda não

> tinha dinheiro para pagar o frete, fez algumas viagens a pé, carregando essas tábuas nas costas. Passarinho conta que pescava para ganhar uns trocados. Em uma dessas pescarias, na região do Riozinho, numa só noite ele e seus companheiros de pesca teriam pego mais de 800 quilos de peixe. Em outra pescaria realizada no rio São Pedro, eles teriam sido surpreendidos e quase foram vítimas de uma cobra de aproximadamente 8 metros. E para comprovar que esta não era mais uma simples história de pescador, o fotógrafo Rosalvo Alves de Freitas fez questão de registrar a foto[394]

As *histórias que a história contava*, trazidas, narradas em seus livros, tecem o inventário das dificuldades, numa terra que era *promessa*, lugar de fartura, no caso da pesca, e de perigos e desafios que a vida ali encerrava, a exemplo da disputa e enfrentamento com animais silvestres, caso "causo" da cobra citada e cuja fotografia fora reproduzida na obra, de maneira a mostrar a *veracidade* do relato.

Lauro Aparecido da Silva, ao posar com a serpente gigante, desfalecida sobre os ombros e a ter, sob os pés, um jacaré, enquanto segura numa das mãos a arma que possibilitara o feito, a montagem da cena reatualizava, a um só tempo, *imaginários* de um mundo amazônico, *inóspito* e *selvagem*, enquanto dava a ver, por meio da *autópsia*, o tamanho da empreitada dos *desbravamentos*, a luta dos *pioneiros* para *civilizar*, *domar* a *natureza bravia.*

A confluência entre textos verbais e imagéticos cumpre a função de narrar, mostrar como operou-se a luta *civilizatória*. E o recurso à *autópsia* (HARTOG, [1980] 2014; [2005] 2013) era chamado, uma vez mais, para atestar, por meio do olhar, a *veracidade* daquilo que se contava.

Colonizar, *povoar*, *civilizar* são verbos de comando nessas narrativas. Os desafios a serem vencidos pelos migrantes estavam, contudo, marcados por dificuldades, sobretudo no contexto de chegada, na fase inicial, em que tudo se encontrava por fazer: derrubar a mata, vencer a pé longas distâncias, enfrentar a fúria das águas, disputar o espaço com animais selvagens, répteis, insetos e prover a sobrevivência.

Nesses relatos estão parte das projeções, expectativas e *imaginários* que conforme as narrativas, se tinha fora de Rondônia, antes da vinda à essa espacialidade. Contam também sobre a vivência nessas plagas – o durante tornado passado –, a trajetória, o percurso da experiência de quando levaram a curso a luta pela *colonização* e *povoamento efetivos* do território: dificuldades, angústias, alegrias, medos, realizações que marcaram tal empreitada.

---

[394] KEMPER, Lourdes. **Cacoal, sua história sua gente**. Goiânia: Grafopel, 2002, p. 194-195. Negritos da autora.

A esse respeito, entende-se que não é casual, por exemplo, a volta ou a retomada, nessas narrativas, a determinados temas, tais como: o *imaginário* anterior sobre a espacialidade amazônica; a selva tomada por entrave; o medo dos animais selvagens; as doenças; a ausência de infraestrutura e equipamentos urbanos básicos; o sonho da *terra prometida*, o *inferno verde*[395]; o *progresso* por se fazer, até ser feito pela ação dos *pioneiros*, os quais, por sua vez, narram tais experiências.

Estas ponderações não tem a finalidade de ater-se em discussões bastantes complexas e amplas no campo da *memória*. Se são retomadas nesse momento, é no intuito de tentar-se evitar naturalizações. Nesse sentido, compreende-se que as narrativas desses(as) migrantes carregam consigo um dos tantos pontos de chegada possíveis. Mas que ao narrar suas histórias, mesmo marcadas por situações do presente, reatualizam maneiras de contar, de representar o passado.

Estas narrativas estão marcadas pela projeção de Rondônia como a *terra prometida*, relatam a propaganda boca a boca e o lugar das missivas e dos missivistas – os *Peros* Vaz de Caminha do século XX[396] – a dar conta da *terra onde em si plantando tudo dava* e informavam dos desafios, projeções e desejos lançadas na conta do futuro, em espacialidade distante, que parecia traduzir num mundo desconhecido, o encontro ou a realização do *sonho do eldorado*.

Havia, conforme se tem reiterado no decorrer deste, *imaginários* já estabelecidos, partilhados, consumidos sobre a espacialidade amazônica, na qual se situava Rondônia. Essas narrativas, dão conta da interseção entre dois mundos: ora ele é o *espaço do medo*, da *floresta selvagem*, o *inferno verde*; e ora será verbalizado como a terra *prometida*, o *éden* terrestre, o espaço destinado a construção do *progresso*. Essas visões, mesmo que de início ambivalentes, não se excluem, são por vezes concomitantes, projetadas e retomadas em temporalidades diversas.

> Quando ele [esposo] falou de Rondônia a primeira vez eu disse: "Deus me livre". Quando falava em vim para cá eu tinha muita raiva. Não queria vim não. Falavam da formiga tucandeira que é desse tamanhozinho. Filhos não ficavam vivos, eu não queria vim. Mas depois que ele veio, a comadre

[395] Cf. RANGEL, Alberto [1908]. **Inferno verde**: cenas e cenários do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2008. A discussão também está no primeiro capítulo desta tese.

[396] Grande parte dos migrantes relatam que tomaram conhecimento do *eldorado* rondoniense pela *propaganda boca a boca* ou por meio de cartas enviadas por algum parente, contando das *riquezas* e de como conseguira seu tão almejado lote de terra.

> Alice, que é essa família que ele veio junto, que adquiriu um pedaço de terra, aí fiquei toda animada.
> E estou até hoje, mas no comecinho eu não queria vim para Rondônia. Por conta das histórias. Tinha a do macaco gogó de sola, que cortava a veia da pessoa quando estava dormindo na rede, eu falei: "ai não fica ninguém vivo uai". Os únicos medos que eu tinha era dos índio e dos macacos. Não tinha medo de serviço, não tinha medo de nada. Só dessas duas coisas. Mas depois eu vi que aquilo era tudo mentira e animei. Quis vim e estamos aqui[397]

A possibilidade do deslocamento, a chegada, o processo de adaptação: Maria Oliveira dos Santos é natural de Minas, migrou para o Paraná, depois para Rondônia, onde frente às dificuldades iniciais, a sobrevivência vinha da caça, do extrativismo, da agricultura de subsistência, em modos de vida que se assemelhavam aos dos indígenas, dado que conforme relata, *vivia-se tipo índio*. Há a adoção do modo de vida do *outro* que lhe era estranho e de quem tinha medo, inclusive[398]. E ao afirmar, *vivia-se tipo índio*, certamente todo um *imaginário* parece estar implícito, como algo dado a seus interlocutores. Qual seja, o que significa viver tal qual os indígenas.

O pavor, o receio, os medos que a espacialidade desconhecida provocava, aguçava a imaginação dos contos que se contavam, das histórias que se ouviam a seu respeito. Mas os "causos" tinham lastro marcante na experiência singular do encontro com o novo. Migrantes, mesmo aqueles oriundos de localidades mais longínquas do país, estavam colocados em espaços já *urbanizados, civilizados*. Ao chegarem em Rondônia, assustados no encontro com essas plagas, pareciam ver nelas, o desafio de construir tudo. Daí a necessidade do registro: para contar, para mostrar o que foi e provar como a ação dos *pioneiros civilizou* o *ambiente selvagem*.

---

[397] O trecho foi retirado de *Cacaios e Sonhos: histórias de narradores do vale do Guaporé.* Esta é uma das várias obras que buscam reconstituir a trajetória de *colonização* e *civilização* em Rondônia. Não nos centraremos nela, a despeito de ser, também, bastante representativa do movimento que temos investigado até aqui. Cf.: SILVA, Avacir Gomes dos Santos; SILVA, Géssica Muniz da; SILVA, Joelma Renata Nunes da. **Maria Oliveira dos Santos**. In Cacaios e sonhos: histórias dos narradores do Vale do Guaporé. Porto Velho: Ed. Temática, 2017, p. 64.

[398] Esta perspectiva da *adaptação* ou *acomodação* ao modo de vida do *nativo*, se aproxima bastante das interpretações propostas por Sérgio Buarque de Holanda, em *Caminhos e fronteiras* ([1956] 2017), sob o tema da lenta *ocupação* bandeirante, por exemplo.

Figura 6 – Homem e sua serra-elétrica na luta contra a *floresta selvagem*

Fonte: AFOTORM, 2019[399] (Acervo Digital).

Aos poucos se edificava *urbanidade*. A ação de madeireiros, cacaieiros, agricultores assentados em seus lotes, dava conta da tarefa tornada e assumida como missão: derrubar a *floresta bravia* e *civilizar o espaço*. Ruas surgiam, ainda tomadas por barro, areia e lama, mas abertas, trilhavam o caminho do que viria. O *progresso* se construía, paulatinamente e no horizonte, a projeção da *modernidade* desejada, dos equipamentos urbanos a serem edificados, da infraestrutura básica que tornaria aquele presente, uma lembrança registrada em fotografia, para contar como a *selva* foi tornada *espaço urbano*, *civilizado*. Era nessa contraposição entre passado de *mata selvagem* e presente *urbanizado*, comum a essas escrituras, que se situa a operação que inventaria os *pioneirismos*, os *primeiros* e suas *primazias* nessas paragens.

4.2. O inventário *dos pioneiros* e os agentes do *progresso*

Em *Inferno verde*[400], tal como vimos no primeiro capítulo, Alberto Rangel centrava sua narrativa, no poder imperativo da *natureza*, que controlava os destinos e ações humanas.

[399] AFOTORM disponibiliza acervo digital, *on line*, constantemente atualizado, com fotografias de *pioneiros* e das ações de *desbravamento* e *fundação* de Rolim de Moura. O *site* é alimentado também por contribuição de migrantes, que enviam seus registros fotográficos do período a Carlos Neves, mantenedor do espaço. Parte das imagens que compõem o *Álbum histórico*, estão também disponibilizadas nele. O acervo tem imagens deve 1976 até o presente. Na parte *histórica*, é comum a apresentação do *antes* e do *depois*, para mostrar as mudanças, o processo de *civilização do espaço*. O *link* para acesso está disponível na relação de fontes consultadas, ao final deste. A imagem acima data de 1976, e apresenta a derrubada de árvores em propriedade do sr. João Welme, na linha 25, em Rolim de Moura/RO

Nela, figurava o tempo das águas, dos rios, dos animais selvagens, das seringueiras, das doenças... que marcavam o cotidiano de uma vida *nômade.*

Na impossibilidade de *civilizar o espaço*, os seringueiros eram, segundo ele, *domados pelo meio*, viviam o cotidiano de existências fadadas ao movimento, impelidas pela atividade extrativista, que só parcamente, parecia contribuir ao processo de *civilização* da *selva bravia*. Por isso, compreendia que aqueles não eram, ainda, os *agentes civilizadores* da Amazônia.

Agora, num novo presente, passados quase um século da representação *infernal* da *natureza*, tal qual formulada por Rangel, os relatos dos migrantes visitam e reatualizam esse *imaginário*, não mais para falar da impossibilidade *civilizatória*. Nesse momento, a perspectiva do *inferno verde* é chamada ou revisitada, para destacar que os *agentes do progresso* venceram o *nomadismo*, abandonaram práticas extrativistas, que se aproximariam do *primitivismo*, e com hábitos e modos de vida sedentários, edificaram centros urbanos, *modernizaram, civilizaram o espaço*, transformaram em *produtiva* a antiga *floresta* arredia ao domínio humano.

Ao relato das dificuldades enfrentadas, segue-se geralmente a menção aos *pioneiros* que teriam vencido o arbítrio da *natureza* e construído o *progresso.* É nesse momento que tais narrativas apresentam os(as) migrantes que se deslocaram para essa espacialidade, a partir do final dos anos 1960, sob o epíteto de *pioneiros, desbravadores*, aqueles que teriam, de forma *efetiva, civilizado o espaço*, vencendo e construindo, portanto, o dito *desenvolvimento*, por meio da ação *enigmática* do migrante, caracterizado como:

> Homem enigmático, de pele queimada, cenho carregado, mãos calejadas, coração muitas vezes desiludido... assim ele foi chegando e deixando marcas indeléveis para as gerações futuras. Hoje, vendo o progresso, os carros, o comércio, a busca do ouro e da cassiterita, lembra-se de um tempo não muito distante em que sonhara com tudo isso. E vê, com saudades, acabar-se um pouco as sombras da mata frondosa, a substituição do canto dos pássaros pelos apitos das serrarias. E os homens, pioneiros, vão marcando a história da cidade-promessa, da cidade que se agiganta em atitudes e fatos, a cidade jovem do Estado, o município dos jovens e dos corajosos[401]

Ao mesmo tempo que festeja o *progresso* em curso, Maria do Socorro Pessoa reclamava, saudosa, a ausência das *sombras* da *mata frondosa*, do canto dos pássaros suplantado e substituído pelo barulho de carros motorizados. Registrava a *cidade promessa* a

---

[400] RANGEL, Alberto [1908]. **Inferno verde**: cenas e cenários do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2008.

[401] PESSOA, Maria do Socorro. **Rolim de Moura** – Um ponto de vista. CEGRAF: Brasília, 1988, p. 66.

tornar-se espaço urbano, embora os sinais de *modernização*, fossem ainda, uma espécie de sonho em construção:

> E assim é este distante espaço deste imenso Brasil. Você é capaz de viver várias facetas da civilização em apenas um dia. Há o grande o sonho de avenidas iluminadas e de grandes cidades, com ar condicionado em todas as residências, contrastando com o gerador movido à diesel para produzir a escassa energia elétrica. São inúmeras as possibilidades de progresso, e neste emaranhado todo das mais diferentes civilizações, surge um Brasil mestiço, caboclo, apesar dos cordões de ouro pelos pescoços, apesar dos carros potentes encalhados nos imensos buracos deixados como resquícios da lama na época das águas[402]

A história de Rondônia, e mais precisamente de Rolim de Moura, que contava, era encaixada, assim, a partir da ação destemida de personalidades históricas que a despeito de todas as dificuldades, teriam lançado as bases necessárias a sua construção e depositaram nela, algo como uma crença inabalável num futuro a realizar-se, cujas possibilidades de não cumprir-se, estavam colocadas no campo do impossível impensável. O traço com que delineava o perfil do marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, dá pistas em torno dessa percepção.

A referência elogiosa ao marechal Rondon, cumpria função estratégica na narrativa. Ela confere um lastro de passado longínquo àquela espacialidade, que conhecia, naquele momento, os resultados da ação *civilizatória*, cujos marcos iniciais seriam remotos, estariam situados nas primeiras duas décadas do século XX.

A BR-364 e as cidades construídas no seu entorno, seguiam o curso da antiga linha telegráfica, chantada pela comissão liderada pelo marechal. Assim, era como se a obra por ele iniciada décadas atrás, fosse, finalmente, concluída pelos *novos bandeirantes*, *desbravadores*, *pioneiros*. Estes, que a seguir as trilhas de Rondon, teriam realizado o grande feito de concluir seu projeto de *integração nacional*, tão almejado, e cuja construção, reiteram essas narrativas, mostrara-se sempre difícil, desafiadora. Era como se o porvir se fizesse presente, a *promessa* se cumprisse.

Dentro das políticas de comunicação e *integração nacional*, levadas a cabo pelo estado nacional, desde o início do século XX, destacava-se na obra, a construção das linhas telegráficas pela Comissão de Linhas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, a qual viria a ser denominada posteriormente de comissão Rondon. Esta comissão era o mote utilizado

[402] PESSOA, Maria do Socorro. **Rolim de Moura** – Um ponto de vista. CEGRAF: Brasília, 1988, p. 17.

pela autora, para situar a atuação e construir a representação do marechal *tolerante* e *humanista*, que teria evitado o completo extermínio das populações indígenas, frente a empreitada inadiável, e semeado os caminhos por onde a empreitada se concretizaria:

> Nesses contatos Rondon conseguiu pôr em prática sua filosofia, humanista, baseada nas idéias de Augusto Comte, as quais mais tarde embasariam ideologicamente a criação do Serviço de Proteção aos Índios. A expedição de Rondon construiu um acervo de dados inigualáveis recolhidos por geógrafos, geólogos, botânicos, zoológicos e etnológicos. Descobriu e batizou inúmeros rios do Mato Grosso e Rondônia, dentre os quais o Pimenta Bueno e o Barão de Melgaço.
> Nos anos seguintes a Comissão Rondon travaria contato com os índios do Jiparaná e do Jamari, tais como os Quepiquirinate, os Rama-Rama e os Arikém, de onde surgiu "Ariquemes", hoje completamente extintos[403]

Nominar é, em larga medida, apossar-se. A ação de Rondon em nomear a topografia que encontrava não estava alheia a essa ideia. Perspectiva análoga se dava com a própria escolha do nome da municipalidade rolimourense. Para Maria do Socorro Pessoa, ao se tecer homenagem e fazer referência a Antônio Rolim de Moura, o primeiro conde de Azambuja e 10º vice-rei do Brasil, estabelecia-se relação de continuidade histórica, entre lutas travadas antes e a nova municipalidade que se *formava*.

Numa terra de *pioneiros*, operava-se assim, justa elegia a um *desbravador*, que fora protagonista, figura de relevo nacional, no processo de consolidação do Brasil como um *país continental*, pois a ação dele, teria sido estratégica e decisiva, na defesa e expulsão dos espanhóis dos vales do Madeira e do Guaporé.

Ao remeter-se ao primeiro conde de Azambuja, referenciá-lo e homenageá-lo, a cidade, além do reconhecimento, construíra linha de continuidade e pertencimento entre passado e presente e nesta, reatualizava o sentido de *progresso*. Assim, a ação de *integração* e territorialização, iniciada por Antônio Rolim de Moura e continuada pelo marechal Rondon, era completada pela luta destemida dos rolimourenses, estes últimos, contemporâneos a sua escritura.

Os *pioneiros* do tempo da escritura de Maria do Socorro Pessoa, teriam seguido e continuado, portanto, as inclinações *heroicas* da *força* e *da bravura*, de figuras como Rondon e Rolim de Moura. A cidade seria de *fundação* recente, mas não sua a luta e a história daqueles que teriam possibilitado sua emergência.

---

[403] PESSOA, Maria do Socorro. **Rolim de Moura** – Um ponto de vista. CEGRAF: Brasília, 1988, p. 22.

Ainda que um tanto extensa, é interessante observar e perceber na citação a seguir, como a autora procurava construir coerência e estabelecia vínculos entre a antiguidade e a perspectiva de futuro, entre a personagem histórica de Rolim de Moura e a cidade homônima; entre o eldorado e a lenda de Urucumacuã:

> Os historiadores dizem que a região amazônica é o prometido Eldorado. Emanuel Pontes Pinto[404], vai mais longe. Ele diz que o Eldorado está em Rondônia e diante disso, e para que possamos explicar o futuro de Rolim de Moura, façamos um retrocesso, e, vejamos segundo os documentos que se apresentam para a pesquisa, o que aconteceu quando o fidalgo Antônio Rolim de Moura com 39 anos de idade, no dia 22 de setembro de 1748, foi nomeado governador da Capitania do Mato Grosso, e, já em janeiro de 1749, recebeu a patente de capitão-general, com secretas instituições de como exercer o governo da nova capitania. Porque instruções tão secretas? Quais os tesouros guardados na nova Capitania?
> [...]
> Hoje o rio chama-se Anta Atirada e corta praticamente o centro da cidade de Rolim de Moura. Esta realidade talvez possa explicar porque a tanto tempo milhares de imigrantes adentram, enfrentando todo desconforto, a distância e as condições climáticas. É possível que a esperança de procurar e encontrar ouro, tenha superado as demais dificuldades; e talvez esta esperança não esteja morta, mas apenas adormecida no coração de muitos imigrantes.
> A História nos mostra que, em 1739, o major Aluísio Pinheiro Ferreira organizou e participou da expedição para descobrir a mina de Urucumacuã, a famosa e lendária mina de ouro discutida e procurada desde a antiguidade, quando os Fenícios e Hebreus por aqui estiveram, procurando o já conhecido Eldorado.
> [...]
> Pesquisando sobre Rondônia, sua história desde a antiguidade, somos impulsionados a acreditar que em Rolim de Moura está o Eldorado. Não será o Eldorado a mais sonhada, a mais procurada mina de Urucumacuã?[405]

A procura por estabelecer um lastro de tradição, bastante ambicioso, inclusive, na medida em que retomava e referenciava povos da antiguidade, a exemplo de Hebreus e Fenícios, era também uma aposta no futuro, na medida em que partia da percepção, segundo a qual, o rondoniense não existiria ainda; e sim paranaenses, paulistas, mineiros, pernambucanos, gaúchos, capixabas, baianos, cearenses, potiguares..., e que constituíam àquela época, uma espécie de mosaico indefinido. Mas a partir do momento em que "A civilização dos grandes centros se distancia... o imigrante vai criando seus próprios costumes.

---

[404] Jornalista, literato, historiador. Teve sua obra *Rondônia, evolução histórica: a criação do território federal do Guaporé, fator de integração nacional*, discutida no capítulo anterior.

[405] PESSOA, Maria do Socorro. **Rolim de Moura** – Um ponto de vista. CEGRAF: Brasília, 1988, p. 37.

Vai sendo esquecida a cultura adquirida ao longo do caminho... novos horizontes se vislumbram... o próprio clima favorece novos costumes, novas estórias"[406].

No processo de lembrar, esquecer e *imaginar* (ANDERSON, [1983] 2008) *representações* para si, recorrendo a determinada versão do passado, a narrativa trata de indicar os traços de uma identidade que se quer fomentar e em cuja trama, silêncios, esquecimentos e naturalizações dessas experiências, parecem atuar como componentes estratégicos e importantes.

Entre os *homens do progresso*, além de Valdir Raupp e Expedito Junior, destacava a participação do coronel Jorge Teixeira de Oliveira, o Teixeirão, na construção/*fundação* de Rondônia: o passado era referência, espelho; o presente (da sua escritura), um marco.

> O desenvolvimento acelerado de Rolim de Moura e do próprio Território de Rondônia, começou com a nomeação do coronel Jorge Teixeira de Oliveira para governador, em 1979. Ele o grande incentivador em todo o Território, manipulando, com a grande eficácia, as metas do progresso, o que levou, com grande rapidez, a transformação do Território em Estado, o mais novo da Federação por força da Lei Complementar nº 41, de 22 dezembro de 1981, assinado pelo ex-presidente Figueiredo. Já em setembro de 1979, Rolim de Moura recebeu a posse do seu primeiro administrador, Francisco Ferreira Moreira, que era responsável pelo projeto fundiário da região[407]

No *ponto de vista* de Maria do Socorro Pessoa, o migrante encontrou a *natureza inóspita* e a transformou em *eldorado*, construiu o *desenvolvimento*. É nesse sentido que as ditas pessoas simples, o *sujeito ordinário*, diria Michel de Certeau ([1990] 2014)[408] era apresentado:

> O cacaieiro se tornou figura típica de Rolim de Moura. Quando se relembra o desmatamento, as picadas que hoje se transformaram em avenidas ou rua, quando se relembra as primeiras construções, vê-se imediatamente afigura do homem com o cacaio às costas, pendurado num pau que lhe servia para enfrentar os perigos da mata virgem[409]

---

[406] PESSOA, Maria do Socorro. **Rolim de Moura** – Um ponto de vista. CEGRAF: Brasília, 1988, p. 20.

[407] Ibidem, p. 29.

[408] A autora não cita Michel de Certeau e a percepção que apresenta das pessoas ditas *comuns* ou *simples* parece se distanciar bastante da perspectiva do historiador francês. Cabe ponderar, contudo, que essas relações ou associações foram pensadas no decorrer desta escritura, não tendo a autora qualquer dever de conhecer ou citar este ou aquele autor.

[409] Ibidem, p. 66.

Mas o cacaieiro que derrubara a floresta, era *pioneiro* anônimo. Ele era retomado na memória que destacava a *civilização* do espaço. Contudo, na narrativa construída por Maria do Socorro Pessoa, ele não fora um sujeito nominado, ainda que seja o sujeito da ação percebida como essencial à construção do *progresso*. Fora ele quem derrubara a mata e abrira os caminhos, literalmente, para o surgimento da cidade. Mas ali, suas ações de *abertura* eram percebidas como a trilha que abria a passagem para quem, tomado pela habilidade e senso de oportunidade, assumiria a empreitada de definir os rumos da municipalidade. Qual seja, fora importante à chegada do *progresso*, mas não seria seu agente realizador.

As palavras de Pessoa fazem eco ao reclame, tornado público, um ano depois, por João Batista Lopes, ao narrar a história dos *verdadeiros pioneiros* de Rolim de Moura. Ou seja, para este, importava dizer, apresentar provas e testemunhas, dar a ver, por meio do recurso à *autópsia* (HARTOG, [1980] 2014; [2005] 2013), *quem construiu a cidade*, em detrimento de *quem se construiu nela*.

Lopes desejava restituir a *verdade,* estabelecer a diferença entre quem chegou com tudo por fazer; e os que teriam chegado depois das picadas abertas, quando adentraram as estradas que rasgavam e venciam a *floresta bravia* e esta cedia, por fim, à força do esforço e da labuta humanas.

Em *Rolim de Moura, um ponto de vista*, Maria do Socorro Pessoa, sugere que em determinados momentos, gostaria de ter chegado um pouco depois, sem ter de enfrentar as limitações do *meio*, ainda em processo de *civilização*, sem que precisasse se deparar com o *inóspito*, disputar o espaço com animais selvagens, onde tudo ainda parecia por construir.

> Às vezes, a dormência displicente abandona a todos; as estradas e ruas tornam-se exageradamente movimentadas, especialmente nos finais de semana quando novos afluxos de imigrantes adentram, rostos banhados de esperança, esquecidos da fadiga e do cansaço de viagem, sempre longa e extenuante. E cada novo dono deste espaço de chão, a cada dia mais assusta-se verificar que a floresta está mais longe, as feras já não uivam nas portas das casas. De início ele sente pena por não ter sido o primeiro a chegar e tornar-se o dono quase absoluto do território, mas com o passar dos dias, ao sentir na pele a dura adaptação, chega a desejar que tivesse demorado um pouco mais, para que sua família não estranhasse tanto, para que a água já fosse tratada, para que, enfim, pudesse acomodar-se melhor[410]

[410] PESSOA, Maria do Socorro. **Rolim de Moura** – Um ponto de vista. CEGRAF: Brasília, 1988, p. 16.

Ao sugerir que melhor teria sido esperar um pouco mais, e encontrar menos desafios a serem transpostos, não negava a trajetória, antes reconhecia sua dureza, o dolorido da caminhada. A pesar das lutas expressivas, Pessoa indicava que

> Ainda são pouco conhecidos os valorosos filhos da terra. Quase toda a população é imigrante. Vieram buscar riquezas, muitos procurando um pedaço de chão para cultivar, e às vezes o homem parece meio embrutecido, possivelmente pelas amarguras que trouxera de terras distantes, onde o progresso exacerbado, a cada dia, minava-lhe o campo de ação, roubando-lhe a tranquilidade do simplesmente viver. Aqui ele é um homem comum, esperançoso, de ideais progressistas[411]

O *ponto de vista* que construiu e apresentou a respeito da formação de Rolim de Moura – e também do estado de Rondônia –, reatualizava tópicas comuns ao exercício de escrita da história, recorrentes entre o final do século XIX, até meados do século XX, e a determinada perspectiva de leitura desse passado, o qual indica, em larga medida, o *regime historiográfico*, que tem se produzido a respeito dessa espacialidade. Ao tratar do legado de Rondon, destacava:

> Esta não é apenas a Rondônia da figura lendária de Rondon – a quem o país tanto deve. Alia-se aqui uma plêiade pioneira, senão celebérrima na projeção pessoal de cada um, decisivamente extraordinária na tomada de posição; na determinação de fazer vingar o gérmen do progresso; na fé inquebrantável de construir o lar e a sociedade justa; na coragem indômita de, enfrentando os mais fantásticos obstáculos, implantar-se pela trilha das bandeiras, desde os fins do século XVIII[412]

Além de certa fé no *progresso*, reiterada em várias passagens da obra e da esperançosa aposta no futuro, era muito forte no texto a ideia do *pioneiro*, do *bandeirante*, *do desbravador* que fundava, criava, inaugurava aquela espacialidade e com tal ação, abria as portas a um destino, que conforme buscava fazer crer a narrativa ensejada, se manifestaria concluso somente na segunda metade do século XX. É como se encontrasse ali, naquela experiência, o devir histórico, do qual a própria narrativa tornava-se testemunha.

Essa escritura heroicizada, que circunscrevia a atuação de determinadas personagens e selecionava eventos tidos como marcantes, *fundantes*, originadores de determinada comunidade de referência, grupo social e/ou espacialidade, era também a reatualização de uma leitura da experiência histórica muito comum as produções dos intelectuais dos Institutos

[411] PESSOA, Maria do Socorro. **Rolim de Moura** – Um ponto de vista. CEGRAF: Brasília, 1988, p. 14.

[412] Ibidem, p. 86.

Históricos no Brasil, cuja narrativa elogiosa, marcada pelo panegírico – e também por seu oposto –, tem sido tópica bastante recorrente em determinadas escrituras do passado, ainda que constantemente combatida pela escritura acadêmica, de áreas do conhecimento que se disciplinalizaram na passagem do século XIX para o XX, da qual a história parece ser exemplo fortuito.

Em seu *Álbum histórico*, João Batista Lopes (1989), também manifestava a constante preocupação de apresentar, demarcar, delimitar o quê, quem e como se construí o *desenvolvimento* daquela espacialidade: "Em 10 de abril de 1979, [depois de] o Coronel Jorge Teixeira de Oliveira assumir o Governo do Território de Rondônia, o nosso desenvolvimento deslanchou-se em todos os setores e o progresso ascendeu-se visivelmente"[413].

Essa estratégia é reiterada em textos e fotografias. Ao reproduzir, à guisa de exemplo, imagem de Benedito Generoso, em frente a plantação de cafeeiros de cinco anos, acentua:

> Quando falamos em Pioneiros, falamos em Famílias, aquelas que se fixam em um local, constróem suas casas e ali residem, as que plantam suas lavouras, colhem, enfrentam malária, feridas bravas, hepatites, picadas de cobras, mosquitos, onças perigosas, etc...
> Fizeram assim os nossos Pioneiros e Desbravadores [que] chegaram, [se] defrontaram com muitas e "inesquecíveis" dificuldades e continuam firmes em seus propósitos, ajudando a desenvolver a região.
> Surpreendendo a muitos, talvez, mencionaremos o nome do PRIMEIRO MORADOR que atravessou a linha 184, indo morar cinco quilômetros além do Centro de Rolim de Moura (atualmente), na Linha 25, após um quilômetro da Linha 180.
> "FAMÍLIA DO Sr. BENEDITO GENEROSO", a primeira família que fixou sua residência mais próximo do "ENCRUZAMENTO DAS LINHAS: 25 com a 184" (Hoje o Centro da Cidade), ocorrendo a sua mudança, no dia 28 de outubro de 1976, sendo os seus vizinhos mais perto os que residiam na Linha 200[414]

Noutros momentos, discorre sobre os *progressos* que paulatinamente, eram observados na espacialidade, por meio da inauguração de equipamentos urbanos, estabelecimentos e instituições fundamentais ao seu *desenvolvimento*, o que preparava a promoção do distrito a condição de município:

> Em 11 de junho de 1981, o Governador "Teixeirão", como era conhecido, inaugurou em Rolim de Moura, a Escola Coronel Aluízio Pinheiro Ferreira, em homenagem ao primeiro Governador do Território.

---

[413] PESSOA, Maria do Socorro. **Rolim de Moura** – Um ponto de vista. CEGRAF: Brasília, 1988, p. 27-28. O destaque entre colchetes é nosso.

[414] Ibidem, p. 15. Os destaques em maiúsculas são do autor, os trechos destacados entre colchetes, são nossos.

> Inaugurou também a Delegacia, o Hospital do Governo e Agência de Rendas, numa festa que contou com mais de 4.000 (quatro mil) pessoas do comércio, da indústria e da lavoura. [...]
> A primeira Agência Bancária de Rolim de Moura, foi instalada em 16 de junho de 1981[415]

Delegacia, hospital, agência bancária... A energia elétrica chegaria um ano depois, em 1982. Nesse mesmo ano, fora fundado um consórcio de madeireiras que tornava Rolim de Moura, emancipada um ano depois, num dos *maiores exportadores de madeira serrada* do país, cuja produção destinava-se à várias nações do mercado europeu, o que era apresentado com flagrante orgulho e dado como evidência do *progresso* em curso.

> Em maio de 1982, foi fundado em Rolim de Moura, a COMAEX, Consócio Madeireiro e Exportação Ltda. [...]
> Foi formado, com as seguintes serrarias: Indústria Kluska Ltda., Indústria Madeireira Lopes Ltda., A. N. Inácio Ltda., Incomaro, Indústria Madeireira Amaral Ltda., Indústria Comercial Madeireira Lidianópolis, Madeireira Ivaiporã Ltda., Serraria Madeirinha e a Serraria Madeirão, todas estabelecidas na Cidade.
> A Comaex comprava madeira em toras no mato, serrava, transportava até os Portos do Mar, exportando para a Alemanha, Inglaterra e outros países da Europa.
> Em 1982, 1983 e 1984, Rolim de Moura foi um dos maiores exportadores de madeira serrada do Brasil[416]

O até então *vazio amazônico*, marcado pela *imensidão da floresta*, se incluía, adentrava ao universo da circulação de capitais, o mercado mundial. Atingira com seus produtos, países centrais da Europa, a exemplo de Alemanha e Inglaterra. Ações como estas atestavam, de maneira irrefutável, na percepção de João Batista Lopes, o sucesso da empreitada, em que pese os desafios postos pelo caminho que ele faz questão de relatar.

O *Álbum histórico* assumia, assim, o lugar de livro/testemunho. Sua impressão e circulação atendia, pois, a interesses do autor, que desejava contar a história como ela *realmente foi*, por meio dos recursos imagético e verbal. Ele desejava ser lido, visto e tomado por prova, evidência do que foi, dado que sua narrativa, conforme enfatiza, é documentada:

> Nos primeiros dias do mês de outubro de 1979, foi inaugurado o "Novo" prédio da "Escola Pereira da Silva" e o "Rancho" primitivo foi abandonado e derrubado, ficando somente a lembrança e as fotos, para matar a saudade do MARCO 0 (zero) da pujante Cidade de Rolim de Moura[417]

---

[415] LOPES, João Batista [1989]. **Álbum Histórico**: Rolim de Moura, Seus Pioneiros e Desbravadores. 2. ed. Rolim de Moura: Gráfica e Editora Paulu's, 1999, p. 33-34.

[416] Ibidem, p. 39.

[417] Ibidem, p. 30. Destaque em maiúsculas presente na obra.

A partir dessa obra, João Batista Lopes almejava contar e tomar parte na narrativa em constante processo de construção, a respeito da *formação* daquela espacialidade. Ele recortou, selecionou as imagens que compuseram o álbum/livro e mais ainda: se ele e sua família são personagens importantes nessa história, não se trataria, no entanto, de mero exercício narcisista ou de autopromoção. Outros sujeitos, ditos *simples*, *comuns*, conforme se autodenomina, também podem ser encontrados lá. Estão inscritos e inclusos nas fotografias, são também parte da história que conta. Daí que sua obra tem o potencial de ser recebida e reconhecida pela comunidade de referência (agricultores, madeireiros, cacaieiros, entre outros), comunidade essa com a qual estabeleceu e estabelece relações de pertencimento: tratava-se da história dele, da família dele; mas também da comunidade da qual fazia parte, por isso era pensada como história da coletividade, da cidade de Rolim de Moura[418].

A força ou potencial de recepção dessas imagens, pode ser imaginada, cogitada junto aos contemporâneos do sr. João Batista Lopes, posto que parte considerável deles, se fazem presentes nelas. Mas não somente. Elas carregam consigo a dupla intensão: prova e exemplo às gerações que se seguiriam e fariam usufruto da cidade.

O *Álbum histórico* incorpora, muito claramente, *discursos de fundação*. Homens derrubando mata e abrindo picadas em meio a floresta, traçam e retratam a metáfora do caminho: a trilha aberta tornava possível o esboço, ainda precário, da estrada de terra batida. Mas era ela quem possibilitaria a caminhada rumo à transformação da *floresta madrasta* em território, espacialidade possível de ser habitada.

A narrativa imagética que leva a efeito, procurava dar conta do desafio de *domar a natureza*, reclamado vezes sem conta. Evidenciava como finalmente a empreitada fora tornada possível, um fato, tal qual temos discutido no decorrer deste trabalho. Seria a realização da *promessa*, momento em que aquele presente alcançaria um porvir tantas vezes sonhado, ansiado.

A imagem reproduzida na capa da obra, por sinal, ilustrava aquilo a que se propunha narrar em seu interior: em meio ao descampado da mata que se avolumava, em parte tomado pelo areal, um grupo de homens, com corda atada a um automóvel, lutavam para retirá-lo do

---

[418] Inclusive, é apresentado como historiador da cidade. Cf.: LOPES, João Batista [1989]. **Álbum Histórico**: Rolim de Moura, Seus Pioneiros e Desbravadores. 2. ed. Rolim de Moura: Gráfica e Editora Paulu's, 1999, p. 61.

atoleiro. A mensagem parece clara: antes do *progresso*, interpôs-se a ação decisiva dos *pioneiros*. Era a força humana que abria os caminhos às máquinas, não o oposto.

Figura 7 – A luta humana para retirar automóvel de atoleiro

Fonte: LOPES, 1989, (capa)[419].

Num total de 93 fotografias, o discurso *fundador* e *pioneiro* ganhava força, forma e contorno nas imagens que remetiam a personagens, atos, fatos e acontecimentos *primeiros*: a escola, o festival de música, o concurso de miss, a formatura, o Lions Clube, o comércio, as partidas de futebol, em campo de terra batida (mas com os jogadores devidamente uniformizados), o traçado das ruas, ainda em gestação, a professora:

> **PRIMEIRA PROFESSORA**[420]
> Enilde do Carmo Lopes, nascida em Inhema município de Cafelândia Estado de São Paulo, no dia 05 de janeiro de 1947.
> Depois de lecionar três anos no estado do Paraná, no Município de Céu Azul, começou a dar aulas na Escola Rogério Weber na Fazenda Castanhal, em Cacoal, Rondônia.
> Foi transferida para a Escola Vital Brasil na Linha 200 no Projeto Rolim de Moura em agosto de 1976.

[419] A fotografia data de 1976.

[420] No livro, o texto era acompanhado de reprodução de fotografia da profa. Enilde do Carmo Lopes, esposa do sr. João Batista Lopes. Todas as imagens reproduzidas no interior do *Álbum histórico*, são em P&B e o tamanho dessas reproduções se mostrava bastante variável. Geralmente, acompanhadas de legendas e um texto explicativo a respeito do evento, personalidade, instituição ou entidade que representa.

> Onde lecionou um ano e meio, e com a fundação da Escola Pereira da Silva em fevereiro de 1978, foi transferida para esta última, onde exerceu o cargo de Diretora do Ensino Supletivo.
> Formou-se pelo Projeto Logos II em Cacoal, cujo trajeto foi percorrido diversas vezes a pé numa distância de 70 km mais ou menos, pela linha 184, ou pela linha 200 ou ainda pela linha 188.
> Para trazer os primeiros materiais, ou seja, cadernos, livros, lápis, borrachas, etc... ela foi com Dona Iracema a pé até Cacoal, trazendo os materiais pelo município de Pimenta Bueno, em um carro do INCRA, atravessando o Rio Pimenta Bueno em uma canoa, andando mais de 1000 (mil) metros sobre as águas na estrada, depois conseguiram uma carona em um trator até a Kapa 24 no Abaitará.
> Fez uma baldeação para o jeepe do INCRA de Rolim de Moura, gastando quase 24 horas empurrando a condução em altas horas da madrugada, ajudando o motorista Sr. Alaor a levantar o jeepe com macaco baiano[421]

Publicadas anos depois de produzidas, algumas então com pouco mais de uma década, as imagens reunidas no *Álbum histórico* dizem sobre o passado vencido, relembrado como que para (re)afirmar que os tantos desafios, cuja resolução era colocada na conta do futuro, foram transformados, tornados realidade naquele presente. Eram matéria da *memória* e motivo de orgulho.

As publicações de Maria do Socorro Pessoa e João Batista Lopes, não são casos isolados nesse percurso. Pelo contrário. Pedro Brasil, ao construir a narrativa sobre a trajetória de Vilhena, recorreria a tal estratégia. Apresentava seu inventário dos *primeiros* nos poderes executivo, legislativo, judiciário e na iniciativa privada.

Ao historiar o judiciário, mapeava o estabelecimento da comarca de Vilhena, com a realização do *primeiro* júri, os *primeiros* juízes, *instalação* do Juizado de Pequenas Causas, do Fórum, das Varas de Justiça Cível e Criminal, Promotoria do Ministério Público, Junta de Conciliação do Tribunal Regional do Trabalho e até Cartórios e Tabelionatos, com indicações de *primeiros* casamentos, registros de nascimento e óbito, registros de bens e imóveis.

Na abordagem da segurança pública, coligia informações que envolviam menção a *primeira* delegacia (Delegacia Especial de Guarda Territorial), a chegada e presença das Polícias Militar, Civil e Rodoviária Federal, instalação de "Mini-Presídio" e da Delegacia da Polícia Federal e da Delegacia Fazendária.

Se o tema era educação pública, inventariava as *primeiras* escolas públicas e privadas, fosse no campo, fosse em áreas urbanas, desde a educação básica, passando pelo ensino

[421] LOPES, João Batista [1989]. **Álbum Histórico**: Rolim de Moura, Seus Pioneiros e Desbravadores. 2. ed. Rolim de Moura: Gráfica e Editora Paulu's, 1999, p. 12. Negrito e destaque em maiúsculas presentes na obra.

técnico e profissionalizante, até o ensino superior. Tratava da instituição do magistério, dos *primeiros* professores e dirigentes dos estabelecimentos de ensino.

Incluía item intitulado *A evolução da educação em Vilhena de 1960 a 2000*, marcado em recortes decenais, numa espécie de histórico das escolas do município, indo das dificuldades iniciais, às expectativas que projetava para os anos 2000 e no novo século que se avizinhava.

> Período de 1960/1970
> Lendo o histórico da Escola Isolada Wilson Coutinho, a primeira a funcionar em Vilhena, observamos que, no período de 1960 a 1970, a maior preocupação era alfabetizar os alunos. O ensino era limitado a instruções do nível primário, funcionando no estilo multisseriado, devido ao número reduzido de alunos, falta de recursos humanos e materiais. A pequena escola, porém, soube suprir e cumprir suas funções sociais naquele momento inicial[422]

Depois do corolário de dificuldades e mencionar algumas conquistas, que teriam marcado as iniciativas educacionais nos primeiros anos, citava, finalmente, as evidências de que o futuro chegara, se fizera presente, o porvir se realizara. E na leitura do autor, tal realização seria identificada, sobretudo, na entrada de tecnologias no espaço escolar.

> Em fevereiro de 2000, o Objetivo implantou a primeira "Sala de Aula do Futuro" totalmente equipada com tecnologia de última geração. Esta sala tem 20 computadores, que são operados através de uma central comandada pelo professor e os equipamentos ficando à disposição dos alunos. Esses computadores têm acesso à Internet e a um telão, substituindo assim o quadro negro. A Escola Objetivo é a primeira de Rondônia a implantar este sistema, fazendo Vilhena mais uma vez sair na frente[423]

No campo da saúde, pública ou privada, a estratégia da narrativa dos *primeiros* também tinha seu lugar:

> **O MÉDICO PIONEIRO**
> Por ocasião da abertura da BR 29, hoje BR 364, foi convidado para integrar a Comissão Construtora da rodovia o doutor Leônidas Rachid Jaudy, para ser o diretor de serviço médico, sendo, portanto, o primeiro profissional da área médica a atuar no povoado de Vilhena, no início dos anos 1960, tendo este médico prestado relevantes serviços para os funcionários da Camargo Corrêa e população em geral, até meados de 1963, quando Dr. Rachid se transferiu para Porto Velho[424]

---

[422] BRASIL, Pedro. **Vilhena conta sua história**: fragmentos da história vilhenense (1524-2000). Vilhena: Gráfica Delta, 2000, p. 114.

[423] Ibidem, p. 117. Destaques em negrito e maiúsculas presentes na obra.

[424] Ibidem, p. 119. Destaques em negrito e maiúsculas presentes na obra.

> **HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA HELENA**
> "PIONEIRO NO SETOR PRIVADO"
> A partir de 23 de abril de 1976, entra em atividade em Vilhena, a Clínica Santa Helena, sob a responsabilidade médica do Dr. Walter. Esta clínica funcionou provisoriamente em uma casa de madeira na avenida Major Amarante onde hoje se encontra o Viveiro São Paulo.
> A atendente de enfermagem Maria Eunice Blank foi a primeira funcionária a trabalhar nesta função no setor privado.
> [...]
> No início, o Hospital Santa Helena possuía apenas quatro leitos, prestando serviços médicos ambulatoriais, intervenções cirúrgicas, obstetrícia e internações. Embora fossem difíceis as condições de trabalho, Dr. Walter dava o melhor de si, buscando oferecer um atendimento médico hospitalar de modo a conquistar o seu espaço profissional, expandindo seus negócios, tendo assim transformado a pequena clínica no que hoje é o próspero Hospital e Maternidade Santa Helena[425]

O enredo seguia a indicar as mudanças ocorridas no percurso, com a menção a expansão no quadro de funcionários e nos atendimentos, ponderando que se mantinha equipe qualificada de profissionais, fieis aos "propósitos de seu proprietário e fundador, pioneiro na área da medicina em Vilhena, doutor Walter Eurípedes Aguiar"[426]

Relacionava postos de saúde, farmácias, clínicas médicas, até chegar a religião e o papel desta na edificação do *progresso*, no que se incluía, inclusive, menção a primeira missa:

> **AS IGREJAS EM VILHENA**
> A semente do Cristianismo foi lançada à terra e no decorrer desses anos seus frutos vão sendo colhidos, comprovando a fé do seu povo, que na labuta da colonização, do trabalho ao solo, certamente fizeram com esperança, para não deixar seus herdeiros apenas bens materiais, mas, sobretudo, espirituais, que tem sido o amparo dos cidadãos pelas veredas da História da Humanidade.
> Cada igreja edificada em Vilhena tem suas próprias características. Em todas se observa um objetivo comum, que além do serviço religioso, é poder contribuir para o engrandecimento e o progresso de Vilhena e região[427]

> **A PRIMEIRA MISSA EM VILHENA**
> No dia 27 de outubro de 1963, por ocasião da Semana de Asa, foi celebrada em Vilhena a primeira missa, dedicada à Nossa Senhora de Loreto (Padroeira da Aviação). Compareceram 35 moradores do povoado[428]

---

[425] BRASIL, Pedro. **Vilhena conta sua história**: fragmentos da história vilhenense (1524-2000). Vilhena: Gráfica Delta, 2000, p. 126-127. Destaques em negrito e maiúsculas presentes na obra.

[426] Ibidem, p. 127. Destaques em negrito e maiúsculas presentes na obra.

[427] Ibidem, p. 133. Destaques em negrito e maiúsculas presentes na obra.

[428] Ibidem, p. 135. Destaques em negrito e maiúsculas presentes na obra.

A referência ao início acanhado da espacialidade, e ainda assim, presente na narrativa, servia de contraposto ao que viria depois. Além de historiar a construção dos primeiros edifícios religiosos, erguidos por meio de doações, mutirões e todo tipo de ajuda possível, a diversidade e quantidade de *templos* presentes na cidade, no ano 2000, era um dado, para o autor, do *progresso* estabelecido naquela espacialidade.

No campo do Cristianismo, além da Igreja Católica, mencionava a Igreja Pentecostal O Brasil para Cristo; A Assembleia de Deus; Igreja Adventista do 7º Dia; Igreja Presbiteriana; Igreja Batista Nacional; Igreja Evangélica Luterana; Igreja Luterana do Brasil; Igreja Metodista do Brasil. Pedro Brasil referenciava padres, pastores, missionários que teriam dado continuidade à missão *evangelizadora*, que era também *colonizadora*, posto que além dos ditos *bandeirantes*, a presença missionária católica geralmente era destacada, na busca pela circunscrição e territorialização dessa espacialidade.

Em 2000, quando da escrita de *Vilhena conta sua história*, o autor citava a presença *de 50 templos católicos*, distribuídos entre as zonas rural (33) e urbana (17), isso só nesta municipalidade. A estimativa dele era que à época, 40% da população do município fosse evangélica, no que destaca os assembleianos, com cerca de 20 congregações; seguida pela Congregação Cristã do Brasil, o que o levou a classificar Vilhena como *um celeiro de fé*[429].

A narrativa seguia a mesma toada, indicando *pioneiros* no ramo dos transportes, bem como a destacar a importância deles à *ocupação* e *civilização* do espaço. Isto nos diversos modais, desde quando "[...] a região já era explorada desde 1524, onde os bandeirantes percorriam a floresta abrindo picadas e utilizando embarcações rústicas pelos leitos dos rios"[430], até chegar às rodovias, na segunda metade do século passado, sem descartar o transporte aéreo.

Movimento análogo era observado, também, no histórico que apresentava sobre os meios de comunicação ali presentes. Partindo das linhas telegráficas, passando pelas linhas telefônicas *modernas*, chegando às redes de rádio e televisão, sem deixar de lado a imprensa periódica, notadamente, os jornais.

A obra era concluída com a galeria dos *vultos ilustres* da municipalidade, momento no qual se apresentavam dados biográficos, referentes a atuação de comerciantes, atendentes,

[429] BRASIL, Pedro. **Vilhena conta sua história**: fragmentos da história vilhenense (1524-2000). Vilhena: Gráfica Delta, 2000, p. 133.

[430] Ibidem, p. 153.

professores, médicos, enfermeiros, políticos, policiais, delegados, profissionais da justiça entre outros, que teriam marcado e construído a história de Vilhena, com a atuação *pioneira* destacada.

No ano seguinte, qual seja, 2001, João Vilhena e José Pereira de Siqueira publicavam *Os pioneiros: criação dos municípios ao longo da BR 364*, doravante, *Os pioneiros*. Já na apresentação, reatualizam essas tópicas, ao mencionarem o intento de conferir alguma *organização*, ao perfil disperso ou desordenado, que teria marcado o processo de *colonização* no curso da BR-364, referenciando o *feitio histórico dos pioneiros*, cuja ação *bravia, fundara* os municípios no decorrer da rodovia[431]:

> O **feitio histórico dos pioneiros**, escrito no livro do tempo, conseguiram manter **com bravura** a dispersa população, em um grande território ao longo da BR 364, para o futuro berço de outros tantos municípios, até que, muitos anos depois, esse mesmo solo viria ser de outros brasileiros a atração pelos quatro cantos da nação[432]

Os pioneiros fora prefaciada pelo então empresário do ramo das comunicações (Jornal Folha de Rondônia), Ayres Gomes do Amaral Filho, o qual reiterava a importância da BR-364 à colonização daquela espacialidade, antes marcada por seringais e onde a circulação era lenta, dando-se, basicamente, por vias fluviais. A isto se contrapõe, conforme Amaral Filho, a rapidez oportunizada pela rodovia, que de tão veloz, fazia passar despercebidos acontecimentos da história, que se davam a cada momento. A rodovia, e com ela o *desenvolvimento* da agricultura, da pecuária, do comércio, tal qual apontava, ofereceu o suporte necessário à transformação do território em estado.

> Em Rondônia as coisas acontecem rápido demais, por isso o significado da história se faz presente a cada momento, no entanto, a história nos passa despercebida. A tal rapidez a qual me refiro, não está ligada a velocidade das embarcações da primeira leva de migrantes que chegaram a este cantinho da Amazônia pelas redes fluviais, mas sim, dos fatos decisivos para a consolidação de Rondônia. Entre eles está a BR-364 concluída em 1960, que foi determinante para a colonização do então Território Federal, que ganhou a partir de 1970 com a chegada do Incra. A colonização feita por brasileiros de todas as partes, transformou os antigos seringais, como o de Ouro Preto, Ji-Paraná, Ariquemes, Cacoal, Vilhena, Jaru, Pimenta Bueno e Presidente Hermes, hoje Médici, em grandes cidades que têm vida própria graças ao

[431] No segundo capítulo, discutíamos a importância que era dada as estradas nesse percurso.

[432] VILHENA, João & SIQUEIRA, José Pereira de. **Os pioneiros**. Criação dos municípios ao longo da BR 364. Ji-Paraná: Editora Ji-Paraná Agora, 2001, p. 3.

> divino trabalho da terra que se traduziram em agricultura, pecuária, comércio dando suporte para Rondônia se transformar em Estado[433]

De início cabe atentar à contraposição que o prefaciador estabelecia entre os *tempos dos seringais* e um outro, por ele vivenciado, marcado por *fatos* que reputava *decisivos, determinantes à colonização* do território. Qual seja, estabelecia os fronteiriços entre os momentos e eventos que considerava *formadores* da espacialidade e aqueles, de antes, supostamente marcados pelo vagar sofrido da labuta nos seringais.

É provável que a referência ao caráter de movimentação e rapidez, a que se remete Ayres Gomes do Amaral Filho, guarde estreita relação com seu setor de atuação empresarial, posto que a existência de vias e estradas, é fator decisivo ao tráfego de pessoas e à circulação de mercadorias, ideias e notícias, e, por conseguinte, de noticiosos periódicos, publicados em suporte papel, como jornais e revistas.

Nesse caso, compreende-se com clareza porque o prefaciador fazia referência a rodovia como *evento formador* daquela espacialidade, mesmo que o resultado dessa *velocidade*, da *rapidez* com que se fazia o fluxo cotidiano das informações, onerasse e afetasse a narrativa histórica, pois o *movimento* contínuo, frenético da sociedade contemporânea, fazia, por vezes, com que a história passasse desapercebida, fosse esquecida, carecendo, portanto, de um exercício de *organização*.

Também nos elementos pré-textuais, o livro traz um fragmento intitulado *Opinião*, de autoria de Acir Gurgacz, então prefeito de Ji-Paraná, uma das cidades edificadas no curso da rodovia e por ele apresentada como o *coração de Rondônia*[434], *portal do Vale do Guaporé*. A obra *Os Pioneiros*, segundo compreende, "traz a lume a História da Criação dos Municípios ao longo da BR-364 sendo esta região a alavanca propulsora do progresso do Estado de Rondônia"[435]

Qual seja, o *evento formador* do estado seguiria o curso da colonização desencadeada ao longo da BR-364, trajetória na qual também tomou parte. E manifestando crença no poder

---

[433] AMARAL FILHO, Ayres Gomes do. Prefácio. In: VILHENA, João & SIQUEIRA, José Pereira de. **Os pioneiros**. Criação dos municípios ao longo da BR 364. Ji-Paraná: Editora Ji-Paraná Agora, 2001, p. 4.

[434] A referência a municipalidade como o *coração de Rondônia* tem dupla motivação: a localização geográfica, que fica numa área central do estado e a presença de uma ilha, na confluência dos rios Machado e Urupá, cujo formato lembra um coração humano. O epíteto de *coração* do estado, é requisitado pelo munícipio de Cacoal, também sob a justificativa da localização geográfica.

[435]GURGACZ, Acir. Opinião. In: VILHENA, João & SIQUEIRA, José Pereira de. **Os pioneiros**. Criação dos municípios ao longo da BR 364. Ji-Paraná: Editora Ji-Paraná Agora, 2001, p. 4.

da história para evitar esquecimentos e reparar injustiças, expressava que "O poder executivo Municipal de Ji-Paraná valoriza este trabalho, especialmente pelo seu aspecto cultural e Histórico em retratar este Município e outros, e também por sabermos que: **"Povo sem história é povo sem Memória"**[436].

Acir Gurgacz, além de prefeito de Ji-Paraná, era empresário ligado ao ramo de transporte coletivo de passageiros e cuja empresa, a Eucatur, foi também referenciada na obra como *pioneira* no setor, transportando, desde o início da década de 1970, migrantes do sul do país à Rondônia[437].

À época, fazia o transporte de cargas e passageiros (migrantes), com destino ao território, enfrentando estradas sem asfalto, esburacadas, tomadas por atoleiros, durante o percurso que durava semanas, até que se vencesse a vastidão das matas e chegasse aos locais, onde se delimitariam os lotes e edificariam os *primeiros* núcleos de povoamento urbano.

Nesse sentido, parece que além da crença no poder da história de reparar *injustiças* e *esquecimentos*, a "fé" no *progresso*, representada pela rodovia, guardava relação com o *lugar social* (CERTEAU, [1975] 2011) ocupado por Acir Gurgacz, nas relações sociais estabelecidas na municipalidade.

Os Pioneiros, de João Vilhena e José Pereira de Siqueira, além do conteúdo principal, agrega textos verbal e imagético sob a forma de *anúncios* ou *propagandas*, os quais também se vinculam a finalidade da obra e traçam o inventário dos *pioneiros*, dos *primeiros*; qual seja, referenciam as ações que levaram à *formação* do estado e os *pioneiros* que deram os passos iniciais e teriam construído, desde então, o *progresso*, o *desenvolvimento* dos municípios erigidos no curso da BR-364. Inclusive, as páginas que apresentam esses *anúncios* estão numeradas, denotando integrar também parte do conteúdo. Era o caso, à guisa de exemplo, do Hospital e Maternidade Pró-Saúde, localizado em Ji-Paraná:

> O **+PRÓ-SAÚDE+** Hospital de Maternidade foi fundado em 01 de Maio de 1.984 pelos esforços de seus proprietários, que naquela época acreditaram, e continuam acreditando no desenvolvimento do Estado de Rondônia.
> Dentro de um idealismo próprio dos jovens médicos (**Dr. Carlos Silva** e **Dr. Alcílio de Sousa**).

---

[436] GURGACZ, Acir. Opinião. In: VILHENA, João & SIQUEIRA, José Pereira de. **Os pioneiros**. Criação dos municípios ao longo da BR 364. Ji-Paraná: Editora Ji-Paraná Agora, 2001, p. 4. Negritos presentes na obra.

[437] Em matéria de setembro de 1984, que informava sobre o asfaltamento da BR-364, a revista *Veja* já apontava o *pioneirismo* da família Gurgacz, no empreendimento de transporte de cargas e passageiros do sul, sobretudo do Paraná, à Rondônia. Cf.: KUCK, Cláudio. O Oeste mais perto. **Veja**, Set. nº 837, 1984, p. 88-95.

> Hoje o **+PRÓ-SAÚDE+** goza do conceito de ser o melhor e mais bem equipado hospital do interior do Estado de Rondônia, oferecendo serviços de primeira qualidade com equipamentos ultramodernos[438]

A divulgação desse estabelecimento de saúde era acompanhada de informações sobre sua localização (endereço) e em texto que, conforme mencionado, mantém certa coerência com o restante da obra – ressaltava os estabelecimentos *pioneiros* –, ainda que impresso em papel especial, seguido pela reprodução de imagens coloridas, o que destoava das imagens presentes nas demais seções do livro, feitas em papel comum.

O tratamento especial conferido a impressão desses *anúncios*, quando comparados ao texto principal de *Os Pioneiros*, parece guardar relação com o possível apoio financeiro ou logístico à publicação, embora isto não seja dito de forma explícita no decorrer da obra.

Esses *anúncios* ou *propagandas*, buscam reiterar a vocação e a atuação *pioneira* dos estabelecimentos, indicam as personalidades que primeiro adentraram e domaram a *floresta madrasta*, o *inferno verde* e que assim, teriam contribuído de maneira decisiva para edificar o *progresso*, o *desenvolvimento* do estado.

No anúncio da Gasil, distribuidora autorizada da AmazonGas, tem-se o seguinte release: "1978 Início da Av. Brasil em Ji-Paraná o Pioneirismo dos irmãos: João Batista Dias e Francisco Assis Dias que na época mantinham o depósito São Paulo participaram da fase inicial do grande Centro Comercial que hoje é a Av. Brasil"[439] Mais adiante, no *anúncio* da *Cooperativa dos educadores de Ji-Paraná-RO – COOPEJI*, também em referência ao *pioneirismo* da iniciativa na *terra dos pioneiros*, informa-se que "Em 1996 no dia 30 de Novembro foi fundada a primeira Cooperativa de Educadores"[440] da cidade.

O Pró-Saúde, a Gasil e a COOPEJI não foram os únicos estabelecimentos que investiram nessas *propagandas*, que se repetem no decorrer da obra. Há outras, a exemplo do Valériu's Palace Hotel; o Plano de Saúde Nipomed; a Gramazon, empresa de beneficiamento de blocos de granizo; a Eucatur, empresa de transportes.

A Eucatur, inclusive, era uma das empresas que ocupavam lugar de destaque na obra, bastante referenciada por ter assumido, conforme João Vilhena e José P. de Siqueira, papel central, decisivo no processo de *colonização* da espacialidade em tela, ao ser a *primeira* a

[438] VILHENA, João & SIQUEIRA, José Pereira de. **Os pioneiros**. Criação dos municípios ao longo da BR 364. Ji-Paraná: Editora Ji-Paraná Agora, 2001, p. 14. Destaques em maiúsculas e negritos presentes na obra.

[439] Ibidem, p. 132. Sublinhados presentes na obra.

[440] Ibidem, p. 135.

trazer migrantes do Sul à essas plagas, sobretudo do estado do Paraná. A ela era destinado tópico a parte, escrito em cinco páginas – volume bastante expressivo, quando comparado aos demais tópicos, geralmente mais curtos e sucintos –, nas quais se contava o histórico de atuação dela em Rondônia, bem como do grupo familiar que a constituiu: os Gurgacz[441], que tiveram e continuam a ter participação relevante no cenário político de Rondônia.

> No dia 21 de agosto de **1972** começava uma viagem emocionante e arriscada até o ainda pouco explorado Território Federal de Rondônia.
> Na época, o governo oferecia muitos benefícios e incentivos para iniciar uma economia regional. Isso atraiu muitas famílias, principalmente gaúchas, catarinenses e paranaenses. O percurso era difícil e perigoso. Não tinha asfalto e as condições da estrada BR 364 era precária. Os atoleiros eram inevitáveis, no inverno lama no verão os perigos do areão. As viagens de 3000 quilômetros demoravam semanas.
> A Eucatur foi a **primeira empresa a fazer uma linha regular de transporte rodoviário** que **ligava o Sul a Rondônia**, trazendo benefícios para o Estado e especialmente para o Município de Ji-Paraná **O Coração de Rondônia**, onde a **família Gurgacz** fixou residência com a presença do Patriarca **Assis** e esposa **Nair Gurgacz** e também o **Airton Gurgacz** e a participação dos funcionários: **Matoso**, **Ney Góes** e **Airton Soligo** (**Airton Cascavel**) como ficou conhecido[442]

Pioneira e dita fundamental ao processo de *ocupação*, a empresa continuaria, conforme os autores, a ocupar papel decisivo frente ao *progresso* da Amazônia, com destaque ao estado de Rondônia, pois carregaria consigo, a marca do *pioneirismo e da inovação*, expressões que sintetizariam sua atuação, a colocando numa espécie de consonância com o *espírito desbravador*, que singularizaria aqueles que teriam colonizado essa espacialidade.

> No **século XX** a empresa Eucatur trouxe inovações, bons serviços, formação de excelentes profissionais, adquirindo experiência e colaborando no progresso da Região Amazônica especialmente de Rondônia. No **século XXI** a Eucatur já com um referencial de serviços prestados a comunidade Rondoniense não mudará neste século as ações integradas de Planejamento para investimentos precisos no Estado de Rondônia[443]

O argumento dos autores era que os núcleos urbanos continuavam a se proliferar, incentivados pelo movimento, pela rapidez e intensificação do fluxo populacional, pelas

[441] Acir Gurgacz atualmente ocupava, até 2018, uma das três cadeiras destinadas a representação de Rondônia no Senado Federal.

[442] VILHENA, João & SIQUEIRA, José Pereira de. **Os pioneiros**. Criação dos municípios ao longo da BR 364. Ji-Paraná: Editora Ji-Paraná Agora, 2001, p. 99. Negritos presentes na obra.

[443] Ibidem, p. 103. Negritos presentes na obra.

pessoas que chegavam e adentravam as *artérias abertas*, os novos caminhos, as estradas que levavam à espacialidade onde se construía, a passos largos, o *progresso*. Essa percepção dialogava diretamente com demandas que as revistas *Realidade* e *Veja*, reclamavam, décadas antes, em suas páginas, tal como visto no segundo capítulo.

A obra *Os pioneiros*, conforme já mencionado, se organizava em torno das municipalidades constituídas no entorno da BR-364, dado que seu argumento central, era o de que a construção da rodovia possibilitara a *efetivação da ocupação* do território. Assim, antes daquela estrada, a área era marcada pela presença de seringais, os quais, mesmo contribuindo para algum povoamento e atividade econômica, não teriam *civilizado* totalmente o espaço, habitando-o em ilhas, que se apresentavam isoladas umas das outras, dada a lentidão, as distâncias e as extremas dificuldades de locomoção.

> Rio Machado ou Ji-Paraná?
> O Rio Machado ou Ji-Paraná foi a **única via** de acesso que proporcionou as primeiras páginas da **história de Vila Rondônia**. Na primitiva via de transporte fluvial eram feitas **viagens** que duravam de **15 a 20 dias** em canoas, batelões e pequenas balsas impulsionadas a remo. No período de 1914 a 1920 surgiram motores Goudille de fabricação francesa que aí passaram a impulsionar os batelões e canoas dos seringalistas, encurtando o tempo de viagem. Estas viagens foram muito usadas pelos seringueiros, desbravadores que subiam o Rio Machado, procurando na mata a Hevea brasiliensis (seringueira), nativa da região Amazônica, sendo seu habitat às margens das vertentes ou córregos[444]

A própria atividade seringueira, mesmo tendo ressaltada sua importância aos *desbravamentos*, em momentos determinados, sobretudo no contexto da II Guerra Mundial, quando produziu quantidade expressiva de látex – matéria-prima utilizada no fabrico da borracha –, exportada em larga escala aos Estados Unidos (conforme Acordo celebrado com o Brasil, em 3 de outubro de 1942), não teria contribuído de forma *efetiva* ao povoamento, pois seu *caráter extrativista* e *nômade*, limitava as possibilidades de constituição de centros urbanos.

> Seringueiros, guardas-fios e suas famílias foram o início da população do povoado até a abertura da BR-364 e a implantação de projetos de colonização do IBRA (INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Com a abertura da BR-364, o local transformou-se em ponto de apoio aos candangos e as empreiteiras, havendo poucos comerciantes que permaneceram até o momento histórico da ocupação pelos

[444] VILHENA, João & SIQUEIRA, José Pereira de. **Os pioneiros**. Criação dos municípios ao longo da BR 364. Ji-Paraná: Editora Ji-Paraná Agora, 2001, p. 86. Negritos presentes na obra.

> agricultores vindos do sul do país, atraídos pelas terras férteis e também pela certeza de conseguirem seu próprio sítio para produzir.
> Em 1975, com a instalação do Projeto Integrado de Colonização "Padre Adolfo Rohl" pelo INCRA, para assentamento dos colonos que ali chegavam, começou a efetiva ocupação do vale do Jaru.
> O crescimento acelerado do povoado ocasionou sua transformação em distrito do município de Ariquemes, através do Decreto nº 81.272, de 30 de janeiro de 1978.
> O acentuado crescimento demográfico e econômico da localidade resultou na elevação da área do projeto à categoria de município, tendo a localidade de Jaru como sede municipal, elevada à categoria de cidade[445]

O argumento reforçava a ideia segundo a qual, nos seringais, os migrantes se viam obrigados a conviver com a *mata fechada*, abrindo pequenas clareiras – picadas –, cuja existência apenas os permitia colher o látex, porém, mantinham de pé a *selva*, se vendo obrigados a conviver com todos os perigos que tal atividade requisitava: insetos causadores de enfermidade (mosquitos, sobretudo), répteis de toda espécie e tamanhos, animais selvagens, *indígenas não pacificados*[446].

A perspectiva da *efetividade* ocupava lugar destacado na narrativa dos *pioneiros*, que teriam *civilizado* a *floresta bravia*, *selvagem*. Sim, reconheciam que antes deles, outros migrantes já haviam lutado para sobreviver e buscaram construir ali o *progresso*. Todavia, teriam sido mais dominados pela *natureza*, quando deveriam *domá-la*. Por isso, a despeito de reconhecerem a presença e a labuta destes *primeiros desbravadores*, aquela espacialidade só teria sido *efetivamente civilizada*, a partir da chegada dos *pioneiros*, que seguiram as trilhas da BR-364.

O verbo *efetivar*, garantia, assim, a diferenciação e estabelecia hierarquias entre *uns* e *outros.* E no argumento apontado, ressoava os *imaginários amazônicos*, tanto de Euclides da Cunha, quanto de Alberto Rangel: os migrantes de outrora teriam travado luta vã e inglória com o *meio*. A atividade seringueira, extrativista, *nômade* que era, inviabilizava o estabelecimento de núcleos populacionais duradouros, que *civilizassem* o espaço.

Assim, a narrativa da *ocupação efetiva*, do agente que *civilizava* o espaço, vencia *a mata bravia* e construiria o *progresso*, era assumida pelos migrantes mais recentes, estabelecidos na mesorregião do leste rondoniense. Este era o argumento ao qual recorriam

---

[445] VILHENA, João & SIQUEIRA, José Pereira de. **Os pioneiros**. Criação dos municípios ao longo da BR 364. Ji-Paraná: Editora Ji-Paraná Agora, 2001, p. 65.

[446] Uma vez mais, destacamos aqui os ecos das perspectivas construídas por Euclides da Cunha e Alberto Rangel sobre a Amazônia, tal qual abordamos no segundo capítulo.

para, estrategicamente, se colocarem como *pioneiros*, sem desconhecer aqueles que teriam chegado antes deles.

Qual seja, o constante deslocamento, necessário à extração do látex[447] e a manutenção da *floresta madrasta*, eram impedimentos à *civilização efetiva* do espaço, a constituições de aglomerados populacionais, que por sua vez, tornassem possível a fundação de núcleos urbanos capazes de derrubar, *vencer a natureza e construir o progresso*. É o que se observa também ao mencionarem o processo de constituição do município de Pimenta Bueno, em cuja oportunidade, reafirmavam o papel fundante daquela rodovia:

> Até a década de 40, a comunidade ali instalada viveu em função do posto telegráfico, quando então começaram a chegar os seringueiros e os garimpeiros, atraídos pelas riquezas naturais da região. Até a década de 60 foram os dois segmentos da economia que sustentaram os moradores do vilarejo. Com o advento da BR-364, o progresso trazido junto com a nova rodovia a partir de então, provocou o surgimento de pequenos comércios às margens da estrada que prestavam diversos serviços aos seus usuários, iniciando assim um novo ciclo de expansão.
> Ao final da década de 60, com a implantação do projeto integrado de Colonização e Reforma Agrária, pelo INCRA, em 1969, começaram a chegar os primeiros imigrantes vindos, em sua maioria, de estados com sérios problemas sociais, envolvendo suas terras como era o caso do Paraná. Na época, além de imigrantes provenientes de outros Estados das regiões sudoeste e nordeste, que, movidos pelo sonho de conseguir terras a baixo custo e de boa fertilidade, iniciaram o segundo ciclo de localização da localidade, desta vez voltada para a exploração das potencialidades agrícolas e pecuárias.
> Em franco desenvolvimento, com o crescimento econômico, demográfico e urbano, o vilarejo foi elevado a categoria de município pela lei nº 6.448, Art. 47, de 11/10/77, com implantação em 04/11/77.
> O surto de seu desenvolvimento se processou principalmente na zona rural, onde foram surgindo núcleos urbanizados que deram origem a outros municípios, desmembrados da área geográfica de Pimenta Bueno[448]

Em concomitância com a rodovia, outras ações *civilizadoras* e *modernizantes* do espaço eram acrescidas a esta. Uma dessas ações citadas foi a construção do Linhão da Ceron (Centrais Elétricas de Rondônia), que tornaria possível levar o *progresso* aos municípios

[447] O seringueiro realizava o corte para a sangria da árvore, deixava atrelado a ela um recipiente no qual se acumulava a seiva que descia da seringueira após o corte e partia para efetuar o mesmo procedimento mais adiante. No seu retorno ou no dia seguinte, recolhia a matéria prima acumulada nos vasilhames.

[448] VILHENA, João & SIQUEIRA, José Pereira de. **Os pioneiros**. Criação dos municípios ao longo da BR 364. Ji-Paraná: Editora Ji-Paraná Agora, 2001, p. 182.

instalados ao longo da estrada. A luta pelo acesso à energia elétrica seria, inclusive, tópica recorrente nessas narrativas.

O fragmento a seguir, datado de 1994, que pelo estilo textual e tempos verbais expressos, permite inferir ter sido reproduzido, inicialmente, como notícia, veiculada em algum periódico[449], mapeia outras ações *modernizadoras*, entendidas por fundamentais a realização da empreitada:

> **"As águas do Rio Jamari chegam a Ji-Paraná transformadas em Energia Elétrica para impulsionar o progresso da região"**
> No dia 30 de agosto de 1994 uma quarta-feira às 19:00 horas foi a inauguração da subestação de 69/13,8KV em Ariquemes.
> A luta pelo linhão foi uma vitória. Foram meses de luta em Brasília, na busca de solução para o problema que a anos vinha prejudicando o desenvolvimento do interior do Estado. Hoje o que parecia um sonho para a população do interior – que durante anos foi um pesadelo – torna-se uma realidade. O Linhão e a consequente chegada da energia elétrica para os municípios da BR-364[450]

Em que pese às dificuldades na distribuição da energia elétrica, até que esta atingisse todo o território, a geração de energia já era realidade, desde os anos finais da década de 1960. Segundo os autores, a Ceron, empresa de economia mista, criada em 4 de novembro de 1968, teve suas instalações operacionalizadas em dezembro do ano seguinte, ainda que de início, tivesse atuação restrita a Guajará-Mirim e Porto Velho. Todavia, tal existência era interpretada como um prognóstico do *destino manifesto*, reservado a esta espacialidade:

> Quem conhece a História de Rondônia sabe que ela está intimamente ligada à história da Ceron (Centrais Elétricas de Rondônia). Nos passos rumo ao desenvolvimento, o ex-território contou com sua estatal geradora de energia elétrica. Ao passo que a Ceron ia vencendo obstáculos, superando crises e se operacionalizando, Rondônia crescia[451]

Em *Os Pioneiros*, se realizava também, a exemplo do que ocorre outras narrativas, o inventário das instituições, entidades, estabelecimentos e pessoas que primeiro se estabeleceram em cada municipalidade. Assim, traz relação dos órgãos, repartições, serviços públicos (Escolas; Universidade; Fórum; Promotoria; Varas Cível e Criminal; Juizados de

[449] Trata-se aqui de uma inferência, dado que tal informação não é apresentada ao leitor. Esta é uma situação que se repete no decorrer do livro. Pode resultar também do estilo de escrita dos autores, dada a experiência e atuação deles na atividade jornalística, sobretudo de João Vilhena.

[450] VILHENA, João & SIQUEIRA, José Pereira de. **Os pioneiros**. Criação dos municípios ao longo da BR 364. Ji-Paraná: Editora Ji-Paraná Agora, 2001, p. 12. Negritos presentes na obra.

[451] Ibidem, p. 9.

Pequenas Causas; Junta de Conciliação; Prefeitura; Câmara Municipal; Hospitais e Postos de Saúde; Companhias de fornecimento de energia elétrica, abastecimento d'água, tratamento de esgotos sanitários e serviço de coleta de resíduos) cartórios, correios, rodovias, comunicação, indústria e comércio que teriam sido marcadas pela *primazia*.

O inventário dos *pioneiros* seguia complementado pela a menção aos *primeiros*, que simbolizam, segundo os autores, a pujança de cada município. Assim, indicava-se a *primeira* Empresa de Máquinas Pesadas, bem como seu proprietário; a *primeira* Indústria Madeireira; a família *pioneira* no plantio de café; o *primeiro* no ramo da hotelaria; o *primeiro* supermercadista; as *primeiras* lojas de tecidos; eletrodomésticos, restaurante, papelaria, Igrejas (Católica e Evangélica), imobiliária, empresa de plantio de cacau e indústria de torrefação de café; abatedouros e frigoríficos; metalurgia e tornearia; empresas de transporte coletivo urbano; retransmissora de TV e serviço de telefonia; clubes; escolas/colégios...

É nesse contexto que trata do périplo enfrentado para a instalação da repetidora de TV vinculada à Rede Amazônica de Televisão (Retransmissora do sinal da Rede Globo de Televisão), entre os anos de 1976 e 1977, o que fomentou a comercialização local de TVs e conforme os autores, tornava grande a satisfação dos munícipes, "pois o progresso estava chegando nesta localidade"[452]. Naquele período, complementam,

> Não existiam rádios difusoras. As notícias que aqui chegavam vinham dos jornais de Porto Velho. Os únicos meios de comunicação que existiam na época eram alto-falantes, tipo corneta, pau de fuxico, que ficavam pendurados em mastros de até trinta metros de altura, que levavam as informações, por chamadas, aos habitantes de Vila de Rondônia. Sendo o pioneiro neste trabalho o **Sabá**[453]

Além das instituições, entidades e estabelecimentos, o inventário comportava também as personagens *pioneiras*: professores, médicos, advogados, políticos, delegados, policiais, juízes, dentistas, profissionais da comunicação (jornalistas, radialistas, apresentadores de TV).

Era nesse rol que se incorporava, por exemplo, o Perfil do Prefeito Ernandes Santos Amorim, no qual se apresentavam dados biográficos, que mesclavam informações sobre a trajetória pessoal, profissional e política da personalidade em evidência, desde seu nascimento, na zona rural da cidade de Itagiba, na Bahia, passando pela entrada no ramo do comércio e concluindo com a experiência dele, ao servir às forças armadas (exército), onde

---

[452] VILHENA, João & SIQUEIRA, José Pereira de. **Os pioneiros**. Criação dos municípios ao longo da BR 364. Ji-Paraná: Editora Ji-Paraná Agora, 2001, p. 118.

[453] Ibidem, *loc. cit.* Negrito presente na obra.

formou-se professor de Educação Física e permaneceu na instituição até sua ida para Rondônia, em 1976. Mencionavam sua atuação como professor, subdelegado de polícia, comerciante e garimpeiro, quando adentrou à política. Nesta seara, foi deputado estadual duas vezes, exerceu o mandato de prefeito de Ariquemes, também por duas vezes, e foi eleito senador da República em 1994.

Conforme os autores, sobretudo no último posto, qual seja, Senador da República, Ernandes Amorim teria enfrentado "campanhas difamatórias originadas naqueles interesses contrariados, e também em movimentos que **querem paralisar o desenvolvimento econômico da Amazônia**, e mudou a imagem negativa que o Brasil fazia de Rondônia"[454]

O inventário dos *primeiros* circunscrevia as ações dos agentes *civilizadores*. Essas narrativas de ou sobre os *pioneiros*, que dão conta dos seus feitos, se encontram com a descrição dos *progressos* construídos ou ainda, com a projeção da *missão*, que se se mostrava ainda inconclusa, estaria a caminho de ser *efetivada*.

As narrativas de ou sobre *pioneiros*, cuja emergência destacam a fundação dessa espacialidade e a transformação dela em lugar, em *território*, também comporta a ideia de *refundação*, ao se lançar em projetos que visavam em alguma medida, retomar ou repetir experiências históricas já dadas, observadas em outros recortes espaciais e temporais. Isto era observado ao fazerem menção a família Tarnoschi:

> Antônio e Beda Tarnoschi são naturais de Flórida Paulista, estado de São Paulo, filhos de **Nelson Tarnoschi e Maria Adelaide de Lima Tarnoschi**, vieram para Ji-Paraná a convite de **Luis Bernadi** para trabalhar com café.
> A cultura cafeeira estava em expansão no Estado de Rondônia e isso motivou os irmãos a deixarem a cidade natal e rumarem para o Norte do país a fim de progredirem.
> Aqui chegando, enfrentaram as dificuldades costumeiras, como a falta de luz e a saúde deficiente. Escolheram Ji-Paraná pelo simples fato de aqui ter telefone e Bancos, ambos necessários para seu tipo de comércio. [...]
> Outra grande dificuldade enfrentada era a má conservação das estradas, que, muitas vezes, impedia o escoamento do produto adquirido. O caminhão carregado de café não conseguia, muitas vezes, chegar ao destino no mesmo

[454] VILHENA, João & SIQUEIRA, José Pereira de. **Os pioneiros**. Criação dos municípios ao longo da BR 364. Ji-Paraná: Editora Ji-Paraná Agora, 2001, p. 20. Negritos presentes na obra. Fugiria ao objetivo deste trabalho enveredar pelas disputas travadas no âmbito da política partidária, por cada um dos agentes políticos aqui citados. É o recorte temático, a problemática da pesquisa que orienta nosso olhar, bem como a estruturação dessa narrativa. Feita essa ponderação, alguns comentários complementares são necessários: é bastante provável que a defesa que os autores fazem de Ernandes Amorim, guarde relação com a trajetória bastante polêmica deste na cena pública, o que envolveu agressão física a críticos de sua atuação política, acusação de envolvimento com o tráfico internacional de drogas, cassação de mandato por abuso de poder econômico, entre outras ações controversas. Para um levantamento melhor sistematizado a respeito, acessar o site da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC: FGV/CPDOC, 2017.

> dia. Outras ocasiões, o caminhão tinha que dar grandes voltas para desviar de atoleiros e pontes que não davam condições de passagem. [...]
> Toninho e Beda estão, após a tempestade inicial, apostando no futuro de Ji-Paraná – "Há necessidades – diz Toninho – de maior atenção para o nosso Município por parte das autoridades constituídas. Deve-se aproveitar a ótima situação geográfica de Ji-Paraná pra instalação de novas indústrias, novos atacadistas, enfim, de uma maior implementação na indústria e comércio local. Com o progresso nesses setores, automaticamente, os outros serão beneficiados e o desenvolvimento virá"[455]

A decisão de migrar do interior de São Paulo à Rondônia, carrega no *horizonte de expectativa*, o desejo de repetir experiências (KOSELLECK, [1979] 2006) já observadas no cultivo do café, que outrora levou ao *desenvolvimento*, ao *progresso* de várias famílias, também migrantes, nas terras paulistanas.

O *imaginário* do *progresso*, sobretudo da experiência paulista, era reatualizado. O desejo expresso na decisão dos irmãos Tarnoschi era bastante representativo, tanto da busca pela retomada de empreitadas pregressas, quanto do ideal de *desenvolvimento* que lançavam sobre a territorialidade rondoniense, entendida, requisitada, indicada como lugar de *promessa*. Uma vez mais, o *eldorado* parecia se desenhar, no tropel de nuvens que habitava o céu dos sonhos desses *novos bandeirantes*.

Segundo João Vilhena e José Siqueira, entre as décadas de 1970 e 1980, "Rondônia foi da fronteira agrícola, o modelo de colonização pública, e atraiu milhares de famílias rurais e pessoas que se dirigiram ao mundo urbano dos serviços e comércio que se expandiam sob o impulso da produção agrícola e da mineração"[456]. Esse processo de crescimento desaceleraria na década de 1990, quando, para eles, a migração ao estado, que fora intensa nas duas décadas anteriores, passara a um quadro de reversão, tornando-se residual, o que levou a quase estagnação ou baixo crescimento demográfico.

A estratégia utilizada por João Vilhena e José Siqueira para construir *Os pioneiros*, seria compartilhada também por Lourdes Kemper, em 2002, ao escrever *Cacoal, sua história sua gente*. Ali, operava o inventário dos *pioneiros,* construía o panteão dos *primeiros* e das *primazias*, que marcariam o histórico de *formação* dessa municipalidade e o percurso da *civilização* do espaço.

---

[455] VILHENA, João & SIQUEIRA, José Pereira de. **Os pioneiros**. Criação dos municípios ao longo da BR 364. Ji-Paraná: Editora Ji-Paraná Agora, 2001, p. 95. Negritos presentes na obra.

[456] Ibidem, p. 216.

Situava os *primeiros passos* da trajetória em 1909, quando a comissão Rondon se deslocou até a espacialidade, hoje correspondente a Pimenta Bueno, para instalação de postos telegráficos. Partia para a década de 1920, com a chegada de telegrafistas e guarda-fios, para dar conta das atividades no posto. Tratava de eventos que remetiam a década de 1930, quando o território que posteriormente seria Rondônia, ainda pertencia ao Mato Grosso; passava, então, a abordagem sobre o desmembramento e a criação do território federal do Guaporé, em 1943.

O primeiro *pioneiro* citado era o guarda-fios, natural da Paraíba, Anísio Serrão de Carvalho. Depois, citava o casamento deste com a seringueira Rosa Aurora e os filhos do casal. Fazia menção a seringueiros que teriam permanecido na espacialidade, mesmo após a decaída do chamado ciclo da borracha: Manoel Modesto, Jovino Souza da Silva, Santo Amaro, Chiquinho dos Porcos, Valdomiro, Marcos da Luz.

Tratava da chegada, em 1950, do seringueiro e garimpeiro José Cassimiro. É a ele que será referenciada, com frequência, a iniciativa de construção de um barraco às margens da BR-364, quando da construção desta, plantando árvores frutíferas nas proximidades, o que levaria a concentração de migrantes, os quais, posteriormente, serão por ela indicados como responsáveis pela criação do povoado, de onde se originaria Cacoal, a despeito da resistência do poder público, que teria buscado, segundo ela, desintegrar o aglomerado.

O início se daria, então, com o estabelecimento da família de Luiz Moreira, apresentada em reprodução fotográfica, seguida do relato do *progresso* que teria auferido em Rondônia, contraposto à seca e a situação de miséria, que se faziam presentes no Nordeste:

> No início da década de 70, chegam do Ceará mais algumas famílias, convidadas por Clodoaldo. Em janeiro de 1970, o agricultor **Luiz Moreira** chega para conhecer Rondônia, mais especificamente a Fazenda Castanhal. Quanto este retorna ao Ceará, presencia cenas de fome, sofrimento, miséria e lembra-se da natureza, da chuva em abundância, da grande quantidade de terras devolutas para trabalhar; e onde tudo que se plantava produzia.
> Não teve dúvidas, junto com a esposa Alzeni, vende alguns pertences; arrumam apenas o essencial para a mudança e Luiz Moreira saiu convidando parentes e amigos. Conseguiu reunir 70 pessoas e durante 6 dias viajaram em ônibus até chegar ao Castanhal, em junho de 1970. Nessa expedição liderada por Luiz Moreira estão as famílias de **Isaque Lemos, Moisés Vieira Cândido, Agustinho Leite, Zuca Marcelino** e **Antônio Moreira Lima**.
> Em 1971, Luiz Moreira compra 200 hectares de terras por 50 cruzeiros, onde fixa residência. Orgulha-se de ter tido coragem de mudar-se para uma região desconhecida, distante, mas onde o progresso chegou rapidamente, oferecendo boas escolas e oportunidades de trabalho[457]

[457] KEMPER, Lourdes. **Cacoal, sua história sua gente**. Goiânia: Grafopel, 2002, p. 33. Negritos presentes na obra.

A contraposição entre o cenário de secas tórridas, fome e miséria, vivenciado no semiárido nordestino, frente a abundância, a fartura de uma terra na qual *em se plantando tudo dava*, servia de mote a retomada ao *imaginário* da *terra da promissão*, reiterado nessas narrativas. Na mesma conta era colocada a família Gois (Everaldo, Epaminondas, Evandro, Eronides e Evaldo), cultivadores de cafezal e pastagens para gado *vacum*, *pioneiros do progresso*.

> Quando chegaram à região, eram jovens cheios de sonhos e ideais. Não se intimidaram, mesmo com os filhos pequenos, longe da assistência médica e de outros recursos. Acreditam eles que o êxito se deve ao otimismo e a à fé em Deus.
> Três décadas depois, com tranquilidade administram suas propriedades e fazem parte do seleto grupo de pioneiros que acreditou e ajudou a transformar a região num modelo de prosperidade[458].

A trajetória da família Kemper também era dada a conhecer. Em 1970, Pedro Kemper, natural de Santa Catarina (inclui reprodução de fotografia), se deslocou ao Mato Grosso e no ano seguinte, à Rondônia, em busca de realizar o sonho da posse a terra. Destacava a liderança do líder da família, que também possuiu restaurante, que fez *enorme sucesso* e atuou na política partidária, tendo sido candidato a prefeito (1982) deputado estadual (1986).

O inventário dos *pioneiros*, daqueles *novos migrantes*, tinha continuidade na escritura de Lourdes Kemper. Esta indicava o cotidiano, as dificuldades, buscava mostrar como *eles viviam*. A proposta era contar, aproximar do leitor não contemporâneo aos fatos narrados os desafios que estavam postos à época.

Entre as dificuldades, relacionava a ausência de rodovias asfaltadas e meios de transportes. Tratava do dia-a-dia de seringueiros e garimpeiros e da importância que ocupavam os rios, para escoar a produção, em meio a imensidão fechada da floresta.

Os relatos que dão conta de vidas marcadas por limitações e privações várias, enfrentadas nesses tempos, serão estratégicos para servirem de contraponto, quando eram apresentados aos *novos tempos*, a partir da construção de rodovias, mesmo que limitadas pelos atolamentos e ausência de pavimentação.

Os seringueiros, *desbravadores* de outrora, teriam enfrentado muitas dificuldades, mas em linhas gerais, mais sucumbiram a elas, respeitaram-nas, do que as sobrepuseram, de forma

[458] KEMPER, Lourdes. **Cacoal, sua história sua gente**. Goiânia: Grafopel, 2002, p. 35.

a traçar maneiras *efetivas* de vencer a *natureza selvagem.* Sem desconsiderar as lutas e dificuldades de outrora, teria sido no *tempo das migrações* que tais desafios ter-se-iam vencido. Trajetória essa que começava a ser alterada, conforme Lourdes Kemper, no final da década de 1950, com a exploração da cassiterita, quando caminhões do tipo caçamba começaram a *desbravar* aquela espacialidade, reinaugurando as *trilhas* traçadas desde antanho, ainda no início do século XX, pela comissão Rondon.

> Segundo o relato dos seringueiros e garimpeiros que foram os primeiros moradores, o acesso a esta região era por meio dos rios, em especial o rio Machado. A viagem até Porto Velho ou a Manaus tinha a duração de dias e até meses, pois era feita a remo. Não existiam barcos a motor, que só apareceram no final da década de 40. Para transportar as mercadorias, durante mais de 30 anos, o único caminho era o rio Machado, e todos os anos era a mesma rotina que se dava no início do período chuvoso, isto é, em dezembro, época de vender a borracha. Para transportá-la até Manaus onde normalmente era comercializada, os seringueiros e seringueiras faziam uma verdadeira aventura e para que a viagem tivesse êxito existia uma série de normas que eram seguidas ao pé da letra[459]

Esse cenário seria alterado no início da década de 1970, segundo Kemper, com a propaganda massiva, pelo governo federal, da abundância de terras em Rondônia[460]. A chegada das primeiras levas de migrantes, a seguir o curso da BR-364, a partir do primeiro Projeto de Integração e Colonização, o PIC-Ouro Preto, marcaria esse processo. Citava algumas das famílias que teriam vindo nesse período: Jesuíno Rodrigues D'Avilla, Ciríaco do Nascimento, Manoel Gomes dos Santos e Pedro Correa. Depois, referenciava outras que teriam seguido o mesmo percurso: Abes Antenor de Oliveira, João das Botas, Jorge dos Santos, José Ceará, Aparecido Nicoline, Nilson Gomes, Dário Rodrigues Santos, Adão Pereira Nunes, José Barroso, Irineu Saltão, João dos Santos, Antônio Baiano, Quintino José dos Santos, Francisco Nominato Fritz e filhos.

A cultura do café, implementada na espacialidade, buscava replicar em Rondônia, a exemplo do que já foi ponderado, determinado *modelo de desenvolvimento*, tendo no horizonte a economia cafeeira, e os ecos do que esta significara ao *progresso* do estado de São Paulo. Talvez não seja sem motivos o fato de a autora citar que a espacialidade na qual se *formaria* Cacoal, era procurada sobretudo por migrantes do Sul e do Sudeste.

> A ação do INCRA, com a instalação do PIC-Gy-Paraná, foi decisiva para a formação e o desenvolvimento de Cacoal. A região foi uma das áreas mais

[459] KEMPER, Lourdes. **Cacoal, sua história sua gente**. Goiânia: Grafopel, 2002, p. 39.

[460] Acompanhamos parte dessas iniciativas no capítulo segundo desta tese.

> procuradas, em especial por agricultores oriundos dos estados do Sul e Sudeste, que eram atraídos principalmente pela existência de terras propícias à lavoura cafeeira, que já estava sendo desenvolvida na Fazenda Castanhal.
> Assim, no final de 1972, o fluxo migratório intensificou-se ainda mais. Atraídas pela propaganda de acesso a terras férteis ou busca de novas oportunidades, mais pessoas chegavam todos os dias em caminhões paus-de-arara ou ônibus. Algumas chegavam para conhecer o lugar; outras, mais radicais, chegavam dispostas a desafiar todos os obstáculos[461]

O inventário dos feitos *pioneiros* e atitudes *desbravadoras* aumentava de página à página:

> [...] **Valdir Jorge** cheio de sonhos em busca de um futuro melhor para sua família, com garra e determinação participou dos grandes momentos da formação do povoado. Comerciante de cereais, instalou a Máquina São Jorge. A família **Corá**, incansável na busca de dias melhores participa intensamente do progresso na região, instalando também a Empresa Corá, a pioneira no transporte coletivo; **Clóvis Jordani**, membro atuante na SAVIC, instala a Serraria Vista Alegre e faz doação de muita madeira para construção de pontes e escolas; a família **Modro**, com dinamismo ajuda a transformar Cacoal num celeiro de produção; os irmãos **Antônio Virgílio** e **Amaro Augusto** instalaram a casa "**Casa Portuguesa**", onde comercializavam ferramentas e utensílios domésticos e insumos agrícolas. Durante muitos anos a Casa Portuguesa foi um ponto de referência para a população; mais tarde, esses abriram o Supermercado São Marcos.
> Os irmãos **Cazuza**, **Audemi** e **Janduyr Braga** instalaram a "Lojas Brasileiras", onde comercializavam utensílios domésticos, ferramentas e outros produtos. Com a aquisição de uma aeronave, utilizada para transporte de pessoas e alimentos, tinham como pista de pouso a Avenida Dois de Junho; **Etelvino Muniz da Mota**, que com seu caminhão tipo pau-de-arara, próprio para transportar mudanças, incentivava famílias a se fixarem em Cacoal[462]

Ano a ano, as realizações, a infraestrutura urbana era adensada. Em 1978, por exemplo, ocorreria a nomeação do segundo prefeito da cidade; Inauguração da Escola Carlos Gomes; Instalação do Ensino Médio. No ano seguinte, presença do Quartel da Polícia Militar e do Banco do Brasil. Em 1980, começava a circular o Jornal "Tribuna Popular" e a instalação do Banco Basa. Um ano depois, ter-se-ia mais uma escola, a Clodoaldo Nunes de Almeida; a rádio Sociedade Rondônia; o ginásio de esportes, o Country Club e o estádio municipal.

A relação de equipamentos, arrolados em sequência, a acompanhar o passar dos anos, parecia indicar a continuidade do crescimento, do *desenvolvimento*, conforme percepção de Lourdes Kemper. O constante aumento populacional, situação essa comum em todo estado

[461] KEMPER, Lourdes. **Cacoal, sua história sua gente**. Goiânia: Grafopel, 2002, p. 51.

[462] KEMPER, Lourdes. **Cacoal, sua história sua gente**. Goiânia: Grafopel, 2002, p. 54-55. Negritos presentes na obra.

naquele contexto, tal qual indicam os números dos deslocamentos migratórios na época, era também lido, visto, percebido sob a lente do *progresso*, em cujo processo se destacaria a municipalidade cacoalense.

> Em 1980, a população era de aproximadamente 70 mil habitantes e o fluxo migratório intensifica-se ainda mais. E Cacoal recebeu nos três anos seguintes cerca de 50 mil novos migrantes; isto é, em 1983 a população estimada era de 120 mil habitantes. Convém aqui ressalvar que esse fluxo migratório deu-se em todo o Estado; mas Cacoal se destacava, possuindo 10% da população do Estado. Existia na época uma série de fatores contribuíam para esse progresso[463]

O inventário dos nomes, feitos, realizações seguia seu curso: rezadeiras, farmacêuticos, donos de postos de combustível, incentivadores do esporte, agricultores, aqueles que ingressaram na vida político-partidária, cerealistas, taxistas. A labuta era farta, grande, diária, ininterrupta. Mas aos poucos, o *progresso* seria pavimentado e as marcas do *trabalho*, do *desenvolvimento* poderiam ser vistas pelo povoado a crescer.

> Nesse período, os obstáculos eram intensos, mais infinitamente maiores foram a determinação e a persistência dos pioneiros; e os resultados dessas lutas começam a aparecer. Já no ano de 1974 foram inaugurados um posto de atendimento dos **Correios**, a **Escola Concórdia** e o **Cemitério**. Nesse ano assume como administrador da Vila de Cacoal o pioneiro **Catarino Cardoso dos Santos**, que dinamizou junto à Comunidade os trabalhos em prol do desenvolvimento. Visando colaborar com a administração, a comunidade demonstra mais vez sua força, com a criação do **Conselho Comunitário**, formado por representantes de vários segmentos da sociedade.
> Em 1975 o processo migratório intensifica-se ainda mais, a população já ultrapassa 10 mil habitantes; e as necessidades cresciam em ritmo acelerado, era um desafio permanente para o Governo, que, por mais que tentasse, não conseguia suprir totalmente as deficiências de muitos setores. Na tentativa de amenizar os problemas emergentes, foi instalada em 1975 a **TELERON** – Telecomunicações Rondônia S.A., inaugurando o primeiro posto telefônico de Cacoal e a **CIBRAZEM** – Companhia Brasileira de Armazenagem –, instalando os primeiros armazéns para estocar a produção agrícola que crescia significativamente[464]

O ano de 1977, data da emancipação política do município, marcava, segundo a autora, a transformação de uma *imensa floresta num município pujante*. O ato se dava por meio da lei federal nº 6.648, de 11 de outubro, aprovada pelo Congresso e sancionada pelo general-presidente Ernesto Geisel. A instalação da municipalidade ocorreria a 26 de

[463] KEMPER, Lourdes. **Cacoal, sua história sua gente**. Goiânia: Grafopel, 2002, p. 61.

[464] Ibidem, p. 57. Negritos presentes na obra.

novembro daquele ano. A população que habitava a espacialidade era estimada em 50 mil pessoas.

> No início de 1977, a Vila de Cacoal crescia de maneira extraordinária. Eram dezenas de casas comerciais, igrejas, três hospitais particulares, uma escola de datilografia, três escritórios, sindicato rural e alguns órgãos governamentais. Mas faltavam ainda muitas coisas, dentre elas uma instituição financeira, já que todas as operações de crédito e financiamento eram realizadas especialmente em Ji-Paraná e Porto Velho, o que era mais um entrave a expansão e o crescimento agrícola, bem como para outros setores ativos da economia. Então, em 25 de março o **Banco Brasileiro de Descontos S.A.** – **BRADESCO** inaugura sua agência em Cacoal.
> Nesse ano é instalado o Cinetran e a Delegacia de Polícia Civil e é inaugurada a **Escola Bernardo Guimarães**, a segunda escola na área urbana de Cacoal. A comunidade instala o **Lions Clube de Cacoal**, que muito contribuiu para o desenvolvimento de Cacoal.
> O ano de 1977 ficou marcado na memória dos pioneiros, que em apenas 5 anos conseguiram transformar a imensa floresta num município pujante[465]

Em 1982, no campo do Poder Judiciário, destacava a instalação da Comarca da cidade. A Caixa Econômica chegava ao município e fora realizada a primeira transmissão de sinal de televisão, ao vivo, para os munícipes. Em 1983, o destaque era a chegada da escola da Fundação Bradesco e a criação do baixo Nova Esperança, com casas populares financiadas pela Caixa Econômica Federal. Ainda neste mesmo ano, Rolim de Moura, antes distrito, fora desmembrado e emancipado, o que corresponderia a quase metade da população e do território de Cacoal. A narrativa seguia a contar a trajetória de *domínio da floresta*, que fora derrubada, vencida e cedia vez e lugar à *modernidade*, da qual não se excluíam os problemas e desafios vivenciados pelos grandes centros urbanos.

> No ano seguinte [1984], a população continua buscando o progresso, mas ocorre um fato lamentável, quando a população, enfurecida pela falta de energia elétrica, destrói a sede da Ceron, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e incendeia a Prefeitura Municipal.
> Em 1985, o padre Ezequiel Ramin é assassinado com dezenas de tiros numa emboscada. Esse lamentável fato entristece a população e coloca novamente Cacoal nas manchetes nacionais e internacionais.
> Neste período diminui o processo migratório, mas Cacoal continua trilhando o caminho do progresso. No decorrer dos anos 80, são instaladas dezenas de empresas, como a Coca-Cola, Cerâmicas Rosalino e Rio Machado, Frigorífico Santa Elvira, o Supermercado A Luzitana e a FEC, primeira instituição de ensino superior. São novos hospitais, farmácias, escritórios, supermercados, lojas e escolas. Nesse período estavam instaladas 12 instituições financeiras. Estes e outros empreendimentos são exemplos da confiança do povo nesta terra.

[465] KEMPER, Lourdes. **Cacoal, sua história sua gente**. Goiânia: Grafopel, 2002, p. 59. Negritos presentes na obra.

> Aos poucos as velhas construções de madeira vão sendo substituídas por novas estruturas.
> Na última década, Cacoal adquiriu um aspecto de cidade moderna, especialmente com a iniciativa privada, que investiu seriamente na instalação e modernização do setor agropecuário, industrial e comercial[466]

Trata dos mutirões, das redes de solidariedade, que conforme a autora, eram estabelecidas entre aqueles que já estavam estabelecidos e os recém-chegados à espacialidade. Os mutirões eram realizados para a construção de casas, escolas, igrejas... Segundo Kemper, *o sentimento humanitário* teria sido *fundamental para o progresso individual e coletivo*[467]. E, *assim*, sintetizava, *tudo começou*.

Há grande diversidade de títulos que tratam desse processo. São obras escritas por jornalistas, profissionais do direito, professores, literatos, agricultores, políticos, historiadores, memorialistas. Vários desses títulos sem gênero autodefinido, trazem informações históricas, histórias de vida, registros literários, memórias, "causos" e casos ocorridos. Operam também o inventário de pessoas, entidades e instituições *pioneiras*. Desfiam, enfim, o rosário dos *primados* e dos *primeiros*, a exemplo do que temos observado.

Escritas no colar da migração ou décadas depois, os recortes temáticos que mobilizam suas produções têm pontos de convergências. São eles: o *imaginário* que se tinha dessa espacialidade antes da migração; a menção recorrente às dificuldades encontradas para sobreviver e domar a *floresta selvagem*; e por fim, a *civilização* do espaço, construção do *progresso*, que se *efetiva*, conforme essas narrativas, por meio da *ação bravia e destemida* deles.

Não se desconsidera aqui que eventos comuns, específicos a cada tempo de escritura, marcam também a produção dessas obras e que ao projetarem passados, o fazem de determinado presente, e, portanto, tais narrativas são constituídas de dimensões temporais fluídas e variáveis. É no presente que se narra a experiência pregressa e é mobilizado pelo desejo de manter viva a *memória* do que foi, que se narra, em determinado presente, o passado.

> A memória que se atualiza no presente, e que se move do passado em direção ao presente, não se detém nele; pela própria natureza contínua da duração, ele é portadora do futuro. O tempo da memória está longe, portanto, de se voltar exclusivamente para o passado, pois a duração engaja sempre o futuro (SEIXAS, 2002, p. 48)

---

[466] KEMPER, Lourdes. **Cacoal, sua história sua gente**. Goiânia: Grafopel, 2002, p. 64. O destaque entre colchetes é nosso.

[467] Ibidem, p. 65.

Assim, o instante, o tempo presente que aciona a *memória* age e interage, se imiscui, atualiza e significa experiências, constrói pontos de encontro, costura coerências para as trajetórias de vida, no momento em que essas são tornadas matéria pública, em que são narradas.

Tais ponderações nos levam, invariavelmente, a pensarmos algumas questões a respeito da *memória*, da faculdade comum aos seres humanos em lembrar, esquecer, silenciar, contar. O que por sua vez, envolve seleções, disputas, decisões cujas motivações nem sempre estão claras, explicáveis ou imediatamente acessíveis àqueles que se dispõem a narrar suas experiências e de contemporâneos de empreitada.

Estas considerações não têm por objetivo adentrar de maneira verticalizada às discussões sobre *memória*, dado que não nos propomos a classificar estas narrativas quanto ao seu gênero, posto que grande parte delas foram construídas sem que digam tratar-se de história, memória, literatura, folclore, biografia ou outra classificação qualquer. Em todo o caso, constroem *representações* do passado e evidenciam a confluência de *regimes historiográficos* (NICOLAZZI, 2017).

Tais *representações* recorrem, em alguma medida, à *memória* em seu processo de elaboração e apresentação. É o que se faz, por exemplo, quando relacionam personagens, instituições, estabelecimentos e eventos que seriam *formadores* de tal espacialidade.

Dessa maneira, a *memória* atua como teia que costura aproximações e interseções entre gêneros textuais plurais – álbuns fotográficos, histórias de vida ou livros com informações históricas e dados biográficos, por exemplo. É a *memória* da *experiência colonizadora,* do *desbravamento da floresta*, da *missão civilizatória,* da *construção do progresso* que possibilita a aproximação de textos, *a priori,* bem distintos e atravessados por temáticas comuns. Eles têm aqui lugar e sentido, na medida em que a produção e escritura dessas obras envolvem, necessariamente, as faculdades humanas de lembrar e narrar.

Na tentativa de aproximação e compreensão a que nos propomos, tentamos identificar temáticas comuns, tópicas que se repetem e reatualizam, indicar distanciamentos ou deslocamentos nas percepções, a respeito dos eventos narrados. Tal operação se sustenta na premissa de que compreender os *regimes historiográficos* comuns a essas narrativas, é procedimento mais profícuo do que classificá-las em gêneros de escrita, como se tal classificação existisse enquanto um dado objetivo absoluto e, portanto, os encontros, os *fronteiriços* e as interações entre eles não fossem de ocorrência comum.

Todavia, em que pese as divergências a respeito da importância que um ou outro evento assumirá nessas narrativas, chama bastante atenção as aproximações na forma como se estruturam, nas tópicas que repetem, nas personagens tornadas cânones, a exemplo da ideia do *pioneiro*, do *desbravador*, do *bandeirante* reatualizado nelas. Referências a indivíduos como Pimenta Bueno, Barão de Melgaço, Rolim de Moura, Marechal Rondon, Coronel Jorge Teixeira, entre tantos outros, que deram continuidade à missão de *colonizar* e *civilizar* o que até então era dito *espaço vazio* serve de âncora para aqueles que se autodefinem, assumem o papel de novos *desbravadores da mata virgem*, responsáveis por dar prosseguimento a arriscada e destemida aventura dos bandeirantes paulistas, no intuito de tornar essas plagas fronteiriças em territórios *pertencentes*, *integrados* ao Brasil. E isso em pleno século XX.

A afirmação da *conquista*, da *colonização*, do *domínio*, da *civilização* dessa espacialidade conforme se observou, demarca também uma leitura sobre o *outro* que mesmo tendo reconhecida sua presença anterior, não teria, conforme esses relatos, *formado* o estado.

Nesse sentido, em que pese alguns deslocamentos, os *regimes historiográficos* vigentes nos textos ora cotejados, parecem atualizar determinada *memória disciplinar* e expressam uma forma bem peculiar de *narrar a si* e de perceber o *outro* no exercício de escrita da história. E ao retomar e ponderar sobre a estruturação dessas narrativas, o chamado é menos para apontar lacunas e mais um convite a reflexão sobre como *identidade* e *alteridade* estão envoltos na construção do enredo historiográfico. Essa discussão prossegue no próximo capítulo, com as narrativas construídas por seringueiros e a busca por contar essa experiência do *lugar social* (CERTEAU, [1975] 2011) deles.

5. NAS TRILHAS DOS SERINGAIS: NARRATIVAS DE *DESBRAVADORES* E *PIONEIROS*

Nas décadas finais do século XIX, o território federal do Guaporé, depois Rondônia, inexistia na atual circunscrição – como igualmente inexistiam as mesorregiões do Madeira-Mamoré e do leste rondoniense. Contudo, ele já existia como *espaço praticado* (CERTEAU, [1990] 2014), arena onde indígenas e seringueiros disputavam, conflitavam para construir e dar continuidade ali, às suas existências. Para os indígenas, era o habitar desde tempos longínquos; para os seringueiros, a expectativa de domar o *meio*, a *floresta bravia* e conforme a lógica do capital transformá-la em espaço produtivo e lar.

Os chamados dois ciclos da borracha (1879-1912 e 1943-1945), foram estabelecidos entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. O percurso dessa experiência, que levaria o propalado *vazio amazônico* à circunscrição territorial rondoniense, não seria dito fácil nem pequenos, pelo contrário.

Cerca de um século depois de iniciada a atividade extrativista de látex na Amazônia, para comercialização em larga escala, esta seria identificada como um dos marcos *formadores* da espacialidade. E se recorreria, então, a memória das dificuldades e aprovações experienciadas nessa trajetória, para se construir a narrativa dessa dita *ocupação*, como uma *odisseia*. Para tanto, seria preciso inventariar os *novos odisseus*, apresentados como *desbravadores*, *pioneiros*, heróis da *fundação* e iniciadores da *missão civilizatória* na Amazônia.

5.2.1 Na vastidão dos seringais, os *rastros* de *desbravadores* e *pioneiros*

Estamos em 1969. O então professor Abnael Machado de Lima, apresentava aos rondonienses, sobretudo aos seus pares e estudantes do nível médio, o livro *Terras de Rondônia. Geografia física e humana do território federal de Rondônia*, cuja proposta deveria abarcar o programa (currículo) da disciplina de geografia física e humana, para a 1ª série do

curso colegial normal[468], em Rondônia, onde estavam inclusos os seguintes conteúdos: *Aspectos gerais; Relevo; Clima; Hidrografia; Vegetação; Fauna; População; Conquista, Povoamento e Colonização; Organização Político-Administrativa; Fronteiras* e *Economia*[469].

Constava na obra, síntese da trajetória profissional do autor, na qual indicava-se que era "professor de Geografia Geral, do Brasil e do Território de Rondônia, nos Colégios Oficiais *Presidente Vargas, Carmela Dutra* e *Estudo e Trabalho.* Membro do Conselho de Geografia do Território Federal de Rondônia"[470].

Nos agradecimentos, manifestou reconhecimento aos seus ex-professores e entre estes, destacava Rubens Catanhede Mota e Lourival Chagas da Silva. Também agradeceu ao desenhista Raimundo Paraguaçu, que ilustrou a obra; e ao fotógrafo Antônio Lopes. Prestou *Homenagem especial* ao coronel Aluízio Pinheiro Teixeira, destacado como "Membro da Comissão Rondon, 1º Sup. Da E.F.M.M, 1º Governador e 1º Deputado do Território Federal de Rondônia"[471]. Constavam ainda agradecimentos ao então coronel e governador do território, João Carlos Marques Henriques, e a Luis Felippe de Azevedo, que na época, ocupava a chefia de assessoria de planejamento e coordenação do governo citado.

No capítulo destinado a tratar da *Conquista o território,* Abnael Machado de Lima apresentava os *fundares* e seu inventário dos *pioneiros*. Começava pela construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, apresentada como fator decisivo ao *povoamento* do território, a despeito de "em épocas anteriores [a espacialidade] tenha sido percorrida por aventureiros, e os Padres Jesuítas hajam tentado se localizar"[472]

> Entre os pioneiros e desbravadores que a percorreram dando notícias de seus habitantes e de seu potencial econômico, destacam-se Antônio Rapôso Tavares, que partiu com sua bandeira de São Paulo, em 1647, depois de Palmilhar os sertões brasileiros, indo além de nossa fronteira. Vindo do altiplano boliviano, desceu o rio Mamoré, penetrou no rio Madeira (1650), descendo o seu curso até atingir o Oceano Atlântico. Os jesuítas com base na aldeia de Tupinabaraba, fundada em 1669, iam penetrando no rio Madeira, no trabalho de catequese. Em 1683 o padre Jódoco Peres navegou por êste

[468] O hoje ensino médio, à época constava de formação comum de três anos, que poderia ser acrescida de mais um ano. Esta formação final não era obrigatória, mas caso o(a) estudante decidisse cursá-la, poderia escolher entre duas habilitações: normal (magistério) e científico.

[469] LIMA, Abnael Machado de. **Terras de Rondônia**. Geografia física e humana do território federal de Rondônia. Rio de Janeiro: SERGRAF do IBGE, 1969, p. 9.

[470] Ibidem, p. 3.

[471] Ibidem, p. 7.

[472] Ibidem, p.49.

> rio em visita de inspeção às instalações jesuítica. Em 1667 eram fundadas pelos padres jesuítas cinco missões nas margens do rio Madeira, em atendimento ao pedido de intensificação da ocupação do vale dêste rio, pelo governador da Capitania do Pará, Gomes Freire de Andrade, preocupado com as notícias de que os holandeses estavam penetrando na região[473]

Abnael Machado de Lima realizava inventário das várias expedições, que teriam singrado os rios situados em terras que, muito depois, seriam rondonienses. E mesmo ao reconhecer o *pioneirismo* dos *aventureiros*, dos *bandeirantes* e dos *jesuítas*, no sentido de que teriam adentrado *primeiro* por essas plagas, sua compreensão era a de que foram mais passagens que paragens e núcleos populacionais duradores só ter-se-iam estabelecido, no chamado primeiro ciclo da borracha. Esta "[...] foi a mola propulsora, para a definitiva ocupação da bacia do Madeira. Na sua exploração intensificou-se a navegação no rio Madeira, e seus afluentes foram sendo ocupados pelos destemidos seringueiros"[474]

Este *pioneirismo* atribuído aos seringueiros, seria compreendido menos pela ideia de *primazia* e mais pela ideia de *ocupação, colonização, conquista.* Assim, a lógica de construção da narrativa, que ensejava a constituição da espacialidade rondoniense era mantida, qual seja, ela tinha por premissa o inventário das *primazias*, da perspectiva dos *bandeirantes*, até chegar aqueles que seriam *realmente desbravadores* e *pioneiros*, ainda que o *lugar social* (CERTEAU, [1975] 2011) e o papel desses sujeitos, sofram deslocamentos constantes a depender de quem narra a trajetória. Ao conferir centralidade aos *seringueiros*, Abnael Machado de Lima abria novo flanco e expandia o panteão dos *pioneiros*.

Em 1985, Abel Oliveira Neves publicava a obra *A caminho de Ji-Paraná.* Paraibano de Patos deslocou-se à Amazônia em 1943. Foi o primeiro administrador de Vila de Rondônia, depois Ji-Paraná, um dos núcleos urbanos que se tornariam cidade, erigida no curso da BR-364.

A obra tinha a seguinte estrutura: um texto de *advertência*, que lhe serve de abertura, os agradecimentos (colaboradores e patrocinadores), oferecimento ou dedicatória (esposa, filhos, irmãos e ao pai), *Homenagem póstuma* a *pioneiros* falecidos, *Prefácio, Introdução (A Caminho de Ji-Paraná)* e cinco capítulos: *O Seringueiro; A Linha Telegráfica; O Garimpeiro; Rodovia e Colonização* e *O Telegrama do Benedito*.

---

[473] LIMA, Abnael Machado de. **Terras de Rondônia**. Geografia física e humana do território federal de Rondônia. Rio de Janeiro: SERGRAF do IBGE, 1969, p.49.

[474] Ibidem, p. 52.

Narrada em primeira pessoa, numa espécie de exercício memorialístico, procura relatar o processo de *colonização* e as lutas nele travadas. Intermeado por "causos", em linguagem prosaica, vai do cômico ao irônico. Fazia o inventário dos *pioneiros*, realizava o histórico da aquisição de equipamentos urbanos, das *primeiras* instituições públicas e dos estabelecimentos comerciais.

O fio condutor da narrativa girava em torno dos deslocamentos, dos processos migratórios à espacialidade rondoniense, que remeteriam a década de 1940 do século XX. Segundo advertia, algumas personalidades citadas, bem como o lugar onde ter-se-iam dado alguns dos *fatos verídicos* narrados, tiveram seus nomes alterados, para *evitar que se atingisse a memória de alguém*, justificava:

> Não queiram encontrar neste livro, manifestações brilhantes com rajadas de eloqüência e rasgos de literatura. Pois o que pretendo é informar de maneira simples e modesta. Como modesto e simples que sou.
> Fazia-se necessário algo que registrasse a história de nossa cidade. E esta é a minha intenção.
> A não ser algumas pesquisas de outras obras, grande parte da história foi assistida por mim. Para não ser muito extenso procurei limitar-me a vários acontecimentos, pois, para relatar o que vivi nestes 33 anos de Ji-Paraná, daria uma enciclopédia de vários volumes.
> Por isso peço minhas desculpas àqueles que omiti. E que devido ao tempo, às vezes fogem de nossa lembrança.
> Todos que seguiram "A Caminho de Ji-Paraná" merecem nosso respeito e nossa admiração.
> Os fatos aqui narrados são verídicos, porém, em alguns casos, omitimos nomes de pessoas ou lugares, para não atingir a memória de ninguém.
> Portanto, qualquer semelhança com nome de pessoas ou lugares é mera coincidência[475]

Abel Oliveira Neves migrara ao território do Guaporé no início da década de 1950, trabalhou nos seringais e mesmo já tendo passado o chamado segundo ciclo (1942-1945), trabalhou nos seringais e parte deste lugar social (CERTEAU, [1975] 2011) para tecer a sua narrativa. O *pioneirismo* ao qual se remete, seria dos nordestinos.

> Acontece, porém, que eu só conheço Ji-Paraná de 1952 para cá. Mas tenho conhecimento de que ainda no século passado já havia nordestinos aqui em busca do "ouro negro", cognome dado à borracha natural, antes de os ingleses levarem sementes de nossa hávea amazônica para a Malásia e Cingapura. Cultivaram-na com tanto sucesso que o produto foi desvalorizado devido à alta produção e a facilidade de manejo da seringueira plantada, segundo Amizael Silva.
> Muito antes da passagem da comissão militar, chefiada pelo tenente-coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, para construção das linhas telegráficas

[475] NEVES, Abel Oliveira. **A Caminho de Ji-Paraná**. Brasília: Gráfica e Editora Regional, 1985, p. 3.

> do Mato Grosso ao Amazonas, a exploração da bacia do rio Machado (ou Ji-Paraná) já havia sido efetuada pelos bravos nordestinos emigrados em decorrência da terrível seca de 1877.
> Como seringueiros, eles se espalharam por todo o complexo hidrográfico dessa região. Na foz do rio Machado, na povoação Calama, eram desembarcados às levas, os "brabos" (nome dado ao seringueiro de primeiro ano)[476]

Segundo Abner Cândido de Lima, funcionário público, que prefaciava o livro de Abel Oliveira Neves,

> A obra poderia ser considerada autobiográfica, pois o autor é testemunha de todos os fatos aí narrados, mas o seu objetivo não foi de contar a sua vida que, sem falsa modéstia, Abel Neves acha que poderia não interessar muita gente. Mas os fatos históricos vividos por ele e que dão dimensão nova a um Estado que aflora como esperança para o país em termos econômicos, esses, sim, ocupam lugar de primazia e são os objetivos principais de "A Caminho de Ji-Paraná"[477]

Segundo o prefaciador, este seria um trabalho de memória, marcado pela máxima da *testemunha ocular*, relato de quem *viu e sentiu na carne* os fatos revisitados pelo exercício da escrita. Recorria assim, a *autópsia* (HARTOG, [1980] 2014; [2005] 2013), para reiterar a legitimidade da narrativa e o *lugar social* (CERTEAU, [1975] 2011) que assegurava ao narrador, condições para construir um relato digno de expressar a *verdade* de tal experiência. Envereda pela metodologia de construção da obra, realizada sem que o autor recorresse a *anotações prévias.* E reafirma a intenção do autor de circunscrever a *verdade*, por meio da narrativa:

> "A Caminho de Ji-Paraná" conta os fatos como foram vividos e vistos por um homem que jamais pensou em escrevê-los. Eis aí o mérito maior do livro. Não foram feitas anotações prévias, nem se elaborou um roteiro de trabalho. O grande registro ficou por conta da prodigiosa memória do autor que, num certo momento, foi sobressaltado pela espontaneidade em colocar no papel, em seu modo simples e peculiar, o que seus olhos viram e sua carne sentiu. O resultado está aí[478]

As palavras de Abel Oliveira Neves circunscrevem um mundo de dificuldades e privações interposto aos seringueiros, dito por ele como *sentinelas avançados*, na *batalha* com vistas a *guarnecer as fronteiras* nacionais: a luta contra animais, doenças, o clima, a

---

[476] NEVES, Abel Oliveira. **A Caminho de Ji-Paraná**. Brasília: Gráfica e Editora Regional, 1985, p. 15

[477] LIMA, Abner Cândido de. Prefácio. In: NEVES, Abel. **A Caminho de Ji-Paraná**. Brasília: Gráfica e Editora Regional, 1985, p. 13.

[478] Ibidem, loc. cit.

ausência de infraestrutura básica à sobrevivência. Os termos usados pelo autor, mostram confluência e proximidade com a perspectiva da *expansão para o Oeste*, levada a termo no governo de Getúlio Vargas, sobretudo no que se convencionou chamar, na historiografia, de "estado novo"

> Ao calor insuportável da zona tórrida, à formidável umidade, inseparável do clima daquelas imensas florestas, aos enxames de abelhas, de moscas, de mosquitos a atormentarem aquela gente heróica, junta-se permanentemente a malária endêmica, as feridas horripilantes e a promiscuidade nas viagens, a deficiência e muitas vezes a falta absoluta de alimentação, os constantes naufrágios nas cachoeiras que são perigos a zombar de nossa segurança a cada volta de rio e a cada corredeira. Falta absoluta de médicos e carência de medicamentos, obrigam-nos a usar as raízes e cascas de madeiras para alguns tipos de doenças. Todas essas dificuldades, todos esses sofrimentos ficaram marcados na face e na alma dos primeiros homens. O seringueiro em particular merece nosso respeito por ter sido a sentinela avançada desta cruenta batalha guarnecendo nossas fronteiras.
> Foi vítima da grande solidão das selvas, do tédio, do medo, das doenças, das injustiças dos patrões, pois não tinha a quem se queixar. Não tinha delegado de polícia nem Ministério do Trabalho. Era a LEI DAS SELVAS. Vencia o mais forte[479]

Nas relações de trabalho ali estabelecidas, a *lei da selva* também imperava, qual seja, o que valia era a lei do mais forte. E esta não conheceria o sistema de pesos e contrapesos, nem prerrogativas legislativas e institucionais. Em meio a *solidão da selva*, ele ponderava, soava estranho e anacrônico falar em leis trabalhistas.

> Uma caixa com mil tijelas para seringa, um balde, faca, bacia e as mercadorias para passar um mês e fazer pelo menos uma carga de borracha, duas peles de no mínimo sessenta quilos cada. Isto porque eu era "brabo" e ainda ia aprender.
> A nota da mercadoria, quando recebi, deu vontade de devolver tudo e ir de volta, mas não podia. Estava atolado até as orelhas. Restava pedir a Deus saúde, e trabalhar muito para ver se num ano pagava. Os preços eram os mais absurdos. Quando mostrei a Marieta, ela não pôde conter as lágrimas[480]

A triste realidade da vida nos seringais, narrada por Abel Oliveira Neves, parecia não ter fim. Depois de enredar a própria experiência, o autor, em tom de reclame, denunciava a expulsão sofrida pelos seringueiros, das terras que ocupavam desde longa data. Assim, com os

---

[479] NEVES, Abel Oliveira. **A Caminho de Ji-Paraná**. Brasília: Gráfica e Editora Regional, 1985, p. 16-17. O destaque em maiúsculas é do autor.

[480] Ibidem, p. 27.

novos migrantes, ao contrário do que ocorrera no extrativismo da borracha, imperava a devastação da floresta. Este era o *preço do progresso*:

> A família de Francisco assistiu boquiaberta à chegada dos "candangos" que vieram fazer o desmatamento. Corria muito dinheiro, fartura.
> Francisco também trabalhou com os filhos já homens num trecho da BR-29, seu primeiro nome. Depois da estrada feita, começaram a chegar os colonos.
> Logo em seguida, instalou-se o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Inicialmente, procedeu-se ao mapeamento dirigido pelo Cap. Sílvio Gonçalves de Farias. Em seguida a colonização, com a implantação do POP – Projeto Ouro Preto, executado pelo jovem engenheiro agrônomo Assis Canuto, hoje Deputado Federal.
> O Dr. Canuto veio também com a espinhosa missão de tirar os seringueiros da área dos projetos de colonização, jogando-os para escanteio sem nenhum direito.
> Foi uma das grandes injustiças cometidas pelos tecnocratas de Brasília, neste governo militar que se finda.
> Por mais que se reclame e apesar da ação de alguns políticos, ainda continuam a discriminação com o seringueiro.
> Pioneiro, ele veio na frente e desbravou, lutou, venceu todas as dificuldades, mesmo assim alguém teve coragem de baixar portaria para tirar homens como esses de suas colocações, fora de suas casas, com os seus cacarecos na cabeça.
> Um desses, Francisco, que aqui chegou há tantos anos, não sabe fazer outra coisa senão cortar seringa, acostumou-se àquele trabalho.
> Depois de tanto sacrifício, tantos anos de solidão nas selvas, vê seu único arrimo, o sustento seu e de seus filhos, ser invadido sem piedade, suas estradas de seringa tão zeladas serem decapitadas por motosserra e machado.
> E se o seringueiro procurava alguém do INCRA para reclamar, a resposta era: são ordens de Brasília.
> Resta saber se paga a pena o crime cometido. Dizem que é o preço do progresso.
> Mas, talvez oitenta por cento foi devastado, queimado, transformado em quiçaça.
> Por falta de planejamento, os tecnocratas do INCRA, doaram aos parceleiros 100 hectares da terra. O Banco do Brasil financiou a longo prazo a arma mais mortífera, a motosserra. O IBDEF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – órgão fiscalizador, fechou os olhos para o crime da devastação.
> O parceleiro geralmente derruba 10 hectares da floresta, ateia fogo, planta arroz, milho e feijão, colhe e larga. E no ano seguinte, ele não planta a mesma terra – que se transforma em "paiada", como eles a chamam. Com a motosserra em mãos, derrubam outros 10 hectares, e assim sucessivamente.
> Enfim, destruiu-se a flora e a fauna e o que se colheu não pagou o que foi devastado[481]

Abel Oliveira Neves reclamava da maneira como os seringueiros haviam sido expulsos dos seringais, que *ocupavam* e nele exerciam, há décadas, atividades extrativistas. Na condição de *pioneiro*, de quem *veio na frente e desbravou*, criticava os projetos de

[481] NEVES, Abel Oliveira. **A Caminho de Ji-Paraná**. Brasília: Gráfica e Editora Regional, 1985, p. 30.

colonização implementados pelos governos militares e os novos migrantes, os *candangos*, que chegaram *ateando fogo*, armados de *motosserras*, pondo a baixo árvores seculares que possibilitavam o sustento das gentes que aprendera, com muito sofrimento, a existir e resistir na floresta. Em tom de denúncia, questionava o *preço do progresso*, tão propagado e reiterado, fosse pela imprensa periódica, pelos agentes governamentais ou pelas levas de novos migrantes que chegaram àquelas paragens, a partir do final da década de 1960.

Em 1984, Amizael Gomes da Silva publicou, pela Secretaria Estadual de Educação, a obra *No rastro dos pioneiros: um pouco da história rondoniana*. O autor, que fora redator dos jornais *Alto Madeira* e *O Guaporé*, reuniu no livro, textos inéditos e outros por já ele publicados nestes periódicos, que travavam da história rondoniense.

A obra era dedicada aos familiares (esposa, filhos e pais) e estudantes – que conforme o escritor, *discutiram* com ele *os problemas* do estado e *aos desbravadores de Rondônia, que se constituem em toda a população atual do Estado*. Amizael Gomes da Silva escrevia, é válido ressaltar, em 1984, cerca de dois anos após a transformação do antigo território federal em estado.

Nos dados biográficos adensados à obra, estão presentes um resumo da trajetória pessoal, acadêmica, profissional e política do escritor, que natural do Maranhão, deslocou-se dos *sertões de Bacabal* para se *embrenhar*, pelos idos de 1950, "com seu pai nas matas amazônicas, através de rios, igarapés e seringais"[482], tendo habitado e trabalhado em várias localidades em Rondônia.

Na apresentação dos dados biográficos de Amizael Silva, realizada por Gerson Magalhães, este último, professor, escritor, jornalista e um dos membros fundadores da Academia de Letras rondoniense, traçou a trajetória profissional do autor de *No rastro dos pioneiros*, na qual destacava a atuação dele como professor de Matemática, Sociologia, Estrutura e Funcionamento do Ensino de Primeiro e Segundo Graus e de Estudos dos Problemas e Desenvolvimento de Rondônia, tanto em escolas do então segundo grau; quanto no Núcleo de Educação da Universidade Federal do Pará/UFPA, núcleo que esta instituição mantinha em Porto Velho, a partir de convênio firmado com o governo do estado, e que forneceria as bases à criação posterior da Universidade Federal de Rondônia/UNIR.

[482] MAGALHÃES, Gesson. Dados biográficos do autor. In: SILVA, Amizael Gomes da. **No rastro dos pioneiros**: um pouco da história rondoniana. Porto Velho: SEDUC, 1984, n.p. Gesson Magalhães, que assina o texto, era professor.

Relata ainda o ingresso de Amizael Gomes da Silva na política em 1971, no Arena, eleito vereador[483]. Fora deputado estadual em 1982, pelo Partido Democrático Social/PDS, uma ramificação da Arena. E, também, deputado constituinte, no processo de elaboração da Constituição do estado de Rondônia, tendo sido o Relator Geral do projeto, promulgado pela Assembleia Estadual Constituinte, em 1989.

No prefácio assinado pelo professor Abnael Machado de Lima, Amizael Gomes da Silva é comparado a Euclides da Cunha, para quem a semelhança deste, "é um apaixonado pela natureza e pela ação do homem"[484]. Há, contudo, deslocamento bem acentuado que Abnael Machado procurou estabelecer entre o autor de *Os sertões* e *Um Paraíso perdido*; e aquele que escrevera *No rastro dos pioneiros.* É que segundo Lima, no que dizia respeito a Amazônia, sobrava a Amizael Silva algo que faltava, em larga medida, a Euclides da Cunha: o conhecimento intrínseco. Este último

> apenas palmilhou-a, ao passo que o outro seria fruto da terra, é parte intrínseca de sua própria história, forjado nas andanças acompanhado de seu pai, nordestino-arigó, transformado em bandeirante, varando florestas, percorrendo rios, vencendo obstáculos em busca dos diamantes de aluvião, rolando nos altos leitos dos rios Machado, Apidiá, Urupá, Comemoração, Roosevelt e seus afluentes. Um líder, generoso, austero, místico, levando no alforje a Bíblia e na cintura o Taurus 38. A primeira ensinava o caminho da vida e da salvação; o segundo o caminho da morte e do inferno; era o modo convincente de fazer os seus irreverentes companheiros a orarem e a ouvirem a palavra de Deus[485]

As palavras de Abnael Machado de Lima, à guisa de prefácio, reatualizam tópicas bastantes correntes na leitura ocidental. Reafirma a premência, o lugar do olhar, da *autópsia* (HARTOG, [1980] 2014; [2005] 2013) como fundante e fundamental a *veracidade* e a *verossimilhança* do relato apresentado. O *ver para crer* e suas variantes, a exemplo de *ver para fazer crer* ou relato circunstanciado da experiência apreendida pela *visão*, como expressão que melhor se aproximaria da *verdade.*

Sob esse prisma, Euclides da Cunha até teria visto, mas estaria, ainda, aquém de viver e experimentar a Amazônia, de maneira intensa e *intrínseca*, tal qual, conforme o prefaciador,

---

[483] Também presidiu o partido e é apontado por Gesson Magalhães, como o responsável pela sua interiorização no território. Cf.: MAGALHÃES, Gesson. Dados biográficos do autor. In: SILVA, Amizael Gomes da. **No rastro dos pioneiros**: um pouco da história rondoniana. Porto Velho: SEDUC, 1984, n.p.

[484] LIMA, Abnael Machado de. **Prefácio**. In: SILVA, Amizael Gomes da. No rastro dos pioneiros: um pouco da história rondoniana. Porto Velho: SEDUC, 1984, n.p.

[485] Ibidem, loc. cit.

se mostraria exemplar à trajetória de Amizael Gomes da Silva. Estes eram elementos do *vivido* lhe autorizarva a tecer seu relato, visto que era também um *bandeirante, desbravador*, um *pioneiro*, que na trilha dos *precursores,* carregava consigo o fogo de duas armas: o da palavra *divina* que libertava; e o da *arma de fogo*, que em caso último, operava como estratégia de *convencimento.* Uma espécie de argumento último, em caso de dúvida ou resistência a aceitar a *verdade* dos *pioneiros*, nesta e noutras épocas.

No rastro dos pioneiros buscava mapear a experiência colonizadora da Amazônia, desde o século XVII, até o momento de sua escritura. Nesse percurso, tratava: da implantação do *Forte do Castelo do Senhor Santo Cristo do Presépio de Belém*, mais conhecido como Forte do Presépio, na foz do rio Amazonas; das *bandeiras paulistas* pelas planícies e os vales que circundam os rios Madeira e Guaporé; a construção do Forte Príncipe da Beira; a *economia da borracha*; a chamada *questão acreana* e a expansão dos limites geopolíticos do Brasil; a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré e das linhas telegráficas, entre o Mato Grosso e o Amazonas, capitaneada por Cândido Rondon e em cujo percurso, seria construída, posteriormente, a rodovia BR 364, culminando com a alteração do regime político de Rondônia, de território federal a estado.

Apresentada a síntese do percurso narrativo construído pelo autor, nos centramos em evidenciar o inventário dos *desbravadores* e *pioneiro* por ele construído. Este era iniciado com o destaque conferido a atuação de Antônio Rolim de Moura, primeiro conde de Azambuja e décimo vice-rei do Brasil, que governou a capitania do Mato Grosso, entre 1751 e 1765.

Conforme Amizael Gomes da Silva, o Tratado de Limites de 1713, reconhecia a posse portuguesa das áreas *conquistadas* pelas empresas *bandeirantes* ao longo do Vale do Guaporé, o que teria levado o diplomata Alexandre de Gusmão, a orientar Rolim de Moura, a respeito da *ocupação* ou *povoamento* da espacialidade ainda sob litígio, constantemente visitada e disputada por expedições de outras nações europeias.

Uma dessas ações levou a indicação de *Comissões demarcadoras*, por parte da diplomacia portuguesa, com vistas a resguardar as fronteiras do Vale do Guaporé, expandidas pela ação *bandeirante*.

> Tais medidas não foram acatadas de pronto pelos jesuítas porque a demarcação os privava de levar os índios da margem direita do Guaporé e também lá colher cacau, um dos melhores ramos de negócios com o Peru. Nessa época, iniciara-se contra os padres a ofensiva do Marquês de Pombal. Tomás Corte Real recomendou aos portugueses, que fossem queimando casas, destruindo fazendas, aprisionando homens e mulheres, saqueando tudo o que achassem de móveis e gado, arruinando e abrasando armazéns e

> celeiros. Rolim de Moura, embora sendo homem religioso, preferiu a Corte e, se não fez tudo o que lhe fora mandado, fortaleceu as guarnições da margem direita do rio; improvisou ágil frotilha no rio Guaporé, com pecinhas de artilharia requisitando as armas existentes em Cuiabá e, em rasgo de originalidade, afeiçoou aos novos meios os conhecimentos militares que adquirira em Portugal. Como sobrassem negros que não conheciam o manuseio das armas de fogo, mandou encaibrar em hastes compridas foices, roçadeiras e várias choupas de ferro, próprias para canoas de Guerra, criando assim o Corpo de Aventureiros, segundo ele mesmo, sertanistas do rio Guaporé, que mandou assentar praça, dando-lhes o solto de Dragões sem farda[486]

As ações *estratégicas* de Rolim de Moura estariam marcadas por certo heroísmo, pois o *corpo de aventureiros* que montara, estaria em inferioridade numérica aos combatentes adversários. No conflito visando assegurar o domínio da Coroa Portuguesa e expulsar os espanhóis, que realizavam investidas na disputa pelo controle da espacialidade, Silva assumia posição claramente pró-lusitana.

A narrativa, dividida entre *eles* – espanhóis – e *nós* – portugueses/brasileiros – chama atenção pelo desafio que é narrar a história sem colocar-se, de antemão, em defesa de um projeto nacional, cuja construção é frequentemente naturalizada, em favor de uma *alteridade* marcada pela ideia de limite preciso entre um *cá* e um *lá*, dados de maneira apriorística. Qual seja, defende-se o que posteriormente seria o Brasil, antes mesmo deste sê-lo, ao passo que o *estrangeiro*, dado como invasor, é apresentado como a ameaça que poderia ter impossibilitado o *devir* de cumprir-se.

O passo seguinte à constituição de seu inventário, seria o período de exploração econômica da borracha, naquilo que chamou de *primeiro ciclo* e *saga* dos *seringueiros*, por meio da migração *épica* de nordestinos à Amazônia, uma *odisseia*, conforme considerações de Amizael Gomes da Silva.

O relato era marcado pela carga heroica, que reatualizava o vocabulário das narrativas de viagem, por palavras tomadas de empréstimo para designarem outra experiência, posta por sua vez, em paralelo com empreitadas humanas anteriores.

> A imensa Amazônia era palco de aventureiros e heróis que enfrentavam os distantes recantos, invadiam todas as terras banhadas por rios caudalosos ou riachos temporários, palmilharam terras firmes, baixios alagadiços, os charcos e por lá permaneciam trabalhando dia e noite na extração da seixa que os enriquecia.
> O nordestino vinha da terra seca de suas plagas, dos sertões esturricados, para a planície encharcada da Amazônia.

[486] SILVA, Amizael Gomes da. **No rastro dos pioneiros**: um pouco da história rondoniana. Porto Velho: SEDUC, 1984, p. 5-6.

> Na solidão escura, a floresta, era dilacerada palmo a palmo, quilômetro a quilômetro, pelo intrépido seringueiro[487]

A experiência *colonizadora* da Amazônia era lida sob o signo da *aventura*, estratégia essa em consonância com *estilo épico* que buscava conferir ao relato. Na narrativa, se buscava repor ou expressar em palavras, a força e a expressão das dificuldades enfrentadas no percurso, traçado também pelo próprio Amizael Gomes da Silva, *pioneiro* autodeclarado. Ao mesmo tempo em que reconhecia a luta dos *pioneiros* de outrora, singularizava a empreitada daqueles que *efetivamente*, dir-se-á com frequência, tornaram realidade algo por quase três séculos situado no campo das impossibilidades, do improvável.

Silva recorre a passagem do tenente-coronel Amilcar A. Botelho Magalhães, em *Pelos sertões do Brasil*, para descrever, aproximar-se daquilo que na sua compreensão, teria significado a vida e a luta dos seringalistas – aqui o autor parece usar seringalista como sinônimo de seringueiro –, a partir do que Magalhaes observara em Ji-Paraná/RO, em 1914:

> [...] homens de tipo inconfundível, pela energia, força de vontade, coragem estóica, estupenda resignação diante das maiores atribulações físicas e morais que é possível a natureza acumular contra o homem nos mais ríspidos sertões. Ao calor insuportável da zona tórrida, a formidável umidade, inseparável do clima daquelas florestas, aos enxames das moscas, dos mosquitos e da abelha a atormentarem aquela gente heróica, juntando-se permanentemente à malária endêmica, às feridas mais horripilantes e fétidas de que há notícia, a promiscuidade nas viagens, a deficiência e muitas vezes a falta absoluta de alimentação, os constantes naufrágios nas cachoeiras, que são perigos inevitáveis a zombar sempre de todas as previdências, a falta absoluta de tratamento médico, a carência de remédios[488]

Sem desconsiderar a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, cita as municipalidades de Ariquemes e Ji-Paraná como as principais *influenciadoras* pela *ação desbravadora* da extração do látex, pois era ali que se estendiam os imensos seringais, onde travavam luta contra todo tipo de adversidade:

> Escorraçados pelas terríveis secas que assolavam o sertão, os bravos nordestinos chegaram à região dos Urupás por volta de 1877. A selva inóspita os rechaçava com força de seus enxames de moscas, mosquitos, piuns, borrachudos, carapanãs, feras, moléstias e a presença sempre hostil de índios ferozes que também não aceitavam os invasores.
> Os percalços, todavia, não quebrantavam o ânimo e nem arrefeceram a ocupação suicida... Ela cumpria sua fatalidade histórica e terminou por se

[487] SILVA, Amizael Gomes da. **No rastro dos pioneiros**: um pouco da história rondoniana. Porto Velho: SEDUC, 1984, p. 11.

[488] MAGALHÃES, Botelho. Apud. SILVA, Amizael Gomes da. **No rastro dos pioneiros**: um pouco da história rondoniana. Porto Velho: SEDUC, 1984, p. 11-12.

> consolidar na cidade de Ji-Paraná que hoje impõe-se entre as povoações, da BR-364 como das mais florescentes[489]

O início do processo de colonização é situado com os nordestinos em *fuga* da *seca*, ainda no século XIX. O raciocínio seria retomado no item *Urupá*, de maneira a situar a presença *pioneira* dos nordestinos na espacialidade, antes mesmo das linhas telegráficas levadas ali por Marechal Rondon.

> Muito antes da passagem da comissão militar chefiada pelo tenente-coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, para a construção da linha telegráfica de Mato Grosso ao Amazonas, a exploração da bacia do rio Machado ou Jiparaná, já tinha sido efetuada pelos bravos nordestinos emigrados devido à terrível seca de 1877. Como seringueiros, eles se disseminaram por todo complexo hidrográfico. Em Calama eram desembarcadas as levas de "brabos" e ali eles começavam a se defender das sortidas inesperadas dos ferozes parintintins. Daí em diante era iniciada a penosa marcha rumo ao sul, vencendo as cachoeiras que a partir de Dois de Novembro obstaculizavam a subida do rio. A conquista do rio Urupá, especialmente, teria sido feita a custa de muitas vidas, devido a ferrenha oposição da tribo indígena que dominava as suas margens e que lhe emprestava o nome[490]

A atividade seringueira e o papel de destaque conferido aos nordestinos são mencionados novamente quando se remete à criação do território federal do Guaporé, cujo nome, em 1956 seria alterado para Rondônia, em homenagem ao *sertanista* tenente-coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, conforme proposição do Deputado Federal Áureo Melo, então filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

> Nova mobilização de braços ociosos foi feita no nordeste e os chamados "soldados da borracha" foram enviados para a região setentrional. A atividade seringalista revitalizou-se e o vale do Machado passou a ter maior movimento.
> Com a criação dos territórios federais, em 13 de setembro de 1943, pelo presidente Getúlio Vargas, surgiu o território do Guaporé com dois municípios – Porto Velho e Guajará-Mirim – e entre os distritos instituídos, estava o de Rondônia abrangendo uma região que ia desde a cabeceira à embocadura do Jaru, na sua margem direita, até às cabeceiras dos formadores do rio Machado[491]

A despeito do destaque conferido aos *nordestinos seringueiros*, a narrativa de Amizael Gomes da Silva é marcada menos pela exclusão que pela soma das experiências e trajetórias

---

[489] SILVA, Amizael Gomes da. **No rastro dos pioneiros**: um pouco da história rondoniana. Porto Velho: SEDUC, 1984, p. 16.

[490] SILVA, Amizael Gomes da. **No rastro dos pioneiros**: um pouco da história rondoniana. Porto Velho: SEDUC, 1984, p.16-17.

[491] Ibidem, p. 18.

de *pioneiros*. Nesse sentido, percorria percurso que atravessava a aurora e ocaso de três séculos. Incluía a edificação de núcleos de povoamento, cidades, a ferrovia Madeira-Mamoré, as linhas telegráficas, as rodovias. Seguia, assim, o *Rastro de pioneiros*, tais como: os *bandeirantes*, Antônio Rolim de Moura, Cândido Mariano da Silva Rondon, Aluízio Pinheiro Ferreira e fechava com o coronel Jorge Teixeira de Oliveira, que com a alteração do regime político do território, conferia um ponto de chegada a *epopeia*

> Criado, como já nos referimos, a 13 de setembro de 1943, através do decreto nº 5.812, com a denominação de território do Guaporé, Rondônia somente passou a ser assim conhecida a partir de 17 de novembro de 1956, quando o decreto-lei nº 2.731 foi assinado, em homenagem ao marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, desbravador e último bandeirante do país. Durante muito tempo, Rondônia viveu sem qualquer destaque no cenário político e econômico da pátria; vivendo apenas um ligeiro período de fausto, da produção da borracha, castanha-do-pará e peles de animais silvestres. Depois, passou a viver dos parcos recursos federais e das lembranças dos dias de glória, descritos pela epopéia da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré. Finalmente, com a abertura da rodovia Brasília-Acre, houve como que um despertamento para as riquezas minerais, que lhe dimensionou em todo o país, como uma região de grandes perspectivas econômicas, quando iniciou-se a corrida migratória, não somente para os garimpos, mas, principalmente, para a agropecuária.
> Com a abertura da rodovia nacional, Rondônia fez ressaltar sua invejável posição geográfica e suas potencialidades econômicas, quando então o governo iniciou a demonstrar a preocupação maior pela região, e atender aos governadores e finalmente Teixeira, incumbido de levar a frente a promessa do presidente Figueiredo e que foi a de criar o Estado de Rondônia ainda no seu governo[492]

Amizael Gomes da Silva levou a público o inventário dos *pioneiros* que teriam *formado* e *civilizado* Rondônia, mas não somente. A exemplo de outras *testemunhas*, ao narrar essa trajetória, ele também se inscrevia nela, na qualidade de *pioneiro.*

O *regime historiográfico* que orienta, organiza, compõe a *prática escriturária* – ou a *operação historiográfica* do autor de *Nos rastros dos pioneiros*, estabelecia diálogo, reatualizava a historiografia dos *desbravamentos*, que outrora conferiu centralidade à figura do bandeirante paulista ao alargamento das possessões territoriais brasileiras. Não por acaso, sua narrativa começa com relato das incursões de Raposo Tavares pela região do Madeira.

A ação de *conquista*, que segundo Amizael Gomes da Silva começaria com as *bandeiras*, teria seus marcos definitivos fincados a partir do chamado primeiro ciclo da borracha, ocorrido na segunda metade do século XIX. Qual seja, este seria o evento *formador*

---

[492] SILVA, Amizael Gomes da. **No rastro dos pioneiros**: um pouco da história rondoniana. Porto Velho: SEDUC, 1984, p. 141.

da espacialidade. Reconhecia e entendia que a história não se encerraria ali, tanto que citava outros eventos que dariam continuidade a ela, até Rondônia ser tornada estado.

Conforme já ponderado, talvez até por sua participação ativa na vida político-partidária do estado, ao circunscrever a *formação* do território e indicar o papel destacado dos *heróis seringueiros*, sua operação era de soma e evitava fazê-lo em contraposição ou negando a participação de outros sujeitos nesse processo.

Todavia, ao retornar e acentuar a empreitada *conquistadora* dos *nordestinos* de outrora, parecia estabelecer ligação com sua própria trajetória, afinal, ele era também um nordestino, fora *seringueiro* e conhecera ali os desafios que exigiam a lida e a luta da vida nos seringais. Na história que narrava, ele também contava a si mesmo. Nela, se faziam perceber as marcas de seu *lugar social* (CERTEAU, [1975] 2011), que não restringiam ou fechavam, mas certamente orientavam a produção de seus relatos.

5.2.2 O seringal da *promessa*? A história entre o anseio de *justiça* e o dever da *verdade*

Em 2001, Teófilo Lourenço de Lima publicou *Do Monte Nebo a Jaru: um passado a ser conhecido* e seguia o percurso da inscrição da trajetória familiar e pessoal para tecer sua narrativa. Segundo o autor, Monte Nebo era a denominação do seringal, propriedade do seu avô, um dos núcleos de *povoamento* que daria origem anos depois ao município de Jaru/RO. A narrativa estava centrada no chamado segundo ciclo da borracha.

A denominação do antigo seringal, remetia ao monte Nebo, referência espacial bíblica, situado na Jordânia e local onde Moisés teria visto a *terra prometida*. Tal alusão era, por si mesma, polissêmica, estabelecia vinculação entre a ideia da *promessa* e o ato de seu cumprimento, efetivação. Numa metáfora, era como se a visão de Moisés, que não teria chegado à *terra prometida*, apesar de tê-la visto de cima do monte, fosse cumprida na trajetória *Do Monte Nebo a Juru*. Nesta, o *porvir* se realizava, encontrava seu destino. A terra da *esperança* era tornada lugar de consumação. O subtítulo *Um passado a ser conhecido*, remetia, a exemplo de outras escrituras cotejadas durante esta pesquisa, à luta contra os *esquecimentos* e *injustiças* e a busca pela restituição da *verdade histórica.*

O livro trazia síntese da biografia profissional do autor, na qual se destacava:

> **Teófilo L. de Lima** é graduado em Pedagogia – Magistério das Disciplinas Pedagógicas e Supervisão Escolar – pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, com pós-graduação *lato sensu* em Administração e Planejamento para Docentes pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA – e

> doutorando em Educação e Processos pela Universidade de Coruña, Espanha. É professor titular no Instituto Luterano de Ensino Superior de Ji-Paraná, onde também responde pela Coordenação de Graduação, Pesquisa e Extensão[493]

A obra foi dedicada em homenagem aos homens de todas as idades e nesta elegia, delineava a trajetória dos *sonhos de prosperidade* que ter-se-iam tornados, por fim, realidade, graças aos esforços, a luta, ao sacrifício desses *heróis épicos*.

A escritura de Teófilo Lourenço de Lima se ocupa dessa *missão consagradora*. Representa o olhar de quem, em retrospectiva, tecia referência, fazia a ode aos *verdadeiros pioneiros* dessas paragens. O adjetivo *verdadeiro*, que acompanha esta e tantas outras narrativas sobre o tema, foge a mera casualidade. Haveria, de certo, quem se dissesse *pioneiro* sem sê-lo, quem se arrogava a este lugar sem merecê-lo. Tratava-se de embate pela *justa* circunscrição da metáfora do sacrifício – tornar *sagrado* –, cuja banalização no uso deveria ser evitada. *Ilustres desconhecidos*, mas *heróis*, a despeito de no tempo de suas ações, desconhecerem a medida, o tamanho, a grandeza do próprio *heroísmo*, no ato decisivo que encenavam, melhor, desempenhavam.

A fé no *progresso*, que era dada por *promessa* longínqua e exigiu o *sacrifício de heróis*, até tornar-se *realidade*, corre pelas letras de Teófilo Lourenço de Lima, para quem narrar essa saga era antes, ato de *justiça*, acerto de contas, reconhecimento, consagração a quem, a exemplo do seu pai, ainda estaria ausente das páginas da história.

> Nos anos formadores das primeiras décadas do nosso século, muitas coisas aconteceram envolvendo a sociedade brasileira e marcando em definitivo "história de vida".
> Esquecido ou desconhecido, o extremo Norte do país era o palco do capítulo que se encenava na história pátria. Homens, desde a tenra idade a sexagenários, buscavam o novo, a fim de realizar velhos sonhos de prosperidade...
> Os atores, ilustres desconhecidos, ignoravam o tempo de duração do espetáculo - mas tinham pressa! – de que eram protagonistas, tal como ignoravam as dificuldades que teriam para encená-lo... Mas estavam ali, interpretavam-no, à época, em papéis principais. Ainda ilustres desconhecidos, interpretam agora o nostálgico passado, que teve início numa mesma realidade, mas em pontos distintos do país.
> Esses homens, "raimundos, augustos, franciscos e cíceros", muitos homônimos e possuidores de uma mesma história, nossos verdadeiros pioneiros que hoje assistem ao desenvolvimento da terra que partilharam por picadas e igarapés, hoje substituídos por estradas e capoeiras; a eles, que fizeram nossa economia e nos alimentaram a vida durante décadas; a eles,

[493] LIMA, Teófilo Lourenço de. **Do Monte Nebo a Jaru**: um passado a ser conhecido. Canoas: Ed. Ulbra, 2001, p. 4. Negrito presente na obra.

> que agora na sua parcela de cem ha[494], presos por linhas divisórias outrora desconhecidas, ou nos botequins abertos às margens dos rios, finais de estradas ou periferias das crescentes cidades do novo cenário, nos locais onde alimentam a nostalgia; a eles, "raimundos, augustos, franciscos e cíceros" que hoje perambulam pelas ruas vendendo seus serviços em subempregos, mesmo tendo estampados nas faces o privilégio de terem feito a nossa história, de serem a nossa história; a eles, o desejo de ver a história fazer justiça, e a gratidão sincera de tê-los como inspiradores, colaboradores e amigos; a eles, pioneiros dos seringais e da colonização, nosso desejo de que fechem as cortinas do seu espetáculo deixando ao público a honrosa oportunidade de conhecê-los, os seus feitos, de resgatarem sua memória e assim continuarem o espetáculo que preludiaram...
> Por vocês, heróis épicos, esperamos que o próximo ato não seja - mais! – a indiferença!
> Dedico de forma muito especial à memória daquele que foi o grande motivador para que eu conhecesse e aprendesse a identificar os valores da terra que adotou como filho nos idos de 1971, levando-me a compreender que em cada pioneiro, herói anônimo como ele, havia uma história de vida a ser contada e que fazia a diferença... Suas lições de vida e estímulo jamais serão esquecidas. Que o desejo dele, meu pai, possa um dia se tornar realidade![495]

A narrativa construída por Teófilo Lourenço de Lima traça a trajetória histórica desde o período colonial, com as primeiras incursões pelo rio Madeira, passa pelos chamados ciclos da borracha e fecha com os projetos de *colonização* levados a termo pelos governos militares a partir da década de 1970, sobretudo. Neste sentido, é também uma escritura de síntese, que reúne o que entende ser os momentos decisivos, que levaram a *formação* de Rondônia.

O prefácio à obra, fora assinado pela historiadora Yêda Pinheiro Borzacov, vinculada ao Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia e à Academia Rondoniense de Letras. Nele, ela começa por afirmar do que se constitui e como é construída a tessitura histórica.

Na perspectiva apresentada, a história teria, no horizonte, o compromisso reiterado com a *verdade* dos fatos e caberia a quem a escreve, fazer jus a esta premissa: "A história é feita pelos bravos e persistentes, e é escrita pelos que têm paciência, inteligência, conhecimento histórico e o compromisso simultâneo com a "verdade histórica", isto é, com a ciência histórica e com a memória histórica"[496]

---

[494] Cem hectares.

[495] LIMA, Teófilo Lourenço de. **Do Monte Nebo a Jaru**: um passado a ser conhecido. Canoas: Ed. Ulbra, 2001, p. 7.

[496] BORZACOV, Yêda Pinheiro. Prefácio. In: LIMA, Teófilo Lourenço de. **Do Monte Nebo a Jaru**: um passado a ser conhecido. Canoas: Ed. Ulbra, 2001, p. 11.

Como se estivesse a apontar alguma lacuna ou ausência na narrativa, Yêda Pinheiro Borzacov faz menção a inúmeras migrações indígenas, desde a época *pré-cabralina*, que teriam se observado no território atualmente correspondente à Rondônia, tema não cotejado no enredo da obra prefaciada.

O apontamento – ou reclame –, parece ser realizado mais em função do território do que dos povos que o percorreram em tempos remotos. Qual seja, os indígenas são trazidos à cena, porque cruzaram, fizeram algum uso daquilo que, muito depois, tornar-se-ia o estado. A referência a eles guarda relação com o inventário de todos que passaram pelo espaço, ainda que sem territorializá-lo.

Sem a condição necessária do sedentarismo, as migrações indígenas, postas nesse percurso que atravessaria séculos, seria mais um componente a evidenciar a força e o desafio de quem teria chegado e chantado morada: fizera dali o desafio da vida, inaugurara a *paragem* numa terra marcada pela *passagem*.

Essa história é narrada, assim, em função do *vir a ser*: muitos só passaram, atravessaram igarapés, lagos, rios, florestas... e não ficaram. Os *pioneiros* foram aqueles que estabeleceram moradia, construíram núcleos habitacionais, permaneceram. Teriam transformado uma condição de possibilidade em causa realizada.

Este era mais um exemplo de como as percepções sobre a chamada *colonização* rondoniense sofriam constantes deslocamentos. Afinal, os seringueiros, em outras narrativas, também são *acusados* de se *indianizarem*, de viverem feito nômades, pois a atividade extrativista exigia o deslocamento contínuo, de serem *domados* pelo *meio* que deveriam dominar.

A historiadora narrava os ciclos sucessivos, de chegadas e partidas, com permanências fugidias, breves, que marcariam a época das bandeiras, fosse no aprisionamento de indígenas, fosse na busca pelo ouro. Tomava por "precedente da colonização, em todos os sentidos, [...] as missões religiosas católicas, que desempenharam notável papel no Vale do Madeira"[497].

Esse deslizamento operado pela historiadora, no que diz respeito aos *precedentes da colonização,* tem de certo, suas motivações. De fundo, parecia se interpor a concorrência a respeito de quem seriam os *pioneiros colonizadores*. Sem negar o papel dos *heróis* a quem Lima fazia referência, ela deslocava-se, temporal e espacialmente, para reafirmar o lugar das missões jesuítas, cuja presença por essas *bandas*, pode ser mapeada desde o século XVII.

[497] BORZACOV, Yêda Pinheiro. Prefácio. In: LIMA, Teófilo Lourenço de. **Do Monte Nebo a Jaru**: um passado a ser conhecido. Canoas: Ed. Ulbra, 2001, p. 12.

Ao tecer essa referência-lembrete, Yêda Pinheiro Barzacov retomava entendimento já expresso por Vitor Hugo, sobretudo nos seus dois tomos iniciais de *Desbravadores*, quando abordara os caminhos que teriam levado a *fundação* dessa espacialidade.

Os contrapontos da autora são sutis, ainda que presentes. Talvez por se tratar de prefácio, cuja finalidade é mais apresentar a obra, apontar as qualidades e convidar o leitor a lê-la; do que refutar argumentos e interpretações. Em todo o caso, após comentar das tintas carregadas com as quais Teófilo Lourenço de Lima teria pintado os eventos atrelados aos ciclos da borracha, sem deixar de reconhecer a dureza das experiências narradas pelo autor, ponderava, em complementação tênue:

> Inúmeros acontecimentos sucederam-se, decorrentes, direta ou indiretamente, do ciclo da borracha. Por um lado, a necessidade de integrar o território, hoje constituído pelo estado de Rondônia, no oeste brasileiro, ao restante do país, o que levou à criação da Comissão Rondon, que teve uma atuação fundamental sobre três pontos de vistas: levantou a hidrografia, a flora e a fauna de uma vasta região praticamente desconhecida; fundou vilas e cidades e inovou o tratamento em relação aos povos indígenas, através da ação daquele que emprestou seu nome à comissão, o marechal Rondon[498]

Qual seja, antes do segundo ciclo da borracha, nem tudo era fracasso, ausência e *vazio.* E a atividade seringueira, pelo caráter *nômade* que a marcava, não teria construído núcleos populacionais *efetivos*. Anteriores aos migrantes do segundo ciclo da borracha; e a aqueles, que se deslocaram à Rondônia, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1960, muitas vidas teriam enfrentado a luta difícil, a *odisseia* de construir um *lugar* ao qual pertencer.

Em suas referências cordadas, a historiadora parece (re)lembrar que seria três vezes secular, a luta para vencer a *natureza bravia*, *civilizar* o espaço e os *selvagens* que nela viviam. E que Teófilo Lourenço de Lima, a despeito da narrativa elogiosa que oferecia aos feitos dos seringueiros, estes *só* estariam há pouco mais de meio século nestas plagas.

> Ainda na metade do século, a ocupação da região se caracterizou pela descoberta de minérios, sobretudo a cassiterita, que impulsionara novas levas migrantes. A partir dos anos 60, as importantes mudanças políticas com relação ao desenvolvimento da Amazônia seriam responsáveis pelo processo histórico que transformou Rondônia no maior polo de atração de migrantes de todo o país, modificando também o caráter de sua economia básica, de extrativista para agrícola. Neste capítulo, Teófilo L. de Lima é muito presente, participou dessa migração. Vivenciou-a, e ali é especificamente um

[498] BORZACOV, Yêda Pinheiro. Prefácio. In: LIMA, Teófilo Lourenço de. **Do Monte Nebo a Jaru**: um passado a ser conhecido. Canoas: Ed. Ulbra, 2001, p. 13.

> capítulo corajosamente rondoniense. Ele denuncia essa ocupação agrícola como embuste nacional. E soube fazê-lo de um modo incomum...[499]

Yêda Pinheiro Barzacov, ao mesmo tempo em que apresentava a obra, o enredo traçado por Teófilo Lourenço de Lima, recontava também, a seu modo, elementos da narrativa tecida pelo autor, deslocava e ampliava recortes, repunha elementos que entendia importantes à compreensão da trajetória. Os eventos e transformações dos quais teria tomado parte o autor da obra prefaciada, e seus companheiros de luta, conforme ela ponderava, também foram *corajosamente rondonienses.* Mas os ecos das reticências que acompanha sua percepção sobre a narrativa, que reputava *incomum*, continuavam a postos, como se dissessem não ditos.

Ainda sobre a qualidade, a veracidade, a ausência de retoques ficcionais, a historiadora assevera:

> Muitas são as preciosidades que nos revela leitura desta obra. É um livro cujas palavras podem ser citadas sem qualquer retorque na mais erudita, na mais ortodoxa tese acadêmica; não há aqui uma palavra de ficção. Teófilo L. Lima demonstra ser, com este livro, pesquisador e historiador. O historiador está para o pesquisador como o arquiteto está para o oleiro. Quando alguém consegue ser as duas coisas, ótimo que o seja, e Teófilo L. Lima o é[500]

Na introdução, Lima procurava refutar a ideia de história recente do estado e retomava a experiência daqueles que se aventuraram pelos seringais. A história da espacialidade, iria além da *colonização* levada a efeito a partir do final da década de 1960, sobretudo. Assumia, portanto, o papel de uma narrativa de *correção*, cujo objetivo era fazer justiça, ao contar e incluir no enredo, partes deixadas de lado por escritores pregressos:

> Diante desse pensamento, cabe-nos lembrar que antes de os agricultores adentrarem as matas virgens – de cultivo – do território de Rondônia, oriundos do Sul e do Sudeste do país, estiveram aqui numa época de glória e abundância para alguns privilegiados, grandes contingentes humanos, fazendo verdadeiro trabalho de conquista e pioneirismo. Contingentes de desbravadores feitos pela necessidade, pela procura de melhores condições de vida, sendo que aqueles receberam o nome de seringalistas, e estes, de seringueiros.
> Nesse caso, ainda temos alguns remanescentes, apesar de poucos, que podem a viva voz deixar registros desse passado tão próximo do nosso presente, mas tão distante da nossa realidade histórica, por ser desconhecida[501]

---

[499] BORZACOV, Yêda Pinheiro. Prefácio. In LIMA, Teófilo Lourenço de. **Do Monte Nebo a Jaru**: um passado a ser conhecido. Canoas: Ed. Ulbra, 2001, p. 13.

[500] Ibidem, loc. cit.

[501] LIMA, Teófilo Lourenço de. **Do Monte Nebo a Jaru**: um passado a ser conhecido. Canoas: Ed. Ulbra, 2001, p. 15.

Adensava assim, as fileiras do exército dos ressentidos e reclamosos, contra os historiadores que silenciam, que não contam toda a história ou deturpam a verdade dos fatos. A escrita historiográfica, seja ela compreendida ciência, arte ou gênero híbrido entre ambas, era atribuída a finalidade de denunciar silêncios, recolocar afirmações despropositadas, reclamar correções, sugerir dizer o *novo* sobre o *velho*.

> Em vários eventos dos quais tivemos o privilégio de participar e ouvir historiadores autoridades em assuntos culturais e na história de Rondônia, pudemos sentir que tal como nas várias publicações existentes, o passado histórico de Rondônia, principalmente do interior do Estado, só é mencionado quando se fala dos projetos de colonização e das linhas telegráficas, assim mesmo para enaltecer os feitos do Marechal Rondon, ocorrendo um "endeusamento", cheio de parcialidades nas narrativas que um dia serão corrigidas[502]

Qual seja, até mesmo a historiografia que tratava da chamada comissão Rondon teria sua abordagem comprometida, ao limitá-la, basicamente, a atuação do marechal, ao passo que ignoraria os vestígios populacionais e demarcatórios, deixados no processo de abertura de trilhas e fixação de postes e fios das linhas telegráficas.

Ao destacar os 25 anos de luta de Rondon com vistas a *colonização* e *ocupação* do território, reforçava a máxima do *vazio amazônico*, que permanecia e atravessava sua narrativa, a despeito de todo esforço do autor para situar em tempos remotos, a presença humana não indígena no *interior* do que viria a ser Rondônia.

> Ao todo, foram 25 anos de batalhas travadas contra as dificuldades naturais e peculiares à época. Destes, os oito anos compreendidos pela terceira fase marcaram em definitivo a colonização e ocupação da Amazônia. Pode-se até dizer que a "história de muitos municípios no hoje estado de Rondônia" teve início nesse período, como ponto de referência histórica[503]

Reconhecia a importância da empreitada levada a cabo por Rondon, tecia-lhe elogios, mas recorria a palavras do próprio marechal, proferidas numa das conferências que realizou, sobre seus *trabalhos heroicos* na Amazônia, para negar-lhe o *pioneirismo*, este lugar em constante litígio:

> (...) *apesar do valor do trabalho empreendido na região e por ele chefiado, não fora o pioneiro no ato de desbravar a região até então considerada inóspita; fora sim, o responsável pelo trabalho heroico de ligar o Norte*

---

[502] LIMA, Teófilo Lourenço de. **Do Monte Nebo a Jaru**: um passado a ser conhecido. Canoas: Ed. Ulbra, 2001, p. 15.

[503] Ibidem, p. 95.

> *através do telégrafo a outras regiões do país; para tanto, enfrentava as mais diferentes dificuldades...*[504]

Em seguida, Teófilo Lourenço de Lima contemporiza: nem tratar-se-ia de negar ao marechal a consideração pelos feitos realizados. É que antes dele, outros já teriam enfrentado com coragem e bravura a ingrata luta contra as adversidades da *selva*, no nobre intento de *domá-la*:

> Em momento algum pretende-se questionar seus méritos como bandeirante, nem temos como, ante a importância da sua obra; apenas chamamos a atenção para aqueles que antecederam e sucederam, sem ter qualquer patente ou missão governamental a ser cumprida, que foram tão patriotas e donos de atitudes heróicas quanto ele, ao subirem os rios e adentrarem-se para o interior da selva, lá fixando residência e tornando-se, no anonimato, precursores natos de Rondon e atalaias do desenvolvimento inevitável que vivemos hoje[505]

E seguia, então, a citar as palavras de Rondon, uma vez mais, como quem falasse: vejam, quem está a dizer e a reconhecer não ter a *primazia* por tais feitos, é o próprio chefe da Comissão de Linhas Telegráficas:

> (...) *não se tratava de uma penetração pioneira; já que na verdade, não havia um só rio que a Comissão percorresse que já não estava ocupada por um barracão de seringal. A 27 de novembro de 1909, por exemplo, passara pelo Barracão Santos Dumont à margem do Jaru, acampando junto ao mesmo a 4 de junho de 1910, precisamente, definido ali o local em que deveria passar a linha telegráfica*[506]

Assim, a questão, para o autor, era que na história contada sobre a *colonização* do interior do estado, foram notabilizados, basicamente, dois eventos: a construção, pela chamada comissão Rondon, da linha telegráfica, entre 1907 e 1915, com vistas a *integrar* os territórios a *oeste* do Mato Grosso e do Amazônia ao país; e depois, na década de 1960, a seguir as trilhas da antiga linha telegráfica, a construção da rodovia 29, depois BR-364, e o fluxo migratório que se seguira a ela[507]. A quase ausência de outras narrativas fora essas duas,

---

[504] RONDON, Cândido Mariano da Silva apud LIMA, Teófilo Lourenço de. **Do Monte Nebo a Jaru**: um passado a ser conhecido. Canoas: Ed. Ulbra, 2001, p. 97. Itálicos presentes na obra.

[505] LIMA, Teófilo Lourenço de. **Do Monte Nebo a Jaru**: um passado a ser conhecido. Canoas: Ed. Ulbra, 2001, p. 97.

[506] Ibidem, loc. cit.

[507] Esta discussão foi abordada no capítulo anterior.

no que se incluiriam a referência aos seringais, era seu reclame. Havia vazios nas narrativas dos *espaços vazios*:

> Além das duas épocas mencionadas na história de Rondônia envolvendo o interior, uma acontecida no princípio do século e outra em meados, fica um espaço vazio... nesse interregno vê-se apenas menções aos seringais, sem levar em consideração suas organizações e delimitações, seus anos de conhecimento e contribuição para o que somos hoje e, principalmente, sem observar que antes, um emaranhado de acontecimentos históricos existiram; rios hoje conhecidos por cortarem ou margearem as principais cidades do Estado ao longo da BR-364, eram caminhos naturais para o extrator da borracha[508]

Para se contrapor a essas versões, produtoras de silêncios e lacunas historiográficas, Teófilo Lourenço de Lima mencionava a presença de vários povos indígenas, no que depois viria a ser o interior de Rondônia. Desejava refutar ou contestar as afirmações de que sua *ocupação* seria tardia.

Partia, portanto, do argumento de que a *conquista do Madeira*, citada em documentos vários, sobretudo em relatos de viajantes, não limitar-se-ia às margens desse rio, mas se espraiava por seus córregos e afluentes, até chegar a outros rios e se embrenhava pelo *interior*. Como prova – ou evidência – da veracidade do raciocínio, citava trechos da obra de Álfred Metráux, nos quais aparecem referências a povos huanyans, muras, torás, jarus, urupás, além de fazer referências a rios situados no *interior* do território.

> Observemos, então. Em 1769, o Rio Jamari já era indicado como ponto estratégico de defesa. Em muitos outros relatos de entrada para o interior da região, dos quais vários são hoje nossos conhecidos, veremos menção a rios e a grupos indígenas que remontam a épocas pregressas à expedição de Rondon.
> Álfred Metráux fala, em um de seus escritos, sobre a existência de vários grupos, dentre eles os uitenocas, huanyans, muras, torás, jarus, urupás e outros. Dentre os grupos mencionados, somente os três últimos viveram "reconhecidamente na América portuguesa"[509]

Conforme argumentava, em obras que narravam a conquista do Madeira, "existem relatos sobre vários grupos indígenas e regiões que habitavam". A *ocupação* destas regiões se deslocaria em muito para além das margens do rio citado, ao que arremata: "para se ter

[508] LIMA, Teófilo Lourenço de. **Do Monte Nebo a Jaru**: um passado a ser conhecido. Canoas: Ed. Ulbra, 2001, p. 16.

[509] Ibidem, p. 29-30.

conhecimento sobre a existência desses grupos indígenas e suas localizações primeiro tiveram que se deslocar até elas; se não os autores, alguém o fez!"[510] E conclui:

> Fica então claro o fato de termos tido nosso território amplamente explorado em séculos passados. Ao observarmos os mapas, alguns antigos, veremos que a penetração para o interior do território, hoje estado de Rondônia, não foi de difícil realização, levando-se em conta as peculiaridades da época. Na região, precisamente nas serras dos Pacaás-Novos, Serra do Mirante, Serra dos Uapianes e Serra Moreira Cabral, existe um emaranhado de nascentes que formam verdadeira rede fluvial. Tais nascentes localizam-se no Parque Nacional dos Pacaás-Novos, correndo para diferentes direções.
> Se levarmos em conta o espírito de conquista daqueles que desbravaram a Amazônia, não é difícil imaginar os caminhos trilhados pelas expedições exploratórias, tipo a organizada pelo governador da Capitania do Mato Grosso, D. Luiz de Cáceres, e, claro, as que a antecederam. Cruzando as Chapadas dos Parecis através do Rio Corumbiara, Pimenta Bueno, Guaporé, alcançando o Machado e por ele descendo até sua confluência com o Jaru, ou senão subindo pelo Cautário e, na sua foz, caminhando por alguns quilômetros ou por igarapés que abundam na região, atingindo então o Urupá e, por ele, descer até o Machado, é um dos muitos caminhos certamente utilizados pelas expedições exploratórias e de reconhecimento[511]

A estratégia parecia clara: a menção a povos indígenas seria mais para certificar a presença de *missões colonizadoras* na área do que para tratar destes povos. Ao fazê-lo, quer chamar atenção para antiguidade das *expedições* pela espacialidade, de maneira a *fazer ver* que elas pouco se limitariam às margens do rio Madeira, e se espraiariam, atingiriam áreas diversas.

O autor citava mais evidências dessa presença antiga. Elas estariam nos documentos escritos; e naqueles vestígios deixados pelo uso displicente e desinteressado, de quem passou por lá, e serviriam, também, de documento, testemunho a atestar a antiguidade, validade e sobretudo, a *veracidade* do seu argumento:

> **Outras evidências**
> Além dos documentos e publicações que nos apresentam essa realidade, temos os achados que foram feitos e que sempre estão acontecendo às margens dos rios, igarapés e em áreas onde a extração do ouro é feita manualmente. Como exemplo, cita-se o achado feito no garimpo Arapapava (Arapapá), nas proximidades da foz do Rio Canarana, no Rio Jaru, em 1983.
> Durante uma escavação à procura do metal, garimpeiros acharam os mais diversos artefatos de utilidades por eles desconhecidas e de uso doméstico. Dentre esses, quatro garrafas de barro contendo as seguintes inscrições:
> "WYNAND FOC-KINK — AMSTERDAM — 3 — 1 LITHER"

[510] LIMA, Teófilo Lourenço de. **Do Monte Nebo a Jaru**: um passado a ser conhecido. Canoas: Ed. Ulbra, 2001, p. 28.

[511] Ibidem, p. 33-34.

> Também na mesma localidade, foram encontrados pedaços de porcelana e fragmentos de objetos não identificados sem importância aparente. Do achado, foi doada para o autor apenas uma das garrafas, de quatro identificadas. Quanto às demais, uma foi destruída durante a escavação e outras duas ficaram com os garimpeiros. Foram encontradas a quatro metros e 27 centímetros de profundidade, num local em que o solo não aparentava um dia ter sido removido e principalmente tendo sobre si espessa vegetação tropical, sem semelhança alguma com a vegetação formada sobre os locais onde existiram colocações extrativistas[512]

Depois de citar outros casos, dados como provas de incursões e presença humanas em épocas remotas, entre eles um túnel escavado na Serra do Mirante, concluía: "Pelo exposto até aqui, não há como duvidar de que o território compreendido pelo município de Jaru, tal como outros, foi palco de uma vasta exploração, contradizendo de certa forma a historieta a respeito de suas origens"[513]

Em síntese, a história das tentativas de *ocupação* pelo interior do estado seria tão remota quanto a da área onde se situa atual capital, Porto Velho; e extrapolariam os limites temporais e espaciais, postos pelas construções das tinhas telegráficas e da BR-364.

Se por um lado buscava reconstituir e provar a *antiguidade* da presença colonizadora na espacialidade, que no futuro, tornar-se-ia Rondônia; por outro, procurava fechar o argumento, sob a ideia de que a descoberta da borracha e sua comercialização teria inaugurado novas experiências no Norte do país:

> **Descoberta e uso da goma elástica**
> A primeira leva humana que migrou para a região, ou dela fez sua fonte de sobrevivência, não deixou uma prática econômica com características bem definidas, como em outras regiões do país, uma vez que a possibilidade de permanência não era intencionada. Somente após o surgimento de um produto vegetal, que vinha sendo introduzido na confecção de alguns objetos, é que teve início uma nova forma de vida com objetivos definidos no Norte do Brasil[514]

O *regatão*, personagem que compunha a economia do seringal e fora esquecido pela historiografia, também era reabilitado por Teófilo Lourenço de Lima. Tratava-se de um tipo de comerciante ambulante e informal, explicava, a enfrentar o clima inóspito e as

---

[512] LIMA, Teófilo Lourenço de. **Do Monte Nebo a Jaru**: um passado a ser conhecido. Canoas: Ed. Ulbra, 2001, p. 34. Negritos e destaque em maiúsculas presentes na obra.

[513] Ibidem, p. 16.

[514] Ibidem, p. 37. Negrito presente na obra.

adversidades da topografia, da fauna e da vegetação, para comercializar nos *confins amazônicos*, onde nenhum comerciante *legalizado* se atrevia a chegar.

Depois de contar a saga dos seringueiros, sobretudo frente as adversidades e a exploração dupla e intensa (a força de trabalho mal ou quase nunca renumerada – a *servidão humana na selva*[515] – e o sistema de aviamento) que sofria por parte dos seringalistas. Tanto *camelôs* quanto seringalistas foram ignorados, segundo o autor, pela *história oficial* e suas versões *omissas*, a produzir *esquecimentos* reiterados e propositais dos *verdadeiros heróis*, "'considerados' indesejáveis pelos atos 'nocivos ao sistema'"[516]

> Ilegal ou não, o papel por eles desempenhado foi de vital importância para a sobrevivência de muitos operários do extrativismo, abandonados que eram nas suas colocações. São eles, podemos assim classificar, verdadeiros heróis na epopéia colonizadora da Amazônia, e tal como na história oficial do país, que tem várias omissões de personagens 'considerados' indesejáveis pelos atos 'nocivos do sistema', o regatão também tem sido escamoteado[517]

A obra de Teófilo L. de Lima se situa num misto triplo entre o reclame pelo silêncio historiográfico; a denúncia aos sacrifícios, sofrimentos e injustiças sofridas ou infligidas aos seringueiros e demais trabalhadores, que atuaram nas atividades extrativistas da *goma elástica*; e a crença na redenção justiçosa, promovida pela narrativa histórica, que rompesse as barreiras do silêncio, dissesse e fizesse ouvir, as *verdades* ocultadas pela história dita *oficial*, contada por falsos profetas, desprovidos do conhecimento a respeito de quem carregaria consigo, as marcas, a substância primeva do *heroísmo*. Sua escritura reunia denúncia às injustiças, crença redentora e anseio de *verdade*.

As disputas de outrora são revividas na história contada por ele. Em nome da *justiça*, sua narrativa deveria reposicionar as peças, personagens e versões, porque a história *verdadeira* não seria aquela que se contava, mas outra, a que ele se dispusera a fazê-la. Dizê-la, escrevê-la, era um ato de fé, era a força da *verdade* a romper o silêncio e as versões pouco críveis, incompletas, duvidosas.

Do Monte Nebo a Jaru, um passado a ser conhecido, significava promessa e realização. Esta parecia ser a metáfora de fundo. Assim, Teófilo Lourenço de Lima

---

[515] Por sinal, título de obra do prof. Carlos Corrêa Teixeira, do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia, campus de Porto Velho, a respeito da temática.

[516]LIMA, Teófilo Lourenço de. **Do Monte Nebo a Jaru**: um passado a ser conhecido. Canoas: Ed. Ulbra, 2001, p. 55.

[517] Ibidem, loc. cit.

apresentava informações referentes a trajetória de Ricardo Lima Catanhede, seu avô e a história do seringal Monte Nebo, a quem é tomado de empréstimo parte do título da obra. E arrematava, em mais um exercício de busca por operar *justiça* através de sua escritura:

> Nesse momento histórico de Rondônia, muitos acontecimentos e personagens adquiriam importância especial no contexto; citamos, dentre vários, o surgimento do seringal Monte Nebo e a pessoa do seu proprietário, Ricardo Cantanhede, citados vagamente na bibliografia sobre a história de Rondônia, mas detentores de vital importância na história das linhas telegráficas[518]

Ricardo Cantanhede fizera parte da comissão liderada por Rondon para demarcação das linhas telegráficas. No cotidiano e nas dificuldades enfrentadas, sempre com *coragem*, teria conquistado a confiança e a simpatia do chefe, "principalmente pela sua maneira de relacionar-se com os companheiros de expedição e pelos conhecimentos práticos que possuía"[519].

Ao término dos trabalhos, teria sido ofertado aos membros da comissão, o ingresso na carreira militar. Segundo Teófilo Lourenço de Lima, Ricardo Cantanhede, embora "agradecido pela honraria que lhe era conferida"[520], teria declinado da oferta, pois apesar de admirar a vida militar, não era o que sonhava para si. Frente a esta recusa, teria sido inquirido por Rondon sobre como este poderia recompensar os serviços que lhe foram prestados, então: "Ricardo pediu o direito (concessão) de exploração do Monte Nebo, nas proximidades de Jaru. Assim, Rondon determinou que a área fosse demarcada a seu favor, compreendendo 22.924ha"[521]

Relata que de início, Ricardo Cantanhede tivera dificuldades para se estabelecer no Monte Nebo, até que de *promessa*, passasse a realidade; de pequeno seringal, atingisse grande produção. A despeito das disputas com alguns seringalistas, que queriam apossar-se do que lhe fora demarcado por Rondon, também teria recebido a ajuda e solidariedade de outros. Eram as dificuldades inerentes a vida nos *ermos da Amazônia.*

A narrativa de Teófilo Lourenço de Lima, apresentava o dono do Monte Nebo como um seringalista *incomum*. Se os relatos sobre os chamados *coronéis do barranco*, geralmente

---

[518] LIMA, Teófilo Lourenço de. **Do Monte Nebo a Jaru**: um passado a ser conhecido. Canoas: Ed. Ulbra, 2001, p. 100.

[519] Ibidem, p. 102.

[520] Ibidem, p. 105.

[521] Ibidem, p. 105.

eram desabonadores, pouco elogiosos, ditos tiranos, exploradores, algozes, insensíveis, escravizadores, tacanhos, ludibriadores, violentos, injustos... Cantanhede fugiria, definitivamente, a esta estirpe.

> Ricardo Cantanhede, conforme várias afirmativas, além de continuar aviando seus dependentes, recebia a produção e assumia para si os prejuízos, que não eram poucos, em face de os seringueiros terem sido pegos desprevenidos pela crise, ainda que a queda de preço estivesse sendo gradativa. Nas dezenas de depoimentos cedidos ao autor por pessoas que viveram esses momentos, não foi mencionado uma vez sequer o caso de um trabalhador que não tivesse sido atendido. Nessa crise, alguns seringalistas recebiam dos trabalhadores apenas a borracha suficiente para quitarem suas respectivas dívidas, aviando posteriormente apenas aqueles que tinham saldo positivo. Os prejuízos eram grandes para ambas as partes, sendo que o seringalista detinha maior fatia, por ter sob sua responsabilidade várias famílias a manter, devendo fornecer-lhes, o suficiente para sobreviverem, recebendo como paga a borracha e outros produtos naturais. Por outro lado, tinham as dívidas contraídas junto às casas aviadoras de Manaus e Belém. Muitas foram as conseqüências surgidas, dentre elas a desestruturação de toda uma sociedade, o fechamento de créditos nas casas aviadoras e a decadência irreversível para muitos seringais, até então prósperos[522]

Se numa perspectiva, a obra de Teófilo Lourenço de Lima procurava trazer à cena os apagamentos historiográficos, a partir da trajetória de sujeitos que teriam sido alijados ou esquecidos das narrativas históricas, a exemplo de seringueiros e regatões; em outra, é uma espécie de documento-desagravo a seringalistas da estirpe de Ricardo Lima Cantanhede, que representaria com maestria, o modelo de patrão justo, cuja trajetória de sucesso, fora construída pela meritocracia, espírito humanitário, respeito aos princípios civilizatórios, de forma a adotar práticas relacionais modernas e respeitosas dos direitos de seus empregados. E isto, ressaltava o autor, não era invenção de sua lavra, fora confirmado por inúmeras testemunhas.

Até ou sobretudo nos momentos de privação, o comportamento de Ricardo Cantanhede, a exemplo do que sugeria o autor de *Do Monte Nebu a Jaru*, era digno de nota, de um herói. E estes, costumam enfrentar aprovações na trajetória, de maneira a afirmar e provar o seu valor. Assim, não bastasse a retidão do seringalista, depois que tudo parecia estar certo, o barracão, sede do seringal, sofreu um incêndio e neste, todos os mantimentos foram queimados, destruídos pelas chamas.

---

[522] LIMA, Teófilo Lourenço de. **Do Monte Nebo a Jaru**: um passado a ser conhecido. Canoas: Ed. Ulbra, 2001, p. 110.

Dívidas contraídas junto as casas de aviamentos, escassez de alimentos nos meses vindouros, as contas a acertar com os seringueiros, que prestaram seus serviços. A tensão e o desespero eram evidentes, a situação, delicada, dramática. A narrativa de Teófilo L. Lima apresenta o cenário de destruição:

> O infortúnio era generalizado, salvo raras exceções. Para o Monte Nebo, que vivera há pouco o início do seu apogeu, a sorte não foi diferente. No dia 19 de setembro de 1924, numa tarde em que Ricardo Cantanhede regressava do mato, deparou com um incêndio de grandes proporções, que consumia rapidamente o barracão da sede do seringal com tudo que se encontrava em seu interior. Naquela circunstância, talvez o que existisse de mais valioso: os gêneros alimentícios que manteriam o seringal durante aquele resto de ano e meses do ano vindouro. O fogo, originado de um roçado queimado nas proximidades da casa, consumia em segundos o que foi conquistado em anos de trabalho, colocando o seringalista em situação pior do que no estágio inicial, devido às dívidas contraídas e às famílias que considerava sob sua responsabilidade. Tudo que fizera estava destruído!
> Ante aquele cenário desolador, não se sabe se no afã de resgatar algo buscando amenizar os prejuízos ou num impulso desesperado, Ricardo Cantanhede aproximou-se da construção em chamas e viu, entre as labaredas, uma mulher envolta na fumaça e chamas. Não hesitou em atirar-se entre as chamas com o propósito de salvá-la de uma morte certa, crendo ser uma das mulheres residentes na sede do seringal. Agarrou-se ao seu corpo e jogou-se abraçado a ela para fora das chamas, queimando uma das pernas. Aqueles que observavam o desenrolar dos acontecimentos não compreendiam o porquê de uma pessoa arriscar a vida por causa de uma "moldura com a gravura de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro", quando poderia, lá dentro, resgatar outras coisas de maior valor e utilidade para os dias difíceis que certamente tiveram início ali[523]

Conforme se percebe, a partir do relato acima, Cantanhede se lançou às chamas para salvar uma moldura, na qual estava a imagem de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Mas quando questionado a respeito dos motivos de tamanho sacrifício, quando poderia se dedicar a salvar bem materiais valiosos, do ponto de vista econômico, ele afirmara ter visto, conforme Teófilo L. de Lima, uma mulher.

No calor dos acontecimentos, ainda a contemplar em desespero as chamas que consumiam o barracão, a esposa do seringalista fez promessa à santa, cuja imagem fora salva do incêndio. O pedido era que se conseguissem sair daquela aprovação, e manter os compromissos firmados com trabalhadores e credores, seria realizada, todos os anos, uma festa em homenagem a santa, com comes e bebes distribuídos a vontade, gratuitamente, a todos os presentes na festividade.

---

[523] LIMA, Teófilo Lourenço de. **Do Monte Nebo a Jaru**: um passado a ser conhecido. Canoas: Ed. Ulbra, 2001, p. 110-111.

Segundo autor de *Do Monte Nebo a Jaru*, a graça foi atendida e a tradição mantida, até 1986, data da última comemoração realizada nos moldes ensejados na promessa da matriarca, já por descentes do casal Catanhende.

É provável que Yêda Pinheiro Borzacov, ao prefaciar e adjetivar *incomum*, a narrativa construída por Teófilo Lourenço de Lima, sobre a *formação* de Rondônia, em *Do Monte Nebo a Jaru*, usasse tal qualificação num misto entre o estranhamento e a inquietação. Afinal, ainda que ele não se deslocasse da tópica dos *desbravadores* e *pioneiros*, e prestasse alguma homenagem a personagens, cuja presença tinha lugar cativo na historiografia do estado, o recorte temporal atípico e o inventário dos pioneiros, tal qual levara a termo, deve ter-lhe soado bastante provocativo.

5.2.3 Narrativas de *desbravamentos* e *evolução*: a ação decisiva dos seringueiros, os *heróis anônimos*

Entre 2004 e 2010, Edilson Lucas de Medeiros publicou duas obras que se somavam as narrativas que tinham como pano de fundo, o destaque à atuação de seringueiros e da atividade extrativista à *fundação*, ou como indica um dos títulos, a *evolução* do estado. Tratavam-se, respectivamente, de *A história da evolução sócio-política de Rondônia* e *Seringueiro, o desbravador da Amazônia*.

A primeira, se propunha a uma abordagem mais geral da trajetória de territorialização rondoniense; a segunda, mas específica, centrava-se na participação, conforme indicava o título, dos seringueiros nos *desbravamentos* amazônicos. A despeito das especificidades que envolvem os dois projetos, os argumentos que lhes servem de fundamentos são bastante aproximados e retomam a importância da economia extrativista vegetal para Rondônia. Neste sentido, sempre que possível, buscar-se-á estabelecer pontes e diálogos entre elas.

Potiguar, natural da cidade de Ceará Mirim, aos dois anos, Edílson Lucas de Medeiros migrou com os pais à Manaus, em 1949. No final do mesmo ano, a viagem continuaria, agora em direção ao território do Guaporé, onde seguiu a trajetória do paí, como seringueiro. Também trabalhou na extração de cassiterita. De alfabetização tardia, licenciou-se em História e Organização Social e Política Brasileira (OSPB) em 1983, pela Universidade Federal de Rondônia/UNIR e tem especialização em História Regional pela mesma instituição. Professor da rede pública de ensino, começou a lecionar em 1980, logo depois de completar o magistério.

Os textos que servem de prefácio às duas obras são de autoria de Eliane Lílian Silva de Medeiros[524], filha de Edilson Lucas de Medeiros. Graduada em biologia e com especialização em Meio Ambiente. Em *Do autor*, que abre *A história da evolução sócio-política de Rondônia,* ela destacava tanto a *vivência* quanto os estudos que ele realizara a respeito da temática. Buscava afirmar a *legitimidade* da narrativa, enfatizando que o narrador estaria autorizado, reuniria as qualificações necessárias a fazê-la, posto que "*Para elaboração deste trabalho, o autor utilizou-se de sua vivência na região de Rondônia e estudos que há vários anos vêm realizando*[525]".

Na apresentação à obra, o caminho da investigação era apresentado por Medeiros, ao explicitar seu método e o percurso observado, dos estudos e pesquisas iniciais, passando pela elaboração, crítica e escritura, à publicação da obra:

> Após a execução deste trabalho de pesquisa e de coleta de dados, nasceu a idéia de elaborar algo que pudesse ser útil para o ensino e aprendizagem de nossa história. Como já havia coletado e colecionado uma razoável quantidade de material, fiz um minucioso estudo, selecionando e ordenando os fatos que considerei mais relevantes que achei mais importantes para a formação de Rondônia. Seguindo os objetivos propostos fizemos uma avaliação quanto a veracidade desses acontecimentos. Um outro ponto com o qual me preocupei, foi o de fazer uma análise crítica e criteriosa das circunstâncias que me levaram a esses acontecimentos e às consequências posteriores.
> Imbuído de um proceder responsável, desenvolvi um estudo detalhado do material selecionado e fiz uma ordenação, onde as partes histórias não são estanques e isoladas, mas sim, interligadas, convergindo assim para uma melhor forma de entendimento[526]

O objetivo, portanto, era realizar um trabalho de síntese, que visava o uso, a apropriação didática na prática educativa, na relação de ensino-aprendizagem histórica. Medeiros então se indaga a respeito dos efeitos dos motivos e implicações, as *causas e consequências* que resultam de uma escolha de determinados acontecimentos, em detrimentos de outros. Parece, assim, indicar e alertar as consequências que o procedimento do recorte, da seleção, implica na representação do passado apresentado ao estudante/leitor.

---

[524] "Licenciada em Ciências Biológicas, Pós-Graduada em Meio Ambiente pela UNIPEC – Faculdade de Porto Velho-RO e Acadêmica de Bio-Medicina – Faculdade São Lucas Porto Velho". Cf. MEDEIROS, Eliane Lilian Silva. Do autor. In: MEDEIROS, Edilson Lucas de. **Seringueiro** – O desbravador da Amazônia. Porto Velho: Editora Gráfica Rondoforms ind. Ltda., 2010, p. 9-11.

[525] MEDEIROS, Eliane Lílian Silva. In: MEDEIROS, Edilson Lucas de. **A história da evolução sócio-política de Rondônia**. Porto Velho: Rondonforms editora e gráfica ltda, 2004, n.p. Texto informado nas orelhas do livro.

[526] Ibidem, p. 17.

A história da evolução sócio-política de Rondônia foi dividida em quatro partes - *reconhecimento, ocupação, pré-povoamento e povoamento* –, dispostas em ordem crescente do passado ao presente. Nela, procurava cobrir aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos que levaram à formação de Rondônia. Tal estratégia de organização, fugia a classificação temporal corrente, a partir de regimes políticos-administrativos – colônia, império e república –; e se estruturava em recortes geográficos, cujos marcos eram a presença europeia/portuguesa/brasileira na espacialidade.

A apresentação da narrativa também obedece à finalidade específica. Fosse por desejar fugir ao vício da linguagem *academicista*, fosse para aproximar-se, criar relação de empatia com o possível estudante/leitor, o autor ponderava que nunca fez parte do poder político-administrativo do estado e sugeriu se que viveria ali, uma *subalternidade administrativa,* por isso, preferiu fazer uso de "um linguajar simples e proletariado, desprovido de pronúncias rebuscadas e de vocábulos intelectualizados"[527]. E por compreender que o "verdadeiro compromisso do historiador é com a *verdade"*[528], arremata:

> É com essa finalidade que procurei demonstrar a realidade vista através de uma ação investigada e analítica, comprometida com a verdade. Acredito ser este, o verdadeiro papel do historiador. Mas quero deixar claro que, não se trata de um trabalho perfeito, acabado, imune a críticas e alterações. O verdadeiro propósito é o de continuar esse processo de construção histórica, sempre perseguindo o aperfeiçoamento e a construção da verdadeira história[529]

Edilson Lucas de Medeiros colige, compila, seleciona, reúne, faz a crítica, ordena, interliga o que para ele, era, então, uma massa caótica de documentos, informações, dados, acontecimentos. E constrói narrativas que buscam ordenar sintetizar, e permitir *melhor entendimento* da *formação histórica* de Rondônia e dos *verdadeiros desbravadores* da Amazônia. Em termos outros, ele indicava o caminho, prescrevia e explicitava os critérios a serem observados na sua *operação historiográfica* (CERTEAU, [1975] 2011).

Graduado em história, Edilson Lucas Medeiros evidencia conhecer as exigências, o programa ou protocolos exigidos à pesquisa e a escrita na área, qual seja, o *método,* de maneia a indicar que suas obras cumpririam tais prerrogativas. Há latente ainda um desejo ou

---

[527] MEDEIROS, Edilson Lucas de. **A história da evolução sócio-política de Rondônia**. Porto Velho: Rondonforms editora e gráfica ltda, 2004, p.18.

[528] Ibidem, p.19. O destaque em itálico é do autor.

[529] Ibidem, p.18.

compromisso sincero de *verdade* e ao explicar seus protocolos de escrita, sua agenda de pesquisa, punha em evidência elementos de uma *memória disciplinar* (TURIN, 2013).

O tema central da obra publicada em 2004, como o próprio título sugeria, era *evolução histórica* ensejada na espacialidade que, depois, tornar-se-ia Rondônia. Ao construir a narrativa, deslocava-se da presença *bandeirante* (o reconhecimento) ao extrativismo do ouro e drogas do sertão (a ocupação e pré-povamento) abordados pela obra até atingir o *povoamento.* Neste percurso,

> *O primeiro e o segundo ciclos da borracha, a construção da ferrovia Madeira-Mamoré e da linha telegráfica, ambos foram fatores considerados como para o desenrolar do processo ocupacional, e para o surgimento das cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim e conseqüentemente para a criação do Território Federal do Guaporé*[530]

Para Medeiros, o *povoamento efetivo* viria com as novas levas migratórias, a partir da segunda metade do século XX. Todavia, ela só teria ocorrido porque Rondônia já fora *fundada*, já estaria territorializada, *ocupada.* A história, claro, não terminaria aí. Uma vez constituído o território, política e administrativamente, estaria dada largada ao *desenvolvimento*, conforme se observava na exploração do minério de *cassiterita;* na migração intensa após os anos 1970; nas aglomerações urbanas surgidas no curso da BR-364, que suplantavam a *floresta bravia* e da diversificação da economia, que levou o território a mudar a natureza de seu regime político e ser elevado a condição de estado.

O ponto de partida da narrativa são as primeiras bandeiras desencadeadas à região e mesmo que sob o tom de *denúncia* as violências infligidas pelos bandeirantes aos nativos, tal presença era lida sob a ideia do *reconhecimento* territorial, o que antecederia a *ocupação/colonização.*

> Os processos de ocupação e de povoamento podem ser considerados como circunstâncias de outros ciclos econômicos como o da borracha, o da agricultura, e o da pecuária. A colonização e a ocupação do atual Estado de Rondônia foi consolidada durante o primeiro e o segundo ciclo da borracha, quando de fato, os rios que formavam a bacia do Madeira foram todos ocupados e explorados por inúmeros extratores que usavam os rios como estradas de penetração e escoadouro de borracha e "*caucho"* por eles extraídos[531]

---

[530] MEDEIROS, Eliane Lílian Silva. In MEDEIROS, Edilson Lucas de. **A história da evolução sócio-política de Rondônia**. Porto Velho: Rondonforms editora e gráfica ltda, 2004, n.p. Itálicos da autora, texto informado nas orelhas do livro.

[531] MEDEIROS, Edilson Lucas de. **A história da evolução sócio-política de Rondônia**. Porto Velho: Rondonforms editora e gráfica ltda, 2004, p. 21. Itálico do autor.

Os processos de *povoamento* e *colonização* ter-se-iam efetivado durante os primeiros e segundo ciclos da borracha. Assim, mesmo que entendesse os *índios primitivos* como os *habitantes* e os *brancos civilizados* como *invasores*, o fim que se perseguia ou para o qual deveria seguir a humanidade, era a *civilização* representada e trazida pelo *branco invasor.*

A exemplo do que sugere Chimamanda Ngozi Adichie, escritora nigeriana, "Comece uma história com as flechas dos nativos americanos, e não com a chegada dos britânicos, e você tem uma história totalmente diferente". Ou então, "Comece a história com o fracasso do estado africano e não com a criação colonial do estado africano e você tem uma história totalmente diferente" (ADICHIE, [2009], 2018).

Há em Medeiros, inegável exercício de empatia, repleto de boa vontade, que menciona as violências desencadeadas contra os indígenas, para depois ser plasmada, sob a justificativa da necessária obra de realização *colonizadora*, *integradora*, o que reafirmava a territorialização do espaço dito *vazio* e a expansão da *fronteira nacional*, sob a premissa da construção do Brasil *gigante*.

> A expedição de Pedro Teixeira foi, sem dúvida, a mais importante ação expedicionária realizada pelos portugueses na região do Rio-Mar. Foi através da ação realizada por Pedro Teixeira que ocorreu a expansão territorial de nossas fronteiras. Pedro Teixeira foi, inegavelmente, o personagem que mais contribuiu para a expansão territorial do Brasil. Os tratados que foram assinados após a expedição de Pedro Teixeira, respeitaram juridicamente, os marcos fica[n]dos pela expedição "Teixeira". Esse procedimento proporcionou ao Brasil um aumento territorial significativo[532]

O começo escolhido, *o ponto de partida*, para retomar à provocação assertiva da Chimamanda Ngozi Adichie, – a presença de europeus, seguida pelas bandeiras – acabava minando a estratégia de aproximação, de empatia e esta, por sua vez, soa como concessão ou confissão de que a *missão civilizadora* era um *destino manifesto*, inexorável.

Ao assumir a perspectiva da expansão de *nossas fronteiras*, as *marcas de enunciação* (HARTOG [1980] 2014) acabam por situá-lo noutro lugar, a distanciá-lo dos *habitantes primitivos* e a assumir o ponto de vista do *invasor civilizado.* Esta, por sinal, é perspectiva generalizada nas narrativas que dão conta da *formação* de Rondônia, e nem de longe, se restringem aos escritos bem-intencionados de Edilson Lucas de Medeiros.

---

[532] MEDEIROS, Edilson Lucas de. **A história da evolução sócio-política de Rondônia**. Porto Velho: Rondonforms editora e gráfica ltda, 2004, p. 27. O destaque entre colchetes é nosso.

A despeito de lamentar os abusos sofridos pelos indígenas, a marcha *civilizatória* era o destino da humanidade e por estas paragens, não haveria de ser diferente, sobretudo porque o *lugar social* (CERTEAU, [1975] 2011) ocupado por Edilson Lucas de Medeiros não era o do *nativo*, mas o de *desbravador da Amazônia.*

Essa é a estratégia narrativa subjacente ao capítulo intitulado *Os europeus na Amazônia*, que se centra nos relatos das primeiras incursões e *frentes pioneiras*, com vistas a *ocupação.* Assim, fazia referência a chegada de Vicente Pinzón a "Santa Maria de La Mar Dulce", que depois seria renomeado rio Amazonas, pelos portugueses. Menciona que Pinzón teria ouvido, de indígenas, a respeito de guerreiras cujas práticas, pareciam coincidir com aquelas das *Amazonas*, relatadas por Heródoto em suas *Histórias*, daí, uma das explicações à renomeação do rio. (Re)nomear, desde o Gênese, caberia lembrar, é também ato de posse, manifestação de poder.

Mesmo que não tenha sido um *explorador*, Vicente Pinzón (1500) teria sido o primeiro europeu a chegar ao que depois seria nomeado Amazônia. Edilson Lucas de Medeiros segue, então, a tecer o inventário dos *desbravadores*: Diego Lepe (1500, segundo espanhol a adentrar *terras brasileiras*), Diogo Nunes (1538, *português e o primeiro homem a entrar a Amazônia*), Gonçalo Pizarro (1541, *o primeiro a trazer comitiva e estudiosos*, expedição da qual também teria tomado parte Francisco Orellana e Frei Carvajal, que legaram relatos a respeito). Cita a expedição de Pedro da Ursa (1540/1561), da qual teriam participado Lope de Aguirre e Fernando G. de Gusmão e por fim, a de Pedro Teixeira (1637-38), que teria ocorrido durante a União das Coroas Ibéricas. Esta última expedição seria a *mais importante* e *extraordinária*, conforme sugere.

A escolha do autor por começar os relatos pela presença europeia na região, parece se coadunar com o intento de mostrar que a história da Amazônia estaria em compasso com a história do país e, portanto, a presença *civilizada* nela não seria recente, a despeito de sua *colonização* só se ter *efetivado* tardiamente. O relato dos antecedentes seculares, reiterava o histórico de luta e bravura para *domar* a mata e *civilizar* o espaço.

É uma escritura de reconhecimento à ação portuguesa, a atuação decisiva e destemida dos *bandeirantes* e a *expansão* da *fronteira* nacional, que se não fosse tal empreitada, a Amazônia seria quase toda da Espanha. A escrita do autor enuncia, a exemplo das demais, uma defesa da empresa colonialista portuguesa, ao passo que trata espanhóis, holandeses, ingleses e franceses como adversários, invasores, ameaças ao projeto que teria de tornar-se o vencedor, qual seja, o lusitano.

Dentro deste raciocínio, confere destaque à atuação de Antônio Rolim de Moura, *homem incansável*[533], frente ao objetivo de garantir as posses portuguesas na espacialidade que atualmente corresponderia aos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia, tanto que fora congratulado com os títulos de *Conde de Azambuja* e *Vice-rei do Brasil* por D. João V, rei de Portugal.

Na mesma toada, tecia ode à administração de Luís Albuquerque de Mello Pereira Cárceres, considerado quarto governador do Mato Grosso, ficando no cargo por 17 anos e que segundo o autor, realizou trabalho *excelente, invejável* e teria sido período mais *próspero* daquela capitania, época na qual a Vila Bela de Santíssima Trindade atingiria o *ápice de sua grandeza*[534].

A despeito das referências elogiosas, de mencionar as primeiras iniciativas de *reconhecimento* para *civilização da* espacialidade, interpunha-se o reclame pelas dificuldades enfrentadas, sobretudo pela *insalubridade* e sofrimento com o clima e os *animais selvagens*, a exemplo de *capivaras*, *jacarés* e *serpentes*[535]. Qual seja, reforçava a ideia de que se trataria, ainda, de um *vazio civilizatório*.

Em seguimento a *História da evolução sócio-política de Rondônia*, o *reconhecimento* a importância das incursões de europeus e bandeiras à espacialidade em tela, segundo Medeiros, desde o século XVII, no que se incluía a ação destacada de Pedro Teixeira (1637-38), que teria, conforme argumenta, ao menos no plano legal, garantido o deslocamento da fronteira, aumentado a extensão e garantido a posse legal do território pela Coroa Portuguesa, havia um senão: fora somente em meados do século XIX que a ali *ocupação* se *efetivaria*.

Nesse percurso, a espacialidade que depois corresponderia a Rondônia, estava sob o domínio das capitanias do Mato Grosso e do Grão Pará. Em 1853, com a transferência da sede administrativa desta capitania, de Vila Bela de Santíssima Trindade para Cuiabá, deixaria na bacia do Guaporé, onde estava situada a antiga sede, um *rastro de decadência*, pois teria ficado nela "apenas negros alforriados e outras pessoas que optaram por permanecer em suas propriedades, mesmo cientes das dificuldades que iam enfrentar"[536].

---

[533] MEDEIROS, Edilson Lucas de. **A história da evolução sócio-política de Rondônia**. Porto Velho: Rondonforms editora e gráfica ltda, 2004, p. 47-48:

[534] Ibidem, p. 48-49.

[535] Ibidem, p. 49. Faz menção a obra *Nas selvas Amazônicas*, de Manoel Rodrigues Ferreira (1961).

[536] Ibidem, p. 60.

O *renascimento* econômico da bacia do Guaporé, segundo ele, só se daria com o ciclo da borracha, sobretudo depois da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré e a *dedicação* de *homens abnegados*, tal qual o coronel Paulo Cordeiro da Cruz Saldanha, apresentado na qualidade de *pioneiro*:

> Com o desenrolar do primeiro ciclo da borracha, a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, iniciava-se uma nova época na história daquela região. Essa nova fase transformaria e daria uma nova roupagem ao destino sócio-econômico da população que habitava a região.
> Porém as mudanças, a construção de idéias de novos paradigmas sócio-econômicos não aconteceram por acaso. Para que ocorressem mudanças, foi necessário muita luta e dedicação de homens abnegados que não se eximiram de suas responsabilidades e de seus objetivos. Essa nova história do Guaporé, contou com a participação de pioneiros obstinados, como o Coronel Paulo Cordeiro Saldanha e outros de sua época. Esses eminentes desbravadores deixaram suas marcas naquela região. Esses ilustres brasileiros, mesmo vivendo em uma época difícil, não se omitiram de suas missões, graças ao trabalho, a participação de uma visão transformadora daqueles pioneiros, foi que o vale do Guaporé, antes isolado e despovoado, transformou-se em uma região próspera e produtora[537]

Essa história, reclama, seria pouco visitada, estudada, pesquisada em Rondônia. Tal demanda fora explicitada, sobretudo, em *Seringueiro, o desbravador da Amazônia*, quando procurou suplantar parte desses *silêncios*. Havia desconforto do historiador frente ao que identificava como *desinteresse* da sociedade, em relação a história do extrativismo da borracha: "A história do extrativismo da borracha é pouco atraente e interessante principalmente para a sociedade moderna contemporânea, daí talvez a exiguidade de livros, trabalhos que tratem deste tema especificamente"[538]

O autor ponderava que em estados como Pará, Amazonas e Acre, os estudos concernentes ao extrativismo da borracha seriam frequentes, em contraste com o que ocorria em Rondônia. Mediante a tal diagnóstico, se propunha a "tarefa tão exaustiva que é o ato de pesquisar e escrever a história"[539] e assim, inscrever essa temática no âmbito da historiografia do estado.

Conforme intenção explicitada por Medeiros, este também almejava tornar *Seringueiro, o desbravador da Amazônia* material destinado à consulta de estudantes e das

---

[537] MEDEIROS, Edilson Lucas de. **Seringueiro** – O desbravador da Amazônia. Porto Velho: Editora Gráfica Rondoforms ind. Ltda., 2010, p. 60-61.

[538] Ibidem, p.11.

[539] Ibidem, p.12.

gerações futuras. No tocante a metodologia, reclamava, novamente, da escassez de pesquisas sobre o tema da extração seringueira em Rondônia, e da existência de poucas fontes escritas, de maneira que os relatos orais eram as principais testemunhas sobre o período.

A existência rarefeita de fontes escritas por seringueiros, resultava, em partes, da pouca inserção deles no mundo das letras. Como era informado no *Prefácio*, ele só fora alfabetizado na fase adulta, quando já contava décadas de existência, ficando durante grande parte da vida, privado do acesso à cultura escrita, o que era reforçado no decorrer da obra, ao traçar o perfil do seringueiro como *analfabeto*, *desinformado*, *desajeitado*.

Comenta o fato de as informações extraídas desses testemunhos terem caráter parcial, fosse por escolha de quem ofertou testemunho; fosse porque as testemunhas já estavam em idade avançada e tiveram sua memória afetada pelo esquecimento, que se adensava com o passar do tempo. Estas são questões que dificultavam, em alguma medida, o exercício de atingir a *verdade histórica*, meta expressada pelo historiador.

Sem abdicar do compromisso ético com a *verdade*, estas limitações não deveriam, contudo, tolher ou privar o historiador do exercício necessário de narrar essa experiência:

> É claro que essa situação, deve ser entendida pelo pesquisador, daí a necessidade de que a pesquisa seja conduzida com perspicácia e competência, pautada pela ética com o uso da experiência investigativa e comprometida com a verdade. Com estas preocupações o pesquisador evitará equívocos, aproximando-se o máximo da verdade, o que enriquecerá o trabalho em sua essência histórica e importância científica[540]

Essa preocupação com a *verdade* era reiterada com frequência e ao assumir o compromisso ético, sob a orientação divina, na *obrigação de ser fiel* aos fatos, frente aos escassos registros escritos, Edilson Lucas de Medeiros assumia o duplo papel de escritor e testemunha da trajetória narrada, posto que na transição da adolescência à idade adulta, trabalhou na atividade seringueira.

A *autópsia* (HARTOG, [1980] 2014; [2005] 2013) era chamada à narrativa, mais uma vez para conferir legitimidade a ela e veracidade: *viu* e *viveu* experiências, cujos relatos trazidos à cena, seriam orientados, de um lado, por seus *conhecimentos empíricos*; e de outro, pela formação acadêmica de que dispunha, posto que escrevia como historiador de formação e com larga atuação, na pesquisa, na escrita e no ensino da história.

---

[540] MEDEIROS, Edilson Lucas de. **Seringueiro** – O desbravador da Amazônia. Porto Velho: Editora Gráfica Rondoforms ind. Ltda., 2010, p.15-16.

O argumento da obra, de que o nordestino, seringueiro, fora o *principal agente ocupacional* da Amazônia, era reforçado por meio de estratégia narrativa, que reatualizava *imaginários* construídos no decorrer do tempo sobre essa espacialidade. Dessa forma, o desafio de *civilizá-la*, que ao longo dos séculos, foi representado como "endêmica, úmida, propensa a proliferação de várias doenças", era revisitado.

> A floresta amazônica é uma imensidão que em suas entranhas oculta mistérios e perigos, onde a presença humana é sempre um estranho, um adversário. Daí podemos avaliar o quanto difícil foi para aqueles bravos homens que no decorrer de quase II séculos, se aventuraram e se submeteram ao árduo processo de exploração e ocupação das terras amazônicas.
> Na floresta amazônica o homem aprendeu em contato com a selva, a extrair os recursos para construir o meio e a condição para sua própria sobrevivência. O seringueiro foi um autodidata, um desbravador que ao adentrar à floresta aceitou a dolorosa incumbência de viver solitário na vastidão da floresta[541]

A espacialidade foi apreendida por Medeiros como uma imensidão desabitada de humanidade, sempre à espera da *territorialização* e *ocupação*, empreitada que teria sido finalmente executada, conforme argumentava, pelo nordestino, este que se tornara ali, o *seringueiro desbravador*. Ao heroísmo da entrega, se fazia perceber certas marcas de romantismo, que põe em evidência a narrativa dos desafios e provações enfrentados. Eles servem à construção e *representação* do sacrifício, dos enfrentamentos às dificuldades que consagravam a trajetória.

> A permanência, a convivência na floresta transformou-o em quase um animal selvagem. A vida em um isolamento contínuo, distante da vida urbana, fez daquele homem um ser estranho, desconfiado e arredio aos princípios da sociedade civilizada. O homem e a floresta criaram ao longo do tempo suas próprias formas de relacionamentos, que irão manter com o passar dos anos, um intercondicionamento e um entrelaçamento de cumplicidade vivendo uma simbiose que envolvia: o homem, seringueira e floresta. [...]
> Foi esse homem analfabeto, desenformado[542] e desajeitado, mas de índole forte e aguerrido, propenso a enfrentar desafios com coragem, decisão, insistência e resignação, que se integrou aos rigores da floresta amazônica. Ao longo de quase (dois) II séculos, a economia da Amazônia teve como mão de obra o nordestino e o caboclo amazônico, e como principal fonte de produção econômica o extrativismo do látex. A borracha foi único produto que proporcionou o desenvolvimento econômico e social da região tendo contribuído durante o decorrer do processo histórico para que se

[541] MEDEIROS, Edilson Lucas de. **Seringueiro** – O desbravador da Amazônia. Porto Velho: Editora Gráfica Rondoforms ind. Ltda., 2010, p.13.

[542] Pelo contexto, é provável que a expressão buscada fosse *desinformado*, em detrimento de *desenformado*.

> consolidasse a formação da ordem: social, política e administrativa da região norte até a década de setenta[543]

A vivência do seringueiro na floresta praticamente o reduzia estágio *primitivo*, tendo de abandonar qualquer traço de urbanidade, para sobreviver na e a *selva*. Mas foi, sustenta Medeiros, a luta de homens que a despeito do *analfabetismo*, da *desinformação*, da rudeza de hábitos, desafiou as dificuldades, o perigo, a *solidão da floresta* e tornou em sua época, a extração da borracha, a segunda principal atividade econômica do país. Tal perspectiva, já estava posto na *História da evolução sócio-política de Rondônia*, quando sobre o extrativismo do látex e a *ocupação* da Amazônia, ponderava:

> O extrativismo e a produção da borracha, desencadeou na Amazônia, a estruturação de um novo ciclo econômico que transformaria todo sistema até então existente. O novo ciclo histórico, mudou toda ordem sócio econômica, perdurando por quase dois séculos. No plano ocupacional é importante observar-se que, a borracha foi o único produto que de forma definitiva, proporcionou o processo de ocupação da Amazônia. A economia da borracha transformou a Amazônia brasileira em uma região cosmopolita, produtora de produtos extrativistas, geradora de capital e importadora e consumidora de: mão-de-obra, de produtos alimentícios e bens de uso e consumo[544]

Na ação *desbravadora*, os seringueiros enfrentavam os riscos da floresta, representados, conforme o Edilson Lucas de Medeiros, na presença de *índios*, *onças*, mosquitos, doenças. Com a mata fechada a impor-se e dificultar a abertura de estradas terrestres, a *ocupação* e *penetração* rumo ao interior, se dava por meio da navegação fluvial, os rios, aquelas entradas-estradas, que permitiam o alargamento da *fronteira* e espacialização do território, ação essa levada a termo, lembra, por aqueles que *extraiam o látex* e ao mesmo tempo, promoviam a *ocupação das terras.*

> O rio Madeira, seus afluentes e subafluentes foram usados como vias de penetração para o interior, onde se desenvolvia a extração do látex e ao mesmo tempo, ocupavam as terras. Nos centros ou nos lugares mais distantes, ali estava o seringueiro, ocupando, desbravando a floresta, indiferente ao ataque dos índios, da onça pintada, do pium, da malária. Às margens dos rios surgiram as clareiras, casas depósitos, barracões que eram construídos numa ação irreversível. Rios como o Machado, Jamari, Candeias, Abunã, Jaci-Paraná, Mutum-Paraná, Guaporé e outros, passaram a ser percorridos por pequenas e médias embarcações que transportavam

[543] MEDEIROS, Edilson Lucas de. **Seringueiro** – O desbravador da Amazônia. Porto Velho: Editora Gráfica Rondoforms ind. Ltda., 2010, p.14.

[544] MEDEIROS, Edilson Lucas de. **A história da evolução sócio-política de Rondônia**. Porto Velho: Rondonforms editora e gráfica ltda, 2004, p. 70.

> mercadorias e passageiros. Os barracões e depósitos serviam como bases que davam apoio logístico, fosse para abastecer de mercadorias, para explorar novas áreas de produção ou para distribuição de pessoal[545]

Depois de historiar a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, para vencer o trecho de aproximadamente 360 km, marcado por 20 cachoeiras que impediam a navegação fluvial entre aqueles rios, reiterava a necessidade de tornar a natureza produtiva para *povoar*, *ocupar* e circunscrever aquilo que viria a ser Rondônia. Mas claro, a ferrovia, encravada em meio a *selva*, não teria vez nem lugar, não fosse a presença de vidas humanas e atividade econômica que lhe conferissem sentido prático à existência. E é neste aspecto que atividade seringueira assume posição de relevo, no processo de *ocupação* do espaço:

> A borracha foi durante muito tempo, o principal produto capaz de gerar riquezas e capital, que justificasse uma ação ocupacional na região amazônica.
> Na verdade, é necessário deixar claro que, a fundação das missões religiosas ao longo dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé não significou uma atividade ocupacional das margens desses rios. Essas missões serviram como pontos de apoio para que se processasse o reconhecimento de novas áreas. Mesmo assim, grande parte dos afluentes e subafluentes do Madeira e Mamoré-Guaporé, permaneceram desconhecidos e inexplorados pelos civilizados.
> Para que se processasse uma verdadeira ocupação eram necessárias das coisas. Primeiro, algo que gerasse capital (dinheiro) e segundo, material humano disponível para explorar, arrancar da floresta, alguma coisa que gerasse divisas[546]

O desejo expresso e *sincero de verdade*, a exemplo do compromisso com esta, expresso na apresentação da obra, na qual explicitara seu *lugar social*, objetivos, finalidade e o *método*, observados à composição do seu enredo, tinha, também, narrativas concorrentes, embora não mencionadas diretamente.

A menção a *verdade*, duas vezes no trecho acima, guarda estreita relação com o projeto ensejado. Ao ser assertivo e categórico na argumentação de que as missões religiosas não teriam *ocupado*, e, portanto, não teriam espacializado o território, que no porvir, tornar-se-ia Rondônia, o debate iniciado e a busca pela restituição da *verdade*, parece ser levado a termo para fazer frente a outras *versões* da história, que atribuem às missões jesuítas, e depois salesianas, continuadores da obra missionária, o lugar de *desbravadores*. Neste caso, com Vitor Hugo e seus *Desbravadores*.

---

[545] MEDEIROS, Edilson Lucas de. **A história da evolução sócio-política de Rondônia**. Porto Velho: Rondonforms editora e gráfica ltda, 2004, p. 81.

[546] Ibidem, p. 98.

Cabe ponderar, por ora, que já na apresentação, além das menções a *verdade* e de explicitar o método, Edilson Lucas de Medeiros mencionara não participar do banquete do poder, qual seja, nunca tomara parte na política-administrativa do estado e na história a ser narrada, por ele, acentuava que faria uso de linguagem simples, *proletária.*

Abria, assim, uma espécie de debate não declarado frente as narrativas construídas por Vitor Hugo. As afirmativas que reiteravam a preferência por linguagem simples, em detrimento de formulações rebuscadas e herméticas; a menção a nunca ter se envolvido nas contendas e disputas da política e administração estadual; e ao refutar o *pioneirismo* de missionários jesuítas e salesianos, podem ser contrapostas à produção e a trajetória política do historiador, ex-padre e autor dos três tomos de *Desbravadores* (1959, 1998), obra monumental, que consumiu a Vitor Hugo, mais de seis décadas de pesquisa.

Nossa hipótese ganha algum reforço a partir de outra obra de Edilson Lucas de Medeiros, publicada em 2010, e com o sugestivo título – e argumento – de *Seringueiro, o desbravador da Amazônia*. Ao *desbravador missionário*, ele contrapunha o *desbravador seringueiro*. A escritura de Medeiros, em sua reiterada busca pela restituição da *verdade*, conferia papel central ao *seringueiro nordestino*, no *desbravamento* da Amazônia.

> O homem que na verdade mais se adaptou à atividade de seringueiro, à extração da borracha foi o nordestino, talvez, por ser um homem castigado pelos rigores das secas. Acostumado ao sofrimento, o nordestino, foi sem dúvida, o principal elemento que, com muita eficiência, se adaptou aos rigores do clima equatorial-amazônico, criando características próprias, constituída da mistura da cultura indígena com a cultura nordestina. A verdade é que a obstinação, a disposição do homem nordestino, somado à vivência, hábitos e costumes indígenas deu origem a esse homem que chamamos de "*caboclo-amazônico*". O seringueiro era um homem destemido, disposto a enfrentar todas as diversidades da selva Amazônica. Honesto e resignado, morria calado, sem reclamar.
>
> Na cidade, era facilmente reconhecido pela maneira desajeitada, "*quando pelas ruas caminhava*". A vivência da floresta, o fez habituado a andar, sempre atrás um do outro, ou seja, "*em fila"*. Essa prática de caminhar em filas, mesmo quando se encontrava na cidade, era motivo de chacotas. Por isso, aqueles mais críticos passaram a denominá-los de "*índios*". Muitos não gostavam da cidade, preferindo não saírem dos seringais. Tanto é verdade, que muitos viviam 20, 30 anos, até mesmo, a vida toda. Nasciam e morriam no seringal, sem conhecer a cidade. A forma desengonçada do seringueiro passou a ser vista como sinônimo de "*tôlo*". Daí, quando as pessoas que residiam nas cidades viam uma pessoa que caminhava "*desajeitada*" chamava-o de "*seringueiro*"[547]

[547] MEDEIROS, Edilson Lucas de. **A história da evolução sócio-política de Rondônia**. Porto Velho: Rondonforms editora e gráfica ltda, 2004, p. 103.

A busca pela *verdade* era retomada. O *caboclo-amazônico* apresentado como mistura resultante do nordestino sofrido e sem perspectiva e o indígena, resignado a aceitar a *civilização* ou sucumbir fisicamente a ela. O seringueiro era apresentado como alguém de modos rústicos, toscos, desconfiados, assustado frente aos padrões de vida citadinos.

As práticas nômades reiteram a ideia de que para sobreviver na *selva*, precisavam ceder e aceitar que ali, parte das regras seriam dadas por ela. Assim, o *caboclo*, de um lado, se agarrava a força de quem sobrevivera à seca e a fome sertanejas, e por outro, se permitia aprender e adotar determinados hábitos que os faziam agir feito *índios*. A sentença ecoa e traz consigo visões de mundo marcadas por uma alteridade estereotipada.

O seringueiro assumia, pare ele – e neste ponto autor se remete, sobretudo, ao chamado segundo ciclo da borracha – o papel e o lugar de principal agente da *ocupação* amazônica:

> O seringueiro ou soldado da borracha não foi apenas um produtor de borracha. O nordestino que durante o extrativismo da borracha trabalhou na Amazônia como extrator, foi também o responsável pelo processo de ocupação e exploração da Amazônia[548]

O *caboclo*, que promovia a *ocupação*, descolado do *sertão nordestino* ao sertão *amazônico*, tornara-se a tal ponto desabituado à vida urbana, que seria motivo de chacota, raciocínio que remetia aos projetos de *modernização* do país, na transição do Império à República, que davam pouco ou nenhum crédito aos hábitos alheios ou estranhos à urbanidade. A figura do Jeca Tatu, difundida primeiro pela pena carregada de Monteiro Lobato; e depois pelo cinema, talvez ocupe papel decisivo na persistência e atualização desse *imaginário*. Todavia, mesmo bravios, eram destemidos. Para vencer as adversidades da *floresta* e *ocupá-la*, sugere Medeiros, não havia quem lhes fizesse frente nem paralelo.

No capítulo X de sua *História da evolução sócio-política de Rondônia,* Edilson Lucas de Medeiros propunha-se a uma *visão crítica*, fora do *pensamento teocêntrico*. Qual seja, sem deixar de reconhecer a importância, não pretendia tecer defesa da ação jesuítica frente aos *primitivos habitantes*. Se Vitor Hugo, autor de *Desbravadores* (1959, 1998) não fora citado de forma direta, a avaliação crítica da ação jesuítica na Amazônia, esta tão presente e defendida nos dois volumes iniciais na obra do ex-padre salesiano, foi um programa de escrita claramente questionado por Medeiros.

---

[548] MEDEIROS, Edilson Lucas de. **A história da evolução sócio-política de Rondônia**. Porto Velho: Rondonforms editora e gráfica ltda, 2004, p. 139.

> A nossa preocupação é trazer a luz da interpretação histórica, uma compreensão clara da ação jesuítica junto aos primitivos habitantes de nossa terra. Entendemos a importância da ação missionária na tarefa da ocupação. Porém, negar os efeitos negativos causados por esse trabalho junto ao índio é ter, antes de tudo, o dever moral de ser sincero.
> Para melhor entendermos o que narramos, utilizamos para a nossa pesquisa, fontes as quais consideramos confiáveis. Não nos apegamos a conceitos ideológicos, mas buscamos analisar os conteúdos estudados, considerando a realidade vivida pelo índio e os efeitos causados pelo poder dominante durante o período em que se processou a ocupação da região.
> Não pretendemos nos projetar através de uma visão ou pensamento teocêntrico, muito menos, tingirmos as coisas de cores eurocêntricas, mas sim procuramos descrever os fatos envolvidos de uma visão crítica, comprometida com a realidade histórica. Daí, a nossa preocupação em narrar os fatos desprovidos de qualquer envolvimento ideológico que possa nos furtar da verdade[549]

O programa historiográfico delineado por Medeiros, no que diz respeito aos indígenas, tem premissas claras. Não almejava fornecer *interpretações teocêntrica* nem *eurocêntrica,* do que chamou de *A herança do contato.* Reassumiu o compromisso com a *realidade vivida, histórica* – já o havia feito na *Apresentação* – e para tanto, desejava fugir aos *conceitos* ou quaisquer *envolvimentos ideológicos*, que pudessem *furtá-lo* ao compromisso, reiterado uma vez mais, com a *verdade,* seu ideal primeiro. A este exercício são destinadas seis páginas. Outras referências aos indígenas estão presentes em vários momentos, no decorrer da obra, e mencionam, sobretudo, a *ferocidade* com que se colocaram no caminho do *invasor civilizado*, assumindo a condição de *entrave* à obra *civilizatória*, questão a ser explorada no próximo capítulo.

A narrativa operada em relação aos povos indígenas mostrava-se cambiante, ora se aproximando, ora se afastando deles. Menciona, por exemplo, que o nordestino, para sobreviver a realidade da *selva,* viu-se obrigado a adotar práticas, saberes e costumes indígenas. Todavia, estes são apresentados como *habitantes primitivos*, ao passo que os entrantes, os migrantes, recém-chegados e que se viam obrigados a se adaptarem ao *meio,* são ditos *invasores civilizados*.

Tal aporia, contudo, é plasmada, nuançada, se pensarmos que o argumento a estruturar a obra era o da centralidade que o *nordestino, caboclo, seringueiro,* teria na *ocupação* da Amazônia. Assim, ao se adaptar ao *meio* e aproximar-se das práticas e vivências *primitivas* dos indígenas, eles não estariam submergindo ou sendo tragados pela *selva*. Antes, estariam

---

[549] MEDEIROS, Edilson Lucas de. **A história da evolução sócio-política de Rondônia**. Porto Velho: Rondonforms editora e gráfica ltda, 2004, p. 141.

se utilizando da astúcia e da maleabilidade, da *adaptabilidade*, como forma de resistência, estratégia esta que os permitiriam sobreviver e *ocupar* a *floresta bravia*.

O despontar dos municípios de Porto Velho e Guajará Mirim para o *desenvolvimento* teve como norteador, segundo Edilson Lucas de Medeiros, o *extrativismo vegetal e mineral.* E passa, então ao inventário ou panteão dos *pioneiros:*

> O desenvolvimento da região do Guaporé contou com a ação empreendedora de alguns homens que se notabilizaram pelo espírito aventureiro e arrojado, capaz de mudar os destinos econômico e social naquela.
> Entre os homens que marcaram a história do Guaporé, citamos o Sr. "*Balbino A. Maciel*". Esse homem arrojado e destemido. Tornou-se um dos maiores produtores de borracha da região. Balbino explorou o vale do Guaporé, comercializando a sua produção com os ingleses na cidade Corumbá, no Mato Grosso. Substituiu os arcos a remo que singravam as águas do Guaporé por embarcações modernas, movidas a motores. Esse pioneiro teve a brilhante idéia de levar tartarugas da praia do Tamanduá, situada no baixo Madeira para o vale do Guaporé, onde se reproduziram em larga escala, tornando a região do vale do Guaporé numa das mais ricas em quelônios anfíbios do nosso Estado[550]

Se coube aos seringueiros e seringalistas a *ocupação* que possibilitaria territorializar a espacialidade, por sua vez, teriam sido as construções da ferrovia Madeira-Mamoré e da linha telegráfica, os dois eventos que do "ponto de vista econômico e histórico"[551], teriam sido "os propulsores para o desenvolvimento e criação do Território Federal do Guaporé nesta região do atual Estado de Rondônia"[552]. No caso da linha telegráfica, erigida sob o comando de Rondon, ela teria servido de base, fornecido o traçado à construção da BR-364: "foi o principal caminho que durante muito tempo, ligar a região da bacia do rio Ji-Paraná, Porto Velho e Vilhena ao Centro-Sul do Brasil"[553]

Depois de historiar a atuação de vários *pioneiros* na atividade extrativa da cassiterita, o autor faz homenagem geral aqueles que mesmo *anônimos, desconhecidos,* contribuíram, foram decisivos ao *desenvolvimento* de Rondônia:

> **HOMENAGEM AOS HERÓIS DESCONHECIDOS**
> Em homenagem a todos aqueles que, de maneira simples e honrada como o Sr. Alexandre sacrificaram-se obstinadamente e fizeram de suas vidas em terra de Rondônia uma verdadeira bandeira de luta. A esses heróis que

[550] MEDEIROS, Edilson Lucas de. **A história da evolução sócio-política de Rondônia**. Porto Velho: Rondonforms editora e gráfica ltda, 2004, p. 155.

[551] Ibidem, p. 160.

[552] Ibidem, loc. cit.

[553] Ibidem, loc. cit.

> tiveram uma participação importantíssima no engrandecimento de Rondônia, registramos aqui as nossas singelas homenagens. Que fique registrada a história que há muito, ficara oculta no arquivo da memória desses simples desbravadores.
> Os livros de história quase nada falam dos seringueiros, mateiros, caucheiros e garimpeiros, na verdade, a nobreza palaciana do nosso Estado, desconhece as lutas dos que verdadeiramente construíram esse Estado, até por que, seus verdadeiros propósitos, sempre estiveram e continuam divorciados da realidade histórica do nosso povo[554]

Este projeto de restituição da *verdade* foi continuado, com maior ênfase, em *Seringueiro, o desbravador da Amazônia*. Nesta obra, a despeito de certo lamento pelos conflitos travados com povos indígenas, a perspectiva assumida se aproxima de uma espécie de *guerra justa*, posto que a *consolidação ocupacional* – o que remete ao argumento do primeiro livro, qual seja *História da evolução sócio-política de Rondônia* – daquela espacialidade, só ter-se-ia dado, por obra da ação destemida dos seringueiros:

> O primeiro e segundo ciclos da borracha, do extrativismo do látex, foi a principal atividade que propiciou a consolidação, do processo ocupacional da Amazônia. O seringueiro foi o verdadeiro desbravador e herói anônimo, que consciente, ou involuntariamente, sem temer as leis e os perigos da natureza, adentrou a floresta amazônica e consolidou o processo ocupacional[555]

E arremata:

> A história do seringueiro precisa ser estudada, considerando o conteúdo do ponto de vista histórico, ético e principalmente como um ato de justiça que deve ser reconhecido. O homem que veio para à Amazônia como o objetivo de exercer a função de extrator, precisa ser considerado como um verdadeiro herói[556]

Traçava perfil dos seringalistas como *coronéis, barões*, uma imitação do que havia sido os *senhores de engenho* no período colonial, destacadamente, na economia açucareira. Eram os *coronéis de barranco*. E como a narrativa histórica era vista sob perspectiva de um ato ético, direcionado à *justiça*, de um acerto de contas com o passado, na restituição ou o

---

[554] MEDEIROS, Edilson Lucas de. **A história da evolução sócio-política de Rondônia**. Porto Velho: Rondonforms editora e gráfica ltda, 2004, p. 193.

[555] MEDEIROS, Edilson Lucas de. **Seringueiro** – O desbravador da Amazônia. Porto Velho: Editora Gráfica Rondoforms ind. Ltda., 2010, p.17.

[556] Ibidem, loc. cit.

restabelecimento da *verdade*, o autor comentava que em se tratando dos seringalistas, muitas informações poderiam ser encontradas nos periódicos da época, ao passo que a respeito dos seringueiros, imperava a lei do silêncio quase absoluto. Reiterava a crença na história como mecanismo de luta contra as injustiças, os esquecimentos, os apagamentos.

> A imprensa escrita (jornais) da época das cidades de Belém, Manaus e Porto Velho, comentavam com muito alardeiamento sobre os seringalistas. Os jornais da cidade de Porto Velho, constantemente publicavam informações constando nomes como: Otávio dos Reis, Barauna, Dr. Martins, Raimundo Ferreira dos Santos, Alder, Cantanheide, Isaias de Miranda, Joaquim Pereira da Rocha, Valmar Meira, Barros, Paiva e outros. Porém falando de seringueiros, quase nada foi escrito, daí a nossa preocupação em demonstrar através deste trabalho, informações caracterizando, mostrando a participação do homem nordestino, quando no exercício da atividade extrativista da borracha. A nossa preocupação é evitar que o tempo apague da história as informações de participação deste personagem. A nossa inquietação é de evitar que o reconhecimento a esse homem desbravador, seja excluído, apagado da nossa memória, sem que a sociedade saiba da sua importância no papel ocupacional[557]

Além do contraponto estabelecido entre seringueiros e seringalistas, as alteridades construídas por sua narrativa atendem a outro duplo comando. De um lado, os povos indígenas, do outro, a *natureza.* Ambos ocupam o lugar de *entrave, empecilho*. Ao tratar da *floresta*, recorreu ao *imaginário* do lugar *inóspito*, *selvagem* e desprovido da *exploração humana*, para reforçar a importância da presença e da empreitada *ocupacional*, levadas a termo pelo *nordestino seringueiro*.

> A floresta Amazônica é um enigma indecifrável. A Amazônia é um cenário onde o homem é mais um intruso indesejável, e nesse palco de múltiplas faces, o homem é mais um estranho, que para viver, neste oceano verde necessita aprender muitos segredos. A selva Amazônica despojada pela exploração do homem, transforma-se, reage, e se torna um ambiente agressivo e estéril. Daí consideramos que a vida em plena floresta Amazônica, proporcionava ao homem um conjunto de hábitos e costumes, e o uso de uma linguagem impregnada de vocábulos amazônicos florestal que eram usados por aquela sociedade[558]

Incluiu na obra o depoimento de José Ferreira de Medeiros, seu pai, a contextualizar a saída, em 1946, de Ceará Mirim/RN, para Manaus/AM, onde trabalhou em serraria. Dois anos

---

[557] MEDEIROS, Edilson Lucas de. **Seringueiro** – O desbravador da Amazônia. Porto Velho: Editora Gráfica Rondoforms ind. Ltda., 2010, p. 28.

[558] Ibidem, p. 84.

passados, deslocou-se com a família ao Território do Guaporé. Lá, fez contato com o seringalista Afonso José dos Santos, dono do seringal Canarana.

Ao deslocar-se a área onde iria trabalhar como seringueiro, numa viagem que levaria três dias, junto com a esposa e dois filhos pequenos, José F. de Medeiros contava os desafios enfrentados ao deslocar-se para o interior da *floresta*, o contato com indígenas, o cansaço, a alimentação parca e deficitária e as memórias das memórias trazidas à baila: já tinha ouvido falar desse lugar onde habitavam indígenas.

> Depois de vários dias, a realidade já havia colocado-me ciente de que havia se iniciado em minha vida uma etapa de sofrimento, eu e minha mulher e dois filhos passamos a ser perturbados, picados por piúns, borrachudos. As passagens de cachoeiras e corredeiras, a floresta, os animais ao longo das margens do rio Jamarí, nos assustavam. A alimentação servida na embarcação, constava de: feijão, arroz, charque, pirarucu e conserva. As crianças a partir do segundo dia, passaram a sofrer com diarréia e vômito. No transcorrer da viagem, além do sofrimento, alguns nomes, fatos e acontecimentos ficaram marcados em minha memória. Nomes como Ariquemes, São Pedro, Nova Vida, Monte Cristo, os Calvados etc. Um dos acontecimentos que marcou e chamou minha atenção, foi quando a embarcação aportou em um local, não lembro o nome, mas recordo como se fosse ontem que ao subir o barranco em busca de algo para os meus filhos, deparei-me com vários índios, que encontravam-se espalhados nas sobras[559] das mangueiras e laranjeiras ali existentes.
>
> Lembro-me que fiquei aturdido e surpreendido ao encontrar, homens, mulheres e crianças, todas despidas sentadas e deitadas. As redes armadas nas árvores e os índios deitados embalavam-se tranquilamente. Daí recordei-me que, quando eu encontrava-me ainda no nordeste, ouvi uma pessoa em um certo dia falando que havia estado no Amazonas, e que encontrou índios quando andava pela floresta. Agora eu estava pela primeira vez diante de uma realidade jamais esperada, muito menos pensada. Temeroso, aproximei-me de um senhor não índio e perguntei, eles não fazem nada com os brancos civilizados? O homem me olhou sorrindo e disse: não, são índios mansos[560]

Depois de relatar mais dificuldades, privações e *tormentas* vivenciadas, seu pai conclui:

> Além de todas essas tormentas, seis meses depois que eu me encontrava no seringal Canarana, os índios atacaram a casa de um seringueiro de nome Nonato, enquanto o homem estava colhendo látex das seringueiras, e mataram a sua esposa que estava gestante e um filho de apenas três anos de idade. Os dias que vivemos no seringal Canarana, foram amargos. A caça e o peixe havia em abundância, mais além da ameaça de que os índios podiam atacar os seringueiros, faltava mercadorias para alimentação, medicamentos e até munição para carregar as armas que os seringueiros usavam para abater

[559] Pelo contexto do relato, provavelmente trata-se de "sombras" e não de "sobras".

[560] MEDEIROS, José Ferreira de MEDEIROS. In Edilson Lucas de. **Seringueiro** – O desbravador da Amazônia. Porto Velho: Editora Gráfica Rondoforms ind. Ltda., 2010, p. 48.

> animais para a sua alimentação. Diante de tantas dificuldades, dois anos depois deixamos o seringal Canarana, tendo ali perdido um filho que faleceu após um ano de idade. No seringal Canarana aprendi a viver no mato e também virei seringueiro manso[561] e em seguida mudei-me para o seringal Ouro Negro de propriedade do Senhor Raimundo Martins sendo que depois transferi-me para o seringal do Senhor Raimundo Ferreira dos Santos, onde trabalhei até 1966 como seringueiro[562]

O seringal situava-se na espacialidade que depois tornar-se-ia o município de Jaru. Realizava inventário das *dificuldades insuportáveis*, enfrentadas por todos que ali residiam. "Para aumentar o meu desespero havia alí tanto piúm e borrachudo, que em poucos dias as crianças estavam cheias de feridas, procedentes das picadas dos mosquitos"[563].

Na imensidão da *selva*, se enfrentava dificuldades diversas: alimentação precária, doenças, ausência de hospitais e postos de saúde, sem medicamentos e tinham ainda de resistir aos animais minúsculos, como formigas e mosquitos – que além das incômodas e persistentes picadas, eram vetores de endemias –, desafio mais difícil de transpassar que os perigos representados por serpentes, jacarés e onças. A isso se somavam ameaças, por vezes efetivadas, de *ataques de índios*, a exemplo do que relatara o sr. José Ferreira de Medeiros.

> Havia três coisas que assustavam o homem recém chegado ao seringal, a onça pintada, perder-se na floresta e não saber retornar para casa onde morava e o ataque de índio. No seringal, em que não havia a presença do índio, para atacar os seringueiros, já representava uma certa segurança e tranquilidade para a população, principalmente para o homem inexperiente que havia chegado ao seringal[564]

Na luta pela sobrevivência, a disputa pelo espaço colocava indígenas e seringueiros na situação de algozes recíprocos, o *homem lobo do homem*[565], expressão popularizada por Thomas Hobbes em *Leviatã*, sua obra mais conhecida.

O relato sobre a experiência dos seringueiros na Amazônia, era colocado no âmbito de um acerto de contas com o passado, um ato de justiça. Sem *corporativismo* ou *regionalismo*, pondera, esse exercício de representação escrita do passado, seria, antes, um justo e necessário

---

[561] *Manso* era a denominação dada ao seringueiro que havia adquirido a prática na lida do seringal, ao passo o inexperiente, recém-chegado ao barracão, era chamado de *brabo.*

[562] MEDEIROS, Edilson Lucas de. **Seringueiro** – O desbravador da Amazônia. Porto Velho: Editora Gráfica Rondoforms ind. Ltda., 2010, p. 51.

[563] Ibidem, p. 49

[564] Ibidem, p. 51.

[565] Segundo Rebeca Fuks (2019), doutora em estudos da cultura, a frase seria do dramaturgo romano Titus Maccius Plautus (254-184 a.C.), em *A comédia dos burros* ou *Comédia do Asno.*

"resgate da história de luta de brasileiros anônimos e humildes que foram esquecidos pela pátria-mãe"[566]. A escrita da história, quando realizada com apego ético à verdade, sugeria Medeiros, poderia fazer *justiça*, reabilitando a trajetória de luta dos filhos-heróis esquecidos pela pátria.

Conforme Edilson Lucas de Medeiro, o seringueiro, oriundo do Nordeste, fora movido, "ludibriado" pela propaganda do estado brasileiro (governo de Vargas) frente aos *Acordos de Washington*. Como as possibilidades de retorno à terra natal eram escassas, quase inexistentes, estes *heróis anônimos* teriam adotado a imensidão da floresta como nova casa, *entrelaçando-se a natureza*[567]

Este nordestino, futuro seringueiro, assume na narrativa tecida, os traços de uma existência camaleônica, marcada pela metamorfose. Renunciara à *civilização* e na floresta, escamoteara-se, adaptara-se à vida *selvagem*. Era *domado* pelo *meio*, para poder *ocupá-lo*, pois ele poderia ser "fonte permanente de recursos naturais, desde que o homem respeitasse as leis da natureza e não ocorresse o desmatamento, o assoreamento e a poluição dos mananciais hídricos"[568]

A exemplo dos *bandeirantes* de outrora, a ação destemida e bravia dos nordestinos operava o *desbravamento*, levava à *ocupação* e alargava, deslocava as *fronteiras*, tornando a *pátria-mãe* ainda maior. A despeito da *brutalidade*, do jeito *bronco*, arredio, era o seringueiro quem, por meio da renúncia e sacrifícios pessoais, dava continuidade ao projeto de uma nação *gigante*. Não bastassem todos esses qualificativos e credenciais, Medeiros acrescentava ao percurso a agenda ambiental, preservacionista, que só entraria na pauta e nos argumentos em prol dos movimentos de seringueiros, a partir de meados da década de 1980, quando em aliança estratégica com povos indígenas, promoveram os chamados *empates*[569], por meio dos quais, faziam frente a ofensiva de grandes agropecuários na Amazônia.

---

[566] MEDEIROS, Edilson Lucas de. **Seringueiro** – O desbravador da Amazônia. Porto Velho: Editora Gráfica Rondoforms ind. Ltda., 2010, p.17.

[567] Ibidem, p.18.

[568] Ibidem, p.19.

[569] Seringueiros, seringueiras e indígenas uniam-se e formavam correntes humanas em torno das árvores que seriam derrubadas. Assim, eles as abraçavam e sem violência, tentavam resistir e conter o quanto podiam, a força dos motosserradores, que estavam a serviço de grandes ruralistas e/ou pecuaristas na região. Para acessar relato a respeito dessas estratégias, cf.: MENDES In: GRZYBOWSKI, 1989.

Qual seja, esse *homem analfabeto* e *ignorante*, realizara toda esta obra em harmonia e respeito à *natureza*. Esta, apesar de ser constantemente descrita como *infernal* e empecilho ao *desenvolvimento*, era agora idealizada sob a perspectiva de um convívio que desde o início, teria sido marcado pela conformidade, pela sintonia e pelo respeito às *leis naturais*, apesar dos reclames reiterados sobre o desafio de sobreviver na e a *floresta selvagem*.

Os anos que separam o Medeiros escritor do Medeiros seringalista, talvez ocupem papel importante nesse deslocamento, que plasma, romantiza e confere sentidos outros às experiências pregressas. A exemplo do que ele mesmo ponderou na introdução, às vezes, à memória pode mostrar-se traiçoeira e plantar armadilhas ao exercício historiográfico. A perspectiva do *seringueiro ambientalista*[570] era reiterada em vários momentos no decorrer da obra:

> O homem após se transformar em um seringueiro "manso", já que havia assimilado (aprendia os segredos da floresta e inserindo-se ao meio ambiente, passando a viver uma relação harmoniosa de interpendência. Essa relação tinha uma interpretação ecológica que proporcionava entre as partes, uma ordem de respeito, onde o homem era submetido a professar hábitos, crenças, costumes e aprendendo a respeitar as leis naturais. Nesse processo, o homem assimilou, criou, transformou e afeiçoou-se a uma linguagem e a um conjunto de hábitos constituídos de elementos provenientes do meio da floresta[571]

Na *ocupação* da Amazônia, o nordestino teria se habituado a clima distinto de onde viera, este marcado pelas secas constantes, que devido a irregularidade das chuvas e a consequente escassez de água, tinham suas colheitas, animais de pasto e a própria existência, sacrificadas. Ao se deslocarem à Amazônia e por meio do extrativismo da borracha, teriam colocado esta espacialidade no mapa econômico do mundo e em concomitância, desenvolvido relação pacífica e de respeito ao ambiente.

Edilson Lucas de Medeiros escreve em 2010 e a despeito das relações *sustentáveis* estabelecidas na exploração da borracha como atividade econômica, este olhar positivo, valorativo dessa convivência e experiência, foi construído, sobretudo, depois que as discussões a respeito da preservação ambiental ganharam fôlego e com ela, a ideia de que a

---

[570] A proposta aqui foge a perspectiva de negar esse convívio harmonioso com o *meio*. A ideia é compreender como a agenda ambientalista foi recuada nessa narrativa e apresentada como fator de legitimação, que ressaltava e conferia especial destaque as estratégias de sobrevivência dos seringueiros na Amazônia.

[571] MEDEIROS, Edilson Lucas de. **Seringueiro** – O desbravador da Amazônia. Porto Velho: Editora Gráfica Rondoforms ind. Ltda., 2010, p. 22. Depois, para reforçar o argumento, retoma a conhecida formulação de Euclides da Cunha, para quem o *sertanejo era antes de tudo um forte.*

Amazônia seria o *pulmão do mundo*. Tese depois contestada, ainda que ela seja o seu próprio *pulmão.* Qual seja, sua importância pode ser concebida a partir da diversidade e do respeito às vidas que nela estabeleceram morada e não somente porque o "mundo" que a cerca, que se situa *fora*, dependeria mais ou menos dela. Sua preservação seria importante porque põe em risco os ecossistemas nela presentes, independente da maneira como a supressão e destruição deles pode afetar aqueles que estão *fora*.

O que era entendido por alguns, exemplos de Alberto Rangel e Euclides da Cunha, como concessão e impossibilidade de *transformar*, *domar* efetivamente a *natureza*, era compreendido por Edilson Lucas de Medeiros sob ótica distinta. Este enxergava ali o estabelecer-se de relação *harmoniosa*, que inclusive, já aliava *desenvolvimento* e respeito à preservação, algo para o qual só muito depois, a sociedade dita *moderna*, viria despertar.

Assim, o que fora de início percebido como estratégia de sobrevivência frente a um mundo *inóspito* e *desconhecido*, passava a ser visto sob a ótica da inventividade respeitosa, amistosa, de uma consciência sensível às *leis naturais*. Criara uma outra forma de *pioneirismo.* O resultado da equação, dos deslocamentos operados, era que fosse como resistência; fosse como atino, inventividade, inteligência e respeito ao *ambiente*, o *seringalista* se sobressaía como *desbravador*[572].

Chama atenção a inversão argumentativa operada: se parte dos que reconheciam a luta e as privações dos seringueiros frente a *selva* – a exemplo de Euclides da Cunha[573], e até mesmo Alberto Rangel[574], cuja percepção, marcada por elementos racialistas, tendia a ser mais pessimista em relação aos *caboclos* –, reclamavam do fato de que ali, o homem era moldado pelo *meio* e tornara-se *nômade*, em detrimento de *domá-lo* e constituir núcleos populacionais duradouros, conforme esperavam; Edilson Lucas de Medeiros parte da valoração, da afirmação da luta dos seringueiros contra às adversidades do *meio*, na lida contra a *floresta selvagem*, para afirmar que desde longa data, fora exatamente a capacidade de adaptar-se à ela, o elemento que lhes teria permitido *ocupá-la*. Teriam agido entre a astúcia

[572] Ao tecer estas considerações, nos foge a intenção de questionar ou negar aos seringueiros, o desenvolvimento de relações e práticas com o *meio*, que depois seriam qualificadas de *modos de vida sustentáveis*, tal como discutimos brevemente no capítulo anterior, ao tratar das populações ribeirinhas, dos ditos *povos da floresta*. A ideia é antes compreender como a organização e construção de narrativas sobre o passado, envolve a historicidade do vivido, das dos embates e debates postos na arena social.

[573] Cf.: CUNHA, Euclides [1905-1909]. **Um paraíso perdido**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

[574] Cf. RANGEL, Alberto [1908]. **Inferno verde**: cenas e cenários do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2008. Ainda sobre esta e a nota anterior, conferir discussão realizada no primeiro capítulo deste trabalho. Essa discussão cabe lembrar, foi realizada no primeiro capítulo.

e a tática, para sobreviver e sobreporem-se as *leis naturais*. Seriam, portanto, os *principais* ou *verdadeiros desbravadores*, aqueles que chantaram os marcos iniciais, que permitiram sua posterior *colonização*, tal qual sugere sua obra, desde o título.

Do *vazio amazônico* à *ocupação cosmopolita.* De *inferno verde*[575]e *paraíso perdido*[576], isolado entre rios caudalosos, perigosos e a *solidão da selva*; à região *produtora e geradora de capital e importadora e consumidora.* O extrativismo, percebido geralmente como atividade arredia à criação de núcleos urbanos, pois seria marcada pelo trânsito, pelo deslocamento, pelo *nomadismo* constante do homem na floresta, o que impossibilitaria o desenvolvimento de práticas sedentárias, é dado a ler e ver por Medeiros como um *espaço praticado*, mapeado, cartografado pela ação humana que ali se desenhava.

"Todo relato", conforme ponderou Michel de Certeau, "é um relato de viagem – uma prática de espaço" (CERTEAU [1990] 2014, p. 183). Quando percebidas a luz das escrituras de Euclides da Cunha e Alberto Rangel, por exemplo, as narrativas de Edilson Lucas de Medeiros, Amizael Gomes da Silva ou Teófilo Lourenço de Lima, se mostravam divergentes a respeito da *ocupação* amazônica.

Entre umas e outras, se interpunham questões que ultrapassavam a diferença temporal de quase um século que as separavam. Estavam marcadas pela presença de *regimes historiográficos* (NICOLAZZI, 2017), projetos de poder e experiências distintas. A despeito dos *imaginários* reatualizados sobre o *meio*, se deslocara, sensivelmente, a percepção a respeito dos agentes *civilizatórios*, isso mesmo quando comparadas aos escritos de Euclides da Cunha e as maneiras por vezes compadecidas, por vezes admiradas como este se remetia ao seringueiro nordestino, que *bravamente resistia* aquele outro *sertão*, a Amazônia.

Qual seja, o reclame de Cunha era que ali, a ação humana não conseguia suplantar a força da *natureza*, *civilizar* o espaço, ainda que reconhecesse a luta de *homens destemidos* que resistiam ao *inóspito* do *meio.* Para escritores como Edilson Lucas de Medeiros ou Teófilo Lourenço de Lima, a ação desses seringueiros, tanto *ocupara* quanto lançara bases para a *formação* da espacialidade.

As narrativas de *seringueiros* que ora se apresentam como *desbravadores* e *pioneiros* amazônicos, mesmo quando retroagem à experiências passadas e reatualizam tópicas comuns a determinada maneira de contar, de organizar, de *representar* o passado em narrativa, não

[575] RANGEL, Alberto [1908]. **Inferno verde**: cenas e cenários do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2008.

[576] CUNHA, Euclides [1905-1909]. **Um paraíso perdido**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

deixam de apresentar, em larga medida, a historicidade de suas produções, dos debates e embates travados em sociedade.

Conforme percebemos, esses narradores tinham clara percepção sobre como se deveria escrever a história: obedecendo, descrevendo, dizendo a *verdade dos fatos*[577]. E como se operava tal procedimento? Em larga medida, trazendo a cena o relato da experiência vivida. Eles ocupavam o duplo lugar: testemunhas, e exatamente por isso, legitimados a contar as venturas e desventuras da vida nos seringais. Sim, a pesquisa era importante. Ir aos arquivos continuava a ser tarefa imprescindível, a exemplo de fazer a crítica aos documentos. Não se descartava os procedimentos que diziam respeito ao *método.* Mas a narrativa se tornaria mais rica e *verdadeira*, argumentavam, quando permeada pelo vivido. *Eu vi com os meus próprios olhos*. *Eu mesmo testemunhei* ou ouvi de testemunhas *o relato que ora faço*, pareciam reforçar.

Ao recorrer a *autópsia* (HARTOG, [1980] 2014; [2005] 2013), essas narrativas compreendem que se tornariam mais críveis e fiéis aos fatos aos quais se remetem. Tratam-se de relatos, sustentam, de quem *viu* e *viveu* e por isso mesmo, portadores de um saber autorizado. Depreende-se dessas narrativas que esse *compromisso sincero de verdade*, seria garantido com maior acuidade e propriedade por quem narra o que *ouviu*, *viu* e/ou *viveu*.

Estes carregariam assim na memória dos corpos, nas próprias trajetórias, as marcas de vidas que precisavam ser ditas, para evitar, seja o esquecimento, seja o falseamento ou a deturpação da experiência contada. Escrever a história corresponderia a um ato-programa, sob o compromisso de expressar a *verdade* para atingir a *justiça*.

Não é que as *outras* histórias fossem ou sejam de todo falseadas ou descompromissadas. Tratar-se-ia de uma espécie de gradação, de quem estaria melhor habilitado e disporia dos recursos necessários a tal *operação*, ao ponto de não confundir o *interesse de verdade*, que poderia ser comum a todo narrador; com a *verdade dos fatos*, esta última, alheia às intenções mais imediatas e comezinhas, nem sempre confessadas pelo historiador.

A diversidade das narrativas que retomam ao tema da *formação* de Rondônia assume a forma e o conteúdo de *crônicas de fundação*. Ou a energia, o artifício, a engenhosidade humana dispendidas na construção de *pontes* a ligar lugar algum a nenhum lugar... até que

[577] Na esteira das provocações de Claude Calame, ainda que com alguns deslocamentos, Fernando Nicolazzi (2017, p. 26-28) pondera se os *regimes de historiográficos* não implicariam, a seu modo, em *regimes de verdade*. Talvez fosse exercício válido levar a provocação adiante.

fosse vencido, habitado e cultivado o espaço de onde se relatava *terror*, *selvageria* e o *vazio demográficos*.

Conforme temos percebido no decorrer desta pesquisa, a demanda por estradas fluviais, carroçáveis, linhas telegráficas, ferrovias, rodovias indicavam a busca por expansão e os reclames por maior circulação e apropriação, domínio do espaço, sua transformação em território, por aqueles que vinham de fora, sempre encarregados da missão *cristianizadora*, depois *civilizatória*, depois *modernizadora*.

A disputa pela *primazia* ou as narrativas reiteradas de *formação*, entre os que se arvoram a condição de *desbravadores*, *pioneiros* e *novos bandeirantes*, mas do que disputa e negação à trajetórias anteriores, afirmam e confirmam a busca pela inscrição num determinado *imaginário*, que conta as agruras de vencer o *desconhecido*, o *selvagem*, a força inabitual do *vazio* e *civilizar o meio*, fundar, construir a *modernidade na selva*. Tratavam-se, portanto, de narrativas construídas a partir de relatos e experiências pregressas e que serviam à projeções e sonhos do futuro, estruturadas sobre a força e a presença quase onisciente e onipotente da ideia de *progresso* (KOSELLECK, [1979] 2006).

Compreender o lugar que a historicidade, que os *regimes historiográficos* ocupam na escrita historiográfica, no fazer histórico sobre a Amazônia contribui à identificação e ao entendimento dos lastros de continuidades, que marcam o *imaginário* e reatualizam *culturas políticas* (BERSTEIN, 1998; 2009) nos projetos e percepções construídas para e sobre essa espacialidade.

Tal operação torna evidente como conteúdos e formas, mesmo cambiantes, de dizer e representar o passado carregam consigo elementos que os tornam, em larga medida, arquétipos e costumam ser replicados nas maneiras de ver, pensar e projetar políticas públicas, projetos de *integração* e *desenvolvimento* para a Amazônia, desde longa data.

As narrativas contadas por agentes e sujeitos diversos, que se apresentam como *novos bandeirantes*, *destemidos pioneiros*, tal como recortadas e reatadas pela problemática desta tese, evidenciam a pluralidade e a historicidade dessas experiências. Mas também o lastro comum que nelas, inegável e invariavelmente se apresentam. A luta por fundar e reafirmar o lugar da *civilização* e do encontro com o *progresso*, parecem alimentar a força *mítica* dessas narrativas, constantemente revisitadas, recontadas.

Nelas, a força, a coragem, o destemido dos grandes atos, comuns ao destino dos *heróis*, mesmo quando ditos *anônimos*, tomam para si o *peso da missão* e partem ao *desconhecido*, para vencer seus medos, construir seus sonhos. Muitos pereceram pelo caminho, na luta para dar conta do desafio que lhes fora imposto ou assumido como projeto

de vida. Mas ali, desfalecer em luta não desqualificaria o vencido. Antes, tornava a empreitada ainda mais gigantesca, heroica. São narrativas de homens e mulheres que enfrentaram a *selva bravia* e todos os perigos a ela inerentes. Lutar, perecer ou resistir a tudo isso foi dito a marca, o fazer mítico, o sacrifício sobre-humano desses sujeitos.

É no intuito de compreender essas formas de dizer, de contar, de narrar essas experiências, suas *verdades*, seus silêncios e silenciamentos, sua poética, suas ambivalências, uma das operações que se colocaram como meta na trajetória de escrita desta outra narrativa, que ora se apresenta. Talvez não tão *outra* assim, em termos de *alteridade*, posto que ao seu modo, esta tese é também filha e devedora da historiografia da *civilização e* do *progresso*, que tem marcado a forma *moderna* de contar a história.

Portanto, a tentativa de compreender as *narrativas* aqui esboçadas está também, ela mesma, marcada de maneira indelével por isso que nos tornamos, por essa forma de organizar a experiência do tempo. A seu modo, esta é, literalmente, outra *narrativa de fundação*, reescrita se que soma a outras tantas aqui apresentadas e discutidas.

No próximo capítulo, veremos como essas narrativas, construídas por sujeitos em lugares sociais diversos, representam os povos indígenas, ora como *entrave* a obra *civilizadora*, ora promovendo silenciamentos que apagam, seja a história dos conflitos interpostos no percurso, narrado como *ocupação* e *integração* dos *vazios amazônicos*, seja a própria existência desses povos.

6: A POLIFONIA DAS VOZES QUE SILENCIAM: POVOS INDÍGENAS COMO O *OUTRO*, ENTRE O *ENTRAVE*, A *INTEGRAÇÃO* E A *CIVILIZAÇÃO*

Nas narrativas[578] concernentes a *formação* de Rondônia, o lugar nelas ocupado pelos povos indígenas é bastante cambiante. Ao mesmo tempo em que são, geralmente, dados por *primeiros habitantes*, e se busca estabelecer, a partir deles, determinada continuidade histórica, a qual remontaria a cerca de cinco séculos, quando do dito *descobrimento do Brasil*, a espacialidade costuma ser dita ou percebida como *efetivamente fundada*, somente depois da presença *colonizadora* "branca", ainda que haja disputas pela demarcação desse marco, conforme temos percebido.

Em algumas situações, os indígenas são apresentados como *povos primitivos*, que precisariam ceder passagem à *civilização* e ao *progresso*, vistos por integrantes do *mundo natural*[579], os quais, a exemplo da *natureza bravia*, deveriam ser *domados* ou *integrados* à sociedade *moderna*. A estas percepções, somam-se aquelas que os dizem *entrave* à obra *colonizadora*.

Pensar os indígenas como parte da *natureza*, situados entre os reinos vegetal e animal (*selvagem, irracional*), corresponderia, em larga medida, a percebê-los, como *vazios*, desprovidos de história e assim, poderiam ser *preenchidos*: pela *fé*, pela *lei*, pela *cultura*, pela *civilização*. Atrelá-los ao mundo natural, corresponderia a questionar-lhes ou negava-lhes a humanidade.

Noutras, sobretudo nas narrativas ensejadas por migrantes mais recentes, na mesorregião do leste rondoniense, são parcamente mencionados, imperando, por vezes, o silêncio – ou o silenciamento –, a respeito das relações e dos conflitos mantidos com esses povos, no que chamam de *colonização efetiva* de Rondônia.

---

[578] Aqui nos remetemos às fontes as quais temos recorrido, sobretudo, a partir do segundo capítulo, qual seja, periódicas (revistas) e bibliográficas (livros).

[579] Devo parte destas considerações ao antropólogo Eduardo Viveiros de Castro. Neste, além das provocações apresentadas, sobretudo no capítulo *O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem*, cabe atentar à nota 2, do referido capítulo, na qual cita Anne-Christine Taylor (1984) e a observação, segundo a qual, "a naturalização dos índios da América tropical fez-se sobretudo em termos do reino vegetal" (TAYLOR apud CASTRO, ([1993] 2002, p. 185). Qual seja, obedecia a estratégia de colocar os indígenas como parte do mundo vegetal a ser *domado*, posto que estariam fora da *racionalidade* humana. Castro cita a maneira como tal estratégia habitou e permaneceu no *imaginário* brasileiro, ao longo do tempo, ao trazer à tona, comparação feita por Gilberto Freyre, em *Casa grande e senzala*, entre a *resistência mineral* do Inca Azteca e a *pura sensibilidade ou contratilidade vegetal* dos *nossos* indígenas.

Outra questão relevante, é que mesmo quando algumas dessas publicações, colocam as populações indígenas em lugar de destaque – qual seja, se referem a elas como *pioneiras* –, a escolha por essa tópica, por essa forma de narrar a experiência desses povos, não foge totalmente a *alteridade* negativa, que tende a vê-los como os *outros*, posto que não são eleitos a partir das próprias realizações e narrativas que fazem de *si mesmos*, nem de suas cosmovisões; mas de como o *outro*, estrangeiro a eles, os interpreta.

Assim, a importância a eles atribuída, costuma variar conforme a "complexidade" de suas realizações materiais, lidas sobre a ideia de *avanços*, numa escala que, curiosamente, percebe-os mais *avançados* quanto mais se aproximam de *nós*; e menos, quanto mais se distanciam e se mostram *arredios*, *resistentes* e pouco empáticos a aceitarem a *missão salvacionista* e *civilizatória*, que "empreendemos", desde longa data, para salvá-los de *si mesmos*.

A exemplo da *natureza*, que precisava ser *domada*, os indígenas têm sido ditos, percebidos, verbalizados como o *outro* a ser *civilizado, integrado, assimilado*. Mas ao fazê-lo, reclamar-se-á ele, depois, determinada *originalidade*, para que possa ter a cidadania reconhecida. E como estaria *descaracterizado*, já não seria *índio.*

Nossa incursão por essas narrativas de *formação* e *civilização*, de *dentro* e de *fora* de Rondônia, sobre os povos indígenas – parte delas até fazem referência empáticas e até se pretendem em defesa deles –, é menos no sentido de atuar como vigilantes ou cicerones da *má história*, ou de como a *boa* narrativa deveria ser praticada, particularmente no tocante aos indígenas; e mais para convidar a pensar a respeito da força que a *colonialidade* e a *alteridade* (HARTOG, [1980] 2014) continuam a exercer nas maneiras de ver e dizer o *outro*; mesmo quando eivadas das mais nobres e belas intenções. É antes um convite à reflexão sobre os limites de nossos *programas historiográficos*, de maneira a pensarmos a respeito daquilo que fazemos, quando escrevemos história; e menos uma *denúncia* das operações supostamente mal realizadas.

Também nos foge a intenção fazer o que se convencionou chamar de *história indígena*, pondera-se. Antes, a proposta é refletir sobre como temos visto, dito e narrado *nossos encontros* com esses povos. E na escritura que ora se apresenta, não estamos alheios aos vícios da naturalização. Inclusive, operamos, também, por limitações diversas, generalizações constantes ao longo desta narrativa, ao tratá-los, por exemplo, de maneira reiterada, pelo termo genérico "indígenas", quando deveríamos nomeá-los em sua diversidade, respeitando-lhes as singularidades.

Na década de 1960 e na esteira das críticas de Lévi-Strauss à concepção moderna de *progresso*, o *selvagem*, segundo François Hartog, *entrou na moda* ([2003] 2013, p. 147). Falava-se no *pensamento selvagem*, retomava-se ou problematizava-se o *pensamento mítico* e numa referência direta do historiador francês a Pierre Clastres, tratou-se de como o *selvagem* foi posto em *oposição* ao *estado*, à ideia de *civilização.*

Afinal de contas, no saldo das oportunidades e mazelas trazidas pela dita *modernidade*, depois dos *colonialismos* – cuja força se mantém na *colonialidade* do *saber* e do *poder* –, duas Guerras Mundiais, nazismo, fascismos, ditaduras, entre outras experiências trágicas e traumáticas, talvez coubesse indagar: o que significa ser *moderno*? Quem era *civilizado*? Conforme se percebe, o tema é bastante provocativo e espinhoso, difícil de ser enfrentado e não há saídas fácies, ainda que seja possível, contudo, ponderar sobre nossas entradas na temática. É este o exercício tentado neste capítulo[580].

6.1: Missionários da *civilização* e suas visões sobre os indígenas

Era 1959 e Vitor Hugo publicava os dois tomos de seus *Desbravadores*, que quatro décadas depois, em 1998, ganharia um terceiro volume. Entre os primeiros e o último, há deslocamentos consideráveis, entre os quais se incluem as percepções sobre os povos indígenas. Mas há também continuidades, permanências que evidenciam a força das crenças e da alteridade que diz e constrói *representações* de *si* e do *outro*.

> A mor parte da região brasileira de que estamos ocupando – hoje etnològicamente conhecida por Rondônia – foi espetáculo de numerosas migrações indígenas. Não nos cabe pesquisar as origens dêsse fato: se foi por esfacêlo cultural ou com finalidade religiosa, se por guerras ou por motivos econômicos. Outro fato, porém, se nos antolha, indiscutível. É que diante dos olhos dos missionários do Alto Madeira não se apresentava o menor vestígio de passadas grandezas. Essas mal e mal se conservam na estrutura inteligente das línguas.
>
> Não havia um direito consuetudinário da religião. Tão só restava um rudimento, um ente desconhecido que, trovejando, mostrava sua temibilidade pelo raio que abate – como se fôssem palha – os colonos da floresta, e tirava a vida aos sêres, deixando uns restos carbonizados. Também não tinham hierarquia pròpriamente dita, a não ser os chefes, que o eram quase só na ocasião de guerra. Moralmente escravos de pajés, arúspices e curandeiros, eram ansiosos, porém, de quem lhes prègassem o bem. Já Pero Vaz de Caminha, em sua famosa carta, certidão de nascimento do Brasil, fizera a mesma observação.

[580] A fontes utilizadas neste capítulo, são as mesmas investigadas nos quatro capítulos anteriores, por isso, evitar-se-á comentários mais extensos, no intuito de historicizá-las, uma vez que tal procedimento já foi realizado.

> Até mesmo as grandes manifestações da primitiva cerâmica sul-americana, com finas tangas delicadamente coloradas, vasos ornamentados com motivos geométricos, marcando o apogeu duma cultura que saíra de mãos femininas em Santarém do Marajó, foram terminar ou desaparecer, deixando levíssimos rastos nas florestas de Rondônia[581]

A prática *nômade*, itinerante ou migrante dos indígenas, que habitavam o que depois viria a ser Rondônia; a ausência de *passados de grandezas*, a simplicidade dos modos, sem grandes realizações materiais, se contrapostas, por exemplo, às sociedades astecas, incas[582] e maias era o ponto de partida escolhido por Vitor Hugo, para traçar a trajetória dos contatos dos jesuítas, aqueles *bandeirantes de Cristos*, desapegados do amor pelas coisas materiais, em *missões* filantrópicas, com vistas a *salvar* as almas daqueles povos, vistos como abandonados à própria sorte.

Apresentava comentários e informações referentes aos Pama, Tora e Mura, que abrangem curiosidades, localização geográfica onde se concentravam, estilos de habitação, rituais, hábitos alimentares, práticas bélicas, de caça, pesca e agricultura. À guisa de exemplo, os Mura, eram narrados como de *caráter pérfido*, mesmo que não fossem *antropófagos.* Eram ditos *aquáticos* e afeitos a guerra. Hugo se mostrou bastante assertivo, ao indicar que teria sido "nesse ambiente de vida primitiva, ainda pouco contaminada pela... civilização, que os missionários do Alto Madeira encontraram os Mura"[583].

Aquela era uma terra de *vícios* e a premência da ação evangelizadora, compreendia o então padre salesiano, era inquestionável e imprescindível, pois estaria marcada por:

> Mães desnaturadas que enterravam vivos seus filhos récem-nascidos... massacres... vícios.... os Torá... os Mura... nem todos estavam aldeados e pacificados... Afinal o Rio Madeira era também habitado por temíveis selvagens!
> Nas orgias é que se ocultavam alguns dêsses males, não esquecendo os complexos e os mistérios da pobre natureza humana. Não era só assaí,

[581] HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Amazonas: Edição da "Missão Salesiana de Humaitá", 1959A. v. 1, p. 40.

[582] O lamento pelo suposto "desenvolvimento acanhado" dos povos indígenas amazônicos, tem lavado pesquisadores a procurar vestígios de povos "mais avançados" na região, que conferissem passado supostamente mais "glorioso" a esta espacialidade. Esta busca "angustiada", parece manter relação direta com o *regime de historicidade moderno* (HARTOG, [2003] 2013) e a importância decisiva que a noção de *progresso* (KOSELLECK, [1979] 2006), assume nas histórias por ele orientadas. Para um exemplo da procura por esse "passado perdido", cf.: ADERBAL, Rogério. **Pesquisador acredita ter achado 1° altar da civilização Inca no Brasil**. Disponível em: http://g1.globo.com/ro/cacoal-e-zona-da-mata/noticia/2016/08/pesquisador-acredita-ter-achado-1-altar-dos-povos-incas-no-brasil.html Data de acesso: 05 de março de 2019.

[583] HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Amazonas: Edição da "Missão Salesiana de Humaitá", 1959A, p. 45. v.1.

> bacaba e outras que ofereciam bebidas fortes. Havia o *cuaím* [aguardente de cana] ou pelo menos o *mocororó* de farinha de trigo![584]

Viciados. Selvagens. Aldeados. *Pacificados.* Estas, a exemplos de tantas outras, são expressões que marcam a semântica do *contato*, expressam *marcas de enunciação* (HARTOG, [1980] 2014), servem para dizer e circunscrever o *outro*. E para reiterar e justificar a necessidade de *dominá-los*, *pacificá-los*, *civilizá-los.*

Era nesses termos que referenciava a ação *desbravadora* do padre Jesualdo Macchetti. As informações apresentadas foram retiradas do diário do missionário, onde relatava as impressões dos *contatos* estabelecidos com os *íncolas*. Entre estes, destacava os Caripuna, que segundo Vitor Hugo, foi o povo que mais atraiu a atenção daquele evangelizador:

> "*18 de agosto de 1869*: não perco a esperança de voltar a vê-los [os Caripuna] e não com as mãos vazias, como aconteceu agora; pois tenho a convicção que levando-lhes algo, se deixarão civilizar com facilidade. Pode ser que Deus se tenha por fim lembrado dêsses infelizes, e designe a mim para salvar-lhes as almas, a ser um dia filhos da Igreja.
> *21 de setembro*:... índios sem rumo nem prumo, por isso muitos voltaram para o centro da floresta. Êste é o efeito funesto da ausência do ministro de Deus. As ovelhas sem pastor disperdem-se. É lamentável que por este descuido se malogrem os trabalhos dos antigos missionários"[585]

O autor de *Desbravadores* incluía também, as impressões do padre Jesualdo Macchetti, no *contato* que este estabelecera com os Arara:

> "Uns dez selvagens nús, muito doentes, com tosse e catarro pulmonar. Juntou-se outro, sabendo umas palavras de português, umas tantas mulheres que estranharam meu burel franciscano, rapazes e moças.
> Tem interesse em aprender a língua, perguntando o nome de tudo. Pedem para trocar seus produtos por camisas, terçados, etc. Eu disse que ao meu regresso traria para cada um uma camisa de que tinham gostado tanto, assim como ferramentas e adornos para suas mulheres. Então o chefe deles perguntou quantas luas tardaria eu a voltar: respondí dezoito luas ou mêses. Não entenderam o número por ser algarismo muito alto, e então pediu lhe indicasse por meio dos dedos de suas mãos e pés. Assim fiz, compreendeu e respondeu: Está bem".
> E retorqui: "somos amigos"? e ele me deu a mão respondendo: "somos amigos". Insisti ainda por palavras e por sinais: "ha outros capitães? Outras tribos?"
> - Sim, me respondeu: somos muitos: aqui no Abunã, aqui perto há três povoações... somos muitos... Mais além muitos... do outro lado deste rio há outros... somos muitos![586]

---

[584] HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Amazonas: Edição da "Missão Salesiana de Humaitá", 1959A, p. 50. v1. Itálicos e destaque entre colchetes presentes na obra.

[585] MACCHETTI, Jesualdo apud HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Amazonas: Edição da "Missão Salesiana de Humaitá", 1959A, p. 149-150. v. 1. Itálico presente na obra. O destaque entre colchetes é nosso.

Frei Jesualdo Macchetti seguia a relatar os *contatos* estabelecidos, até concluir com as impressões construídas a respeito dos costumes e do *caráter* dos Araras e a sondar a respeito da percepção destes sobre ele:

> "Os costumes dos Arara são como os das demais tribos, mais ou menos; andam completamente nús.
> As mulheres casadas cobrem-se com um pedaço de tecido de algodão ou uma folha... tem as orelhas furadas, e pendentes das mesmas dois dentes de javali. A cartilagem do nariz também é furada, para enfeite de penas coloridas.
> No interior de suas casas têm redes, cântaros, vasilhas de barro, pratos com outros utensílios indispensáveis, e muito milho.
> Entrei numa casa e vi que as mulheres estavam cozinhando; olharam-me sorrindo, duas estavam doentes, sendo uma idosa e outra duns doze anos.
> ... acendi o cigarro, pois não o conheciam [*sic!*] pediram, porém, cachaça, que já conheciam. Lopes presenteou uma garrafa e o índio ainda pedio sal, de que gostam muito. Essas coisas os bolivianos lhes trazem em troca dos produtos da terra.
> Os Arara são muito mesquinhos: querem tudo de graça e o que eles dão em troca não corresponde nem ao valor da quarta parte do que recebem, e não oferecem nada!
> A opinião que formaram de mim, conforme pude compreender, foi que eu era um mandatário, ou capitão grande.
> Todos tem um nome cristão, tomado dos passageiros. Despedimos-nos dando-nos a mão como bons amigos"[587]

Os relatos do frei Jesualdo Macchetti datavam de 1869. Retomados por Vitor Hugo em 1959, abrigavam poucos elementos de novidade, no que diz respeito às descrições que geralmente os viajantes e expedicionários faziam desses povos. Na condição de missionário, procurava, ele também, realizar o inventário do *outro,* munindo-se e registrando o máximo de informações consideradas relevantes, úteis a *contatos* futuros e ao estabelecimento de relações mais duradouras, afinal, *catequizar* e *civilizar* eram verbos que extrapolavam o campo da ação e adentravam a ceara dos ideiais, postos no horizonte de quem se compreendia imbuído da *missão salvacionista*.

A estratégia *missionária* e *civilizadora* passava pela troca simbólica de objetos, prática diplomática tradicional, no trato e aproximação com indígenas, ainda que o *etnocentrismo* se fizesse presente, sobretudo, ao adjetivar os Arara de *mesquinhos*. Se tentasse compreender a

---

[586] MACCHETTI, Jesualdo apud HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Amazonas: Edição da "Missão Salesiana de Humaitá", 1959A, p. 150. v1.

[587] Ibidem, p. 151. v. 1. O destaque em itálico e entre colchetes é de Vitor Hugo.

maneira como as *boas intenções* missionárias também levaram ao espólio, à guerra e até mesmo ao extermínio desses povos, talvez o frei franciscano se deslocasse um pouco de si mesmo, e entendesse parte dos motivos pelos quais fora percebido como *mandatário* ou *grande capitão* pelos Arara, conforme mencionou no diário. Outro, a ideia de valor imbuída em relato. O gesto da troca, algo próximo à diplomacia, caro aos indígenas, só lhe era compressível dentro da perspectiva de valor econômico dos bens e menos quando ao valor simbólico a representar compromisso firmado, que eles poderiam também indicar.

Ao retomar os escritos do frei, Vitor Hugo se deslocava da percepção daquele, pois a considerava extremamente positiva e receptiva aos Caripuna. Para o autor dos *Desbravadores,* este povo era marcado por práticas de desrespeito ao alheio, gatunos, receosos, desconfiados, pouco afeitos ao trabalho.

> Já eram bem conhecidos na cachoeira do *Caldeirão do Inferno*, pelos seus assaltos aos viajantes, e nessa arte instruíam suas crianças. Desconfiados em excesso, não gostavam de descer o Rio Madeira, porque, então, teriam de trabalhar!... Verdadeiramente de maus instintos! o seu único trabalho, fora caçar e pescar, consistia em varar as canoas quando as tripulações eram reduzidas.
> Êste contato de Frei Jesualdo com os Caripuna, foi sob um prisma otimista e bastante irreal. Não notou, naturalmente, os enfeites das festividades, a embriaguez, nem o baixo aluguel das mulheres e filhas, violentando-as caso recusassem: tratava-se, aliás, de uma exceção entre as tribos amazônicas, exceção criada pelos antigos viajantes que transitavam de Mato Grosso[588]

Vitor Hugo era categórico em suas considerações a respeito dos Caripuna e além das represálias aos (maus) hábitos destes, às práticas que reputava pouco morais, o incomodava a suposta *preguiça*, o fato de não serem corpos produtivos, numa sociedade marcada pelo trabalho, pela exploração e uso da força produtiva dos sujeitos pelo capital. Assim, corpos *improdutivos*, eram e continuaram a ser considerados, em larga medida, desprovidos de valor, quase inúteis. Talvez por isso, até hoje, sejam negados, excluídos, violentados, envenenados e queimados, sem maior comoção ou remorso, afinal, costumam ser tratados como vidas que contam pouco, *entraves* ao *progresso* e ao *desenvolvimento*.

Entre a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré e a passagem da comissão Rondon por essas plagas (1907-1915), Vitor Hugo historiava a aquisição de alguns equipamentos urbanos e a projeção de outros, almejados para a vila de Santo Antônio, em

---

[588] HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Amazonas: Edição da "Missão Salesiana de Humaitá", 1959A, p. 152. v. 1. Destaque em itálico presente na obra.

cujas mediações ver-se-ia edificar Porto Velho: "Naquêle longinquo rincão teve início uma era de Progresso!"[589].

Energia elétrica, surgimento de novas ruas, enfileiradas de habitações, periódicos impressos, escola. No horizonte, sonhava-se uma biblioteca e estrada de rodagem cuja providência facilitaria o acesso a localidade, onde a despeitos dos *avanços,* ainda "enfrentavam-se mil e um problemas de espirito progressistas"[590].

Os *grandes passos* dados eram contrapostos às *profundas deficiências*, oriundas, sobretudo, das dificuldades em dinamizar a atividade comercial, afetada pelos poucos pontos de acesso à região. Dessa forma, reclamava, a circulação de pessoas e mercadorias, a *integração* com o país situado fora da Amazônia, continuava restrita, basicamente, a navegação fluvial. As limitações e *deficiências* operacionais, para vencer o isolamento *natural*, eram adensadas pelo pavor, pelo receio, pelo medo de *ataques* dos *silvícolas*, vistos como complemento ou extensão da *natureza selvagem* a ser domada:

> Pelo Município em fora, havia os índios. O problema do selvícola fora abordado pelo cônsul boliviano em Pôrto Velho, Dr. Júlio Gutierrez; encontrou o Prefeito de Santo Antônio displicente, alegando o assunto de competência federal, representada aí pelo Delegado da Repartição de Catequese dos índios, o Dr. Geraldo Rocha, homem de idéias positivistas. Passados poucos mêses, o Dr. Tanajura, de entendimento com o Capitão Mariano Rondon, cogitou da fundação dum centro indígena às margens do Rio Mutum-Paraná, onde viviam índios no estado selvagem, que mantinham contato com os brancos. Em tôdas as redondezas havia outros aldeamentos dotados de eficiente lavoura. Eram os Carapuna. Mais acima, no mesmo Rio Mutum-Paraná, (que é um afluente do Madeira na região encachoeirada), existiam os Boca-Negra. Outros índios ainda, chamavam a atenção da municipalidade de Santo Antônio: pelo Rio Cautário adentro, afluente do Rio Guaporé, encontrara-se uma tribo guerreira, no estado primitivo, formada por homens altos, musculosos, morenos, que usavam cabelos longos. Em torno de suas malocas havia plantações de bananeiras, cacau e mandioca da qual sabiam preparar a farinha. Seu grau de cultura era superior a muitas outras tribos vizinhas, pois usavam potes de barros[591]

Os critérios utilizados por Vitor Hugo, para auferir a *inferioridade* ou *superioridade* de uns e de outros, tinha por referência o grau de *desenvolvimento* da chamada cultura material. Assim, quanto mais próximos a *nós*, menos *selvagens*, quanto mais distantes, mais *primitivos*. Essa escala, aplicada a narrativa e percepção do *outro*, mantinha relação direta

[589] HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Amazonas: Edição da "Missão Salesiana de Humaitá", 1959A, p. 213. v.1

[590] Ibidem, p. 214. v.1

[591] Ibidem, p. 214. v1.

com o *regime de historicidade moderno* (HARTOG, [2003] 2013), para o qual a noção de *progresso*, conforme já ponderado, era tão cara.

No segundo volume de *Desbravadores*, o padre historiador voltava à discussão. Estranhava o silêncio da prelazia de Porto Velho em torno da *questão indígena*, tendo em vista que a causa *missionária*, frente aos pagãos *nativos*, fora preocupação constante e central daquela instituição:

> Quer seja por emigrações, quer seja por imigrações e assimilações, culturais ou não, a Rondônia encerra o mais variado contingente indígena do Brasil. A prelazia de Pôrto Velho não podia passar por cima dêsse fato: tinha por missão não apenas o Evangelho, mas também a civilização![592]

O padre e historiador, intitulava de *desbravadores de almas*[593], os clérigos que atuavam na *evangelização* e *civilização* de indígenas. Ali, tecia, uma vez mais, sua ode aos *eminentes missionários*, que atuaram a serviço do aprimoramento *material*, *moral* e *espiritual* dos fiéis, o zelo e cuidado adquiridos, por exigência, no dever de ofício, que incluía o registro memorialístico – tal como fizera o frei Jesualdo Macchetti –, de escrever relatórios sobre as experiências vivenciadas nas missões. Tamanha dedicação no desempenho e registro das atividades, permitiam-lhe apresentar a classificação daqueles povos:

> Há o índio selvagem, revoltado e receioso do *branco*, e há o assim chamado *civilizado* ou caboclo.
> *Civilizado*, porque veste roupa, porque constroe casa sertaneja, se casa, se batiza e arrasta a *língua do civilizado*.
> Em outras palavras, deparamos com o grupo *isolado*, o *intermediário* e o *permanente*, respeito a suas relações com os brancos. A condição dêsses grupos depende essencialmente da dinâmica da sociedade nacional. Assim a assimilação dos elementos indígenas à civilização, exprime antes a rapidês e o poder com que foram devassadas as áreas procuradas pelos brancos, assim como o valor econômico das mesmas áreas, do que a resistência ou receptividades culturais indígenas à integração.
> A aproximação do selvagem bravio à catequese cristã, aproximação casual, não é rara, quer por circunstâncias concomitantes, quer por uma auréola de veneração que cerca o missionário. Em têrmos dogmáticos chamamos a êsse fenômeno, *ação de Graça!*
> Um e outro, bugre selvagem e índio civilizado, apresentam fundamentalmente o mesmo problema psicológico, o primeiro problema que se depara o missionário. Boêmio e indisciplinado, indolente e inconstante, curioso e aproveitador, interesseiro até o extremo. Orientada essa última qualidade ao contato do exemplo dos bons civilizados, o índio torna-se sério,

[592] HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Amazonas: Edição da "Missão Salesiana de Humaitá", 1959B, p. 199, v.2.

[593] A este respeito, conferir no segundo volume, sobretudo os capítulos: HUGO, Vitor. Desbravadores de almas; Com os filhos da floresta. In:_____ **Desbravadores**. Amazonas: Edição da "Missão Salesiana de Humaitá", 1959B, p. 127-266, v.2.

> observa as determinações pactuadas, trabalha alacremente dia e noite, aprende mnemônica e inteligentemente a técnica das máquinas e o manuseio das ferramentas. Batiza-se e casa-se, porque assim vai ficar branco e civilizado! Mas o índio fica sempre índio, para os que somos de outra mentalidade não exijamos dêle nada mais do que pode e sabe e dar. É acentuadamente esquizofrênico. Tomadas em consideração essas qualidades, será um homem serviçal integrante da sociedade. Mas a sua civilização para o serviço da sociedade, exigirá séculos!!![594]

As palavras de Vitor Hugo nos remetem ao reclame de outros tempos e construída por outro padre, a respeito da *inconstância da alma selvagem*. Tratava-se do *Sermão do Espírito Santo*[595], de Padre Antônio Vieira[596]. Neste sermão, o jesuíta reclamava dos *gentios*, residentes nas terras *brasílicas,* difíceis de converter. Partia da formulação de que seriam dados a tudo que vinha de fora, mas ao mesmo tempo, isso não os convertia em *melhores*, posto que os *velhos vícios*, seriam reificados, ao invés de extirpados, daí a *inconstância* daquelas *almas selvagens*.

Ao enveredar por essa discussão, Eduardo Viveiros de Casto ([1993] 2002) mapeou, na historiografia, como a tópica da suposta *inconstância* dos indígenas brasileiros fora reatualizada no decorrer do tempo. Ela se fizera presente em impressões e obras de autores com matizes teóricas e formações bem distintas. A este respeito, cita Pero de Magalhães Gandavo, Jean de Léry, Varnhagen, Serafim Leite, Gabriel Soares de Souza, Alexandre Rodrigues Ferreira, Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros, *unânimes*, segundo Castro, *no apontar a amorfia da alma selvagem*[597].

---

[594] HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Amazonas: Edição da "Missão Salesiana de Humaitá", 1959B, p. 199-200, v. 2.

[595] VIEIRA, Antônio [1657]. **Sermão do Espírito Santo**. Disponível em: http://tupi.fflch.usp.br/sites/tupi.fflch.usp.br/files/SERM%C3%83O%20DO%20ESP%C3%8DRITO%20SANTO.pdf Data de acesso: 15 de dezembro de 2018.

[596] Devemos estas referências ao padre Antônio Vieira e parte das considerações realizadas a este respeito, ao antropólogo Eduardo Viveiros de Castro ([1993] 2002), no artigo *O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem*. Vitor Hugo, por sua vez, além de padre, referenciava, tal qual discutimos no terceiro capítulo, a empreitada missionária jesuíta como *desbravadora* da Amazônia. Também citava, nas referências do primeiro volume, as cartas de padre Antônio Viera, em edição portuguesa, publicada entre 1925 e 1928. Embora não faça menção aos sermões de Viera, era bastante improvável que os desconhecesse.

[597] A discussão aqui proposta, não está situada no campo da Antropologia, cabe ressalvar, embora possa estabelecer diálogo, dentre dessa temática, com parte das questões apontadas por antropólogos. Além disso, Castro coteja, no ensaio citado, sobretudo, o povo Tupi, situados ao litoral, enquanto nos centramos aqui, nas percepções lançadas sobre as populações indígenas amazônicas.
As aproximações aqui operadas obedecem a limites. Entres estes, devemos evitar generalizações que desconsiderem a especificidade e historicidades dessas populações e de suas experiências. Em todo o caso, nosso intento é menos estudar as populações indígenas – algo realizado por Viveiros de Castro – e mais compreender a

> Essa proverbial inconstância não foi registrada apenas para as coisas da fé. Ela passou, na verdade, a ser um traço definidor do caráter ameríndio, consolidando-se como um dos estereótipos do imaginário nacional: o índio mal-converso que, à primeira oportunidade, manda Deus, enxada e roupas ao diabo, retornando feliz à selva, presa de um atavismo incurável. A inconstância é uma constante da equação selvagem (CASTRO, 2002, p. 186-187)

A despeito do etnocentrismo flagrante, evidenciado nas palavras de Vitor Hugo, um homem de fé que acreditava na salvação pela difusão e conhecimento do Evangelho, a leitura que fez desses povos situava-se entre a benevolência e a idealização da *missão missionária*, que deveria salvar *almas* afetadas e ameaçadas de se perderem na *boêmia, indisciplina, indolência* e *inconstância*.

Se os adjetivos presentes nessas assertivas causam espanto e desconforto, percepções menos carregadas do sentido *missionário*, mas nem por isso, menos marcadas pela *benevolência* e pelo sentido da *missão salvacionista*, foram apresentadas pelo autor no terceiro volume dos *Desbravadores*.

Passadas quatro décadas da publicação dos dois volumes iniciais, agora com referências ao ensaio *Dos canibais*, de Michel de Montaigne; a *Triste trópicos,* de Claude Lévi-Strauss; e *Os índios e a civilização*, de Darcy Ribeiro, Vitor Hugo apresentava, no terceiro tomo de sua obra, deslocamentos e percepções matizadas em relação aos indígenas. Ocupava também, conforme discutimos no segundo capítulo, outro *lugar social* (CERTEAU [1975] 2011).

No capítulo intitulado *Os nativos da região: uma visão colombiana*[598], o autor reconsiderava e buscava se reposicionar, em relação a parte do que escrevera décadas antes, nos primeiros volumes de sua obra, a respeito dos indígenas. A proposta era fazer abordagem mais científica e menos marcada pela moral e pelo idealismo cristãos, tão fortes e marcantes em 1959.

> Os novos aspectos da problemática dos índios ou nativos na região de Rondônia merecem estudo profundo. Ao publicar este trabalho quase

---

maneira, segundo a qual, as narrativas construídas sobre esses povos, estão marcadas por determinados *imaginários*.

Ao evidenciar a forma segundo a qual, se construiu e generalizou, percepção sobre os indígenas, que afirmava sua *inconstância* e o suposto pertencimento deles ao *mundo natural*, Castro nos permite compreender como tais leituras comportaram *imaginários,* que foram reatualizados em tempos, espaços e experiências diversas, inclusive, nas fontes utilizadas neste trabalho.

[598] Cf.: HUGO, Vitor. Os nativos da região: uma visão colombiana. In:_____ **Desbravadores**: minha presença em Rondônia. Porto Velho: ABG, 1998, p. 413-469.

> quarenta anos depois da edição de "Desbravadores" não é possível retomar qualquer observação sobre o assunto, a partir simplesmente do que foi escrito na década de 50. São óbvias as razões que já apresentamos: novos métodos e estudos estão sendo realizados, novos fatos e novos enfoques ocorreram e estão sendo levados à ordem cronológica do período historiado nos primeiros dois volumes desta obra. Mas sobretudo, dentro de uma estratégia de superar a pobreza, é de se ter presente que os povos indígenas devem ser considerados como setores sociais altamente vulneráveis, visto que apresentam indicadores sócio-econômicos muito desfavoráveis e se encontram marginalizados dos serviços sociais mais elementares. Para a própria definição de indígena ou nativo é preciso considerar o estado de consciência étnica no momento de selecionar[599]

O enfoque à *pobreza*, nas questões *socioeconômicas* e nas dificuldades apontadas à *própria definição de indígena*, eram indicativos de que Vitor Hugo, ao propor uma *visão colombiana* desses povos, buscava levar a termo uma abordagem que fugisse a ideia da *missão evangelizadora*, mas continuava preso, em alguma medida, a concepção que os via a partir da ideia dos *progressos* materiais.

O autor retroage, busca fugir a uma abordagem dos povos indígenas que se circunscrevesse a chegada dos europeus, no que viria a ser o Brasil. Assim, procurava mostrar como se organizavam *os primitivos da Amazônia*, há pelo menos, 10 mil anos. Agora, não tratar-se-ia mais da *missão evangelizadora* e *civilizatória*, tal como expusera nos dois primeiros volumes de *Desbravadores*, mas duma espécie de encontro de *civilizações*. De *civilizadores*, os europeus foram deslocados ao papel de *invasores.*

> A recente comemoração do 5º centenário do encontro dos dois mundos, que foi também da evangelização, nos leva, pelo menos, a uma divagação mais ampla e a refletir sobre o fato de que, na visão de hoje, tudo não passaria de uma grande invasão de terras alheias já conhecidas: por certo, foi superior a todas as invasões históricas. Isso consta em documentos: eram terras habitadas e civilizadas em alto nível, constituídas por Maia, Inca, Azteca, Tupi, Guarani e outros, cujas gerações, de acordo com Pedro Ignácio Schmitz vão de um número de 600 a 1.500 a.C[600]

Um pouco adiante, retomava a ideia de que a *colonização* europeia se constituiu em *invasão*. Ou de *usurpação,* sob a justificativa do "fardo do homem branco":

> É certo que a imposição da colonização européia não é de hoje: desde seu começo foi acompanhada pela destruição da civilização nativa, pela violenta usurpação das terras e pela brutalidade contra os seus habitantes: em meio século (1500-1550) a população indígena da América Latina diminuiu de 80 para 10 milhões. É o "the White man's burden" [o fardo do homem branco]

[599] HUGO, Vitor. **Desbravadores**: minha presença em Rondônia. Porto Velho: ABG, 1998, p. 413. v.3.

[600] HUGO, Vitor. **Desbravadores**: minha presença em Rondônia. Porto Velho: ABG, 1998, p. 414. v.3.

> de que fala Rudyard Kipling, citado também por Henrique Rattner, que acrescenta: a invasão e ocupação de territórios tribais em todos os continentes tem resultado invariavelmente em desastre cultural e destruição ambiental pelos impactos desestruturadores sobre a vida comunitária das populações indígenas[601]

E retornava aos seus conhecimentos eclesiásticos, para referenciar, criticamente, trecho da bula "Dum diversas", de 1492, assinada e encaminhada pelo papa Nicolau V, ao rei português, Afonso V, cujas premissas foram concedidas – ou estendidas – também à coroa espanhola, e que legitimava a *invasão*, a *busca*, a *captura* e a *submissão* de *inimigos*, *incrédulos* e *pagãos* em nome de Cristo.

> Nativos esclarecidos desde o começo da "civilização", antropólogos e missionários de hoje, se dão conta e testemunham a injustiça praticada, obrigando os nativos a negar simplesmente a religião dos antepassados. Eis que já o Padre Manoel da Nóbrega escreveu: "*não dá para converter o índio*[602]

A citação que Vitor Hugo fazia de padre Manoel da Nóbrega não deixa de ser curiosa e ambivalente. A ideia de que *não dava para converter o índio*, situava-se dentro da perspectiva de que a *alma* deste seria *inconstante*, mas o historiador e ex-padre referenciava a posição do clérigo como se indicasse manifestação de empatia e respeito as cosmologias indígenas.

O historiador dava seguimento ao exercício de reflexão, a cotejar e criticar a *violência* e o desrespeito aos nativos, levados a termo por europeus de várias localidades (portugueses, espanhóis, franceses, holandeses), todos eles igualmente *colonizadores*, a visarem tão somente, *interesses políticos, econômicos e militares*.

> Descobre-se inutilmente que desde Frei Antônio de Montesino e desde Nóbrega, a justiça para com os nativos e o respeito sem violência pela ética que os governava, deveriam fazer parte da catequese; descobre-se que o pecador do velho mundo, não foi o pagão e sim o cristão colonizador, que vai do português e espanhol católicos, aos franceses e holandeses cristãos hereges que eram, todos da mesma forma colonizadores dos nativos, visando apenas a seus interesses políticos, econômicos e militares. Desde o início da catequese no Brasil, no século XVI, e na Amazônia a partir do século seguinte, seus habitantes já questionavam os interesses que haviam por trás dos que se se faziam chamar por "padres"[603]

---

[601] HUGO, Vitor. **Desbravadores**: minha presença em Rondônia. Porto Velho: ABG, 1998, p. 424. v.3. O destaque entre colchetes é do autor.

[602] Ibidem, op. cit. p. 424. v. 3. Itálicos presentes na obra.

[603] Ibidem, p. 425. v.3.

Além do notável deslocamento em relação as obras *colonizadora* e *civilizatória*, cujas perspectivas se confundiam e imiscuíam nos primeiros volumes dos *Desbravadores*, publicados em 1959, cabe destacar o uso de aspas no trecho acima citado. Já não se trata de realizar o inventário dos *primeiros missionários*, mas indicar quem realmente teria agido conforme os preceitos de Cristo, de forma a separá-los de quem se *fazia chamar por padre.* Era necessário, pois, separar o joio do trigo. Então, ponderava que "aos primeiros missionários não faltaram expressões de generosidade, espírito de sacrifício, amor, enfim, evangelismo e mesmo santidade"[604]. Entrementes,

> É preciso, sim, reconhecer que, não obstante as vozes proféticas e a despeito das boas intenções subjetivas, a Igreja, devido a sua associação histórica com os conquistadores, e também por causa dos métodos usados para evangelizar, deixou a impressão global de que a primeira evangelização foi bastante negativa na alma dos nativos[605]

O problema, em termos últimos, não era o *etnocentrismo* religioso, latente na ideia de que a conversão do *pagão* era necessária, imprescindível, na *boa intenção* de converter e assim, salvar almas. O problema era o *método usado* para auferir tal propósito, o qual mostrara-se contraproducente. Caso a conversão fosse feita de maneira pacífica, sem lançar mão da violência física, a aceitação passava a ser natural, ato voluntário e, portanto, não seria uma questão a ser pensada.

Vitor Hugo compreendia que o Concílio de Trento respondera a parte dessa questão, sobretudo, por meio da congregação salesiana. Nesta empreitada, a partir da orientação do papa Pio IX, a igreja católica passara a se *aproximar* da cultura do indígena. Todavia, ponderava, os missionários tinham dificuldades em se despirem de parte de seus valores, para se deslocarem, realmente, aos indígenas.

Os padres realizavam boas obras, prestavam auxílio material, assistência social, mas não tocavam o âmago da alma dos *nativos*. Se aproximavam destes só para ensinar. Contudo, não se abriam ou se permitiam também, aprender com a cultura dos *ameríndios*

> Um novo modelo de Igreja – do Concílio de Trento – passou a procurar puramente a conversão dos nativos à fé cristã: "*Preciso que os Salesianos na América Latina se preocupem em cristianizar os índios"*, declarava o Papa Pio IX a D. Bosco. Para isso, a cristianização sacramentalizada, num primeiro momento continuou sendo modificadora da cultura encontrada. O missionário passou a ser aquele que se aproximava de uma cultura, mas sem ele próprio aprender qualquer coisa. Muito relativo o brocado "Romae cum

[604] HUGO, Vitor. **Desbravadores**: minha presença em Rondônia. Porto Velho: ABG, 1998, p. 425. v. 3.

[605] Ibidem, op. cit.

> sis Romano vivito more": não basta falar o idioma, a gíria, nem adquirir o sotaque. O missionário, o mais das vezes, não passava de um estranho escondendo usos e costumes inarredáveis. "*Os missionários nos dão tudo, casa, roupa, comida, mas por dentro, eles nos matam"*, refletia um índio Bororo[606]

A morte a que se referia o Bororo, em relato tão forte, citado por Vitor Hugo, dizia respeito a negação dos valores, da cosmovisão, da cultura desses povos. Mas a perspectiva, o *lugar social*, a crença, se não na *missão evangelizadora*, ao menos na *civilizatória*, levavam o autor de *Desbravadores* a ponderar que a melhoria das condições materiais, seria sempre, um desejo dos indígenas, mesmo quando resistiam e se punham em defesa dos seus valores culturais, pois "Permanecendo nativas, sem dúvida elas almejam ainda hoje o conforto que outra civilização pode levar: em primeiro lugar a saúde, seguida pela comunicação que traz a leitura e a escrita"[607]

E lançava a seguinte questão: se imperaram na igreja católica, até aquele momento, festas religiosas, cujas origens estariam incrustadas no paganismo romano, porque a aproximação em relação aos indígenas, não poder-se-ia fazer nas mesmas bases? Mencionava, então, o indígena tuiúca Justino Sarmento Resende, de 32 anos, que se tornou padre (vinculado a ordem salesiana) e na cerimônia de ordenação, contou com a presença e rituais também de pajés. Aquele seria o caminho: formar padres indígenas. Ao fazê-lo, compreendia, eliminava-se o distanciamento cultural que os padres, vindos e formados fora, não conseguiam operar.

> [...] partiu-se, pois, e em boa hora, para uma evangelização de base, da cultura e mentalidade indígena, porque o nativo possui raciocínio melhor que o nosso, porém, uma lógica que não é nossa. Detecta-se em várias missões, também em Rondônia, mais exatamente no rio Guaporé, uma aproximação insensível e espontânea, porém contínua, da cultura indígena aos modelos cristãos, a mesma que encontramos inclusive em estudos antropológicos pré-colombianos[608]

A menção a *mentalidade indígena* não era casual. Acompanhada de referência a Michel Volvelle e sua *história das mentalidades*, Vitor Hugo indicava que lera também os acadêmicos franceses. E reclamava contra o *ranço anticlerical*, sobretudo na academia, que com certa frequência, acompanhava escritos em tom de denúncia e julgamento apriorísticos,

---

[606] HUGO, Vitor. **Desbravadores**: minha presença em Rondônia. Porto Velho: ABG, 1998, p. 425. v. 3. Itálicos presentes na obra.

[607] Ibidem, p. 426. v.3.

[608] Ibidem, p. 429. v.3.

contrários às *missões evangelizadoras*. Parte desses posicionamentos, argumentava, desconsideram que a atuação missionária da igreja católica manifestou contornos diferenciados, em tempos e espaços e inclusive, contava com a autocrítica e o reconhecimento público da própria instituição, pelos equívocos cometidos nessa trajetória.

As considerações de Vitor Hugo têm sentido de ser. Por vezes, ao se colocar em retrospectiva ações da igreja católica, num recorte temporal e espacial amplo, acaba-se por generalizar tais ações. Não é incomum desconsiderar, inclusive, a dedicação, a entrega, o empenho de padres e freiras, que em profissão de fé, convivem e lutam junto com esses povos, em prol do reconhecimento social e da cidadania, que lhes tem sido historicamente negada, pelo estado brasileiro. Ainda que o façam sob o anseio e a expectativa da conversão, o que não deixa de se configurar numa outra forma de negação ao indígena.

Nessa trajetória, parte dos missionários, têm enfrentado interesses diversos, inclusive, ameaças e até assassinatos. Exemplos dessa atuação podem ser contemplados ao se cotejar a atuação do Conselho Indígena Missionário/CIMI[609], vinculado à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil/CNBB e cujas lutas, travadas em prol dos direitos indígenas, desde 1972, a despeito de críticas cabíveis[610], têm feito a diferença frente a povos, cujo acesso a palavra e a autorrepresentação na cena pública, foi sempre questão desafiadora.

> No entanto, o nativo vive feliz em seus hábitos, em sua estrutura social, em sua religião e suas crenças: sabe desfrutar como ninguém, da natureza e do que a vida tem de agradável, sem se preocupar com o futuro nem com o dia de amanhã.
> Com que direito então, os ocidentais, eternos evadidos do presente e eternamente angustiados com o porvir, havemos de semear entre eles nossa insatisfação, as nossas angústias, inseguranças e neuroses? São eles que hão de realizar a busca, quando o desejarem ou sentirem necessário. Antes disso, qualquer proselitismo, qualquer insistência atentará contra o desenvolvimento normal destes povos. Temos sim, de ajudá-los, mas também temos de deixá-los escolher. Isso tem sua hora e medida.
> Uma tese radical... refletindo algum fracasso da experiência vivida?
> Eis aí que o trabalho com nativos passou a se tornar, acima de tudo, um trabalho de solidariedade, de empatia[611]

[609] Algumas atividades do CIMI são referenciadas no decorrer da obra. A este respeito, conferir especialmente o capítulo *Os nativos da região: uma visão colombiana*, já referenciado antes (1998, p. 413-469).

[610] O sentido da *missão*, conforme se verá, não dá conta de suplantar ou deslocar o etnocentrismo. Os indígenas têm o CIMI como aliado na luta pela existência, mas o sentido da conversão, que orienta a perspectiva da *verdade revelada* cristã, continua posto.

[611] HUGO, Vitor. **Desbravadores**: minha presença em Rondônia. Porto Velho: ABG, 1998, p. 430.

Mesmo que no horizonte, fique, permaneça aparente o desejo de Vitor Hugo, de que o *nativo* adote novos hábitos, que possam levá-lo ao *desenvolvimento*, o deslocamento dele, no sentido de respeitar a autodeterminação desses povos, quando comparado a quatro décadas passadas, era flagrante. Inclusive, punha em suspenso, em determinados momentos, a centralidade da ideia de *civilização*.

> Já começa a se evidenciar um trabalho de conscientização no mundo competitivo em que vivemos; nota-se certa consciência-evolucionista-democrática em favor do nativo. O mundo passa a ser ou se parecer um pálido defensor dos nativos, reconhecendo que eles não se "amansam", não se "civilizam", uma vez que são os sujeitos de sua própria História e protagonistas de sua própria libertação, trazendo no sangue um forte sentido de justiça[612]

Para o autor, a ambivalência entre *preservar* ou *integrar* o indígena, sempre posta por sujeitos estrangeiros a realidade deles, também estava posta. E neste ponto, citava Edward Said, para quem, segundo ele, "há a necessidade de contrapor a idéia de 'primeiro mundo' com os outros, os inferiores"[613]

> O novo protecionismo, entretanto, apresenta-se também como uma faca de dois gumes, porque tanto serve para legitimar a preservação, em termos de que o lugar do nativo tem que ser aquele mesmo, como serve igualmente para justificar sua integração na sociedade nacional, "civilizando-o", o que parece muito natural, pois a civilização ocidental, concebida como um fim último de todas as sociedades humanas dentro do conceito antropológico-aristotélico, não sabe nem pode oferecer ao "neo-civilizado" outra coisa melhor do que a escolha do caminho curto para chegar a ela[614]

Nessa nova perspectiva hugoana, compreendia que mediante as agressões sofridas desde longa data, a *proteção* deveria ser reduzida a ideia de *tutela*[615], o que em tese,

---

[612] HUGO, Vitor. **Desbravadores**: minha presença em Rondônia. Porto Velho: ABG, 1998, p. 430-431. v. 3.

[613] Ibidem, p. 431. Mesmo citando Edward Said nominalmente em alguns momentos, Vitor Hugo não menciona qual a obra lhe serviu de embasamento. Na *Nova Bibliografia Aferida*, também inexiste referências ao autor de *Orientalismo.*

[614] Ibidem, loc. cit.

[615] A perspectiva de tutela presente na Constituição de 1988 destoa, se afasta daquela constante no Estatuto do Índio (1973). Não se trata mais de considerá-los incapazes de assumir a própria cidadania e os direitos e deveres a ela atrelados, por serem entendidos como incapazes e ou inabilitados para tal; mas de compreender que esta tutela se afeiçoa e se relaciona ao direito à existência, à garantia à diversidade e a diferença num estado nacional pluriétnico e multicultural, a despeito de configurarem grupos minoritários. Tratar-se-ia do próprio direito à vida, premissa basilar de uma democracia em seu sentido amplo, que se efetiva pela correlação e coexistência entre as vontades da maioria e o respeito existência e sobrevivência das minorias. Em termos efetivos, a maneira segundo a qual esse princípio seria mais notável estava no abandono da ideia de que os indígenas precisavam fazer a travessia rumo à *modernidade*, como se não pudessem existir conforme o conjunto de códigos culturais construídos no curso de sua trajetória existencial. A este respeito, cf. CARVALHO, 2006.

respeitaria a autonomia desses povos. Tratar-se-ia, antes, do reconhecimento deles, enquanto sujeitos portadores de direitos. Todavia, havia que se observarem limites, ponderava, pois não se deveria desconsiderar, igualmente, que existiam grupos *hostis* e estes, quando assumiam a condição de *agressores,* precisariam, sim, ser *pacificados*.

Era este Vitor Hugo mais reticente, empático e reflexivo, que tecia referência a Michel de Montaigne[616] ao mencionar a conhecida frase segundo a qual, "cada um considera bárbaro o que não se pratica na sua cultura". Também aciona o conceito de *inculturação*, a partir de Lévi-Strauss. E asseverava: "Será mesmo uma lástima negar ao nativo o direito de opção, sobretudo o direito de permanecer como sempre foi e de contestar o que nós convencionamos chamar de civilização?"[617]

Neste ponto, mesmo que interrogue, busque relativizar o etnocentrismo ocidental, ao qual a ideia de *civilização* é tão cara, a percepção a respeito dos indígenas, em alguma medida, continuava naturalizada, sob a perspectiva da não-mudança, de que *preservar* significava mantê-los como sempre foram, o que em dada medida, evidenciava compreensão imóvel, alheia a dinâmica, no que dizia respeito a esses povos.

Respeitar a *cultura* e as *tradições* deles seria equivalente a congelá-los no espaço-tempo, isto posto como decisão cabível a terceiros, não aos próprios povos mencionados. Outra aporia que se interpunha, era a permanência do binômio *silvícola/civilizador*, mesmo quando questiona este último, o que evidenciava parte dos limites envolvidos no seu deslocamento até o *estrangeiro*. Os fronteiriços culturais continuavam postos e se faziam presentes nas *marcas de enunciação* (HARTOG, [1980] 2014):

> [...] parece que tudo vai bem; de repente, o catequizador ou o "civilizado" percebe que está tudo como no começo, fora do progresso humano, certamente visível, a contribuição tão ordenada dos missionários, quanto questionável, vindos de áreas economicamente interesseiras, nem sempre respeitadores das tradições e culturais[618] do país. Na realidade, há o impasse entre a incapacidade da civilização moderna de absorver harmonicamente os silvícolas e a insustentabilidade de seu isolamento face às pressões dos agentes civilizatórios[619]

---

[616] MONTAIGNE, Michel de. apud HUGO, Vitor. **Desbravadores**: minha presença em Rondônia. Porto Velho: ABG, 1998, p. 431.

[617] HUGO, Vitor. **Desbravadores**: minha presença em Rondônia. Porto Velho: ABG, 1998, p. 432. v.3.

[618] Deve tratar-se de erro de digitação. É provável que quisesse dizer "tradições culturais" ou "tradições e culturas".

[619] Ibidem, p. 433. v.3.

Aqui, a metáfora do espelho, tão a cara François Hartog ([1980] 2014), ao cotejar as projeções de Heródoto sobre o *outro* e identificar como estas, tinham por parâmetro, fosse por comparação, fosse por inversão, a própria imagem que os gregos tinham de si mesmos, nos parece bastante pertinente.

O esforço empático de Vitor Hugo, era concluído com uma espécie de deslocamento que se movimentava até o *outro*, mas para retornar a si mesmo. Isto se evidenciava quando, a despeito de reconhecer o direito do o*utro* ser quem *ele* era e afirmar que existia entre *civilizados* e indígenas, certa relação de equivalência, sob a premissa de que, ao fim e ao cabo, esse *outro* era uma espécie de versão *nossa*, a qual, embora tanto *nós* quanto o *outro* a conhecêssemos, ainda não a reconhecíamos como tal. Portanto, tratar-se-ia menos de aceitar diferenças e mais de mimetizá-las, a partir de modelos pré-estabelecidos. Em outras palavras, caberia indagar a respeito dos limites reais sobre os quais se colocava a aceitação do que *nos* é *estrangeiro*. Para retomar a metáfora do espelho, só reconheceríamos o *outro* pela imagem que *dele* se projetaria semelhante a *nós*?

> Talvez em algum caso, mesmo recentemente, eles vieram a ser usados, mas hoje "o povo todo reconhece que os missionários chegaram com o único objetivo: ajudar o povo. E o fizeram", escreveu Justino Sarmento, nativo tuiuca[620]. Atualmente, há toda uma promoção de comunidades cristãs: dissemos acima que, em alguns lugares, já se está obtendo uma aproximação insensível, mas constante e recíproca, da cultura indígena aos modelos cristãos, com a nova evangelização incuturada, promovida por ministros autóctones em suas próprias línguas ou gírias. Em suma: de maneira espontânea, a cultura indígena é chamada para se abrir a Cristo, apresentando como encarnação única da divindade, que os nativos desde sempre conheciam sob formas que a mentalidade ocidental definia imperfeitas, diabólicas, e que eles chamavam com o nome sagrado de Tupã.
> Contra essa nova doutrinação, vale não esquecer que a tradição tem muito peso entre os nativos, e assim será sempre muito difícil convencê-los de que Tupã é o mesmo que Jesus e vice-versa! Muito caminho resta a percorrer! Nunca como nos tempos atuais, foi preciso ser cristão batizado, para que um nativo pudesse se organizar em grupo de classe representativa[621]

---

[620] Referência ao tuiúca Justino Sarmento Resende, que se tornou padre (vinculado a ordem salesiana) aos 32 anos. Vitor Hugo relatava – e incluiu reprodução de fotografia do evento (cf. p. 427) – que além do bispo, a ordenação contou com a presença de pajés, os quais participaram da cerimônia e apresentaram alguns de seus rituais.

[621] HUGO, Vitor. **Desbravadores**: minha presença em Rondônia. Porto Velho: ABG, 1998, p. 433. v.3.

A movimentação de parte dos membros da igreja católica[622] até dar conta de realizar essa a operação que em alguma medida, reconhece e tenta aceitar o outro a partir da *tradução*, não deve ser vista, como ato menor e nem somente sob a ideia de tratar-se de mera ou nova estratégia discursiva, com vistas unicamente a apropriar-se do *outro* e reafirmar os próprios valores e concepções que já estavam dados. Há, nesta operação, imaginamos, um *desejo sincero* de exercer a empatia e a aproximação.

É inegável que há deslocamento acentuado, sobretudo se se tiver no horizonte o histórico de experiências de negação e das reiteradas tentativas de *civilizar* o *gentio*, dispondo para tanto, de violências práticas e simbólicas. Todavia, ao propor a *aceitação* pela *equivalência*, suprime-se justamente a historicidade das formas como cada um desses povos pensou e construiu suas cosmologias, a ideia do divino e do sagrado; bem como as práticas e rituais manifestados entre eles, em nome de uma síntese empobrecedora, reducionista até.

Se havia, por um lado, convite ao entendimento, ao encontro, à confluência de perspectivas; por outro, tal operação tem potencial para reduzir, minimizar de lado a lado, toda a riqueza dessas experiências, sob a ideia de que no final das contas, tratar-se-ia única e somente de manifestação do mesmo: Tupã e Jesus. Jesus é Tupã. Tupã é Jesus.

Tratava-se, em último caso, de um etnocentrismo que tentava, operava algum deslocamento, mas não se descentrava por completo. Plasmado e mimetizado sob a ideia de semelhança e equivalência, continuava a afirmar, sob novos argumentos, antigas concepções e interesses: a conversão do *outro* à *verdade revelada*, que curiosamente, este já a conhecia, só não o sabia.

A questão da *hibridez* da identidade indígena também marcava as percepções de Vitor Hugo, que tecia ressalvas às demandas por demarcações de reservas para indígenas *aculturados*, a exemplo dos Karipuna, "que nem foram consultados nem muito ligam para o assunto"[623].

Este, aliás, é ponto nefrálgico à discussão: depois de séculos de políticas *assimilacionistas* e *integracionistas*, aqueles que ter-se-iam *aculturado*, como os Karipura, não deveriam ser sujeitos de direitos, pois não manteriam elementos da cultura que lhes assegurassem a *indianidade*, não eram mais *originais* e, portanto, estariam fugidios e alheios a definição de *índios*.

---

[622] Compreende-se que esta instituição, a exemplo do chamara a atenção Vitor Hugo em outro momento, está longe de ser homogênea, tanto espacial quanto temporalmente.

[623] HUGO, Vitor. **Desbravadores**: minha presença em Rondônia. Porto Velho: ABG, 1998, p. 439. v.3.

Apresenta defesa enfática do CIMI e ataca empresas mineradoras, que para fazer valer seus interesses escusos, buscavam fragilizar e criminalizar sujeitos e entidades que atuavam em prol da *causa indigenista*. Tais empresas agiriam por meio de lobbies no congresso, impetrando ações no judiciário e/ou em campanhas difamatórias em meios de comunicação.

> Já no fim do governo, o Presidente José Sarney enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei, tratando dos crimes contra o Estado democrático e a Humanidade. Entre outros, estava o crime dos indigenistas, que protegeram os filhos da floresta (§ único, art. 362). Foi interrompida a tramitação e assim falhou mais um míssil lançado contra as missões religiosas e qualquer entidade indigenista.
> Ninguém se convenceu, porém, que o caminho teria que ser outro.
> Seguiram-se pronunciamentos pueris e inconsistentes, sem argumentação, deflagrando em campanha subliminar contra a Igreja Católica de maneira particular, pois a ela pertence a maioria das Missões. Nasceu mais outra Comissão Parlamentar de Inquérito, com cartas marcadas e prediletas contra as "missões religiosas", em termos tão vagos, quanto um rótulo, que se cola onde quer. As empresas mineradoras passaram a articular a redistribuição por um deputado nordestino, dócil as suas conveniências, dos projetos sobre mineração em terras indígenas; logo de início foi negado acesso às entidades comprometidas com a causa indígena...[624]

Ao citar os lobbies de empresas mineradores e a tentativa de criminalização das missões religiosas na Amazônia, Vitor Hugo procurava acentuar o papel que estas missões ocupavam, na defesa da causa indígena. Para tanto, fazia menção ao livro *Vítimas do milagre*, do antropólogo estadunidense Davis Shelton (1978) e ao *Relatório Figueiredo*[625], que denunciavam o genocídio desses povos na Amazônia, inclusive em ações levadas a efeito por agentes do estado.

Meses antes do *Relatório Figueiredo*, citado por Vitor Hugo, vir a público, a nona edição de *Realidade*, publicada em dezembro de 1966, trazia a reportagem *Resgate de uma tribo*. Indicada na seção *Aventura*, o *lead* da matéria destacava: "Durante semanas, homens brancos enfrentaram a selva amazônica para salvar uns poucos índios. Com eles estavam dois

---

[624] HUGO, Vitor. **Desbravadores**: minha presença em Rondônia. Porto Velho: ABG, 1998, p. 441. v. 3.

[625] O relatório foi produzido pelo procurador federal, Jader de Figueiredo Correia[625], a pedido do Ministro do Interior Afonso Augusto de Albuquerque Lima, cuja comissão foi instituída pela portaria nº 239, em 1967, "para apurar irregularidades no Serviço de Proteção ao Índio" (BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR [1967]. **Relatório da Comissão de Inquérito Instaurada pela Portaria nº 154, de 24 de julho de 1967**. Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&PagFis=103 Acesso em 10 out. 2018, p. 1). Publicado no Diário Oficial da União, o documento levaria a constituição de Comissão de Parlamentar de Inquérito/CPI, onde às denúncias apresentadas pelo procurador, foram adensadas muitas outras.

repórteres"[626]. Tratava-se da segunda reportagem do periódico a destacar as ações dos irmãos *sertanistas* Claudio e Orlando Villas Bôas, no parque nacional do Xingu.

Com texto de Carlos Azevedo e fotografias de Luigi Mamprin, a reportagem fazia relato circunstanciado da empreitada no estilo híbrido que a marcava, entre a prosa e crônica literária, reatualizava o *imaginário* da *selva*, do isolamento, das dificuldades de viver e sobreviver a *mata bravia*[627]. Desta vez, o desafio era cobrir *a dura operação-Caiabi*, que buscava resgatar e levar para o Xingu, a etnia Caiabi, que havia se dispersado em disputas com seringueiros e estaria seriamente ameaçada.

Claudio Villas Bôas, que liderara a *operação*, contava com a ajuda decisiva de indígenas já estabelecidos no parque, fosse para *desbravar* a floresta, fosse para estabelecer contato com a *tribo perdida*. Na medida em que conta a *aventura* da *entrada* na mata, Carlos Azevedo apresentava os sujeitos envolvidos na empreitada. Um deles, era Inavé. E nas falas a ele atribuídas, se evidenciava como a *civilização* provocava apagamentos.

> Então Inavé falou de si. Saiu menino da aldeia, para estudar numa escola religiosa em Diamantino, cidadezinha de Mato Grosso. Ficou lá sete anos e quando voltou soube que seus pais tinham morrido numa epidemia de gripe. Com o longo afastamento, Inavé esqueceu a língua dos caiabis, nem se lembrava mais das canções, das danças e dos deuses de seu povo.
> — No comêço eu não conseguia nem pronunciar os sons de minha língua. Os outros me ensinaram tudo de nôvo[628]

Mas nem tudo era reclame. Os apagamentos também eram seguidos de aprendizados. A equação fugia a lógica simples de definir ou decidir *a priori* entre perdas e ganhos. Entre a experiência que se contava e aquela, vivida e inscrita na existência de Inavé por tantos *outros* como ele, algo ficava em suspenso, à espera de uma compreensão que dificilmente viria. Cabia a eles dizer e construírem seus caminhos, contar suas histórias. Caberia a *nós* respeitá-los, ouvi-los.

> Contou também que tinha sido um bom meia-armador no time de futebol do Operários, de Diamantino. Falava de Pelé. Quando se entusiasmava remando, gritava:
> — Sou duro, sou campeão do mundo.
> Participava da guerra-fria:
> — Eu conheci um russo. Os russos são comunistas.
> Inavé já vivia dentro do universo dos civilizados. Sabia ler e escrever corretamente. Trazia consigo um caderno e nêle escrevia cartas de amor para

[626] AZEVEDO, Carlos; MAMPRIN, Luigi. Resgate de uma tribo. **Realidade**, Dez. nº 9, 1966, p. 3.

[627] Abordamos essas questões no segundo capítulo.

[628] AZEVEDO, Carlos; MAMPRIN, Luigi. Resgate de uma tribo. **Realidade**, Dez. nº 9, 1966, p. 49.

> uma noiva, uma índia pareci, que também estudava em Diamantino. Cartas que não mandava.
> — E agora, Inavé, o que você pretende fazer?
> — Quero voltar para a escola, falta estudar o corpo humano.
> — E depois?
> — Vou matar muita ariranha e jaguatirica, vender as peles, ganhar dinheiro e tomar umas pingas em Cuiabá[629]

Realidade questionava, então, o sentido das missões religiosas, fadadas a promover o apagamento do indígena e torná-lo marginal entre os *caraíbas* e entre os seus. Ocupavam a *terceira margem*[630], espaço fluído, difícil de situar entre um *lá* e um *cá*. A perspectiva da *integração*, tão defendida no decorrer do século XX, era posta em suspenso, confrontada ao princípio necessário e igualmente pouco praticado da dúvida.

> Há 400 anos, apesar de sua indiscutível boa intenção, as missões religiosas repetem o mesmo êrro na catequese dos índios brasileiros. Em Inavé havia sido destruída a consciência de ser índio. Em troca, ganhou nebulosas noções do nosso mundo. Noções que lhe permitiam manter a ilusão de pertencer à sociedade brasileira, mas que eram insuficientes para êle encontrar um lugar dentro dela. Ensinaram-no a ler e a escrever. Terminado o curso tinha sido mandado de volta ao sertão mais distante. E ali ler e escrever não lhe serviam para nada. Fazia-lhe muita falta não saber atirar flecha, construir canoa e casa, conhecer as plantas medicinais; fazia-lhe falta não saber dominar o seu meio. Resultado: marginal para a sociedade brasileira, marginal para a sociedade indígena.
> Para essa questão as missões religiosas não têm resposta. Lembram que é uma obrigação cristã impedir que os índios morram pagãos. E se esquecem de que, apesar de cristãos, dois milhões de índios morreram miseravelmente em quatro séculos de catequese[631]

Carlos Azevedo, repórter de texto, questionava explicitamente o sentido das *missões evangelizadoras.* É de supor-se que também pensasse e se indagasse, em termos aproximados a estes, sobre o sentido das *missões civilizatórias*, feitas por *caraíbas*, sob a nobre justificativa de tirar aqueles povos do estado de *ignorância*, da idade da infância humana e *sincronizá-los*, *atualizá-los* à *nossa* época e paulatinamente, *integrá-los* à sociedade *moderna.*

Os Caiabi, grupo que procuravam *resgatar*, estavam dispersados e assim, além de mais expostos e fragilizados, seriam cada vez menos *índios*. Alguns deles, relatava a matéria, haviam sido reorganizados por um missionário, o padre João, numa aldeia que seguia a *estranha* forma de "L". Estranha porque esse modelo de organização não era, segundo Carlos

[629] AZEVEDO, Carlos; MAMPRIN, Luigi. Resgate de uma tribo. **Realidade**, Dez. nº 9, 1966, p. 50.

[630] Aqui, a referência ao conto *A terceira margem do rio*, de João Guimarães Rosa ([1962] 2017), é nossa.

[631] Ibidem, loc. cit.

Azevedo, o adotado por esses povos. E foram encontrados tristonhos, magricelas, com mau aspecto:

> [...] embora não houvesse doentes graves na aldeia, a população estava magra, apática tanto quanto qualquer comunidade sertaneja brasileira, mas sem a animação e o vigor do índio não-integrado. E, na verdade, a cada dia êles eram menos índios, acaboclados na forma de viver: há muito tempo não se realizava no pôsto do padre João uma festa caiabi.
> O padre não permitia que os índios trabalhassem como seringueiros. Mas êles eram estimulados pelos civilizados a caçar ariranhas e jaguatiricas e essa atividade estava se tornando cada vez mais importante em suas vidas. Em troca das peles recebiam perfumes, sabonetes, brilhantina, lanternas, roupas enfeitadas, espingardas baratas e, naturalmente, cachaça. A comunidade era levada a sentir cada vez mais necessidade de novos bens de consumo. E foi exatamente assim que outras tribos foram escravizadas ao branco explorador[632]

Carlos Azevedo e Luigi Mampin compreendiam Padre João. Entendiam que o missionário agia de boa-fé – ou em nome dela – e que este acreditava fazer o melhor para proteger os indígenas. Bem-intencionado, cheio de boa vontade, movido pelo *sentido da missão,* o clérigo tinha organizado ali uma fazenda e com ela "Pensava evitar a destruição da tribo apressando sua integração"[633].

Os repórteres lembravam que o raciocínio do Padre João era o mesmo que movera Rondon, durante quase toda a vida. Mas acentuavam que ao final desta, o famoso sertanista reavaliara suas escolhas e decisões como equivocadas. Citaram o reposicionamento de Rondon: "A tendência atual é afastar o índio, quanto possível, do contato pernicioso dos brancos. Já não se compreende a idéia errada de que o índio deva ser incorporado à nossa civilização"[634]

Quatro anos passados, a reportagem *Amazônia*, da edição 52 de *Realidade*, publicada em julho de 1970, trazia em suas páginas, mais um relato da ação missionária na região, que muito se aproximava da perspectiva hugoana aqui discutida, sobre a defesa que fizera de se operar deslocamentos, de se exercer relação empática frente a cultura destes povos. Nela, mencionava o orgulho do indígena por ter se vestido, ao que fora repreendido pelo padre João, que desejava "manter a cultura" daquele povo. Na matéria, a ambivalência *índio vs. civilizado* era mantida:

---

[632] AZEVEDO, Carlos; MAMPRIN, Luigi. Resgate de uma tribo. **Realidade**, Dez. nº 9, 1966, p. 53.

[633] Ibidem, loc. cit.

[634] Ibidem, loc. cit.

> Em Catrimâni, os Índios andam nus e os missionários respeitam a moda local. Padre João, que fala fluentemente a língua dos corianauteris, pergunta:
> - Onde arranjou esse calção, tuxaua?
> Foi um índio civilizado que lhe deu. Padre João propõe um negócio:
> - Você vai me vender o calção. Calção é bom para civilizado.
> Para índio, não. Obediente, o tuxaua vende o calção e compra um facão[635]

Compreensivo, destacava o repórter de texto Luís Edgar de Andrade, Padre João respeitava a cultura tuxaua, desde que convertessem suas almas à fé em Cristo. O corpo do indígena poderia mostrar-se despido, mas o coração dele precisava vestir-se daquela crença, que o pároco julgava a única verdadeira. Este, ao que parece, era o limite de sua tolerância benevolente.

> Nome do Padre João: Giovanni Battista Saffiro. Italiano de Turim, 31 anos, veio para o Brasil em 1967. O tuxaua Luís, de cinqüenta anos, chama-se Makatea. Luís é o apelido que os mateiros lhe deram. Para os índios corianauteris, o nome próprio é segrêdo. Êles não o revelam a ninguém com medo de que os maus espíritos ouçam. Todo índio que entra em contato com os civilizados adota por precaução um pseudônimo em língua portuguesa. Os maus espíritos, presume-se, não entendem português.
> Os missionários italianos da Ordem de Nossa Senhora da Consolação estão no rio Catrimâni desde 1965, mas ainda não começaram a evangelizar os índios. Estão na fase de promoção humana. Padre João passa o dia trabalhando com os índios, toma banho com êles no rio, mas só celebra missa de noite, quando os corianauteris estão dormindo na maloca
> — Respeitamos a cultura dêles porque, neste lugar do mato, ela é superior à nossa sob vários aspectos"[636]

Padre João reconhecia que para sobreviver na e a própria *selva*, os indígenas eram *superiores a nós em vários aspectos*. Menos, claro no domínio das crenças. Por isso, ele, um dos *nossos* e representante ou procurador de Cristo, se submetia a todo tipo de dificuldade, e mesmo privado do aconchego que a sociedade moderna poderia oferecer-lhe, se mantinha firme e forte, fiel à missão evangelizadora, que deveria ser levada a termo, tão logo a fase de *promoção humana* estivesse concluída.

> Após o Concilio Vaticano, os métodos de evangelização católica mudaram. O pioneiro no Brasil do nôvo sistema foi o antecessor do Padre João Catrimâni: o Padre Caleri, que morreu trucidado pelos atroaris, em 1969, longe daqui. O Padre Caleri introduziu o sistema monetário na missão. Todo trabalho dos índios é pago. O dinheiro consiste numa ficha branca com bolinhas pintadas de um a cinco. Isso significou uma revolução na aritmética

[635] ANDRADE, Luís Edgar de; SOLARI, Jean. **Amazônia**. Realidade. Jul. nº 52, 1970, p. 90.

[636] Ibidem, loc. cit.

> indígena: os índios só contavam até dois. Acima de dois, êles dizem "muito"[637]

A postura benevolente de Padre João ou a mudança de comportamento dos missionários, sendo menos incisivos e assertivos e mais compreensivos quanto a cultura de outros povos, resultava das novas diretrizes estabelecidas pela igreja católica, depois do Concílio Vaticano II[638]. *Amansar o índio* e obrigá-lo ao trabalho gratuito, já era algo moralmente contestável à época. Assim, ao mesmo tempo em que eram *integrados*, passaram a ser recompensados pelo trabalho que faziam. As relações de produção capitalista, também atualizavam as práticas religiosas, embora com alguma demora. Já não soava de bom grado escravizar, nem indígenas.

> "Hapa mahi taha Teusyn futu mocix pexitaax hapa thap thama. Tradução: no princípio Deus criou os céus e a terra. Ê o primeiro versículo da Gênese na língua dos índios uiacás no Território de Roraima. A tradutora estudou lingüística em Chicago e vive há doze anos entre os índios. É Sandra Cue, missionária americana de 37 anos, solteira, que trabalha no Pôsto Surucucu da Missão Evangélica da Amazônia. De Boa Vista a Surucucu: uma hora de vôo.
>
> Antes de traduzir a Bíblia, Sandra preparou uma cartilha para os índios e começou um dicionário. É um trabalho de fichas; todo dia os uiacás lhe ensinam novas palavras. O livro da Gênese e o Evangelho de São Marcos estão quase prontos.
>
> Os uiacás do Surucucu e os corianauteris do Catrimâni falam quase igual, mas os padres católicos e os pastores protestantes fazem pesquisas separadas. O dicionário de Sandra está mais adiantado que o dicionário deixado pelo Padre Caleri[639]

Ação missionária passava pelo trabalho de tradução e dicionarização de terminologias. Agora catequisava-se em língua materna. Esse deslocamento até o *outro*, falando e escrevendo na língua *dele* certamente, era algo relevante e não deve ser desconsiderado. Mas a exemplo de Padre João, quase todos tinham um Rubicão a sua frente, cujo ímpeto para fazer-lhe a travessia completa, escasseia.

Aceitar a cultura indígena, falar e escrever na língua deles, frequentar seu *rico universo linguístico*, tudo feito pela santa causa da evangelização, que, no entanto, se negava

---

[637] ANDRADE, Luís Edgar de; SOLARI, Jean. **Amazônia**. Realidade. Jul. nº 52, 1970, p. 90.

[638] Tais aproximações não se restringiam aos povos indígenas. As missas, por exemplo, passaram a ser rezadas em línguas vernáculas e não mais em latim.

[639] Ibidem, loc. cit.

a aceitar suas cosmologias, as concepções do divino e do sagrado, tal qual concebiam esses povos.

No ano seguinte, 1971, o número especial de *Realidade* sobre a Amazônia, voltava ao tema da presença missionária na espacialidade. À época, o que motivara a reportagem, foi, segundo a revista, buscar compreender os interesses estrangeiros na região, onde pastores e padres eram ditos, vez por outra, mais representantes de tais interesses do que de suas instituições religiosas.

> *Há quem não acredite na profissão de fé dos pais de Linda*
> Rio Javarizinho, fronteira do Brasil com Peru e Colômbia. Linda Scheltema estuda em Puraquequara [...]. Aqui ela esquia perto da casa de seus pais, missionários da Association of Baptist for World Evangelism, um dos grupos associados à missão Novas Tribos do Brasil.
> "Nós achamos que as primeiras coisas que o índio aprende com a civilização são as coisas más. Por isso estamos aqui", diz Herwin Henry Scheltema (na foto menor junto com sua mulher Ruth). Mas há quem duvide de suas intenções. Sacrifica-se para evitar a contaminação dos índios ou é um espião?[640]

Realidade, ao investigar quem eram *estrangeiros* que o senso comum dizia estarem a invadir o Brasil, foi o cobrir o cotidiano das missões religiosas na Amazônia. Entre os adventícios, segundo informava, estavam os novos missionários, na batalha *sagrada*, para levar os indígenas, àquilo que a civilização tinha de melhor: a fé cristã.

> A apresentação de Ronald [Wearner], à noite, para cerca de quarenta caboclos de rostos sofridos e miseráveis, foi, mais que uma mensagem religiosa, um espetáculo teatral. Na casa de seu Hermógenes, muitos viram pela primeira vez algumas maravilhas da sociedade de consumo. Dois bicos de luz foram ligados do barco ao barraco que nunca conhecera outra luz artificial que a da lamparina. Ronald, de terno e gravata, explicou primeiro como seria "A Viagem do Homem à Lua", para que os caboclos entendessem o filme a ser projetado. Depois veio o filme, para a maioria absolutamente misterioso, porém muito engraçado. "Êstes são os astronautas, êste é o presidente Nixon" a voz de Ronald ia tentando explicar tôda a história. Terminado o filme, êle tirou, como um prestidigitador, uma sanfona da caixa e atacou cinco ou seis canções de sua igreja: "Com Cristo no barco, tudo vai bem/ Vai muito bem/ Vai muito bem/ e passa o tempoooraaaal". O sermão final encontrou os nativos bocejantes. Mas Ronald, Davidson, Whitney e Daniel tinham aparentemente ganho o dia. Sorriam.
> Nas igrejas e na evangelização da Amazônia, os brasileiros constituem uma evidente minoria. Oitenta por cento dos padres e bispos católicos, por exemplo, são italianos, franceses, americanos, holandeses, alemães. Ainda

[640] REALIDADE. **Amazônia**. Out. nº 67, 1971, p. 175. O destaque entre colchetes é nosso.

> entre os católicos, 25 % de um total de oitocentas freiras e irmãs religiosas são estrangeiros de diversas origens[641]

A reportagem fazia o questionamento: por que os missionários se submetiam a todo tipo de dificuldades, o que incluía doenças frequentes, morar distante de seus familiares e lugares/países de origem, para viverem isolados da vida urbana e das comodidades básicas do mundo moderno? O senso de dever à missão.

> E por que esses padres e pastores estão lá? Invariàvelmente, todos eles respondem que vieram para a Amazônia "atendendo ao chamado de Deus". Por trás dessa frase mística existe a poderosa atração que o selvagem e o desconhecido exercem sôbre a alma quase sempre ingênua dos candidatos a missionários. O índio, particularmente, seduz os estrangeiros em geral e os evangelistas em particular.
> Os padres católicos dizem cuidar de 60 000 índios, só na Amazônia ocidental. O número parece inflacionado e muitos o atribuem a uma intenção de obter mais verbas federais destinadas aos selvagens. Também os protestantes estão mais interessados nos índios.
> — Missionário a gente já entende por uma pessoa que mora na selva, viaja pelo rio. Quando eu estava na Irlanda — diz o pastor Wilhelm Woods —, gostava de pegar livros sôbre a Amazônia e ler histórias de viagens pelo rio. Achava formidável[642]

Os missionários, sobre quem pairava a desconfiança de estarem a serviço da espionagem estrangeira, em busca de riquezas, de minérios, seriam personagens pouco apreciados por parte da comunidade, posto que ensinavam o *valor das coisas*, a *esperteza* aos indígenas, os inseriam dentro da lógica das trocas tal qual a lógica estabelecida numa sociedade capitalista, mobilizada pelo lucro.

Assim, de uma conotação ritual e com algum aspecto diplomático, a troca de objetos passava a ser compreendia pelos indígenas da mesma forma que a entendemos. Qual seja, um sistemas que visa ganhos, tirar vantagens, auferir lucros. Estava claro para os missionários que não se tratava de mera ingenuidade indígena. Mas precisavam *traduzir* o *nosso* mundo para introduzi-los nele, fazer-lhes compreender as balizas que os movimenta, colam-no em funcionamento.

> É que ensinam aos índios o valor das coisas. E muita gente não quer isso. Levei um casal do Summer Institute of Linguistics a uma maloca de índios. Lá, o casal viu um regatão chegar e trocar cinco panelas de sorva (espécie de goma como a borracha) e duas peles de onça por um cinto e dois sabonetes. Revoltado, o casal depois ensinou aos índios o valor dos objetos. É claro que

[641] REALIDADE. **Amazônia**. Out. nº 67, 1971, p. 183. O destaque entre colchetes é nosso.

[642] Ibidem, p. 184.

> quando o negociante voltar lá não vai gostar dos missionários e vai inventar histórias"[643]

Segundo a reportagem, o objetivo da presença missionária estrangeira na Amazônia, estaria bem distante do que afirmava, entre a acusação e a desconfiança, o senso comum. Ali, a luta e a dedicação deles era pela *conquista*, mas não de coisas materiais, como *terras* ou *riquezas*, mas de *almas para Jesus Cristo*. A missão era fazer os indígenas aprenderem as *coisas boas* da *civilização*, afinal, o que lhes era ensinado, no contato com civis caraíbas[644], geralmente, se restringia as *coisas más*.

> - O objetivo dos missionários é a conquista. Não a conquista de terras ou de riquezas. Mas a conquista das almas para Jesus Cristo — diz Penney.
> - Nós achamos que a Bíblia nos manda a tôda parte do mundo. Nós achamos que as primeiras coisas que o índio aprende com a civilização são as coisas más. Por isso estamos aqui"[645]

No horizonte, a missão de *salvar almas.* Este era o primeiro objetivo declarado, mesmo que isto não excluísse a possibilidade de outros propósitos somarem-se a ele. Levar aos *nativos* a palavra *revelada*, salvar-lhes a alma, livrar-lhes da barbárie. A "nobreza" e a "boa vontade" de tais intenções, tem atravessado a aurora e o ocaso dos séculos, sem abdicar da força, da coerção, da incompreensão.

Tais ações já não eram monopólio nem exclusividade dos cristãos católicos. Somados a eles, *pastores* de incontáveis denominações *cristãs*, pentecostais e neopentecostais, disputam corações e mentes, buscam somar em suas fileiras, novos *fieis,* arregimentar e orientar seus rebanhos. Mudam-se os métodos de catequese e a partir da *tradução,* até se passa a aceitar que de início, continuem onde estavam, como estavam, sob a ideia de que se trata da mesma manifestação da crença, com nomes e formas distintas, enquanto se prepara à transição à *fé verdadeira*.

Não importava que a seu modo, esses povos tivessem, já, suas cosmologias, suas *crenças.* Era preciso que cressem tal como creem os divulgadores da *palavra*. Afinal, agora, se muitos caminhos podem levar à Amazônia, só um caminho, conforme asseveram, pode levar à *salvação.* A missão reiterada é salvar os indígenas da autoignorância e do pecado.

---

[643] REALIDADE. **Amazônia**. Out. nº 67, 1971, p. 184.

[644] Termo utilizado por alguns povos indígenas, para se remeterem os não-índios ou "homem branco".

[645] Ibidem, loc. cit.

O exército de Deus é incansável, ainda que vez por outra, seus soldados, movidos pelas melhores intenções e pelo senso de benevolência, disputem entre si, quem seria o mais legítimo procurador de Cristo, quem seria o melhor tradutor da vontade *Dele* e *Seu* mais fidedigno representante.

Conforme se tem observado, o deslocamento operado por esses missionários, mantinha-se afeto ao etnocentrismo. Aceitavam se deslocar até o ponto em que ainda fosse possível projetar ao *outro*, a imagem de si mesmos, dos próprios valores e crenças, operar a *tradução*: os indígenas seriam a seu modo, também cristãos, só não sabiam ainda.

Assim, a exemplo do que indicava Vitor Hugo, Tupã deixava de ser dito imagem e representação do demônio. Seu culto passava a ser traduzido e entendido como referência a Cristo. Mas este era o limite, o fronteiriço da tolerância. Aceitava-se que Tupã fosse Cristo, embora fosse negada a possibilidade de Tupã ser ele mesmo.

Padre João, outro missionário aqui citado, compreendia que a manutenção de hábitos, como a nudez, era um elemento da cultura indígena, mas a alma deste, haveria de vestir-se da fé cristã, por isso, o clérigo se mantinha em missão, em lugar tão longínquo de onde era oriundo. A despeito dos deslocamentos, da tolerância e da empatia frente a alguns modos de vida e valores indígenas, o etnocentrismo continuava a ser mais forte que a possibilidade de atravessar as águas desse Rubicão, consubstanciado nas próprias crenças.

6.2: Narrativas de ***integração***: *assimilar e atualizar*

A cobertura de *Realidade* dos cotidianos amazônicos, notadamente dos indígenas, da busca por *integração* desses povos, foi uma constante em suas páginas, desde os números iniciais do periódico[646]. Tanto que cinco meses passados de seu lançamento, em agosto de 1966, chegava às bancas o quinto número da revista, em que uma das matérias, tratava dos indígenas que viviam no Parque Nacional do Xingu. O título de chamada, sumariada na seção *Aventura*, era bastante sugestivo: "Indinho brinca de índio — Piqui-Diauá sabe conversar com os peixes e a natureza do Xingu, onde vive, bastante feliz, sua vida de criança inocente"[647].

[646] Conferir o segundo capítulo deste trabalho.

[647] AZEVEDO, Carlos; BUTSUEM, Jorge. Indinho brinca de índio. **Realidade**, Ago. nº 5, 1966, p. 3.

Com texto de Carlos Azevedo e cuidadoso ensaio fotográfico de Jorge Butsuem, a revista traçava paralelos entre viver e brincar, brincar de viver ou ainda, a vida como brincadeira, máxima bastante recorrente na visão que se projetava a esses povos.

> O paraíso amanheceu outra vez em paz. Piqui-Diauá, vestido só com um cinto de caramujos, saiu pelo buraco que serve de porta da sua casa de sapé e veio espreitar o sol. Uma mulher passava, vestida apenas com um cinto de miçangas. Ia até o rio, com uma panela na cabeça e um nenê enganchado nas ancas, seguida pela filha que imitava a mãe no andar curtinho, nos cabelos longos e na nudez tranqüila. Piqui calculou que estava na hora de sair para pescar. E foi se arrumar sem pressa: o dia seria longo, gostoso, e mal havia acabado de nascer.
> Piqui-Diauá é um menino índio que mora no Parque Nacional do Xingu, reserva indígena que fica no extremo norte do Mato Grosso, num lugar em que vários rios se encontram para formar o rio Xingu. Rio e São Paulo estão muito distantes: dois mil quilômetros, e ali ninguém tem consciência do que seja èsse longínquo mundo dos homens brancos.
> [...]
> O dia de Piqui havia começado às quatro horas da manhã, quando todo índio toma seu primeiro banho. Nessa hora, a mais fria da madrugada, a água, que ainda conserva o calor do dia, é quente e agradável. Depois, em casa, à beira do fogo, êle comeu meio peixe, pacu de um palmo, e um pedaço de beiju de farinha de mandioca que sua mãe tinha acabado de fazer em uma grande panela rasa de barro. O peixe fora moqueado, assado diretamente sôbre a brasa e na fumaça. A pele estava preta, queimada, mas a carne tinha bom aspecto: sèca e dourada[648]

A *visão do paraíso* é construída na apresentação do *indinho* e do cotiando dele no parque Nacional do Xingu. *Realidade* tornava notícia, em estilo literário, que muito se aproximava da crônica, situações cotidianas que dificilmente seriam impressas e levadas ao público, não fosse a proposta da revista. E faz com sensibilidade, leveza e beleza.

> O rio tinha se enchido de gritinhos alegres, água espirrando para todo lado, começos de lutas que se interrompiam quando uma folha sêca passava flutuando e era soprada pelos nadadores. De repente, os dois saíram correndo do rio para pedir caramelo a um homem branco que ia passando. Os poucos caraíbas que aparecem por lá estão sempre com os bolsos cheios de balas. Depois, de mãos dadas, Piqui e Acanain andaram à procura do que fazer. Assistiram em silêncio a uma formigona preta arrastar um gafanhoto morto. E Acanain desfez uma imensa teia de aranha que estava pendurada numa árvore.
> Acanain já estêve em São Paulo por um mês e meio e Piqui está sempre a lhe fazer perguntas:
> — É grande mesmo a aldeia dos caraíbas?
> — Ê muito grande, sim.

[648] AZEVEDO, Carlos; BUTSUEM, Jorge. Indinho brinca de índio. **Realidade**, Ago. nº 5, 1966, p. 37.

> Acanain não consegue explicar para o amigo o que é São Paulo. O outro perguntava de nôvo:
> — Do que você gostou mais?
> — De guaraná, uma água doce que vem dentro de um vidro como cachaça, só que não mata.
> Para os xinguanos pinga mata. Quando vêem um branco bebendo pinga, aconselham:
> — Não beba que você vai morrer"[649]

Os *indinhos* se banhavam, nadavam alegres no rio. Carlos Azevedo, o repórter que assina o texto, consegue captar o momento da interrupção de uma luta simulada entre eles. O motivo: sopra uma folha seca que *passava flutuando* ao lado deles. Correm. Pedem balas ao caraíba[650]. Desfazem uma teia de aranha. Demonstram curiosidade em saber como era a *aldeia dos caraíbas* e tem-se a tentativa de tradução, segundo os repórteres, operada pelos indígenas. As situações, o cenário, os diálogos são narrados de forma a evidenciar ao leitor que ali se desnudava outro mundo.

> Depois da hora do sol quente — quando todos os índios somem dentro de casa — Piqui e Acanain foram andar no mato, armados de arcos e flechas com bolotas na ponta, para matar passarinho. Levavam também, para brincar, flecha com bolota furada, que assobia no ar. Conversavam animadamente, iam procurar jatobá, uma fruta farinhenta.
> — Olha a onça!
> Acanain saiu correndo, Piqui se dobrou de rir. Quando Acanain parou, disse a Piqui:
> — Tenho mais mêdo de onça que de alma.
> O amigo olhou-o sério para dizer:
> — Eu já matei uma onça com a 22 de Calucumã, mas alma...[651]

Ao marcar o texto com elementos que revelavam a pureza singela e bela do cotidiano, das brincadeiras simples, dos diálogos quase pueris e no entanto, densos de sentido, estabelecidos entre os indígenas, *Realidade* evidenciava suas *marcas de enunciação* e os *efeitos de sentido* que buscava produzir. Desejava mostrar a maneira singular como esses indígenas enxergavam o mundo, as relações, como compreendiam e significavam as experiências.

---

[649] AZEVEDO, Carlos; BUTSUEM, Jorge. Indinho brinca de índio. **Realidade**, Ago. nº 5, 1966, p. 43.

[650] Termo utilizado por alguns povos indignas para se referir a pessoas não-indígenas.

[651] Ibidem, p. 45.

A narrativa, construída em tons poéticos, dava conta de rotinas vagarosas, quase preguiçosas, alheias à correria da vida moderna. Era o passar arrastado desses dias que se mostravam excepcionais exatamente porque fugidios e alheios à movimentação intensa. Esse não-fato da vida cotidiana, repetido a esmo dia sim e no outro também, tornava-se notícia e seria oferecida à leitura curiosa, corrida, apressada, feita nos intervalos, nos poucos momentos de descanso e lazer daqueles que habitavam a *urbe*, viviam na *civilização*.

Era ali, no paraíso idílico representado pelo parque Nacional do Xingu, situado na chamada Amazônia Legal, que os irmãos Orlando e Claudio e Villas Bôas *protegiam* e cuidavam na *integração paulatina*[652] de indígenas pertencentes a diversos povos. Era ali que estes haviam encontrado proteção para viver em paz, enquanto seriam ensinados, guiadas a operar a transição à sociedade modernidade. Era ali que ainda poderiam ser *índios.*

A edição número 14 de *Realidade*, que chegou às bancas em maio de 1967, indicava tiragem de 455.000 mil exemplares e trazia a matéria expressiva sob o título de *A alma boa dos Vilas Boas*, assinada pelo repórter de texto Carlos de Andrade e pelo repórter fotográfico Luigi Mamprin.

No sumário, na seção *Perfil*, a matéria era apresentada nos seguintes termos: "**A boa alma dos Vilas Boas** — Eles eram três irmãos que resolveram proteger e cuidar dos índios. Um morreu. Os outros continuam sua luta, no Xingu"[653].

Internamente, o *lead* a destacar e contextuar a reportagem, indicava bem o caminho que se seguiria. A *dura missão* dos irmãos Villas Bôas era tomada como exemplo de desprendimento e do compromisso esperado do *branco civilizador*, que se aventurava pela selva em causa humanitária:

> A maioria dos 70 mil índios que ainda vivem no Brasil desaparecerá quando a civilização o ocupar a Amazônia. Entre os poucos que sobreviverão estão os 1.200 índios das 14 tribos que moram no Parque Nacional do Xingu protegidas por dois homens brancos[654]

A escrita em estilo fronteiriço entre a crônica literária e a linguagem jornalística, conforme tornou-se marca da revista, tinha suas reportagens marcadas por certo efeito

---

[652] A *integração* lenta, "assistida", qual seja, aquela que tentava preservar o habitat e os modos de vida indígenas e não os lançava diretamente em contato com a sociedade *moderna*, era compreendida pelos irmãos Villas Boas a maneira menos violenta de operar a *atualização* desses povos.

[653] AZEVEDO, Carlos; MAMPRIN, Luigi. A alma boa dos Vilas Boas. **Realidade**, Mai. nº 14, 1967, p. 3.

[654] Ibidem, loc. cit.

dramático[655]. O texto é para informar. Mas era também para emocionar, impactar, provocar, mobilizar. O uso de adjetivos era recorrente e por meio do enredo traçado o leitor entrava em contato, a todo tempo, com as impressões do jornalista.

Para *Realidade* ou para os jornalistas que lhe davam guarida, o exercício da informação não estava desprovido de opinião[656]. O exercício da isenção era entendido como situar o leitor o mais próximo possível da realidade, chamá-lo, convidá-lo a sentir, deixá-lo em contato aproximado com a experiência narrada. E nessa narrativa destinada aos leitores das *selvas de pedras*, do mundo urbano, o binômio *civilizado* vs. *indígena* era estruturado numa trama que construía, paulatinamente, a ideia do *bom selvagem*[657] para o indígena, em detrimento do *bárbaro implacável*.

Ganhava relevo no decorrer do texto a perspectiva de que a *civilização*, enfim, chegaria a Amazônia. Todavia, essa chegada arrastaria consigo os últimos homens desprovidos de maldade e ambição e por isso, caberia a *Realidade* fazer o registro, narrar os momentos últimos dessa transição *inevitável.*

Os indígenas são tomados ou apresentados em uma ingenuidade próxima da santidade, o que em determinados momentos, quase lhes retira a humanidade, a possiblidade de serem responsáveis por suas próprias vidas e atos. Tanto que são *tutelados*, protegidos por dois *homens brancos*. Existiram até aquele momento, mas dali em diante, não sobreviveriam ao futuro sem contar com a *tradução*, com a leitura do mundo e das novas experiências que se seguiriam, cuja chave de acesso lhes seria fornecida pelos *caraíbas.*

> Ali mora Cláudio Vilas Boas por longos períodos, interrompidos apenas pelas ocasionais penetrações na selva, viagens ao Pôsto Leonardo[658] e raras idas a São Paulo, para visitar parentes. Nesse refúgio onde só se chega de avião ou de barco, êle pode se esconder das pessoas que não lhe são íntimas.

[655] Sobre a proposta editorial de Realidade, cujo jornalismo se situava entre a prosa e crônica literária, discutimos esses elementos no segundo capítulo.

[656] Essa é uma questão bastante reiterada por Mylton Severiano (2013), um dos editores da revista em sua fase inicial e que segundo afirma, a publicação tinha o intuito de informar o leitor, mas isto não excluía o exercício da opinião, da intervenção do jornalista na matéria. A *isenção* estaria, assim, mais no compromisso em informar do que na forma do texto, que não se pretendia *objetiva, jornalística*, como se tornou prática corrente depois e da qual a *Veja* foi tomada como exemplo, pois esta se pretendia uma *revista de informação*, com linguagem mais direta, objetiva.

[657] A leitura em certos momentos faz lembrar a percepção um tanto romantizada do Rousseau sobre o *bom selvagem* e a ideia de que naturalmente o homem seria bom, mas a vida em sociedade o corrompe, presente à guisa de exemplo no *Emílio*. Essa leitura que se aproxima de Rousseau foi em dada medida reatualizada em novela de Vercors, publicada no Brasil sob o título *Os animais desnaturados*, em 1956, pela Difusão Europeia do Livro.

[658] Leonardo Vilas Boas, o mais novo dos três *aventureiros* falecera em 1957, numa cirurgia de coração.

> Pois **amizade** é alguma coisa muito valiosa para Cláudio, que demora a fazer amigos e arma barreiras em defesa de sua capacidade de amar sem cuidados. Há quem diga que Cláudio gosta mais de índios que de civilizados. Não é verdade, pois sua formação humanista só lhe permite ver, em todos, sêres humanos. Mas é certo que com os índios não precisa de reservas, porque eles não têm o gôsto de ferir[659]

O *ali*, indicado pelo repórter Carlos Azevedo, correspondia ao posto Diauarum. A menção ao local onde residia Cláudio Vilas Lobos, era o mote que convidava o leitor a conhecer o sertanista. O posto tinha aparência de *um lugar muito antigo, embora recente*, o que lhe dava um *jeito de eterno.* Tal apresentação, antecipava alguns elementos da personalidade do seu morador: um espírito humanitário, *capaz de amar sem cuidados* e por isso, preferia o convívio com os indígenas, cuja índole, dada ao exercício da gentileza, não tinha o (mau) hábito de ferir quem lhes era caro.

> A figura tresnoitada de Cláudio, suas roupas largas e amarrotadas (êle mesmo lava, mas não passa), seus óculos de míope, não se casam com a imagem do arrojado desbravador de selvas que é. Tem os gestos lentos, mas precisos. Habituado a andar no mato, mesmo em terreno limpo parece estar se desviando de obstáculos. Os passos são quase trôpegos e o tronco se curva para frente, como a desviar de galhos e cipós. Os olhos cravados no chão, procurando o caminho. Outra coisa que êle está sempre procurando, em casa ou nos acampamentos, são os óculos que deixou em alguma parte, bem guardados para não perder"[660]

Segundo Carlos Azevedo, havia momentos em que Cláudio abandonava o silêncio e o comportamento circunspecto, introspectivo e discutia com gosto parte das questões humanas que o afligiam. Se duvidava da existência de Deus, poderia, então, crer na obra civilizatória humana?

> — Há questões que meu raciocínio não consegue elucidar. Se uma criança morre de fome ou na explosão de uma granada numa guerra, quem reparará esta crueldade? Deus? Os governos? Não. Eu acho que quem paga por isso é a nossa civilização. Cada vez que uma criança morre assim, nossa civilização volta ao marco zero, e tem que começar tudo de novo[661]

As dúvidas angustiadas a respeito dos (des)caminhos da *civilização* tinham, contudo, seus limites, tanto que Claudio atuava com desvelado altruísmo no processo de *integração*

---

[659] AZEVEDO, Carlos; MAMPRIN, Luigi. A alma boa dos Vilas Boas. **Realidade**, Mai. nº 14, 1967, p. 74. Destaque em negrito da matéria.

[660] Ibidem, loc. cit.

[661] Ibidem, loc. cit.

lenta do indígena ao mundo *civilizado.* Tradutores do *progresso*, Claudio e Orlando, os irmãos Villas Bôas, faziam o meandro, apresentavam ou operavam paulatinamente a transição dos indígenas à sociedade *moderna*. Na acepção de Claudio, os indígenas estariam em outro tempo, no tempo da *pré-história* e assim fazia-se preciso atualizá-los temporalmente, a ponto de serem inseridos na história.

Os irmãos Villas Bôas atuavam como uma espécie de tradutores ou senhores do tempo, cuja missão era equacionar a assimetria da experiência na vivência temporal entre *eles* e *nós*. O perfil continua a ser traçado a partir da tópica *civilização x* indígenas desprovidos de maldade, em estado de graça, quase natural: "Há diferenças de tratamento: com os brancos Cláudio é gentil e sóbrio. Para os índios escolhe as melhores palavras e gestos ingênuos de amor"[662].

A trama da reportagem segue aliando o exótico ao espetacular, como parte de sua estratégia narrativa. Informa que Cláudio cita ou se explica usando passagens da filosofia kantiana, comenta que Bertrand Russel, ao saber que em meio ao isolamento e solidão das "selvas da Amazônia um homem lia e discutia sua obra, mandou-lhe o volume **Ciência e Religião,** autografado"[663]

A figura do selvagem que passou a marcar de forma reiterada os relatos de viagem a respeito do *novo* ou da *quarta parte do mundo* movimentou tanto as concepções que se tinha das sociedades quanto da própria noção de tempo. Onde se situariam esses povos? Eram *bárbaros* situados antes da história? Desenvolver-se-iam em direção à história? Com eles, seria possível aprender sobre as sociedades passadas – ditas primitivas – e, portanto, conhecer o passado no presente? O conhecimento, a divulgação da *quarta parte do mundo* mexia, alterava, movimentava o *regime de historicidade* (HARTOG, [2003] 2013) então em voga, e entremeada por um novo vocábulo: *progresso*.

A exemplo do que ponderara Reinhart Koselleck ([1979] 2006), abriu-se uma espécie de distensão entre os dois regimes vigentes no mundo ocidental de então: o *antigo* e o *moderno*. Se os antigos outrora foram também *selvagens*, os *selvagens* recém descobertos corresponderiam a resquícios vivos de um passado que se suponha morto ou poderiam indicar ainda que no futuro, poderiam ser igualmente *modernos*? Entre uma perspectiva e outra, qual seria o papel dos *modernos*? Estudar os selvagens para melhor compreender *in loco* como fora

[662] AZEVEDO, Carlos; MAMPRIN, Luigi. A alma boa dos Vilas Boas. **Realidade**, Mai. nº 14, 1967, p. 74.

[663] Ibidem, loc. cit. Negrito presente na obra.

o passado ou auxiliá-los na travessia rumo à modernidade, de forma que pudessem sair do estágio – ou estado – de *barbárie*, de *selvageria* e atingissem a *civilização*? Ou ambas possibilidades, já que estas não seriam perspectivas autoexcludentes?

Esses questionamentos, postos pelos *modernos* vão sobreviver ao acaso e a aurora dos anos e serão colocados, séculos depois, como missão pelos irmãos Villa Bôas. Mas não somente por eles. Indígenas com acesso a celular, carro e computador continuariam a sê-lo? O indígena precisaria usar trajes *tradicionais* – ou não usá-los – e falar línguas desconhecidas ao "branco" para sê-lo?

Outros elementos do cotidiano de Cláudio eram dados a conhecer aos leitores: seu gosto por armas de fogo, notadamente os revólveres, suas habilidades de tiro, sua distração e astúcia na caça, a moradia simples, modesta, a rede, as leituras. Sua rotina via-se frequentemente alterada pela presença de indígenas e os ritos, cantorias e danças que faziam ali. Ou antes, estes faziam parte de sua rotina.

Já o traço com que o repórter Carlos Azevedo construiu a figura de Orlando Villas Bôas era menos filosófico e mais político, tratava mais dos *contatos humanos* dele fora da *selva* em busca de ajuda e mantimentos aos indígenas. Relatava que Orlando fazia também o trabalho de divulgador entusiasmado da vivência, da forma, dos modos de vida de povos que parecem *outros* aos leitores e telespectadores curiosos, que buscam nos relatos dele, a imagem da excepcionalidade pitoresca.

> Orlando não passa o ano inteiro no mato, como Cláudio. Em novembro, quando as chuvas começam a ficar fortes, êle se muda para São Paulo, de onde comanda até fins de março do ano seguinte a fase de grandes compras, acordos de assistência médica com hospitais e viagens ao Rio e Brasília, lutando por mais verbas para o parque. Ê o que êle chama de seu trabalho "político", sempre bem sucedido por causa de seu bom-humor, sagacidade e insistência. No meio disso faz conferências e proclama para todo lado sua admiração entusiástica pela naturalidade e felicidade dos índios. Suas histórias deixam as platéias encantadas. Mas Orlando não faz isso apenas para conseguir ajuda. Êle acredita no que diz[664]

A descrição do perfil de Orlando continha também elementos que procuravam aproximar o leitor do biografado, investia primeiro na empatia, depois na simpatia: engraçado, calmo, cômico, gostava de fazer os indígenas rirem em situações que para os *civilizados* – a expressão vai e volta, é amplamente retomada no texto para demarcar as fronteiras entre indígenas e não-indígenas – são pueris, ingênuos, sem sentido de ser na graça ou comicidade.

[664] AZEVEDO, Carlos; MAMPRIN, Luigi. A alma boa dos Vilas Boas. **Realidade**, Mai. nº 14, 1967, p. 75.

Mas ao relatá-las, dava conta de construir a imagem do *outro*: é assim que *eles* são, ora temperamentais, pouco racionais, mas marcados por uma ingenuidade que era encantadora... e assim o *bom selvagem* que carecia da proteção dos *civilizados* para resistir e existir, frente a tomada da floresta pela *civilização*, aos tempos novos, vai se inserindo na história, a partir das ações dos irmãos Villas Bôas:

> Nesses 23 anos de convivência os irmãos Vilas Boas têm tentado conhecer o máximo da vida cultural indígena, penetrar-lhe a intimidade e desvendar suas formas de pensamento. Leonardo, o irmão que já morreu, conhecia várias línguas faladas na região. Cláudio também conhece. Os índios têm-lhes revelado segredos que jamais contaram a qualquer civilizado. Os Vilas Boas prometem o lançamento de um livro[665] com essas informações, que deverá se chamar "Xingu". O trabalho será dividido assim: Cláudio fará a descrição do meio físico e outros capítulos, entre eles a **pajelança,** medicina indígena. Orlando fica com a parte das lendas e costumes[666]

A reportagem trazia também um *elogio sincero* a maneira como os irmãos Vilas Boas se estabeleceram e percebiam a vida, a convivência, a existência entre os indígenas. Havia respeito, aprendizados, admiração mútuos; ainda que na narrativa construída, o tom apocalítico da despedida de um mundo que sucumbe, pareça saltar aos olhos, afinal, ela informava aos brasileiros de 1967 sobre uma Amazônia que precisava ceder passagem ao *desenvolvimento*, a *civilização.* Restariam como testemunhas desse tempo e de tal transformação, matérias como aquelas, narradas em prosa poética, quiçá no desejo que fossem também proféticas.

A visão dos irmãos Villas Bôas, contudo, não deixava de abarcar a dureza da realidade de quem precisava se deslocar constantemente àquela região, em vidas narradas em tons de aventura. Saídos de São Paulo, capital, movidos pela curiosidade de descobrir na vivência mundana o traçado dos mapas e quem sabe até alterá-los, foram inspirados, segundo *Realidade*, pelo exemplo do Marechal Rondon. A missão posta no horizonte atendia ao desafio proposto ainda por Getúlio Vargas, de expandir a *marcha para o Oeste*, demarcar tais fronteiras.

Segundo *Realidade*, os irmãos Orlando, Cláudio e Leonardo[667] Villas Bôas ficaram com a responsabilidade de conduzir a expedição "Roncador Xingu" e em três anos, "abriram

---

[665] O livro foi publicado sob o título de *A marcha para o oeste: a epopeia da expedição Roncador* e a partir dele originou-se também o roteiro adaptado por Cao Hamburger para o cinema, no filme *Xingu* (2012).

[666] AZEVEDO, Carlos; MAMPRIN, Luigi. A alma boa dos Vilas Boas. **Realidade**, Mai. nº 14, 1967, p. 76. Negrito da reportagem.

[667] Leonardo Vilas Boas, o mais novo os três *aventureiros* falecera em 1957, numa cirurgia de coração.

400 quilômetros de picada, com quatro metros de largura, em linha reta"[668]. Consigo, além do desejo aventureiro, carregavam, numa espécie de atualização, o lema de Rondon para tratar e estabelecer contato com as populações indígenas: "morrer se preciso fôr, matar nunca"[669].

No trato cotidiano com os indígenas, os irmãos Villas Bôas também pareciam ter atualizado uma passagem da literatura ocidental bastante conhecida. Aquela que trata dos riscos de se cativar alguém, presente na obra *O Pequeno Príncipe,* de autoria do escritor francês Antoine de Saint-Exupéry e publicada inicialmente em 1943:

> Já na época das primeiras expedições, os Vilas Boas sentiram uma inquietação: era muito fácil cativar os índios. Logo êstes lhes dedicavam um amor sem restrições. Confiantes, entregava-lhes sem mêdo o destino de suas tribos. Os três irmãos sabiam o que tinha acontecido a tantas tribos que iniciaram dessa forma o convívio com os brancos: êstes as cativavam, depois as abandonavam e elas pereceram. Os rapazes sentiam claramente que com aquêle amor nascia um compromisso. Podiam ignorá-lo como antes todo mundo fizera. Mas resolveram aceitar a responsabilidade de ajudá-los, embora soubessem que a tarefa poderia tomar-lhes tôda a vida[670]

Qual seja, os futuros *desbravadores* deveriam tomar a ação dos Villas Bôas como exemplo, posto que se sentiam *eternamente* responsáveis pelos indígenas que cativaram. A empreitada narrada em tons dramáticos, com pitadas de heroísmo e poesia pela reportagem de *Realidade,* informava que já durava 23 anos a ação dos irmãos no Parque Nacional do Xingu. Trazia também as impressões de Cláudio Villas Bôas a respeito dos indígenas e do futuro que estaria reservado a própria Amazônia, cuja realização parecia a ele irrefutável: ambos, indígenas e floresta, seriam invariavelmente tragados pela *civilização,* que transformaria a *selva* e os que nela habitavam, a partir das trilhas que ele ajudara a abrir.

De uma forma ou de outra o contato com o *homem branco,* com o *mundo civilizado* daria um fim aqueles *povos tradicionais,* argumentava Cláudio. A única maneira de minimizar os impactos, segundo ele, eram iniciativas como o parque do Xingu, nas quais as populações indígenas seriam paulatinamente preparadas para adentrar à *modernidade.* Citava, então o exemplo do contato com os Calapalos e os Camaiúras, momento em que teriam colocado em prática saberes legados por Rondon:

---

[668] AZEVEDO, Carlos; MAMPRIN, Luigi. A alma boa dos Vilas Boas. **Realidade**, Mai. nº 14, 1967, p. 77.

[669] Ibidem, loc. cit.

[670] Ibidem, p. 78.

> — Nosso primeiro encontro foi com os calapalos. De início êles se esconderam na mata. Nós chamamos e êles voltaram para fazer uma alegre camaradagem. Pouco mais tarde conhecemos os camaiurás, que nos receberam com flechas atiradas por cima de nossas cabeças. Não fugimos e êles vieram conversar. Foi o comêço de outra grande amizade. Sabendo disso, Rondon nos nomeou representante do Serviço de Proteção aos Índios na região. Então, tínhamos duas missões contraditórias: desbravar a selva e proteger os índios. Mas aos poucos nós iríamos descobrindo o que fazer. Nessa época nos debatíamos constantemente em busca de uma orientação. Conhecíamos a de Rondon: atitude pacífica, respeito à terra, não-intervenção em seus costumes, pacificação seguida de tentativa de integração em nossa sociedade. Sabíamos também que, apesar disso, as tribos pacificadas continuavam desaparecendo. A tentativa de integração de uma tribo a destruía tanto quanto uma horda de seringueiros[671]

A *integração*, conforme percebia Cláudio, deveria ser paulatina, construída aos poucos, de maneira a respeitar o *habitat* e os modos de vida indígenas. Assim, ponderava, a *integrá-los* não teria os mesmos efeitos de uma *horda de seringueiros* entre esses povos.

> — Ao tentar integrar-se, o agrupamento indígena tinha de atravessar verdadeiras barreiras de bacilos e doenças — gripe, pneumonia, tuberculose, sarampo, verminose — e quando se tornava relativamente imunizado, já havia perdido mais da metade de seus indivíduos. Uma estrutura social baseada num coletivismo primitivo, como a dos índios, ao perder metade de sua população fica desorganizada. E era nessa situação crítica que a tribo enfrentava a etapa mais dura do processo: integrar-se, tornar-se produtiva.
> — O abismo existente entre as duas culturas, os preconceitos, a ambição e a malícia de muitos civilizados se encarregavam de concluir a destruição. Em poucos anos a tribo estava reduzida a mendigos, bêbedos e prostitutas[672]

Tal perspectiva corroborava, em alguma medida, a visão tornada bastante comum a respeito dos indígenas: eles eram tomados por povos em estágio quase *primitivo* e a sua atualização no tempo precisava ser mediada por pessoas cuja sensibilidade possibilitasse tal travessia, sem que perdessem a coerência sobre si mesmos, trajetória essa que tornaria possível não se alienarem de toda a identidade construída na aurora dos anos.

Essa visão a respeito dos povos indígenas, tão pouco se restringia aos Villas Bôas. A *selva*, a *natureza*, a *floresta* também estavam, ao que parece, atreladas a um destino quase irrefutável, reservadas a condição de alavanca que alçaria o país ao propalado *desenvolvimento*. Torná-las úteis à nação, ao projeto de *modernização* em curso estava na ordem do dia. A ação sobre indígenas e a dita *natureza* correspondia aos domínios de um mesmo campo, de mesma lógica e ordem: de um lado o projeto *civilizatório*; de outro o

[671] AZEVEDO, Carlos; MAMPRIN, Luigi. A alma boa dos Vilas Boas. **Realidade**, Mai. nº 14, 1967, p. 78.

[672] Ibidem, loc. cit.

projeto *modernizador*. Um encontrava e se justificava pelo outro. E neles, ambos, indígenas e *natureza* pareciam percebidos e encarados como objetos passíveis do domínio, do controle em nome do *progresso* que batia a porta, inexorável, com promessas de um futuro promissor.

Segundo Ana Valéria Araújo (2006), a criação do Parque Nacional do Xingu tomava por parâmetro os modelos dos parques nacionais criados com vistas a preservação da natureza, tal qual o modelo vigente nos Estados Unidos. A percepção que o orientava, se dava sob a perspectiva segundo o qual os indígenas passavam a serem reconhecidos enquanto tais, com direitos e respeito às vivências e culturas deles, sem que tivessem de passar por *transição* que os adaptaria a sociedade dita moderna:

> [...] o Parque do Xingu rompia com a visão predominante desde o final do século XIX: a de que os índios eram seres fadados à extinção, na medida em que deveriam evoluir e perder a sua condição de índios, sendo definitivamente assimilados pela sociedade envolvente. Embora a legislação nesse momento ainda servisse de base para a assim chamada política assimilacionista, o Parque do Xingu foi pensado para ser uma exceção a esta política e ao próprio modelo de integração dos índios. Os índios do Xingu deveriam viver no Parque sob um forte aparato estatal de proteção, o que lhes garantiria, pelo menos em tese, a manutenção de suas formas de vida intactas (ARAÚJO, 2006, p. 27)

A despeito das ponderações que possam ser feitas a ideia apresentada por Ana Valéria Araújo (2006), segundo a qual, dever-se-iam manter *intactas as formas de vida* indígenas, o que em alguma medida, remetia a noção de congelamento e negava-lhes a possibilidade de mudanças, se assim o quisessem, a posição dos Villas Bôas, reconhecidos defensores dos direitos desses povos a existência, mostrava deslocamentos em relação ao que ela acentuava sobre a criação do Parque Nacional do Xingu.

A luta, o empenho, a dedicação, a empatia que os irmãos Villas Bôas estabeleceram juntos aos indígenas, não desconsiderava o entendimento de que a missão deles, *homens brancos* entre esses povos, era operar a *tradução*, que levaria a *transição* de um mundo a outro; do estágio de cordialidade e ingenuidade, à racionalidade moderna.

Indígenas e *natureza* eram percebidos assim como forças ou elementos de uma mesma ordem dita improdutiva, numa relação de *alteridade*, eram os *outros* que tornar-se-iam *nós*. Para tanto, a transição precisava ser feita. E *Realidade* apresentava aos brasileiros a necessidade de se construir a travessia à uma nova realidade, projeto esse no qual os irmãos Villas Bôas, com valentia e desprendimento únicos, conforme a narrativa da revista, davam a contribuição deles, sem esquecer ou deixar de *cativar* os *povos da floresta*.

A fala de Cláudio parecia expressar com mais clareza essa questão, ao se utilizar de uma figura de linguagem, a comparação, de maneira que os leitores aos quais se dirigia, por meio do periódico, pudessem melhor compreendê-lo:

> - A intensidade do drama que vive um índio ao tentar integrar-se é igual àquela que um homem do nosso tempo enfrentaria na mesma situação, defrontando-se com uma civilização incrivelmente superior em sua estrutura e técnica, sêres que apareçam em aparelhos tão espantosos quanto o avião é para os índios, e que, para além de explorá-los economicamente, trazem-lhe doenças para os quais seus remédios não funcionam. Asseguram-lhe do alto de sua superioridade que seus deuses não são senão mitos, que seus costumes e sua ética fazem rir, que suas leis não têm valor. O nosso homem civilizado se sentiria esmagado[673]

Cláudio parecia calcular, buscava aproximar-se e fazer-se compreender a respeito de quão complicado era esse cálculo-ação que colocava em contato num mesmo tempo, povos que supostamente viviam em tempos distintos. No momento no qual reconhecia que o isolamento das populações indígenas não parecia ser a solução para questão, entendia que a doutrina de Rondon[674], tal qual imaginada por este no início, por si só, não garantia o direito desses povos à sobrevivência:

> —Tínhamos notado que a doutrina de Rondon não previa esta situação: o índio não podia saltar direto para a nossa civilização. Também rejeitávamos a tese de manter os índios indefinidamente afastados da sociedade brasileira, pois sentíamos que era uma atitude romântica, que negava a realidade, e os levaria à destruição também, só que mais tarde. Em vários anos de trabalho, sempre encontrando mais índios e tentando ajudá-los, enfrentando com éles epidemias de gripe e de sarampo, pensávamos nisso. A solução ia sendo idealizada dentro mesmo do nosso trabalho. Concluímos que só havia um caminho: estabelecer um ritmo muito lento de desenvolvimento para o processo de integração, dar-lhes um prazo de 50 a 70 anos. Só assim as tribos teriam tempo de atravessar as barreiras de bacilos, tornarem-se

---

673 AZEVEDO, Carlos; MAMPRIN, Luigi. A alma boa dos Vilas Boas. **Realidade**, Mai. nº 14, 1967, p. 78.

674 Rondon, um dos principais idealizadores do Serviço Proteção ao Índio/SPI, e que ficou muito tempo à frente daquele Serviço, reavaliou as próprias posições e entendia que a política de *integração* era equivocada. Esta levava mais ao *depauperamento* que ao *progresso*:
"Em 1949, em declarações ao jornal 'Diário Carioca', o próprio Rondon criticava parte da política do SPI: 'A tendência atual é afastar o índio, quanto possível, do contato pernicioso dos brancos. Já não se compreende a idéia errada de que os índios devem ser incorporados à nossa civilização'. E apontava a solução para o problema, num debate relatado pelo antropólogo Egon Schaden: 'Rondon' chegara à convicção de que já não se deveria nacionalizar os índios, o que, afirmava, 'cria problemas graves e desajustamentos', mas preservar as culturas tribais, tomando por base os padrões econômicos de cada uma delas, para se fomentar uma atividade de produção que, sem ser revolucionária, lhes proporcionasse os meios necessários para se integrarem à vida econômica das regiões em que vivem".
E, mais adiante: "Ao contrário do que antes admitira, o abandono de uma cultura tribal e a passagem para o estado de civilização, em vez de constituir um progresso, representa uma forma de depauperamento, o sacrifício de um modo mais genuíno de ser do homem". Cf.: REALIDADE. **Amazônia**. Out. nº 67, 1971, p. 207

> resistentes a êles, recuperarem-se em número e em organização tribal. Nesse meio tempo iam entrando aos poucos na civilização[675]

Para Claudio, a crença na *civilização,* a despeito de todos os senões apontados sobre a *integração,* continuava no horizonte. O *lugar social* (CERTEAU, [1975] 2011) mostrava-se, realmente, uma amarra difícil de largar. Era a partir da empatia de um humanista *civilizado,* que dedicara as duas últimas décadas da vida em nome da causa, em defesa dos indígenas, que Cláudio falava. E o fazia na perspectiva *missionária* de *salvá-los.* Não mais a alma, como outrora e ainda faziam/fazem os *missionários* embaixadores de Deus. Mas ainda assim, num tempo espraiado ao futuro, ficava exposta a perspectiva do desejo da *integração*.

Sem pressa, com paciência e na ação do tempo, os indígenas seriam *atualizados* e *incluídos* na sociedade *moderna*: "A maioria fala português. Penso que se o parque sobreviver por mais 50 anos, é provável que êstes índios entrem para a sociedade brasileira, não como párias, mas como indivíduos úteis, produtivos"[676]

Claudio Villas Bôas concebia por certo, fazer-se compreender pelos índios e compreender as formas de pensamento e organização social e cultural desses povos, por isso, podia atuar como uma espécie de tradutor entre *uns* e *outros*, como se fosse o ponteiro do relógio capaz de sincronizar e contemporizar tempos distintos. E tinha no horizonte a primazia de tirá-los do estado *letargia* e *preguiça*, torná-los corpos produtivos.

Fora do parque, da mediação que procuravam estabelecer entre *natureza* e *civilização*, os irmãos Villas Bôas pareciam não enxergar muitas possibilidades. E a experiência acumulada em duas décadas de vivência na floresta, a ocupar o duplo e fronteiriço lugar de defensores dos indígenas e representantes legais do estado, frente a política de expansão para o *oeste*, talvez não lhes ofertasse, possivelmente, alternativas.

> — Não sei explicar o que sinto e o que significa esta vida aqui no Xingu. Por ora minha resposta é só esta: olhe para aquêle índio. Fôra uma tarde muito quente, mas agora o Sol ia se escondendo por trás das árvores. O índio já havia preparado sua roça para plantar quando as chuvas chegassem. E naquela manhã havia pescado o suficiente. A sua liberdade, a disponibilidade do homem plenamente realizado eram evidentes nos seus passos descansados pelo gramado do pátio. A musiquinha da flauta, alegre, se repetia monótonamente. E o fato de êle estar fazendo isso àquela hora, naquele lugar, sem nenhuma razão senão a sua vontade, era espantoso e belo[677]

---

[675] AZEVEDO, Carlos; MAMPRIN, Luigi. A alma boa dos Vilas Boas. **Realidade**, Mai. nº 14, 1967, p. 78.

[676] Ibidem, p. 80.

[677] Ibidem, loc. cit.

A fala acima, atribuída por *Realidade* a Orlando, serviu de fechamento àquela crônica-reportagem e expressava parte das aporias cuja resolução permaneceria em aberto, não somente aos irmãos Villas Bôas: afinal, a *integração*, mesmo nos moldes pensados por eles, não corresponderia também a um ato etnocêntrico, de aniquilamento, de extermínio, de não aceitação do *outro*? Mas se assim o fosse, como conciliar a perspectiva de que o encontro de culturas enriquece e fortalece o legado cultural da humanidade, tal como entendia Claude Lévi-Strauss (]1959] 1989)[678]? Afinal, parafraseando o poeta Vinicius de Morais, a vida seria ou não a *arte do encontro*?

O incentivo a estas campanhas e o forte investimento do estado brasileiro nesse processo possibilitam inferir que não se considerava que os povos indígenas a ocuparem tais terras servissem ao projeto de *nação* que se almejava. A exemplo da *natureza*, eram coisificados, naturalizados e ditos *entrave*. Pertenciam mais ao mundo animal que ao dos homens, sendo frequentemente percebidos como desprovidos de humanidade.

6.3: Narrativas do *entrave:* *violentos, arredios, perigosos, hostis...*

Em *No rastro dos pioneiros*, Amizael Gomes da Silva, ao historiar as três *expedições* de Rondon, entre 1907 e 1909, com vistas a implementação de linhas telegráficas, a interligar os estados do Mato Grosso e do Amazonas à rede telegráfica brasileira, destacava que a segunda, realizada em 1908, teria sido a mais *perigosa* e difícil que a primeira, ocorrida um ano antes, em que pese, argumentava, ter sido melhor estruturada e contar com quantitativo maior de pessoas, à disposição de Rondon.

Entre as dificuldades, Amizael Gomes da Silva citava, principalmente a resistência dos indígenas Nhambiquaras, apresentados como "agressivos" e que "não deram descanso aos

---

[678] Conforme sugere, Claude Lévi-Strauss "a diversidade de culturas humanas não nos deve induzir a uma observação fragmentada. Ela é menos função do isolamento dos grupos que das relações que os unem" (LÉVI-STRAUSS [1959], 1989, p. 18) na procura constante por diferenciação, por construir traços que as distingam daqueles que se apresentam mais próximas geograficamente. Salvo raríssimas exceções, as quais dificilmente se sustentariam, se fossem operados recuos a passados remotos – falta meios (fontes) para fazê-los –, a interação entre as culturas humanas é um dado da experiência histórica delas. Qual seja, o isolamento total de uma sociedade seria quase impossível. Esse pode ser fato válido para período recentes, mas disposta em longa duração, tal isolamento seria fatalmente questionado pelas realidades outrora vivenciadas.

expedicionários"[679]. Na terceira empreitada, levada a termo em 1909, retomava os relatos sobre as estratégias contratadas pela comissão, nas quais se incluía a doação de objetos aos indígenas. E mencionava, novamente, a *resistência* dos Nhambiquaras, de difícil *pacificação*.

Ao tratar da *formação* do município de Jaru/RO e na busca por referenciar ali a presença longínqua de nordestinos, o que os tornariam, na percepção do autor, *pioneiros* na área, acentuava a disputa entre indígenas e seringueiros pela permanência na espacialidade, entre meados da segunda década do século XX.

> Dentre as grandes nações indígenas que dominavam a região territorial de Rondônia, destacavam-se os Jarus, que se localizavam às margens dos igarapés Pacaás Novas e Ouro Preto, afluentes do rio Mamoré; Aripuanã e Roosevelt, além do rio que leva o seu nome. Arredios e agressivos, os Jarus se confundiam com índios Toras, Urupás e os Pacaás Novos; estes últimos pertenciam às nações dos Jarus e Chapacuras.
> Ali, sob imenso tapete floral, entre o espaço geográfico já mencionado, e principalmente entre os rios que eram denominados pelos índios de "Tramac" e "Uaneri", mais tarde denominados pela comissão Rondon por Jaru e Anari, respectivamente. Vivia a nação Jaru, ao lado dos Tupis, Aruaques, Muras, Caraíbas[680], dentre outros grupos, até a passagem da linha telegráfica em 1909, quando Rondon rasgara a densa floresta tropical nas terras de Rondônia, em busca de Santo Antônio do rio madeira. Naquela época, já os nordestinos marcavam sua presença explorando o látex e arrasando as tribos locais, das quais Rondon ainda encontrou vestígios nítidos, como três grandes capoeiras e bananais, já denominados pelos seringueiros, por São Pedro, a que ficava em águas do Coatá, São José e uma outra mais para os lados do Anari. Tais capoeiras foram localizadas entre 1916-17, quando o tenente-coronel Nicolau Bueno Horta Barbosa, um dos membros da Comissão Rondon, foi incumbido de explorar o Anari, então localizou também, alguns poucos Jarus em andanças pela região[681]

Civilizar, integrar, desenvolver, amansar, assimilar, pacificar... são alguns dos verbos-ações, aos quais se recorria, com frequência, nas narrativas que tratavam dos *contatos* com os indígenas, na luta do migrante por *ocupar* e *colonizar* a espacialidade rondoniense.

---

[679] SILVA, Amizael Gomes da. **No rastro dos pioneiros**: um pouco da história rondoniana. Porto Velho: SEDUC, 1984, p. 72.

[680] A referência a Caraíba como povo indígena rondoniense só foi identificada, durante esta pesquisa, em Amizael Gomes da Silva (1984). Caraíba, conforme se explicitou em outros momentos, era a maneira como alguns povos indígenas, se rementiam ao "branco" ou não indígena. Exemplos podem ser acessados em partes das matérias, sobretudo de *Realidade*, citadas durante este trabalho. Também pode ser conferido no relato do chefe Atahulu, aldeia Ipatse, Alto Xingu, feito em 1982 e disponível no *link* Povos Indígenas do Brasil, do Instituto Socioambiental. Cf.: ATAHULU [1982]. **O aparecimento dos Caraíba**. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/O_aparecimento_dos_cara%C3%ADba Data de acesso: 02 de fevereiro de 2019.

[681] SILVA, Amizael Gomes da. **No rastro dos pioneiros**: um pouco da história rondoniana. Porto Velho: SEDUC, 1984, p. 87.

Esses verbos, quando flexionados a adjetivos, indicavam o resultado da *missão civilizatória*: *amansados, aculturados, pacificados*. Mas também reclamavam da contraposição a ela: *atacavam, atrapalhavam, guerreavam, matavam, resistiam*. Nesse percurso, os indígenas foram ditos e percebidos: *entrave, arredios, perigosos, violentos, primitivos, bravos, belicosos, agressivos, selvagens, hostis, resistentes*.

Em dissertação de mestrado, publicada em livro e intitulada *Rondônia, evolução histórica: a criação do território federal do Guaporé, fator de integração nacional*, Emanuel Pontes Pinto, nas poucas menções que fez aos indígenas, situavam-nos nas chaves de leitura acima indicadas.

O fazia ao historiar as ações de *desbravamentos* de Rondon, na espacialidade que posteriormente, seria Rondônia. Assim, ao remeter-se ao lema "Morrer se preciso for, matar nunca", a conjunção de verbos e adjetivos aos quais recorria, para classificar as ações dos povos indígenas, frente as *empreitadas colonizadoras*, carregavam e evidenciavam marcas plausíveis do *lugar social* (CERTEAU, [1975] 2011) ocupado pelo narrador:

> A expedição no rumo do Norte para atingir as cabeceiras do rio Juruena, efetuada pela terceira seção, saiu, em agosto de 1907, da Vila de Brotas, nas proximidades de Cuiabá, e a 7 de setembro atingiu a serrania dos Parecis. Prosseguiu dali até alcançar a região dominada pelos índios Nhambiquaras, nas margens do rio Juruena. Quando estacionou, com o acervo de 607 quilômetros de percurso, estes silvícolas atacaram. Rondon recuou para o vilarejo Diamantino, evitando um confronto indesejável, porque os planos dessa primeira etapa já tinham sido concluídos e a aproximação da estação chuvosa aconselhava a retirada.
> A segunda arrancada aconteceu no ano seguinte (1908), a partir do rio Juruena, atravessando a região habitada pelos Nhambiquaras e Tapaniumas, na serra do Norte, sempre hostilizada por aqueles silvícolas. A terceira fase da exploração, realizada em 1909, começou a 2 de junho, com a travessia das serras que separam as bacias dos rios Gi-Paraná e Guaporé até atingir, em setembro de 1909, o rio Pardo, tributário do rio Jamari[682]

A semântica a que se tem se recorrido, para enredar a chamada experiência do *contato*, evidencia, portanto, *marcas de enunciação* (HARTOG, [1980] 2014) e dar a ver o *lugar social* dos narradores, a maneira como dizem e percebem o *outro*. Isto observa-se, por exemplo, nas obras de Edilson Lucas de Medeiros, *A história da evolução sócio-política de*

[682] PINTO, Emanuel Pontes. **Rondônia, evolução histórica**: a criação do território federal do Guaporé, fator de integração nacional. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1993, p. 117.

Rondônia e *Seringueiro, o desbravador da Amazônia*[683], autor que busca se colocar, em seus escritos, em posição empática aos indígenas.

Em *A história da evolução sócio-política de Rondônia*, Edilson Lucas de Medeiros mencionava a *resistência implacável* dos indígenas, à presença estrangeira no vale do Madeira e entre estes povos, destacava os Mura, os Torá (Parintintin), os Mawé e os Mundurukú. Historiava assim, os conflitos e os *ataques* que os *índios hostis* e *arredios* aos *invasores brancos*, travaram contra estes.

> As margens do caudaloso Madeira eram habitadas por várias tribos. Os estudiosos do assunto falam em 32 tribos indígenas que viviam ao longo das margens do rio Madeira. Os historiadores falam que essas tribos foram pacificadas no decorrer do tempo; algumas com facilidades e outras, com extremas dificuldades. Entre as tribos que apresentaram um comportamento extremamente belicoso citamos os *Torá, os Poma, os Mura* e os *Parinitintin.* Os *Mura* habitavam a região onde hoje se situa o Distrito de Calama. Depois que tiveram alguns membros de sua tribo levados como escravos por um forasteiro português que descia o rio Madeira, os índios tornaram-se hostis e arredios, passando a atacar a população que habitava as margens do Madeira na extensão entre Calama e a área das cachoeiras.
> Os *Torá* viviam às margens do rio Madeira, na confluência do rio Maicy. Esses índios ofereceram aos invasores brancos uma resistência implacável. A situação tornou-se tão difícil que foi criada uma guarnição militar para fazer frente aos ataques dos *Torá* e *Mura* mas, mesmo assim, esses índios conservaram-se independentes e hostis até o ano de 1.784[684]

Tratava também da aproximação paulatina, que permitiu ao indígena compreender a *superioridade* da *civilização branca*:

> **A HERANÇA DO CONTATO**
> Na verdade, o contato entre índios e civilizados se processa inicialmente numa condição de igualdade e enquanto a tribo conservar alguma potência guerreira capaz de impor respeito, os agentes da sociedade civilizada, é claro procuram ter um certo cuidado. Pouco a pouco. Essa relação vai assumindo as formas e características de dominação. As mudanças dependem da maior ou menor aptidão de organização tribal.
> As oportunidades oferecidas inicialmente respeitam os conceitos, os hábitos e os comportamentos tradicionais, estimulando o indígena a uma condição de autoconfiança. Porém, a partir do momento em que o índio passa a entender o quanto ele é impotente e insignificante diante da grande organização social branca (civilização), essa relação, aos poucos, vai levando a uma quebra dos costumes e das tradições tribais. É claro, que aí se inicia o verdadeiro processo de subordinação que vai se acentuando gradativamente, à medida que o índio é obrigado a reconhecer regras e

[683] Discutimos estas obras no quinto capítulo. Aqui, para evitarmos repetição excessiva, e dada a quantidade de narrativas a cotejar, nos centraremos somente na primeira obra mencionada.

[684] MEDEIROS, Edilson Lucas de. **A história da evolução sócio-política de Rondônia**. Porto Velho: Rondonforms editora e gráfica ltda, 2004, p. 39-40. Itálicos do autor.

> limitações de suas fronteiras morais e físicas, limitando assim, as suas ações[685]

O exercício de empatia tentado por Edilson Lucas de Medeiros parece ter efeito contrário. No intuito de situar a *inferioridade* indígena frente ao arsenal material e técnico – ou tecnológico – do *invasor civilizador*, restaria bem pouco a esses povos, a não ser reconhecerem suas *limitações morais e físicas.* Na busca por ressaltar as violências sofridas pelos indígenas, os reduz a condição de *vítimas* destinadas a serem submergidas. Uma operação de benevolência que era uma outra maneira de negar-lhes a humanidade. Todavia, quando estes resistem, são ditos entraves, violentos, hostis, implacáveis.

A percepção era, pois, cambiante. Situa-se numa benevolência, que a despeito de bem-intencionada, praticamente nega a humanidade ao indígena. Ele era dito o *habitante primitivo* e o relegava a condição de vítima de uma ação *civilizatória* pensada, desde o início, como um *destino manifesto.*

A própria organização da obra, ao tomar por ponto de partida, as presenças de europeus e *bandeirantes* na Amazônia, reforçava essa percepção. A outra chave de leitura era a do entrave. Quando não aceitavam a *ocupação,* entravavam a colonização, tornavam-se ameaçadores, praticavam atos violentos, o que por sua vez, justificava que o *invasor civilizado*, se utilizasse da chamada *guerra justa*.

Depois de justificar o processo *civilizatório* e compreender que em tal percurso, o indígena se colocou, por vezes diversas, na condição de *entrave* à empreitada, reclamava da violência da qual teriam sido vítimas, no que se incluía a desterritorialização, a subordinação, a exploração e as doenças contraídas durante os *contatos.* Todavia, não lhes restariam alternativas.

Apesar da reconhecida boa vontade, a percepção de Edilson Lucas de Medeiros parece marcada por determinado *imaginário*, que não enxergava outra possibilidade de existência fora do *nosso* conceito de *civilização*, e das ações e benzesses que ela acarretaria. Seria necessário, então, agir de maneira *humanitária*. Não se deveria exterminá-los, como outrora se fez, com tamanha violência e desfaçatez.

Deveria ser-lhes garantido o *amansamento*, como faziam os missionários de antanho e possibilitar-lhes o direito à transição temporal, de maneira a se tornarem nossos contemporâneos. Sim, porque uma das percepções ainda corrente é a de que eles estão na

[685] MEDEIROS, Edilson Lucas de. **A história da evolução sócio-política de Rondônia**. Porto Velho: Rondonforms editora e gráfica ltda, 2004, p. 142.

infância da humanidade, por isso, *primitivos* – uma estranha associação entre *primeiros* e *atrasados* –, sendo necessário atualizá-los. Assim, embora o extermínio físico seja denunciado, apontado, confessado e desaprovado; o extermínio cultural, ao que parece, pode seguir seu curso[686].

Ao tratar dos conflitos ensejados entre seringueiros e indígenas, na mesorregião do Madeira-Guaporé, Edilson Lucas de Medeiros mostrou-se bem econômico e genérico. Informava que "A ação civilizada tem sido no decorrer do processo histórico-ocupacional[687] irreparável e cruel"[688]. Acrescentou que "Nem no passado, e muito menos no presente, os indígenas foram respeitados"[689] E concluiu:

> O egoísmo e a ganância desenfreada têm sido a tônica do processo, aproveitando-se de uma legislação débil e contemplativa onde os agentes de lei também são coniventes. Os carrascos exploradores cometem os piores delitos contra os povos indígenas e a ordem natural[690]

Na conclusão, mencionou novamente os conflitos estabelecidos entre *exploradores (civilizados)* e *indígenas* durante os primeiros e segundos ciclos da extração do látex. Mas o efeito maior desses confrontos teria sido, conforme argumentava, o deslocamento desses povos, *expulsos, empurrados e compelidos* das margens dos grandes rios, onde costumavam estabelecer paragem, *para o interior das florestas*, em áreas que também seriam *ocupadas* por seringueiros.

> Durante os anos da extração da borracha, várias tribos que se comportaram aguerridas, foram brutalmente varridas e exterminadas sob o fogo do "*papo-amarelo*", e da espingarda 12, acionados pelas mãos cruéis dos seringueiros e caucheiros. As poucas tribos que ainda resistiram a essa etapa de

[686] Recentemente, o documentário Ex-pagé (2018), sob a direção de Luiz Bolognesi, com sensibilidade ímpar, conseguiu aproximar do público, parte das aporias que envolvem a ação evangelizadora de missões religiosas cristãs, sempre bem-intencionada, entre povos indígenas. No caso em tela, trata do povo Suruí, localizado entre os estados de Mato Grosso e Rondônia. A bem da *verdade* – para fazer uso de expressão tão cara e recorrente neste trabalho –, a perspectiva salvacionista e a mencionada *boas intenções*, não raro ambivalentes, também têm marcado a convivência, estudos e programas, que sujeitos de áreas diversas do conhecimento acadêmico, têm pensado e executado junto a esses povos. Este é tema espinhoso, para o qual não se dispõe de saídas nem respostas fáceis. Com frequência, na ânsia de defendê-los, acabamos por silenciar esses povos, ao falar em nome deles e retirando-lhes a possibilidade de falar em defesa de si mesmos. Talvez, vez por outra, fosse o caso de ouvirmos mais e duvidar, de pôr sob suspensão, a nobreza de parte de nossos ideais e ações.

[687] O autor dividiu a obra em quatro períodos: Reconhecimento, Ocupação, Pré-povoamento e Povoamento. Qual seja, o *processo histórico-ocupacional* é o recorte em que situa os chamados ciclos da borracha.

[688] MEDEIROS, Edilson Lucas de. **A história da evolução sócio-política de Rondônia**. Porto Velho: Rondonforms editora e gráfica ltda, 2004, p. 142.

[689] Ibidem, loc. cit.

[690] Ibidem, loc. cit.

> confrontos e que permaneciam hostis, foram submetidas, dominadas, e algumas exterminadas durante a fase de povoamento e expansão agrícola de Rondônia[691]

Medeiros situa os conflitos em dois momentos principais: durante o contato com europeu, bandeirantes e jesuítas, processo continuado com os seringueiros; e depois, a partir dos anos 1950, quando se intensificou a *colonização*, no curso da BR-364, para o chamado sul de Rondônia, área que depois seria designada pelo IBGE de mesorregião do leste rondoniense.

Se as narrativas produzidas nesta mesorregião, comumente silenciam a respeito do *contato* e dos conflitos travados frente aos indígenas, o relato apresentado por Medeiros mostrou-se assertivo. Segundo ele, em 1950, no então território federal do Guaporé, estimativas realizadas por José Bezerra Duarte, a época inspector regional do Serviço de Proteção ao Índio/SPI, indicavam população indígena aproximada de 25 mil pessoas.

O cenário apresentado por Edilson Lucas de Medeiros, no que chamou de *contato* dos *habitantes primitivos* com os *invasores civilizados*, a partir das décadas de 1960 e 1970, era de guerra aberta: "Os índios atacavam para garantir e defender os seus territórios. Os invasores brancos também atacavam, buscando a sua auto-afirmação e domínio do espaço territorial"[692].

Com a intensificação da migração, no que atualmente corresponde a mesorregião do leste rondoniense, o retrato *nu* e *cru* que sua escritura dava a ver, era de genocídios reiterados. A BR-364, projetada e ansiada, vista como solução à *integração* e estratégica na luta contra *solidão* e o *isolamento* amazônicos, foi percebida pelo autor "como o início de uma nova etapa da história de Rondônia"[693]. Segundo ele, "Os Suruís que habitavam a localidade de Riozinho tiveram os seus territórios cortados pela BR-364. Mesmo a tribo buscando os seus direitos com coragem e determinação não resistiram"[694]. A despeito da percepção cambiante que marca sua visão a respeito desses povos, sua narrativa oferece dimensão dramática dos conflitos que essa experiencia abarca:

---

[691] MEDEIROS, Edilson Lucas de. **A história da evolução sócio-política de Rondônia**. Porto Velho: Rondonforms editora e gráfica ltda, 2004, p. 269.

[692] Ibidem, p. 145.

[693] Ibidem, loc. cit.

[694] Ibidem, loc. cit.

> Durante os anos de 1.960 e 1.970 aconteceram fatos que se perderam nas trevas do tempo e que irão continuar nas páginas do anonimato. O Território Federal de Rondônia durante os anos [a]cima citados, passava por um processo geopolítico e a ordem era ocupar, explorar, povoar. Grupos indígenas inteiros foram varridos de suas terras. No Sul do Território de Rondônia, os Cinta-Larga ameaçavam pela audácia e coragem. Na verdade, eles lutavam para garantir o espaço territorial que há muito ocupavam.
> Diante da audácia e ferocidade que os índios apresentavam, colocando em dificuldade o processo de ocupação, fazendeiros e autoridades coniventes em 1.963, como forma de repreensão, bombardearam a Aldeia dos Cinta-Largas. Na operação de guerra contra os índios foi usado um avião, que após o lançamento de bombas, ainda efetuavam vôos rasantes em volta da aldeia, usando potentes metralhadoras, procurando varrer os índios que haviam escapado e sobrevivido ao bombardeio. A operação nazista em solo brasileiro na região do atual município de Vilhena-RO, justificava-se pela necessidade de ocupar, desenvolver e povoar a região[695]

Na ação dos seringueiros, na mesorregião do Maderia-Guaporé, o argumento do autor era o de que *habitantes primitivos* haviam sido hostilizados e afastados. As iniciativas reiteradas de extermínio ter-se-iam dado de maneira drástica, na *colonização* desencadeada no sul de Rondônia, qual seja, a seguir as trilhas da BR-364, em direção à mesorregião do Leste rondoniense.

Ao mesmo tempo em que reconhecia e denunciava as violências sofridas pelos Cinta-largas, ao classificar a ação de *nazista*, os indígenas eram ditos *audaciosos* e *ferozes* – adjetivo, cabe lembrar, formado por desinência, do substantivo *fera* – e que, portanto, *dificultavam o processo de ocupação* almejado. Mais adiante, relatava *ataque* indígena a um seringueiro.

> No ano de 1.962, quando ali estevemos, os seringueiros que trabalhavam na região do rio São Domingos, afluente que deságua no rio Jaru pela margem direita um pouco acima da atual cidade de Jaru, haviam saído daquela localidade, depois foram atacados por índios que habitavam a região. Os seringueiros chegaram apavorados à localidade da atual cidade de Jaru, sentido Ouro Preto. Um senhor moreno, que era chamado de "*baiano*" havia sido atingido por uma flecha e escapara, por um milagre de Deus[696]

O evento, narrado em tom testemunhal por Edilson Lucas de Medeiros, em 2004, se remetia a algo ocorrido em 1962. Em reportagem de 1966, *Realidade* apresentava aos leitores, dimensão aproximada dos conflitos e do clima de arrivismo e ressentimento, presente entre seringueiros e indígenas.

---

[695] MEDEIROS, Edilson Lucas de. **A história da evolução sócio-política de Rondônia**. Porto Velho: Rondonforms editora e gráfica ltda, 2004, p. 145-146. O destaque entre colchetes é nosso.

[696] Ibidem, p. 193.

Na matéria, os jornalistas Carlos Azevedo (texto) e Luigi Mamprin (fotográfico) cobriam uma das ações dos irmãos Villas Bôas, com vistas ao *Resgate de uma tribo*, dispersada nas disputas com os seringueiros pelo espaço. Faziam ali, relato sobre a árdua inciativa de reunificar, no Parque Nacional do Xingu, povos dispersos pelos conflitos, desconfiados e machucados pelas violências recíprocas, travadas entre indivíduos que disputavam a existência e o espaço da floresta amazônica.

A expedição, deixada na floresta por aeronave da Força Área Brasileira/FAB e depois de dias de navegação entre rios e a sôfrega abertura de picadas na mata, encontrara um grupo caiabi. O contato inicial fora marcado pela prudência e desconfiança do chefe Temioni, idoso, aos seus setenta anos, mais ou menos. A confiança só se construíra aos poucos, relatava Carlos Azevedo, sobretudo quando o chefe viu Ipepori, caiabi, um dos seus, entre os *caraíbas*. A história contada pelo sr. Temioni, evidenciava parte dos motivos para mostrar-se reticente:

> — Outro dia um homem branco quase me matou. Êle fingiu ser meu amigo, mas amarrou-me com cordas a um tronco e arrastou minha mulher para o mato.
> Indicou uma índia jovem e bonita, sentada numa rêde perto do fogo. E continuou:
> — Êle disse que eu tinha sorte, pois se não tivesse esquecido o revólver no seu rancho teria me matado. Seu nome é Paulo, o seringueiro chefe do **barracão**.
> Barracão é o nome dado ao entreposto do seringal.
> Quando o velho terminou houve um silêncio indignado[697]

Retornemos a Edilson Lucas de Medeiros. Para ele, a despeito dos conflitos e das baixas, por vezes fatais, de lado a lado, a operação de *ocupação* se justificaria, frente a necessidade de *desenvolver* e *povoar* a região. A abordagem que fazia dos *contatos* entre *invasor civilizado* e *primitivo habitante,* duas categorias que lhes são caras, expressava bem a força da *colonialidade do saber*.

A despeito de reconhecer as violências, a ideia de *missão civilizatória*, o outro duplo da *colonização*, não era deslocada. As relações hierárquicas, antes expostas na relação *metrópole* e *colônia*, continuavam plasmadas na internalidade de projetos nacionais, cujas premissas reatualizavam a *colonialidade do saber* e do *poder*.

Os agentes *civilizatórios,* em instâncias e instituições diversas, marcados pelo traço da racionalidade *modernizadora,* geralmente esquecem ou suplantam o componente da dúvida, o

[697] AZEVEDO, Carlos; MAMPRIN, Luigi. Resgate de uma tribo. **Realidade**, Dez. nº 9, 1966, p. 47.

princípio da incerteza, tão caro ao surgimento da ciência e do chamado pensamento científico. A crença e a fé no *progresso*, na *missão civilizatória*, levaram, então, a certezas percebidas como atemporais, como se fossem desprovidas de historicidade. Ganharam ares de verdade absoluta, válidas e aplicáveis a todos os tempos, espaços e sociedades. Um *destino manifesto*, irrefutável, inexorável[698].

6.4: Silenciamentos, a denúncia da *aculturação* e o anseio pela originalidade

Nas narrativas ensejadas sobre a *ocupação* e *colonização* da mesorregião leste rondoniense[699], a menção aos indígenas é quase inexistente. Nelas, esses povos costumam ser mencionados na busca por se estabelecer as *origens* da chegada do *civilizador* à região. Assim, faz-se menção aos *bandeirantes*, *missionários* e seringueiros, com quem esses povos teriam *resistido*, *lutado* e *disputado* a permanência na espacialidade.

Todavia, quando não estão ausentes, os indígenas são, geralmente, apresentados como parte do passado, ao passo que as experiências e conflitos travados durante as migrações, intensificadas sobretudo no final da década de 1960, após a abertura da BR 29, depois 364, se mostram quase ausentes.

É importante ressaltar que esta rodovia atravessou áreas habitadas por indígenas na mesorregião do leste rondoniense e a exemplo do que acentuaram, à guisa de exemplo, Vitor Hugo[700] e Edilson Lucas de Medeiros[701]; e consta no *Relatório Figueiredo*[702], já citado, os conflitos e massacres a esses povos marcaram a trajetória de *ocupação* dessa mesorregião.

---

[698] Obviamente, não se trata aqui de produzir libelo contra a ciência, da qual, inclusive, fazemos parte, enquanto membros da comunidade acadêmica e universitária, inclusive, ao realizar pesquisa a partir de procedimentos, protocolos e constrangimentos caros a própria ideia de ciência. A ideia é convidar à reflexão – já antiga e batida, quase lugar comum, embora com frequência esquecida e naturalizada – de que ao suplantar o princípio necessário da dúvida, do questionamento, por certezas que ganham ares de irrefutabilidade, perdemos todos: a ciência, o pensamento crítico e a humanidade.

[699] Sobre as narrativas de *pioneiros* desta mesorregião, cf. o quarto capítulo desta pesquisa.

[700] HUGO, Vitor. **Desbravadores**: minha presença em Rondônia. Porto Velho: ABG, 1998, p. 413. v.3.

[701] MEDEIROS, Edilson Lucas de. **A história da evolução sócio-política de Rondônia**. Porto Velho: Rondonforms editora e gráfica ltda, 2004.

[702] BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR [1967]. **Relatório da Comissão de Inquérito Instaurada pela Portaria nº 154, de 24 de julho de 1967**. Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&PagFis=103 Acesso em 10 out. 2018.

Uma hipótese é que tais conflitos expliquem parte dos silêncios e silenciamentos observados nessas narrativas.

Na matéria *E a terra era um sonho*, publicada na edição 472 de *Veja*, os repórteres Oswaldo Amorim e Marcos Santilli informavam sobre os *desastres provocados em populações indígenas* na Amazônia e mencionavam casos ocorridos em Rondônia:

> E os desastres provocados em populações indígenas com a chegada do desenvolvimento em Mato Grosso e ao Amazonas repetem-se em Rondônia. Os incidentes, que antes colocavam sob riscos apenas os indígenas, pessoalmente, hoje já ameaçam até os funcionários da Funai e os sertanistas. No início do mês de agosto, segundo relatou a VEJA o administrador do parque indígena do Aripuanã, Aymoré da Silva, homens armados ameaçaram de morte funcionários do parque – exatamente os encarregados da medição das terras indígenas. E já se tornaram comuns os casos de grandes fazendeiros que tentam seduzir grupos inteiros de índios com ofertas de terras em regiões urbanizadas em troca da cessão do lugar, onde estão instaladas, há décadas, as tribos[703]

Lourdes Kemper, na obra *Cacoal sua história sua gente*, num dos poucos momentos em que trata dos povos indígenas que habitavam a municipalidade, em 2002, ponderava:

> A ocupação da região de Cacoal pelas frentes de colonização gerou impactos econômicos, sociais, políticos e culturais, com ênfase na degradação do habitat natural e a expulsão de seus tradicionais habitantes. Podemos notar o impacto através dos efeitos negativos sobre a vida da população autóctone. A degradação ambiental e as alterações socioculturais exigiram dessas sociedades a necessidade traumática do aprendizado de novas técnicas de produção e sua inserção no mercado. De coletores, caçadores, pescadores e praticantes de uma agricultura de subsistência, passaram a ter que lidar com novas formas econômicas de uma sociedade mais ampla, adotando modelos da cultura dominante e conseqüentemente os valores de uma sociedade mais complexa.
>
> Após 33 anos de contato, os suruís vivem um momento de descaracterização quase total da cultura. Suas crenças milenares estão sendo substituídas pelas crenças ocidentais. Alguns artefatos da cultura material são confeccionados pelas mulheres, mas a forte influência da cultura envolvente, as festas tradicionais e os mitos que explicavam e orientavam a vida deste grupo estão sendo esquecidos.
>
> As formas tradicionais de subsistência também vão se alterando de maneira insatisfatória e inadequada, o mesmo acontece com as habitações tradicionais que estão sendo substituídas por casas de madeira cobertas de amianto[704]

A preocupação com o indígena estaria relacionada ao mundo natural e a perspectiva da preservação ambiental, conforme discutido anteriormente. Esta abordagem, reconhece a

[703] AMORIM, Oswaldo; SANTILLI, Marcos. E a terra era um sonho. **Veja**, Set. nº 472, 1977, p. 58.

[704] KEMPER, Lourdes. **Cacoal, sua história sua gente**. Goiânia: Grafopel, 2002, p. 192-193.

relação de respeito que historicamente, esses povos mantiveram com o *meio* e evidencia certa empatia, sobretudo quando menciona os impactos causados pela *colonização* no *habitat natural* deles. Todavia, tal perspectiva continua a separar *cultura* e *natureza*, a exemplo do que provoca Simon Schama ([1995] 1996), enquanto esquece ou ignora que mesmos as *paisagens*, são construções culturais[705].

Expressões como *autóctone, caçadores, coletores, agricultura de subsistência, formas tradicionais de existência*, entre outras, enquanto parecem indicar a defesa desses povos, também carregam aporias, se mostram ambivalentes. Ao mesmo tempo que servem para defender a manutenção dos *mitos,* das *tradições* indígenas, negam-lhes a perspectiva do movimento, tomam a mudança por *aculturação* e *assimilação*, o que por um lado, revela certo desejo de manter a *originalidade* e *imutabilidade* desses povos; e por outro, tem servido para negar-lhes a *indianidade*. Qual seja, depois de séculos de políticas de *integração* e *assimilação*, os grupos considerados *aculturados* passam a ter negada ou questionada a identidade indígena, mesmo que se reconheçam como tais.

As oporias e o deslocamento do lugar dos indígenas, *integrados, vitimados* ou *silenciados*, de forma reiterada, inclusive por narrativas que lhes são empáticas, repõe o desafio de pensarmos como, desde longa data, eles foram postos numa espécie de não-lugar, de limbo. Ora se adota a perspectiva da *integração*, ora se recorre a noção um tanto essencialista, que reclama a eles uma *originalidade* supostamente perdida.

No primeiro caso, precisariam deixar a *infância da humanidade* e serem *integrados*, isto é, atualizados temporal e culturalmente e inclusos na *modernidade.* No segundo, percebidos como peças de museu, *espécimes raros, representantes últimos* daquilo que teríamos sido em passado longínquo, dito fase *primitiva* de nossa existência e, portanto, urge mantê-los estáticos e cuidar para serem mantenedores das *tradições.*

De certo, supõe-se que contatos e trocas entre estes povos inexistiram antes dos *brancos*[706]; ou ainda, que estes, quando ou se se deram, significaram somente perdas e ameaça

[705] Por outro lado, a própria ideia de cultura tem sua etimologia relacionada a perspectiva do cultivo da natureza. Qual seja, a despeito dos distanciados criados entre as duas noções, há encontros e interseções entre elas que instigam reflexões a respeito de como foram estabelecidos estes fronteiriços, de maneira a evidenciar a *natureza da cultura* e a *cultura da natureza*. Provações nesse sentido, podem ser conferidas em: SCHAMA, [1995] 1996 e TUAN, [1974] 2012; [1977] 2013. As considerações do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, mencionadas no primeiro item deste capítulo, também chamam a atenção para o fato de que ao situar os indígenas no campo da *natureza*, construiu-se um *imaginário* que reafirma a necessidade de *domá-los*, tal qual se faria com o *ambiente natural*.

[706] Ao discorrer sobre a questão, Manuela Carneiro da Silva (1992A, p. 12), atentava para o necessário cuidado, ao fazer-se uso da ideia de *isolamento* de um povo indígena, fosse pelas interlocuções e intercâmbios que podem

à *originalidade* da qual seriam tributários, sem que tais interações possibilitassem acréscimos às suas práticas e vivências.

Povos situados fora do tempo, por isso pertenceriam a cultura, em detrimento da história. Conforme se percebe, a equação é cambiante, difícil de ser operada. Ao apontar essas questões, o intento é menos reatualizar *denúncias* e acusar *maniqueísmos* e mais refletir sobre quão delicado é tratar de povos que têm encontrado poucos defensores e muitos agressores, mas de lado a lado, poucos parecem dispostos a ouvi-los de maneira efetiva.

A profusão histórica do silenciamento de suas falas tem a ver com o não-lugar destinado a eles em nossa e nas sociedades que nos antecederam. O etnocentrismo, a negação da *alteridade* que marca a trajetória desses povos, dialoga de maneira muito aproximada com a ideia de *progresso,* essa régua implacável, colocada no horizonte da *modernidade* e que mede uns e outros em estágios evolutivos.

Se a exemplo do que investigou François Hartog ([1980] 2014), a partir das *Histórias* de Homero, a alteridade e a postura etnocêntrica eram comuns aos gregos desde a antiguidade, tal estranhamento ou distanciamento do *outro*, parece ter se adensado e ampliando por noções antônimas, que se completam: *avanço* e *atraso*.

Silenciados no passado, salvo em raríssimos casos em que puderam questionar judicialmente tais políticas, e buscaram junto ao estado brasileiro, o reconhecimento e o direito a existência, os indígenas continuam, em larga medida, sem serem ouvidos. Até encontra-se quem se disponha dispostos a falar por eles, a colocar-se em defesa de suas bandeiras, inclusive na academia. Mas ao que parece, lhes falta audiência, lhes faltam ouvidos dispostos a ouvi-los. Apresados e presos a tradição da *tutela*, a qual resiste como cultura e como política, o silenciamento continua, sob o estigma da defesa que vitimiza sem permitir, muitas vezes, que fale a *vítima*.

Sem uma reformulação das premissas que orientam as narrativas sobre a *formação* e *civilização* e em Rondônia, nos parece praticamente impossível compreender o lugar do indígena nesse processo, em leitura que o veja como protagonista histórico e não somente nas condições de cativo-escravo-aldeado, pronto a ser exterminado, seja materialmente, seja

---

ter existido entre eles; fosse por *contatos* (amistosos ou marcados por enfrentamento e guerra), estabelecidos outrora e cujas evidências, foram perdidas, pelo esquecimento ou pela prudência da memória, que pode ter optado por "apagar" as marcas sintomáticas desses encontros desencontrados. Ademais, povos de determinada localidade podem ter tido *contato* inicial, realizado trocas materiais e experiências e propagado estas, frente a outros povos, no interior de territórios que lhes eram comuns.

historicamente, no processo de *assimilação-aculturação-cristiniazação-civilização-modernização.*

Essa perspectiva talvez possa ser reformulada em termos outros: sem uma narrativa histórica que questione ou ponha em suspenso parte das premissas de *civilização* e *progresso*, sobre as quais se estabelecem o cotejamento, a comparação e a explicação da trajetória de *formação* de Rondônia como um *destino manifesto*, inexorável à melhoria e o *aperfeiçoamento* moral, social e material da sociedade, que seja capaz de questionar e pôr em cheque parte dessas premissas continuará bastante difícil compreender a contento parte dessa trajetória, e inclusive, de evitar ler outras experiências sob este signo, tornando-o quase verdade inquestionável.

Talvez seja fundamental encontrar algum ponto de fuga para que se pense e aceite que podem existir vida e transformações sociais para além da crença no *progresso* como um *destino manifesto*. O desafio de *escovar a história a contrapelo*, tal qual apresentado por Walter Benjamin ([1940] 2012), ao que parece, continua posto no horizonte historiográfico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se na assertiva de Washington Luiz, *governar era abrir estradas,* no caso da Amazônia, essa máxima pode ser pensada em termos parecidos: *civilizar era abrir estradas.* Primeiro, elas foram fluviais. Ao singrar os rios, embarcações percorriam estradas d'águas, e quando a revolta destas ou outros empecilhos encontrados – a exemplos dos trechos encachoeirados – as impediam de prosseguir, urgia abrir novas... estradas.

O anseio pela estrada de Ferro Madeira-Mamoré surgiu nesse contexto. Demandada, projetada e construída para vencer o trecho encachoeirado que ligava os rios Madeira e Mamoré, impedindo a passagem de embarcações de grande porte, a *ferrovia do diabo*, como ficou conhecida, exigiu o sacrifício de milhares de vidas, dispendeu muitos recursos financeiros, demandou tecnologia.

Ao possibilitar que se percorresse, por ferrovia, o trecho não navegável daqueles rios, o *trem fantasma* também dava continuidade à ação *desbravadora*, que deveria levar a termo, a *missão civilizatória*. Mas para que tivesse *êxito*, se *efetivasse,* era preciso ainda e sempre mais, abrir novas artérias.

O curso dos rios e as trilhas dos trilhos de ferro exigiam mais ações, mais labuta, mais sacrifícios. Então entraram em cena as rodovias, primeiro como sonho, projeto, demanda. Depois como ação necessária ao *desbravamento*, a derrubada da *mata selvagem*, dita desde data longínqua, empecilho, impedimento à *civilização.*

Fora assim antes mesmo de Euclides da Cunha, ao percorrer os rios amazônicos, aquelas entradas-estradas e requerer, ele também – o projeto de uma ferrovia tinha sido aventado e reclamado desde 1861, por um engenheiro, boliviano – a necessidade de construir, ali, uma estrada ferro que tirasse a região da solidão em que se via enredada. E a demanda por estradas continuou depois dele.

Aluízio Pinheiro Ferreira, ao perceber afetada a relação custo-benefício na manutenção da ferrovia Madeira-Mamoré e convencido da praticidade e agilidade do deslocamento por automóveis que se popularizava, passou a requerer a abertura de rodovias em Rondônia, o que seria atendido décadas depois, no início dos anos 1960, no governo de Juscelino, um entusiasta da *modernidade.*

As entradas-estradas davam vez e lugar às estradas-artérias. Abrir estradas na imensidão amazônica foi interpretado como a condição de possibilidade à *civilização* naquela espacialidade, um imperativo posto na ordem do dia. Assim, as estradas continuaram demandadas e requisitadas por *Realidade* e *Veja* em suas *notícias da floresta.* Também foram

pensadas, projetadas e levadas a termo por governos diversos, com destaque aos militares, que viam nelas a solução para o *problema* do *vazio amazônico.* Fluvial, ferroviária, rodoviária... construí-las era *civilizar* aquela espacialidade dita *selvagem, bravia, inóspita...*

A propósito, a *Estrada do Pacífico* ou *Rodovia Interoceânica*, que deve unir BRs que cortam a Amazônia, interligando os oceanos atlântico e pacífico sob a justificativa de abrir o acesso a novos mercados, dinamizar a circulação de pessoas, potencializar o turismo e ampliar a oferta de bens e serviços, parece reatualizar essa discussão e colocar esta espacialidade, uma vez mais, no campo da incompletude, cuja *integração* ainda está por *efetivar-se*. Agora, é a *integração* sul-americana que está no horizonte.

Sempre realocada em novos termos, propósitos e ambições, a perspectiva da *integração* parece fadada a nunca atingir a última fronteira. Mostra-se, portanto, fluida, maleável e passível de ser constantemente alargada, estendida, reformulada. Nesse sentido, a *marcha civilizatória* ganha contornos de uma caminhada cujo ponto final é sempre deslocado pelas vírgulas dos novos projetos que por sua vez, adiam de maneira reiterada o fim, talvez porque seja percebida como um *fim em si mesma*.

Neste sentido, compreendemos que a hipótese desta pesquisa se confirmou válida. Nosso argumento é de que, quando se falava em *vazio*, ao remeter-se à Amazônia, estava claro, fosse para os governos militares ou para sujeitos diversos que replicaram essa tópica, que a região era habitada. A questão, portanto, não tratava de negar essa compreensão situada, diga-se, no campo da evidência material.

As notícias veiculadas em jornais e revistas ou trazidas à *urbanidade* pelas *missões científicas,* de *reconhecimento* ou com vistas ao controle e modernização do espaço, davam conta disso. Portanto, parece contraproducente *denunciar* esta perspectiva, como quem diz: veja, é absurdo, claro que aquela espacialidade era habitada. E então, fazer-se o *inventário* das fontes, dos relatos, das evidências que asseguram tal perspectiva.

A proposta aqui delineada almejou deslocar-se um pouco das evidências materiais da *ocupação amazônica*, na busca por compreender que tal formulação, seja nas narrativas aqui aventadas, seja no campo das políticas públicas a ela direcionadas – elemento ao qual não nos centramos neste trabalho –, trazem questões de outra ordem.

Ao falar em *vazio amazônico, vazio demográfico* e demais expressões congêneres e ao retomar, inclusive, a semântica colonizadora – *colonos, projetos de colonização, empresas colonizadoras, colonizar o espaço* –, os militares e os migrantes que atenderam a este chamado, cujas narrativas destacamos no decorrer desta tese, dialogaram com um *imaginário* posto desde o século XVI, quando a coroa espanhola, por exemplo, nomeou o que

considerava seus domínios, na *quarta parte do mundo*, de *índias ocidentais*. Estas seriam o *extremo ocidente,* seriam a fronteira com o *Oriente,* mas seriam, ainda, parte do *Ocidente,* daí a tarefa de apossar-se delas, dominá-las e administrá-las.

Tal operação foi levada a termo porque, mesmo entendidas como habitadas, seus residentes foram vistos como *vazios*, na *infância da humanidade* e, portanto, passíveis de serem educados, *preenchidos* de *civilização,* pelos súditos europeus.

Este *vazio,* obviamente, era metafórico, e o clássico debate de Valladoid (Espanha), realizado no período de 1550 e 1551, entre Juan Ginés de Sepúlveda e frei Bartolomé de Las Casas a respeito da humanidade e, portanto, do controle e pertencimento, ou não dos ameríndios – a denominação aqui generalizante e externa, em detrimento da autodenominação desses povos, expressa a força e a atualidade dessa construção que indicava, também, parte dos termos de posse –, evidencia bem a questão.

Ao se decidir que a América era continuidade da Europa, se indicava também o entendimento de que ela não era a Ásia e nem a África. Isto não era pouco. Ela seria a continuidade, o *extremo ocidente*, ainda *vazio* e que precisava ser *ocidentalizado.* A busca pela conversão dos *gentios* era parte desse projeto *assimilacionista*, dado o desafio que significava povoar tamanho território.

Ao realizar tal digressão, sem entrar na historicidade e nas tantas questões que envolvem esse processo, investigadas por estudiosos de áreas e tradições acadêmicas diversas, a ideia é compreender e sugerir permanências, a despeito dos deslocamentos espacial e temporal que separam as experiências *colonizadoras,* postas a esta espacialidade em épocas diversas.

Nosso entendimento é da persistência de *imaginários* reatualizados nas políticas e iniciativas de *colonização* amazônica, as quais buscavam justificá-las a partir do discurso dos *vazios demográficos*.

Tal como outrora, as *missões* sofreram deslocamentos: agora não mais *cristianizadora*, ainda que contenha resquícios dela, conforme se dá a ver a continuidade da ação missionária por estas plagas.

No percurso dessa investigação, percebemos como a *missão cristianizadora* se desloca e passa a ser dita e compreendida como *civilizatória* e *modernizadora.* Tratava-se, portanto, de construir o *progresso* e estender, ainda mais, a fronteira ocidental.

Ao usar terminologias como *colonização, integração, assimilação, pioneiros, novos bandeirantes,* o que estava em curso era um projeto que sofreu alterações, mas que estava

posto desde a chamada *modernidade*. E como tal, envolvia sua outra face, a *colonialidade do poder e do saber* sobre o espaço e movimentou as populações interna e externa a ele.

É neste sentido que a ideia de *vazio demográfico* nos parece metafórica, ao mesmo tempo que expressa *cultura política* vigente desde longa data nos imaginários *ocidental* e *ocidentalizado,* dado que as fronteiras são móveis, fluídas e constituem de elementos materiais e simbólicos. São geográficas e naturais, mas são também humanas, sociais, políticas, culturais. É aquilo que une e pode, a depender das circunstâncias, colocar-se como entreposto, elemento que separa. O *espaço vazio*, nesses termos, não seria vazio, mas espaço a dominar, circunscrever, mapear, cartografar, *civilizar*. Ou para utilizar expressão mais aproximada à historicidade dessa trajetória, espaço a ser *colonizado, integrado*.

A perspectiva do *vazio* remete-se mais à ausência da *nossa presença* do que ausência de qualquer presença. Ele pertence e reafirma o *imaginário* cuja existência, desde sua constituição, tem dificuldade para ver, enxergar ou entender aquilo que vai além das projeções de *si mesmo*, daquilo que não lhes parece espelho. Ou é o *outro* constituído pela diferença (alteridade), ou sequer existe, pois tratar-se-ia de um *eu* ainda na fase da *infância.*

Quando os povos indígenas foram colocados nessa condição, significava que eles são *nós* num passado longínquo a exemplo das crianças, cuja responsabilidade pela educação seria *nossa,* assim também seria *nossa* missão frente a eles, pensados como pertencentes à natureza. Caberia *educá-los*, *integrá-los* e *civilizá-los*.

A *fronteira* – desde a dita *expansão para o Oeste*, projeto retomado pelos governos militares, a despeito das especificidades, a partir da década de 1970, sobretudo, na chamada *expansão da fronteira agrícola*, cuja recepção social levou à migração acentuada à Rondônia e fomentou narrativas diversas sobre essa experiência, parte delas tratadas neste trabalho, que contam à busca reiterada pela *ocupação* ou *colonização dos vazios* – é menos geográfica, e mais epistemológica. É geográfica, no sentido em que envolve a tomada, o disciplinamento, o controle do espaço e sua territorialização. Contudo, as ideias de *espaço vazio* ou, ainda, de *vazios demográficos*, não se davam pelo desconhecimento da presença de populações humanas nestes supostos *vazios*, mas por compreender que elas estariam aquém, ou fora do projeto que se desejava, fugiam à epistemologia moderna do conhecimento, à *razão iluminista,* ao *progresso civilizatório*.

Os povos que habitavam essa espacialidade deveriam ser, portanto, *integrados, colonizados, educados.* Era a tese *assimilacionista*, que se fez e continua a se fazer presente frente aos povos indígenas, mas não somente. Populações ribeirinhas, os chamados beradeiros e antigos seringueiros, cujas práticas desenvolvidas em anos na interação com o meio, foram e

são percebidos, ditos e entendidos, como atrasados e empecilhos à modernização, também foram lidos sob essa perspectiva, afinal, se disse com frequência, eles teriam se *indianizado*, teriam sido dominados pelo *meio*, em detrimento de domá-lo.

Seriam, sob perspectiva, uma espécie de *vazio humano*, não contemporâneos, que precisariam se adequar, submeter-se, também, à transição para a contemporaneidade. É este *vazio* que o *imaginário* da *expansão para o Oeste*, da *fronteira agrícola* e, atualmente, *agropecuária*, reatualiza.

A *civilização do progresso*, da qual tratamos nesse percurso, não significaria apenas vencer o arbítrio da *natureza*. Esse movimento iria além de seu sentido operacional. Promove-lo seria desenvolver a própria razão. Qual seja: a *ideia* e a *realidade* do *progresso* estariam imbuídas no mesmo processo. A separação entre elas se daria apenas para fins de entendimento, mas o percurso de uma, envolveria a realização da outra. Ou seja, ao ampliar o domínio sobre a *natureza* e emancipar-se dela, estaria em curso, também, o aperfeiçoamento da *razão humana*.

As narrativas cotejadas nesse percurso partilham, estão organizadas, em larga medida, a partir de um *regime historiográfico* comum. Podem e, geralmente, percorrem os mesmos eventos, replicam determinada maneira de organizar e narrar o passado, a experiência do que foi, e carregam consigo uma *memória disciplinar*. O que destoa nelas, a partir do *lugar social* ocupado pelo narrador é sobre a quem caberia o ato heroico da *fundação*. Assim, o que se coloca sob questão é sobre quem teria exercido o papel fundamental na *formação* da espacialidade, assumindo a condição de *novo bandeirante*, do *desbravador*, do *pioneiro*, do *agente civilizatório*, sob a companhia indispensável do adjetivo/advérbio que soa como a afirmação de argumento: *efetivo/efetivamente*.

É nesse ponto que as percebemos como narrativas sobrepostas, que revisitam e reatualizam tópicas comuns à historiografia ocidental, marcada entre o *retorno às origens* e os *relatos dos progressos sucessivos* – ou retrocessos –, de maneira que cada grupo pode ser representado no relato que se conta, a partir do lugar no qual se conta.

Narrar essas trajetórias corresponderia a um ato de construção identitária, e a isso, a história continua a servir com grande presteza. A proliferação dessas histórias remete não somente ao receio do esquecimento, mas à necessidade de tomar parte nos tantos relatos já levados a efeito e afirmar, também, as suas existências.

Se na antiguidade clássica, participar da guerra poderia ser condição fundamental ao guerreiro para que fosse imortalizado através de uma morte gloriosa (GANIBEN, [1997]

2005), na contemporaneidade, as perspectivas da remissão e redenção, da lembrança eternizada, parecem estar direcionadas à *operação historiográfica*.

Nesse sentido, mesmo que parte das narrativas aqui discutidas reiterem a preocupação com o *método*, de maneira a serem aceitas como histórias *legítimas*, posto que *verídicas*; a *veracidade* do relato também retoma outro elemento importante: a *autópsia* (HARTOG, [1980] 2014; [2005] 2013), o lugar da testemunha que *viu com os próprios olhos* e, por isso, portadora de um *saber autorizado*. O relato partilhado que ecoa dessas narrativas, não se circunscreve somente ao que se sabe por ter lido, ou por ter *escutado dizer*. O narrador é, também, *testemunha*, tomou parte na experiência e, portanto, estaria autorizado a contá-la.

Em *O início da história e as lágrimas de Tucídides*, Jean Marie Gagnebin [1997] 2005, p. 13-14) tece distinção entre os primeiros textos que, depois, na busca pela identidade e origem historiadora, foram ditos de história – no caso Heródoto e Tucídides –, e a história científica. Conforme argumenta, o termo história sequer estaria presente naquelas primeiras obras. Nelas, se encontraria a expressão *historiès apodexis*, o que corresponderia a "*aquele que viu, testemunhou*", portanto, num sentido que se distanciaria do conceito moderno ou científico de história.

Gagnebin estabelece comparações que evidenciam tanto *identidade* e *diferença*, entre as escritas de Tucídides e Heródoto, quanto às *heranças*[707] legadas por elas a narrativas outras, que desde a antiguidade, têm se ocupado de representar o passado.

Neste, ao cotejarmos narrativas de *formação* e *civilização* em Rondônia, identificamos que partes dos narradores *testemunham por terem visto, experienciado* o conteúdo dos relatos levados a efeito. Simultaneamente, procuram reiterar a importância do *método*, da *pesquisa*, no intuito de sustentar que sua escritura é autorizada, inclusive, por *procedimentos* e *operações* que lhes conferem *veracidade*.

A profusão de dados e informações, que hoje estão disciplinarizados como agenda de investigação de áreas como história, geografia, ciências sociais, economia, antropologia – e assim se segue – também se encontram imiscuídas nessas narrativas que, em alguma medida,

[707] Gagnebin pondera: um será dito o *pai da história*; o outro, primeiro *historiador crítico*. Um reforça a importância do testemunho; o outro, desconfia da possibilidade de a memória reter a verdade dos fatos. Um construiria o relato tendo em vista o prazer da audiência; o outro, abdicaria do efeito retórico, em prol do julgamento racional e crítico do leitor, elevando-o a condição de juiz da narrativa. Talvez não seja descabido sugerirmos que tais aporias e antinomias seriam (re)atualizadas, em "querelas modernas" a respeito do lugar e do papel social da história e do historiador; nos debates acalorados sobre a natureza e o gênero da história, qual seja, se arte (narrativa) ou ciência (explicação); da cientificidade e confiabilidade ou não de uma história calcada na oralidade, frente a tradição histográfica pautada na escrita, etc. etc. etc.

também nos remetem à forma *antiga* de contar, em épocas nas quais essas fronteiras disciplinares inexistiam, ou eram mais opacas, porosas.

Contudo, já na Grécia do século V a.C, haveriam se estabelecido fronteiriços. Gagnebin pondera que, embora a agenda de investigação de Heródoto pudesse abarcar temas múltiplos, estes estavam condicionados ao período que retroagia a, no máximo, duas gerações, de forma que ele mesmo fosse, ou dispusesse de *testemunhas* que assegurassem a *veracidade* do relato, qual seja, o saber estaria situado *entre o olho e o ouvido*, tal qual provoca François Hartog (1980 [2014]). Assim, fugiriam ao interesse do projeto narrativo herodotiano, eventos ou coisas dadas no *tempo mítico dos deuses, semideuses e* seus *heróis,* agenda que cerca de três séculos antes (VIII a.C) interessou, por exemplo, a Homero que, por sua vez, não foi dito historiador quando estes requisitaram um início e uma identidade para seu ofício.

As narrativas discutidas neste percurso, abarcam universo multifacetado. Elas podem ir do *mítico* ao *real*[708]; da geografia à história, com passagem pela literatura, pela economia e em outros campos do saber disciplinarizado, e estabelecem relação cambiante e de proximidade entre passado, presente e futuro.

Elas parecem estar sedimentadas – ou em processo de sedimentação e reelaboração, dado que são também movimento, ação –, sobretudo, na necessidade de garantir à espacialidade, politicamente recém-formada, um lastro de *tradição* que situe e localize sua *herança* à nação brasileira e, ao mesmo tempo, projete para si um lugar específico, em direção às *promessas* do progresso, àquilo que supostamente a singularizaria frente aos demais entes federativos. Aliás, a própria construção dessa espacialidade costuma ser entendida e apresentada como uma espécie de cumprimento a tal *promessa*, à *efetivação* de um *porvir,* conforme percebemos no percurso desta escritura.

É no jogo entre *identidade* e *diferença*, e no anseio por orientação e definição para se dizer quem, afinal, são os *desbravadores, pioneiros, novos bandeirantes* que essas narrativas parecem se construir. Narrar, corresponderia, assim, a evitar o risco do esquecimento, nomear e demarcar um lugar.

A experiência, organizada na narrativa histórica confere, assim, sentido à trajetória de sujeitos e grupos sociais diversos. Contar essas histórias, em alguma medida, significa (re)afirmar legados e requerer o direito ao seu quinhão de eternidade frente à efemeridade da

[708] Tal bifurcação, embora não seja das mais felizes, devido às fronteiras opacas e a dificuldade em estabelecer o limiar entre uma e outra, se é que tal procedimento seria possível – ou desejável –, ela, para os fins aqui intencionados, continua, nos parece, operatória.

existência que, uma vez encerrada, tendo atingido o final, poderá apagar, operar o esquecimento da experiência que foi.

Narrar, contar, historiar... parece corresponder à busca pela continuidade da existência, mesmo quando a chama fugidia e última da vida tiver se esvaído, apagado. Ao exercício de escrita que reconstrói e cartografa a trajetória, mapeia e localiza os legados, corresponderia a eterna luta da memória contra a passagem do tempo. Ou, antes, para se eternizar, a despeito dessa passagem, afinal, como disse o poeta, *o tempo não pára.*

FONTES CONSULTADAS

Bibliográficas

ANDRADE, Mário de [1927]. **O turista aprendiz**. Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 2002.

BRASIL, Pedro. **Vilhena conta sua história**: fragmentos da história vilhenense (1524-2000). Vilhena: Gráfica Delta, 2000.

CUNHA, Euclides [1905-1909]. **Um paraíso perdido**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

CUNHA, Euclides da [1908]. **Preâmbulo**. In RANGEL, Alberto. Inferno Verde: cenas e cenários do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2008.

FERREIRA, Manoel Rodrigues [1960]. **A ferrovia do diabo**. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 2005.

FONSECA, Dante Ribeiro da. **Rondônia, sua história, sua gente**. Curitiba: Base Editora, 2008.

HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Amazonas: Edição da "Missão Salesiana de Humaitá", 1959A. v. 1.

HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Amazonas: Edição da "Missão Salesiana de Humaitá", 1959B. v. 2.

HUGO, Vitor. **Desbravadores**: minha presença em Rondônia. Porto Velho: ABG, 1998. v. 3.

JANUÁRIO, Maria Liriece [2013]. **Rolim de Moura**: Uma Viagem no Tempo. 2ª ed. (Revisada e atualizada). Rolim de Moura – RO: D' Press Editora e Gráfica, 2013.

KEMPER, Lourdes. **Cacoal, sua história sua gente**. Goiânia: Grafopel, 2002.

LIMA, Abnael Machado de. **Terras de Rondônia**. Geografia física e humana do território federal de Rondônia. Rio de Janeiro: SERGRAF do IBGE, 1969.

LIMA, Teófilo Lourenço de. **Do Monte Nebo a Jaru**: um passado a ser conhecido. Canoas: Ed. Ulbra, 2001.

LOPES, João Batista [1989]. **Álbum Histórico**: Rolim de Moura, Seus Pioneiros e Desbravadores. 2. ed. Rolim de Moura: Gráfica e Editora Paulu's, 1999.

LOPES, João Batista. **Álbum Histórico**: Conhecendo Rondônia (de 1500 até 2007). Goiânia: Gráfica e Editora a Gazeta de Rondônia, 2007.

LOPES, João Batista. **Barcos Negreiros Raízes de Nossa História**: Pioneiros que Fizeram a História de Rondônia Acontecer, de 1744 até 2013. S.l.: s.n, 2013.

LOPES, João Batista. **Documentário Verdade**: Meu Trabalho, Minha em Rondônia (40 Anos – 1973-2013). [S.l.: s.n.], 2013.

LOPES, João Batista. **Os Cacaieiros Anônimos e a Conquista de Rondônia**: Retalhos Sobre a Ocupação e Colonização da Nossa Região. Rolim de Moura: Designer Gráfica, 2005.

LOPES, João Batista. **Rondônia Raízes e Memórias**. 2ª ed. revisada. Rolim de Moura: Absoluta Impressos, 2017.

MEDEIROS, Edilson Lucas de. **A história da evolução sócio-política de Rondônia**. Porto Velho: Rondonforms editora e gráfica ltda, 2004.

MEDEIROS, Edilson Lucas de. **Seringueiro** – O desbravador da Amazônia. Porto Velho: Editora Gráfica Rondoforms ind. Ltda., 2010.

MENEZES, Esron Penha de. **Retalhos para a história de Rondônia**. Porto Velho: Palmares, 1980.

MENEZES, Esron Penha de. **Território Federal do Guaporé**: Retalhos para a história de Rondônia. Porto Velho: Impresso Editora Gênese, 1988.

MONTAIGNE, Michel de [1580]. **Dos canibais**. In MONTAIGNE, Michel de. Ensaios. São Paulo: Editora 34, 2016, p. 234-245.

NEVES, Abel Oliveira. **A Caminho de Ji-Paraná**. Brasília: Gráfica e Editora Regional, 1985.

PALERMO, Alfredo. **Estudo de Problemas Brasileiros**. São Paulo: LISA, 1971.

PERDIGÃO, Francinete; BASSEGIO, LUIZ. **Migrantes amazônicos**. Rondônia: a trajetória da ilusão. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

PESSOA, Maria do Socorro. **Rolim de Moura** – Um ponto de vista. CEGRAF: Brasília, 1988.

PINTO, Emanuel Pontes. **Rondônia, evolução histórica**: a criação do território federal do Guaporé, fator de integração nacional. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1993.

PORTO VELHO. Prefeitura Municipal; Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo – SEMCE. **Porto Velho conta sua história**. Porto Velho: SEMCE, 1998.

RAGNINI, Setembrino F. **Memórias do Meu viver**. Cacoal/RO: [s.n], 2015.

RANGEL, Alberto [1908]. **Inferno verde**: cenas e cenários do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2008.

SANTOS, Xavier dos Santos. **Memórias de Uma Nordestina**. Rolim de Moura/RO: D'Press Editora e Gráfica, 2017.

SECEL/RO (Secretaria Estadual dos Esportes, da Cultura e do Lazer); IHG/RO (Instituto Histórico e Geográfico). **Gente de Rondônia***:* personagens da nossa história. SECEL/IGH/RO: Porto Velho, 2001.

SILVA, Amizael G. da. **Amazônia**: Porto Velho. Porto Velho: Palmares, 1991.

SILVA, Amizael Gomes da. **No rastro dos pioneiros**: um pouco da história rondoniana. Porto Velho: SEDUC, 1984.

SILVA, Avacir Gomes dos Santos; SILVA, Géssica Muniz da; SILVA, Joelma Renata Nunes da. **Cacaios e sonhos:** histórias dos narradores do Vale do Guaporé. Porto Velho: Ed. Temática, 2017.

SILVA, Walfredo Tadeu Vieira da. **Rondônia, A nossa história**. Porto Velho: Sawa Editora, 2010.

VIEIRA, Antônio [1657]. **Sermão do Espírito Santo**. Disponível em: http://tupi.fflch.usp.br/sites/tupi.fflch.usp.br/files/SERM%C3%83O%20DO%20ESP%C3%8DRITO%20SANTO.pdf Data de acesso: 15 de dezembro de 2018.

VILHENA, João & SIQUEIRA, José Pereira de. **Os Pioneiros**. Criação dos Municípios ao longo da BR 364. Ji-Paraná: Editora Ji-Paraná Agora, 2001.

Digital

AFOTORM. **Fotos históricas**. Disponível em: http://www.afotorm.com.br/html/arquivo/Fotos%20antigas/historicas-1976-1979.html#.XHqRWIhKhPZ Data de acesso: 02 de março de 2019.

Periódicas

AMORIM, Oswaldo; SANTILLI, Marcos. E a terra era um sonho. **Veja**, set. nº 472, 1977, p. 52-58.

ANDRADE, Carlos & MAMPRIN, Luigi. A alma boa dos Vilas Boas. **Realidade**, mai., nº 14, 1967.

ANDRADE, Luís Edgar de & SOLARI, Jean. Amazônia. **Realidade**, jul., nº 52, 1970.

ANDUJAR, Cláudia. A última chance dos guerreiros. **Realidade**, out., nº 67, 1971.

AZEVEDO, Carlos & BUTSUEM, Jorge. Indinho brinca de índio. **Realidade**, ago., nº 05, 1966.

AZEVEDO, Carlos & BUTSUEM, Jorge. Resgate de uma tribo. **Realidade**, dez., nº 09, 1966.

CARTA, Mino. Carta ao leitor. **Veja**, ago., nº 48, 1969.

CIVITA, Victor. Carta do Editor. **Realidade**, abr., nº 01, 1966.

FIRMO, Walter. Amazônia, inverno e verão. **Realidade**, jan., nº 82, 1973.

GUEDES, Talvani & MANPRIN, Luigui. A outra face do exército. **Realidade**, ago., nº 41, 1969.

KUCK, Cláudio. O Oeste mais perto. **Vesja**, et. nº 837, 1984, p. 88-95.

MACHADO, Ismar Cardona. A terra da promissão. **Veja**, jul. nº 96, 1970, p. 21-23.

MAMPRIN, Luigi O pajé e o caso dos meninos perdidos. **Realidade**, mar., nº 60, 1971.

MARÃO, José Carlos & ANDUJAR, Cláudia. Uma aventura, a professorinha. **Realidade**, abr., nº 49, 1970.

MARÃO, José Carlos & BUTSUEM, Jorge. Estamos em pleno rio. **Realidade**, jun., nº 15, 1967.

MERCADANTE, Luis Fenando et al. A revolta dos índios. **Veja**, ago., nº 48, 1969.

MORAIS, Jomar. O faroeste brasileiro. **Veja**, Ago. nº 625, 1980, p. 58-64.

NOGUEIRA, Nemércio; SOLARI, Jean. Aula de Brasil. **Realidade**, mai. nº 38, 1969, p. 78-90.

PEREIRA, Raimundo Rodrigues. A última fronteira (Amazônia – Do mito à descrença e à esperança). **Veja**, out., nº 110, 1970.

TEIXEIRA, Hélio. As promessas do oeste. **Veja**, jan. nº 696, 1982, p. 52-58.

TEIXEIRA, Hélio. O oeste livre da lama. **Veja**, abr. nº 711, 1982, p. 52-54.

VEJA. **A Amazônia à espera dos conquistadores**. Ago., nº 153, 1971.

VEJA. **A colonização da selva**. Mar., nº 498, 1978.

VEJA. **A década da Amazônia**. Abr., 110, 1970.

VEJA. **A dura ocupação da Amazônia**. Set., nº 261, 1973.

VEJA. **Amazônia, ocupação por via das dúvidas**. Mar., nº 288, 1974.

VEJA. **Era uma vez a aventura**. Mai. nº 139, 1971, p. 29-30.

VEJA. **O índio do norte**. Abr., nº 346, 1975.

VEJA. **Rondônia**. Terra em explosão. Mar. nº 78, 1970, p. 73-75.

VEJA. **Terras, o governo vai à caça**. Ago., nº 310, 1974.

VEJA. **Transamazônica, a prática da epopéia**. Set., nº 104, 1970.

VEJA. **Uma nova estrela no Oeste**. Jan. nº 696, 1982. (capa)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves. **Acervo de Dicionários Bibliográficos**: verbete Programa de Integração Nacional/PIN. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-integracao-nacional-pin Data de acesso: 06 de fevereiro de 2019.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi [2009]. **O perigo da história única**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc Data de acesso: 16 de outubro de 2018.

ALBERTTI, Luiz Antônio. **Apresentação da Epistemologia de Paul Veyne**: entre a História e a Filosofia. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciência e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, São Paulo. 2007.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de [1999]. **A invenção do nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

ALONSO. **Ideias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.8, n.15, p.145-151, 1995.

AMARAL, Nair Ferreira Gurgel do. Processos migratórios em Rondônia e sua influência na língua e na cultura. São Paulo, **Linha D'Água**, Brasil, v. 25, n. 1, p. 87-107, jun. 2012.

ANDERSON, Benedict [1983]. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

ANDRADE, Rômulo de Paula. A poeira do progresso pede passagem: imagens de natureza e desenvolvimento na floresta amazônica. **Anais do Museu Paulista** [online]. 2018, vol.26, e14. Epub 08-Out-2018. ISSN 0101-4714. http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672018v26e14.

ANDREOTI, Maria Elaine. Redescoberta do Brasil: o turista aprendiz e outros viajantes. **Revista Crioula**. São Paulo, nº 11, Maio de 2012, p. 1-14. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/55573/59072.

ANHEZINI, Karina. Desnudar a historiografia na Primeira República: Alberto Rangel e Afonso Taunay na construção da marquesa de Santos. In BENTIVOGLIO, Julio; NASCIMENTO, Bruno César. **Escrever história**: historiadores e historiografia nos séculos XIX e XX. Serra: Milfontes, 2017, p. 185-202.

ARAÚJO, Ana Valéria. et al. **Povos Indígenas e a Lei dos "Brancos"**: o Direito à Diferença. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

ARAÚJO, Gilvan Charles Cerqueira de. A presença de uma premissa categorial: a espacialidade nos conceitos-chave do pensamento geográfico. **Geoingá**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Maringá, v. 5, p. 3-26, 2013.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. **Locus**: revista de história, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 79-94, 2006.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **Caderno CRH** [*on-line*], Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, set-dez. 2014.

BARROS, José D'Assunção [2006]. **Espaço e história**. In_____ A expansão da história. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

BARROS, José D'Assunção. Cidade, Espacialidade e Forma – Considerações sobre a articulação de três noções fundamentais para a História Urbana. **Lusíada – História** (Revista do ISCTE – Lisboa, Portugal), série 2, nº 4, pp. 121-137, 2007.

BATISTELLA, Alessandro. O paranismo e a invenção da identidade paranaense. **Revista Eletrônica História em Reflexão**: UFGD – Dourados, Vol. 6 n. 11, p. 1-13, jan/jun 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedicto Vecchi. Rio Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BECKER, Bertha. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**. Brasília: Centro de Estudos Estratégicos do Ministério da Ciência e Tecnologia, nº 12, set. 2011, p. 137.

BENJAMIN, Walter [1940]. **Sobre o conceito de história**. In Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaios Sobre Literatura e História da Cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras Escolhidas, v.1)

BERKER, Bertha K. [2002]. **A Amazônia e a política ambiental brasileira**. In SANTOS; Milton; BECKER, Bertha K. et al. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, p. 22-40.

BERSTEIN, Serge. **A cultura política**. In: RIOX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. Para uma história cultural. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BERSTEIN, Serge. **Culturas políticas e historiografia**. In: AZEVEDO, Cecília. et all. (Orgs). Cultura política, memória e historiografia. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009.

BORGES, Barsanufo Gomides. **A fronteira na formação do espaço brasileiro (1930-1980)**. In Escritas da história: intelectuais e poder, Élio Cantalício Serpa et al. (Orgs.). Goiânia: UCG, 2004.

BOSI, Alfredo. **Colônia, culto, cultura**. In Dialética da colonização. São Paulo: Companhia das letras, 1992, p. 11-63.

BRESCIANI, Stella. Forjar a identidade brasileira nos anos 1920-1940. In: HARDMAN, Francisco Foot (Org.). **Morte e Progresso**: Cultura Brasileira como Apagamento de Rastros. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. P. 27-61.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. **Lua Nova** [online]. 2014, n.93, pp.33-60.

BRUM, Eliane [2014]. **Os Silva são diferentes**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/01/opinion/1409578464_024733.html Data de acesso: 17 de janeiro de 2019.

BRUM, Eliane [2016]. **Casa é onde não tem fome**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/18/opinion/1468850872_994522.html Data de acesso: 17 de janeiro de 2019.

BRUM, Eliane [2018]. **Belo Monte**: a memória afogada e as palavras-cicatrizes. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jF6wi49nSfM Data de acesso: 17 de janeiro de 2019.

BUENO, Magali Franco. **O Imaginário brasileiro sobre a Amazônia**: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa, 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia – Universidade de São Paulo), São Paulo, 2002.

BURSZTYN, Marcel. Armadilhas do Progresso: Contradições Entre Economia e Ecologia. **Revista Sociedade e Estado**, 1995, v. 10, n. 1, p. 97-124, jan./jun.

CARDOSO JR. Hélio Rebello. **Enredos de clio**: pensar e escrever a história com Paul Veyne. São Paulo: EDUNESP, 2003.

CARRIELLO, Felix; RODRIGUEZ, Daniel Andres. Desmatamento em Rondônia: estudo de índices de paisagem e dados de agropecuária e PIB. **Anais XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Natal, Brasil, 25-30 abril 2009, INPE, p. 5679-5686.

CARVALHO, Joênia Batista de. **Terras Indígenas**: a Casa Indígena é um Asilo Inviolável. In ARAÚJO, Ana Valéria. et al. Povos Indígenas e a Lei dos "Brancos": o Direito à Diferença. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006, p. 85-101.

CASTRO, Eduardo Viveiros de [1993]. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. In:_____ A Inconsistência da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2002, p. 183-264.

CASTRO, Eduardo Viveiros de [2009]. **Metafísicas Canibais**: Elementos Para Antropologia Pós-Estrutural. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A Inconsistência da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

CERTEAU, Michel de [1975]. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CERTEAU, Michel de [1990]. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

CERTEAU, Michel de [1993]. A beleza do morto. In:_____ A cultura no plural. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

CIM, Salvador e SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de.; GROSSI, Suely Regina Del. A regionalização do espaço amazônico: o caso de Rondônia. **Revista da Católica**. Uberlândia, MG. Vol. 2, n. 3, 2010.

CIM, Salvador. Processo Migratório de Ocupação no Estado de Rondônia – Visão Histórica. **Primeira Versão**, Porto Velho, nº 104, VII, 2003.

Lilian Reichert Coelho, Migração, etnoterritorialidade e pertencimento numa cidade de pequeno porte do interior de Rondônia, **Ponto Urbe** [Online], 11 | 2012. Acesso em: 13 de fevereiro de 2019. URL: http://journals.openedition.org/pontourbe/1105; DOI: 10.4000/pontourbe.1105.

COLUCCI, Danielle Gregole; SOUTO, Marcus Magno Meira. Espacialidades e territorialidades: conceituação e exemplificações. **Revista Geografias**. Belo Horizonte. v. 07, n. 1, p.114-127 jan./jun. 2011.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV), **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Volume II, Textos Temáticos 5, Violações dos direitos humanos dos Povos Indígenas, Brasília: CNV, 2014. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf. Acesso em: 12 de janeiro de 2019.

COSTA, F. L. **A construção de Rondônia nos textos da revista Veja durante a década de 1980**. Porto Velho/Sevilha. Dissertação (Mestrado em História, direitos humanos, território e cultura no Brasil e América Latina). Universidade Pablo Olavid/UNIR, 2010.

CUNHA, Eliaquim Timóteo da. **"Quando Esse Tal de SPI" Chegou:** O Serviço de Proteção aos Índios na Formação de Rondônia. Dissertação (Mestrado) em Antropologia Social - PPGAS/UFAM. Manaus. 2016.

CUNHA, Eliaquim Timóteo da. Rondônia, Um Trecho do Grande Cerco de Paz: História Indígena, Escrita da Tutela Indigenista e Historiografia dos Pioneiros. **Ñanduty**, Dourados v. 5, n. 7, 2017/2. p. 64-90.

CUNHA, Eliaquim Timotéo da; MOSER, Lilian Maria. Os projetos de colonização em Rondônia. **Revista Labirinto**, Ano X, nº 14, 2010, pp. 124-151

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Ubu, [2009] 2017.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a Uma História Indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992A. p.9-26.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política Indigenista no Século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992B. p.133-154.

DAVIS, Shelton H. **Vítimas do Milagre**. O desenvolvimento e os Índios do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

CUNHA, Eliaquim Timóteo da. **Em Busca das Memórias Perdidas**: a História Indígena

como Matéria Crítica para a História da Amazônia. ANDRADE, Rafael Ademir Oliveira de (Org.) Perspectivas Sobre a Diversidade Humana: Sexualidade, Raça, Educação e Questão Indígena. Porto Velho: UniSL, 2018, p. 114-129.

DIAS, Alessandra Carvalho de Souza Melo. A expansão do ensino superior em Rondônia. Porto Velho: PGDRA/UNIR, 2008.

OLIVEIRA, Paulo Celso de. **O** Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado e Os Direitos Indígenas. In: ARAÚJO, Ana Valéria. et al. **Povos Indígenas e a Lei dos "Brancos"**: o Direito à Diferença. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006, p. 102-121.

DIEGUES, Antônio Carlos [1996]. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Ed. Hucitec; Nupaub, 2008.

DUARTE, Regina Horta. **História & Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DUPAS, Gilberto [2006]. **O mito do progresso ou progresso como ideologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

DUSSEL, Enrique. **Europa, modernidade e eurocentrismo**. In LANDER, Edgardo (Org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005, 24-32.

ELIAS, Norbert [1939]. **O processo civilizador**: formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, vol. 2, 1993.

ELIAS, Norbert [1939]. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, vol. 1, 2011.

FARO, José Salvador. **Revista Realidade, 1966-1968**: tempo da reportagem na imprensa brasileira. Canoas: Ed. da Ulbra, 1999.

FGV/CPDOC. **Acervo de Dicionários Bibliográficos**: verbete Emanuel Pontes Pinto. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/emanuel-pontes-pinto Data de acesso: 04 de janeiro de 2019.

FGV/CPDOC. **Acervo de Dicionários Bibliográficos**: verbete Ernandes Santos Amorim. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ernandes-santos-amorim Data de acesso: 29 de setembro de 2017.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FLÁVIO, Luiz Carlos. **Memória(s) e território**: elementos para o entendimento da constituição de Francisco Beltrão-PR. 2011. 386 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2011.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. **Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

FREIRE, Priscila. **Discursos sobre a Amazônia na Mídia**. Curitiba, Appris, 2015.

FUKS, Rebeca. **Frase O homem é o lobo do homem**. Disponível em: https://www.culturagenial.com/o-homem-e-lobo-do-homem/ Data de acesso: 18 de fevereiro de 2019.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Prefácio: Walter Benjamin ou a história aberta. BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**: Ensaios Sobre Literatura e História da Cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras Escolhidas, v.1)

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B. e GOUVÊA, Maria de Fátima S. **Culturas políticas**: ensaio de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

GONÇALVES, Walter Porto. A invenção de novas geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas. In: SANTOS; Milton; BECKER, Bertha K. et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, p. 375-409.

GONÇALVES, Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo, Contexto, 2015.

GONDIN, Neide. **A Invenção da Amazônia**. São Paulo, Marco Zero, 1994.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudo e reflexões. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das Neves; et al (Orgs.). **Estudos de Historiografia Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 19-35.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS; Milton; BECKER, Bertha K. et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, p. 43-71.

HARDMAN, Francisco Foot (Org.). **Morte e Progresso**: Cultura Brasileira como Apagamento de Rastros. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

HARDMAN, Francisco Foot [1988]. **Trem-Fantasma**: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HARDMAN, Francisco Foot. **A vingança da hileia**: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

HARDMAN, Francisco Foot**.** Tróia de Taipa: Canudos e os Irracionais. In: HARDMAN, Francisco Foot (Org.). **Morte e Progresso**: Cultura Brasileira como Apagamento de Rastros. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

HARTOG, François [1980]. **O Espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

HARTOG, François [1996]. **Memórias de Ulisses:** Narrativas sobre a Fronteira na Grécia Antiga. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

HARTOG, François [2003]. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiência do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HARTOG, François [2005]. **Evidência da História**: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HARTOG, François [2013]. **Crer em História**: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque de [1956]. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque de [1959]. **Visão do Paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil, São Paulo, Editora Brasiliense, 2002.

HORTA, Regina Duarte. **História e natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

HUNTINGTON, Samuel P. [1996] **O cheque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

JONAS, Hans [1979]. **O Princípio Responsabilidade**: Ensaio de Uma Ética para a Civilização Tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart [1979]. **Futuro Passado**: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

KRÜGER, Marcos Frederico. **Grande Amazônia**: Veredas. In RANGEL, Alberto [1908]. Inferno verde: cenas e cenários do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2008.

LANDER, Eduardo (Org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2005.

LANDER. Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO 2005, p. 8-23.

LATOUR, Bruno [1991]. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. São Paulo: Editora 34, 2013.

LEANDRO, Rafael Voigt [2015]. Judas-Asvero: Euclides da Cunha e os destinos da ficção amazônica. **Revista Intercâmbio dos Congressos Internacionais de Humanidades**. Brasília. XVIII Congresso Internacional de Humanidades. Realizado na Universidade de Brasília. Disponível em: http://unb.revistaintercambio.net.br/sys/conteudo/visualiza_lo18.php?pag=;revistaintercambioA;paginas;visualiza_lo18&cod=11689 Data de acesso: 05 de outubro de 2017.

LEANDRO, Rafael Voigt. **Alberto Rangel e seu projeto literário para a Amazônia**. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira). Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

LEMOS, Renato. **Acervo de Dicionários Bibliográficos**: verbete Artur Lemos. FGV/CPDOC. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEMOS,%20Artur.pdf Data de acesso: 04 de fevereiro de 2019.

LEONEL, Mauro. Estradas, índios e ambiente na Amazônia do Brasil Central ao Oceano Pacífic**o**. **São Paulo em Perspectiva**, n. 6 v. 1-2, pp 134-167, 1992. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v06n01-02/v06n01-02_20.pdf>

LÉVI-STRAUSS, Claude [1959]. **Raça e história**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

LÉVI-STRAUSS, Claude [1983]. Raça e cultura. In: **O Olhar distanciado**. Lisboa: Edições70, 1986, p. 21- 49.

LOUREIRO, Bernardo Pacheco. **O Plano de Integração de 1970 e as rodovias na Amazônia**: o caso da região amazônica na política de integração nacional. Disponível em: < https://goo.gl/86oorS > Acesso 13 de julho de 2016.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

LUSTOSA, Isabel. Insultos Impressos. **A guerra dos jornais na Independência** (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARLERBA, Jurandir (Org). **História e Narrativa**: a ciência e arte da escrita da história. Petrópolis/RJ: Vozes, 2016.

MARTINS, Ana L.; DE LUCA, Tânia. **Introdução**: pelos caminhos da imprensa no Brasil. São Paulo, Contexto, 2008.

MENDES, Francisco. In GRZYBOWSKI, Cândido. **O testamento do homem da floresta**. Chico Mendes por ele mesmo. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MESQUITA, Eni Sâmara; TUPY, Ismênia S. S. T. **História & Documento e metodologia de pesquisa.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MIGNOLO, Walter D. [2007] Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**: Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Bueno Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005, 33-49.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias Locais/Projetos Globais**. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MONTAIGNE, Michel de [1580]. **Dos canibais**. In: MONTAIGNE, Michel de. Ensaios. São Paulo: Editora 34, 2016, p. 234-245.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo**. Tese (Livre Docência) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP), 2001, p.147. Disponível em: www.ifch.unicamp.br/ihb/estudos/htm Acesso em: 02 out. 2018.

MORAES, Antonio Carlos Robert [1988]. **Ideologias Geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, Antonio Carlos Robert [2002]. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, Vânia. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. **Revista Brasileira de História** [online]. 2010, vol.30, n.59, pp.53-72. ISSN 1806-9347. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882010000100004.

MOREL, Marco. Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil. In: NEVES, Lúcia M. P. das; MOREL, Marcos; FERREIRA, Tânia M. B. da C. **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro, DP&A, 2006.

MOREL, Marco. Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil. In: NEVES, Lúcia M. P. das; MOREL, Marcos; FERREIRA, Tânia M. B. da C. **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro, DP&A, 2006.

NICOLAZZI, Fernando. A história e seus passados: regimes historiográficos e escrita da história. In BENTIVOGLIO, Julio; NASCIMENTO, Bruno César. **Escrever história**: historiadores e historiografia nos séculos XIX e XX. Serra: Milfontes, 2017, p. 7-36.

NICOLAZZI. Fernando. O historiador enquanto leitor: história da historiografia e leitura da história. **História e Historiografia**, Ouro Preto, n. 13, dez/2013, p. 63-77.

OLIVEIRA NETO, Thiago; NOGUEIRA, Ricardo José Batista. A geopolítica rodoviária no Noroeste: a vertebração da BR-364. **Revista de Geopolítica** (Edição Especial), Natal, v. 8, n° 2, p. 48 - 62, jul./dez. 2017.

OLIVEIRA NETO, Thiago; NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Geopolítica e rodovias na Amazônia: um debate necessário. **Revista de Geopolítica**, Natal, v. 6, nº 2, p. 166 - 186, jul./dez. 2015.

OLIVEIRA NETO, Thiago; NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Geopolítica e Rodovias na Amazônia Brasileira. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia** (Anpege). p.55-83, V.12, n.17, jan-jul. 2016.

OLIVEIRA, Itamar F. A experiência indígena entre os historiadores profissionais. In: MELO, Egberto; BEZERRA, Sandra (orgs). **História local e ensino**: saberes e identidades. Recife: Liceu, 2014

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. O ensino de História como objeto de pesquisa no Brasil. In: _____ **O Direito ao passado**: Uma discussão necessária à formação do profissional de História. Aracaju/SE: editora-UFS, 2011.

PÁDUA, Gesner Duarte. A revista Veja e o processo de redemocratização do Brasil: uma perspectiva histórica. **Anais do 9º Encontro Nacional de História da Mídia**. UFOP, Ouro Preto/MG: 30 de maio a 1º de junho de 2013, p. 1-14.

PERDIGÃO, Francinete & BASSEGIO, Luiz. **Migrantes Amazônicos** – Rondônia: Trajetória da Ilusão. São Paulo: Loyola, 1992.

PEREIRA, Edir Augusto Dias. **Ensaios de Amazônia**: representações espaciais da região no ensaísmo brasileiro. Niterói: Eduff, 2016.

PEREIRA, Milena da Silveira. **A Crítica Oitocentista nos Alicerces da Literatura e da História do Brasil**. 2013. 185f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2013.

PIZARRO, Ana. **Amazônia**: as vozes do rio – imaginário e modernização. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

PORTO VELHO. Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão. **Anuário estatístico do município de Porto Velho**. Rosália Maria Passos da Silva (Coord.). Porto Velho: SEMPOG, 2017.

PORTO, Jadson Luis Rebelo. Os territórios federais e a sua evolução no Brasil. **Revista Presença**, v. 3, n. 15, 1999, S/P.

PROST, Antoine [1996]. **Doze Lições Sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005, p. 107-130.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Revista Novos Rumos**, v. 17, n. 37, p. 4-25, maio./ ago. 2002.

RIOX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

ROSA, João Guimarães [1962]. A terceira margem do rio. In:_____ **Primeiras histórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017, p. 384-387.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo, Alameda, 2010.

RÜSEN, Jörn [1987]. **Narração histórica:** fundações, tipos, razão. In MALERBA, Jurandir (Org.). História & Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica. Petrópolis: Vozes, 2016.

RUSSO, Pedro Fernandes. **Áurea Moretti:** A mulher, a resistência e a tortura: Um estudo sobre a participação feminina contra a ditadura militar brasileira (1965-1975). 2015. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Franca, São Paulo, 2015.

SANTOS, Milton [1999]. **O dinheiro e o território**. In SANTOS; Milton; BECKER, Bertha K. et al. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, p. 13-21.

SCHAMA, Simon [1995]. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

SCHOULTS, Lars. **Estados Unidos**: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina. Bauro, SP: EDUSC, 2000.

SEIXAS, Jacy Alves de. Os campos (in)elásticos da memória: reflexões sobre a memória histórica. In: BRESCIANI, M.S.; BREPOHL, M. & SEIXAS, J. (Org.). **Razão e paixão na política.** Brasília: Ed.UnB, 2002, p.59-77.

SEVCENKO, Nicolau. **A Corrida Para o Século XXI**: no Loop da Montanha-Russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. (Virando Séculos; 7).

SEVERIANO, Mylton. **Realidade** – história da revista que virou lenda. Florianópolis: Insular, 2013.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. A fronteira agrícola capitalista e o ordenamento territorial. In: SANTOS; Milton; BECKER, Bertha K. et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, p. 282-312.

SILVA, Maria Aparecida da. Migração em Rolim de Moura e os Interesses do Estado. **Revista Acadêmica Multisaberes**, Porto Velho, N° 01, Vol I, 2011, p. 57-71.

SOUZA, Valdir Aparecido de. **Rondônia, uma memória em disputa**. 2011. 202 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista – "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 2011.

TUAN, Yi-Fu [1974]. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.

TUAN, Yi-Fu [1977]. **Espaço e Lugar**: a Perspectiva da Experiência. Londrina: Eduel, 2013.

TURIN, Rodrigo. As (des)classificações do tempo: linguagens teóricas, historiografia e normatividade, **Topoi**, n. 33, Rio de Janeiro, 2016.

TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. In: **Revista da História da Historiografia**, Ouro Preto, nº 13, 2013, p. 78-95.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista. **Revista de História da Historiografia**, n.2, p.12-28, mar. 2009, p. 12-28.

VELASQUEZ, Muza Clara Chaves; KUSHNIR, Beatriz. **Acervo de Dicionários Bibliográficos:** verbete Veja. FGV/CPDOC. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/veja Acesso em: 30 de janeiro de 2019.

VEYNE, Paul [1971]. **Como se escreve a história**. Brasília: Editora UnB, 2014.

VILLALTA, Daniela [2002]. O surgimento da revista *Veja* no contexto da modernização brasileira. **Anais do Intercom –** Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Salvador. Disponível em: http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/300ea43da98da19f6977caba6d17d8cd.pdf Acesso: 30 de janeiro de 2019, p. 1-15.

VILLAS BÔAS, Eduardo Dias da Costa. Meira Mattos, a Amazônia e o livro. **Cadernos de Estudos Estratégicos**, [S.l.], n. 12, p. 43-75, dez. 2013. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEE/article/view/1257>. Acesso em: 08 nov. 2018.

WRIGHT, Ronald [2004]. **Uma Breve História do Progresso**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ZUIN, Aparecida Luzia Alzira. **Porto Velho**: do inferno verde ao inferno urbano. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2014.